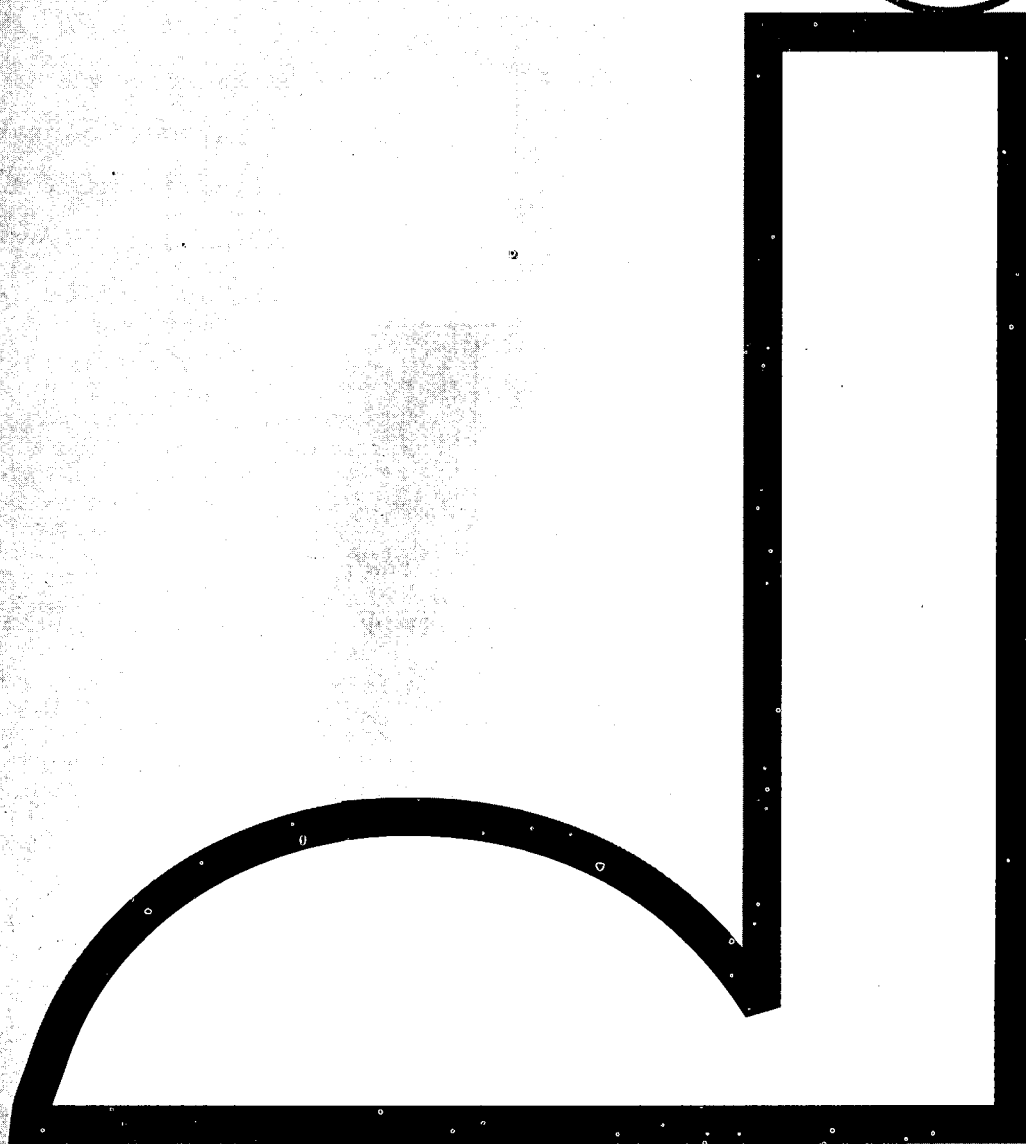




EXEMPLAR ^{ÚNICO} República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

EXEMPLAR ÚNICO

ANO LIII-SUP. "C" AO Nº 28 SÁBADO, 14 DE FEVEREIRO DE 1998 BRASÍLIA-DF

MESA		
<p>Presidente <i>Antonio Carlos Magalhães - PFL - BA</i></p> <p>1º Vice-Presidente <i>Geraldo Melo - PSDB - RN</i></p> <p>2º Vice-Presidente <i>Júnia Marise - Bloco - MG</i></p> <p>1º Secretário <i>Ronaldo Cunha Lima - PMDB - PB</i></p> <p>2º Secretário <i>Carlos Patrocínio - PFL - TO</i></p>		<p>3º Secretário <i>Flaviano Melo - PMDB - AC</i></p> <p>4º Secretário <i>Lucídio Portella - PPB - PI</i></p> <p>Suplentes de Secretário <i>1ª Emilia Fernandes - Bloco - RS</i> <i>2º Lúdio Coelho - PSDB - MS</i> <i>3º Joel de Hollanda - PFL - PE</i> <i>4º Marluce Pinto - PMDB - RR</i></p>
<p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor(*) <i>Romeu Tuma - PFL - SP</i> Corregedores - Substitutos(*) <i>Ramez Tebet - PMDB - MS</i> <i>Joel de Hollanda - PFL - PE</i> <i>Lúcio Alcântara - PSDB - CE</i></p>		<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores(**) <i>Nabor Júnior - PMDB - AC</i> <i>Waldeck Ornelas - PFL - BA</i> <i>Emília Fernandes - Bloco - RS</i> <i>José Ignácio Ferreira - PSDB - ES</i> <i>Lauro Campos - Bloco - DF</i></p>
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder <i>Élcio Alvares - PFL - ES</i></p> <p>Vice-Líderes <i>José Roberto Arruda - PSDB - DF</i> <i>Vilson Kleinübing - PFL - SC</i> <i>Ramez Tebet - PMDB - MS</i></p> <p>LIDERANÇA DO PFL</p> <p>Líder <i>Hugo Napoleão</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Edison Lobão</i> <i>Francelino Pereira</i> <i>Gilberto Miranda</i> <i>Romero Jucá</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Júlio Campos</i></p>	<p>LIDERANÇA DO PMDB</p> <p>Líder <i>Jáder Barbalho</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Nabor Júnior</i> <i>Gerson Camata</i> <i>Carlos Bezerra</i> <i>Ney Suassuna</i> <i>Fernando Bezerra</i> <i>Gilvan Borges</i></p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO</p> <p>Líder <i>José Eduardo Dutra</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Sebastião Rocha</i> <i>Antonio Carlos Valadares</i> <i>Roberto Freire</i></p>	<p>LIDERANÇA DO PSDB</p> <p>Líder <i>Sergio Machado</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Osmar Dias</i> <i>Jefferson Peres</i> <i>José Ignácio Ferreira</i> <i>Coutinho Jorge</i></p> <p>LIDERANÇA DO PPB</p> <p>Líder <i>Epitácio Cafeteira</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Leomar Quintanilha</i> <i>Esperidião Amim</i></p> <p>LIDERANÇA DO PTB</p> <p>Líder <i>Odacir Soares</i></p> <p>Vice-Líder <i>Regina Assumpção</i></p>

(*) Reeleitos em 2-4-97

(**) Designação: 16 e 23-11-95

EXPEDIENTE	
<p><i>Agaciel da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Claudianor Moura Nunes</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p><i>Raimundo Carneiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Marcia Maria Correa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, n° 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

ATAS DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

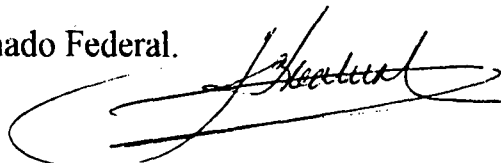
39ª Reunião ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 3 de setembro de 1997.	00004
40ª Reunião ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 10 de setembro de 1997.	00091
41ª Reunião extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 11 de setembro de 1997.	00150
42ª Reunião especial da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 18 de setembro de 1997.	00228
43ª Reunião extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 30 de setembro de 1997.	00281
44ª Reunião das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada conjuntamente em 30 de setembro de 1997.	00305
45ª Reunião ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 1º de outubro de 1997.	00365
46ª Reunião extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 7 de outubro de 1997.	00392
47ª Reunião ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 8 de outubro de 1997.	00481
48ª Reunião ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 15 de outubro de 1997.	00542
49ª Reunião extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 15 de outubro de 1997.	00595
50ª Reunião extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 15 de outubro de 1997.	00597
51ª Reunião ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 22 de outubro de 1997.	00599
52ª Reunião ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 29 de outubro de 1997.	00654

31ª
Ata da ~~4ª~~ Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura, realizada em 03 de setembro de 1997, às 10:00 horas. (Reunião ordinária).

Às dez horas do dia três de setembro, de mil novecentos e noventa e sete, na sala de reuniões nº três, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Bernardo Cabral, com a presença dos Senhores Senadores Francelino Pereira, Jéfferson Pére, Carlos Bezerra, Guilherme Palmeira, José Eduardo Dutra, Ramez Tebet, Beni Veras, Jader Barbalho, Romeu Tuma, Élcio Álvares, Osmar Dias, Esperidião Amin, Edison Lobão, Sérgio machado, Epitácio Cafeteira, José Fogaça, Roberto Freire, José Ignácio, Bello Parga, Antônio Carlos Valadares, Regina Assumpção, Ney Suassuna, Lúcio Alcântara, Levy Dias, José Roberto Arruda, Renan Calheiros, Freitas Neto, Romero Jucá, Hugo Napoleão e Casildo Maldaner, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Deixam de comparecer por motivo justificado os Senhores Senadores José Bianco, Josaphat Marinho, Roberto Requião, Ramez Tebet e Pedro Simon. Havendo número regimental o Sr. Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A seguir, o Sr. Presidente esclarece que a presente reunião destina-se à continuação da votação do parecer do Relator, Senador Beni Veras, sobre as emendas de Plenário, oferecidas à Proposta de Emenda à Constituição nº-33, de

1996, de autoria do Poder Executivo, “modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências”; tramita em conjunto com a Proposta de Emenda Constitucional nº 14 de 1996, de autoria do Senador Roberto Freire, que, “modifica o sistema de previdência social instituindo o regime básico unificado, dispõe sobre regime complementar público e privado, estabelece normas de transição no ato das disposições constitucionais transitórias e dá outras providências”. O parecer do Relator conclui pela aprovação da matéria, acolhendo as emendas nºs 27 e 48; pelo acolhimento parcial das emendas nºs 02, 03, 04, 14, 18, 23, 30 e 42; emendas de redação apresentadas: 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61 e 62 (fica prejudicada a de nº 60); e, rejeitando as emendas nºs 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 15, 17, 19, 20, 21, 22, 26, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 05, 16, 24, 25. Durante a votação das emendas destacadas, a Comissão rejeita as emendas nºs 9, 10, 18, 19, 21, 30, E 47; são retirados pelos seus autores os destaques nºs 3, 4, 7, 11, 12, 15, 16 e 17. Terminada a votação, o Sr. Presidente passa à apreciação do item 68 da pauta: Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1997, de autoria do Senador Júlio Campos, “altera o “caput” do art.28 e o inciso II do art. 29 da Constituição Federal.” Relator: Senador Francelino Pereira; parecer: pela aprovação do projeto e pelo acolhimento da emenda 01 oferecida à matéria, na

forma do substitutivo que apresenta. Durante o prazo regimental concedido à vista foi apresentada a emenda de nº 2º pelo Senador Bello Parga. O Relator apresenta relatório complementar opinando pela rejeição da emenda nº 2, ficando mantida a conclusão pela aprovação da matéria. Durante a discussão foram oferecidos os seguintes Requerimentos de destaque à matéria: pelo Senador Bello Parga, destaque para votação do parágrafo 4º do Substitutivo do Relator e pelos Senadores José E. Dutra e Roberto Freire, destaque para votação em separado do parágrafo 2º. Em fase de votação são rejeitados os parágrafos destacados e, aprovado o relatório oferecido do Relator, concluindo pela aprovação da matéria, na forma do Substitutivo que apresenta. Nesta oportunidade, tendo em vista o adiantado da hora, o Sr. Presidente dá por encerrada a presente reunião. E, para constar, eu, Vera Lúcia Lacerda Nunes, Secretária, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada será publicada no Diário do Senado Federal.



39ª
O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Declaro aberta a 3ª reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 50ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura, com a seguinte pauta:

- Emendas de Plenário oferecidas à Proposta de Emenda Constitucional nº 33, de 1996.

Estávamos em discussão e votação, quando o eminente Senador Beni Veras anunciou que no seu parecer havia concluído

pelo acolhimento de quatro emendas, pelo acolhimento parcial de dez emendas, pela rejeição de 35 emendas e, ainda, pela apresentação de 12 emendas de redação.

As emendas acolhidas totalmente tomaram os números: 16, 25, 27, 48. As emendas acolhidas parcialmente: 2, 3, 4, 5, 14, 18, 23, 24, 30 e 42. As emendas de redação apresentadas pelo relator foram anunciadas. No dia 21 de agosto, foi concedida vista coletiva da proposição. Na última reunião, o eminente relator, Senador Beni Veras, estava explicando o Programa da Previdência dos Membros do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunais de Contas, quando tivemos de interromper por estarmos convocados à votação no plenário do Congresso Nacional. À volta, não havia **quorum** para deliberar, o que se pretende fazer hoje.

À vista disso, concedo a palavra ao eminente Senador Beni Veras.

O SR. BENI VERAS - A propósito da Previdência dos Membros do Poder Judiciário, Ministério Público e Tribunais de Contas, temos algo a acrescentar.

A proposta de reforma da Previdência Social aprovada pela Câmara dos Deputados estabelecia o Regime Único de Previdência para os Servidores e para os Membros do Poder Judiciário, Ministério Público e Tribunais de Contas.

No **caput** do art. 40, a referida proposta estabelecia o seguinte alcance do regime:

"Art. 40 - Aos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas as suas autarquias e fundações, bem como os membros do Poder Judiciário, Ministério Público e Tribunais de Contas, é assegurado regime próprio de previdência de caráter contributivo, que observará o disposto neste artigo."

Membros do Poder Judiciário, Ministério Público e Tribunais de Contas foi tratado nos respectivos dispositivos constitucionais, ou seja, no art. 73, do Regime de Previdência dos Membros dos Tribunais de Contas; no art. 93 dos Membros do Poder Judiciário, para o Ministério Público, o art. 129, § 4º a uma remissão ao art. 93, inciso VI. Em todos esses dispositivos foi acrescentada a remissão ao art. 40, com a ressalva "no que couber".

Essa configuração dos dispositivos figurou em todas as primeiras tramitações da proposta de emenda constitucional, divulgadas no primeiro semestre pela Internet.

A expressão "no que couber" tinha o objetivo de tratar de modo adequado as peculiaridades dos membros do Poder se comparados com os servidores públicos. Longe disso, nada serviria como mecanismos para criação de privilégios, referida expressão valorizava o Regime de Previdência dos Servidores Públicos como marco de referência para a Previdência Oficial, mas reconhecia a diferença existente entre os agentes políticos e os agentes de servidores públicos.

O desdobramento dos debates sobre a proposta de reforma da Previdência Social levou a um mais intenso reconhecimento da similaridade de situação dos membros do Poder Judiciário, Ministério Público e Tribunais de Contas de um lado e dos servidores públicos de outro lado.

Como ponto comum entre as duas situações está a presença de regras estáveis quanto a normas de ingresso, permanência e saída da condição de atividade para a inatividade.

Essa estabilidade ao longo do tempo é exatamente o elemento central de referência para um Regime de Previdência. Por se tratar de um sistema de previdência continuada, de contribuição durante atividade e de benefício durante a inatividade, o Regime de Previdência requer estabilidade de normas na administração de recursos humanos a que se destina a atender.

O Regime de Previdência Oficial poderia atender de maneira uniforme aos membros do Poder Judiciário, Ministério Público e Tribunais de Contas e aos servidores públicos, com base na perenidade de suas regras de admissão, permanência e exclusão.

Não há base para a existência de regime diferenciado, excetuadas as situações bem peculiares dos membros do Poder Judiciário, Ministério Público e Tribunais de Contas.

Essa situação de similaridade tornou-se mais concreta ao se incluir na proposta de emenda à Constituição um dispositivo referente a normas gerais para aposentadoria e pensão decorrente do exercício de mandato eletivo.

De um lado, procurava-se preencher uma lacuna no texto constitucional; de outro lado, buscava-se eliminar uma situação de privilégios do Congresso Nacional, Assembleias Legislativas, Câmaras de Vereadores. Ante o disposto como referência na Carta Magna, legislavam em causa própria, em que o

Presidente, os Governadores e os Prefeitos dispunham de uma pensão correspondente à situação político-partidária do momento, no término do seu mandato.

Com base nos argumentos acima, foi incluído na proposta de reforma da previdência social o seguinte dispositivo:

"Art. 248 - Lei complementar disporá sobre as normas gerais, como concessão e manutenção de aposentadoria e pensão decorrentes do exercício do mandato eletivo."

Quero esclarecer que o art. 248 não estabelecerá o regime de previdência, mas normas gerais deverão eleger a aposentadoria e a pensão decorrentes do exercício do mandato eletivo. Essas normas poderão ser semelhantes àquelas estabelecidas para o servidor público no exercício do mandato eletivo, diz o art. 38 da Constituição Federal. Em última instância, visa a estabelecer os parâmetros que deverão presidir a aposentadoria e a pensão dos demais cidadãos que sejam eleitos por algum mandato eletivo, como os profissionais liberais e os funcionários de empresas estatais.

O debate acerca desse dispositivo levou a uma conclusão quanto à impropriedade da remissão ao art. 40. É que os membros dos Poderes Executivo e Legislativo tinham uma natureza permanente quando de sua exposição por estar sempre pendente dos resultados dos pleitos eleitorais. Ao contrário, a situação dos membros do Poder Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas em comparação com a situação dos membros dos Poderes Legislativo e Executivo, motivou a tal proposta de remissão ao art. 40.

Aos membros dos Poderes Executivo e Legislativo caberá uma lei complementar estabelecer as normas gerais para os demais membros do Poder. Caberá o disposto no art. 40. Nas duas situações, caberá ao Congresso Nacional estabelecer equilíbrios dos diversos dispositivos infraconstitucionais onde haja respeito às prerrogativas e membros do poder, mas não é a criação de privilégios. Com emissão ou sem emissão, caberá o art. 40 papel de referência maior para a previdência oficial.

O Congresso Nacional será o gestor do processo de tratar desigualmente os iguais, tomando como referencial o regime de previdência do servidor público nesse sentido a tal remissão quando necessária.

Tive que considerar essa questão que a definição do tipo de aposentadorias dos funcionários públicos, que está a partir do art. 40, é satisfatória, atende a todas as outras peculiaridades de uma aposentadoria razoável. E essa aposentadoria é razoável financeiramente também, porque o maior decréscimo que haverá será de 30%, não mais do que esse percentual. Então, dá um valor razoável para essa aposentadoria. Assim, não vemos também como manter em nível constitucional "no que couber", manter o termo em aberto em relação à Constituição. Então, por tudo isso, opinamos pela não-aceitação do termo "no que couber" na classificação da aposentadoria dos funcionários públicos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Há algum Sr. Senador que queira discutir a manifestação do eminente Sr. Relator. (Pausa)

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Sr. Presidente, peço a palavra para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra, para discutir a matéria, ao nobre Senador José Ignácio Ferreira.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Sr. Presidente, acabei de entrar. Peço desculpas. Eu queria o Relator, por fineza, reproduzisse o final de sua conclusão. V. Ex^a conclui que...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência lhe concede um minuto, nobre Senador José Ignácio, para que faça a leitura antes da explicação, para que V. Ex^a se situe.

O SR. EPITACIO CAFETEIRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Epitacio Cafeteira.

O SR. EPITACIO CAFETEIRA - Sr. Presidente, a emenda ao colocar "no que couber" não cria dificuldade alguma. Claro que não pode essa lei complementar fazer alguma coisa que não couber. Então, não acrescenta nada que possa desfigurar o relatório de uma emenda. É preciso entendermos que existe o Estatuto da Magistratura. Ou será que vamos mudá-lo? Se vamos mudá-lo não será exatamente numa emenda que cuida de uma aposentadoria. Entendo até que essa emenda deu asas à imaginação e invadiu vários setores. Quase foi, de uma maneira

indireta, uma reforma administrativa. Está-se tentando fazer uma reforma administrativa numa emenda que tratava da Previdência Social. Da maneira como está colocado, em vários artigos dessa emenda, não se cuida de saber se esse assunto refere-se, exclusivamente, ao INSS, ou se, também, vai atingir os aposentados pela aposentadoria complementar, muitas delas, até, sem nenhuma vinculação com a Previdência Social. Afinal, o que se pretende: salvar a Previdência Social ou buscar uma maneira de criar áreas de conflito entre os próprios Poderes da República?

Creio que, sem mudar o Estatuto da Magistratura, no que couber, tem que caber. O "no que couber" é muito claro: não pretende mudar a regra, mas permite que, observadas as peculiaridades do Poder Judiciário, não coloquemos a coisa da forma que está sendo colocada, passando por cima do Estatuto da Magistratura.

Essa é minha colocação. Vou votar a favor da emenda, apesar do voto contrário do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabra) - Senador José Ignácio Ferreira, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, peço vênias ao eminente Relator para discordar respeitosamente de S. Ex^a. Inclusive, o faço constrangido diante do trabalho que está desenvolvendo na relatoria desse processo. O Relator Beni Veras é um desaguadouro natural de todos os pleitos e tem sabido administrar com muito equilíbrio e talento todas as reivindicações que lhe chegam. S. Ex^a construiu um texto que avançou muito em relação ao texto inicial por ele próprio apresentado. Mas, no que tange, especificamente, à presente manifestação de S. Ex^a, cometo a ousadia de discordar, com muito respeito, como já disse, por várias razões.

Primeiro, a expressão "no que couber" povoa a Constituição Federal em vários artigos. Posso mencionar, de passagem, o Art. nº 73, **caput** da Constituição Federal; o Art. nº 129, § 4º e vários outros que não elenquei. Tenho a impressão de que se aproximam de dez disposições da Constituição Federal que apresentam a expressão "no que couber". O próprio texto do Substitutivo contém, pelo menos, duas expressões "no que couber": no § 13 do art. 4º e no § 2º do art. 8º.

Houve uma referência a esse “no que couber”, de que essa expressão é meio herética, porque exige um processo de hermenêutica subsequente que não se compatibiliza com o nível constitucional em que ela se aloja. De maneira que a emenda parecia conter alguma coisa que não deveria estar na Constituição Federal. Então, a própria Constituição Federal, evidencia que a expressão “no que couber” é perfeitamente compatível com essa sede constitucional, já que se aloja em tantos dispositivos da nossa Carta Magna.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, o Art. nº 93, **caput**, dispõe que o Supremo Tribunal Federal remeterá projeto de lei complementar observando princípios definidos nos incisos.

Como se vê, primeiro, não é submetido a um colegiado que se tenha caracterizado como imoderado. Até porque o próprio Senado Federal, em recente decisão do seu Plenário, entendeu que o Plenário do Supremo Tribunal Federal teria a moderação necessária para administrar a questão da súmula vinculante. Isso quer dizer que, há poucos dias, o Plenário do Senado Federal, aliás contra o meu voto, não por essas razões de imoderação, que não acredito existam em relação ao Supremo, mas por várias outras razões que aduzi da tribuna do Senado, entendeu que deveria ser dado ao Plenário do Supremo Tribunal Federal esses poderes para decidir o que vinculava ou não, ou seja, o que se tornava súmula vinculante ou não.

Naquela ocasião, tinha, e tenho, um pensamento absolutamente contrário à aprovação da súmula pelas razões que aduzi, mas tenho plena consciência de que a solução que se encontrou não vai se transformar no uso imoderado da faculdade dada pelo Senado Federal e, amanhã, promulgada como emenda constitucional, se aprovada pela Câmara.

Naquela ocasião, tinha, e tenho, um pensamento absolutamente contrário à aprovação da súmula, por razões que aduzi, mas tenho plena consciência de que a solução que se encontrou não vai se transformar no uso imoderado da faculdade dada pelo Senado Federal e, amanhã, promulgada como emenda constitucional, se aprovada pela Câmara.

O segundo motivo, Sr. Presidente, é que o inciso VI, que está sendo focado agora com a emenda, acolhe os

princípios gerais da reforma. Quero dizer, tudo que a reforma prevê aplica-se aos Magistrados. As disposições concernentes, por exemplo, ao tempo de contribuição, à idade mínima e ao tempo mínimo não são tratadas diversamente para a Magistratura. Os Juizes não pretendem nada que esteja em colisão com as disposições que estão sendo aprovadas nessa reforma. Acolhem as regras gerais, as regras mestras do substitutivo. Com relação ao problema da aposentadoria, se aprovado como até agora está, poderá ser derrubado pelo Supremo Tribunal, a partir do entendimento de que o corolário natural da irredutibilidade de vencimentos seria a irredutibilidade de proventos. O Supremo Tribunal Federal poderá, no futuro, se aprovadas as regras como estão, entender que o provento é irredutível, como desdobramento natural da prerrogativa de irredutibilidade de vencimentos do Magistrado, consagrada nesta Constituição e em anteriores, bem como no mundo constitucional desenvolvido.

O que se dá ao magistrado não é um privilégio. A Magistratura tem uma missão e tem um serviço. Não um privilégio. Portanto, aquilo que é dado eventualmente ao magistrado é para que ele se desincumba melhor ainda da sua missão, que é extremamente delicada numa sociedade aberta, como essa que estamos construindo. Reitero que não podemos construir uma sociedade aberta sem criarmos condições para que esse árbitro, poderoso e acreditado, possa desempenhar bem suas funções.

Se colocarmos todo mundo em uma vala comum, estaremos dificultando a construção de uma sociedade aberta, plural, conflituosa, como queremos que ocorra.

Essas são as questões, Sr. Presidente, a exemplo do que, aliás, ocorre com outras categorias. Por exemplo, os Parlamentares no Art. 248 e os militares no Art. 42. Ou seja, não se está criando um regime próprio; está é se colocando uma disposição no texto que permita ao magistrado ter suas especificidades respeitadas.

Seguramente, se votarmos o texto assim como está, podemos ter isso derrubado pelo Supremo Tribunal Federal.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, por ora, estou convencido de que a expressão "no que couber" é a única - eu não acharia outra - que permite ao Supremo Tribunal Federal,

com a morigeração que lhe é própria e que é, inclusive, reconhecida pelo Senado Federal, cuidar desse assunto, cuidar da especificidade desse predicamento da magistratura com o equilíbrio que lhe é próprio. Espero que essa expressão, "no que couber", seja mantida no texto da emenda ao inciso VI, do art. 93, da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Sr^{as} e Srs. Senadores, para esclarecer: as Emendas nºs 16 e 25 são da Senadora Júnia Marise e do Senador José Ignácio Ferreira. Essas emendas haviam sido acolhidas, inicialmente, pelo eminente Relator. Como não tinham sido levadas à votação, S. Ex^a, agora, as rejeita na explicação que deu quando dissertou no instante da discussão.

A Emenda nº 5, da Senadora Regina Assumpção, que havia sido acolhida parcialmente, também é rejeitada.

Sobre a Emenda de Redação nº 60, que fala sobre Tribunal de Contas da União, o Relator resolveu compatibilizar e ela fica prejudicada. Portanto, chamo a atenção dos Srs. Senadores para a discussão que o eminente Senador José Ignácio Ferreira acaba de fazer, contrapondo-se ao Relator, em que S. Ex^a acha que deve permanecer a expressão "no que couber".

Continua em discussão.(Pausa)

Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apenas para o encaminhamento da votação: pedi destaque para as Emendas nºs 5, 16, 24, e 25, porque, de acordo com o relatório, as Emendas nºs 5 e 24 foram acolhidas parcialmente e as Emendas nºs 16 e 25 foram acolhidas integralmente. A Emenda nº 60 é emenda de redação do Senador Beni Veras, que S. Ex^a apresentou em decorrência do acolhimento das Emendas nºs 16 e 25. Pedi destaque para as Emendas nºs 16 e 25.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Estão assinalados esses destaques.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Se essa emenda for mantida, também fica mantida a Emenda de Redação nº 60; se for rejeitada, conseqüentemente, a Emenda de Redação nº 60 cairá,

já que ela é uma adaptação ao acolhimento das Emendas nºs 16 e 25.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Farei um esclarecimento a V. Ex^a e depois lhe assegurarei a palavra.

O eminente Senador Relator considera a Emenda de Redação nº 60 prejudicada, uma vez que S. Ex^a acolheu a rejeição para as Emendas nºs 5, 16 e 25, exatamente as destacadas por V. Ex^a. De modo que, votando com o Relator, será rejeitada a expressão "no que couber", de acordo com o encaminhamento de votação de V. Ex^a.

V. Ex^a continua com a palavra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Reafirmo: voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a acompanha o Relator.

Continua em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

Vou proceder à chamada nominal.

Em primeiro lugar, a Presidência coloca em votação o substitutivo do Relator, ressalvados os destaques.

Os Srs. Senadores que aprovam o substitutivo do Relator, com a ressalva dos destaques, votarão "Sim".

A seguir, a Presidência colocará os destaques em votação.

Em votação o substitutivo do Relator.

(Procede-se à votação.)

A Presidência deve esclarecer que o eminente Senador Ramez Tebet foi ao plenário representar a Presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, porque se presta uma homenagem solene ao Presidente do Líbano. Por isso, deixo de tomar o seu voto.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sr. Presidente, por ter vínculo de parentesco com magistrado em grau de impedimento, nesta matéria, prefiro me abster.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O Senador Jefferson Péres se abstém de votar, pelos motivos anunciados.

(Procede-se à votação.)

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, gostaria de retificar o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Ao invés de "Sim", declaro meu voto "Não".

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a vota "Não".

A Presidência deve esclarecer que o eminente Senador José Eduardo Dutra votou contra o substitutivo, pela exposição feita na sessão anterior, acolhendo a Emenda do Senador Roberto Freire. Porém, o próprio Senador Roberto Freire vota com o substitutivo, ressalvadas as emendas. Apenas para esclarecer.

De qualquer maneira, V. Ex^a havia votado de forma correta, mas retificou.

(Procede-se à votação.)

Treze Srs. Senadores votaram "Sim".

Dois Srs. Senadores votaram "Não."

Aprovado o substitutivo.

Passa-se à votação dos destaques.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, retiro o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Retira V. Ex^a o destaque a quais emendas?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, às Emendas nºs 5, 16, 24 e 25.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Estão retirados os destaques às Emendas nºs 5, 16, 24 e 25.

A Presidência vai colocar em votação.

O eminente Senador Beni Veras retira a expressão "no que couber". A ala dissidente, capitaneada pelo eminente Senador José Ignácio Ferreira, mantém a expressão "no que couber", uma vez que S. Ex^a destaca que isso poderá gerar recurso ao Supremo Tribunal Federal.

Os Srs. Senadores que votarem com o Relator dirão "Sim"; será retirada a expressão "no que couber". Os que votarem "Não" manterão a expressão.

(Procede-se à votação.)

O Senador Jefferson Péres se absteve, pela razão alegada.

(Continua a votação.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Dez Srs. Senadores votaram com o Relator, retirando a expressão "no que couber".

Votaram "Não" 04 Srs. Senadores.

Houve uma abstenção.

Passa-se ao destaque do eminente Senador José Eduardo Dutra. Emenda de nº 10.

Concedo a palavra ao eminente Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Emenda nº 10 tem relação com a Emenda nº 19. Uma trata do art. 40 e a outra, do art. 201, mas, o assunto é o mesmo.

Na sessão passada, tive a oportunidade de trazer o programa de campanha do Presidente da República. Não o trouxe desta vez porque, da vez anterior, foi pichado e danificado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta emenda visa corrigir uma distorção que vai ser imposta, principalmente, aos trabalhadores de baixa renda. Se é perfeitamente legítimo, natural e justo estabelecer uma idade mínima para que os brasileiros se aposentem, até para, por exemplo, evitar-se absurdos como o fato de o Ministro da Previdência ter se aposentado no vigor dos seus quarenta e poucos anos, é também necessário um tratamento diferenciado, levando-se em consideração a diferença de renda para o estabelecimento dessa idade mínima.

A partir da regra geral imposta, o que vamos ter na prática? Estamos estabelecendo que o trabalhador terá que se aposentar com uma idade mínima de 60 anos de idade e um tempo de contribuição mínima de 35 anos. Ora, aquele trabalhador de baixa renda, que normalmente entra no mercado de trabalho mais cedo - vai entrar com 16 anos, de acordo com a emenda de minha autoria, aprovada por esta Comissão. Deve-se considerar inclusive que normalmente aquele que tem menor renda é submetido a condições de trabalho muito mais desgastantes e que, portanto, tem uma expectativa de vida menor. Este trabalhador vai entrar com a idade de 16 anos no mercado de trabalho e, para se aposentar com 60 anos de idade, vai ter que contribuir durante 44 anos. Enquanto, de um modo geral, a classe média e a média-alta, que entra no mercado de trabalho com 23, 24 ou 25 anos, vai contribuir durante 35 anos de idade. Quais as alternativas que

teremos? Ou esse trabalhador de baixa renda contribuirá durante 44 anos, portanto, para que outros venham a usufruir a aposentadoria, ou a outra alternativa é de que o empregador chamará este trabalhador e dirá que a sua contribuição dos 16 aos 25 anos, na prática, não servirá para a sua aposentadoria. Dessa maneira, vamos estar incentivando um período de uma informalidade que, na prática, vai reduzir a contribuição para a Previdência.

O Relator, Senador Beni Veras, diz que se trata de uma proposta muito bem-vinda, mas que haveria problemas para sua implementação. Ora, o próprio Relator, ao estabelecer a nova regra para a paridade, já introduz a renda como fator para definir essa paridade. Dessa forma, serão necessários mecanismos informatizados no serviço público para garantir que essa paridade.

Então, terá que haver mecanismos informatizados no serviço público, para garantir que essa paridade venha a ser estabelecida em efeito cascata, a fim de que aqueles que ganhem mais passem a ter um benefício proporcional à sua renda.

Ora, se essa regra terá de ser construída para se estabelecerem as regras da paridade - isso vai ser definido na lei -, por que não introduzir na Constituição que a lei também vai estabelecer regras diferenciadas para tempo de aposentadoria e tempo de contribuição? Basta querer. O próprio Ministro já veio aqui e disse que, a curto e médio prazo, vai-se estabelecer um cadastro da Previdência em todo o Brasil, informatizado, de forma que todo o brasileiro tenha condição de ter o seu cartão, de ser avisado, com dois ou três anos de antecedência, de que vai poder se aposentar.

Enfim, o quadro que foi pintado aqui pelo Ministro da Previdência é de primeiro mundo, é uma informatização global da Previdência Social, no regime geral, e também do serviço público.

Não estou pretendendo estabelecer essas regras gerais já na Constituição. Não vemos problema algum em que a lei estabeleça que a renda venha a ser definida como um fator que determine a idade mínima e o tempo de contribuição, de forma que aqueles que ganham menos vão poder se aposentar com menor idade e, inversamente proporcional, aqueles que ganham mais vão ter como exigência idade mínima e tempo de contribuição maiores.

Chega novamente às minhas mãos o livrinho. Lembro o que está escrito na página 200: manter a aposentadoria por

tempo de serviço, incorporando o critério de renda e idade no cálculo dos benefícios, de forma a minimizar as distorções do atual sistema que desfavorece os trabalhadores de menor remuneração.

No meu entendimento, o relatório permanece desfavorecendo os trabalhadores de menor remuneração. Daí nossa emenda que, simplesmente, estabelece que a lei introduzirá a renda como um fator determinante. São as Emendas nºs 10 e 19. Uma é para o regime geral e a outra, para o serviço público.

Espero que o nobre Senador Beni Veras, do PSDB, lembre-se do livrinho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência, antes de conceder a palavra ao eminente Senador Beni Veras, vai ler o texto da Emenda nº 10:

"Trinta e cinco anos de contribuição se homem e trinta se mulher, com a concessão do benefício condicionada à observância do disposto no § 4º e a critérios que considerem, simultaneamente, a idade e a remuneração do segurado, conforme dispuser a lei."

Emenda nº 19:

"Trinta e cinco anos de contribuição se homem e trinta se mulher, com a concessão do benefício condicionada a critérios que considerem, simultaneamente, a idade e a remuneração do segurado, conforme dispuser a lei."

Concedo a palavra ao eminente Senador Beni Veras, para se manifestar sobre as Emendas, destacadas, de nºs 10 e 19.

O SR. BENI VERAS - A motivação das emendas é justa. De fato, o ideal seria dar um tratamento diferenciado aos segurados em função de sua faixa de renda.

No entanto, essa nova variável introduziria uma grande complexidade para a definição das regras do regime previdenciário, tornando difícil de operacionalizar e vulnerável a questionamentos diversos em função dos cortes que deveriam ser dados e das opções a serem feitas para garantir a preservação do valor real dessa variável. Essa será uma variável difícil de ser manipulada. Em consequência, sou pela rejeição da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Continua em discussão.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra ao eminente Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Sr. Presidente, quando esta Comissão realizou uma audiência pública com aposentados e técnicos do sistema previdenciário, fui o autor de uma pergunta sobre esse tema, ou seja, sobre a possibilidade de introduzir o fator nível de renda na aposentadoria. Percebi que, por parte dos técnicos, houve uma rejeição à idéia, ou seja, segundo os técnicos do sistema previdenciário, esse é um fator que não deve entrar no cálculo, na aferição das condições de direito à aposentadoria.

Não sei se há um exemplo no mundo como esse. No entanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, há muito anos, com várias intervenções da tribuna do Senado, tenho reiterado que não se pode, se se quer fazer justiça, comparar aquele que recebe de dois a três salários mínimos durante toda a vida, pelo grau de assistência médica, de alimentação e de desgaste físico, com a expectativa de vida do cidadão de renda média superior. Talvez essa seja uma preocupação tipicamente brasileira, porque só no Brasil há uma contradição, um conflito, uma distância entre as faixas de renda como essa que brutalmente vivemos em nosso País.

Sr. Presidente, embora saiba que será difícil estabelecer parâmetros na lei, e com todo o respeito ao parecer do Relator, voto favoravelmente ao destaque, porque entendo que não é possível que consideremos que pessoas que têm um desgaste durante toda a vida muito maior, carência alimentar, deficiência de assistência médica, deficiência farmacológica, que essa pessoa seja colocada em pé de igualdade com outra que tem tudo isso em nível altamente qualificado e superior. Não há como entender que essas pessoas sejam tratadas da mesma maneira. Tratá-las igualmente é uma desigualdade. Daí por que, Sr. Presidente, voto favorável à emenda.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a, portanto, acompanha o destaque feito pelo eminente Senador José Eduardo Dutra.

Com a palavra o Senador Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE - Sr. Presidente, é apenas para argumentar que no regime da Previdência Social do servidor público estamos colocando o fator renda. É interessante ter isso muito claro porque, quando se aplica o redutor na concessão da

aposentadoria em função da paridade, dos reajustes, estamos criando a figura do fator renda para a concessão das aposentadorias. Portanto, não será estranho ao texto constitucional a questão do fator renda na concessão da aposentadoria. Já criamos para o servidor público.

Quanto à questão do grau de complexidade, inclusive para este Governo que fala tanto e, em alguns momentos, tenta ser contemporâneo dessa revolução tecnológica, a base técnica hoje no País permite que se tenha programas concretos para se colocar esse fator em qualquer cálculo, em qualquer definição na questão das aposentadorias. Não houve nenhum problema porque isso terá que ser feito no serviço público, quando se aplicar o redutor. É algo que vem trazer talvez aquilo que faltava a esse relatório. Não sei se complementa, mas traz preocupação com o setor da Previdência Social brasileira que foi muito pouco atingido, que é a previdência geral. Aqui discutimos, em quase todas as emendas, durante todo o tempo, a Previdência Social do Servidor Público. Com relação a essa previdência foram oferecidas diversas emendas, discussões, algumas até aprofundadas e conseguimos salvar, em grande parte o relatório, ao não admitir aquela exceção.

No caso dos trabalhadores em geral, da Previdência de repartição simples, que é a Previdência Social brasileira, pouca coisa se fez, talvez uma não ainda devidamente esclarecida, que pode trazer prejuízo, que é a mudança do tempo de serviço pelo tempo de contribuição. Essa foi a única mudança substantiva; a outra, foi a fixação da idade, que, na prática, já existia e existe hoje.

Essa emenda talvez coloque exatamente algo que possa beneficiar o trabalhador de menor renda neste País, quando da sua aposentadoria. Qual o grau de complexidade? Não estamos aqui definindo, mas a base técnica deste País, tecnológica, de conhecimento, permite que daqui a algum tempo se possa ter programas concretos de definição da renda como um dos fatores quando da concessão da aposentadoria.

Entendo que seria, da nossa parte, uma proposta até para o futuro de que colocássemos o fator renda, sem estarmos criando nada diferenciado, porque na aposentadoria do serviço público o fator renda já existe e não estamos definindo como isso se daria, mas abríamos a possibilidade para uma discussão como o fator renda pudesse ser algo intrinsecamente vinculado ao trabalhador de menor renda quando da sua aposentadoria.

Essa proposta tem a ver inclusive com a proposta original do Deputado Eduardo Jorge, com a minha emenda que está aqui tramitando e não seria nada de anormal, pelo contrário, seria uma perspectiva de maior justiça na concessão das aposentaria. O servidor público já está e por que não colocar esse fator quando da aposentadoria da Previdência geral? Essa discussão vai, evidentemente, para uma lei complementar, com uma discussão mais aprofundada de como isso vem para trazer mais justiça social naquilo que não por vontade própria, mas infelizmente falta de pressão desse setor no Congresso, o setor dos trabalhadores em geral, fez esquecermos de como melhor a Previdência Social para eles e talvez seja a maior injustiça da Previdência Social brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Portanto, V. Ex^a acompanha o destaque feito na emenda do eminente Senador José Eduardo Dutra.

Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de dizer que não entendo por que as emendas do Senador José Eduardo Dutra não foram aceitas pelo Relator, porque, em primeiro lugar, como disse o Senador Roberto Freire...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a não se perturbe porque ele está tentando conquistar o voto do Senador Sérgio Machado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Como argumentou o Senador Roberto Freire, o próprio Relator no que diz respeito ao servidor público já aceitou o fator remuneração e é o próprio Relator que no seu substitutivo, art. 11 § 6º diz o seguinte:

"Para efeitos dos cálculos dos proventos da aposentadoria, prevista no **caput** deste artigo, a lei a que se refere o § 4º do art. 40, ao estabelecer a gradualidade prevista no inciso II, considera a proporcionalidade de remuneração percebida pelo servidor e o tempo prestado à data da promulgação desta emenda."

Ora, Sr. Presidente, logicamente o próprio Relator, em outro artigo, já aceita o cálculo da aposentadoria, levando em consideração a remuneração do servidor.

De outro lado, como o próprio Relator e a Comissão já aceitaram a possibilidade de entrada no mercado de trabalho de pessoas com 16 anos de idade, configuram-se, então, os seguintes quadros: a sonegação, no caso de conluio entre o empregado novo e o patrão, haja vista o argumento de que, se ele contribuir desde os 16 anos, quando acontecer a aposentadoria, ele terá que contribuir 44 para o Governo, e o patrão dirá que até os 25 anos é bom que ele não contribua, porque essa renda servirá apenas para aumentar a caixa do Governo; a outra coisa que pode acontecer é o que realmente o Governo quer. O Governo não quer a sonegação; inclusive vai aumentar o quadro de fiscais do INSS, não só para evitar esse tipo de sonegação, mas a grande sonegação que existe espalhada pelo Brasil entre empresas até de grande porte, como denunciemos no Plenário do Senado Federal.

Ora, Sr. Presidente, o que vai acontecer, com a entrada no mercado de trabalho de pessoas de 16 a 25 anos, é o aumento do caixa da Previdência - exatamente o que o Governo quer -, sem nenhuma contrapartida para o trabalhador.

Sugeri ao Relator que aceite essas emendas, porque, com certeza, estão dentro do espírito do substitutivo de V. Ex^a e não vão, de maneira nenhuma, prejudicar o trabalho do Relator.

Voto de acordo com as emendas do Senador José Eduardo Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Com a palavra, o Senador Beni Veras.

Nobres Senadores, o Relator pede um minuto da atenção de V. Ex^{as}.

O SR. BENI VERAS - Sr. Presidente, considero a emenda altruística, tem uma intenção boa, mas é inviável, porque não há condições de se calcular o multiplicador de cada funcionário em relação à sua renda.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Temos hoje a informática para auxiliar.

O SR. ROBERTO FREIRE - Como idéia para discutirmos. O importante desta Comissão é tentar encontrar o que for mais consensual. Se é altruísta, acho importante buscarmos. Esse talvez seja o nosso maior objetivo.

Estamos reduzindo a idade em vários artigos deste projeto: cinco anos para aposentadoria de professores do ensino fundamental; estamos reduzindo em cinco anos quando se trata do

trabalhador rural. Criaram-se mecanismos, nesse substitutivo, de redução de tempo. Por que não encontrarmos uma redação que defina que haverá redução para os de baixa renda? Essa seria uma forma de vincular-se a remuneração à concessão da aposentadoria, quando de baixa renda. E a definição de baixa renda a lei pode dar. Então, estaremos colocando o fator renda na concessão.

Vamos admitir a hipótese levantada primeiro. Claro que a lei não pode estar se referindo a isso, mas há uma constante do ponto de vista social: os de mais baixa renda contribuem bem mais tempo do que os de alta renda, por conta da educação, da entrada no mercado de trabalho, porque é uma população que entra no mercado de trabalho com maior idade e não com a idade menor. Se isso é verdadeiro - e a realidade indica que é -, por que não se aplicar o mesmo princípio do redutor quando de baixa renda? O fator renda está colocado neste caso, e a lei disporá como isso vai se dar.

Creio que seria algo que poderíamos construir aqui em função desse objetivo maior. O Relator diz que é altruísta, e altruísmo no sentido de buscar maior justiça social. Isso é o que todos estamos querendo. Não dá para se colocar esse fator, porque, de imediato, está se colocando o fator renda na possibilidade de redução. E a lei disporá como se dará essa redução do tempo da idade, vinculada ao fator renda.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O eminente Senador Beni Veras examina a possibilidade de conciliar o lado altruístico. Ele está tentando uma nova redação aqui e pede um minuto para ver se chega a uma conclusão.

O eminente Senador Beni Veras pede que se passe para outro destaque, enquanto examina a possibilidade de conciliação.

Passa-se ao Destaque nº 18, de autoria do eminente Senador José Eduardo Dutra.

O Destaque à Emenda nº 18 pede que seja dada a seguinte redação:

"Art. 201.

I - Cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada."

Depois, ao § 10 do Substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a seguinte redação:

"Art. 201.

§ 10 - Lei disporá sobre seguro de acidente de trabalho, operado concorrentemente pela Previdência Social e pela seguradora privada."

A emenda é do Senador Francelino Pereira, destacada pelo eminente Senador José Eduardo Dutra.

A Presidência retifica. A informação, a partir da Secretaria, é que a emenda é do Senador Gilberto Miranda e não do Senador Francelino Pereira.

O SR. ROBERTO FREIRE - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - É para discutir a matéria?

O SR. ROBERTO FREIRE - Não, é apenas uma questão de procedimento. Tenho um destaque na expressão do art. 201, inciso I: "incluídos os resultantes de acidente de trabalho".

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a tem uma emenda substitutiva destacada?

O SR. ROBERTO FREIRE - Não, não é substitutiva, é apenas para voltar a incluir no inciso I do art. 201 do texto substitutivo: "incluídos os resultantes de acidente do trabalho".

Quando votarmos isso, estaremos também votando o meu destaque.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a será atendido.

O SR. BENI VERAS - Também estou de acordo com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O Senador está de acordo com V. Ex^a.

O SR. ROBERTO FREIRE - Incluam-se os resultantes de acidente do trabalho no inciso I do art. 201.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a, portanto, poderá retirar o destaque, pois foi acolhido.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Só um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra ao eminente Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - A minha posição é de que o parecer ficasse na versão anterior, na qual inclui acidente de trabalho como um dos benefícios. Avalio que a redação do §10

também estava melhor na versão anterior do que na versão atual, que resultou do acolhimento do Senador Gilberto Miranda.

A versão anterior diz :

§ 10 - Lei disciplinará participação no regime geral de Previdência Social e do seguro privado na cobertura do risco de acidente do trabalho.

A redação, a partir da emenda do Senador Gilberto Miranda, passou a ser:

§ 10 - Lei disporá sobre o seguro de acidente de trabalho, operado concorrentemente pela Previdência Social e pelas seguradoras privadas.

Prefiro a redação anterior, por isso fiz o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Se V. Ex^a prefere a redação anterior, o destaque aqui é para não ser considerada essa emenda, mantida a redação do substitutivo.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Por isso fiz o destaque. Parte dela já foi acatada quando da inclusão do benefício de acidente do trabalho...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Do eminente Senador Roberto Freire.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Aliás, inclui o acidente de trabalho entre os benefícios da Previdência Social.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra ao Senador Beni Veras.

O SR. BENI VERAS - Quanto ao § 10, o nosso ponto de vista é claríssimo. O seguro de acidente de trabalho será pago concomitantemente pelo Governo e pela iniciativa privada.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Mas na redação anterior também.

O SR. BENI VERAS - Aqui está mais claro.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Lei disciplinará a participação no Regime Geral da Previdência Social e do seguro privado na cobertura do risco de acidente de trabalho. Em ambas estabelece-se que haverá participação do seguro privado.

O SR. BENI VERAS - Dá chances, inclusive, para os que trabalham nos sindicatos, associações de empregados, coisas desse tipo.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Quero saber em que a redação do § 10 impede isso?

O SR. BENI VERAS - A redação do § 10 é melhor do que a outra.

"Lei disciplinará cobertura de risco de acidente de trabalho a ser atendido concorrentemente pela Previdência Social e pelo seguro privado."

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Beni Veras, a Presidência vai chamar à ordem os trabalhos.

O eminente Senador José Eduardo Dutra acha que a redação do dispositivo de V. Ex^a é melhor do que essa emenda do Senador Gilberto Miranda, que dá uma nova redação e que foi acolhida.

Como V. Ex^a acolheu a emenda, o eminente Senador José Eduardo Dutra pede destaque para que volte a redação anterior.

A pergunta agora é se V. Ex^a mantém o acolhimento dado?

O SR. BENI VERAS - Mantenho o acolhimento dado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O eminente Relator, Senador Beni Veras, mantém o acolhimento dado à Emenda nº 18.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Ele mantém o substitutivo ou acolhe a emenda?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Ele acolhe a emenda. Acontece que o eminente Senador José Eduardo Dutra destaca a emenda, porque prefere a redação anterior.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, vamos por parte. O Relator já havia acatado parte do meu destaque, que é o do Senador Roberto Freire, retomando a redação original do inciso I do art. 201. Só gostaria de deixar isso claro para ver o que se vai votar.

O SR. BENI VERAS - Acolhido na forma do substitutivo?

O SR. ROBERTO FREIRE - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Um momento.

A emenda do eminente Senador Roberto Freire, do art. 201, I, foi acolhida. Aprovada.

O SR. ROBERTO FREIRE - Volta a expressão "incluídos os resultantes de acidente do trabalho".

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Exatamente. Acolhida pelo eminente Senador Relator. Se essa é a situação, essa emenda fica prejudicada, porque a emenda do eminente Senador Gilberto Miranda é para excluir.

O SR. ROBERTO FREIRE - A emenda do Senador Gilberto Miranda está prejudicada. O que vamos discutir agora é a questão de redação do § 10. O outro problema já está resolvido. Rejeitada a emenda Gilberto Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - No entanto, há ainda o § 10, que é também uma emenda de autoria do Senador Gilberto Miranda.

É outra emenda. É esta que se discute agora.

O SR. ROBERTO FREIRE - É a segunda parte da emenda.

O SR. BENI VERAS - Acolhida na forma do substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Esta emenda é acolhida na forma do substitutivo?

O SR. BENI VERAS - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - E como é que ficaria a redação?

O SR. BENI VERAS - "A lei disciplinará cobertura de risco de acidente de trabalho a ser atendido concorrentemente pelo Regime Geral da Previdência Social e pelo setor privado."

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O eminente Senador Beni Veras esclarece que a Emenda nº 18, do Senador Gilberto Miranda, foi acolhida na forma do substitutivo.

A Emenda nº 27, do Senador José Eduardo Dutra, também foi acolhida na forma do substitutivo. S. Ex^a mantém o acolhimento.

É isso, Senador Beni Veras?

O SR. BENI VERAS - Sim, mantenho o acolhimento.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Mantém o acolhimento de quê?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O eminente Senador José Ignácio Ferreira pede vênias ao eminente Relator.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Para que se esclareça a questão. Existe uma proposta de emenda e existe um texto do substitutivo. Não sei o que quer dizer "acolher a emenda".

na forma do substitutivo". Realmente não entendo. Não sei, talvez seja problema de QI. Não estou conseguindo entender.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador José Ignácio, a Presidência vai esclarecer.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - O eminente Senador Beni Veras fica com o substitutivo ou fica com a emenda? Acolher a emenda na forma do substitutivo não sei o que é. O texto do substitutivo não coincide com o texto da emenda.

O SR. ROMEU TUMA - Sr. Presidente, ele não poderia ler o texto que abrigou no substitutivo?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Beni Veras.

(O Sr. Presidente aciona a campainha.)

Peço a atenção.

O SR. BENI VERAS - "A lei disciplinará cobertura do risco de acidente de trabalho a ser atendida concorrentemente pelo regime geral da Previdência Social e pelo setor privado."

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Mas não coincide com o texto da emenda. Não é o mesmo. Não mantém o texto do substitutivo. O substitutivo tinha um texto, a emenda é outra coisa diferente, tem outra redação, mais ou menos objetivando a mesma coisa, só que de repente surge a expressão "se acolhe a emenda na forma do substitutivo".

Vai ler-se o substitutivo agora e verificar-se-á que não é igual a emenda.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, pela ordem, para tentar ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Pediria a atenção. No meu entendimento, já há um consenso em relação ao inciso I do art. 201. A redação será a seguinte:

"Cobertura do dever de doença, invalidez, morte, incluídos os resultantes de acidente de trabalho em idade avançada."

O Relator acata essa redação. Está resolvido o problema.

A divergência é em relação ao § 10 do art. 201. Aí proponho que vá a voto. Votaremos a redação anterior, que é:

"Lei disciplinará a participação do regime geral de Previdência Social e do seguro privado na cobertura do risco de acidente de trabalho."

Ou a redação do substitutivo atual que é:

"Lei disporá sobre o seguro de acidente de trabalho, operado concorrentemente pela Previdência Social e pela seguradora privada."

É isso que vai a voto.

O SR. BENI VERAS - É isso que aceitamos.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O eminente Relator deu a seguinte modificação:

"§ 10. Lei disciplinará a cobertura do risco de acidente do trabalho, a ser atendida concorrentemente pelo regime geral de Previdência Social e pelo setor privado."

Ao ser interposta essa emenda, o Relator a acolhe na forma do substitutivo. Ou seja, onde ela não colidir com o substitutivo é que acolhe. Ou uma coisa ou outra. Ou será acolhida:

"A Lei disciplinará à cobertura do risco de acidente de trabalho."

Ou:

"A Lei disporá sobre seguro de acidente de trabalho.

O que V. Ex^a acolhe? V. Ex^a acolhe essa modificação?

O SR. ROBERTO FREIRE - Sr. Presidente, só para esclarecer. A diferença que existe é que a lei disciplinará tanto como se dará a cobertura na Previdência Social como a participação do seguro privado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - É, em concorrência.

O SR. ROBERTO FREIRE - A redação é idêntica; o que muda é que, no substitutivo anterior, sem a emenda acolhida na forma hoje do substitutivo, é a questão do "concorrentemente". No anterior, poderia ser complementar, poderia dar-se uma outra definição. O texto que está aqui já está definindo que é concorrentemente. É a grande diferença que existe. Se o Relator fica com o texto, com o acolhimento da emenda na forma do substitutivo, como está aqui:

"Lei disciplinará a cobertura de risco no acidente de trabalho a ser atendida concorrentemente pelo regime geral de Previdência Social e pelo setor privado."

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - É isso que ele acolhe.

O SR. ROBERTO FREIRE - Claro, ou votando pela emenda que é o retorno anterior.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Não, ele quer essa parte. Teremos que levar as duas...

O SR. ROBERTO FREIRE - É isto que vamos votar, é exatamente isto: se fica com a emenda do Senador José Eduardo Dutra ou se fica com o que S. Ex^a aceitou do substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Jader Barbalho, tem V. Ex^a a palavra, pela ordem. Peço atenção para o Líder do PMDB.

O SR. JADER BARBALHO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Entendo que se a questão é meramente redacional, de estilo, deve prevalecer o Relator, até por uma questão de gentileza nossa ao trabalho de S. Ex^a.

Considerando-se que os termos são os mesmos, que o objetivo é o mesmo, não consigo me comover com essa batalha de Itararé. Faria um apelo no sentido de que, se a questão é redacional, se a questão é de estilo, que se mantenha o texto do Relator até em homenagem ao seu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência vai colher a votação.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Quero justificar por que mantenho a redação original. Não é uma mera questão de estilo, a versão original do parecer tinha um conceito de complementaridade da iniciativa privada em relação ao regime geral. Essa nova redação estabelece um conceito de concorrência, que é a diferença. Não é mera questão de estilo. Prefiro a redação original porque entendo que dá o conceito de complementaridade.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência vai colocar a modificação feita pelo eminente Relator.

"§ 10. Lei disciplinará a cobertura do risco de acidente de trabalho, a ser atendida concorrentemente pelo regime geral de Previdência Social ou pelo setor privado."

Quem acompanhar o Relator dirá "sim", quem votar com o Senador José Eduardo Dutra dirá "não".

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Votaram "sim" 13 Srs. Senadores; e "não", três.

Aprovada a modificação feita pelo eminente Senador Beni Veras.

Passa-se à Emenda nº 21, destacada pelo Senador José Eduardo Dutra.

A Emenda tem a seguinte redação:

"Acrescente-se o seguinte artigo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:

Art. É vedada à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir ou manter regime de Previdência pelo exercício de mandato eleito, bem como contribuir direta ou indiretamente, a qualquer título, para seu custeio.

Parágrafo Único. Fica extinto o Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC -, criado pela Lei nº 4.284, de 20 de novembro de 1963, regido pela Lei nº 7.087, de 29 de dezembro de 1972, sendo sucedido, nos termos da lei que dispuser sobre a sua liquidação, em todos os direitos e obrigações, pela União, por intermédio da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, os quais assumirão, mediante recursos orçamentários próprios, a concessão e a manutenção dos benefícios, preservados os direitos adquiridos e assegurados, alternativamente, o ressarcimento de contribuições recolhidas pelos segurados, atualizadas, monetariamente, mês a mês, pelos índices de remuneração das cadernetas de poupança, até 60 dias após a data da publicação.

Nobre Senador José Eduardo Dutra, V. Exª tem a palavra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esse assunto já foi discutido aqui, mas eu insisto na lógica de que "água mole em pedra dura tanto bate até que fura" - ou acaba a água.

O Sr. Senador Beni Veras, Relator da matéria, rejeita a Emenda, dizendo que "não há por que negar ao detentor de mandato eletivo um regime previdenciário que leve em consideração as especificidades de seus cargos". Essa questão de especificidade de cargos já foi debatida quando da discussão dos magistrados. Nós dizíamos que, por esse argumento, todos os trabalhadores do Brasil, tanto do serviço público quanto do privado, têm especificidade das suas funções. No entanto, isso não é

argumento suficiente para que se tenha um regime especial de Previdência.

O relatório diz que "lei complementar irá tratar da legislação relativa à previdência dos parlamentares". Mas entendo que só tem efeito incluir essa questão na Constituição se ficar estabelecido que haverá uma lei complementar na hipótese de se extinguir o IPC, porque, hoje, a existência do IPC já estabelece regras diferenciadas para os parlamentares. Quais são? Cinquenta anos de idade mínima e 8 anos de contribuição, enquanto, para todos os outros brasileiros, está-se estabelecendo que são 60 anos de idade mínima e 35 de contribuição.

Ora, eu insisto na questão do exemplo dos parlamentares. O Congresso Nacional está, mal ou bem, retirando alguns direitos de categorias de trabalhadores, particularmente dos servidores públicos. Nós, neste Relatório, estamos dizendo que os servidores públicos que ganham, por exemplo, R\$3.500,00 ou R\$3.700,00 - que não é um salário alto - vão ter regras diferenciadas ao se estabelecer a aposentadoria, vamos introduzir aquele efeito cascata para a paridade. O Sr. Senador Beni Veras disse que 30% não é um redutor tão grande para os salários altos. Posso até concordar em tese, mas o problema é que, entre os parlamentares, não se muda nada, nobre Senador.

Quero registrar que essa emenda foi rejeitada na Câmara dos Deputados sob a alegação de que estava sendo apresentado um outro projeto que, na prática, extinguia o IPC. Esse projeto foi aprovado na Câmara mas chegou ao Senado e não sei onde está. Ele foi apensado a um outro projeto do Sr. Senador Carlos Wilson e acho que os dois tiveram o mesmo destino. Então, ou nós extinguimos o IPC - até como uma forma de forçar a que essa lei complementar seja aprovada naturalmente, obedecidas às especificidades do cargo mas não se estabelecendo privilégios. O que vai acontecer na prática é que o IPC vai continuar funcionando, vai continuar existindo e essa lei complementar nunca será aprovada, porque essas regras específicas dos parlamentares já estão escritas nas regras do IPC.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, em nome do exemplo que acredito que o Congresso Nacional tem que dar neste momento é que defendo a aprovação dessa emenda, registrando que ela resguarda os direitos adquiridos:

"...preservados os direitos adquiridos e assegurado, alternativamente, o ressarcimento de contribuições recolhidas pelos segurados, atualizadas monetariamente mês a mês pelos índices de remuneração das cadernetas de poupança até 60 dias após a data da liquidação."

Portanto, estão preservados os direitos adquiridos. Não há nenhum problema em relação a isso. Mas acho que deveríamos dar o exemplo neste momento em que se está reformando a Previdência, extinguindo o Instituto de Previdência dos Congressistas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O eminente Senador Beni Veras declara que rejeitou a emenda porque entende que lei complementar disporá sobre as normas gerais para a concessão e manutenção de aposentadoria e pensão decorrente do exercício de mandato eletivo.

Algum dos Srs. Senadores deseja discutir a matéria?

O SR. ROBERTO FREIRE - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Com a palavra o nobre Senador Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE - Sr. Presidente, quero dizer que o que se está propondo aqui, a extinção do IPC, da previdência especial para os parlamentares, alguns Estados brasileiros já fizeram. É interessante aqui dizer que, por exemplo, o Senador Carlos Wilson, quando Governador de Pernambuco, propôs a extinção do Instituto de Aposentadoria dos Parlamentares Pernambucanos, o que foi aprovado pela Assembléia.

Eu gostaria de trazer esse exemplo à colação para dizer que nós, aqui, com essa emenda, não estamos inovando nem criando nada que já não tenha tido sucesso.

Essa atitude elevou o nível de credibilidade das assembléias para discutir os direitos de todos os outros cidadãos, inclusive os relacionados à Previdência.

Talvez o principal argumento que se possa utilizar em favor da extinção do IPC seja exatamente a possibilidade que aqui se abriu - e, em alguns momentos, também com êxito - ao se retirar privilégios ou abusos que havia na Previdência Social em algumas aposentadorias. Nós conseguimos fazer isso, o que foi

importante dentro da visão de maior justiça social no sistema previdenciário brasileiro.

Um dos atos com o qual nós, se o assumíssemos, criaríamos ainda muito maior condição de aprofundar a discussão da reforma da Previdência é exatamente a extinção da aposentadoria especial dos parlamentares e do seu instituto. Acredito que essa seria uma demonstração concreta de que nós queremos uma Previdência Social que tenha o princípio da solidariedade, em que a repartição simples não privilegie determinadas categorias ou grupos de servidores ou de trabalhadores. Estaríamos dando à sociedade aquilo que, como argumento pessoal, eu uso.

Quando discuto com membros de uma categoria que pode se sentir prejudicada, eu posso dizer que quero extinguir o IPC e apresentei emenda para isso. E a minha proposta, a minha emenda constitucional que trata da Previdência extingue o IPC. O que me dá condição, apoio moral para - e daria ao Congresso -, muito tranqüilamente, discutir com muito maior profundidade - não vou dizer seriedade, porque não quero dizer que falta seriedade - pois a Previdência Social brasileira está sendo reformulada por quem está, também, acabando com os seus privilégios.

Esse é o argumento fundamental para votarmos a favor dessa emenda e desse destaque.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Passamos à votação nominal.

Os Srs. Senadores que aprovarem a manifestação do eminente Relator dirão "sim" e os que aprovarem a emenda do eminente Senador José Eduardo Dutra dirão "não" à manifestação do Relator.

(Procede-se à votação).

Total de votantes: 17 Srs. Senadores.

Votaram SIM 11 Srs. Senadores; e NÃO, 6.

Foi rejeitada a emenda.

Passa-se à Emenda nº 47, do Senador Bello Parga.

Peço ao eminente Senador Bello Parga que faça a justificativa da sua emenda, cuja redação é a seguinte:

Art. 3º. Fica assegurada a concessão de aposentadoria e pensão, nas condições previstas na legislação vigente à data da publicação desta emenda, aos que, nos próximos cinco anos que lhe forem subseqüentes, cumpram os requisitos para obtê-la.

Tem V. Ex^a a palavra, Senador Bello Parga.

O SR. BELLO PARGA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^{as} e Srs. Senadores, na realidade, essa emenda é de autoria do Senador José Alves, que não está no momento, mas me solicitou que requeresse destaque para votação em separado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a tem razão. A emenda é de autoria do Senador José Alves. O destaque é que é de V. Ex^a.

O SR. BELLO PARGA - Feito esse esclarecimento, eu queria dirigir-me ao Relator...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O eminente Senador Bello Parga pede a atenção do Relator.

O SR. BELLO PARGA - ...pois ela guarda coerência no que tange a prazos. O ilustre Senador José Alves estipulou o prazo de cinco anos. Eu, posteriormente, encaminhei uma emenda nos mesmos termos, apenas reduzindo o prazo para dois anos, a fim de dar conformidade ao substitutivo do Relator que, em casos semelhantes, nos arts. 4º e 11, estabelece o prazo de dois anos de vigência.

Sr. Presidente, o prazo de dois anos beneficiaria apenas os trabalhadores na menor faixa de renda, aqueles que necessitam ingressar no mercado de trabalho mais cedo, ou seja, a partir de 16 anos. O prazo de dois anos resolve principalmente o problema do vácuo legislativo que vai inevitavelmente acontecer para aqueles que reunirem as condições para aposentadoria pela regra de transição antes da regulamentação.

Assegura também, o prazo menor - e reitero ao ilustre Relator que atente para a razão por que estou diminuindo o prazo da Emenda José Alves para dois anos -, aos beneficiários da Previdência, a mesma carência assegurada aos detentores de fundo de pensão, que obtiveram do Relator o prazo de dois anos para ajustar atuarialmente os seus ativos.

Finalmente, restabelece-se a proposta original do Executivo enviada à Câmara dos Deputados, que previa um prazo de dois anos, a contar da data da promulgação da emenda, para que as novas regras entrassem em vigor.

De maneira, Sr. Presidente, que são esses os argumentos que me cumpre expender no momento para justificar a Emenda do nobre Senador José Alves, acrescentando que o prazo, na realidade, seria de dois anos, e não de cinco.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Com a palavra o Senador Beni Veras.

O SR. BENI VERAS - Nós dissemos que o substitutivo trata de forma adequada os que já tiverem cumprido os requisitos para recepção de benefícios e os que ainda estão em processo de aquisição de direito. Seria, sem dúvida, injusto não tratar de modo diferenciado quem já se encontra próximo de poder se aposentar e quem está entrando agora no mercado de trabalho.

A sistemática apresentada no substitutivo foi elaborada com muito rigor e contempla de forma apropriada e justa o tempo de serviço que já está vinculado ao regime previdenciário.

Sou pela rejeição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O eminente Senador Beni Veras justifica a rejeição.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - É sobre a matéria? Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, penso que a emenda do Senador José Alves, subemendada pelo Senador Bello Parga, é perfeitamente razoável. O relatório está dando dois anos para os fundos de pensão se adaptarem às novas regras. A emenda original do Governo, quando foi encaminhada à Câmara dos Deputados, também propunha que ela entraria em vigor em dois anos. Como esse é um assunto que move as pessoas, todos aqueles que estão preocupados com esse processo, a cautela nos aconselharia a acatar a subemenda do Senador Bello Parga, que restabelece o prazo de dois anos, considerando, inclusive, que era a proposta original do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Com a palavra o Senador Beni Veras.

O SR. BENI VERAS - Pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O eminente Senador Beni Veras mantém a rejeição.

A Presidência passa à votação.

Votação nominal. Os Srs. Senadores que votarem com o eminente Relator dirão "sim"; os que se manifestarem a favor da emenda José Alves...

O SR. ROBERTO FREIRE - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Com a palavra o Senador Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE - A proposta original do Governo fixava o prazo de dois anos para a entrada em vigor, garantindo, nesse período, a aposentadoria nos termos da lei vigente. Isso foi aprovado na Câmara, é inclusive o penúltimo artigo. É importante então ter clareza de que o prazo de transição de dois anos correspondia à proposta original do Governo, que foi aprovada na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Bení Veras, o eminente Senador Roberto Freire lembra que o prazo de dois anos foi aprovado na Câmara, levando em conta o texto do Governo. V. Ex^a tem alguma coisa a acrescentar ou mantém a posição?

O eminente Senador Relator mantém a sua posição.

Os Srs. Senadores que aprovam a manifestação do Relator dirão "sim"; os que acompanharem a Emenda José Alves, destacada pelo ilustre Senador Bello Parga, dirão "não".

(Procede-se à votação.)

Votaram 17 Srs. Senadores. Votaram "Sim" 13 Srs. Senadores; e "Não" 4.

A emenda foi rejeitada.

Passa-se à Emenda nº 9, do eminente Senador José Eduardo Dutra. Peço a S. Ex^a que sustente a sua emenda, que tem a seguinte redação:

"O limite máximo de contribuição e de benefício para o regime geral de previdência será equivalente a dez vezes o piso de benefício da Previdência Social."

Tem V. Ex^a a palavra, Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, esta emenda também já foi discutida aqui, por isso não vou gastar muito tempo nos argumentos.

Primeiro, quero dizer do meu estranhamento da referência à moeda nacional na Constituição. Penso que temos aqui algo **sui generis** em comparação com Constituições do mundo todo. Vamos estabelecer na Constituição um valor em reais. Está certo que acreditamos na estabilidade do Real, mas achar que ele vai ser mais perene do que a Constituição é meio complicado.

Em segundo lugar, é verdade que a faixa dos benefícios a serem cobertos pela Previdência Social não faz parte da Constituição hoje. Ela foi introduzida na Câmara exatamente em função de um debate que havia, da desconfiança das intenções do Executivo de privatizar a Previdência; de, num futuro, estabelecer-se uma Previdência Social básica, abrangendo uma faixa de um, dois ou três salários mínimos e, a partir daí, todos os outros trabalhadores que ganhassem acima terem de ir para a Previdência Privada. Por isso foi introduzida, no projeto da Câmara, a faixa de um a dez salários mínimos.

Entendo que procede, em parte, o argumento dos Srs. Senadores de que ao se estabelecer esse teto de dez vezes o piso pode-se engessar o salário mínimo. Propõem S. Ex^{as} retirar isso como uma forma de liberar o salário mínimo e de não haver mais o argumento de que o aumento do salário mínimo vai quebrar a Previdência Social, os Estados e os Municípios. Mas quero dizer que, mantido como está, esse argumento vai permanecer, porque 80% dos benefícios da Previdência básica são de um salário mínimo. Vai continuar havendo essa pressão. Este não é argumento para justificar a sua retirada.

Prefiro manter o teto igual a dez vezes o piso, registrando, inclusive, que não é a minha emenda que está indexando o salário. Ela estabelece que o teto é dez vezes o piso. O que indexa ao salário mínimo é falar que é o piso. É lógico que é um sofisma, mas não se pode argumentar que a minha emenda está indexando o nosso salário mínimo.

Prefiro manter essa garantia de que vamos ter uma Previdência básica no Brasil, que abranja um limite maior, para não abrir a possibilidade de que venha a ser privatizada nas faixas acima de três salários mínimos, até porque sabemos que se isso acontecer estaremos contribuindo para quebrar a Previdência, porque aqueles que ganham acima de três mínimos não vão mais contribuir para a Previdência pública. É exatamente na faixa de três a seis mínimos que está a maior parte da contribuição para a Previdência Social.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a assinala dez vezes o piso de benefício?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O eminente Relator Beni Veras informa à Presidência que é contrário à emenda do eminente Senador José Eduardo Dutra.

Passa-se à lista de votação. Os senhores que acompanharem o eminente Relator dirão "sim" e os que acompanharem o eminente Senador José Eduardo Dutra, dirão "não".

A Presidência pede aos eminentes Senadores que não se ausentem porque estamos para concluir esta votação e o segundo item da pauta é o segundo turno das eleições.

(Procede-se à votação)

Vamos proclamar o resultado.

Votaram SIM 12 Srs. Senadores; e NÃO 6.

Total: 18 votos.

Rejeitada a Emenda do eminente Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Sr. Presidente, eu queria indagar do Relator com relação ao disposto no art. 1º do Substitutivo e, mais precisamente, na reformulação do art. 40 da Constituição, no § 9º. O texto aprovado, pela minha leitura, está sofrendo uma redução da palavra "função". Como não houve retificação, eu queria saber se o texto foi retificado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Eminente Senador José Ignácio Ferreira, a Presidência esclarece que esse texto é o antigo; a função já está modificada. Mas é bom que isso fique sempre esclarecido, para que não haja prejuízo aos eminentes Senadores interessados.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Foi um equívoco, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Passamos à Emenda nº 26 - o eminente Senador Romeu Tuma pede que ao art. 100 se inclua o § 3º, com esta disposição:

"O disposto no **caput** deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos e obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda

Federal, Estadual e Municipal deva fazer, em virtude de sentença judicial transitada em julgado."

Qual é a manifestação do eminente Relator? Sr. Senador Beni Veras, V. Ex^a acolhe ou rejeita a Emenda?

O SR. BENI VERAS - Nós a acolhemos, porque ela facilita muito.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O eminente Senador acolhe a Emenda do nobre Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA - Pedi o destaque para a Emenda do nobre Senador Carlos Wilson.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Mas o destaque está aqui, assinado somente por V. Ex^a.

A Presidência incluirá aqui o Senador Carlos Wilson.

O SR. ROMEU TUMA - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Pergunto aos Srs. Senadores se estão todos de acordo. (Pausa)

Acolhida a emenda. Passa-se à emenda nº 30, do eminente Senador José Eduardo Dutra.

A emenda é substitutiva. Pede que seja incluída onde couber.

"Até a entrada em vigor da lei complementar a que se refere o § 1º do art. 201, fica assegurada a concessão de aposentadoria especial, ou pensão por morte que dela resulte, ou a que teria direito o segurado na data do seu falecimento, nas condições previstas na legislação vigente à data da publicação desta emenda."

O eminente Relator pede ao Senador José Eduardo Dutra que aguarde um minuto.

O SR. NEY SUASSUNA - Qual o número da emenda, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Emenda nº 30.

A emenda, eminente Senador Ney Suassuna, visa resguardar a concessão de aposentadoria especial, ou pensão por morte que dela resulte, ou a que teria direito o segurado na data do falecimento.

Concedo a palavra ao Senador Beni Veras, que acolhe parcialmente a Emenda nº 30, destacada pelo Senador José Eduardo Dutra.

Senador Roberto Freire, peço um esclarecimento para essa emenda, porque vamos colocá-la em votação agora.

Eminente Senador José Eduardo Dutra, o eminente Senador Beni Veras pede a V. Ex^a que leve em consideração a sua manifestação. O Relator acolheu a emenda de V. Ex^a, na forma do substitutivo.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Só tem um problema com a forma do substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Peço a V. Ex^a que use a palavra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Veja bem, Sr. Presidente, essa emenda foi resultado daquele debate ocorrido aqui na reunião passada, que acabou acatando um destaque meu para suprimir o antigo art. 19. Quais são os consensos? Em primeiro lugar, entendemos que aposentadoria especial deva ser definida em lei complementar. Segundo: entendemos que aqueles trabalhadores que hoje usufruem de aposentadoria especial e algumas atividades que são consensuais, ou seja, atividades que expõem o trabalhador a risco de vida, devam ser objeto de aposentadoria especial e que não devem perder.

O problema é que existe, hoje, uma medida provisória em vigor que revoga algumas leis de aposentadoria especial de categorias, que são as leis que estão previstas no art. 17: Lei nº 3.529, Decreto-Lei nº 158, Lei nº 5.527, Lei nº 5.939, Lei nº 6.903, Lei nº 7.850, Lei nº 8.230 etc.

A redação que está sendo proposta pelo Relator, na prática, constitucionaliza uma medida provisória que o Congresso Nacional ainda não analisou. Não tenho dúvida alguma de que deva ser revogada a aposentadoria especial de jornalista, de juiz classista e outros. Mas tenho dúvidas em relação à aposentadoria do aeronauta.

Se eu votar a emenda como está aqui, revogando a dos aeronautas, sem haver um debate do ponto de vista técnico, na prática, estaremos revogando sem a Comissão ter-se debruçado sobre o assunto. Então, o que propõe a minha emenda? A emenda estabelece que fica mantida a aposentadoria especial de acordo com a legislação em vigor, na promulgação da emenda. Ora, se quando a emenda for promulgada, a medida provisória estiver em vigor ou tiver sido votada, significa que não estão incluídas essas categorias na aposentadoria especial. Porém,

entendo que a minha emenda preserva os direitos daqueles que realmente têm direito à aposentadoria especial, pelo fato de estarem expostos a risco, e não inclui essas categorias na especial, porque elas estão revogadas por medida provisória, mas nos livra de entrar em um debate que exigiria uma discussão mais técnica.

Não votarei na emenda como está, porque não tenho condições de dizer se aeronauta deva ter aposentadoria especial ou não. Estou julgando para lei complementar, como está colocado na minha emenda. Minha emenda diz: "Até entrada em vigor da lei complementar a que se refere o § 1º do art. 201, ficam mantidas as especiais da forma como estão, na forma da lei".

Portanto, esse é um problema mais de entendimento de redação, porque é consenso que não queremos ter especiais para quem não mereça e é consenso que essas especiais vão ser definidas em lei complementar. O que não quero é constitucionalizar uma medida provisória sobre a qual tenho dúvida. Por isso, fiz destaque para emenda da forma como está redigida.

O SR. BENI VERAS - Estamos trazendo para uma discussão em torno de dois terços a votação.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O eminente Senador Beni Veras declara que o seu substitutivo assegura muito mais, porque a discussão ficaria apenas numa maioria simples na medida provisória, enquanto aqui ele exige dois terços para que se retire essas aposentadorias.

Senador Beni Veras, V. Exª pensa que o substitutivo beneficia mais do que a emenda?

O SR. BENI VERAS - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Vamos passar à votação, se nenhum dos Srs. Senadores quiser usar da palavra, com o esclarecimento do eminente Senador Beni Veras de que o benefício dele é maior.

Os Srs. Senadores que aprovarem a manifestação do Relator dirão "sim"; os que a ela forem contrários, obviamente, dirão "não".

(Procede-se à votação.)

Votaram SIM, com o Relator, 17 Srs. Senadores; e

NÃO 3.

Passa-se à apreciação do destaque para a supressão do termo "exclusivo", de autoria do Senador Roberto Freire. S. Ex^a tem a palavra.

O SR. ROBERTO FREIRE - Do art. 201, II, § 7º. Estou fazendo referência não à emenda, mas à supressão de uma expressão desse inciso II do § 7º do art. 201, página 26.

Aqui define, Sr. Presidente, algo que foi uma conquista fundamental da Constituição brasileira, ou seja, de que, independente de serem contribuintes da Previdência, integramos no sistema de Previdência os trabalhadores rurais, o produtor rural, em regime de economia familiar, o garimpeiro e o pescador artesanal. Acho que foi uma grande conquista, caminhando para a universalização da Previdência. Aqui está definindo uma idade que é diferenciada da idade do sistema geral, exatamente em função dessa realidade de não contribuição.

Para quem conhece a realidade do Nordeste, a questão do trabalhador rural, em alguns momentos, é confundida com a do produtor rural ou com a do pequeno proprietário de economia única e exclusivamente familiar; ele alterna. Ele não só trabalha na sua propriedade, normalmente pequenas propriedades, como ele trabalha como assalariado em algumas regiões onde há o trabalho assalariado, e isso é muito comum na Zona da Mata pernambucana - pequenos proprietários, meeiros, arrendatários que vêm para a colheita da cana, no período da safra da cana, e trabalham como assalariados. Quando se diz que aqui vai valer a aposentadoria para aqueles que exerçam atividades em regime de economia familiar - e se quer dizer "exclusivo" -, não se está levando em conta essa realidade. E alguém pode dizer: mas isso pode facilitar fraude. Quero dizer que não é o termo "exclusivo", na Constituição, que vai resolver; vai ser a regulamentação de saber o que é exclusivo. E aí caberia a discussão para evitar fraudes. Colocando-se isso na Constituição, de imediato, retira-se a possibilidade daqueles que trabalham como assalariados em determinados períodos de safra - e não vamos analisar a agricultura como analisamos a indústria: permanentemente; ele tem períodos. Pode ter um regime familiar e, ao mesmo tempo, durante todo o ano, também trabalho assalariado. Como a legislação vai evitar fraudes na comprovação desse tempo não deve ser limitado, de imediato, pela Constituição.

Daí o nosso destaque para retirar a palavra "exclusivo". Quero dizer que trago essa proposta, inclusive com o compromisso - porque houve esse compromisso junto ao Presidente da República - dos representantes sindicais dos trabalhadores rurais da Contag de que grupo de trabalho iria definir na lei, com muita concretude, a possibilidade de detectar fraude e fazer com que maior transparência houvesse nas aposentadorias dos trabalhadores rurais, sejam eles assalariados ou produtores de economia familiar. Então, nesse sentido, a minha proposta é para tirar o termo "exclusivo".

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Beni Veras, a emenda do eminente Senador Roberto Freire é supressiva. S. Ex^a pede, no destaque à sua emenda, que se exclua do parágrafo "exclusivo"; justificou com a problemática do Nordeste e do compromisso da Presidência da República.

Eminente Senador Roberto Freire, o Relator acolhe a emenda porque ela tem absoluta procedência, o que, aliás, era idéia da assessoria.

Aprovada. Penso que os eminentes Relatores dispensam a votação pela lista nominal. De acordo?

Em votação, uma vez que o eminente Senador Beni Veras rejeita as Emendas nºs 10 e 19, já anteriormente discutidas, de autoria do Senador José Eduardo Dutra. S. Ex^a imaginou que poderia, dado o lado filantrópico, mas, infelizmente não há como.

O SR. BENI VERAS - Srs. Senadores, é aquela emenda da renda como fator determinante da idade mínima.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O eminente Senador Relator rejeita.

Vou colocá-la em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam a rejeição manifestada pelo eminente Senador Beni Veras dirão "sim" e os que acompanharem o Senador José Eduardo Dutra dirão "não".

(Procede-se à votação.)

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Sr. Presidente, voto com o Relator, porque se esperava que houvesse uma redação nova. A emenda do Senador José Eduardo Dutra tem problemas; ela, por exemplo, elimina a idade de 60 anos.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Ela diz que a lei vai levar em consideração o fator renda para definir a idade. A idade é de 60 anos...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Estamos em processo de votação. O Senador José Fogaça acompanha o Relator, com os esclarecimentos.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Sou obrigado a acompanhar o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Muito bem! Continua a votação.

(Continua o processo de votação.)

Votaram 20 Srs. Senadores. Votaram "Sim" 16 Srs. Senadores; "Não" 03 Srs. Senadores e houve uma abstenção.

Rejeitadas as emendas.

Peço a atenção dos eminentes Senadores para o ofício do Senador Beni Veras.

Sr. Presidente, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em sua reunião do último dia 27 de agosto de 1997, aprovou uma modificação no artigo 37, § 7º, que exige alterações no art. 40, § 12 e no art. 11 da PEC.

Submeto a V. Exª a seguinte proposta de ajuste: inclusão da expressão "de cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração" no art. 40, § 12 e a supressão da mesma expressão no art. 11 da PEC. Nos quadros e anexos estão apresentados maiores detalhes do ajuste proposto.

Caso V. Exª esteja de acordo, solicito submeter essa proposta de ajuste à Comissão em sua reunião prevista para o dia 3 de setembro".

A Presidência distribuiu e todos estão de acordo.
(Pausa)

Está encerrada a votação.

Aprovada.

O SR. ELCIO ALVARES - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - É sobre a matéria?

O SR. ELCIO ALVARES - Rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O eminente Senador Elcio Alvares pede a palavra, uma vez que está encerrada a matéria da Previdência Social. Peço aos eminentes Senadores e Senadoras que ouçam o nobre Senador.

Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente e eminentes colegas, faço um registro breve, mas profundamente sincero e expressivo. Ao concluirmos uma etapa muito importante na votação da Previdência, menos na condição de Líder do Governo e mais na de um Senador que acompanhou de perto o trabalho do Senador Beni Veras, eu gostaria de dizer que tenho certeza de que todo este Plenário compreendeu a extensão da atividade de S. Ex^a frente a uma das matérias mais difíceis que o Senado já teve oportunidade de examinar. Registro, de público, como tenho feito em algumas oportunidades - tenho acompanhando esse projeto da Previdência -, os meus cumprimentos ao Senador Beni Veras. Tendo a certeza, sem procuração de todos, de que interpreto o pensamento da Casa. Sentimos, através da votação e das intervenções até mesmo dos elementos do Bloco de Oposição, que o substitutivo do Senador Beni Veras passou praticamente a ser o Substitutivo do Senado da República. Cumprimento, portanto, o Senador Beni Veras e reitero, nesta oportunidade, um conceito que faço questão de proclamar de público: inegavelmente o Senador Beni Veras não somente honra a Bancada do Ceará, mas é, nesta Casa, um modelo de trabalho e de dedicação para todos nós.

O SR. JADER BARBALHO - V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ELCIO ALVARES - Ouço V. Ex^a com prazer.

O SR. JADER BARBALHO - Acrescento, em nome dos companheiros que integram a Bancada do PMDB, neste momento, neste aparte a V. Ex^a, também as nossas homenagens ao trabalho realizado pelo Senador Beni Veras.

O SR. ELCIO ALVARES - Recolho e ouço agora Senador Sérgio Machado.

O SR. SÉRGIO MACHADO - Senador Elcio Alvares, também a Bancada do PSDB se sente muito feliz em ver o desempenho de todo o Senado nessa discussão aberta, nesse avanço e nesse aprofundamento que fizemos da reforma da Lei da Previdência. O Senador Beni Veras teve um papel destacado e a Bancada do PSDB no Senado se sente muito feliz com o resultado dessa votação.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma, que, autorizado pela Liderança do Partido, o eminente Líder Hugo Napoleão, fala em nome do PFL.

O SR. ROMEU TUMA - Apenas para acrescentar - acredito que é o pensamento do Senador Hugo Napoleão, porque S. Ex^a por várias vezes assim se manifestou - as nossas homenagens, corroborando com as palavras do Senador Elcio Alvares ao ilustre Senador Beni Veras.

O SR. ELCIO ALVARES - Tenho a impressão, Sr. Presidente, de que no PPB há a unanimidade. Isso é muito significativo.

O SR. ROBERTO FREIRE - Senador?

O SR. ELCIO ALVARES - Pois não, Senador Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE - Acrescento apenas, ressaltando a posição do Relator Beni Veras, que poderíamos tirar alguns ensinamentos da tramitação dessa emenda. Independentemente das divergências que possamos ter, é importante salientar que nessa matéria se conseguiu fazer algo que deveríamos fazer em relação a todas: houve um processo de negociação, patrocinado pelo Relator e aceito por todas as Lideranças. Acredito que em grande parte o sucesso do Relator Beni Veras tenha sido por essa postura de negociação assumida pelo próprio Relator, pelos Senadores e pelas Lideranças. Saliento isso para que essa prática que aqui iniciamos tenha continuidade em outras matérias.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O Senador Levi Dias pede um aparte ao eminente Senador Elcio Alvares.

O SR. LEVY DIAS - Em nome do PPB, Senador Elcio Alvares, apenas ratifico os pronunciamentos aqui já feitos em relação ao trabalho do Senador Beni Veras e registro uma avaliação muito pessoal que faço pela sua maneira séria, pela sua sensibilidade e por abrir o diálogo a todos, para concluir um trabalho realmente dos mais difíceis da Casa. O PPB deseja associar-se às manifestações de V. Ex^a, exatamente porque acreditamos que o Senador Beni Veras prestou um serviço altamente patriótico ao País.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Elcio Alvares, peço permissão a V. Ex^a para convidar o eminente Deputado Federal Constituinte Expedito Machado para tomar assento na nossa Bancada. S. Ex^a foi meu colega na relatoria. A Presidência se sente honrada e pede a S. Ex^a que tome assento.

Pode concluir, Senador Elcio Alvares.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, para concluir, tenho quase certeza de que essa unanimidade aqui manifestada foi a expressão maior de homenagem ao nobre Senador Beni Veras. Parabéns, Beni. O trabalho foi muito importante para o Senado da República e para o País.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Tem a palavra o nobre Senador José Ignácio Ferreira.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Sr. Presidente, com relação a esse assunto, subscrevo a manifestação do meu Líder, o eminente Senador Sérgio Machado, que representou toda a Bancada nas merecidas homenagens ao eminente Senador Beni Veras.

Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a que esse texto conste da Ata como razões somadas às que oralmente fiz quando da votação da emenda concernente à Magistratura.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência determina à Secretaria que faça constar na declaração de voto do eminente Senador José Ignácio Ferreira as suas considerações encaminhadas à Mesa por escrito.

Tem a palavra o nobre Senador Beni Veras.

O SR. BENI VERAS - Caros e eminentes colegas, quando recebi a tarefa de elaborar o relatório da Previdência Social, sabia das dificuldades que teria que enfrentar e vi que não havia condições de vencer os obstáculos sem o consenso, sem a convivência, sem a troca de informações, sem incorporar as opiniões dos companheiros Senadores ao projeto, de tal maneira que ele representasse a média do pensamento da Casa, não o meu pensamento ou o pensamento do Governo. Isso foi obtido.

Ele representa realmente o consenso, pelo menos a média do pensamento da Casa, o que é muito positivo, pois as leis deveriam ser consensuais, na medida do possível. Então, por tudo isso, agradeço a todos os Senadores a cooperação que me deram. Destaco que metade desse crédito se deve ao nobre Senador Bernardo Cabral. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Muito obrigado. É gentileza do Relator e do Plenário.

Solicito aos eminentes Senadores que não se ausentem.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sr. Presidente, é propósito de V. Ex^a fazer apenas a discussão dessa matéria ou também a votação?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Se os Srs. Senadores entenderem votação, se não houver nenhum pedido...

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sr. Presidente, permita-me fazer uma consideração pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sr. Presidente, hoje, se não todos, pelo menos muitos Senadores aqui vieram apenas para discutir e votar a reforma da Previdência. A matéria que ora é submetida a esta Comissão não é de somenos importância, não é secundária; é de grande relevância e interessa a toda a classe política e à sociedade brasileira. V. Ex^a tem se comportado nesta Comissão com a maior lisura, e tem primado por dar transparência a tudo o que se faz aqui.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Muito obrigado.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Uma matéria dessas, Sr. Presidente, me parece - e aí apelo a V. Ex^a - não pode ser posta em votação assim; teria que ser anunciada previamente. Embora haja condições regimentais para ser votada, não discuto isso. Creio que esta matéria possa ser exaustivamente discutida hoje, encerrando-se a discussão. Para que haja votação, é preciso que todos os Senadores, e não apenas os membros desta Comissão, saibam que a matéria vai ser votada. É o apelo que faço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Eu gostaria de fazer um esclarecimento aos eminentes Senadores. Tenho a impressão de que mais da metade dos que aqui se encontram vieram exatamente por causa desta discussão. Não é o caso de V. Ex^a, pois é um Senador assíduo nesta Comissão; não precisa ser lembrado disso, assim como o Senador Lúcio Alcântara e outros.

Ontem, os Senadores que falavam a respeito da matéria - Senadores Jader Barbalho, Renan Calheiros, Ney Suassuna, Hugo Napoleão, Sérgio Machado e Francelino Pereira - pediram-me que, como era uma reunião ordinária, incluísse em

pauta. Assim estou fazendo, para discussão. Não vou impedir que se faça pedido de vista, que se adie a votação.

O SR. JADER BARBALHO - Já se encerrou o prazo para pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Já encerrou? V. Ex^a esclarece bem que já houve pedido de vista coletivo?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra, pela ordem, ao eminente Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, esta matéria não pode ser apreciada hoje, e justifico o porquê.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Peço a atenção do eminente Senador Jader Barbalho para a contradita, se assim achar interessante. Volto a palavra ao Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Quando é apresentado à Mesa algum requerimento de tramitação conjunta de matérias existentes no Senado, as matérias que estão na Comissão são encaminhadas à Mesa para que o requerimento possa ser incluído na Ordem do Dia e votado.

Foi encaminhado, ontem, à Mesa do Senado, um requerimento do Senador José Roberto Arruda, pedindo tramitação conjunta desta proposta de emenda constitucional com uma outra que trata, também, do 2º turno. Essa matéria tem que ser remetida à Mesa para, sobre esta, poder ser incluído na Ordem do Dia o requerimento de tramitação conjunta. Se este for aprovado, as matérias serão encaminhadas ao mesmo Relator. Portanto, com base neste requerimento, que já existe na Mesa - solicito que esta seja consultada, se for o caso -, essa matéria não pode ser submetida nem à discussão, nem à votação no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra ao eminente Senador Lúcio Alcântara. Peço aos Srs. Senadores que ouçam S. Ex^a.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a que indague da secretaria da Comissão se o processo ainda se encontra aqui ou se já foi solicitado pela Secretaria-Geral da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A secretaria da Comissão esclarece que o processo ainda se encontra aqui, não havendo solicitação alguma da Secretaria-Geral da Mesa.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Para o requerimento ser lido, o processado tem que estar sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Tem a palavra o eminente Senador Jader Barbalho.

O SR. JADER BARBALHO - Sr. Presidente, o ilustre colega Senador José Eduardo Dutra esclarece-nos que foi apresentada, ontem, uma proposição à Mesa, que sequer foi apreciada pelo Plenário e votada. Portanto, não há nenhuma sustentação de natureza regimental, porque pode até vir a ser rejeitada pelo Plenário do Senado, inexistindo, assim, regimentalmente, para esta Comissão.

Desejo lembrar que o ilustre Senador Francelino Pereira apresentou o seu parecer, V. Ex^a concedeu vista regimental. Devo dizer que essa vista já extrapolou - e muito - o seu prazo, em face da apreciação da emenda da Previdência Social.

Assim, nesta reunião, há cabimento para retomarmos a discussão e procedermos à votação.

Sr. Presidente, eram essas as minhas observações, com as minhas homenagens ao ilustre companheiro José Eduardo Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sr. Presidente, dou-lhe uma razão de ordem pessoal. Tenho um compromisso às 13h., da tarde, dentro de 15 minutos. Se esta matéria estivesse em pauta, não teria assumido tal compromisso. Vou ter que me ausentar, portanto, de uma matéria que interessa a todos nós, inclusive a mim pessoalmente. Não vejo o porquê da pressa em se votar isso hoje; é um desrespeito aos colegas que não querem que ela seja votada hoje.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência vai colher a manifestação do Plenário.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, antes de V. Ex^a colher a manifestação do Plenário, há uma questão de ordem sobre a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Então, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, há sobre as bancadas um documento da lavra do nobre Senador Francelino Pereira, intitulada "Aditivo ao Parecer sobre a Proposta de Emenda Constitucional nº 20, de 1997". Parece que se trata de parecer sobre emendas de autoria dos Senadores Bello Parga e Freitas Neto. Regimentalmente, considerando, inclusive, decisões recentes em relação à própria proposta da Previdência, em se tratando de um fato novo - documento sobre as emendas -, indago de V. Ex^a se há possibilidade de se solicitar vista, em face do aditivo ao parecer?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Regimentalmente, não.

O SR. ROBERTO FREIRE - Sr. Presidente, desculpe-me mas tenho que pedir vista, pois esse processo nem distribuído foi. Não fomos convocados para isso; fomos convocados para discutir a Previdência Social.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Desculpem-me, hoje é uma reunião ordinária. A Presidência precisa esclarecer que não está aqui fazendo jogo de ninguém. Aqui já se insinuou que esta reunião não foi convocada para tratar desta matéria. Esta é uma reunião ordinária, e esta matéria já vem de reuniões anteriores. Os Srs. Senadores, na sua maioria integral, disseram que ficariam aqui para votar. A Presidência está apenas acolhendo. Devo dizer que um eminente Líder da Oposição, Senador Antonio Carlos Valadares, já há várias reuniões vem pedindo-me que dê seqüência a esse pedido de vista. Portanto, não estou aqui atendendo ninguém em particular. Lamento apenas uma coisa: que não tenha prevenido antecipadamente o Senador Jefferson Péres, porque S. Ex^a é um dos que está sempre aqui, junto comigo, desde o início dos trabalhos desta Comissão.

Fora isso, Senador Roberto Freire, trata-se de uma reunião ordinária em cuja pauta está incluída esta matéria.

O SR. SENADOR - Sr. Presidente, tendo em vista que esta reunião é ordinária, e comparecemos a ela conforme fazemos todas as semanas, às quartas-feiras, toda matéria que foi colhida pela Mesa e considerada importante pela Presidência deve ser considerada pelo Plenário.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Sr. Presidente, Srs. Senadores, se a Presidência me permitir, gostaria de ler o meu voto em separado sobre esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a poderá lê-lo em momento oportuno, porque ainda não sabemos como o Plenário se comportará.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Então antes de entrar no mérito, discutirei apenas uma questão regimental.

Sobre o assunto, gostaria de dizer que encaminhei requerimento à Mesa do Senado - e quero ter a confirmação se já foi lido. Não existe apenas um projeto tramitando nesta Casa sobre esta matéria, mas vários. Um deles, o mais antigo, foi apresentado pelo Senador Francisco Escórcio, suplente que assumiu por alguns meses a vaga do Senador Bello Parga. Nesse requerimento, pedi que todos esses projetos fossem apensados e tivessem tramitação conjunta.

Gostaria de, claramente, colocar à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania um raciocínio que me parece simples. Existem Senadores favoráveis ao final do segundo turno e também os contrários à idéia. Mas, todos sabem, sem exceção - favoráveis ou contra - que caso vença a tese jurídica de que, por ser emenda constitucional, ela não tem a limitação de 03 de outubro, ou seja, de um ano antes da eleição, poderia ela prosperar. Se é essa a tese, os que somos favoráveis e os contrários ao segundo turno, temos algo mais em comum: desejamos a discussão e o voto da matéria. Ora, se há vários projetos em tramitação, por que votar e analisar apenas um? O pleito que faço aos Srs. Senadores é de votarmos hoje à tarde no Plenário o requerimento que apensa todas as matérias. E, caso retorne à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com o mesmo relator, ou como for decidido pelo Presidente da Comissão, seja imediatamente votado na sessão seguinte. Mas todos os projetos, até porque há diferenças técnicas entre eles que me parece fundamental que esta Comissão, eminentemente técnica sobre o aspecto jurídico, os analise. Isso sob a ótica de quem é a favor ou contra.

Creio que esse encaminhamento, Sr. Presidente, seria mais tranquilo, até porque a CCJ não estaria analisando um projeto em detrimento de outros, inclusive mais antigos, que já estão em tramitação no Senado e tratam exatamente sobre a mesma

matéria. Devo dizer que todos esses projetos querem acabar com o segundo turno. A minha idéia é que todos possam, no aspecto técnico e legal da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ser analisados em conjunto. Pela racionalidade dos trabalhos, poder-se-ia até gastar uma semana a mais nisso, mas todos os projetos teriam uma análise conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência vai colocar em votação, se o Plenário continua ou não com esta reunião para votação.

Os Srs. Senadores que acham que devemos continuar dirão "sim", os que se opuserem, dirão "não".

(Procede-se à votação.)

Vamos proceder à apuração.

Votaram "Sim" 14 Srs. Senadores; "Não", 6. Houve 2 abstenções.

Total: 22 votos.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Já que foi aprovado que vamos discutir a matéria, o mínimo que se exige é que se tenha a matéria sobre a mesa. Ou seja, o projeto original, as emendas, o parecer do Senador Francelino Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O projeto original está com o relator; o pedido de vista foi coletivo, V. Ex^{as} conhecem. A Presidência já distribuiu o aditivo ao parecer.

Com a palavra o Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Sr. Presidente, o parecer foi oferecido ao Plenário; foi concedido vista geral e, especificamente, ao Senador Jefferson Péres.

Anteontem, foi apresentada uma emenda aditiva pelo Senador Bello Parga e, ontem mesmo, ofereci o parecer que foi distribuído, ontem ou hoje, a todos os Srs. Senadores.

O SR. SENADOR - Não recebi.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Está sobre a mesa. A Mesa, por favor, pode informar.

O SR. ROBERTO FREIRE - Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência declara que a secretaria distribuiu no começo da reunião para os Srs. Senadores.

O SR. ROBERTO FREIRE - Sr. Presidente, a minha questão de ordem é outra, não quero um aditivo.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ROBERTO FREIRE - Sr. Presidente, gostaria de ter em mãos, para acompanhar o relatório, o texto integral do relatório. Não quero apenas o aditivo; não vou votar só o aditivo.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Dr^a Vera.

O SR. ROBERTO FREIRE - Não, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O Senador pede essa providência e a Presidência vai atendê-lo. Peço à Dr^a Vera que nos ceda uma cópia ao Senador.

V. Ex^a será atendido imediatamente.

Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - A emenda aditiva do Senador Bello Parga está expressa da seguinte forma:

"Dê-se ao art. 1º do substitutivo do relator - que é do conhecimento da Casa - a seguinte redação:

Art. 1º. O caput do art. 28, o inc. II do art. 29 e os §§ 2º, 3º, 4º, 5º e 6º do art. 77 da Constituição Federal passarão a ter a seguinte redação, renumerando-se o § 5º, arts. 28 e 29.

§ 2º. Será considerado eleito presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver maioria absoluta dos votos válidos, não computados os em branco.

§ 3º. Se nenhum candidato atingir a votação prevista no parágrafo anterior, será considerado eleito presidente o candidato que obtiver maioria relativa de pelo menos 45% dos votos válidos, não computados os em branco.

§ 4º. Se não se verificar a pluralidade de sufrágios a que se refere o parágrafo anterior, será considerado eleito presidente o candidato que obtiver maioria relativa de pelo menos 40% dos votos válidos, não computados os em branco, combinada com a diferença igual ou superior a 10 pontos percentuais em relação ao segundo colocado.

O SR. ROBERTO FREIRE - Sr. Relator, por favor, permita-me. Estou acompanhando a Constituição. Gostaria de acompanhar a emenda, porque não a tenho aqui, não foi

distribuída. Não importa ter tido vista, eu queria a emenda aqui. Não é possível. Nenhuma matéria tramitou aqui sem que tivéssemos, pelos menos, a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Peço que seja entregue uma cópia ao eminente Senador Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE - Não, espero que seja entregue a todos. Os que já conhecem podem até não ler, mas que se distribua para aqueles que querem acompanhar.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Eminente Senador Roberto Freire, V. Ex^a está pedindo, os demais não estão.

O SR. ROBERTO FREIRE - Estão pedindo. Apenas me fiz porta-voz aqui, sou Vice-Líder da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Aliás, um porta-voz à altura do encargo, porque isso não é cargo.

Tem a palavra o Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Vou concluir a leitura da emenda do Senador Bello Parga:

§ 5º. Na hipótese de não se verificar nenhuma das situações previstas dos §§ 2º, 3º e 4º, far-se-á nova eleição em até 20 dias após a proclamação do resultado, concorrendo os dois candidatos mais votados e considerando-se eleito aquele que obtiver a maioria dos votos válidos. Se, antes da realização do segundo turno, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato, convocar-se-á, dentre os remanescentes, o de maior votação."

A essa emenda do eminente Senador Bello Parga, o Relator proferiu o seguinte parecer, que é aditivo:

"Durante o prazo regimental concedido à vista, o nobre Senador Bello Parga apresentou a Emenda nº 2 à PEC nº 20, de 1997, mantendo o princípio da maioria absoluta para a eleição do Presidente da República...

O SR. ROBERTO FREIRE - Sr. Relator, desculpe-me interrompê-lo, mas me entregaram a emenda do Senador Bello Parga.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Exatamente, acabei de ler.

O SR. ROBERTO FREIRE - Mas não quero a emenda do Senador Bello Parga, quero a emenda que estamos discutindo.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Mas se está discutindo a Emenda Bello Parga.

O SR. ROBERTO FREIRE - Não, Júlio Campos.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Não, estamos discutindo a Emenda Bello Parga agora; é o parecer dele, depois, é que voltará...

O SR. ROBERTO FREIRE - É aditiva?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - É.

O SR. ROBERTO FREIRE - É aditiva. Sim, mas não quero discutir só a aditiva, não estamos discutindo a aditiva.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Mas, eminente Senador Roberto Freire, a Emenda Júlio Campos já foi discutida nesta Comissão, já foi pedido...

O SR. ROBERTO FREIRE - Mas não estou querendo isso, não estou discutindo mais a emenda. Quero uma cópia, tenho direito.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a quer uma cópia?

O SR. ROBERTO FREIRE - Mas é claro, e é isto que, desde o começo, estou dizendo. Não é possível estarmos discutindo uma matéria e não termos aqui o avulso. Quero a emenda que deu origem ao projeto e, claro, a Emenda do Senador Bello Parga, o aditivo do relator, quero tudo.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a está com o processo todo no original nas suas mãos.

O SR. ROBERTO FREIRE - Sim, as pessoas que estão estranhando não sabem que temos esse costume; talvez sejam pessoas que não participam dos trabalhos da Comissão e que só tenham vindo para esta reunião e que não sabem que é habitual termos toda a matéria sobre a mesa. Ninguém vota no escuro, não. É isso que estou pedindo. Será que é pouco?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Não. V. Ex^a já foi atendido.

O SR. ROBERTO FREIRE - Não muito. Terei que ler a matéria com o Senador José Roberto Arruda e outros Senadores, porque só há uma cópia. Vai ficar meio complicado, será uma leitura coletiva. Talvez fosse interessante, então, ler em voz alta.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Francelino Pereira, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ROBERTO FREIRE - Estou fazendo...

O SR. FRANCELINO PEREIRA - O relator se propõe a proceder novamente à leitura do seu parecer ao projeto inicial.

O SR. ROBERTO FREIRE - Eu gostaria.

O SR. SENADOR - Mas eu não quero ouvir de novo.

O SR. ROBERTO FREIRE - Mas eu quero.

O SR. SENADOR - Vamos votar para ver se V. Ex^a tem esse direito.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O eminente Senador Roberto Freire está em fase de obstrução e a Presidência garante a sua obstrução. Mas, agora, por enquanto, S. Ex^a vai garantir, primeiro, a palavra ao Relator.

Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ROBERTO FREIRE - Mas, se S. Ex^a quisesse ler, seria interessante, Sr. Presidente, até para que o Senador Renan Calheiros...

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Faço uma leitura sucinta.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Esta Comissão é democrática, veja que o Senador José Roberto Arruda se junta à Oposição nesta hora, provando a democracia do seu gesto.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Não, não. Por favor, por favor, esta não é uma questão partidária, não me junto à Oposição. Tenho uma opinião pessoal conhecida e, da mesma forma que respeito a opinião daqueles que pensam em contrário, não tenho a menor dúvida, até por conhecer V. Ex^a e todos os Pares, de que a minha opinião, que será dada no voto em separado, também será respeitada, ainda que minoritário. Mas não se trata aqui de uma questão de Governo *versus* Oposição.

Temos pessoas que apóiam incondicionalmente o Governo e favoráveis aos dois turnos, pessoas que apóiam incondicionalmente o Governo e contrárias aos dois turnos; por razões conceituais, de princípio, os dois respeitáveis. É a mesma coisa na Oposição. Quero, se me permite o nobre Presidente e os Srs. Senadores, apenas dentro do que consta no Regimento, fazer as minhas observações no momento em que V. Ex^a, Sr. Presidente, julgar oportuno. Não me junto à Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Espero que, um dia, V. Ex^a entenda bem o que eu quis dizer. Sei que V. Ex^a é um governista por excelência e não foi esta a minha idéia.

Continua com a palavra o Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Prossigo, então, na leitura do parecer aditivo.

S. Ex^a argumentou "a exigência de maioria absoluta, como está no Texto Constitucional em vigor, deve ser mantida com a primeira alternativa no primeiro turno das eleições presidenciais, pois assegura a inequívoca expressão do eleitorado, conferindo maior representatividade e maior legitimidade ao eleito se ela ocorre".

É louvável o propósito do ilustre Senador Bello Parga em defender um princípio que é tradicional no sistema eleitoral brasileiro, porém, a aceitação das duas alternativas mencionadas na Emenda nº 1 à PEC 20/97, de iniciativa do nobre Senador Freitas Neto, e o que o ilustre Senador Bello Parga também acolhe, torna inócua a exigência da maioria absoluta.

Ora, se o candidato poderá eleger-se Presidente com 45% ou 40% dos votos válidos, desde que a diferença sobre o segundo colocado seja de, no mínimo, dez pontos percentuais, é evidente que poderá eleger-se com 50%, 60%, 70% ou até 100% dos votos válidos. Ou seja, os percentuais de votos válidos, definidos pela emenda do nobre Senador Freitas Neto, acolhida pelo relator, são obviamente mínimos. Se a manifestação do eleitorado favorecer, em percentuais mais elevados, o candidato livremente escolhido, tanto melhor para ele.

O que importa considerar é que os percentuais estabelecidos pela emenda do ilustre Senador Freitas Neto correspondem à manifestação inequívoca do eleitorado. Aliás, a fórmula foi sugerida à Comissão de Reforma Político-Partidária, que atuou com muito brilhantismo nesta Casa, pelo Tribunal Superior Eleitoral e fundamentou-se "no pressuposto comprovado estatisticamente de que, quando a diferença entre o primeiro e o segundo colocado é muito elástica, dificilmente o quadro se reverte no segundo turno".

O sistema adotado pela Argentina vem funcionando a contento e entre nós funcionará com melhor razão ainda, face ao elevado número de eleitores inscritos para participar do pleito presidencial - cerca de 100 milhões. Com uma cifra tão elevada, uma diferença de dez pontos percentuais entre os dois candidatos mais votados representará quase dez milhões de votos, o que não deixará nenhuma dúvida quanto à escolha do eleitorado.

Em vista disso, mantenho o meu parecer favorável à PEC nº 20, de 1997, com a adoção da Emenda nº 1, de autoria do nobre Senador Freitas Neto, e pela rejeição da Emenda nº 2, de iniciativa do ilustre Senador Bello Parga, em que pese, repito, os elevados propósitos de S. Ex^a ao apresentá-la.

Mantém-se, assim, o parecer do relator, como substitutivo às emendas Freitas Neto e Júlio Campos.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Estão inscritos para falar os Senadores José Eduardo Dutra, Roberto Freire e José Roberto Arruda.

Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, Srs. Senadores, se formos buscar as notas taquigráficas da discussão da emenda da reeleição, veremos que eu disse que muito provavelmente aquela emenda seria modificada no futuro. Eu só não esperava que esse futuro chegasse tão brevemente.

O SR. SENADOR - Não tem nada que ver uma coisa com a outra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Estamos modificando o art. 77, que já está aqui nesta edição nova da Constituição em itálico, exatamente para ressaltar que esse art. 77 foi objeto de modificação em razão da emenda da reeleição. E nós já estamos modificando essa emenda!

Mas vamos ao mérito da matéria. Quando fomos contrários à emenda da reeleição, dizíamos que não iríamos conseguir construir uma democracia sólida no Brasil enquanto estivéssemos legislando de acordo com os interesses conjunturais deste ou daquele candidato, deste ou daquele partido, desta ou daquela corrente política.

O pressuposto principal para que se tenha uma democracia consolidada no nosso País é a existência de regras estáveis, regras consolidadas, regras que estabeleçam as condições em que este ou aquele candidato, em que esta ou aquela corrente política vão disputar o voto do eleitorado.

Do ponto de vista particular do meu partido, provavelmente, a extinção do segundo turno para Governadores e para Prefeitos vai trazer vantagens eleitorais. É só vermos as estatísticas: a quantidade de Municípios e Estados em que o meu partido ganhou no primeiro turno, mas no segundo turno formou-se uma santa aliança contra os interesses da esquerda. Muito

provavelmente, se esta emenda for aprovada, o meu partido será agraciado. Mas o que quero dizer é que não podemos estabelecer regras eleitorais, não podemos estabelecer regras que vão determinar os rumos da democracia brasileira da mesma forma como nós vamos em um alfaiate tirar medidas para fazer um terno.

As regras da democracia brasileira não podem ser encaradas da mesma forma ou escolhidas da mesma forma como se escolhem medidas, como se tiram medidas para fazer um terno, porque aí a medida do Senador José Roberto Arruda é uma, a minha é outra, a do Senador Fogaça é outra, do Senador Ney Suassuna é outra.

Estamos falando sobre o aperfeiçoamento da democracia, o que exige regras estáveis. A Constituição de 1988 introduziu o princípio dos dois turnos por entender que esse era um avanço da democracia, na medida em que permitia que governantes em todos os níveis - municipal, em caso de cidades com mais de 200 mil eleitores, estadual e federal - fossem eleitos com base em uma maioria absoluta.

Passada a Constituição de 1988, essas regras foram postas em prática apenas duas vezes em cada nível. Tivemos até o momento apenas duas eleições com dois turnos para prefeito, duas para governador e duas para Presidente da República. Portanto, não podemos dizer, com apenas duas experiências, que essa regra tenha que ser modificada ou que essa regra não contribuiu para a democracia.

Um dos argumentos que é levantado contra o segundo turno, particularmente contra o segundo turno para governador, é que aconteceu uma pulverização dos partidos, o que estaria enfraquecendo os partidos políticos, que não houve contribuição para o aperfeiçoamento da democracia.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, com todo o respeito ao Relator e àqueles que se somam a esse argumento, seria como dizer que a culpada pelo incêndio na floresta é a existência de árvores. Se é verdade que o sistema político-partidário brasileiro é frágil, há de se convir que a causa principal dessa fragilidade não é a existência ou não do segundo turno. A causa principal da fragilidade está em outros aspectos que estamos tentando discutir na comissão especial que vai estabelecer a reforma política e não numa mera discussão para o segundo turno.

Ora, se o segundo turno deve ser revogado, por que então só para governador? Se é um princípio, se o segundo turno causa a fragilização dos partidos, se o segundo turno não possibilitou a formação de alianças sólidas, se o segundo turno viabiliza o oportunismo de partidos políticos, por que é que isso só vale para governadores? Por que é que não vale para as eleições para Presidente da República também? Ou são argumentos sólidos para justificar a extinção do segundo turno ou não são. Ou será que não está incluída a exceção para Presidente porque não se tem nesta Casa candidatos à Presidência da República, mas apenas para governador? Será que é esse é um argumento válido, então?

Sr. Presidente, Srs. Senadores, volto a registrar, da mesma forma que levantava a posição contrária à reeleição: o que se está discutindo neste momento são regras para a democracia brasileira. A continuar esse tipo de prática, em que se fazem as regras de acordo com os interesses deste ou daquele governante de plantão, desta ou daquela conjuntura política, deste ou daquele interesse particular ou interesse partidário, vamos acabar dando razão àqueles que dizem "Não, a democracia pode acabar sendo descartável também".

Daqui a pouco vamos chegar à conclusão de que é a democracia que causa a fragmentação partidária, daqui a pouco vamos chegar à conclusão de que é a democracia que causa o enfraquecimento dos partidos, que é a democracia que impede a vontade popular, que é o voto direto e secreto que impede a livre expressão nas Casas Legislativas e nos executivos da vontade dos partidos políticos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, lamento muito a forma como esta questão vem sendo colocada. Esta emenda foi apresentada no momento em que se aprovou a reeleição sem se garantir a desincompatibilização dos governadores e, segundo interpretação do Senador José Roberto Arruda, pode valer para o próximo pleito. E vamos, mais uma vez, mudar as regras depois de o jogo já ter começado, introduzindo regras casuísticas para atender ao interesse desse ou daquele parlamentar ou não-parlamentar ou governador, que quer estabelecer regras que venham a favorecer a sua corrente de pensamento.

Volto a registrar, com muita tranquilidade, que, se vier a ser aprovada, esta emenda, muito provavelmente, vai até

beneficiar o meu Partido em alguns aspectos, na eleição para prefeito e governador. Mas não tenho dúvida em afirmar que voto contrariamente, porque esta emenda, a meu ver, como tantas outras, enfraquece a democracia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra ao Senador José Roberto Arruda, por permuta com o Senador Roberto Freire.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Sr. Presidente, eu gostaria de merecer a atenção dos Srs. Senadores, mesmo daqueles que já têm uma posição programática, conceitual, contrária à existência do segundo turno. Levantarei aqui alguns argumentos de ordem prática importantes para nossa reflexão e para a continuidade da tramitação desta matéria e daquelas que lhe fazem interface.

A primeira observação que tenho a fazer é que, particularmente, filio-me à corrente de pensamento que considera que a imposição de segundo turno, trazida pela Carta de 1988, foi um avanço no sistema democrático e veio como consequência de experiências vividas pela República moderna nos episódios de Café Filho, Jânio Quadros, enfim, momentos difíceis vividos pela República brasileira.

Mais do que isso, essa imposição traz, no bojo da sua sustentação teórica, a idéia de que, em municípios com população superior a 200 mil habitantes, nos Estados e no Governo Federal, nenhum governante deve ser empossado sem antes ter o apoio da maioria absoluta dos eleitores. Isso propicia alianças para a governabilidade e lhe dá intrinsecamente o poder de governar pela vontade da maioria absoluta da população.

Há aqueles que têm argumentos que respeito, embora deles discorde. Viro a página da argumentação teórica, que busca saber se é bom ou não o segundo turno, e vou focar a questão do segundo turno sob a ótica do momento que vivemos.

Há poucos meses, esta Casa deliberou favoravelmente à reeleição do Presidente da República, dos governadores e dos prefeitos. O Relator da matéria foi o Senador Francelino Pereira, que fez um relatório profundo e deixou bem claro que era favorável à possibilidade de reeleição dos governantes. Se me lembro bem do texto usado pelo Senador Francelino Pereira, dizia S. Ex^a: "... porque eles vão submeter os seus governos ao julgamento das

urnas; o cidadão, por meio do voto, irá decidir qual prefeito, governador ou presidente deverá ou não ter um novo mandato". Com a experiência de vida pública que tem, dizia o Senador Francelino Pereira que esses governantes se submeterão a um novo pleito, no exercício do mandato que lhes foi conferido, mas seguindo as mesmas regras pelas quais haviam sido eleitos antes.

Aprovamos a reeleição. Eu defendi a reeleição. Outros a defenderam tanto quanto eu, mas acredito que ninguém o fez com mais convicção do que eu. Fui favorável à reeleição em todos os níveis; fui favorável à reeleição do Presidente Fernando Henrique, que é do meu Partido, e do Governador do meu Estado, que não é do meu Partido e que não quero ver reeleito.

Se o Senador Francelino Pereira, como Relator da emenda da reeleição, tivesse dito, no seu relatório, que era favorável à reeleição, mas que essa reeleição poderia se dar com regras diferentes daquelas com as quais os atuais governantes foram eleitos, o meu voto teria sido contrário à reeleição. Na minha opinião - respeito aqueles que divergem de mim -, não é possível explicar para a sociedade brasileira que o Congresso Nacional diz que os governantes podem ser reeleitos, mas que não serão realizados os dois turnos.

Sr. Relator, peço a reflexão de V. Ex^a. Imagine um Estado como São Paulo, em que, normalmente, há 30% de votos brancos e nulos. Falo sobre o Estado de São Paulo, mas tenho certeza de que o Senador Renan Calheiros pode extrapolar isso para todos os outros Estados. Em um Estado populoso como São Paulo, 30% dos votos são brancos e nulos. Num sistema pluripartidário como o nosso, poderíamos admitir que, naquele Estado, houvesse no mínimo cinco candidatos; normalmente, há um número maior. Vamos imaginar ainda que esses cinco candidatos tenham mais ou menos a mesma quantidade de votos; dividindo-se 70% dos votos válidos por cinco, obtém-se um total de 14% de votos para cada um. Teoricamente, aprovada essa proposição, o governador do Estado de São Paulo poderia ser eleito com apenas 15% dos votos. Isso é um grande retrocesso no nosso sistema político. Eu até admitiria a hipótese de acabar com o segundo turno, mas, nesse caso, por coerência, teríamos que ser contrários ao instituto da reeleição.

Quero dizer ainda que houve uma emenda de autoria do Senador Freitas Neto, se não me engano, que prevê que, além

de não ser preciso realizar o segundo turno nas eleições para governador e prefeito, o Presidente da República não precisaria de 50% dos votos para se reeleger, mas de apenas 45%.

Sr. Presidente, como Líder do Governo no Congresso, voto contra esta emenda. Quero que o Presidente Fernando Henrique seja reeleito e me filio à corrente dos que entendem que isso será bom para o País, mas não quero que Sua Excelência seja reeleito sob a égide de nenhum casuísmo. Não quero que o Presidente Fernando Henrique enfrente as urnas em 1998 seguindo regras mais amenas do que aquelas com as quais foi eleito em 1994. Não é isso que deseja a sociedade brasileira. Mas, ainda assim, Sr. Presidente - estou aqui esboçando razões de convicção pessoal -, há uma coisa a que o Congresso Nacional não pode se furtar: de dizer à sociedade brasileira que, ao examinar as eleições de 98, terá que examiná-las em conjunto. Houve a coincidência - feliz coincidência, porque facilita o exemplo -, de o Relator da emenda da reeleição ser o Relator da emenda dos dois turnos. Naquele voto, em que ele brindou a Nação com profundo conhecimento jurídico e com sua experiência política, ele disse que era favorável à reeleição e em nenhum momento disse que o Presidente precisaria apenas de 45% dos votos ou que os governadores e os prefeitos não precisariam enfrentar o segundo turno.

Ora, Sr. Presidente, resta um último raciocínio. Quando votei, com a minha consciência, a favor da reeleição em todos os níveis, considerei um parâmetro de que não abro mão, que é o da equidade. Se vamos votar o final dos dois turnos, ótimo; vamos acabar com os dois turnos em todos os níveis, para prefeito, para governador e para presidente. Ainda assim, serei contra, mas isso é menos desigual. O que não caberia seria, por exemplo, na emenda da reeleição, termos dito: Presidente da República pode ser reeleito, governador não. Não era razoável. Daí por que, desde o início, liderados pelo Senador Elcio Alvares, defendíamos a reeleição em todos os níveis, sem exceções. Da mesma forma, se queremos acabar com o segundo turno - eu não desejo, mas a maioria pode desejar -, que o façamos em todos os níveis.

Sr. Presidente, o assunto é da maior importância. Não estou aqui ganhando tempo ou fazendo obstrução regimental, peço desculpas aos companheiros. Quero apenas ter o direito - e agradeço a V. Ex^a por isso - de colocar, com convicção e

consciência, a minha argumentação. Esta Casa, a partir da votação de hoje, passa a enfrentar claramente um problema de opinião pública. Tivemos nossas divergências no episódio da reeleição; havia os que eram a favor e os que eram contra, mas era uma discussão conceitual. Ora, Sr. Presidente, a reeleição foi aprovada. A sociedade brasileira, na sua grande maioria e nos seus segmentos organizados, entende que a reeleição dos atuais governantes dar-se-ia nas mesmas condições da eleição anterior. Pode-se até, na legislação ordinária, modificar, aqui e ali, detalhes do processo eleitoral, mas mudar o processo eleitoral em si, mudar o art. 77, que acabamos de votar para propiciar a reeleição, isso não, Sr. Presidente, com a liberdade de quem não tem os estudos jurídicos que V. Ex^a e tantos outros aqui têm. Se quiséssemos acabar com o segundo turno, que tentássemos acabar no dia de votar a reeleição. Diríamos para a sociedade brasileira: olha, nós queremos reeleição, mas queremos sem o segundo turno. Quem votasse a favor da reeleição votava consciente disso. Com a autoridade de quem defendeu o relatório do Senador Francelino Pereira, de quem defendeu, em plenário, contra-argumentando com o Senador José Eduardo Dutra, que aquilo não ia mudar, porque era uma discussão de tese, não posso admitir - claro, no meu plano pessoal - que esta emenda da reeleição, recentemente aprovada, seja agora modificada.

Há um último problema, Sr. Presidente. Sejam claros todos aqui - e falo com a liberdade de ser o menos experiente de todos: vamos admitir que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pela maioria dos membros presentes, vote esta matéria. Ela iria a plenário, sofreria emendas, voltaria à CCJ e ao plenário. Quando chegasse à Câmara dos Deputados, notoriamente seria impossível vê-la aprovada antes de 3 de outubro.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Pois não.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Emenda constitucional não tem prazo. Não abordei esse assunto, porque se trata apenas de leitura da Constituição. O artigo da Constituição fala em lei. Não podemos fazer. Entretanto, um dispositivo constitucional pode ser alterado.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Então, é sobre esse ponto que quero falar.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Eu nem abordei esse assunto.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Muito bem, mas eu quero abordá-lo.

Como, então, o Relator concorda comigo em que a questão não é de briga contra o tempo para aprová-la antes de 3 de outubro, uma vez que há uma corrente do pensamento jurídico que entende que, por ser uma emenda constitucional, e não uma lei, ela poderia ser aprovada após 3 de outubro e, ainda assim, vigorar na próxima eleição?

Parece-me ser essa a tese, da qual eu discordo e sobre a qual o Supremo Tribunal Federal já decidiu, em questão semelhante, em contrário, fazendo uma súmula dizendo que qualquer legislação, inclusive emenda constitucional, terá que ser aprovada um ano antes para ter vigor. Mas essa é uma discussão jurídica sobre a qual este pobre rábula não vai se colocar, pelo menos neste momento.

Mas aí, Sr. Presidente, já que o próprio relator coloca que o problema não é mais a aprovação até 3 de outubro, e para V. Ex^a não ter que verificar a Constituição, o que me diz o Procurador-Geral da República é que a lei fala em um ano, mas ela cumpre um mandato constitucional e, ao fazê-lo, dá, às mesmas emendas constitucionais, a mesma obrigação temporal.

Na linguagem cartesiana de um pobre engenheiro, sem conhecimentos jurídicos, obviamente, se essa questão andar, vai ser julgamento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, obviamente, do Poder Judiciário, porque se enganam aqueles que imaginam que uma mudança desse porte - e atemporal - não vá para o Judiciário. É claro. Porque isso macula o processo eleitoral, não por acabar com os dois turnos, porque há aqueles que o defendem, e eu tenho que respeitá-los, mas por acabar depois de aprovada a reeleição e fora de tempo. Por que, então, não incluirmos, já que era o mesmo relator, na emenda da reeleição?

Bem, Sr. Presidente, faço um último apelo a esta Casa. Tenho um requerimento, no plenário, que pede uma coisa simples e que nunca foi negada em nenhuma matéria: é que todos os processos e projetos que versem sobre o mesmo tema tenham

uma análise conjunta - apenas isso, de o mesmo relator fazer a análise, colher dos outros projetos ou outro aprimoramento. Mas negar a apensação de outros projetos, já que não se trata mais de uma corrida contra o tempo, fere o trabalho de uma comissão temática.

Como a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania pode fazer de conta que não existem outros projetos que também desejam acabar com os dois turnos? Parece-me absolutamente contrário à prática desta Casa.

A única coisa que peço, Sr. Presidente, é que o ilustre relator, no menor tempo que julgar oportuno, dê aos autores de projetos semelhantes o tratamento que deu ao projeto do Senador Júlio Campos, apenas isso. Isso me parece fundamental para que a análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que deve ser, por definição, técnica, aprimore o texto e junte todas as matérias afins. Se decidirmos aqui, hoje, a favor ou contra, não importa, apenas sobre o projeto do Senador Júlio Campos, estaremos deixando de analisar projetos de outros Srs. Senadores com o mesmo objetivo, mas apenas com enfoques jurídicos diferentes.

O SR. SENADOR - (Inaudível. Fora do microfone.)

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Levar a plenário?

Ora, mas não é a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que deve fazer a análise jurídica das matérias?

É por isso, Sr. Presidente, que, independente de todos os argumentos que apresentei aqui e que, não tenho dúvidas, serão cobrados pela sociedade que pensa o País, peço, em nome até da credibilidade dos trabalhos desta Comissão, o que nunca faltou a esta Casa, que todos os processos, todas as matérias sejam apensadas. Sabe o Sr. Presidente que muitas vezes isso é feito até por uma solicitação do próprio Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quando lhe é informado existirem processos diversos sobre o mesmo tema.

Como alguns eram muito antigos, e isso não foi feito, apresentei este requerimento. Apenas peço aos companheiros, independentemente de suas opiniões pessoais sobre o tema, que permitam ao ilustre relator analisar essa matéria à luz de todas as propostas apresentadas nesta Casa.

Ao concluir, Sr. Presidente, quero deixar bem claro que votei pela reeleição por acreditar na tese. Não impus ao meu voto

nenhuma exceção. Desejo que prefeitos, governadores e Presidente da República possam, democraticamente, submeter seu nome e seu governo ao julgamento das urnas. Agora, depois de aprovada a reeleição, dizer que não precisa mais do segundo turno, que poderão ser eleitos por uma pequena minoria da sociedade, ou dizer ao Presidente da República que sua eleição não depende mais de 50% dos votos, isso é trair a confiança que o povo brasileiro tem nesta Casa. E aí meu voto é radicalmente contrário.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Tem a palavra o eminente Senador Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE - Sr. Presidente, acho que agi bem quando fiz a inversão aqui para intervenção, até porque isso me traz alguns elementos para discutir e alguns por convicção. Falou o Líder do Governo, e espero que fale o Presidente da República.

Quando votamos a reeleição - e aqui falo como representante de um partido de oposição que foi favorável à reeleição como instrumento de aprimoramento democrático, de se dar continuidade administrativa, oferecendo opção para que o eleitorado decida -, estávamos defendendo algo que é fundamental ao analisarmos processos eleitorais: formação do poder. É ver a cidadania e a democracia, e não ver os interesses de burocracias partidárias, de mandatos parlamentares, de candidatos a cargos eletivos.

Tendo essa visão, é importante lembrar quando surgiu um termo com muita força no dicionário político brasileiro: o casuísmo. Surgiu com a ditadura, que mudava as regras do jogo a seu bel-prazer, mudando e criando a figura do domicílio eleitoral para impedir que o Marechal Teixeira Lott fosse candidato na Guanabara. Como tinha o título por Niterói, criou-se a figura do domicílio eleitoral. Cria-se filiação partidária, dando-se um prazo para manter burocracias partidárias, reservas de mercado dos partidos existentes, não importa a cidadania. Não importa o exercício democrático. A ditadura avançou tanto, que criou, num pacote de abril, também constitucional, a figura do voto vinculado, para que a cidadania fosse limitada no seu direito. Não há ditadura agora. Uma Constituinte definiu princípios institucionais para eleição, julgando que aquilo aprimorava, dava maior participação. Os dois turnos das eleições, de governo e de prefeituras de

· municípios com mais de 200 mil eleitores, eram uma tentativa de aprimorar o sistema presidencialista.

· Nós estamos tendo experiências que são importantes, dando maior legitimidade ao governo eleito, dando maior sustentação pelas alianças que no segundo turno faz - outro termo surgido recentemente, depois do **impeachment** - governabilidade; ali estávamos construindo instituições democráticas que queríamos mais permanentes. A reeleição veio num momento que não era propício. Grande parte da discussão sobre a reeleição visava a beneficiar o Senhor Fernando Henrique Cardoso, não era um aprimoramento. E, naquele momento, nós assumimos que, independentemente da nossa posição em relação ao Governo, o princípio da reeleição era democrático. Imaginávamos que iríamos ter, pelo menos, as regras permanentes dos dois turnos. A sociedade assim imaginava. Uma maioria que dá sustentação ao Governo, que tentou ganhar a opinião pública dizendo que era democrático, vir agora propor novas regras para essa reeleição, evidentemente vai dar guarida a quem não acreditasse que aquilo era aprimoramento democrático. Mas era casuísmo criado pela ditadura no cenário político brasileiro, para limitar, restringir a opção da cidadania. E aqui uma maioria pretende fazer isso. Com que intuito? De aprimorar a democracia? Ou de querer reservas de mercado?

· Estudar caso a caso e saber o que é melhor, independentemente do critério que tem que presidir esta Casa, é aprimorar instituições, quando se discute o processo eleitoral. Mas, infelizmente, não é só no Senado. Na Câmara se discute tudo, menos o que significa maior participação do cidadão e da cidadã brasileira. Discute-se a nossa reserva de mercado, discute-se a manutenção das estruturas partidárias majoritárias, limita-se tudo o que for necessário para se criarem novas opções, vai-se para o passado para manter situações. É o que está presidindo hoje aqui, o que é melhor para os candidatos a governador: É manter o segundo turno? É extingui-lo? Que outro casuísmo vamos inventar? Porque, se reforma constitucional pode mudar as regras do jogo - a ditadura fez isso, mas fez como ato de força, fez com intervenção no Congresso, não fez pela livre expressão da cidadania, que nós aqui queremos representar -, como fica o Presidente da República e sua maioria? Espero que fique como o Líder do Governo aqui falou, não aceitando esse casuísmo, não

admitindo que vai para reeleição com regras diferentes da sua eleição.

E lembrem-se que todos nós aqui discutimos: vamos fazer a reeleição, mas só deve valer para o próximo. Um dos argumentos básicos que muitas vezes se usava, e com boa-fé, era de que seria necessário não valer para o atual, porque ele não foi eleito com essas regras, tentando preservar exatamente esse princípio. Como ele foi eleito ainda sem a reeleição, a reeleição aprovada só valeria para o outro. Isso era um argumento lógico, de boa-fé, que se apresentava. Abriu-se a exceção para o atual, mas agora abre-se a pior. Criam-se regras diferentes para a eleição. Não é um instituto da reeleição que chegou, são regras diferentes da sua eleição para beneficiá-lo. Como Presidente da República, vai dizer que foi séria a sua mobilização junto com sua base de sustentação para aprovar esse princípio, como para os Srs. Governadores, para a opinião pública, para a sociedade.

Mudar essa regra do jogo, que não é uma lei eleitoral de discussão de coligação, de tempo de televisão, de uso da máquina administrativa, porque isso, pelo princípio da reeleição, até poderia ser mudado, porque era um instituto novo... Não! Está-se mudando a própria instituição da eleição neste País, nas vésperas da eleição.

Quero dizer quanto a esse casuísmo - e eu não faço nenhuma das comparações porque são despropositadas -, que alguns vinham dizendo que na ditadura era melhor do que hoje; não é melhor coisa alguma.

Aqui, pelo menos, podemos, desde agora, discutir democraticamente, com maioria decidindo, dentro da institucionalidade democrática. Da outra vez, havia gerais, protestávamos, corríamos outros riscos que agora não corremos, apenas de nos constrangermos, de participarmos de uma votação que, evidentemente, atenta contra o princípio democrático.

Quero dizer que essa decisão não beneficia nenhum dos prováveis candidatos, porque o que vai valer perante a opinião pública - e isso é evidente, inclusive pelas argumentações que estão sendo expendidas - é que essa lei não visa ao aprimoramento democrático, mas visa a garantir algumas candidaturas. Isso é o que fica, porque, nesta Casa, está-se querendo votar isso porque há inúmeros candidatos a Governador, e ninguém vai tirar essa pecha de que existe um interesse direto,

particular, casuístico, e não é feito por nenhum general de plantão. Foi feito, infelizmente, por uma maioria que aprovou a reeleição e disse à sociedade que era democrático. Mas ao final, se aprovada essa emenda, vai ver que não tinha nada de democrático, pois está querendo a perpetuação. Talvez fosse melhor rasgarmos a fantasia e dizermos que alguns que foram governadores nomeados queiram voltar para isso. Vamos extinguir a eleição.

Quero dizer que não é oposição ao Governo, porque o Líder da Oposição apresentou argumentos. Talvez, como engenheiro...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O Líder do Governo, Senador.

O SR. ROBERTO FREIRE - O Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a deu a ele o título de Líder da Oposição.

O SR. ROBERTO FREIRE - O Líder da Oposição também falou, mas estava querendo me referir ao Líder do Governo. O que espero não seja oposição nessa sua posição, porque aguardo o pronunciamento do Senhor Presidente da República, até para que continue a merecer o meu respeito e o de todos. Digo isso porque o respeito muito.

Portanto, com toda a autoridade de dizer que faço oposição, digo que posso defender determinadas instituições, sem importar que o Governo também as defenda, como no caso da reeleição, mas também quero dizer que isso vai depor contra o Presidente Fernando Henrique Cardoso e sua base de sustentação. E vai depor contra a democracia que este Senado, por obrigação, tem que tentar aprimorar e sustentar.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a desiste da inscrição, Senador Antonio Carlos Valadares, ou ainda quer falar?

Um momento, Senador Lúcio Alcântara. O Senador Júlio Campos não é membro desta Comissão, mas a Presidência garantirá a palavra se S. Ex^a quiser falar como autor da emenda.

Tem V. Ex^a a palavra, Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, Srs. Senadores, vou ser muito breve. Os argumentos que aqui foram apresentados, em favor da manutenção do segundo turno, são muito eloqüentes e muito racionais. O nobre Senador Francelino Pereira, por exemplo, do glorioso Estado de Minas Gerais, sabe

que não fora o segundo turno, seu Estado teria um outro governador, que não o Governador Eduardo Azeredo, porque o resultado do segundo turno foi diametralmente oposto ao resultado do primeiro turno. No caso do Senador Ney Suassuna, o segundo turno mostrou um resultado diferente do primeiro turno.

Isso é um sinal claro e evidente de que o segundo turno visa justamente a aferir a vontade da maioria do eleitorado, para dar a sustentação política de que precisa um governante.

Colocamos isso na Constituição de 1988, sob a égide do nosso grande Relator, e ainda estamos apreciando o desenrolar dessa prática. Não sou jurista como o Senador Arruda também não o é, mas se a Constituição preservou qualquer alteração com menos de um ano da data da eleição, e mesmo a lei complementar ou a ordinária cuidam de aspectos muito menos essenciais que a Constituição, ou melhor, em relação à Constituição são aspectos secundários ou normas inferiores, como vão aceitar alterar a própria Constituição em alguma coisa que é de muito maior abrangência, muito maior significação?

Imagino, portanto, que a manutenção dos dois turnos interessa ao aprimoramento da democracia brasileira, principalmente enquanto vigorar esse sistema pluripartidário, em que há um grande número de candidatos por diversos partidos concorrendo às eleições majoritárias.

Por último, vou usar um argumento muito mais simples e singelo: participo da convicção de que nos pequenos Estados a supressão do segundo turno vai facilitar a reeleição dos governadores. Estou absolutamente seguro disso, pois quem conhece a realidade política dos pequenos Estados sabe qual é o peso do Governo, o peso da máquina; sabe que ele detém, no mínimo, a não ser que esteja em situação calamitosa, 30 e poucos por cento do eleitorado. Sendo assim, acho que esse princípio só vai ajudar a fortalecer, nos pequenos Estados, a reeleição dos governadores.

O Senador José Roberto Arruda argumentou muito e eu me filio a sua corrente, qual seja, a de que aprovar a reeleição e depois modificar as regras do jogo para a reeleição parece algo que não é justo ou razoável, já que é uma modificação de grande significação e de grandes efeitos sobre a atividade eleitoral e a escolha dos candidatos nas próximas eleições.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência vai passar à votação e pede...

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, quero pedir um destaque para votação em separado do § 2º, incisos I e II, § 3º e §4º do art. 77. Se votarmos o § 2º...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Exª pede destaque de emenda?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Não. Destaque de texto.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Mas só há destaque quando há emenda supressiva...

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Para suprimir. Destaque para votação em separado desse artigo.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Alguém mais deseja apresentar...? A Presidência vai...

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Parágrafo 2º, incisos I e II.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Sr. Presidente, desculpe o meu desconhecimento do Regimento, mas posso pedir destaque apenas do texto que trata do Presidente da República?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - É isso que estou fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - É isso que ele está fazendo. V. Exª se associa, portanto, ao pedido.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Eu gostaria de deixar claro, Sr. Presidente, que o Presidente da República nunca, em nenhum momento, pediu-me, falou ou pensou em falar - já que, sensível, teria captado até o pensamento - que os 45% o beneficiariam. Não me interessa isso. Quero votar contra.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência...

O SR. ROBERTO FREIRE - Eu gostaria de dizer que não espero que alguém vá imaginar o que o Presidente está pensando...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Peço atenção para o Senador Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE - ...mas acho que o Presidente da República, por obrigação, tem que dizer ao País o que acha dessa emenda, porque aqui está se fazendo o casuísmo de permitir a reeleição apenas para ele, já que estamos excluindo o

princípio da reeleição para todo o restante, o que recentemente aprovamos. Vejam o absurdo que estamos fazendo, ou seja, reeleição apenas para cargo de Presidente da República. Para os outros, que aprovamos recentemente... Os dois turnos, a mudança dos dois turnos, claro, mas aprovamos no princípio geral. Mas é quase a mesma coisa. Talvez fosse isso que o Senador Júlio Campos desejava, pois me lembro que falou sobre isso, ou seja, reeleição apenas para Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Está devidamente...

O SR. ROBERTO FREIRE - Quero dizer que não espero apenas que alguém interprete o Presidente, mas aguardo que o Presidente se defina sobre isso, ou seja, dê o seu posicionamento, sob pena de também ficar maculado com essa votação.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência vai colocar em votação o parecer do eminente Senador Francelino Pereira, ressalvados os destaques apresentados pelos eminentes Senadores.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Com a palavra para encaminhar os Senadores José Eduardo Dutra e José Roberto Arruda.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Sr. Presidente, eu gostaria de falar algumas coisas ainda em regime de discussão.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Eminente Senador José Fogaça, a Presidência encerrou a discussão, mas lhe garante a palavra para encaminhar a votação.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Sr. Presidente, não quero tomar o tempo dos companheiros, até porque exaustivamente já me pronunciei a respeito dessa questão na Comissão da Reforma Político Eleitoral, presidida pelo nosso Senador Humberto Lucena, tendo como Relator o Senador Sérgio Machado.

Foram meses e meses de trabalho, longos debates a desoras, fora, inclusive, do horário compatível com as comissões. E desenvolvemos, ao longo de 5, 6 ou 7 meses, convicções longa, criteriosa e tecnicamente construídas e consolidadas.

Quero dizer que, de minha parte, ao longo desse período, formei uma convicção sólida. Não vou fazer, aqui, a exposição de tudo o que foi debatido e observado naquela comissão, mas o texto que está aí, se não é exatamente igual, portanto, àquele produzido pela nossa Comissão, texto no qual votei e com o qual estou comprometido do ponto de vista doutrinário, porque sou favorável doutrinariamente a esse texto.

Quero apenas deixar, neste momento, de fazer uma exposição mais longa, porque pretendo fazê-lo oportunamente no Plenário.

O SR. NEY SUASSUNA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra a V. Ex^a para uma questão de ordem.

O SR. NEY SUASSUNA - Se haverá encaminhamento, Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que controle o tempo para que não tenhamos que ouvir quatro vezes o mesmo argumento na mesma peroração.

O SR. ROBERTO FREIRE - Sr. Presidente, eu só queria uma informação do Senador José Fogaça.

Essa Comissão Especial da Reforma Política, se não me falha a memória, chegou a essa conclusão antes de votarmos o princípio da reeleição.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Chegou a essa conclusão concomitantemente, só que a partir de 2002, não em 1998, por ter aprovado a reeleição.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O Senador Roberto Freire pede um esclarecimento ao Senador José Fogaça e S. Ex^a está ouvindo para prestar o esclarecimento.

O SR. ROBERTO FREIRE - Se existir essa convicção, seria muito importante para todos que estávamos discutindo a reeleição que essas convicções tivessem aflorado.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Houve matérias publicadas nos jornais.

O SR. ROBERTO FREIRE - Não se trata de problema de matéria. Estávamos votando aqui, imaginando que o princípio

da reeleição era dentro das regras estabelecidas. Se se estava imaginando que as regras deveriam mudar, seria importante que, naquele momento, esse artigo constitucional fosse modificado de acordo com essa convicção, ou pelo menos que essas convicções fossem mencionadas e se votasse em torno disso. Mas não; se deixou, se aprovou, a opinião pública tem... Não, não precisa dizer, porque ele está sabendo que não precisa esclarecer, até porque fica difícil esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador José Fogaça, concedo a palavra a V. Ex^a para concluir.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Quando usei o argumento de que participei dessa Comissão, não quis dizer que esteja subordinado ao texto que dali saiu. Fui, dentro dessa Comissão, um dos defensores dessa tese, de forma absolutamente não casuística, porque ela vem se desenvolvendo e sendo elaborada há muito tempo no seio da Comissão, depois de um longo e acurado debate, com estudos aprofundados a respeito dessa questão. De modo que não posso, não tenho o direito de ter dúvida e de manifestar qualquer perplexidade.

Na verdade, Sr. Presidente, a questão é a seguinte: temos de decidir entre um sistema democrático "A" e um sistema democrático "B". Se alguém tem razões e argumentos a favor de "A" que o convença, pode fazer essa opção. Se tem o convencimento a favor de "B", que faça essa opção. Mas as duas formas são democráticas, porque elas vigem no mundo, em outros países. Mas isso vou deixar para o Plenário e fazer oportunamente a minha exposição.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Vou passar a lista de votação nominal.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - No momento exato em que V. Ex^a for chamado, a Presidência lhe concederá a palavra.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Não será mais fácil antes? Não vou falar nem dois minutos. Quem quiser encaminhar, antes...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra ao Senador José Roberto Arruda para encaminhar a votação.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Sr. Presidente, nos dois minutos regimentais, quero fazer os seguintes registros: primeiro, poder-se-ia pensar - sei que será colocado isso - que sou a favor do segundo turno, e, numa das razões, pela situação política do Distrito Federal. Quero dizer... (tumulto no recinto) Claro que será dito.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador José Roberto Arruda, ninguém poderá imaginar que V. Ex^a...

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Quero deixar claro que eu, que esperava o apoio do PPS apenas no segundo turno, poderei tê-lo no primeiro, ou vice-versa. Isso poderá até facilitar determinados entendimentos políticos em Unidades da Federação, o que não esperávamos nas regras atuais. Não é isso que preside o meu raciocínio. Quero deixar, como o ilustre Relator não usou da palavra depois dos argumentos que apresentamos, quero deixar aqui uma pergunta. Quando V. Ex^a, relatou a eleição, várias das emendas de fim de segundo turno já tramitavam na Casa e é parte integrante... Sim, já tramitava na Casa. Não a sua, mas outras que ainda não foram analisadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O Relator, Senador Francelino Pereira, deixou claro que fez uma análise profunda de todas as matérias que diziam respeito a isso e não intuiu essa regra na Emenda da Reeleição. Veio a fazê-lo depois, como Relator de uma outra matéria. Penso ser importante que as razões dessa opção do ilustre Relator possam ser colocadas.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência passa à lista de votação nominal. Quando o Senador Francelino Pereira for chamado, prestará outros esclarecimentos.

O SR. ROBERTO FREIRE - Sr. Presidente, se puder encaminhar, vou querer encaminhar agora. Se deu permissão a um Senador, tenho o mesmo direito.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a tem os mesmos dois minutos que o Senador José Roberto Arruda.

O SR. ROBERTO FREIRE - Só quero esclarecer que, em nenhum argumento aqui apresentado, seja pelo Senador José Roberto Arruda, ou pelo Senador José Eduardo Dutra, ou pelo Senador Lúcio Alcântara ou por mim, foi discutido se um ou dois turnos são ou não sistemas democráticos. Ambos são. Ninguém discutiu isso. Trata-se de uma questão de convicção.

O que se discutiu com muita concretude é que a aprovação disso agora, posterior à aprovação da reeleição, é evidentemente um casuísmo e é inexplicável para a opinião pública. Será de difícil explicação pela base de sustentação do Governo e pelo próprio Presidente da República. Esses foram os argumentos expendidos. Não se trata de discussão sobre se qual regime é mais democrático: um turno ou dois turnos. Isso é um problema de convicção pessoal.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Apenas para registrar que no relatório do Senador Sérgio Machado, Relator da Comissão Especial de Reforma Política, todas as questões que dizem respeito à forma da Constituição - incluído o voto distrital misto, fim do segundo turno, financiamento público de campanha e outros, eram para entrar em vigor a partir de 2002.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Registrado. A Presidência vai proceder a chamada pela lista de votação nominal da seguinte forma: temos o voto do eminente Senador Relator com o aditivo e o voto em separado do eminente Senador José Roberto Arruda, que é absolutamente contrário à posição do Relator.

Os Srs. Senadores que quiserem aprovar o Relator dirão SIM; os que disserem "não" estarão acompanhando o voto do eminente Senador José Roberto Arruda.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Sr. Presidente, pela ordem. V. Ex^a está colocando em votação o substitutivo?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Sim. Mas, em seguida, vou destacar o do eminente Senador...

O SR. JOSÉ FOGAÇA - E a do Senador Bello Parga.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Rejeitada. Está rejeitada mas será destacada. Há também o destaque do eminente Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - É evidente que, em havendo destaque da Emenda Bello Parga, teremos de votar. Não havendo destaque, não votaremos.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Não há destaque do Senador Bello Parga.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Como houve rejeição, quero, desde logo, pronunciar-me favoravelmente à Emenda Bello Parga. Não sei se S. Ex^a vai requerer o destaque mas, de qualquer maneira, penso que ela corrige, melhora e aperfeiçoa o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Em votação o Substitutivo com as ressalvas dos destaques.

Os Srs. Senadores Guilherme Palmeira, Edison Lobão, José Bianco, Francelino Pereira voto conhecido, "Sim", com o Relator.

(Procede-se à votação)

Votaram "sim" 18 Srs. Senadores; e "não", 14 Srs. Senadores.

Aprovado o parecer do eminente Senador, com a emenda.

Passa-se à votação do destaque. Tem prioridade o destaque requerido pelo eminente Senador Bello Parga, para cuja palavra solicito a atenção dos Srs. Senadores.

O SR. BELLO PARGA - Abstive-me de me pronunciar na fase de discussão, Sr. Presidente, reservando-me para outra oportunidade, que certamente terei. No entanto, no caso do destaque, ressalto o § 4º do art. 1º do substitutivo do Relator. Procurarei ser o mais breve possível.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Francelino Pereira, peço sua atenção para o eminente Senador Bello Parga.

O SR. BELLO PARGA - O Relator acolheu uma emenda do Senador Freitas Neto, que foi até objeto de uma subemenda minha; mas não vou entrar nesse mérito. No momento, só quero destacar o parágrafo 4º, em que o Relator modifica um texto da Constituição Federal que não foi objeto nem da proposta do Senador Júlio Campos nem da emenda do Senador Freitas Neto.

Então, o meu aditivo visa restabelecer o texto original da Constituição, que diz, em seu art. 77, § 4º:

Se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato, convocar-se-á, dentre os remanescentes, o de maior votação.

Esse é o meu texto. Qual é o texto do Relator?

Se, após o primeiro turno, e antes da diplomação, ocorrer desistência, impedimento legal ou morte de candidato a

Presidente, ou de Presidente eleito, será convocada nova eleição para 45 dias após o fato.

Trata-se de um elemento novo na Constituição, que S. Ex^a, o Relator, está inserindo. Quero apenas chamar a atenção daqueles representantes de Estados de menor força política, como é o caso do meu Estado, para o fato de que, nas tratativas para as candidaturas presidenciais, esses Estados de menor expressão sempre dão os elementos para a Vice-Presidência da República. Então, num caso que já se vai tornar clássico aqui no Brasil, do falecimento do cabeça de chapa, o candidato a Vice-Presidente de um Estado menor teve que assumir, que foi o caso do Presidente Sarney. Com esse substitutivo do Senador Francelino Pereira, isso vai ser cortado, ou seja, os Estados de menor expressão política servirão para compor as chapas, mas não servirão para assumir no caso de falecimento do Presidente eleito.

Então, essa é a justificação para meu destaque para votação em separado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Tem a palavra o Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - O Senador Bello Parga despreza a emenda que ele propôs, a qual ofereci parecer contrário. E procura o destaque para o § 4º, que, como Relator, e na forma do substitutivo, eu poderia acrescentar para dar uma forma de compactação à emenda. A emenda é absolutamente fundamental até para definir o que está nela expresso. De maneira que também mantenho o meu parecer no tocante ao § 4º da emenda, que diz o seguinte:

Se, após o primeiro turno e antes da diplomação, ocorrer desistência, impedimento legal ou morte de candidato a Presidente, ou de Presidente eleito, será convocada nova eleição para 45 dias após o fato.

É o meu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Passa-se à votação.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Tem a palavra o Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Tenho um destaque para o § 2º.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Logo após a votação do destaque do eminente Senador Bello Parga, colocarei o de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, mas regimentalmente ele deveria ser apreciado antes, porque foi pedido primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Eminente Senador José Eduardo Dutra, o Senador Bello Parga destacou o art. 1º, e V. Ex^a, o art. 2º. Estamos seguindo a ordem dos artigos.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - O meu foi pedido primeiro, mas a ordem dos fatores não altera o produto.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Em votação o substitutivo.

Os Srs. Senadores que aprovam a manifestação do Senador Francelino Pereira dirão "sim"; os que aprovam a manifestação do Senador Bello Parga, que restaura o texto constitucional, dirão "não". (Pausa)

(Procede-se à votação)

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Sr. Presidente, o meu voto "Sim" seria para o destaque da emenda. Como S. Ex^a fez um destaque para votação em separado, o meu voto é contrário. Fico com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Votaram SIM 14 Srs. Senadores; e, NÃO 2 Srs. Senadores.

Houve uma abstenção, do eminente Senador José Eduardo Dutra.

Total: 17 votos.

Passa-se à votação do destaque do eminente Senador José Eduardo Dutra.

Peço ao nobre Senador Francelino Pereira que se manifeste.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - O nobre Senador José Eduardo Dutra destaca o § 2º do meu substitutivo.

O SR. ROBERTO FREIRE - O destaque é meu também.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O destaque é também do eminente Senador Roberto Freire. A Presidência pede desculpas por ter omitido.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - O § 2º é a destruição total.

Ele estabelece o seguinte:

§ 2º Será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver votos, não computados os em branco e os nulos, que representem qualquer uma das seguintes alternativas:

1 - 45%;

2 - pelo menos 40% e diferença igual ou superior a dez pontos percentuais em relação ao segundo colocado, cumulativamente.

Este parágrafo é o núcleo, o coração da emenda.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Não é o coração da emenda, Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO FREIRE - O coração da emenda é não haver segundo turno para Governador e Prefeito.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Refiro-me a Presidente da República, ou seja, à emenda do Senador Freitas Neto, segundo o modelo argentino.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, quero apenas registrar que esse destaque procura pelo menos livrar a cara do Presidente da acusação de casuismo. Gostaria de saber como votará a Liderança do Governo em relação a este destaque.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Tenho minhas posições políticas e conheço os problemas do meu Estado. No entanto, abstraio-me totalmente da situação política de Minas Gerais, como de qualquer outro Estado.

Quando dou meu parecer sobre um projeto, faço-o como homem público, e não como político, que tem as suas nuances. Minha posição contrária ao segundo turno é doutrinariamente antiga; há anos, manifesto-me contra essa possibilidade. Se eu fosse buscar um ponto de vista mais atualizado, evidentemente consideraria que 100 milhões de eleitores votam aberta e democraticamente, num belo espetáculo democrático nunca visto antes nesta Nação. O povo se tornou mais sábio; sabe escolher e o faz no primeiro turno.

Quanto à eleição do Presidente da República, cuja dimensão é maior, estamos tentando experimentar o modelo argentino, que tem sido realizado com sucesso. Todavia, meu parecer está ligado exatamente às condições do Brasil, um país continental, com 150 milhões de brasileiros.

Em nenhum momento, pensei na situação política. Meu parecer é simples, doutrinário, constitucional e institucional. Tenho de manter o meu conceito e o meu nome, que são as únicas coisas que possuo; eu os preservo.

O SR. ROBERTO FREIRE - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE - Sr. Presidente, sou autor de destaque. Se o estrago for feito em relação a todos os objetivos e intenções do princípio da reeleição, que pelo menos não se coloque o Presidente da República em situação ainda mais desagradável e constrangedora.

Está sendo mudada a regra do segundo turno para a Presidência da República. Deu-se o princípio da reeleição e ainda se mudou a regra. Se mantidos os 50% dos votos válidos, talvez a dose de constrangimento do Presidente da República diminua. Neste caso, ainda está sendo dada uma vantagem maior no princípio da reeleição. Tendo-se decidido antes, quer-se diminuir para fazer um experimento.

O Senador Francelino Pereira - não faço alusão à sua pessoa ou ao homem público - conhece bem o que significou esse tipo de mudança na regra do jogo. V. Ex^a, na época da Ditadura, teve experimentos concretos de mudança de regra no início ou mesmo no final do jogo.

Estamos fazendo o mesmo: decidimos a reeleição e mudamos sua regra. Isso é um grave constrangimento.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Não há mudança na regra da reeleição. Esse é outro capítulo, e a Comissão está definindo democraticamente.

Espero que meu ilustre colega não me leve a mal. Sou seu admirador e seu discípulo; contudo, não relacione esta emenda com a da reeleição. São dois capítulos diferentes.

O SR. ROBERTO FREIRE - No segundo turno, o candidato, para ser eleito, tinha de obter 50% dos votos válidos. Diminuindo-se esse percentual, muda-se a regra do jogo. E agora há uma nova regra: a da reeleição.

A Oposição está oferecendo uma oportunidade para que a base de sustentação do Governo não leve o Presidente da República a outro constrangimento maior.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Não consultei o Presidente, nem o farei. Não tenho nada que ver com Sua Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Passa-se à votação.

Os Srs. Senadores que aprovam a manifestação do eminente Relator, Senador Francelino Pereira, votam "sim"; os que apóiam os destaques dos eminentes Senadores José Eduardo Dutra e Roberto Freire votam "não".

(Procede-se à votação.)

O SR. JADER BARBALHO - Ao manifestar meu voto favorável ao Relator, lamento a ausência do ilustre Líder do Governo no Congresso e declaro não saber de maior casuísmo na mudança das regras da eleição presidencial, do que a reeleição com a manutenção do governante no cargo.

Gostaria de obter uma explicação doutrinária. Fala-se aqui na questão do casuísmo. Não conheço casuísmo mais vergonhoso do que este: permitir a reeleição e ainda manter o governante no cargo.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a acompanha o Relator, Senador Jader Barbalho?

O SR. ROBERTO FREIRE - Considero estranho que V. Ex^a diga isso, já que votou favoravelmente ao princípio da reeleição.

O SR. JADER BARBALHO - Votei favoravelmente à reeleição, com a emenda da desincompatibilização.

(Continua a votação.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Antonio Carlos Valadares, como V. Ex^a vota?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, assim como sou favorável à extinção do segundo turno para Governador, também o sou para Presidente da República, para que não se gerem discriminação e privilégio para o mais alto cargo desta Nação e não se pratique mais um casuísmo neste Senado Federal, como foi o caso da reeleição para Presidente da República e para Governadores, tendo eles a primazia de continuarem nos cargos.

Assim, voto com o destaque dos Senadores José Eduardo Dutra e Roberto Freire.

(Continua a votação.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Elcio Alvares, como vota V. Ex^a?

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, voto "sim", na simples condição de Senador da República. Durante todo o tempo, participei deste debate como membro da Comissão, com direito a voto pessoal.

(Continua a votação.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Peço aos eminentes Senadores que permaneçam para assinar o parecer.

Ainda não concluímos a votação.

(Continua a votação.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Votaram "Sim" 13 Srs. Senadores; e, "Não", 4 Srs. Senadores.

Total: 17 votos.

O SR. NEY SUASSUNA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA - Sr. Presidente, Srs. Senadores, durante o decorrer desta reunião, fui consultado pelos Assessores Legislativos e pelo Assessor do Relator, Senador Beni Veras, sobre o texto a ser dado ao artigo que excepciona a percepção de aposentadoria de cargos em comissão.

Nada tenho a esclarecer, uma vez que o texto foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, no dia 27, com emenda de minha autoria. A transcrição das notas taquigráficas expressa fielmente o que propus. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania acolheu por 18 votos favoráveis e nenhum contrário.

Por se tratar de matéria vencida, não se admite outro texto, que não o aprovado por esta Comissão.

Discurso encaminhado pelo Senador José Ignácio Ferreira para ser publicado juntamente com as notas taquigráficas:

As garantias constitucionais da magistratura não se confundem com as prerrogativas do magistrado. As primeiras destinam-se a amparar e possibilitar o exercício da função, com a

necessária independência, enquanto as segundas objetivam proteger o próprio magistrado.

Os direitos e garantias do magistrado encontram-se relacionados na Constituição Federal, nas constituições estaduais, na Lei Orgânica da Magistratura Nacional, nas organizações judiciárias dos Estados e do Distrito Federal.

As garantias constitucionais asseguradas ao magistrado destinam-se a proteger a própria função jurisdicional do Estado e são mais da sociedade do que da pessoa do juiz. As garantias são proteções expressas em regras constitucionais, com a finalidade de permitir a seus titulares agir livremente, sem nenhum tipo de pressão, no desempenho da função pública. As garantias ou predicamentos dos juízes – estabelecidas no art. 95 da Constituição Federal – são três: a vitaliciedade, a inamovibilidade e a irredutibilidade de vencimentos.

A vitaliciedade, que se adquire após dois anos de exercício, significa que o magistrado só perderá o cargo em decorrência de sentença judicial transitada em julgado, em processo adequado em que se lhe assegure o direito de ampla defesa. O magistrado só perderá o cargo se cometer crime ou se praticar os atos expressamente proibidos pela Constituição. Os cargos vitalícios dos magistrados, assim como os cargos de estabilidade, não poderão ser extintos, embora a estabilidade tenha menor amplitude do que a vitaliciedade. O magistrado não poderá ser afastado do cargo nem mesmo no estado de sítio, pois durante esse período tem uma missão difícil e perigosa a cumprir, conforme lembra Pinto Ferreira, em Comentários à Constituição Brasileira, 4º volume.

A vitaliciedade foi introduzida pela Constituição do Império (1824), enquanto a inamovibilidade e a irredutibilidade dos vencimentos foram inseridas na Constituição de 1891 por intermédio da Emenda de 1926.

A inamovibilidade é da mesma natureza da vitaliciedade e significa a garantia contra a transferência do magistrado, de sua sede de atividade para outra, sem o seu prévio consentimento, salvo em decorrência de interesse público, por voto de dois terços do tribunal, assegurada ampla defesa (art. 95, II, combinado com o art. 93, VIII, da Constituição). A diferença entre as duas reside em que a vitaliciedade diz respeito à carreira,

enquanto a inamovibilidade diz respeito ao cargo efetivamente ocupado.

O predicamento da inamovibilidade é consagrado nos países democráticos, como a França e a Alemanha, mais no interesse da sociedade do que do magistrado.

A irredutibilidade de vencimentos é a terceira garantia constitucional assegurada ao magistrado, ou seja, o salário nominal não poderá ser reduzido, embora sujeito aos impostos gerais. Constitui garantia de independência financeira do magistrado, responsável pela tranqüilidade e isenção de ânimo, imprescindíveis ao exercício da jurisdição.

A inamovibilidade é garantida aos magistrados na Bélgica, na Espanha, na Itália, na França, na Holanda. Na Alemanha os magistrados não podem ser removidos ou destituídos, salvo por decisão de um tribunal, em decorrência de fatos previstos em lei. As remoções só são permitidas em caso de modificação dos tribunais ou de suas circunscrições, mas sem prejuízo dos vencimentos integrais. Até o quarto ano do treinamento os juízes em estágio probatório podem ser destituídos.

Nos Estados Unidos o Presidente nomeia os juízes federais, *ad referendum* do Senado. Para garantir a sua independência, são-lhes asseguradas a vitaliciedade e a irredutibilidade dos vencimentos. A vitaliciedade é relativa, pois a aposentadoria voluntária, aos setenta anos, encontra-se vinculada ao exercício de pelo menos dez anos de magistratura. Mesmo em caso de invalidez exige-se esse período na função, para que ocorra aposentadoria com vencimentos integrais.

Em seu Curso de Direito Constitucional Positivo José Afonso da Silva divide as garantias funcionais do Judiciário em garantias de independência e de imparcialidade dos órgãos judiciários. Vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade dos vencimentos são as garantias de independência. As de imparcialidade dos órgãos judiciários aparecem na Constituição sob a forma de vedações aos juízes, indicando restrições formais a eles. "Mas, em verdade, cuida-se, aí, ainda, de proteger a sua independência e, conseqüentemente, do próprio Poder Judiciário. Assim é que a Constituição, no art. 95, parágrafo único, veda-lhes: exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério; receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou

participação em processo; dedicar-se à atividade político-partidária.” (Curso de Direito Constitucional Positivo, p. 548)

Além desses predicamentos da Constituição, a legislação assegura aos magistrados direitos especiais, necessários como contrapartida ao cumprimento de suas elevadas funções. Trata-se basicamente das prerrogativas estabelecidas na Lei Complementar nº 35, de 1979 – Lei Orgânica da Magistratura Nacional, principalmente no art. 33:

I - ser ouvido como testemunha em dia, hora e local previamente ajustados com a autoridade ou juiz de instância igual ou inferior;

II - não ser preso senão por ordem escrita do tribunal ou do órgão especial competente para o julgamento, salvo em flagrante de crime inafiançável, caso em que a autoridade fará imediata comunicação e apresentação do magistrado ao presidente do tribunal a que esteja vinculado;

III - ser recolhido a prisão especial, ou à sala especial do Estado Maior, por ordem e à disposição do Tribunal ou órgão especial competente, quando sujeito à prisão antes do julgamento final;

IV - não estar sujeito à notificação ou à intimação para comparecimento, salvo se expedida por autoridade judicial;

V - portar arma de defesa pessoal.

O parágrafo único determina que, quando, no curso da investigação, houver indício de prática de crime por parte do magistrado, a autoridade policial ou militar remeterá os respectivos autos ao Tribunal ou órgão especial para o julgamento, a fim de que prossiga na investigação.

Além dessas, a Lei Complementar nº 35/79 assegura também aos magistrados outras vantagens, cabendo destacar as férias anuais de sessenta dias, coletivas ou individuais, a ajuda de custo para transporte e mudança nas remoções e promoções, de uma para outra comarca, a ajuda de custo para aluguel de casa, quando necessária, a gratificação por prestação de serviço à Justiça Eleitoral, a gratificação adicional de cinco por cento por quinquênio de serviço, até o máximo de sete, o afastamento de suas funções por até oito dias consecutivos, por motivo de casamento, falecimento de cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.

Segundo Hely Lopes Meirelles, citado por Hugo Nigro Mazzilli, Procurador de Justiça no Estado de São Paulo (em seu livro Introdução ao Ministério Público, p.37), as prerrogativas “são atributos do órgão ou do agente público, inerentes ao cargo ou à função que desempenha na estrutura do Governo, na organização administrativa ou na carreira a que pertence. São privilégios funcionais, normalmente conferidos aos agentes políticos ou mesmo aos altos funcionários, para a correta execução de suas atribuições legais. As prerrogativas funcionais erigem-se em direito subjetivo do seu titular, passíveis de proteção por via judicial, quando negadas ou desrespeitadas por qualquer outra autoridade.”

Finalmente, se se levar em conta o entendimento de Hugo Mazzilli, não se deve encarar as prerrogativas processuais ou extraprocessuais, assim como as garantias pessoais e funcionais dos magistrados como atributos de profissões privilegiadas. Em seu estudo, já citado, ele afirma que se trata antes de garantias conferidas às instituições e seus agentes para que sirvam a coletividade, cumprindo sem pressões e na plenitude seus graves misteres. Afirma ainda que as prerrogativas e garantias não constituem privilégios que quebrem o princípio da isonomia. Bem utilizadas, servem à própria coletividade.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Srs. Senadores, a Presidência agradece a presença e declara encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14h32min.)

40^o

Ata da 40^a Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3^a Sessão Legislativa Ordinária, da 50^a Legislatura, realizada em 10 de setembro de 1997, às 10:00 horas. (Reunião ordinária).

Às dez horas do dia dez de setembro, de mil novecentos e noventa e sete, na sala de reuniões nº três, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Bernardo Cabral, com a presença dos Senhores Senadores Pedro Simon, Jefferson Péres, Édison

Lobão, Romeu Tuma, Antônio Carlos Valadares, Regina Assumpção, Lúcio Alcântara, Sérgio Machado, Elcio Álvares, Beni Veras, Francelino Pereira, Josaphat Marinho, Jader Barbalho, Eptácio Cafeteira, Esperidião Amin, Bello Parga, Casildo Maldaner e Ramez Tebet, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Deixam de comparecer por motivo justificado os Senhores Senadores José Bianco, José Fogaça, Roberto Requião, Renan Calheiros, José Ignácio, Roberto Freire, José Eduardo Dutra e Eptácio Cafeteira. Havendo número regimental o Sr. Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A seguir, passa-se à apreciação da pauta na ordem determinada pelo Sr. Presidente. Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 310, de 1995, terminativo, “altera dispositivos da Lei nº 9.112, de 10 de outubro de 1995, que dispõe sobre a exportação de bens sensíveis e serviços diretamente vinculados, e dá outras providências.” Autoria: Senador Eduardo Suplicy; Relator: Senador Romeu Tuma; parecer: pela aprovação nos termos do substitutivo que oferece. Não houve apresentação de voto em separado durante o prazo regimental concedido à vista. Resultado: aprovado o parecer do Relator. A matéria voltará à pauta para apreciação em turno suplementar. Item 3: Apreciação em turno suplementar, do Projeto de Lei do Senado nº 119, de 1996, terminativo, “dispõe sobre a responsabilidade do autor de ação de impugnação de mandato eletivo, se temerária ou de má fé.” Autoria: Senador Ronaldo Cunha Lima; Relator: Senador Ney Suassuna; parecer: pela aprovação, na forma do substitutivo que apresenta. Resultado: Não tendo sido apresentadas emendas em turno suplementar, o Sr. Presidente declara a matéria definitivamente aprovada. Item 20: Projeto de Lei do Senado nº 235, de 1995, terminativo, “dispõe sobre o crime de assédio sexual e dá outras providências.” Autoria: Senadora Benedita da Silva; Relator: Senador José Bianco, parecer: pela aprovação, na forma do substitutivo que apresenta.

Resultado: Aprovado o parecer do Relator. A matéria voltará à pauta para apreciação em turno suplementar. Item 29: Projeto de Lei do Senado nº 99, de 1996, terminativo, “revoga o artigo 75 da Lei nº 9.100, de 29 de setembro de 1995, que “estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996 e dá outras providências. Autoria: Senador Bernardo Cabral; Relator: Senador Ramez Tebet; parecer: pela prejudicialidade. Resultado: aprovado o parecer do Relator. Item 30: Projeto de Lei do Senado nº 57 de 1996, terminativo, “faculta aos Estados e ao Distrito Federal outorgar à iniciativa privada a construção ou instalações de presídios, bem como a execução de sentenças penais condenatórias.” Autoria: Senador Valmir Campelo; Relator: Senador Romeu Tuma; Parecer: pela rejeição. Resultado: provado o parecer do Relator. Item 31: Projeto de Lei do Senado nº 75, de 1996, terminativo, “dispõe sobre a nomeação do Presidente e Diretores da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.” Autoria: Senador Pedro Simon; Relator: Senador Lúcio Alcântara; parecer: pela aprovação, nos termos do substitutivo que oferece. Resultado: aprovado o parecer do Relator. A matéria voltará à pauta para apreciação em turno suplementar. Item 32: Projeto de Lei do Senado nº 43, de 1995, terminativo, “permite a utilização de “fac-símile” (fax) para veicular atos processuais, pelas partes envolvidas.” Autoria: Senador Ronaldo Cunha Lima; Relator: Senador Josaphat Marinho; parecer: pela aprovação, nos termos do substitutivo que oferece. Resultado: aprovado o parecer do Relator. A matéria voltará à pauta para apreciação em turno suplementar. Item 34: Projeto de Lei do Senado nº 192, de 1996, terminativo, “altera os arts. 47 e 85 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.” Autoria: Senadora Marina Silva; Relator: Senador Antonio Carlos Valadares; parecer: pela aprovação. Resultado: aprovado o parecer do Relator. Item 35: Projeto de Lei do Senado nº 124, de

1996, terminativo, “altera a alínea “b” do § 2º do art. 589 do Código Civil, com a redução dada pela Lei nº 6.969, de 10 dezembro de 1981.” Autoria: Senador Lauro Campos; Relator: Senador Sérgio Machado; parecer: pela aprovação. Resultado: aprovado o parecer do Relator. Item 36: Projeto de Lei do Senado nº 67, de 1996, terminativo, “define e regula os meios de prova e procedimentos investigatórios, destinados à prevenção e repressão dos crimes praticados por organizações criminosas.” Autoria: Senador Gilvam Borges; Relator: Senador Ramez Tebet; parecer: pela aprovação, com as emendas de nºs 1 a 8 que oferece. Resultado: aprovado o parecer do Relator. Item 37: Projeto de Lei do Senado nº 205, de 1996, terminativo, “acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Proteção e Defesa do Consumidor.” Autoria: Senador Sérgio Machado; Relator: Senador Antonio Carlos Valadares; parecer: pela aprovação. Resultado: aprovado o parecer do Relator. Item 38: Projeto de Lei do Senado nº 01, de 1996, terminativo, “obriga aos estabelecimentos comerciais e às pessoas físicas ou jurídicas que se dediquem à prestação de serviços a indenizar os proprietários de veículos roubados ou furtados em estabelecimentos sob sua administração ou responsabilidade.” Autoria: Senador Valmir Campelo; Relator: Senador José Fogaça; parecer: pela aprovação nos termos do substitutivo que oferece. Resultado: aprovado o parecer do Relator. A matéria voltará à pauta para apreciação em turno suplementar. Item 39: Projeto de Lei do Senado nº 173, de 1996, terminativo, “altera a Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito.” Autoria: Senador Júlio Campos; Relator: senador Josaphat Marinho; parecer: pela aprovação nos termos das emendas de nºs 01 e 02 que apresenta. Resultado: aprovado o parecer do Relator. Item 40: Projeto de Lei do Senado nº 169, de 1996, terminativo, “regulamente o inciso LVIII do art. 5º da Constituição Federal, dispondo sobre a

identificação criminal.” Autoria: Senador Pedro Simon; Relator: Senador Esperidião Amin; parecer: pela aprovação, com as emendas de nºs 01 a 03 que apresenta. Resultado: aprovado o parecer do Relator. Item 41: Projeto de Lei do Senado nº 258, de 1996, terminativo, “dispõe sobre a obrigatoriedade de fotografia no título de eleitor e dá outras providências.”

Autoria: Senador Romero Jucá; Relator: Senador Epitácio Cafeteira; parecer: pela aprovação. Resultado: aprovado o parecer do Relator. Item 42: Projeto de Lei do Senado nº 55, de 1997, terminativo, “acrescenta dispositivos ao art. 2º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.”

Autoria: Senador Pedro Simon; Relator: Senador Roberto Freire; parecer: pela aprovação. Resultado: aprovado o parecer do Relator. Item 43: Projeto de Lei do Senado nº 156, de 1996, terminativo, “altera os arts. 100 e 102 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.”

Autoria: Senador Júlio Campos; Relator: Senador Guilherme Palmeira; parecer: pela aprovação. Resultado: aprovado o parecer do Relator. Item 44: Projeto de Lei do Senado nº 204, de 1996, terminativo, “proíbe a comercialização de armas de brinquedo que disparem projéteis por pressão e das que imitem armas verdadeiras, e dá outras providências.” Autoria:

Senador Júlio Campos; Relator: Senador Romeu Tuma; parecer: pela prejudicialidade.

Resultado: aprovado o parecer do Relator. Item 46: Projeto de Lei do Senado nº 111, de 1996, terminativo, “altera dispositivo do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal)”. Autor: Senador José Bonifácio; Relator: Senador Jefferson Péres; parecer:

pela rejeição. Resultado: aprovado o parecer do Relator. Item 47: Projeto de Lei do Senado nº 93, de 1997, terminativo, “institui procedimento fiscal de incentivo ao Programa Nacional de Reforma Agrária.” Autoria: Senador Ramez Tebet; Relator: Senador Edison Lobão;

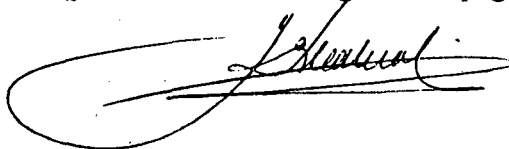
parecer: pela aprovação. Resultado: aprovado o parecer do Relator. Item 48: Projeto de Lei do Senado nº 77, de 1997, terminativo, “dispõe sobre a identificação e publicação do estado

de conservação das rodovias federais, e dá outras providências.” Autoria: Senador Valmir Campelo; Relator: Senador José Fogaça; parecer: pela aprovação, com a emenda nº 1 que apresenta. Resultado: aprovado o parecer do Relator. Item 49: Projeto de Lei do Senado nº 246, de 1996, terminativo, “dispõe sobre a conciliação, mediação e arbitragem nos dissídios individuais de natureza trabalhista e dá outras providências.” Autoria: Senador Gilberto Miranda; Relator: Senador Ney Suassuna; parecer: pela rejeição. Resultado: aprovado o parecer do Relator. Item 50: Emendas da Câmara oferecidas ao Projeto de Lei do Senado nº 273, de 1991, “transfere ao domínio do Estado de Roraima terras pertencentes à União e dá outras providências. Autoria: Senadora Marluce Pinto; Relator: Senador José Bianco; parecer: pela aprovação das emendas da Câmara. Resultado: aprovado o parecer do Relator. Item 52: Projeto de Lei do Senado nº 127, de 1996, não terminativo, “dispõe sobre a unificação dos vestibulares nas Universidades Federais”. Autoria: Senador Casildo Maldaner; Relator: Senador Roberto Freire; parecer: pela rejeição. Resultado: aprovado o parecer do Relator. Item 55: Projeto de Lei do Senado nº 166, de 1996, não terminativo, “dispõe sobre a prevenção do tabagismo entre crianças e adolescentes, institui taxa de 10% sobre a venda de produtos contendo nicotina, destinando o produto de sua arrecadação ao incentivo ao esporte amador, e dá outras providências. Autoria: Senador Odacir Soares; tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 324, de 1995, não terminativo, “proíbe a comercialização, o consumo e qualquer tipo de publicidade de produtos derivados do tabaco, no âmbito dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus ou equivalentes, e dá outras providências.” Autoria: Senador Bernardo Cabral; Relator: Senador Lúcio Alcântara; parecer: pela aprovação do PLS 166/96 na forma do substitutivo que apresenta e, pela prejudicialidade do PLS 324/95. Resultado: aprovado o parecer do Relator. Item 56: Projeto de Lei Câmara nº 39, de 1996, “acrescenta parágrafos ao art. 928 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 -

Código de Processo Civil.” Autoria: Deputado Domingos Dutra; tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 44, de 1996, “altera os artigos 926, 927 e 928 do Código de Processo Civil e dá outras providências.” Autoria: Senadora Marina Silva; Relator: Senador Ramez Tebet; parecer: pela prejudicialidade do PLS 44/96 e, pela aprovação do PLC 39/96, na forma do substitutivo que apresenta. Resultado: aprovado o parecer do Relator. Item 57: Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 1995, “disciplina a publicação das despesas com pessoal da união e dá outras providências”. Autoria: Deputada Maria Laura; Relator: Senador José Eduardo Dutra; Parecer: pela aprovação, com as emendas nºs 01 e 02 que apresenta. Resultado: aprovado o parecer do Relator. Item 58: Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 1997, “revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, referentes ao exercício do direito de queixa pela mulher.” Autoria: Deputada Raquel Capiberibe; Relator: Senador Romeu Tuma; parecer: pela aprovação. Resultado: aprovado o parecer do Relator. Item 60: Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 1996, (para reexame, nos termos do Reqtº nº 758/96), “define os crimes de especial gravidade e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal”. Autor: Poder Executivo; tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 104, de 1995, “altera dispositivos da Lei de Execução Penal sobre exame criminológico e progressão do regime de execução das penas privativas de liberdade, e dá outras providências.” Relator: Senador José Ignacio Ferreira; parecer: pela aprovação da matéria, na forma do parecer nº 343/96-CCJ. Resultado: aprovado o parecer do Relator. Item 61: Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 1992, “dispõe sobre a renumeração dos profissionais diplomados pelas escolas técnicas e industriais de nível médio, e determina outras providências.” Autoria: Deputado Adhemar de Barros Filho; Relator: Senador José Bianco; parecer: pela aprovação com as

emendas 01 e 02 que apresenta. Resultado: aprovado o parecer do Relator. Item 62: Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 1996, “proíbe a comercialização de bebidas alcoólicas ao longo das rodovias federais, salvo em perímetros urbanos.” Autoria: Deputado Antônio-Jorge; Relator: Senador José Eduardo Dutra; parecer: pela prejudicialidade. Resultado: aprovado o parecer do Relator. Item 63: Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 1996, “dispõe sobre a suspensão da carteira nacional de habitação, nas condições que especifica.” Autoria: Deputado Carlos Mosconi; Relator: Senador José Eduardo Dutra; parecer: pela prejudicialidade. Resultado: aprovado o parecer do Relator. Item 64 Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 1993, Complementar, “estabele normas gerais aplicáveis ao imposto sobre transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição - ITBI - IV.” Autoria: Comissão de Constituição, Justiça e Redação; Relator: Senador Guilherme Palmeira; parecer: pela aprovação. Resultado: aprovado o parecer do Relator. Item 65: Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 1996, “ater a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994, que dispõe sobre a municipalização da merenda escolar.” Autoria: Deputado Maurício Requião; Relator: Senador Lúcio Alcântara; parecer: pela aprovação; com emendas nºs 1 e 2, que apresenta. Resultado: aprovado o parecer do Relator. Item 66: Projeto de Resolução nº 123, de 1995, “dispõe sobre a prestação de informações à comissão de assuntos econômicos sobre a execução da política monetária pelo Banco Central do Brasil e dá outras providências.” Autoria: Senador Gilberto Miranda; Relator: Senador Ney Suassuna; parecer: pela aprovação no âmbito desta Comissão, cabendo o mérito à Comissão de Assuntos Econômicos. Resultado: aprovado o parecer do Relator. Item 67: Consulta nº 02, de 1996, “consulta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a fixação de prazo

para ajustamento de situações funcionais conforme interpretação do Supremo Tribunal Federal, que alterou o entendimento que a administração pública dá ao art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal, bem como, a Mediada Provisória nº 1.522, de 1996, o Decreto nº 2.027, de 1996, e questões correlatas.” Autoria: Comissão Diretora; Relator: Senador Josaphat Marinho; parecer: conclui no sentido de que se adote, com a mesma finalidade, procedimento idêntico àquele preconizado pelo Ato da Mesa nº 52/97, da Câmara dos Deputados. Resultado: aprovado o parecer do Relator. Item 72: Projeto de Lei do Senado nº 233, de 1996, terminativo, “altera o art. 11 da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990 - Regime Jurídico Único dos Servidores Civis da União -, para determinar a obrigatoriedade da realização de concurso público por entidade estranha ao órgão da administração pública cujos cargos serão objeto desse concurso.” Autoria: Senador Jéfferson Péres; Relator: Senador José Ignácio; parecer: pela aprovação. Resultado: aprovado o parecer do Relator. Apreciação extra-pauta: Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 1997, “estabelece normas para as Eleições.” Autoria: Deputado Edinho Araújo; Relator: Senador Lúcio Alcântara; parecer: pela aprovação, com as emendas nºs 01 a 40. Resultado: concedida vista coletiva da matéria por vinte e quatro horas; a Presidência convoca reunião extraordinária para amanhã, dia 11.09.97, às 10:00 horas, para discussão e votação da matéria. Nesta oportunidade, tendo em vista a queda do quorum para deliberações, o Sr. Presidente encerra a presente reunião, lavrando eu, Vera Lúcia Lacerda Nunes, Secretária, a presente ata que, após lida e aprovada irá à publicação no Diário do Senado Federal, juntamente com os registros taquigráficos.



O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Havendo número regimental, declaro aberta a ~~46~~⁴⁰^a Reunião da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura. ~~46~~⁴⁰

A pauta foi previamente distribuída aos eminentes Senadores. Há um requerimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, encaminhando cópia do requerimento aos Líderes Francelino Pereira, Jader Barbalho, Sérgio Machado, Elcio Alvares e Valmir Campelo, solicitando realização de reunião conjunta das Comissões de Assuntos Sociais, de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos para apreciar os Projetos de Lei nºs 191, de 1995; nº 33, de 1996, e Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 1996, que tramitam em conjunto e dispõem sobre o Instituto de Previdência dos Congressistas.

Em votação.(Pausa)

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.(Pausa)

Aprovado.

A Presidência entrará em contato com os Presidentes das Comissões de Assuntos Econômicos e Assuntos Sociais a fim de marcar data para a reunião conjunta.

Os eminentes Senadores Jefferson Péres, Antonio Carlos Valadares e José Eduardo Dutra fizeram a análise da pauta dos projetos que seriam convergentes.

Sendo assim, a Presidência submete à discussão o primeiro projeto constante da pauta, o Item nº 2. É um projeto de autoria do Senador Eduardo Suplicy. Relator: Senador Romeu Tuma, que conclui pela aprovação nos termos substitutivos que oferece. A Comissão designada pela Presidência entende que a matéria é convergente, sobre ela não há qualquer manifestação em contrário; e, por isso, dispensa-se a discussão e passa-se à votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Projeto nº 3 da pauta: autoria do Senador Ronaldo Cunha Lima. Relator: Senador Ney Suassuna, que conclui pela aprovação, na forma do substitutivo. Em igualdade de situação, a comissão fez a análise detida e concluiu que a matéria é absolutamente convergente. Por essa razão, coloco em discussão. (Pausa)

Se nenhum dos senhores quiser discutir, passo à votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item 20 da pauta: autoria da Senadora Benedita da Silva. Relator: Senador José Bianco. Parecer pela aprovação, na forma do substitutivo. Nominados pela Comissão: Jefferson Péres e Antonio Carlos Valadares.

Se nenhum dos senhores quiser discutir, passa-se à votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a tem a palavra, pela ordem.

O SR. JEFFERSON PÉRES - O Item 72 é um projeto de minha autoria que tem parecer favorável do Senador José Ignácio Ferreira. Se V. Ex^a não vir inconveniente em colocá-lo em discussão e votação...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Item 72 da pauta? Após dois projetos que serão examinados, a Presidência colocará em discussão e votação, porque a matéria realmente não é polêmica. Dispõe sobre concurso público por entidade estranha a órgão da Administração Pública. O projeto pautado em agosto é o Item 29, examinado pelos eminentes Senadores Antonio Carlos Valadares e Jefferson Péres. Autoria...

O SR. JEFFERSON PÉRES - Número 29, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Número 29. Por sinal, de autoria do Senador Bernardo Cabral. Relator: Senador Ramez Tebet. A comissão conclui pela aprovação.

Se nenhum dos senhores quiser discutir, passa-se à votação. (Pausa)

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item 30 da pauta: examinado pelo eminente Senador Jefferson Péres. Autoria do Senador Valmir Campelo. Relator: Senador Romeu Tuma, pela rejeição.

Se nenhum dos senhores quiser discutir, passa-se à votação. (Pausa)

Aprovado o parecer do Relator, pela rejeição.

Projeto de lei do eminente Senador Pedro Simon. Relator: Senador Lúcio Alcântara, pela aprovação. A comissão formada pelos Srs. Senadores Jefferson Péres e Antonio Carlos Valadares opinou favoravelmente à aprovação do projeto. Se nenhum dos Srs. Senadores quiser discutir, passa-se à votação. (Pausa)

Não havendo quem se manifeste, considera-se aprovado.

Item 32 da pauta. Senador Ronaldo Cunha Lima. Relator: Senador Josaphat Marinho, pela aprovação. Examinado pela Comissão.

Em discussão.(Pausa)

Se nenhum dos Srs. Senadores quiser discutir, passa-se à votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item 34 da pauta: Relator Senador Antonio Carlos Valadares. De autoria da Senadora Marina Silva. Pela aprovação. A Comissão se manifestou pela aprovação unânime.

Não havendo quem queira discutir, em votação o Item 34 da pauta, Projeto de Lei do Senado nº 192. Parecer favorável do Senador Antonio Carlos Valadares.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item 35 da pauta. Projeto de Lei do Senado nº 124. De autoria do Senador Lauro Campos. Relator Senador Sérgio Machado. Parecer pela aprovação. Altera alínea b do § 2º do art. 589 do Código Civil. A comissão também se manifestou favoravelmente.

Em discussão o Item 35 da pauta. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item 36: devidamente examinado pela comissão formada pelos Srs. Senadores Antonio Carlos Valadares e Jefferson Péres. De autoria do Senador Gilvam Borges. Relator Senador Ramez Tebet, pela aprovação.

Em discussão o Item 36 da pauta, Projeto de Lei do Senado nº 67, de 1996. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Tem V. Ex^a a palavra, pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Gostaria de uma informação. Quando chegará aqui o parecer sobre a legislação eleitoral do Senador Lúcio Alcântara?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Já chegou e já está em distribuição. Mas enquanto não chegar o Relator e pedir preferência, a Presidência não se manifesta. Se houver esse pedido e pedido de vista, a Presidência vai deferir, ressaltando que as Lideranças - V. Ex^a estava presente - combinaram que fosse dado um prazo de 24 horas.

O eminente Senador José Eduardo Dutra informou-me ontem que estaria ausente, mas que alguém pediria vista. E a Presidência concordou que deferirá a vista no momento exato.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - No momento exato eu pedirei a vista. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Item 72 da pauta.

Autoria do eminente Senador Jefferson Péres. Relator Senador José Ignácio Ferreira. O autor, Senador Jefferson Péres, apresentou o projeto. Avulsos e relatório já foram ambos distribuídos separadamente. Para determinar a obrigatoriedade da realização de concurso público por entidade estranha ao órgão da Administração Pública cujos cargos serão objeto desse concurso.

Pediria ao eminente Senador Jefferson Péres que aguardasse mais um pouco. Por enquanto vamos ao Item 37 da pauta.

De autoria do Senador Sérgio Machado. Relator Senador Antonio Carlos Valadares. O parecer é pela aprovação. A comissão também, à unanimidade, entendeu que há convergência.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item 38: autoria do Senador Valmir Campelo. Relator Senador José Fogaça. Projeto de Lei do Senado nº 001, de 1996. A comissão também se manifestou favoravelmente.

Em discussão.

Se nenhum dos Srs. Senadores quiser discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item 39 da pauta. De autoria do Senador Júlio Campos. Relator Senador Josaphat Marinho. O parecer é pela aprovação, nos termos da emenda que apresenta. Projeto de Lei do Senado nº 173, terminativo. Também examinado pelos eminentes Senadores Antonio Carlos Valadares e Jefferson Péres, concluindo pela aprovação.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item 40: Projeto de Lei do Senado de autoria do eminente Senador Pedro Simon. Relator: Senador Esperidião Amin. O parecer é pela aprovação. E a comissão que examinou conclui por unanimidade pela aprovação.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir o Item 40, passa-se à votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item 41 da pauta: de autoria do eminente Senador Romero Jucá. Relator Senador Eptacio Cafeteira. Pela aprovação. A comissão se manifestou favoravelmente pela aprovação.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado, nos termos do parecer.

Item 42 da pauta: a comissão examinou, nos termos em que se manifestaram os Srs. Senadores Jefferson Péres e Antonio Carlos Valadares. De autoria do eminente Senador Pedro Simon. A conclusão do Relator é pela aprovação.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item 43 da pauta, de autoria do Eminente Senador Júlio Campos. Relator Senador Guilherme Palmeira. A comissão conclui, depois de exame pormenorizado, pela aprovação.

Se nenhum dos Srs. Senadores quiser discutir o item 43, passa-se à votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item 44 da pauta, do eminente Senador Júlio Campos é o autor. Relator Senador Romeu Tuma, que conclui pela prejudicialidade. A comissão também entende que está prejudicado.

Se nenhum dos Srs. Senadores quiser discutir o item 44, passa-se à votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado o parecer.

Item 46 da pauta, do eminente Senador José Bonifácio. Relator Senador Jefferson Péres, pela rejeição. A comissão também se manifesta pela rejeição.

Se nenhum dos Srs. Senadores quiser discutir o item 46 da pauta, passa-se à votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado o parecer do Relator Jefferson Péres pela rejeição.

Item 47 da pauta, do Senador Ramez Tebet. Relator Senador Edison Lobão, pela aprovação. Projeto de lei do Senado nº 93, item 47, aprovado pela comissão dos Srs. Senadores Jefferson Péres e Antônio Carlos Valadares, pôr unanimidade.

Se nenhum dos Srs. Senadores quiser discutir o item 47 da pauta, passa-se à votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item 48 da pauta: Projeto de Lei nº 77, de autoria do Senador Valmir Campelo. Relator Senador José Fogaça. A comissão conclui que o parecer deva ser aprovado.

Em discussão o Item 48. A comissão aprova o parecer. (Pausa)

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item 49: Projeto de Lei do Senado nº 246, de autoria do Senador Gilberto Miranda. Relator Senador Ney Suassuna, pela rejeição. A comissão capitaneada pelo Senador Jefferson Péres, conclui também pela rejeição.

Em discussão o parecer ao item 49. (Pausa)

Se nenhum dos Srs. Senadores quiser discutir, passa-se à votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado o parecer.

Item 50 da pauta, devidamente examinado pelos eminentes Senadores Antonio Carlos Valadares e Jefferson Péres. Autoria da Senadora Marluce Pinto. Relator Senador José Bianco, pela aprovação.

Em discussão o item 50 da pauta. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item 52: Projeto de lei do Senado de autoria do Senador Casildo Maldaner. Relator Senador Roberto Freire, pela rejeição. Examinado pelos eminentes Senadores Jefferson Péres e Antonio Carlos Valadares que concluem também pela rejeição.

Em discussão o Item 52. (Pausa)

Se nenhum dos Srs. Senadores quiser discutir, passa-se à votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado o parecer pela rejeição.

Item 55: Projeto de Lei do Senado nº 166. Tramita em conjunto com o Projeto de Lei nº 324. O parecer do Senador Lúcio Alcântara é pela aprovação na forma substitutiva e foi examinado pelo eminente Senador Antonio Carlos Valadares.

Em discussão. (Pausa)

Se nenhum dos Srs. Senadores quiser discutir a matéria - ela é praticamente convergente -, em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado o parecer do Relator.

Item 56 da pauta, examinado pelo eminente Senador Antonio Carlos Valadares, de autoria da Senadora Marina Silva. Relator Senador Ramez Tebet. Parecer pela prejudicialidade e pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 39, na forma substitutiva. O eminente Senador Ramez Tebet disciplina a matéria. O Líder da Oposição concorda com a manifestação do eminente Senador.

Em discussão o Item 56 da pauta. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado o parecer.

Item 57 da pauta: Projeto de Lei oriundo da Câmara. Relator Senador José Eduardo Dutra. Disciplina a publicação das despesas com o pessoal da União e dá outras providências. Esse projeto foi examinado pelo eminente Senador Antonio Carlos

Valadares. O Senador Jefferson Péres não emitiu parecer, nem o eminente Senador José Eduardo Dutra.

Passa-se então para o seguinte; depois voltaremos a esse.

O item seguinte tem a aprovação unânime da comissão. Projeto de Lei da Câmara nº 10, autoria da Deputada Raquel Capiberibe. Relator Senador Romeu Tuma, pela aprovação, que é referente ao direito de queixa pela mulher. A matéria é convergente.

Em discussão o Item 58. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado o parecer.

Projeto de Lei da Câmara nº 10. Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 104 que altera o dispositivo da Lei de Execução Penal.

O Relator da matéria foi o Senador José Ignácio, que conclui pela aprovação. O eminente Senador Antonio Carlos Valadares emitiu parecer favorável.

Em discussão o Item 60. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado o parecer do Relator.

Item 61 da pauta, examinado pelos eminentes membros da Comissão, Jefferson Péres e Antonio Carlos Valadares. Projeto oriundo da Câmara. O autor é o Deputado Adhemar de Barros Filho. O Relator, Senador José Bianco, conclui pela aprovação.

Em discussão o Item nº 61 da pauta. (Pausa)

Se nenhum dos Srs. Senadores quiser discutir, vou passar à votação.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado o parecer.

Item nº 62:

Projeto de lei da Câmara de autoria do Deputado Antônio Jorge. Relator Senador José Eduardo Dutra. O parecer é

pela prejudicialidade. O eminente Senador Jefferson Pérès examinou em profundidade e concluiu que deve ser acompanhado o voto do Relator.

Em discussão o Item nº 62. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado o parecer.

Item nº 63:

Projeto de lei da Câmara, tendo como autor o Deputado Carlos Mosconi. Relator Senador José Eduardo Dutra. Parecer pela prejudicialidade. A Comissão se manifesta em idênticas condições.

Em discussão o item 63. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado o parecer pela prejudicialidade.

O SR. SENADOR - Sr. Presidente, se não houver objeção da Mesa, peço a V. Ex^a preferência para que o Senador Lúcio Alcântara possa ler o parecer sobre a Lei Eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Pergunto à secretária se já foi entregue o parecer do eminente Senador Lúcio Alcântara. Se já tiver sido providenciado, faça-se a distribuição competente aos eminentes Senadores. Vamos enunciar mais dois projetos para concluir.

Item 64 da pauta: Projeto de lei da Câmara, da Comissão de Constituição, Justiça e de Redação. Senador Guilherme Palmeira. A Comissão, por unanimidade, conclui pela aprovação.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado o parecer.

Item nº 65. Os eminentes membros da Comissão que examinaram concluíram que o Relator Senador Lúcio Alcântara tem razão quando opina pela aprovação com a emenda.

Em discussão o Item nº 65. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.
Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado o parecer do eminente Senador Lúcio Alcântara.

Item nº 66, autoria do Senador Gilberto Miranda. Relator Ney Suassuna. Concluiu-se pela aprovação no âmbito da Comissão. Examinado pelos Senadores Jefferson Péres e Antonio Carlos Valadares. Pela aprovação do parecer.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.
Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado o parecer.

Item nº 67, de autoria da Comissão Diretora. Relator Senador Josaphat Marinho. O parecer conclui pela mesma finalidade. Os eminentes Senadores Jefferson Péres e Antonio Carlos Valadares examinaram a matéria e concluíram pela aprovação do Relator, que é o Senador Josaphat Marinho.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.
Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado o parecer.

Volta-se ao item do eminente Senador Jefferson Péres, de nº 72.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.
Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado o parecer do Senador José Ignácio, quanto ao Item nº 72.

Item nº 57: o eminente Senador Antonio Carlos Valadares fez um exame detido da matéria que disciplina a publicação das despesas com pessoal. Autoria da Deputada Laura Carneiro. Relator Senador José Eduardo Dutra.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado o parecer.

Concedo a palavra ao eminente Senador Lúcio Alcântara, em requerimento de autoria do Senador Edison Lobão, deferido pelo Plenário.

O SR. ROMEU TUMA - Presidente, apenas uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Com a palavra o eminente Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA - Sr. Presidente, sem desejar interromper o andamento dos trabalhos, gostaria de fazer uma sugestão. Na última reunião, tendo em vista o grande número de emendas ao projeto da Previdência, penso que houve um engano na tomada de votos de minha responsabilidade, porque, revendo o vídeo, e V. Ex^a teve o cuidado e o zelo de confirmar os votos, provavelmente por uma distração, pude perceber que o meu voto ficou consignado de forma contrária ao que eu havia votado. Mas não quero entrar nesse mérito. Se pudesse, na hora da votação nominal, pediria aos votantes que ligassem o microfone, porque no vídeo não aparece a resposta ao voto. V. Ex^a, como sempre, com zelo, confirmou os votos, mas se os microfones estivessem ligados, seria melhor.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a tem razão e será atendido. Fica registrado em Ata.

Com a palavra o eminente Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, gostaria de registrar o êxito com que V. Ex^a dirige esta Comissão, haja vista a celeridade com que foram aprovadas diversas matérias de interesse do Brasil e de iniciativa dos Senadores. Isso revela, sobretudo, a competência com que esta Comissão está sendo dirigida, notadamente porque, somente na reunião de hoje, mais de 60 propostas foram apreciadas e aprovadas ou rejeitadas. Essa é a demonstração inequívoca de que o Senado Federal se debruça sobre trabalhos importantes.

O SR. ROMEU TUMA - Permite-me um aparte, Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Pois não, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA - Não só V. Ex^a, mas também os Srs. Senadores que participaram da Comissão designada por V. Ex^a para pré-análise quanto a dúvidas merecem nossos cumprimentos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Dela também participaram os Srs. Senadores Jefferson Péres e José Eduardo Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Eminente Senador Antonio Carlos Valadares, a Presidência agradece e deve debitar isso não apenas àqueles que faziam restrições, mas credita a V. Ex^a, como integrante da Comissão, ao Senador Jefferson Péres, ao Senador Romeu Tuma, Senador Pedro Simon e Senador José Eduardo Dutra, que tanto contribuíram e colaboraram para que vissemos os pontos convergentes. Também a anuência dos demais eminentes Senadores que, vendo a necessidade de acelerarmos os trabalhos desta Comissão, têm dado o seu beneplácito.

Imagine V. Ex^a que hoje vamos ter uma reunião no Congresso que atrapalha não só a leitura do parecer do eminente Senador Lúcio Alcântara, mas uma discussão maior. Temos uma matéria que já foi distribuída ao eminente Senador Edison Lobão, oriunda do Ministério do Planejamento, que vai fazer com que esta Comissão se debruce além das oitivas que teremos aqui. De modo que a Presidência agradece a V. Ex^a e a todos os demais Senadores.

Concedo a palavra ao eminente Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO - Sr. Presidente, pedi a palavra para, em meu nome pessoal e em nome da Liderança do PFL, também fazer nossas as palavras do Líder da Oposição, Antonio Carlos Valadares, no que diz respeito à competência com que V. Ex^a dirige os trabalhos desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Obrigado, eminente Senador Edison Lobão.

Com a palavra o eminente Líder Senador Elcio Alvares.

O SR. ELCIO ALVARES - Senador Bernardo Cabral, eminentes colegas da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, não posso, como Líder do Governo, deixar passar, sem uma menção especial, o registro coletivo que está sendo feito em torno da atuação de V. Ex^a, Sr. Presidente Bernardo Cabral, a frente desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Tenho um orgulho muito grande porque o Senador Bernardo Cabral é uma das figuras mais prestigiadas que enaltecem a Bancada do PFL, uma vida inteira dedicada ao Direito. Bernardo Cabral tem uma participação histórica na vida nacional, independentemente da sua atividade profissional; foi magnífico Relator da nossa atual Constituição e se desempenhou sempre com brilhantismo, principalmente no exercício de elevadas funções, como no Ministério da Justiça.

Como Líder do Governo, quero asseverar, independentemente de todos os embates, que são naturais na vida pública - a posição das Bancadas que apóiam o Governo, dos Líderes de Oposição -, que esta Comissão tem uma peculiaridade que é muito importante: ela é formada, em sua grande maioria, por advogados, pessoas altamente responsáveis no exame do texto da lei, e aqui eu diria mesmo: às vezes, fica de lado qualquer sentido ideológico, partidário, para prevalecer, acima de tudo, aquilo que é o Direito fundamental para todos nós. Portanto, com muita alegria, com muita satisfação, na condição de Líder do Governo, rendo uma homenagem permanente à atividade do Presidente Bernardo Cabral e incorporo ao meu registro de elogios também aos eminentes integrantes da Comissão que, dedicadamente, reúnem-se para dar andamento, talvez, a uma das áreas técnicas mais delicadas desta Casa, que é a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência agradece a V. Ex^a, eminente Senador Elcio Alvares, e partilha com todos os integrantes desta Comissão a gentileza das palavras.

A Presidência indaga aos eminentes Senadores e à eminente Senadora Regina Assumpção se já receberam o avulso com o parecer do eminente Senador Lúcio Alcântara. Se todos tiverem recebido, concedo a palavra ao eminente Senador Lúcio Alcântara para relatar o Projeto de Lei da Câmara nº 37/97, que trata da Lei Eleitoral.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de iniciar a leitura do meu parecer, faço uma referência especial ao grupo de consultores que me auxiliou nessa tarefa. Independentemente do juízo que cada um possa fazer do mérito do parecer, devo dizer que este foi produzido com grande esforço e dedicação dos consultores e funcionários do meu gabinete, que colaboraram comigo nessa tarefa. O prazo era por demais exíguo para que se produzisse esse documento. Por outro lado, essa exigüidade tem a ver com possíveis modificações que o Senado venha a implementar, mas que permita que o projeto retorne à Câmara dos Deputados a tempo de serem examinadas todas as alterações que, porventura, venham a ser introduzidas aqui no Senado.

Vem a esta Casa para apreciação, nos termos do art. 65 da Constituição Federal, Projeto de Lei da Câmara nº 37, que estabelece normas para as eleições. A proposição em pauta pretende estabelecer normas eleitorais permanentes para todos os níveis da Federação, em vez de uma lei para cada eleição. Isso é um avanço! Nesse sentido, seus arts. 1º a 5º fixam disposições gerais das quais destacamos a não-contagem dos votos em branco para os fins de quantificação do coeficiente eleitoral nas eleições proporcionais.

Por seu turno, o art. 6º firma as regras pertinentes às coligações partidárias, facultando a sua celebração para as eleições majoritárias, para as proporcionais, bem como para ambas. Os arts. 7º a 9º tratam das convenções destinadas à escolha de candidatos, que devem ser realizadas de 10 a 30 de junho. Exige domicílio eleitoral e prazo de filiação partidária um ano antes do pleito. Já os arts. 10 a 15 dispõem sobre o registro de candidatos; o art. 10 fixa quantitativo de candidato às eleições proporcionais e o art. 14 sujeita o candidato que foi expulso do partido ao cancelamento do registro.

Por outro lado, os arts. 16 a 25 estatuem as normas que dizem respeito a arrecadação e aplicação de recursos nas campanhas eleitorais. Assim, o art. 16 estabelece o chamado financiamento público das campanhas - eu diria mais: financiamento público direto das campanhas - mediante dotação orçamentária da União, equivalente ao número de eleitores do País multiplicado por R\$7,00. O art. 17 delimita os valores máximos a serem gastos nas eleições para cada cargo eletivo. O art. 22 prevê

doações de pessoas físicas. O art. 25 arrola o elenco dos gastos eleitorais.

De outra parte, os arts. 26 a 30 trazem as regras relativas às prestações de contas dos gastos eleitorais, conferindo competência à Justiça Eleitoral para examiná-las e decidir sobre sua regularidade. Os arts. 31 a 33 tratam das pesquisas e testes pré-eleitorais, preceituando que as empresas colocarão à disposição dos partidos, em meio magnético ou impresso, todas as informações referentes às pesquisas efetuadas.

A propaganda eleitoral em geral é normatizada nos arts. 34 a 39. Nesse sentido, o art. 34 fixa o início dessa propaganda para após o dia 05 de julho do ano da eleição. O art. 35 disciplina o uso de bens públicos e particulares. Os arts. 36 e 37 tratam de atos de propaganda, mediante folhetos, comícios, serviços de som etc. O art. 38 veda o uso de símbolos ou imagens associadas a entidades públicas.

O art. 40 regulamenta propaganda eleitoral mediante **outdoors**. O art. 41, a propaganda realizada na imprensa escrita. Os arts. 42 a 44, a propaganda eleitoral realizada por intermédio dos provedores de acesso às redes de computadores.

Na sequência, os arts. 45 a 58 dispõem sobre a propaganda eleitoral no rádio e na televisão, assim como nos canais por assinatura, sobre as responsabilidades das Casas Legislativas. O art. 48 fixa o período dessa propaganda em 45 dias e estatui a divisão dos dias da semana e de horário entre as eleições, para os cargos majoritários e proporcionais, além de estabelecer a divisão do tempo de propaganda entre os partidos que tenham representação na Câmara dos Deputados. Além disso, o art. 52 prevê propaganda no rádio e na televisão, mediante as chamadas inserções com duração de até 60 segundos.

Por sua vez, o art. 59 assegura o direito de resposta a candidato, partido ou coligação atingido por conceito, imagem ou afirmação caluniosa, difamatória, injuriosa ou sabidamente inverídica, disciplinando os procedimentos cabíveis para tanto.

Os arts. 60 a 63 prevêm sistema de votação e apuração eletrônicas. O art. 64 dispõe sobre as mesas receptoras. Os arts. 66 a 73 contêm normas relativas à fiscalização do processo de votação e apuração.

Os arts. 75 a 77 estabelecem normas referentes às vedações que recaem sobre os agentes públicos que estejam em

campanhas eleitorais. Essas normas decorrem da necessidade de se regulamentar a conduta do Chefe do Poder Executivo que concorrer à reeleição, consoante prevê a Emenda Constitucional nº 16/97. Destarte, o art. 74 arrola vedações a serem observadas pelos agentes públicos durante o processo eleitoral, bem como as penalidades aplicáveis.

O art. 75 trata do ressarcimento da despesa com o uso do transporte oficial pelo Presidente da República em campanha para reeleger-se. O art. 76 proíbe aos candidatos ao Poder Executivo participar de inaugurações de obras públicas nos três meses que antecedem o pleito. O art. 77 ressalva que as sanções do art. 74 dar-se-ão sem prejuízo de outras previstas na legislação.

Nos arts. 78 a 95, estão previstas as disposições transitórias. Dessa forma, o art. 78 registra que, nas eleições previstas para os anos de 1998 a 2000, serão aplicadas as normas dos arts. 79 a 84 e as demais disposições que não contrariarem essas normas. Assim, o art. 83 prevê doações de pessoas jurídicas para as eleições previstas para 1998 e 2002 e o art. 85 estatui que essas doações não poderão exceder o valor de R\$300 mil. O art. 86 estabelece que terão de ser realizadas por meio cheques, se feitas diretamente nas contas dos partidos e candidatos, e o art. 87 prevê que, no ano de 1998, o valor das dotações orçamentárias da União destinadas ao fundo partidário será multiplicado por dez.

Por último, os arts. 96 a 113 firmam as disposições finais.

À proposição em pauta foram apresentadas 44 emendas que serão comentadas abaixo, a saber:

Emendas nºs 1 a 6, de autoria do ilustre Senador Sebastião Rocha - e outros. (A errata foi distribuída, a autoria não era da Senadora Júnia Marise.)

Emendas nºs 7 e 8, de autoria do nobre Senador Jefferson Péres.

Emendas nºs 9 a 21, de autoria do nobre Senador Sebastião Rocha.

Emendas nºs 22 a 44, de autoria do ilustre Senador Sérgio Machado.

Cabe a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, no termos do art. 101, inciso I, II, item 4 do Regimento Interno, opinar sobre constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade da matéria, bem como sobre seu mérito.

A seguir, passo a comentar as alterações que julgo necessárias ao aperfeiçoamento da proposição sob análise, que constituem o voto, como bem lembra o Senador Bernardo Cabral.

A desconsideração do voto em branco, para composição do quociente eleitoral, constitui novidade introduzida pelo projeto, contrariando o procedimento em vigência no País desde 1950, contemplado no parágrafo único do art. 106 do Código Eleitoral. Tal modificação não poderia ser feita sem um aprofundado debate de suas repercussões para o sistema partidário, pois, com a redução do quociente eleitoral, prevê-se o incentivo à dispersão da representação, em benefício de pequenos partidos de menor representatividade junto ao eleitorado. Assim, não há razão para desconsiderar os votos em branco, porque sempre foram interpretados como manifestação consciente do eleitor, que é obrigado a votar, mas não é obrigado a expressar o voto. Assim, propõe-se a supressão do art. 5º.

Altera-se o **caput** do art. 6º, no sentido de restabelecer as normas para coligação que vêm sendo observadas nas últimas eleições, permitindo-as para eleição majoritária, proporcional ou ambas, desde que elas não sejam diferentes dentro da mesma circunscrição.

A redação original da proposição, que permitia a formação de mais de uma coligação para as eleições proporcionais dentre os partidos coligados para as majoritárias, contrariava o espírito do projeto e a tendência da legislação partidária de fortalecimento do partido político e da disciplina partidária.

Impõe-se alterar o § 1º do art. 8º, com vistas a suprir falha na redação original, que não previa a candidatura nata dos vereadores. Como o projeto adotou candidatura nata para deputado federal e estadual, julguei que deva ser adotada também para vereador.

Propõe-se alterar o § 2º do art. 8º, para ampliar a permissão da utilização dos prédios públicos para realização de convenções. Não se justifica limitar essa autorização apenas para escola e Casa Legislativa e impedir a utilização, por exemplo, de ginásio de esporte ou teatro.

Propõe-se ajuste no § 1º do art. 10 tão-somente para aperfeiçoar-lhe a redação.

O § 2º do art. 10 cria distorção com relação ao número de candidatos às eleições proporcionais. Seu texto permite, por

exemplo, que os partidos possam registrar mais candidatos em um Estado que conte com uma bancada de 12 Deputados Federais do que em outros, cuja bancada seja de 21 Deputados. Essa distorção se agrava quando há coligação. Assim, propõe-se a supressão do dispositivo, mantendo-se a regra geral do número de candidatos para todos os Estados. Parece mais adequado manter uma única disciplina para todos os Estados nessa matéria, sem qualquer tipo de discriminação.

Propõe-se alteração no **caput** do art. 14, de forma a resgatar a hipótese de cancelamento do registro de candidato que apóie ou faça propaganda para candidato de outro partido. Trata-se de dispositivo que fortalece os partidos e a disciplina partidária, o que, sem dúvida, aprimora a proposição.

Faz-se necessário suprimir o § 2º do art. 15, um vez que parece excessivo permitir aos candidatos natos escolher seu número, independentemente de sorteio. Trata-se de dispositivo que, sem dúvida, fere o princípio da igualdade.

O financiamento público integral tem a minha simpatia. Todavia entendo que se trata de matéria complexa e que necessita ser amplamente discutida por toda a sociedade. Sua introdução no Brasil não pode ser feita sem que seja precedida de uma ampla reforma no nosso sistema eleitoral, com o objetivo de estabelecer condições necessárias para a estruturação de um sistema partidário eficaz em que as distorções, como a existência de siglas de aluguel, não prevaleçam.

Ademais, a destinação de escassos recursos públicos ao financiamento das campanhas eleitorais, neste momento em que as discussões a respeito do déficit público estão bastante presentes no seio da opinião pública, pode exacerbar as críticas do eleitorado à classe política, em decorrência das inevitáveis comparações que se farão sobre a aplicação alternativa desses recursos no atendimento das necessidades da população, em especial das comunidades carentes.

Acrescento ainda - isto não está escrito no parecer - que julgo inconstitucional a proposta, porque nós, do Poder Legislativo, não podemos criar despesa nova. Isso é competência do Poder Executivo. Há no projeto uma despesa nova da ordem de R\$420 milhões. Nós mesmos, nesta Comissão, já aprovamos um projeto que destinava recursos públicos para campanha. Depois, nós mesmos tivemos de rever o projeto. Há necessidade ainda de

um debate mais longo sobre essa matéria. Por isso, fiz constar do parecer um artigo que diz que uma lei específica haverá de dispor sobre recursos públicos para as campanhas eleitorais. Não fixei data, mas não valerá para as eleições de 98, pois não haveria mais tempo, uma vez que qualquer alteração tem de ser feita até 03 de outubro.

Assim, proponho que o assunto seja remetido a um projeto de lei que irá examinar, com vagar e nitidez, todos os aspectos que envolvem a matéria, a fim de que o financiamento seja implantado de modo seguro e irreversível, fortalecendo, assim, a democracia brasileira a partir da melhoria da representação política. Quer dizer, dá uma melhor condição de competição aos partidos e candidatos que não têm capacidade de mobilizar recursos na iniciativa privada.

O art. 22 foi modificado por incluir normas de disposições transitórias, em virtude de o financiamento público ter sido excluído do texto do projeto.

O § 3º do art. 35 deve ser suprimido uma vez que a matéria lá tratada - o disciplinamento das atividades no interior das Casas Legislativas - é sua competência privativa, inserida que está na órbita da autonomia dos Poderes, não cabendo a sua regulamentação por lei em sentido formal.

O projeto dispunha sobre propaganda no âmbito das Casas Legislativas. Essa é uma matéria - no meu modo de ver - que tem de ser disciplinada pela Mesa dessas Casas.

Impõe-se suprimir, no inciso I, do § 3º do art. 37, a expressão "salvo quando autorizado pela direção dos respectivos órgãos". Já que a vedação da instalação de alto-falantes, em distância inferior a 200m, de sede de Poderes, Tribunais e Quartéis, é exigência da ordem pública, não pode estar ao alvedrio do dirigente daqueles órgãos.

As regras para a distribuição de **outdoors** entre aos partidos e candidatos devem guardar coerência com a distribuição de tempo da propaganda eleitoral gratuita para as mesmas pessoas, estabelecendo-se, assim, o mesmo critério de proporcionalidade para esse tipo de propaganda, para coibir o eventual abuso do poder econômico.

Deve ser suprimida a regulamentação da utilização de propaganda em rede de computadores, prevista nos arts. 42 a 44, em primeiro lugar, porque se trata de meio que não guarda

semelhança com os meios de comunicação de massa, mas muito mais com o envio de correspondência.

De outra parte, a tecnologia das redes de computadores, hoje de caráter mundial, torna inócuo o tipo de regulamentação proposto. Os abusos certamente devem e podem ser punidos com base na legislação vigente, que veda o abuso do poder econômico e impede a utilização de recursos públicos em campanha eleitoral.

Propõe-se a supressão do **caput** do art. 48 da expressão "e os canais de televisão por assinatura", mencionado no art. 58, já que entendo não ser adequada a exigência para que TVs por assinatura transmitam propaganda eleitoral não apenas pela sua natureza, quanto por impossibilidade prática, uma vez que essas televisões não possuem área de abrangência regionalmente estabelecida.

Propõe-se a alteração do art. 50, no sentido de reduzir o tempo entre a proclamação dos resultados do primeiro turno e o início da propaganda eleitoral para o segundo, de 72 para 48 horas.

A Emenda Constitucional nº 16, de 1997, reduziu o intervalo entre o primeiro e o segundo turno para 21 dias, o que restringiu significativamente o tempo disponível para a propaganda eleitoral. Esse tempo passou a ser de alguns dias; não se justifica, assim, o intervalo de 72 horas para o início da propaganda eleitoral, visando ao segundo turno, após a proclamação dos resultados.

Propõe-se, pelos mesmos motivos expostos, com relação ao art. 48, a supressão, no art. 52, da expressão "e os canais de televisão por assinatura", mencionada no art. 58.

Sugere-se alterar o art. 53 no sentido de substituir a previsão de convocação dos candidatos pela convocação dos partidos pela Justiça Eleitoral, para elaboração do plano de mídia, por ser mais adequada - cabe aos partidos e não aos candidatos a elaboração do plano -, além de ser impossível, do ponto de vista prático, a convocação de todos os candidatos para esse fim.

Propõe-se, pelos motivos expressados com relação ao art. 48, a supressão do art. 58 da expressão "e os canais de televisão por assinatura sob responsabilidade do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, das Assembléias Legislativas, da

Câmara Legislativa do Distrito Federal ou das Câmaras Municipais".

Impõe-se alterar o § 1º do art. 69, uma vez que não compete ao Presidente da Mesa receptora de votos a expedição do boletim de urna, mas ao juiz presidente da junta apuradora.

Propõe-se alterações no art. 74, no sentido de torná-lo mais efetivo, de um lado, excluindo vedações que não se limitam ao período eleitoral, mas que são decorrentes dos princípios que norteiam a administração pública e que devem ser observados por todo e qualquer tempo, como a admissão do servidor público efetivo apenas por concurso público.

De outra parte, altera-se também o inciso VII do dispositivo, com vistas a aprimorar a sua redação, esclarecendo as limitações referentes aos gastos com publicidade, que, no ano eleitoral, não podem superar o maior valor entre os gastos do ano anterior e a média dos três anos anteriores.

Finalmente, aproveito, no § 2º, sugestão do Senador José Serra em projeto que apresentou ao Senado Federal, no sentido de explicitar que a vedação do uso de bens móveis e imóveis da administração pública não inclui o transporte oficial, desde que ressarcido, e a utilização das residências oficiais para reuniões e encontros políticos relativos à candidatura de seus ocupantes.

Proponho a substituição do art. 75 do projeto por uma nova redação, contemplada por quatro novos artigos que incorporam integralmente a redação do PLS nº 158/97, do Senador José Serra, com o acréscimo no **caput** do novo art. 75 dos Prefeitos e Vice-Prefeitos.

A inovação introduzida no processo eleitoral brasileiro pela Emenda Constitucional nº 16, prevendo a eleição do Chefe do Executivo para um segundo mandato subsequente, constitui uma experiência inusitada entre nós, e, por essa razão, devem ser tomadas todas as cautelas para que esse novo instituto não venha afetar a verdade eleitoral e que se busque um processo eleitoral legítimo e democrático.

Assim, adota as idéias do Senador José Serra para restringir o uso de bens públicos para atividades eleitorais somente quando for indispensável a segurança das autoridades que disputam a renovação do mandato, exigindo-lhes, contudo, o ressarcimento das despesas efetuadas com aquela finalidade.

De um lado, a clara delimitação do uso dos bens públicos nas condições previstas nesta lei permite aos candidatos à reeleição conhecer com clareza as vedações impostas pela lei ao uso da máquina administrativa, sendo útil também para que seus adversários e os cidadãos em geral possam fiscalizar a contento os atos dos governantes durante a campanha eleitoral.

A supressão do art. 76 elimina a proibição de que candidatos a cargos do Poder Executivo participem de inaugurações de obras nos três meses anteriores ao pleito, sob a pena de cassação de registro. Entendo que tal proibição é inócua, pois não impede que o candidato venha a fazer ampla publicidade de suas realizações em seu programa eleitoral gratuito.

Por outro lado, embora concorde com a adoção de medidas protetoras à lisura do pleito, principalmente numa nova fase da política brasileira, em que teremos pela primeira vez reeleição para cargos do Poder Executivo, considero desnecessária a proibição, pois está interferindo na rotina administrativa dos governantes, ainda que candidatos.

Já o art. 77 é destituído de valor jurídico, pois concede eficácia legal ao que já é eficaz, inclui normas hierarquicamente superiores tais como as constitucionais.

A alteração proposta com relação ao art. 78 objetiva adequar o projeto às mudanças resultantes da supressão de todos os artigos referentes ao financiamento público.

No art. 79, a menção expressa às eleições de 1998 e 2002 é indispensável, pois a retirada do art. 78 visa a que o texto do projeto mantenha coerência interna. Nos artigos anteriores, que contêm normas eleitorais de caráter permanente, se determina que cada partido ou coligação deverá reservar no mínimo 30% e no máximo 70% das vagas para candidatos do mesmo sexo.

Proponho a alteração do art. 80, decorrente da retirada do financiamento público. A dificuldade que existe para a alteração da regra do financiamento da campanha impôs tais supressões. Não obstante considerar que o financiamento público pode vir a se constituir em forte instrumento para enfrentar o abuso do poder econômico, entendo que sua adoção, já para as próximas eleições, é bastante temerária. Tal despesa, além de não estar prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias, que orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual, não foi suficientemente debatida pela sociedade.

Então, faço um apelo ao Relator, sei que não foi esse o espírito de S. Ex^a, para que se mantenha o art. 86. Doações feitas diretamente nas contas de partido, do candidato deverão ser efetuados por meios de cheques cruzados e nominais, que não é só... Esse artigo já existe, e, agora, sem mais nem menos, vamos tirar esse artigo.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Não, ele quer tirar o 86.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Não ele não quer tirar. O eminente Senador Pedro Simon quer manter porque é um dispositivo altamente moralizador.

O SR. PEDRO SIMON - Exatamente. E que o Relator na Emenda nº 33...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Pedro Simon, o Relator informará a V. Ex^a.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Senador Pedro Simon, a Emenda nº 15, da CCJ, incluiu no art. 22 o seguinte § 6º. "Art. 22 Doações feitas diretamente nas contas de partidos e candidatos deverão ser efetuados por meios de cheques cruzados e nominais". Apenas uma mudança, mas o dispositivo permanece.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - De acordo, Senador?

Retirada, então, a emenda.

Passa-se ao art. 5º, de autoria do eminente Senador Jader Barbalho. "Nas eleições proporcionais, contam-se como válidos apenas votos dados a candidatos regulamento inscritos".

Os Srs. Senadores que aprovam a manifestação contrária do Relator queiram permanecer sentados. (Pausa)

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, estou sendo informado aqui pelo meu assessor que não é como diz o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Não, mas o Relator deslocou apenas para...

O SR. PEDRO SIMON - Mas o meu assessor está dizendo aqui...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Não creio... Peço ao Sr. Relator que...

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Senador Pedro Simon, se o assessor de V. Ex^a tem alguma dúvida, eu assumo o compromisso de que o dispositivo será inscrito com todas as honras, com todos os destaques, porque, aí, passa a ser um entendimento de assessores.

Reafirmo, como comentei acima, que sou favorável à idéia, no entanto, são grandes as dificuldades que podem surgir, pois essa é uma experiência que vem sendo adotada com muita cautela pelos países mais ricos.

Por essa razão, proponho que o Congresso Nacional promova amplo debate sobre a reforma político-partidária, como vem fazendo no Senado, em que possa ser inserido o financiamento público.

Volto a dizer que o artigo é inconstitucional. Não temos competência para criar despesa nova e determinar que o Poder Executivo a implemente. Isso é competência exclusiva do Poder Executivo.

No art. 87, o dispositivo determina que no ano de 1998 se promova a multiplicação por dez do valor das dotações orçamentárias da União que compõem o Fundo Partidário e, ainda, determina ao Poder Executivo que encaminhe ao Congresso Nacional o projeto de lei autorizando a inclusão da referida dotação na Lei Orçamentária de 1998, em evidente quebra dos princípios de separação e harmonia entre os Poderes.

Com efeito, conforme dispõe o art. 165 da Constituição Federal, a Lei Orçamentária é de iniciativa privativa do Presidente da República. Nessa condição, o Chefe do Executivo não necessita de autorização prévia do Congresso para a incluir qualquer matéria na lei orçamentária.

Finalmente, discordo do mérito da proposta de aumento do Fundo Partidário, pois a elevação da participação dos recursos públicos no financiamento das campanhas eleitorais é, como já salientei, assunto para aprofundamento de lei específica e não na presente proposta.

Destaque-se, finalmente, que a Justiça Eleitoral se ressentiu no momento da falta de recursos, motivo pelo qual ainda não lhe foi possível informatizar todos os Tribunais Eleitorais.

Sabemos que o projeto de votação eletrônica só foi adotado parcialmente, porque não havia recursos para que ele fosse adotado na íntegra, apesar de ser um instrumento extremamente útil para garantir a lisura e a credibilidade do processo eleitoral.

A Resolução nº 14.371, de 26 de maio de 1994, do Tribunal Superior Eleitoral, determinou que as pessoas que se encontrassem na situação descrita na redação dada ao § 1º do art.

97 poderiam alistar-se. Objetivava, nesse caso, apenas ratificar, em texto legal, o entendimento do TSE. (Trata-se do alistamento de quem não completou 16 anos, mas o faz antes da data da eleição.)

Propõe-se, no art. 100, emenda que objetiva, basicamente, aperfeiçoar a redação e melhorar a clareza do dispositivo. Propõe também a alteração do art. 104, que incorpora a redação proposta pelo PLS nº 158, de 1997, de autoria do Senador José Serra, acrescida da expressão "ou juntas eleitorais e os requisitados para auxiliar seus trabalhos". Reduz para um dia o período de dispensa do trabalho do eleitor que participar do processo eleitoral, a exemplo de solução adotada na lei que regulamentou as últimas eleições.

Propõe-se a supressão do art. 106, que está em desacordo com a legislação trabalhista vigente, pois estabelece que a contratação de pessoal para a prestação de serviço nas campanhas eleitorais não gera vínculo empregatício com o candidato ou partido contratante.

Ora, como dispõe a CLT, o vínculo se estabelece pela subordinação, pessoalidade e salário que caracterizam a realização do trabalho, mesmo que de natureza eventual e não pela vontade de quem o contrata.

Sugere-se alteração do art. 109, que objetiva adequar o dispositivo à supressão de outros, que propunha, ao contrário da posição que defendo para o momento atual, o aumento da participação dos recursos públicos no financiamento de campanhas eleitorais.

Ademais, não faz sentido alterar norma da lei atual dos partidos políticos, pois a intenção do legislador, ao elaborá-la, foi permitir doações de pessoas físicas e jurídicas aos partidos políticos, em complementação aos recursos públicos que formam o Fundo Partidário.

Mediante o procedimento da revogação, o projeto está introduzindo algumas modificações substanciais na legislação eleitoral anterior e no próprio Código Eleitoral. Com efeito, ao revogar o parágrafo único do art. 106 do Código Eleitoral, o projeto pretende eliminar os votos em branco do cálculo do quociente eleitoral, procedimento em vigência no País desde 1950.

Tal modificação não pode ser feita sem um maior debate, diante de suas repercussões para o sistema partidário,

como já disse anteriormente, pois, com a redução do quociente, é de se prever um incentivo à dispersão da representação partidária em benefício de partidos pequenos, de menor representatividade junto ao eleitorado, motivo pelo qual proponho a supressão, no art. 103, da revogação do art. 106 da Lei nº 4.737 do Código Eleitoral.

Com relação às emendas apresentadas, a nossa opinião é a seguinte: Emenda nº 1, propondo suprimir a data de iniciativa do prazo de realização das convenções partidárias, em razão do princípio da autonomia partidária. Pela rejeição, pois o prazo do início das convenções é também o prazo de início do processo eleitoral, que necessita estar demarcado com clareza, sendo matéria de interesse público.

Emenda nº 2, estabelecendo que fiscais de partido poderão acompanhar os entrevistadores dos institutos. Pela rejeição, pois, diferentemente da sua divulgação, a realização da pesquisa diz respeito à matéria reservada aos seus realizadores e contratantes.

Emenda nº 3, com o objetivo de disponibilizar aos partidos dados referentes às pesquisas, após o registro destas na Justiça Eleitoral e não apenas após a sua divulgação. Pela rejeição, pois a matéria envolve inclusive o direito dos contratantes e do próprio instituto ao ineditismo das informações coletadas.

Emenda nº 4, com o fim de ampliar de 3 para 6 meses o prazo dentro do qual os agentes públicos não poderão tomar as atitudes vedadas no inciso VI do caput do art 74 do projeto. Pela rejeição, pois a proposta contraria o princípio da continuidade da administração pública.

Emenda nº 5, estabelecendo que o Chefe do Poder Executivo deve renunciar ao seu cargo até 6 meses antes do pleito. Pela rejeição, por contrariar a intenção do legislador ao aprovar o instituto da reeleição.

Emenda nº 6, propondo financiamento exclusivamente público das eleições. Pela rejeição. O financiamento merece estudo mais aprofundado, que deverá ser feito por ocasião da elaboração de projeto de lei específico. Prevejo emenda de relator.

Emenda nº 7, estabelecendo o cancelamento de candidatura do Chefe de Executivo que, nos 90 dias que anteceder a eleição, infringir o disposto no art. 37, parágrafo único, da Constituição. Pela rejeição. O candidato que infringir a referida

norma já poderá ter a sua candidatura cassada por abuso de poder de autoridade. Por exemplo, art. 14.

Emenda nº 8, com o fim de prever cancelamento de propaganda eleitoral, bem como de registro de candidato ou partido que reincidir em ofensa a outrem. Pela rejeição, uma vez que o texto do art. 54 parece-me ajustado quanto a normas inibidoras da propaganda.

Emenda nº 9, modificando os critérios mediante os quais o tempo destinado à propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão, referente ao cargo de Senador, será distribuído entre os partidos e coligações. Pela rejeição, pois a divisão contida no projeto parece-me adequada e razoável.

Emenda nº 10, ampliando o período destinado à propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão de 45 para 60 dias. Pela rejeição, pois a redução do período de propaganda eleitoral vem ao encontro do sentimento da sociedade civil.

Emenda nº 11, vedando a doação de bens e valores destinada à campanha eleitoral pelas pessoas físicas ou jurídicas que possuam contratos de prestação de serviço ou de fornecimento de bens à administração pública dirigidas por autoridade cujo cargo esteja em disputa na eleição, bem como vedando doação em questão por bancos e instituições financeiras. Pela rejeição, uma vez que as vedações como constando do projeto são suficientes para garantir a lisura das doações.

Emenda nº 12, propondo suprimir o art. 105, que prevê ressarcimento fiscal às emissoras de rádio e televisão pela utilização do tempo destinado à propaganda eleitoral. Pela rejeição. É sabido que essas emissoras perdem muito em faturamento com a destinação de tempo de sua programação para propaganda eleitoral gratuita.

Emenda nº 13, substituindo o art. 37, § 5º, inciso I, que tipifica como crime o uso de altofalantes e amplificador de som, bem como a realização de comício ou passeata no dia da eleição. Pela rejeição, pois no dia da eleição não deve haver nenhuma espécie de propaganda eleitoral.

Emenda nº 14, suprimindo o art. 37, § 5º, inciso II, que tipifica como crime a distribuição de material de propaganda política, inclusive volantes e outros impressos, bem como a prática de aliciamento, coação ou manifestação tendente a influir na

vontade do eleitor. Igualmente pela rejeição, pois no dia da eleição não deve haver nenhuma espécie de propaganda eleitoral.

Emenda nº 15: amplia de 45 para 60 dias o prazo de propaganda.

Pela rejeição. Considero o prazo de 45 dias suficiente para a campanha.

Emenda nº 16: propõe a supressão do § 3º do art. 74, que manda aplicar as vedações concernentes aos agentes públicos em campanha eleitoral apenas àqueles cujas respectivas esferas administrativas estejam em disputa na eleição.

Pela rejeição, uma vez que as vedações, como constante do projeto, parecem suficientes para garantir a lisura do pleito.

Emenda nº 17: limita o tempo de propaganda eleitoral gratuita destinada a partido político em metade do tempo diário total.

Pela rejeição, pois a divisão contida no projeto parece-me adequada e razoável.

Emenda nº 18: antecipa de 1º de junho para 1º de abril o início do período no qual as emissoras de rádio e televisão estão alcançadas pelas vedações estabelecidas no art. 46.

Pela rejeição, uma vez que o período relacionado às vedações estabelecidas no art. 46 parece-me suficiente para inibir o uso inadequado dos meios de comunicação em tela.

Emenda nº 19: veda a divulgação de pesquisa nos últimos trinta dias da campanha eleitoral, aplicando-se a mesma regra no caso de segundo turno.

Pela rejeição. A jurisprudência vem considerando inconstitucional essa espécie de restrição.

Emenda nº 20: propõe nova redação para o art. 75, que trata do ressarcimento de despesas.

Pela aprovação parcial, na forma da emenda do Relator.

Emenda nº 21: estabelece que a sujeição ao cancelamento de registro por expulsão de partido alcance os candidatos que foram expulsos do partido até a diplomação.

Pela rejeição. Pela figura excessiva ao alcance que se quer dar ao dispositivo.

Emenda nº 22: objetiva contar o voto em branco como voto válido para fim de cálculo do quociente eleitoral.

Pela aprovação, nos termos da emenda do Relator.

Emenda nº 23: objetiva a permissão de coligações apenas para as eleições proporcionais.

Pela rejeição, pois entendo que devam ser permitidas as coligações também para as eleições proporcionais.

Emenda nº 24: propõe a supressão do § 2º do art. 10. Permite o registro de número maior de candidatos às eleições proporcionais nos Estados em que o número de lugares a preencher para a Câmara Federal não exceda a vinte.

Pela aprovação, nos termos da emenda de Relator ao dispositivo em exame.

Emenda nº 25: estabelece que só poderá haver substituição de candidato até quinze dias antes das eleições.

Pela rejeição, pois as normas referentes à substituição de candidatos contidas no projeto parecem adequadas.

Emenda nº 26: propõe que o candidato expulso de partido, por prestar apoio a candidato de outro partido, tenha seu registro cancelado.

Pela aprovação, nos termos da emenda do Relator ao dispositivo pertinente.

Emenda nº 27: prevê financiamento exclusivamente público para as campanhas eleitorais, fixando regras para distribuição dos recursos, inclusive intrapartidariamente, não estabelecendo limite de gasto por cargo.

Pela rejeição, pelas razões já apresentadas anteriormente.

Emenda nº 28: meramente de redação, visando a adequar o art. 78 do projeto ao texto da emenda.

Pela prejudicialidade, diante da supressão do art. 78.

Emenda nº 29: estabelece que as doações aos partidos e candidatos deverão ser feitas, necessariamente, mediante cheques nominais e cruzados.

Pela rejeição, uma vez que isso me afigura como excessiva exigência.

Emenda nº 30: suprime o art. 87, que prevê a decuplicação das dotações orçamentárias, no ano de 1998, destinadas ao Fundo Partidário.

Pela aprovação.

Emenda nº 31: prevê que as prestações de contas das campanhas sejam instruídas com extrato de conta exclusivo de campanha.

Pela rejeição, uma vez que isso me afigura como excessiva exigência.

Emenda nº 32: admite a realização de debate sem a presença de candidato de partido, ainda que com representação na Câmara dos Deputados, desde que haja comprovação de convite.

Pela rejeição.

Emenda nº 33: estabelece critério para os debates entre candidatos promovidos pelas emissoras de rádio e televisão.

Pela rejeição, pois as regras pertinentes a esses debates parecem-me adequadas tal como postas no projeto em discussão.

Emenda nº 34: limita aos candidatos a participação nas inserções previstas no art. 52, referentes à propaganda eleitoral no rádio e na televisão.

Pela rejeição, pois as normas referentes às inserções parecem-me razoáveis.

Emenda nº 35: propõe que a vedação do uso de bens públicos pelo Chefe do Poder Executivo não se estenda ao uso de transporte oficial, obedecido o disposto no art. 75

Pela aprovação, nos termos da emenda de Relator, que apresento.

Emenda nº 36: suprime a exigência de que os pronunciamentos de natureza urgente do Presidente da República, caso seja candidato, em cadeia de rádio e televisão, nos três meses anteriores à eleição, só ocorram a critério da Justiça Eleitoral.

Pela aprovação, nos termos da emenda do Relator.

Emenda nº 37: propõe nova redação ao texto do inciso VII do art. 74.

No projeto, há exigência de autorização prévia da Justiça eleitoral. A emenda propõe a eliminação desse dispositivo.

Emenda nº 38: esclarece que o ressarcimento das despesas com o uso em campanha de transporte oficial alcança, além do Presidente da República, os Governadores e Prefeitos, bem como os respectivos vices.

Pela aprovação, nos termos da emenda do Relator.

Emenda nº 39: propõe texto substitutivo para o art. 74, que trata das condutas proibidas aos agentes públicos.

Pela aprovação, nos termos da emenda do Relator.

Emenda nº 40: com o intuito de limitar em 2% do faturamento bruto do ano anterior às eleições ou 330 mil UFIRs, o que for maior.

Pela aprovação parcial, nos termos da emenda do Relator.

Emenda nº 41: veda o uso de instrumento destinado a auxiliar o eleitor analfabeto a votar e confere à Justiça Eleitoral a atribuição de fornecer instrumento necessário à votação por deficientes visuais.

Pela rejeição, pois o texto do art. 95 parece-me adequado.

Emenda nº 42: permite ao cidadão que complete a idade de alistamento nos 150 dias anteriores ao pleito alistar-se nos trinta dias anteriores a esse período.

Pela aprovação parcial, nos termos da emenda do Relator.

Emenda nº 43: propõe a supressão da vedação de que os partidos recebam doação de pessoa jurídica.

Pela aprovação, nos termos da emenda do Relator.

Emenda nº 44: dá nova redação ao art. 13, para que as revogações expressas de que trata o preceptivo abranjam apenas as disposições que contrariem, frontalmente, as normas contidas no projeto em pauta, não alcançando, assim, dispositivos alheios à matéria tratada no projeto ou que, embora em princípios contraditórios com a proposição em tela, merecem uma análise mais cuidadosa e que não seria possível, com a revogação explícita pela aprovação parcial, nos termos da emenda de Relator que apresentamos ao dispositivo.

Assim, voto pela aprovação do PLC nº 37, de 1997, com as seguintes emendas:

Emenda nº 1 - CCJ: suprimir o art. 5º.

Emenda nº 2 - CCJ: Dê-se ao **caput** do art. 6º a seguinte redação: "É facultado aos partidos políticos celebrar coligações..."

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Sr. Relator, desculpe-me. V. Exª poderia dispensar a leitura dessas emendas, com a anuência da Presidência?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência toma o registro do eminente Senador Antonio Carlos Valadares como proposta ao Plenário, e o Plenário aquiesceu. V. Ex^a está dispensado da leitura, Sr. Relator, e tem a palavra para conclusão.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, Srs. Senadores, tenho consciência de que matéria desta natureza está a anos-luz de distância de qualquer consenso. Cumpri, aqui, com minha obrigação. A matéria vai ser submetida à apreciação do Plenário da Comissão de Constituição e Justiça. Certamente a Presidência, creio até que de ofício, vai conceder vista coletiva. O tempo que tive para analisar a matéria foi bastante exíguo. Certamente o intervalo que vamos ter para a discussão, após a concessão de vista, poderá suscitar aperfeiçoamentos e até entendimentos de natureza política entre lideranças. Enfim, quero dizer que estou tranquilo quanto ao trabalho que pude realizar e absolutamente aberto a sugestões e propostas, considerando, evidentemente, que em se tratando de matéria eleitoral é muito difícil que as posições partidárias coincidam. Muitas dessas coisas, certamente, vão ser decididas democraticamente pelo voto. Não há nenhum melindre em fazerem-se reparos a essa ou àquela proposição e em modificar esse ou aquele dispositivo. O meu espírito democrático, que me esforço por preservar, me conforta muito nessas ocasiões. De qualquer maneira, está aqui um texto provocativo, cumprindo aquilo que era meu dever e obrigação, o que me parecia mais razoável, dadas as circunstâncias que estamos vivendo. Inclusive com um fato novo, absolutamente novo para todos nós e do qual não podemos nos abstrair, que é o instituto da reeleição. Votamos o instituto da reeleição. Votei favoravelmente, outros Senadores votaram contrariamente. O instituto foi incluído na Constituição e é um fato novo nos costumes políticos; e, certamente, não será através de artifícios, de normas virtuais, até de difícil aplicação, eu diria, que vamos constranger a ação político-administrativa desses agentes que eventualmente venham a postular a reeleição. Só a prática, a fiscalização da sociedade, da Justiça Eleitoral e da imprensa poderá estabelecer limites mais nítidos e mais claros para que essas regras sejam observadas e adotadas pela sociedade dentro dos costumes. Portanto, o princípio da reeleição causa um grande choque cultural na nossa vida política. Certamente, vamos ter, ao longo da

campanha, oportunidade para que o debate se dê com muito mais intensidade.

O SR. JEFFERSOSN PÉRES - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Pois não, Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Diante do fato novo, que V. Ex^a cita, e do projeto tal como vai ficar, vou propor um substitutivo, com um único artigo: "Consideram-se previamente reeleitos o atual Presidente da República e os governadores de Estado".

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Antes de dar a palavra ao eminente Senador Antonio Carlos Valadares, a Presidência quer registrar o tempo de minuto com que se houve o eminente Senador Lúcio Alcântara para proferir seu parecer. S. Ex^a, realmente, em tempo recorde, como já registrou, com o auxílio da Consultoria Legislativa, conseguiu trazer este seu trabalho, que poderá ser ou não debatido de forma divergente, mas que atendeu à reunião que os Líderes fizeram no gabinete da Presidência do Senado Federal, em que ficou estabelecido que esse prazo seria hoje, dia 10 de setembro. O eminente Senador Lúcio Alcântara conseguiu cumpri-lo, e a Presidência registra as suas congratulações.

Com a palavra o eminente Senador Antonio Carlos Valadares e, a seguir, o Senador Josaphat Marinho.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, antes de pedir vista, gostaria de fazer uma pequena, mas importante indagação. Trata-se de um projeto bastante complexo, em que há uma grande discordância, principalmente no âmbito da oposição, com relação ao Relator, que retirou da proposta oriunda da Câmara a possibilidade do financiamento público.

Em que pese o respeito que temos pelo Senador Lúcio Alcântara, um democrata, discordamos de alguns dispositivos incluídos no novo substitutivo. Somente para informar à Casa, vamos apresentar, dentre outras emendas, uma que prevê alteração na apresentação de emendas individuais, as chamadas emendas paroquiais, apresentadas por Deputados e Senadores, cuja totalidade dá, mais ou menos, R\$891 milhões. Se a metade

dessas emendas deixasse de ser apresentada teríamos recursos da ordem de R\$445 milhões...

No ano passado, foi estabelecido que teríamos uma cota de R\$1,5 milhão. Há quem considere que Deputados e Senadores não deveriam apresentar nenhuma emenda individual, e, no ano da eleição, teríamos uma economia de recursos visando justamente a garantir a lisura do pleito e o abuso do poder econômico, de forma a que os partidos políticos menores pudessem ter acesso aos recursos, principalmente os partidos de oposição, notadamente porque, Sr. Presidente, sabemos que numa eleição presidencial, como a que teremos em que o Presidente da República fica no poder, bem como os governadores que se candidatarem, há uma facilidade, sem dúvida, incontestável, para aqueles que detêm o poder para arrecadar recursos junto às empresas.

Então, seria de bom alvitre que encontrássemos, na Comissão de Constituição e Justiça, uma fórmula para dar maior transparência à realização do pleito do próximo ano, uma oportunidade para a democracia realmente se consolidar em nosso País. Não há oportunidade melhor que esta, quando, pela primeira vez, mesmo contra meu voto contrário, será possível a reeleição do Presidente da República e de governadores, permanecendo no exercício do mandato durante o período eleitoral.

Ora, Sr. Presidente, será um processo, a meu ver, desigual, uma concorrência desleal entre quem exerce o poder para disputar a eleição e quem está na oposição.

Por essa razão, deveríamos aproveitar este instante, que é da maior importância, para encontrarmos uma fórmula condizente para que a democracia no Brasil seja acreditada, seja respeitada por toda a população. Ninguém está propondo retirar recursos da saúde, da educação, para dar a partido político. Estamos propondo encontrar uma fórmula, inclusive com o sacrifício das emendas individuais de Senadores e Deputados Federais, idéia surgida na Câmara dos Deputados, mas que não vingou. Quem sabe o Senado, por intermédio deste grande democrata que é o nosso Relator, Lúcio Alcântara, do Estado do Ceará, um Estado pobre, todos sabemos, do Nordeste do Brasil, vai nos ajudar a encontrar esta fórmula. S. Ex^a, tanto quanto eu, sabe das dificuldades de se fazer política no Nordeste.

O SR. SENADOR - Pobre, mas altamente politizado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES

Exatamente. Pobre, mas altamente politizado, notadamente porque estamos vendo que o Ceará aqui está sendo bem representado por um Senador do mais alto gabarito, da maior competência política e profissional, não só como político, mas também como médico.

Sr. Presidente, fórmula existe. Está nas mãos do Senado colocar à disposição da Nação uma legislação que, efetivamente, acabe com essa hipocrisia. É uma verdadeira hipocrisia dizer-se: "Ah, o dinheiro da educação vai ser desviado". Ora, meu Deus! De onde vêm esses recursos, dos quais, muitas vezes, não se presta a devida conta? De onde vêm esses recursos? Precisamos saber de onde vêm esses recursos. Esses recursos vêm das obras realizadas pelos governos estaduais, e pelo próprio Governo Federal e não aparecem, como deveriam, no Tribunal Superior Eleitoral. É preciso acabar com essa hipocrisia.

Conceder recursos públicos de forma transparente é correto. Outros países já vêm fazendo isso, como a Alemanha, a França e outros tantos. Vão dizer que se trata de países ricos. Mas o Brasil é um país pobre e não pode se dar ao luxo de prestigiar empresas só porque elas apoiaram os políticos. E nesse prestígio sai o dinheiro suado do povo brasileiro, pelo ralo das campanhas políticas.

Sr. Presidente, acredito que, pedindo vista, vamos ter mais tempo para apresentar algumas emendas. Quem sabe o Relator, na sua reflexão de homem do Nordeste, comprometido com o desenvolvimento social e político da Nação, dará um parecer favorável a muitas emendas que serão apresentadas, certamente, pelos Senadores, que, em parte, discordam de seu parecer. Peço vista.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência concede vista coletiva por 24 horas, não em função de uma decisão sua, mas de uma decisão tomada na reunião com todos os Líderes, realizada na Presidência do Senado. De modo que a Presidência apenas ratifica o que os eminentes Líderes da oposição, da situação, dos partidos independentes tomaram. Está concedido por 24 horas e a Comissão está convocada para amanhã, às 10 horas.

Concedo a palavra ao Senador Josaphat Marinho. A seguir, aos Senadores Jader Barbalho e Pedro Simon.

O SR. JOSAPHAT MARINHO - Começo por lamentar não poder estar presente amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Quem lamenta é a Presidência e seus companheiros.

O SR. JOSAPHAT MARINHO - Tenho o compromisso de um seminário no Rio de Janeiro e não poderia imaginar que uma matéria dessa natureza entrasse hoje para ser concluída amanhã. V. Ex^a não tem culpa.

Em segundo lugar - e este é um reparo fundamental que desejo fazer e que não atinge o relatório do nobre Senador Lúcio Alcântara -, perseveramos no mau propósito de, a cada eleição, fazer uma lei eleitoral. Condenamos isso, veementemente, durante o regime militar e o imitamos agora, tristemente. Na verdade, essa lei deveria limitar-se a um conjunto de dispositivos que adaptassem sua execução à emenda constitucional sobre a reeleição. Fui contra a reeleição, mas meu dever seria votar as normas legais necessárias à execução da reeleição. O que aqui está, porém, é uma nova lei eleitoral, com todos os casuísmos do regime militar. É triste que façamos isso no regime democrático. Matérias que não tinham, absolutamente, necessidade de ser tocadas são alteradas por esse processo. E assim ficamos a, em cada eleição, modificar o sistema eleitoral, gerando a instabilidade na opinião pública.

Essa era a observação inicial que desejava fazer, desde já pedindo a V. Ex^a e aos companheiros que me desculpem não estar presente amanhã, por um compromisso indeclinável no Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra ao Senador Jader Barbalho.

O SR. JADER BARBALHO - Sr. Presidente, desejo, ao cumprimentar o Relator, que registrou, com muita propriedade, que teve pouco tempo para tratar da matéria - o que, de fato, é verdade - associar-me à manifestação do Senador Josaphat Marinho.

Neste País, se alguém deixar de ir a um estádio de futebol por cinco anos, não será surpreendido ao assistir a uma partida de futebol. Ele sabe que não se pode fazer gol com a mão. Todos sabem. Lamentavelmente, estamos - e temos que dar razão ao Senador Josaphat Marinho - a assistir, a cada eleição, a uma nova lei eleitoral, que, no meu entendimento, não deve ser contra ou a favor do governo. Lei eleitoral deve ser a favor da democracia

e de eleições limpas, como também as regras de futebol não devem ser previamente favoráveis ao Flamengo ou ao Fluminense. Têm que ser regras com direitos e deveres para todos aqueles que participam de um campeonato de futebol. Lamentavelmente, não conseguimos...

O SR. JOSAPHAT MARINHO - Regras imparciais.

O SR. JADER BARBALHO - ...equiparar as regras eleitorais às regras do futebol. Lamentavelmente! Neste processo de reeleição, assistimos ao Presidente da República e aos governadores de Estado participarem do processo eleitoral nos cargos, sem que o País tenha instituições de controle. E mais o ridículo de o governador de Estado, se quiser se candidatar a Deputado Estadual, por exemplo, ter que se desincompatibilizar. É a coisa mais ridícula. Diante do mundo, vamos ficar como um país subdesenvolvido politicamente, porque, para disputar para Deputado Estadual, para Deputado Federal, para Senador, o Governador terá que se desincompatibilizar. O Presidente da República, se não desejar mais ser candidato a Presidente da República, quiser ser Deputado Federal por São Paulo, Deputado Estadual na Assembléia de São Paulo, ou Senador por São Paulo, tem que se desincompatibilizar. Mas, para disputar o cargo que ele está administrando, ele permanece. Isso é de um ridículo sem tamanho.

Sr. Presidente, compreendo a dificuldade do Relator, como também compreendo a dificuldade do Senado para apreciar essa legislação a toque de caixa, já com prazo previamente estabelecido, sob pena de não alcançarmos o dia 2 de outubro em condições de termos uma lei eleitoral um ano antes da eleição, como estabelece a Constituição. É lamentável, como bem disse o Senador Josaphat Marinho, que nós, que lutamos contra o regime de arbítrio, que reclamamos de normas eleitorais que eram incompatíveis com o regime democrático, estejamos a votar normas que não fazem justiça ao ambiente político do País, que não fazem justiça ao patamar de democracia que a sociedade brasileira deseja.

Quero, portanto, ao também participar da vista coletiva com os demais, manifestar minha solidariedade a uma emenda apresentada pelo Senador Jefferson Péres, no sentido de o Fundo Político ser financiado com recurso público. É de forma farisaica. Há aqueles que dizem que vai-se fazer farra com dinheiro público.

Deve ter gente que está coberto por empreiteira, sem problema nenhum de recurso, não vai precisar de dinheiro público para fazer campanha eleitoral. Já está tudo resolvido, tudo certo. Fico com o Senador Fernando Henrique Cardoso, que queria fundo público para a eleição.

O SR. PEDRO SIMON - Ele estava certo. Se não tivesse acontecido aquilo, não haveria PC Farias.

O SR. JADER BARBALHO - Perfeito. Votarei favoravelmente, porque aqui houve reunião da Comissão de Orçamento com a presença de empreiteira; todo o tempo político está acusado de vinculação, e é farisaica essa história de que não há recurso público. Existe recurso público!

Então, quero registrar, Sr. Presidente, que reunimos a Bancada do PMDB e somos, em princípio, solidários com o trabalho do Relator, Deputado Carlos Apolinário. Isso não nos impede, em absoluto, de examinar a possibilidade de alteração aqui no Senado, mas há pontos sobre os quais nos manifestaremos nesta hora.

O outro é o relativo ao voto em branco. A orientação do Partido será no sentido de acompanhar. Quem vota em branco não quer votar, assim como quem anula o voto. Agora, o meu Partido, porque é grande, não pode prejudicar partidos pequenos, como ocorreu na eleição de 1990, em Mato Grosso, em que o candidato a Deputado Federal Dante de Oliveira foi o mais votado em seu Estado e não pôde ser eleito. Não vejo ética em se contabilizar o voto em branco apenas para prejudicar os partidos menores; então, vamos contar o voto nulo também.

Manifesto-me nesta hora, Sr. Presidente, não só como membro, mas como Líder do PMDB, depois de ter feito uma reunião com os companheiros de Bancada, para estabelecer que lutaremos pelo fundo público - não pelo fundo público e privado -, pela prestação de contas ao Tribunal de Contas da União e à Justiça Eleitoral - não devemos misturar as duas situações -, e, se possível, por uma penalização rigorosa: perda de mandato para o candidato que receber e punição ao empresário que der. Dividiremos as águas neste momento.

Creio, ao contrário, Sr. Presidente, que quem não precisa de fundo público é porque já está forrado de fundo privado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O registro de V. Ex^a será feito em Ata, não só na qualidade de membro da

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, mas como Líder do PMDB.

Concedo a palavra ao eminente Senador Pedro Simon. Em seguida, falarão os Senadores Esperidião Amin e Romero Jucá.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, Srs. Senadores, tenho o maior carinho pelo Relator. Eu o considero - S. Ex^a sabe disso - uma das pessoas mais dignas, corretas, competentes e esforçadas neste Congresso. Nesta Comissão, no plenário, na tribuna, nos apartes, em seu trabalho, o Senador Lúcio Alcântara é de uma dedicação, de uma seriedade e de uma integridade que admiro profundamente. Não poderia ter havido melhor escolha do que o nome do Senador Lúcio Alcântara.

No entanto, a imprensa está publicando; o Senado passou a ser a Casa dos debates. Projetos como este vêm para esta Casa na última hora: não dá para apresentar emendas; têm-se de votar, porque, caso contrário, passa-se o prazo, e é o Tribunal Eleitoral que regulamentará a matéria. Essa é a norma. Não podemos apresentar nenhuma emenda, nem mesmo emenda constitucional, porque o projeto tem de voltar à Câmara. Até o Senhor Presidente da República assina uma carta para nós, do Congresso, dizendo que se compromete a vetar certos dispositivos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Inclusive a da reeleição.

O SR. PEDRO SIMON - Inclusive a da reeleição.

Todavia, no que tange à Previdência - encontra-se aqui o brilhante Senador pelo Ceará que está fazendo um belíssimo trabalho -, deu-se todo o trabalho, toda a força, todo o prestígio ao Senado, porque o Governo não gostou do projeto da Câmara. Dessa forma, o Senado está livre para regulamentar a matéria.

Diz a notícia: "O Governo vai tentar restabelecer no Senado as regras eleitorais que perdeu naquela época."

Então, estamos livres mais uma vez; com toda a rapidez, é verdade. Os prazos estão andando, mas podemos apresentar emendas, porque interessa ao Governo mudar o que foi votado na Câmara. Mais uma vez, podemos votar.

Agora, meu querido, meu irmão em fé, Senador Relator, faço um apelo dramático a V. Ex^a: reveja o seu parecer, pelo seu nome, pela sua biografia, pela sua história, pelo que V. Ex^a representa; não pode ser um trabalho de interesse. Perdoe-me,

mas não consigo entender. Tenho respeito pelo Presidente da República e, na minha opinião, Sua Excelência tem uma eleição praticamente ganha. O Senador Jefferson Péres diz que estabeleceremos uma reeleição garantida. Não é necessário; na minha opinião, Sua Excelência já está reeleito e não precisa usar certas coisas.

V. Ex^a retirou um artigo que a Câmara aprovou, segundo o qual o candidato - nem precisa ser o Presidente - não poderia comparecer, nos últimos 90 dias, em atos de campanha. V. Ex^a tirou esse artigo: é o mínimo, é um simbolismo, é um gesto!

V. Ex^a tem razão: o Governo faz o que quer, altera o que deseja, modifica os atos de campanha que bem entende, mas trata-se de um gesto. O Presidente Fernando Henrique não pode ir a Pernambuco para inaugurar uma hidroelétrica; o Governador Brito não pode ir a Caxias do Sul para inaugurar uma obra. Já é um gesto, uma iniciativa; pelo menos é uma tentativa que fizemos. Agora, a Câmara aprova e o Senado rejeita? Podem dizer que V. Ex^a, com a maior tranquilidade, está interferindo na rotina administrativa dos governantes? Perdoe-me, mas isso não é verdade. Se deseja inaugurar, que o faça; não vale a minha opinião. Fui Governador de Estado e não fiz nenhuma inauguração em todo o meu Governo; não participei de nenhuma inauguração. Quem quer inaugurar, que o faça, mas o Presidente da República, candidato, não é obrigado a estar lá. V. Ex^a me perdoe, mas o Senado deve ficar com essa responsabilidade? A Câmara teve um gesto de grandeza, tentando purificar, e o Senado, num ato servil ao Governo, retira?

Eu disse ao Governador Brito: "Tu não farás isso; na campanha eleitoral, tu não participarás de nenhum gesto". Aliás, aconselhei o Governador Brito a se licenciar, quando começar o horário de propaganda eleitoral no rádio e na televisão. Embora S. Ex^a não seja obrigado, eu disse: "Brito, tu deves te licenciar, porque o teu maior adversário será o PT". Criarão tanto obstáculo, farão um carnaval tão grande, S. Ex^a terá de se explicar tanto, que o melhor será afastar-se. Essa é a minha opinião.

Este é o primeiro apelo que faço a V. Ex^a: não permita que pelo menos o Presidente da República, o Governador e o Prefeito participem de atos de campanha.

Repare, meu querido Relator: a Câmara ficou no meio-termo: dinheiro público e dinheiro privado. Isso engloba a opinião pública.

V. Ex^a tem razão: é um projeto de minha autoria, que foi aprovado na Comissão e que, na hora de ser votado em Plenário, foi retirado por solicitação minha, porque a repercussão foi má. Quer dizer, a Câmara votou o fundo partidário e o dinheiro privado, mas só dinheiro de cidadão: proibiu dinheiro de empresa. Esse é o meio-termo que a Câmara encontrou para essa eleição; na próxima, será só dinheiro público.

O SR. SENADOR - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON - Pois não.

O SR. SENADOR - A Câmara prevê também dinheiro de empresas.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - É de pessoa física e de empresa.

O SR. PEDRO SIMON - Está certo que apontam o que o Presidente da República disse, mas esquecem o que Sua Excelência escreveu.

Meu nobre Relator, lembro a V. Ex^a, que é do PSDB e tem carinho e respeito pelo Presidente da República, que Sua Excelência foi o autor do projeto. Eu copiei o projeto de financiamento público do Presidente da República, apresentado em junho do ano da eleição. O Collor foi eleito em outubro, mês em que se deu o primeiro turno; em junho do mesmo ano, Fernando Henrique Cardoso apresentou um projeto de lei que determinava que o dinheiro fosse público.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - E privado.

O SR. PEDRO SIMON - Público. Na verdade, V. Ex^a pode argumentar, nobre Senador Esperidião Amin, que há uma interrogação e que não sabe como respondê-la, mas o texto não menciona direito privado; trata-se de dinheiro público. Na realidade, falta um item estabelecendo: "privado é proibido". Mas não fala em dinheiro privado. Concorde com V. Ex^a.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Ele acrescenta "público"; logo, não revoga o que tinha.

O SR. PEDRO SIMON - Mas ele não diz que é permitido o "privado". Na verdade, o nosso querido Fernando Henrique não é lá um grande jurista; é um bom sociólogo e um

grande Presidente da República. Mas Sua Excelência não é um grande jurista ou um grande financista.

Na justificativa, o Presidente deixa claro que se trata de dinheiro público. Está lá o Sr. Fernando Henrique Cardoso.

Veja, meu nobre Relator: 120 dias antes da eleição. Estamos a um ano e 120 dias das eleições. E não podemos votar o Orçamento como queremos. Não concordo quando se diz "cabe ao Presidente". Cabe a nós, cabe a V. Ex^a. Na reunião que V. Ex^{as} tiveram com o Presidente há dois dias, naquela conversa que a imprensa publicou, poderiam ter dito: "vai ser assim. Vai mandar um projeto assim".

Isso pode acontecer. Se tentarmos esse entendimento, o Presidente da República pode entrar com o projeto dele, pode entrar com a iniciativa dele.

O Presidente da República apresentou um projeto 90 dias antes da eleição do Sr. Fernando Collor de Mello. Nós queremos apresentar um projeto um ano e 6 meses antes.

Dizem que é cedo. Dizem que a imprensa não vai entender. Falam em déficit público. Falam nos 8 bilhões do Nacional. Falam nos bilhões do Bamerindus. Falar em déficit público numa hora desta?! Oitocentos milhões para patrocinar a campanha?!

Fui membro da CPI do **Impeachment**; fui membro da CPI do Orçamento, dos "Anões do Orçamento". Embora não tenha sido membro, participei todos os dias da CPI, presidida pelo Senador Bernardo Cabral, dos Títulos Públicos. A corrupção começou na campanha. A corrupção começou na campanha! O Sr. PC Farias apareceu na campanha. Os compromissos, ele os assumiu na campanha. O dinheiro das empreiteiras, ele o recebeu na campanha. Depois ele pagou. Depois ele pagou!

Na CPI do Orçamento, ficamos sabendo que na campanha as emendas foram apresentadas para obras a serem realizadas. Na campanha foram apresentadas as emendas; na campanha, foram dadas as garantias por meio do dinheiro dado para fazer a campanha. Depois se pagou.

Estava certo o Fernando Henrique. Olha como o Senador Fernando Henrique estava certo! Olha como era urgente o assunto do Sr. Fernando Henrique! Tanto foi assim que ele o apresentou 90 dias antes. Se tivesse sido aprovado, não teria havido **dimpeachment**, não teria havido corrupção, não teria

havido PC, não teria havido a CPI do Orçamento; teríamos dado esse passo lá.

Meu querido Relator, temos o tempo que quisermos; basta V. Ex^a aceitar o financiamento público, determinar o financiamento público. V. Ex^a pode ir hoje ao Presidente da República com o projeto dele e dizer: "queremos implantar o seu projeto, Presidente; como podemos fazê-lo?"

Por amor de Deus, estou apresentando uma emenda. É claro que a minha emenda, V. Ex^a vai dizer que ela é inócua, que é, que é ridícula.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Eu jamais diria isso de V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON - V. Ex^a diria: "o Simon está apresentando uma emenda criando uma espécie de imposto eleitoral". É algo de no máximo 0,5% de todas as empreiteiras, de todas as obras que a União vai construir.

Só que não são 10% ou 20% para a campanha. São para um Fundo da Justiça Eleitoral. Está ali a verba de campanha. Vai para um Fundo: uma obra, uma estrada, o que for que tem dinheiro público irá para ali. Será anticorrupção, será o antídoto ao veneno da cobra. O cidadão não vai falar. Fez a obra: 0,3% ou 0,5% vai para Fundo destinado para a campanha.

Meu nobre Relator, tenho uma emenda, que vai ser apresentada agora, baseada num projeto de lei do Senador Fernando Henrique Cardoso. Infelizmente, leio e guardo; não sei esquecer. Senador Fernando Henrique Cardoso, junto com o projeto de lei do financiamento público da campanha, apresentou um projeto de lei que estabelece que, nas televisões, os programas têm que ser feitos com o candidato falando, sem os efeitos especiais produzidos pelas empresas de publicidade.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Senador Pedro Simon, este projeto não permite os efeitos especiais.

O SR. PEDRO SIMON - Permite! O projeto que veio da Câmara dos Deputados permite; o de V. Ex^a, eu não sei.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - O que veio da Câmara dos Deputados não permite.

O SR. PEDRO SIMON - Perdoe-me, Senador, mas o da Câmara permite. Não proíbe; portanto, permite. Perdoe-me, mas permite.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - V. Exª depois vai verificar.

O SR. PEDRO SIMON - V. Exª julga que não deve permitir?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Em princípio, penso que não.

O SR. PEDRO SIMON - Ótimo, já fico satisfeito. Então, vamos estabelecer isso. O projeto do Fernando Henrique dizia o seguinte: em primeiro lugar, 70% dos gastos de campanha - parece uma piada, Sr. Relator - são para produzir os programas de televisão, que são gratuitos. Os programas de televisão são gratuitos, mas, para montá-los, vão 70% dos gastos de campanha! E esses gastos de campanha são para esconder o candidato. É para o candidato não aparecer, para que suas idéias não apareçam, para o eleitor não conhecer o candidato. Entre as imagens produzidas pelas empresas de publicidade, uma imagem mais fantástica do que a outra, o produto fica "Brahma **versus** Antártica", "Coca-Cola **versus** Pepsi". O produto, que é o candidato, não importa em nada.

Então, faço um apelo a V. Exª com relação a esse projeto. O Presidente está me advertindo - e tem razão. Vou encerrar fazendo um apelo veemente a V. Exª: vamos tentar. Quando vamos votar esse parecer?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - As Lideranças acordaram com o Presidente do Senado para votarmos na reunião de amanhã, às 10 horas. De modo que, a partir das 10 horas, a Comissão está convocada; no Plenário, a Presidência não tem idéia de quando será votado.

O SR. PEDRO SIMON - Naquela reunião, eles tinham falado que seria votado no dia 18.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Exatamente.

O SR. RAMEZ TEBET - Sr. Presidente, V. Exª me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON - Pois não.

O SR. RAMEZ TEBET - Estou entendendo como V. Exª está entendendo. Estou entendendo que, pelo projeto vindo da Câmara, as inserções de propaganda não vão poder ter efeitos externos.

O SR. ROMERO JUCÁ - Nas inserções, proíbe efeitos e proíbe imagem externa.

O SR. RAMEZ TEBET - Perfeitamente.

O SR. ROMERO JUCÁ - No programa eleitoral, não.

O SR. RAMEZ TEBET - Exato. Senador Pedro Simon, comungo da mesma idéia de V. Ex^a. Também entendo que o programa eleitoral deva ter esse conteúdo que V. Ex^a pretende, isto é, que o candidato deva ter a oportunidade de expor suas idéias e que o programa não esconda o candidato mediante efeitos externos, por intermédio de terceiras pessoas. Portanto, julgo necessária uma emenda. Quero perguntar se V. Ex^a vai apresentá-la, porque amanhã vamos votar o parecer.

O SR. PEDRO SIMON - Já apresentei.

O SR. RAMEZ TEBET - Se V. Ex^a vai apresentar emenda nesse sentido, quero assiná-la junto com V. Ex^a; caso contrário, eu mesmo vou apresentar uma.

O SR. PEDRO SIMON - Já apresentei a emenda, e tenho o prazer em contar com a assinatura de V. Ex^a.

O SR. RAMEZ TEBET - Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON - Nobre Relator, Senador Lúcio Alcântara, quero falar do fundo do meu coração. V. Ex^a sabe o carinho e o respeito que lhe tenho. V. Ex^a sabe - e nós sabemos - que, nas várias reuniões que temos feito com outros tipos de entidades, às vezes, pelo menos temos de tentar. Se vai dar certo, não sabemos. Se tivermos êxito, se formos vitoriosos, que bom que seja assim. Mas o importante é tentarmos lutar. E V. Ex^a tem um papel importante, Senador Lúcio Alcântara. O destino colocou-lhe na mãos um papel da maior importância e da maior relevância.

O SR. ROMEU TUMA - Senador Pedro Simon, peço-lhe só um minutinho para fazer uma comunicação. Sei da importância das observações de V. Ex^a, mas preciso informar que ligaram do gabinete dizendo que a Presidência está pedindo para interromperem-se as reuniões, pois vai haver votação nominal no Congresso Nacional.

O SR. PEDRO SIMON - Estou encerrando.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Peço ao eminente Senador Pedro Simon que conclua. A Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PEDRO SIMON - Concluo em meio minuto.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, gostaria apenas de dar uma informação ao Senador Pedro Simon. O art. 56, que remete aos incisos I e II do art. 46, que estabelece as

vedações a que V. Ex^a se referiu quanto a efeitos especiais, trucagens etc.

O SR. PEDRO SIMON - V. Ex^a tem um papel muito importante. O destino lhe reservou, meu querido Senador Lúcio Alcântara, uma missão importante. V. Ex^a é homem do Governo. Tudo bem!

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Mais ou menos.

O SR. PEDRO SIMON - Sim, eu ia dizer que, em tese, sou um homem do Governo. Votei no Fernando Henrique Cardoso; sou do PMDB, que apóia o Governo; e não tenho nenhuma preocupação em criar nenhuma medida que dificulte a reeleição do Senhor Fernando Henrique Cardoso. Considero-me um grande amigo do Presidente da República, com essas medidas que estou propondo.

Penso que V. Ex^a, Senador, em vez de simplesmente aceitar as propostas que vêm daqueles que querem agradar ao Palácio ou daqueles que querem sair infelizes com o Presidente ou daqueles que acham que facilitam as coisas para o Presidente, V. Ex^a deveria adotar uma posição de credibilidade. Fale com o próprio Presidente da República; marque uma reunião com outros Parlamentares ligados a V. Ex^a e o próprio Presidente da República e diga: "vamos chegar a um entendimento".

Olha, tenho uma certeza: o Presidente da República não vai aceitar participar de inauguração. Ele vai dizer: "Deixa como está; prefiro não participar de inaugurações". Tenho a convicção, tenho a certeza de que o Presidente da República vai dizer: "Não quero empresa de publicidade na campanha eleitoral; quero que a campanha eleitoral seja pura e simplesmente com o candidato falando". O que eu sei, o que ouvi do Presidente da República é que Sua Excelência considera um absurdo uma campanha com dinheiro público e dinheiro privado. O Presidente da República é radicalmente contra o dispositivo que veio da Câmara dos Deputados permitindo que a campanha eleitoral seja financiada com dinheiro público e dinheiro privado.

Mas ninguém me disse. E eu gostaria de confirmar os fatos. Gostaria que V. Ex^a ouvisse da boca do Senhor Presidente. Segundo informação que tenho, se a campanha for somente com dinheiro público, o Presidente da República é favorável.

O SR. ROMERO JUCÁ - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Tem a palavra o eminente Senador Romero Jucá. Antes de encerrar, V. Ex^a terá assegurada a palavra.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, antes de conceder a palavra ao Senador Romero Jucá - porque muitos Senadores estão-se retirando -, gostaria que V. Ex^a estabelecesse um limite para apresentação de emendas. Evidentemente, terei que examiná-las, e não posso estar aqui amanhã às 9 horas recebendo emendas para uma matéria dessa complexidade. Então, eu gostaria que a Presidência tomasse uma decisão - e que a submetesse ao Plenário, se julgar necessário - estabelecendo um limite para apresentação de emendas.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência estabelecerá um limite.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Penso que V. Ex^a deve fixar duas coisas: em primeiro lugar, a lista de inscrição para falar amanhã, que foi interrompida hoje.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Amanhã a palavra já está garantida aos Senadores Esperidião Amin e Romero Jucá, como os dois primeiros inscritos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Em segundo lugar, a Presidência deveria fixar o prazo para apresentação de emendas até o fim do dia de hoje.

O SR. ROMERO JUCÁ - Sr. Presidente, levantei essa questão de ordem, porque, até ontem, a informação que a Comissão estava dando é que os prazos para apresentação de emendas seriam até sexta-feira. Eu procurei a Assessoria Técnica do Senado, responsável pela área, e examinei com muito cuidado esse projeto de lei. Tenho mais de 20 emendas para apresentar ao projeto, desde questões operacionais até questões fundamentais, como por exemplo o cálculo do dispêndio eleitoral. Um candidato a Senador em Roraima só vai poder gastar até R\$45 mil.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Isso já foi retirado, Senador.

O SR. ROMERO JUCÁ - Esse é apenas um exemplo; há vários casos. Então, eu gostaria de saber até quando vai ser possível apresentar emendas.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência, na linguagem jurídica, assina o prazo até às 18 horas de hoje para apresentação de emendas por parte dos eminentes Senadores, e V. Ex^a amanhã é o segundo orador inscrito. Pela ordem, são os seguintes os inscritos: Senadores Esperidião Amin, Romero Jucá e Antonio Carlos Valadares.

O SR. ROMERO JUCÁ - Eu pediria ao Senador Lúcio Alcântara...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - ...porque há alguns Senadores... (fora do microfone)

O SR. ROMERO JUCÁ - E a Assessoria não está dando vencimento lá para a preparação das emendas.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O prazo será até às 19 horas, pela sugestão acolhida do eminente Senador Antonio Carlos Valadares, a fim de que possa passar a noite inteira. Devo dizer, para ficar registrado nos Anais do Senado, que o eminente Senador Lúcio Alcântara, até às 2 horas da manhã de hoje, estava às ordens.

Tem a palavra, para encerrar suas considerações, o Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, compreendo perfeitamente as divergências que existem em relação a essa matéria. Quanto ao Senador Pedro Simon, penso em dobro tudo aquilo que ele disse de bom sobre mim e que é fruto muito mais da generosidade de S. Ex^a, que é um espírito aberto e camarada. Nós temos participado de muitas atividades, dentro e fora do Congresso Nacional. Talvez, pela primeira vez, estejamos tendo alguma divergência.

Quero dizer, em primeiro lugar, que fui escolhido Relator praticamente nos últimos dias que antecederam a essa reunião; no entanto, havia apresentado alguns pontos de vista como Senador, sem ser Relator. Por exemplo, sobre a questão dos recursos públicos, penso que o mérito é razoável, julgo que devemos perseguir isso, mas, sinceramente, da maneira como foi feito, inopinadamente, acredito que iremos "queimar" uma boa idéia, ou seja, vamos prejudicar uma boa idéia. Por isso,

apresentei aqui a possibilidade de elaborarmos uma lei para podermos trabalhar nisso, insistir nisso.

Por último, sobre a questão da inauguração, devo dizer que estamos todos perturbados pelo instituto da reeleição. Eu votei a favor da reeleição, mas fiz discurso em vários fóruns, tanto no plenário do Senado quanto aqui, afirmando que o choque cultural que iríamos receber com a reeleição seria tremendo.

Veja V. Ex^a o seguinte: quando o Presidente Fernando Henrique Cardoso era Senador - isso eu li na época da campanha, não foi Sua Excelência quem me disse isso agora -, atendendo a um pedido de um grande jornal, poucos dias depois de ter sido ungido candidato, passou pelo fax do Senado a sua agenda de candidato. Esse fato foi suficiente para que o jornal estampasse, no dia seguinte, uma matéria dizendo que ele tinha usado um bem público indevidamente, porque era candidato. Então, há limites muito estreitos, às vezes, impossíveis de ser respeitados.

Atentem bem: mesmo que o projeto venha permitir que o candidato participe de uma inauguração, julgo que o candidato deva pensar três vezes antes de ir. Por quê? Que tipo de público ele vai encontrar lá? Como é que estarão os eleitores que se opõem a ele? Será que não vão estar lá para apupar, para vaiar, para xingar, para ficar contra? Então, porque é que vamos agora colocar na lei que o candidato simplesmente não poderá ir à inaugurações? Que vá e arque com as conseqüências, com os efeitos da sua presença na solenidade.

O Senador Josaphat Marinho falou aqui que a lei tende a ser casuística, a entrar em detalhes. Eu, sinceramente, fiz isso com convicção, não foi para agradar o Presidente da República, não tenho necessidade disso. Pois bem, considero essas regras inócuas, regras que não produzem nenhum resultado, a não ser constranger a presença da autoridade, do candidato, que, tenho certeza, vai pensar muito antes de ir a essas inaugurações, porque certamente poderão se expor a constrangimentos que podem até prejudicar-lhes a candidatura.

Assim sendo, vamos receber as emendas e examiná-las democraticamente. Se V. Ex^a - que não é um Líder formal, mas é um Líder de todos nós, com seu espírito público, com sua respeitabilidade -, e os Líderes quiserem conduzir entendimento entre eles, vamos ao Presidente da República. Estou aberto; tenho

idéias, não obsessões. Estamos aqui para encontrar melhores formas que possam conduzir a esse aprimoramento no processo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Está encerrada a reunião e convocada outra para amanhã, às 10 horas, em caráter extraordinário.

(Levanta-se a reunião às 12h08min.)

Ata da ⁴¹~~39~~^a Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura, realizada em 11 de setembro de 1997, às 10:00 horas. (Reunião extraordinária).

Às dez horas do dia onze de setembro, de mil novecentos e noventa e sete, na sala de reuniões nº três, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Bernardo Cabral, com a presença dos Senhores Senadores Francelino Pereira, Beni Veras, Romeu Tuma, Lúcio Alcântara, Elcio Álvares, Sérgio Machado, Jader Barbalho, Bello Parga, Fernando Bezerra, José Eduardo Dutra, Romero Jucá, Esperidião Amin, Eduardo Suplicy, Edison Lobão, José Fogaça, José Ignácio, Pedro Simon, Hugo Napoleão, Freitas Neto, Roberto Freire, Antônio Carlos Valadares e Eptácio Cafeteira, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Deixam de comparecer por motivo justificado os Senhores Senadores José Bianco, Guilherme Palmeira, Josaphat Marinho, Roberto Requião, Ramez Tebet, Renan Calheiros, Jéfferson Péres, Beni Veras e Regina Assunção. Havendo número regimental o Sr. Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A seguir, o Sr. Presidente esclarece que a presente reunião destina-se

à discussão e votação do Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 1997, de autoria do Deputado Edinho Araújo, “estabelece normas para as eleições”. Relator: Senador Lúcio Alcântara; parecer: pela aprovação, com as emendas nºs 01 a 40. São as seguintes as emendas apresentadas à matéria perante a Comissão: nºs 01 a 05 Senador Sebastião Rocha e Outros, nºs 6 a 8 Sen. Jefferson Péres, nºs 9 a 21 Sen. Sebastião Rocha, nºs 22 a 44 e 59 Sen. Sérgio Machado, nºs 45 a 48 e 60 Sen. Pedro Simon, nºs 49 a 58 Sen. José Serra, nºs 61 a 76 Sen. Romero Jucá, nº 77, nº 78 Sen. Gilvan Borges, nºs 79 e 80 Sen. Regina Assunção (através de voto em separado), nºs 81 a 90 Sen. Antônio C. Valadares e, 91 a 98 Sen. José E. Dutra. Após o prazo regimental concedido à vista o Relator reformula o seu relatório concluindo o seguinte: pela aprovação das emendas nºs 51, 55, 60, 63, 75, 77, 90, 95 e 98; pela aprovação parcial das emendas nºs 45, 49, 50, 56, 57, 62, 73, e 97; pela rejeição das emendas nºs 46, 47 48, 52, 53, 54, 58, 59, 61, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 72, 74, 76, 78, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, e 96; apresenta 4 novas emendas e 5 subemendas; foram retiradas pela autora as emendas nºs 79 e 80. Durante a discussão foram apresentados 45 destaques para votação em separado. Terminada a discussão passa-se à votação da proposição; a Presidência coloca em votação o parecer ressalvados os destaques; aprovado o parecer, passa-se à votação das emendas destacadas, das quais são aprovadas as seguintes: emenda nº 3 destacada pelo Sen. Jader

Barbalho e José E. Dutra, nºs 52 e 53 destacadas pelo Sen. José Serra, emenda nº 86 destacada pelo Sen. Antônio C. Valadares e, supressão do inciso VII do art. 74 do parecer do Relator, destacada pelos Sen. Roberto Requião e José Serra; rejeitada a emenda nº 6 destacada pelo Sen. Jefferson Péres e, a subemenda 02 à emenda 45 destacada pelo Sen. Romero Jucá. Os demais requerimentos de destaque foram retirados pelos seus autores. Terminada a votação, o Sr. Presidente dá por encerrada a presente reunião. Nada mais havendo a tratar, eu, Vera Lúcia Lacerda Nunes, Secretária, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada irá à publicação no Diário do Senado Federal, juntamente com os registros taquigráficos.

41-
~~30~~^a **O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) - Está aberta a reunião da 3ª Sessão Legislativa convocada para hoje, em caráter extraordinário, com a seguinte pauta: Projeto de Lei da Câmara nº 37, que estabelece normas para as eleições.

O Relator da matéria é o eminente Senador Lúcio Alcântara. Foi concedida vista coletiva da matéria pelo prazo de 24 horas.

O primeiro orador inscrito, a partir da reunião de ontem, foi o eminente Senador Antonio Carlos Valadares, a quem dou a palavra.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sr. Presidente, esta é a fase de pedido de destaque para emendas?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Exatamente. Esta é a fase.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Já posso usar da palavra?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Já pode usar.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sr. Presidente, requeiro destaque para a Emenda nº 6 de minha autoria.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, não seria melhor, primeiramente, ouvirmos o Relator, já que S. Ex^a deu o parecer sobre as emendas apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a já está em condições de se pronunciar, Senador Lúcio Alcântara? (Pausa)

O Senador Lúcio Alcântara já está em condições. A Presidência dá a S. Ex^a a palavra; ao mesmo tempo, está concedido o destaque à Emenda nº 6, de autoria do eminente Senador Jefferson Péres.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra, pela ordem, ao eminente Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, não pude participar ontem da reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. E fui informado que havia sido feito um acordo, a pedido do Senador Lúcio Alcântara, de prazo para a apresentação de emendas. Procurei fazê-las dentro do prazo estabelecido, mas acabei extrapolando o tempo em uma hora e meia; no entanto, uma delas não foi possível terminar. Entreguei uma emenda hoje e estou sendo informado pela Secretaria de que não há mais prazo.

Sr. Presidente, quero invocar o Regimento que diz que, enquanto a matéria estiver em discussão, é permitida a apresentação de emendas. É apenas uma emenda, estou entregando-a hoje, por isso quero...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência esclarece a V. Ex^a, Senador José Eduardo Dutra, que houve uma composição, um acordo entre as lideranças. Mas isso não impede que a Presidência acolha essa emenda retardatária de V. Ex^a, devidamente respaldada pelo Regimento.

Tem a palavra o eminente Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, Srs. Senadores, lido o parecer, concedida vista aos membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, foram apresentadas cinquenta emendas ao PLC nº 37/97, apreciado no quadro anexo.

Antes de iniciar essa apreciação, julgo oportuno destacar a especial importância do presente projeto de lei, tendo em vista que, sob a égide de suas normas, se realizará em nosso país o primeiro pleito em que será permitida a reeleição dos chefes do Executivo.

Tal situação provoca natural agitação no meio político e na sociedade, principalmente no que tange ao estabelecimento de limites para a utilização de bens públicos sob a administração de governantes candidatos.

Quero registrar, também, algumas observações sobre a questão das contratações de pessoal no serviço público, a propósito inclusive de uma notícia que está nos grandes jornais que estão circulando hoje no País.

Desde o advento da Constituição de 1988, só é possível a admissão de pessoal no serviço público mediante o instituto do concurso. Dessa forma, não cabe vedar a admissão de pessoal para a administração no período eleitoral, fazendo-se ressalva quanto aos concursados. Essa regra existia antes da Constituição de 1988 e continuou sendo repetida, no meu modo de ver, desnecessariamente. Daí por que retirei do projeto o que alguns estavam interpretando como uma permissão para contratação de pessoal no período eleitoral, quando existe norma maior que veda esse tipo de contratação, tanto no período eleitoral quanto fora dele. Se colocássemos no projeto que estava vedada a contratação de pessoal no período eleitoral, podia parecer que fora do período eleitoral a contratação seria permitida sem concurso. Por isso, **data venia**, achei que não era o caso de repetir essa norma que vem sucessivamente sendo incluída.

O SR. ADEMIR ANDRADE - Nobre Relator...

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Queria só concluir essa parte.

O SR. ADEMIR ANDRADE - Só para esclarecer a V. Ex^a, devo dizer que o contrato temporário continua ocorrendo em qualquer parte do País.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Esse contrato temporário não existe, a não ser pela forma...

O SR. ADEMIR ANDRADE - Não existe, mas está sendo feito todo o tempo, o contrato temporário de trabalho em todas as Secretarias de Estado. Então, se V. Ex^a retira isso dá a impressão de que temporariamente...

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - E se o Plenário deliberar contrariamente, não me oponho a que retorne. Quero dizer que a vedação já existe.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Se estiverem sendo feitos por meios ilegais...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Pediria aos eminentes Senadores que ouvissem primeiro o Relator para depois discutir.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - O problema não é de lei: é de respeito à lei. Recebi um eminente Senador que me trouxe uma série de sugestões, mas as sugestões dele tinham como base o fato de que a lei não era respeitada em seu Estado.

Ora, segundo meu entendimento, se a lei não é respeitada lá, certamente não é fazendo mais uma lei que resolveremos a questão. O problema no Estado desse Senador é a falta de respeito à lei, segundo as informações que recebi dele próprio. Para isso, não vejo outro remédio a não ser postular na Justiça.

Dessa forma, não cabe vedar admissão de pessoal para a administração no período eleitoral, fazendo-se ressalva quanto aos concursados.

Não é apenas no período eleitoral que está proibida a admissão de pessoal sem concurso: tal proibição se impõe permanentemente, nos termos do art. 37, II, da Lei Maior. As exceções possíveis, no que se refere à nomeação de pessoal sem concurso, dizem respeito aos cargos em comissão declarados em lei, de livre nomeação e exoneração, além da contratação emergencial por excepcional interesse público, como nos casos de surto epidêmico, catástrofe entre outros. Essas duas exceções

também são ressalvadas quanto à proibição de nomeação em período eleitoral por óbvias razões de interesse público.

Sendo assim, não encontro justificativa plausível para manter no texto do projeto em exame norma que veda nomeação de pessoal para a administração pública, ressalvados os casos de concurso público, cargos em comissão e contratação por excepcional interesse público, pois, como já se disse...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Peço silêncio.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - ...acima, essas três modalidades são as únicas possíveis a qualquer tempo e não somente no período eleitoral.

A reiteração dessas vedações nas leis que regulamentaram as eleições passadas pressupõe situação anterior à Constituição de 88, quando era possível o ingresso, sem concurso público, com presunção de permanência no serviço público.

Atualmente a realidade é diversa, e insistir na manutenção do dispositivo de que se trata só trará confusão, levando alguns a acreditar, equivocadamente, que pode haver admissão sem concurso público.

Cabe observar, a título de retificação, que as Emendas nºs 7 e 9, que anteriormente tiveram parecer pela rejeição, passam a ter parecer pela aprovação. A primeira, na forma de subemenda, e a segunda, integralmente.

Das 54 emendas apresentadas nesta segunda fase, das quais foram retiradas duas, da Senadora Regina Assumpção, opino favoravelmente pelo acolhimento total ou parcial de 18 e pela rejeição de 34, conforme o quadro a que fiz referência acima.

Proponho subemenda à Emenda nº 73, do Senador Romero Jucá, aperfeiçoando a questão da limitação de gastos com publicidade no período eleitoral, no sentido de deixar claro que as despesas de publicidade, no ano eleitoral, não podem superar a cada mês o duodécimo das despesas realizadas nos anos anteriores ou corre-se o risco de haver concentração de gastos nos meses que antecedem à eleição.

Assim, proponho a aprovação do PLC nº 37, de 1997, com as emendas de Relator de nºs 1 a 40, apresentadas no meu parecer, do dia 10 de setembro de 1997, as emendas e

subemendas de Relator que se seguem e as Emendas nºs 51, 55, 60, 63, 67, 75, 77, 90, 95 e 98. Não sei se V. Exª quer que eu leia as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Se o Plenário entender desnecessária a leitura das emendas, passa-se à discussão e dou a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - A discussão é em torno da matéria global?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Da global e do parecer; das emendas que foram acolhidas e das subemendas apresentadas.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, vou apenas discutir um aspecto que tenho certeza é bastante polêmico e que diz respeito ao quociente, contagem de votos em branco para efeito de cálculo do quociente eleitoral.

Sobre as emendas, cujo parecer o Relator apresentou, prefiro falar nos sete destaques que apresentei.

Vou apenas me limitar, para não tomar o tempo dos Srs. Senadores, a comentar esse assunto bastante polêmico e complexo, que é o problema de, na eleição proporcional, contar-se o voto em branco, aplicado para efeito de cálculo do quociente eleitoral, beneficiando, como todos sabem, os grandes partidos políticos.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Peço a atenção do eminente Relator para a observação do Senador Antonio Carlos Valadares sobre as emendas dos votos em branco.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Devo registrar que o PMDB, apesar de ser o grande partido político que nós reconhecemos, na Câmara dos Deputados e aqui, no Senado, através da palavra abalizada do Líder do PMDB Jader Barbalho, o PMDB se manifesta favoravelmente à exclusão dessa contagem do voto em branco.

Creio que o PMDB tem toda a razão, uma vez que tal dispositivo, mantido na lei ordinária, é flagrantemente inconstitucional.

Em um trabalho publicado na obra Direito Eleitoral, trabalho coordenado pelo Ministro Carlos Mário da Silva Velloso, onde existem diversos artigos sobre matéria eleitoral, um deles se

refere justamente ao problema da conceituação do voto em branco, escrito pelo Professor Carlos Ayres Britto, um dos grandes estudiosos do Brasil em matéria constitucional e que é conhecido em todo o Brasil pelo seu interesse na defesa dos postulados constitucionais como um grande professor e um grande palestrante - por coincidência, do Estado de Sergipe, o que me orgulha citar nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Está aqui me ajudando o nobre Senador pelo Estado de Pernambuco Roberto Freire, que uma terra que teve Tobias Barreto pode ter também um Carlos Britto.

Então, Sr. Presidente, o Professor Carlos Britto faz uma análise da Constituição e prova, por A mais B, que a inclusão do voto em branco, na contagem para formação do quociente eleitoral, é inconstitucional, porque, segundo a Constituição de 1988, no seu art. 77, § 2º:

Art. 77 § 2º - Será considerado eleito Presidente no seu art. 77, § 2º:

§ 2º - Será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria dos votos válidos não computados, os em branco e os nulos.

Mais à frente, diz ainda a Constituição:

§ 3º - Se nenhum candidato alcançar maioria absoluta na primeira votação, far-se-á nova eleição em até vinte dias após a proclamação do resultado, concorrendo os dois candidatos mais votados e considerando-se eleito aquele que obtiver a maioria dos votos válidos.

Veja, Sr. Presidente, temos dois quadros: o quadro constitucional, que faz a abolição do voto em branco e do voto nulo, mas, na lei ordinária, que é o Código Eleitoral, permite-se a contagem do voto em branco.

O art. 106, portanto, do Código Eleitoral brasileiro é inconstitucional, uma vez que a Constituição não prevê isso, pelo contrário, proíbe que os votos em branco sejam aproveitados. São considerados inválidos.

O art. 106 do Código Eleitoral diz, no seu parágrafo único:

Contam-se como válidos os votos em branco para a determinação do quociente eleitoral.

Há um choque entre a lei ordinária e a lei magna do nosso País. Quando isso ocorre, o que prevalece é justamente a Constituição Federal, que baliza toda a legislação ordinária e complementar do nosso País.

O SR. ADEMIR ANDRADE - Permite-me V. Ex^a. um aparte, Senador?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Gostaria de conceder um aparte ao Senador Ademir Andrade, do nosso PSB.

O SR. ADEMIR ANDRADE - Gostaria de ser ouvido pelo nosso Relator Lúcio Alcântara, porque essa questão dos votos em branco é interessante. Para a eleição majoritária, na questão do segundo turno, o voto em branco não é considerado. A Câmara entendeu assim e tirou da conta da proporcionalidade também o voto em branco. No entanto, o Senador Lúcio Alcântara retorna com essa possibilidade no seu relatório, mantendo um critério de dois pesos e duas medidas. Quer dizer, para eleição majoritária em segundo turno, o voto em branco não é considerado. Entretanto, para eleição proporcional, é considerado.

Gostaria que isso fosse levado em conta e que o Senador refletisse sobre o seu posicionamento, mudando o que a Câmara decidiu aqui no Senado, pelo menos no voto dele. Não sei o que acontecerá no plenário do Senado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, no que se refere à Constituição, está mais do que claro que este art. 106 do Código Eleitoral e o novo dispositivo aprovado pelo Relator da legislação eleitoral nova são inconstitucionais. Além disso, no mérito, se o eleitor vai para a urna e vota em branco ou anula o seu voto, aquele eleitor não quer ajudar partido nenhum; aquele eleitor não quer ajudar candidato nenhum. Por que, então, aquele voto em branco pode ser considerado como válido e, a partir daí, um deputado que não teve o voto daquele eleitor pode se eleger com voto em branco?

Em resumo, Sr. Presidente, é uma incongruência manter esse dispositivo do Código Eleitoral na nova legislação.

Voto pela extinção do voto em branco para efeito de cálculo do quociente eleitoral, como estarei defendendo em vários destaques, ao lado do Líder do nosso Bloco, José Eduardo Dutra, e do Senador Roberto Freire, que compõem esta Comissão, outras

proposições que foram objeto de emenda não só da Oposição. Também algumas emendas do Bloco de sustentação do Governo merecerão a nossa análise, por certo até o nosso apoio. Entretanto, algumas das decisões do Relator, como a de financiamento de campanha, quociente eleitoral, problema de uso da máquina administrativa, que pode ocorrer nas eleições, analisaremos detidamente nos destaques que estamos apresentando.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a, na sua observação, deseja, portanto, restaurar o que veio da Câmara?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Exatamente. O que veio da Câmara foi realmente uma proposta muito democrática.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O eminente Relator dará a resposta tão logo se manifeste, pela ordem, o Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, tenho uma sugestão de encaminhamento da reunião - se for consensual - para tentar agilizar os trabalhos. Fiz "n" destaques, não sei realmente quantos; houve nove do Senador Antonio Carlos Valadares, mas existem alguns destaques que são em bloco, que tratam do mesmo assunto. Por exemplo, o uso da máquina: há as Emendas nºs 27, 28, 29, 31; Financiamento público: Emendas nºs 9, 32, 33, 39.

Sugiro que, sem prejuízo de outros Estados, levantemos alguns pontos que são de maior polêmica e já fôssemos procurando os destaques de cada um desses pontos. Poderíamos começar inclusive pela questão do voto em branco, que já foi levantado pelo Senador Antonio Carlos Valadares e que é objeto de um destaque de minha autoria, da Emenda nº 1; a emenda do Senador Lúcio Alcântara, do Relator, modifica o projeto. Sugiro que comecemos pelo voto em branco.

Essa é uma sugestão minha, que deverá ser acatada pelos demais Líderes. Financiamento público de campanha, que são as Emendas nºs 9, 32, 33 e 39, todas emendas do Relator; uso da máquina, que são as Emendas nºs 27, 28, 29 e 31; coligação, que é a Emenda nº 2. Sugiro essas quatro sem prejuízo de outros destaques que foram sugeridos pelos Líderes, no sentido de que a Comissão possa apreciar pelo menos as questões mais

polêmicas, que estão na imprensa. Se não der tempo de apreciarmos todos os destaques, no plenário veremos o que será possível fazer.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência entende que a sugestão do eminente Senador é plausível, mas ouvirá o Plenário.

Os Srs. Senadores que aprovam ...

O SR. JADER BARBALHO - Sr. Presidente, pela ordem.

Acho que deveríamos apresentar os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Os destaques já foram apresentados: Voto em Branco, Financiamento de Campanha, Máquina Administrativa, Coligação...

O SR. JADER BARBALHO - Sr. Presidente, tenho aqui alguns destaques...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a pode encaminhá-los.

O SR. JADER BARBALHO - Eu gostaria de não só encaminhar, mas também de alertar os companheiros da Comissão para o destaque do inciso VII do art. 74 do projeto de emenda do Relator. O Relator altera a verba de publicidade governamental. Em lugar da média dos três últimos anos, ele soma aos três últimos anos mais o último ano.

Aqui está escrito:

Realizar, em ano de eleição, despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais e municipais ou das respectivas entidades da administração indireta que excedam o maior volume dentre a média dos gastos dos últimos três anos que antecedem o pleito e o montante gasto no último ano imediatamente anterior à eleição.

Aqui está, na minha redação, à exceção de que o meu impresso esteja equivocado, acrescentando o último ano.

Se for "OU" é o que está no projeto original.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Deixe-me dar uma explicação: o nobre Senador Romero Jucá apresentou uma emenda, após a apresentação do parecer, que achei bastante pertinente. S. Ex^a quer não só que se observe aquela regra anterior que mandava levar em conta, na minha proposta, ou a média dos três últimos anos, ou do último ano, considerando o valor maior.

Quer dizer, se o valor maior for só o do último ano, seria este considerado. Se o valor maior for a média dos três últimos anos, a média dos três anos é que seria considerada. S. Ex^a acrescentou, numa emenda que fez, a proposta para que se observasse o gasto, ao longo do ano, segundo o duodécimo, para evitar concentração às vésperas do período eleitoral.

Assim, acatei a proposta e tentei - posso até não ter sido feliz na redação - justamente incorporar a essas duas variáveis essa terceira; ou seja, que o gasto mensal observe o valor do duodécimo e não se concentre num determinado período.

Todavia, se há dúvida quanto à redação, vamos - e o princípio é aceito -, então...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - ...melhorar a redação.

O SR. JADER BARBALHO - Quero chamar a atenção para o fato de que a redação, como está, pode dar a impressão de que se pode somar a média dos três últimos ao último ano.

O S. LÚCIO ALCÂNTARA - Vamos ler:

Realizar, em ano de eleição, a cada mês, despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da Administração indireta, que excedam o maior valor dentre o duodécimo... - vejam que amarrei no início a cada mês - ...dentre o duodécimo da média dos gastos nos três últimos anos que antecedem o pleito e do montante despendido no último ano imediatamente anterior à eleição.

Quer dizer: estamos levando em conta para o cálculo total e para a despesa mensal. Não tenho nenhum desejo de somar um ano aos três. O que quero é um ou outro, observada a despesa mensal.

O SR. JADER BARBALHO - Senador Lúcio Alcântara, devo estar cometendo algum equívoco, porque o texto que tenho aqui é o de emenda de Relator de nº 27. Então, é possível que V. Ex^a esteja discutindo outro texto, já apresentado pelo Senador Romero Jucá, diferente.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - É o texto do Relator sobre as emendas apresentadas após o relatório.

O SR. JADER BARBALHO - No texto do Relator, para o qual peço destaque para discutir, está-se somando os três anos ao último.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Senador Jader Barbalho, não sei qual o documento que V. Ex^a tem em mão. Refiro-me ao documento sobre as emendas apresentadas após o relatório, págs. 06 e 07.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Jader Barbalho, trata-se de um texto novo.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sim; trata-se de um texto novo, que resultou do acolhimento de uma emenda do Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Tem a palavra V. Ex^a para dar os esclarecimentos, mas antes devo dizer que foi aprovada, de qualquer maneira, a sugestão do eminente Senador José Eduardo Dutra. Portanto, vamos passar ao problema do voto em branco.

O SR. JADER BARBALHO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a está satisfeito?

O SR. JADER BARBALHO - Não, Sr. Presidente; insisto em continuar discutindo.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Então, V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. JADER BARBALHO - Estou requerendo destaque desse dispositivo. Não quero prioridade; estou apenas entendendo que, quanto a essa discussão, temos que ter a compreensão de que ela é difícil, porque o prazo é exíguo. Assim, quero apenas anunciar para chamar a atenção sobre o tema, Sr. Presidente.

Quero também pedir, Sr. Presidente, em relação à questão do art. 5º, que trata do voto em branco; quero também em relação à Emenda nº 03, sobre as pesquisas eleitorais, rejeitada pelo Relator, que dá oportunidade aos partidos políticos de terem acesso ao resultado após o registro da pesquisa, mesmo antes da divulgação. E, ainda, da Emenda nº 37, Sr. Presidente, esta relativa ao inciso VII.

São estes os destaques que peço inicialmente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Solicito ao nosso funcionário que apanhe os destaques do nobre Senador Jader Barbalho.

Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Sr. Presidente, desejo fazer apenas uma observação quanto ao dispositivo em questão. A forma pela qual o dispositivo está colocado o transforma seguramente no prêmio da irresponsabilidade. Quanto mais perdulário for um governo, quanto mais investir desnecessariamente em propaganda, mais poderá investir em véspera de eleição.

Se queremos ser universais, cantemos a nossa aldeia. Os governos brasileiros, as Unidades Federativas têm sido relativamente comedidas em dispêndio com propagandas. O Governador Mário Covas gastou R\$11 milhões em propaganda no ano de 1996; o Paraná gastou R\$100.294 mil; gastou mais do que os governos anteriores gastariam em quinze anos em apenas um ano. A fórmula montada pelo ilustre Senador relator Lúcio Alcântara premia a irresponsabilidade e garante um gasto em publicidade extraordinariamente maior do que a possibilidade de dispêndio na campanha eleitoral de um partido que se oponha ao Governo estabelecido, ao candidato no poder.

Nós estamos votando essa lei eleitoral, de afogadilho. Ela está sendo feita de uma forma - não pelo Relator, porque ela é iniciativa da Câmara - seguramente irresponsável.

Eu, com toda clareza, quero deixar aqui um protesto: estamos consagrando o roubo de dinheiro público pelo menos nesse dispositivo. Quanto mais irresponsável for o Governador, mais poderá utilizar-se de recursos públicos no processo eleitoral e na propaganda nos meses que antecedem a campanha.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Está feito o protesto de V. Ex^a, eminente Senador Roberto Requião.

Com a palavra o Relator para discutir....

O SR. SÉRGIO MACHADO - Sr. Presidente, peço destaque para a minha Emenda nº 37.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Está concedido o destaque solicitado por V. Ex^a.

Com a palavra o Relator, Sr. Senador Lúcio Alcântara, para manifestar-se sobre o problema dos votos em branco.

O SR. SENADOR - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. SENADOR - É apenas para verificar o pedido de destaque para as Emendas nº 52 e 53.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Está concedido o pedido de destaque solicitado por V. Ex^a. Peço que as encaminhe à mesa.

Com a palavra o nobre Relator, Sr. Senador Lúcio Alcântara. Tem a palavra, em seguida, o nobre Senador José Eduardo Dutra que já está inscrito.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, Srs. Senadores, tenho o privilégio de conhecer o Professor Carlos Brito da Cunha. Particpei de algumas reuniões em que ele esteve presente. Ele é um homem de notório saber jurídico, e eu, apedeuta nas letras jurídicas,...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Não apoiado.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - ...não vou aventurar-me a debater com S. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Apedeuta quer dizer: ignorante por falta de instrução, o que não é o caso, porque o nosso eminente Senador é um propedeuta, e não um apedeuta.

O SR. SÉRGIO MACHADO - Ele pode estar equivocado, mas que entende da matéria, entende.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Ainda bem que a Presidência sabe o que significa apedeuta, senão estaria em maus lençóis.

Com a palavra o nobre Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, a Constituição, no seu art. 77, só trata do voto em branco para os cargos mais votados. Em nenhum artigo, em nenhum parágrafo está citada a questão do voto em branco na eleição proporcional. Portanto, sobre voto em branco, a Constituição só se refere aos cargos majoritários. Esses estão sendo respeitados, tanto assim que há aqui proposta de emenda constitucional mediante a qual se pretende alterar isso para a eleição de Presidente da República.

Então, no caso de voto em branco para eleição proporcional, não se pode falar em constitucionalidade, uma vez que - repito - a Constituição não se refere a isso.

Por outro lado, o que acontece é que os doutrinadores espanhóis dizem claramente que o voto em branco não é um voto estéril como é, por exemplo, o voto nulo. O voto em branco é de alguém que simplesmente acha que os candidatos ou os partidos ou o sistema não merece a sua manifestação. O voto nulo ou é um voto de quem conscientemente anula ou é um voto de alguém de poucas letras que, tentando votar, se equivoca. É até difícil interpretar realmente o que há por trás do voto nulo.

Ora, sendo assim, como digo no meu arrazoado, essa mudança de posição vai certamente favorecer o processo. O estudo feito pela Assessoria da Câmara mostrou que isso na eleição de 1994 não alterou muito as coisas. A simulação feita com a votação de 1994 só alterou duas cadeiras: uma em São Paulo e outra no Acre. O que pode acontecer é que isso signifique um estímulo e um incentivo a uma automatização partidária, a uma dispersão partidária. Essa própria lei oriunda da Câmara dos Deputados tem inúmeros dispositivos como, por exemplo, aquele que veda o acesso à televisão e rádio a quem não tem representação na Câmara no início da Legislatura, que representam uma tentativa de dar maior consistência ao quadro partidário. E, em se tratando de dispositivo que vem da década de 50, manifestei para que eles sejam contados no cálculo do coeficiente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Peço ao eminente ex-Deputado Federal, meu colega de constituinte, Dr. Valmor Giavarina, para que tome assento no lugar da Assessoria. V. Ex^a é convidado da Presidência.

Com a palavra o nobre Senador José Eduardo Dutra e, em seguida, o nobre Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, Srs. Senadores, também não vou entrar na discussão constitucional, embora, como leigo, entenda que pelo fato de a Constituição ter feito referência ao voto branco na eleição majoritária, isso é um sinal do que pensava o Constituinte de 1988 a respeito do voto em branco, que é o que está em discussão.

Segundo, o Relator e também alguns Senadores, em manifestações pela imprensa, têm invocado a tradição brasileira,

têm citado o fato de que esse dispositivo de contar o voto branco como voto válido ter sido instituído no País desde o Código Eleitoral de 1950. Ora, se a questão é a tradição, então deveríamos ter ficado com a tradição mais antiga que inclusive estava inserida desde a primeira Constituição republicana, que é a de proibir a reeleição.

Vemos que as deliberações desta Casa não estão levando em consideração a tradição. A argumentação de que a retirada do voto em branco possa possibilitar uma dispersão partidária, no nosso entendimento, não cabe. Os mecanismos para evitar a dispersão partidária não devem estar contemplados na legislação eleitoral; já estão contemplados, por exemplo, na Lei Orgânica dos Partidos, que, no seu art. 13, estabelece cláusula de barreira, e essa cláusula de barreira não considera voto em branco.

Por exemplo, o art. 13 da LOP:

"Tem direito a funcionamento parlamentar em todas as Casas Legislativas para as quais tenha elegido representantes o partido que, em cada eleição para Câmara dos Deputados, obteve um apoio de no mínimo 5% dos votos apurados, não computados os votos brancos e nulos, distribuídos em pelo menos um terço dos Estados, com o mínimo de 2% do total de cada um deles".

Quer dizer, também na Lei Orgânica dos Partidos - além da Constituição em relação à eleição majoritária - no que se refere à eleição proporcional, há manifestação do legislador, dizendo como deve ser considerado o voto em branco. Se é verdade que o voto em branco não pode ser considerado um voto estéril como nos termos frisados pelo nobre relator, é verdade também que o eleitor, ao não se manifestar por nenhum candidato, dá demonstração explícita de que não quer que esse seu voto venha a ser considerado para a definição das cadeiras de nenhum partido.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, na verdade, esse dispositivo foi introduzido em 1950, através de uma santa aliança do PSD com a UDN, através da qual se tentava introduzir um bipartidarismo no Brasil. O destaque ao efeito dessa contagem em 1950 era, sem dúvida, muito maior do que hoje. O índice de analfabetismo era maior. A própria votação eletrônica fez com que diminuísse o índice de votos em branco.

Em função dessas modificações da própria cultura brasileira, o voto em branco considerado como válido não vai

exercer grande influência. Mas, reafirmando o princípio do eleitor, não há nenhuma justificativa para o fato de que o voto em branco venha favorecer - acontecia de forma muito mais acentuada em 1950, mas acontece ainda hoje no Brasil - as maiorias, porque essa não é a vontade do eleitor.

Então, portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Constituição, em relação à eleição majoritária, já dá demonstração da maneira pela qual o Constituinte determinava que fosse computado o voto em branco. A própria Lei Orgânica dos Partidos, ao estabelecer a cláusula de barreira...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Peço a atenção, há um orador na tribuna. Senador José Eduardo Dutra, V. Ex^a tem a palavra assegurada.

A própria Lei Orgânica dos Partidos, que também foi uma outra manifestação do legislador, estabelece como deve ser computado voto em branco. Não vejo nenhum sentido em permanecer, nessa lei eleitoral, o voto em branco contando para efeito de...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Encerrada a discussão, passa-se à votação do destaque.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a ainda quer discutir também?

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Eu queria discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Desculpe-me, pensei que V. Ex^a estaria inscrito para o assunto seguinte.

Concedo a palavra a V. Ex^a, Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - O tema é o voto em branco?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Voto em branco em discussão. A seguir falará o Senador Jader Barbalho.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Sr. Presidente, temos, no Brasil, um sistema de legendas para a escolha dos representantes pelo método proporcional.

(Tumulto)

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) (Fazendo soar a campainha.) - Peço a atenção para o Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - O sistema de legendas baseia-se no princípio doutrinário da representação. Os Deputados, na Câmara, representam a totalidade dos cidadãos. Os Deputados

não representam apenas, especificamente, os seus eleitores, embora a escolha seja feita pelos votos que lhes são imputados pessoalmente.

É, portanto, importante considerar que há uma enorme diferença, Sr. Presidente, Srs. Senadores, entre a votação que se faz para um sistema de legendas - que é proporcional e representativo - e a votação que se faz para a escolha do Presidente da República no cargo majoritário, e também se faz, no Brasil, para Governador. Uma visa a representação e a outra visa a definição. São coisas completamente diferentes.

Não há que se comparar, nem que se trazer a questão do voto em branco, adotada para o sistema de dois turnos, para o outro, que é um sistema proporcional de legendas.

Por que se considera o voto em branco, desde 1957, no Código Eleitoral? Porque se supõe que os cerca de 500 Deputados representam uma totalidade dos cidadãos.

Aliás, lembro-me que uma das primeiras instâncias de formação político-partidária era a de que se deveria ensinar ao eleitor, ou melhor, pregar-lhe - já que ao eleitor nada se ensina - que o seu voto em branco é inutilmente em branco e que, ao votar em branco, não estará fugindo e nem criando áreas nulas ou vazias, estará responsabilizando-se pela eleição de outrem.

Ao invés de pregar o desconto do voto em branco, devemos pregar a politização do eleitor, no sentido de que ele saiba que ao votar em branco estará permitindo que outro escolha em seu lugar. Ao invés de pregar a eliminação do voto em branco, devemos trabalhar no sentido contrário, para que o eleitor saiba o quanto o voto em branco implica, de certo modo, admitir, permitir ou até induzir a eleição de quem ele não queira.

Portanto, do ponto de vista doutrinário é importante fazer essa definição, essa diferenciação: voto para o sistema de legendas é voto de representação; o voto para a escolha do Presidente da República, no sistema de dois turnos, é de definição. Portanto, não há o que mesclar, o que misturar.

Por outro lado, é importante ressaltar, Sr. Presidente, que a lei orgânica dos Partidos tem uma tendência concentradora, ou seja, visa reduzir todos os instrumentos, todos os meios de pulverização partidária. Pelo espírito da lei orgânica dos Partidos, que já está em vigor desde 1993, temos que manter a contabilização dos votos em branco. Além disso, temos, no Brasil,

um sistema de presidencialismo multipartidário. Somos o único país presidencialista do mundo - do Planeta - que é presidencialista multipartidário. Ou seja, temos um sistema partidário igual ao da Itália, que é parlamentarista, para o regime presidencialista. Então, a tendência de um Parlamento organizado nessas base é quase que a anomia, é uma pulverização tal que um Parlamento assim não tem nenhuma possibilidade de tomar iniciativas.

Logo, ampliar essa pulverização, essa atomização, essa dispersão partidária, eliminando a contagem do voto em branco, significa aumentar essa anomia, jogar no sentido inverso ao interesse político de estabilidade da Nação.

Além disso, por último, Sr. Presidente, não se trata apenas do problema da atomização - porque nesse sentido, embora concorra para a atomização, essa influência é pequena -, mas de que a não contagem de um voto em branco estimula a criação dos Partidos de um homem só.

Não quero fazer comparação com o romance do escritor gaúcho Moacyr Scliar, "O Exército de um Homem Só", e a figura do judeu quixotesco, nas ruas noturnas da avenida Osvaldo Aranha, em Porto Alegre. Aqui, falo do Partido de um homem só, que é o seguinte: o cidadão se candidata a Prefeito do Município, geralmente numa grande capital, porque o sistema é de dois turnos. Isso é estimulado, ou seja, ele não tem nenhuma responsabilidade, porque o segundo turno corrige os problemas todos. Então, concorre ao cargo, mesmo que seja por um Partido pequeníssimo, sem nenhuma expressão - são mais de 20 candidatos concorrendo -, usa o tempo de rádio e televisão, e na eleição seguinte, sozinho, solitário, ou seja, dono de um Partido, concorre a Deputado, porque já teve tempo de rádio e televisão que outros Deputados não tiveram.

Esse candidato do Partido de um homem só, se houver contagem do voto em branco, tem essas suas práticas danosas frustradas. A eliminação da contagem em branco é um apoio para ele.

De modo, Sr. Presidente, que reitero uma posição doutrinária contrária a essa eliminação do voto em branco.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência registra que o eminente Relator acolhe a manifestação de V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Jader Barbalho, como último orador inscrito para a discussão. A seguir, concederei a palavra ao Senador Roberto Freire, para discutir o voto em branco.

O Senador José Serra está inscrito para discutir as emendas nºs 52 e 53.

O SR. JADER BARBALHO - Sr. Presidente, faço permuta com o Senador Roberto Freire, pois estou procurando um dado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Está bem. V. Ex^a permuta com o eminente Senador Roberto Freire, a quem concedo a palavra.

O SR. ROBERTO FREIRE - Sr. Presidente, S. Ex^a está-se munindo para nos ajudar a acabar com esse expediente, que foi utilizado exatamente para beneficiar as majorias. É verdade que hoje beneficia menos do que beneficiou no início, mas, evidentemente, foi uma doutrina brasileira, colocada no sistema belga da proporcionalidade, e que se constituiu no "jeitinho" brasileiro de garantir mais cadeiras para os Partidos majoritários, quando isso foi criado.

Não há doutrina alguma, no mundo, que diga que voto em branco é válido. Voto em branco é ausência de opção.

E o que significa a teoria da representação? Significa saber como o voto do cidadão vai ser representado no Parlamento.

Essa engenharia de se definir que sistema vai fazer com que o voto se transforme em cadeira não pode ser da democracia direta. Terá que ser pela definição, e aí temos os vários sistemas: proporcional, distrital, distrital majoritário, distrital misto. É uma forma de se dizer "a vontade do cidadão se transforma em cadeira".

O voto em branco tem o mesmo sentido do nulo. É a ausência de opção, portanto, de não representação. É doutrina brasileira, única e exclusiva no mundo, computar-se voto em branco. Mas, mesmo no Brasil, não se computa voto em branco para definir a proporcionalidade, e não tem nenhuma distinção, é também de representação.

Não se computa para a proporcionalidade quando significa o percentual para eleição majoritária do segundo turno.

Têm-se dois tratamentos: num é inválido; no outro é computado para o quociente eleitoral.

Foram feitos alguns cálculos que mostram que se não tivéssemos o voto em branco a mudança seria pequena na representação da Câmara dos Deputados. Mas se fosse um só, se fosse um único Deputado a não ser eleito pela aplicação do voto em branco, estar-se-ia cometendo uma fraude à representação. E a visão que se deve ter do futuro de uma democracia não é a de uma lei que limite a expressão da cidadania. Ao contrário, discute-se lei eleitoral para facilitar essa expressão da cidadania.

Por que usar o argumento de que não pode existir Partido de um candidato só? Se pode haver um candidato sem Partido, por que não se imaginar isso? O que há de antidemocrático no candidato avulso? Atomização? E daí? São ditaduras burocrático-partidárias majoritárias que vão decidir o que é bom para o País? A ditadura fez melhor: fixou dois, o do "sim" e o do "sim, senhor", mas o povo fez o que dizia "sim" dizer "não".

Não é possível discutir-se lei eleitoral sob a visão da manutenção dos mandatos parlamentares, das burocracias partidárias majoritárias, esquecendo-se da cidadania. Os limites - aqui no Brasil tem um limite para tudo -, lei orgânica dos Partidos, invenção da ditadura e entulho autoritário sobre o qual democrata continua falando ainda hoje, não existem em país democrático. Aqui, os entulhos autoritários se sucedem, como o domicílio eleitoral: a ditadura, para impedir a candidatura de Lott, inventa o domicílio eleitoral; o que foi um abuso, hoje parece uma conquista democrática.

Quem expressa a representação é a cidadania, não uma lei tentando limitá-la.

A questão do voto em branco também se insere nisso. Foi uma criação, um casuísmo das majorias na época do regime constitucional de 1946, e mantém-se causando um impacto menor, mas que continua fraudando a representação.

Foi feito um cálculo de que o Prona, em São Paulo, pelo voto que recebeu de legenda, teria um Deputado Federal se não tivesse o branco. Não estou defendendo o Prona, ele pode ser formado por um candidato só, um nome apenas, mas o fato é que a representação de São Paulo não atendeu, não contemplou uma opção da sua cidadania, exatamente por se colocar o voto em branco beneficiando os Partidos majoritários em São Paulo.

Portanto, voto favoravelmente à manutenção do texto que, na Câmara, excluiu esse entulho, o qual nem era autoritário,

era um entulho casuístico das maiorias, implantado na década de 50 no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra ao Senador Jader Barbalho, como último orador, para discutir o problema do voto em branco. A seguir, passaremos para financiamento de campanha, tendo como primeiro orador inscrito o Senador Jefferson Péres.

Peço atenção para o Senador Jader Barbalho.

O SR. JADER BARBALHO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, volto a repetir que entendo que lei eleitoral não deve ser a favor do Governo ou do Partido do Governo, nem contra o Governo, nem a favor da Oposição. Lei eleitoral são regras democráticas em favor da sociedade. E penso que é com esse espírito que devemos tentar apreciar, mesmo com esse prazo muito curto, essa proposta de mudança da lei eleitoral.

Mas, Sr. Presidente, chamo a atenção da Comissão para uma sessão do dia 23 de maio de 1955, da Câmara dos Deputados. Estava na tribuna o Deputado Carlos Lacerda, e sabe qual era o tema, Sr. Presidente? O Deputado Carlos Lacerda defendia, juntamente com outros, a adoção da cédula única no Brasil. E encontro nessa publicação, patrocinada pelo Congresso, o nosso estimado, querido Deputado Ulysses Guimarães contra a adoção da cédula única. E eu não quero, Sr. Presidente, ficar na situação desse homem público, a quem tanto a democracia no Brasil deve.

O Dr. Ulysses achava, àquela altura, junto com tantos outros - Gustavo Capanema e outros do PSB -, que a adoção da cédula única era uma coisa difícil de ser implantada no Brasil, que se iria criar um novo tipo de cabo eleitoral, o qual iria ter que ensinar o eleitor a votar na cédula única, e que, portanto, a manutenção da chapinha individual deveria continuar prevalecendo.

Sr. Presidente, isso ocorreu na sessão do dia 23 de maio de 1955, e não quero que os Anais do Senado, de 11 de setembro de 1997, registre que defendemos aqui um retrocesso: a manutenção do voto em branco para a contagem do coeficiente eleitoral.

Isso é um retrocesso, Sr. Presidente.

Ontem já dissemos aqui, citando o exemplo da candidatura do Deputado Dante Oliveira no anos de 1990, que, sendo o mais votado Deputado pelo Estado do Mato Grosso, não alcançou o seu Partido o coeficiente eleitoral e S. Ex^a ficou de fora.

Sr. Presidente, não posso admitir que quem vota em branco possa colaborar para o coeficiente. Não vejo grande distinção entre o voto branco e o voto nulo.

Por isso mesmo, Sr. Presidente, manifesto-me favorável ao texto oriundo da Câmara para que o voto em branco não seja computado para efeito do coeficiente eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Em votação.

A Presidência coloca em votação da seguinte maneira: os Srs. Senadores que aprovam a manifestação do eminente Relator permaneçam sentados; os que desejarem votar contra...

O SR. SENADOR - Sr. Presidente, não seria mais prático, para esse tema, o voto nominal?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Em votação.

(Procede-se à votação nominal)

Votaram "sim" 12 Srs. Senadores; e "não" 7.

Não houve abstenção.

Total: 19 votos.

Está aprovado o texto do Relator.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, acrescento ao meu voto a informação de que o meu Partido, através da sua Bancada na Câmara, firmou compromisso juntamente com outros Partidos em torno dessa matéria. Portanto, vamos honrá-la aqui no Plenário do Senado, e tenho certeza de que essa providência moralizadora vencerá novamente na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Como V. Ex^a não estava presente, e tendo V. Ex^a sua inscrição garantida, informo-lhe que foi aprovado o Parecer do eminente Relator, ressaltando os destaques.

Portanto, estamos, neste momento, tendo sido aprovado o parecer, ressaltando os destaques, seguindo a ordem e, por sugestão do eminente Senador José Eduardo Dutra, passaremos ao item dos destaques financiamento de campanha.

Dou a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, se tivesse de hierarquizar os pontos em discussão

da Lei Eleitoral, colocaria este do financiamento das campanhas como o mais importante, porque a falta de recursos, Sr. Presidente, pode inviabilizar candidaturas. O uso de recursos oriundos de empresas é uma fonte não apenas de desigualdade, como também de corrupção, como todos sabem.

Li, hoje, uma declaração atribuída ao eminente Relator, Senador Lúcio Alcântara, na qual S. Ex^a dizia, segundo um dos jornais, que conversou com muitos a respeito desse ponto e que ouviu muitas alegações, mas nenhum admitiu ter perdido porque o adversário era mais competente.

Em parte, é verdade, Senador Lúcio Alcântara. O choro do derrotado é conhecido. Quase todo mundo, quando vencido numa eleição, busca pretextos ou desculpas - ou os votos foram roubados, ou houve abuso do poder econômico -, mas nem sempre, Senador Lúcio Alcântara. V. Ex^a é um político experiente e sabe que, muitas vezes, candidatos competentes perdem por absoluta penúria ou falta de recursos.

Diria que, se a desproporção de recursos fosse de dez a um, digamos - vamos tentar dar uma magnitude - o candidato competente teria chances de vencer. Agora, se for de mil a um, numa eleição para Governador, é impossível, Senador. Se o candidato a Governador, for candidato à reeleição, como todos sabemos, ele tem a vantagem de já estar no Governo, de usar a máquina pesada por emissões, de gastar R\$100 milhões em publicidade, como citou o Senador Roberto Requião, no caso do Paraná. Além dessa vantagem inicial, do uso da máquina na mobilização de recursos, ele tem uma dupla vantagem em relação aos seus adversários de Oposição.

Sr. Presidente, assim é difícil discutir.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência chama a atenção dos eminentes Senadores para o fato de que o Senador Jefferson Péres pediu destaque, e acaba de discutir, para uma emenda de sua autoria, que tem o seguinte texto:

Dê-se a seguinte redação ao **caput** do art. 16, bem como ao art. 22, suprimindo-se os parágrafos.

Art. 16 - As despesas da campanha eleitoral são realizadas sob a responsabilidade dos partidos ou de seus candidatos e financiada exclusivamente com recursos públicos, na forma desta Lei.

Art. 22 - É vedado financiamento de campanhas eleitorais com recursos oriundos de fontes particulares, sujeitando-se os infratores à cassação do registro, se ainda candidatos, ou do mandato, se já diplomados.

O eminente Senador Antonio Carlos Valadares pede destaque para a sua Emenda nº 87, que diz:

Art. - Inclua-se onde couber:

O financiamento de campanhas eleitorais será integralmente público.

Parágrafo único - Até o ano 2001, Deputados e Senadores ficam proibidos de apresentar individuais ao Orçamento da União.

O eminente Senador Relator vai se manifestar, primeiramente, sobre a emenda do eminente Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sr. Presidente, ainda não terminei. O meu gesto foi apenas para pedir um pouco de atenção à Casa.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Desculpe-me, Senador Jefferson Péres. Também o eminente Senador Pedro Simon está inscrito.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, posso falar sobre esse destaque?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência lhe dará a palavra a seguir, como autor do destaque, após a fala do Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sr. Presidente, pedi um pouco de atenção para que o barulho não perturbasse o meu raciocínio. Sr. Presidente, tenho presente a velha máxima de Otávio Mangabeira, segundo a qual, "no Parlamento, argumentos mudam opiniões, mas não mudam votos". Assim, não tenho ilusões.

Mas eu dizia, Sr. Presidente, que, com a reeleição, o governante candidato à reeleição, além da vantagem de ser governante, de ser governo, de ter o poder e de usar a máquina, porque vai usá-la mesmo, ele tem uma dupla vantagem ainda, Sr. Presidente, no que concerne à mobilização de recursos. Por ser governante, evidentemente os cofres das empresas se abrirão generosamente para eles. Essa a primeira vantagem. A segunda, se ele for autoritário e inescrupuloso, como muitos são, ele ainda

inibira o financiamento aos candidatos de oposição, porque os empresários, temerosos de represálias, se fecham para os candidatos de oposição.

Buscar recursos onde, Sr. Presidente?

E mais, muitos da oposição não podem mobilizar esses recursos, outros ainda têm problemas de consciência. Embora muitos não acreditem, há uns poucos, pouquíssimos, que têm problemas de consciência e não querem recorrer às empresas para não ficarem presos a compromissos expressos ou tácitos quando recebem ajuda financeira.

Então, Sr. Presidente, voltando ao meu argumento inicial, Senador Lúcio Alcântara...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Devo interromper V. Ex^a para dizer que os dois últimos Senadores eleitos pelo Estado do Amazonas tiveram esse escrúpulo, nós o sabemos.

O SR. JEFFERSON PÉRES - É verdade. V. Ex^a e eu. Passar a bandeja nas empresas, para muitos, é extremamente constrangedor.

Então, Senador Lúcio Alcântara, se um candidato à reeleição, já com a vantagem de ser governo, se ele vai mobilizar e gastar R\$10 milhões - e estou sendo até modesto - e seu adversário, por mais popular e competente que seja, tiver R\$10 mil para gastar, a eleição está decidida. É impossível. Não há mágica para fazer alguém com R\$10, R\$20 ou R\$30 mil ganhar uma eleição para governador, enfrentando R\$10 milhões. Mas digo-lhe, Senador Lúcio Alcântara - e V. Ex^a concordará comigo -, que, mesmo que o governante de plantão tenha gasto R\$10 milhões ou mais, mas se o seu adversário for competente, popular e tiver R\$1 milhão para gastar - em uma relação de 10 por 1 -, ainda tem chances reais de ganhar a eleição.

Por isso, Sr. Presidente, que, a meu ver, seria muito importante que houvesse financiamento exclusivo com recursos públicos.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Tem a palavra, como segundo autor do destaque, o eminente Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Tem a palavra V. Ex^a, pela ordem.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, gostaria de esclarecer como se dará o processo de votação. V. Ex^a acatou a minha sugestão de votar em bloco. Todavia, nessa parte - financiamento público de campanha -, existe uma Emenda do Senador Jefferson Péres, que tem pedido de destaque - em relação à qual, de antemão, já anuncio meu voto a favor. Há ainda a emenda do Senador Antonio Carlos Valadares e há destaques que apresentei a emendas apresentadas pelo Senador Lúcio Alcântara, e o fiz no sentido de tentar rejeitá-las, para, pelo menos, voltarmos ao que figurava no projeto da Câmara caso não seja aprovado o destaque do Senador Jefferson Péres.

Por isso, pediria um esclarecimento a V. Ex^a sobre como se processará a votação.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência colocará em votação primeiramente o destaque do eminente Senador Jefferson Péres. Caso seja aprovada, estará prejudicado o artigo do eminente Senador Antonio Carlos Valadares, que pede que as campanhas eleitorais tenham financiamento integralmente público.

Porém, terei de colocar em votação o parágrafo único, porque nele S. Ex^a faz uma distinção no sentido de que, até o ano 2.000, Deputados e Senadores fiquem proibidos de apresentar as emendas individuais ao Orçamento da União, a fim de que haja rubrica orçamentária para fazer face a essas despesas públicas. De modo que essa emenda do Senador Antônio Carlos Valadares, se for aprovado o destaque do eminente Senador Jefferson Péres, está prejudicada a primeira parte da emenda do Senador Antonio Carlos Valadares, mas a segunda parte é complementar e terá que ser votada. A seguir, votaremos os destaques de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Se for aprovada a emenda dele, retiro os meus destaques.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Entendi. O eminente Senador Antonio Carlos Valadares não retira sua emenda, que fica prejudicada na sua primeira parte; e colocaremos em votação a segunda parte, o parágrafo único.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Sr. Presidente, preciso de um esclarecimento do Senador Jefferson Péres.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Jefferson Péres, solicito a V. Ex^a que esclareça o eminente Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Estamos diante de duas questões distintas, uma delas é o financiamento público de campanha eleitoral, que considero realmente uma causa da maior importância; a outra é uma regra já aprovada na Câmara, que fixa em R\$420 milhões o fundo partidário, que não é para financiamento de campanha.

O SR. JEFFERSON PÉRES - É também para campanha.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - O fundo partidário é também para campanha, mas 20% dele, por lei - é bom que se conheça a lei orgânica dos partidos -, devem ir para os institutos de formação política; portanto, não são R\$420 milhões, mas R\$360 milhões. É bom saber que a lei diz muito a respeito de fundo partidário, não sendo apenas restrita à campanha eleitoral. Uma questão é fundo partidário, que tem de financiar a vida cotidiana dos partidos, e outra, numa parte distinta da lei eleitoral, é o financiamento de campanhas.

Sou favorável ao financiamento público de campanhas. Esse é um fato. O outro é aprovar o aumento do fundo partidário para R\$420 milhões. Uma vez fixada a regra do financiamento exclusivamente público de campanha, estamos diante de uma realidade distinta daquela de se aumentar o fundo partidário para R\$420 milhões. Trata-se de questões diferentes.

O SR. JEFFERSON PÉRES - A emenda do eminente Senador Jefferson Péres não trata de fundo partidário.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Considero-me esclarecido, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a está inscrito para debater a matéria.

O SR. PEDRO SIMON - Estamos discutindo financiamento público de campanha. Sobre esta matéria, tenho quatro emendas - de n^{os} 46, 47, 48 e 60, para as quais pedi destaque. Poderei expor a minha idéia antes de se iniciar a votação?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Sim. Estão expondo suas idéias os autores do destaques. O segundo autor a se pronunciar é o eminente Senador Antonio Carlos Valadares; o terceiro será o Senador José Eduardo Dutra, e o quarto, V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Na hora da votação, algumas emendas serão prejudicadas.

Senador Antonio Carlos Valadares, V. Ex^a tem a palavra para discutir a Emenda nº 87 de sua autoria, com artigo e parágrafo únicos. Solicito a V. Ex^a que faça a sustentação da sua emenda devidamente destacada.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, o Governo alega que não tem recursos para financiamento público de campanhas. Estranho essa afirmação uma vez que o Orçamento da União enviado ao Congresso Nacional neste ano contempla o setor de publicidade do Governo com R\$445 milhões, que deverão ser gastos no ano da eleição de 1998. Esse é o valor previsto no Orçamento - e sou membro daquela Comissão.

Sr. Presidente, o Proer, que é um programa de salvação de bancos, consumiu até agora perto de R\$25 bilhões. Encontra-se também no Orçamento da União uma dotação específica para pagamento de juros da dívida interna no valor de R\$21 bilhões. Sendo assim, há dinheiro, tanto que o Governo contempla esses segmentos com verbas generosas.

No entanto, quando se trata de melhorar o funcionamento da democracia, de dar maior limpidez ao processo eleitoral, de fornecer a todos os partidos políticos, na luta democrática, condições igualitárias, o Governo diz que não tem dinheiro e que é uma imoralidade porque os setores prioritários devem ser: Educação e Saúde.

É claro! Qual é o Deputado, qual é o Senador que não considera Educação e Saúde como questões prioritárias? Tanto é verdade que o Orçamento da União será votado por nós, contemplando Saúde e Educação.

Sr. Presidente, são dois pesos e duas medidas. Vejamos: quando Senador de Oposição, o Presidente Fernando Henrique Cardoso apresentou o Projeto de Lei do Senado nº 153/89 prevendo a destinação de recursos para financiamento de campanhas, e afirma, textualmente, na sua justificação:

"O presente projeto de lei objetiva precisamente a alocação de um mínimo de recursos para o custeio da campanha

presidencial, evitando, com isso, que candidatos com pequeno poder econômico sejam esmagados por outros mais poderosos."

Com base nessa inspiração do então Senador Fernando Henrique Cardoso, o brilhante e sempre devotado Senador Pedro Simon apresentou uma proposição, que está tramitando nesta Casa e que foi objeto de cópia na Câmara dos Deputados, fixando financiamento público de campanha nas eleições em todo o Brasil.

Ou seja, quando Sua Excelência era Senador da Oposição, deveria haver verba para evitar o esmagamento dos mais fracos pelos poderosos, mas, agora, como Presidente da República, não pode haver verba para que os poderosos continuem a massacrar os mais fracos.

Sr. Presidente, o Sociólogo Fernando Henrique Cardoso está entrando em discordância com a sua história, com o seu passado e, neste momento, temos que fazer esse registro porque está escrito, escrito e inscrito, registrado nos Anais desta Casa, e ninguém pode apagar esse projeto da maior utilidade para a valorização da democracia no Brasil.

Penso ser injusta com o projeto que veio da Câmara dos Deputados a afirmação do Presidente Fernando Henrique Cardoso, de que o financiamento de campanha multiplicaria a formação de siglas de aluguel. O que esse projeto prevê? Que 10% dos recursos serão distribuídos igualitariamente entre partidos que tenham, no mínimo, dez representantes na Câmara dos Deputados - isso, na eleição de 94 -, quer dizer, poucos partidos terão acesso a esses recursos. Quais são eles? O PSDB - começando pelo partido do Presidente da República -, o PMDB, o PTB, o PPB, o PDT, o PT e o PSB. Então, são sete os partidos, quando se dá que 30 partidos terão ajuda. De maneira alguma; isso é uma falácia, é querer jogar a opinião pública contra aqueles que defendem a lisura do processo eleitoral.

De sorte, Sr. Presidente, que não tenho mais argumentos; esses são mais do que claros, daqueles que defendem a adoção de uma medida o mais urgente possível.

E ia me esquecendo, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Solicitaria a V. Ex^a, eminente Senador Antonio Carlos Valadares, que também não deixasse de se reportar à economia de R\$891 milhões que V. Ex^a tão bem colocou aqui no parágrafo único.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES

Exatamente. Já ia me esquecendo de uma sugestão da maior importância. O que queremos? A lisura do processo eleitoral e que o financiamento de campanha não venha implicar o aumento do déficit público. Esse é o nosso desejo; é o desejo dos Senadores, Deputados e também do Presidente da República.

Indo ao encontro desse desejo, colocamos um parágrafo único nesse artigo, que prevê o financiamento público de campanha. Nesse parágrafo único, está estabelecido que, até o ano 2001, nenhum Deputado ou Senador poderá apresentar emenda individual ao Orçamento da União. Isso representará uma economia para os gastos públicos de, no mínimo, R\$891 milhões no ano de 1998. Se considerarmos que só em publicidade o Governo vai gastar R\$445 milhões, estamos economizando para o País; se levarmos em conta que apenas R\$420 milhões são previstos para o fundo partidário que, segundo o Senador Fogaça - e S. Ex^a tem razão -, é outra questão.

Queremos que o financiamento seja público e que nós tomemos uma providência interna, que nós possamos dar o exemplo de economia. Não vamos gastar o dinheiro com publicidade; vamos gastar o dinheiro para que as eleições sejam as mais verdadeiras possíveis no Brasil e que os grandes financiadores fiquem dispensados do financiamento eleitoral - os banqueiros, as empreiteiras. Dessa forma, não haverá mais caso PC Farias, deposição de Presidente da República, precatórios, porque, quando um político for pedir dinheiro a um empresário, ele poderá dizer: "Você não tem vergonha, não, rapaz? Seu partido já recebe ajuda pública e você ainda vem me pedir dinheiro? Isso é corrupção; isso é fraude".

De sorte, Sr. Presidente, que, com esses argumentos, sou favorável ao financiamento público das campanhas eleitorais.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Com a palavra o Senador Pedro Simon, autor de emendas e destaque, devidamente formulados.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, eu recomendaria, sinceramente, aos nobres colegas, silêncio nesta reunião. Há momentos para tudo na vida; agora é momento de decidirmos matéria da maior importância. Os Srs. Líderes são importantes, mas merecemos o respeito de sermos ouvidos, ainda que sejamos derrotados. Penso que deve

haver silêncio e compreensão nesta reunião, neste momento, em razão da importância do assunto.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O Senador Pedro Simon pede a benevolência dos presentes para ouvi-lo, ainda que dele discordem.

Tem V. Ex^a a palavra assegurada, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, pediria de modo especial ao nobre Líder do Governo, que aqui se encontra no mais absoluto silêncio, como sempre, para dizer a V. Ex^a...

O SR. ELCIO ALVARES - Senador Pedro Simon, ouço V. Ex^a com o respeito de sempre. Creio que a admoestação é regra geral, e quero deixar um ponto claro, Senador Pedro Simon: os Líderes, quando decidem, cumprem o exercício de uma função que lhes é delegada por suas Bancadas. Jamais houve qualquer tipo de cerceamento e V. Ex^a talvez seja o Senador que menos pode reclamar, porque, se formos fazer um levantamento, verificaremos que V. Ex^a fala em todas as oportunidades, e ouvimo-lo, como sempre, com muito respeito. Não houve qualquer desapeço, e não haverá. Apenas peço a V. Ex^a que, na colocação em relação aos Líderes, releve alguns fatos. V. Ex^a também já foi Líder do Governo e tive a honra de ser o seu vice-líder, e sabemos que às vezes os líderes desempenham missões muito espinhosas. A opinião de V. Ex^a, quero reiterar publicamente, por mim é sempre ouvida com muito respeito, com muita atenção e sobretudo com admiração.

O SR. PEDRO SIMON - Muito obrigado.

Sr. Presidente, em primeiro lugar: financiamento de campanha. Estamos vivendo o momento mais importante da história desta legislatura. Essa decisão não ficará. O Senador Líder do meu partido chamou a atenção à época para o fato da cédula única, sobre o que até o Dr. Ulysses Guimarães se equivocou; viu que não existia e se assustou, porque esse era um fato novo. Realmente, a cédula única era um fato novo para quem estava acostumado com a cédula dobrada.

Agora, Sr. Presidente, podemos adotar duas posições. Conhecemos o Senado Federal e o Congresso Nacional. Ou se decide, ou não se decide. Se queremos decidir, este é o momento.

Essa questão de deixar isso para o próximo pleito, para daqui a quatro anos ou para o próximo milênio é uma outra história, Sr. Presidente. Até lá, penso que poderão ser implantados o parlamentarismo e o mandato de mais quatro anos para o Presidente. Essa é uma outra história! Vamos ficar nesta história que estamos discutindo aqui.

Copiei o projeto do então Senador Fernando Henrique Cardoso. Só analisei essa matéria quando pude observar o projeto do atual Presidente. Percebi que aquele projeto era bom. Sua Excelência chamava a atenção para o fato de que aquele projeto era bom. O projeto, que foi assinado por Sua Excelência e pelos então Senadores Jarbas Passarinho e Ronan Tito, não foi aprovado. Naquele projeto, havia um erro. O projeto foi feito em junho, com o objetivo de vigorar nas eleições que seriam realizadas em outubro daquele ano. O Presidente Fernando Henrique o apresentou, e os Senadores Jarbas Passarinho e Ronan Tito o assinaram.

Sr. Presidente, na justificativa daquele projeto, o Presidente Fernando Henrique fez previsões e levantou dúvidas e interrogações, mas não tinha nenhuma certeza. Sua Excelência dizia que candidato pobre não arruma dinheiro, que apenas candidato rico arruma dinheiro e que deveriam ser dadas condições para todos serem candidatos. A corrupção escandalosa ficou provada. Agora está provado que o Presidente Fernando Henrique tinha toda razão; Sua Excelência adivinhou, previu isso. Se o projeto do Presidente Fernando Henrique tivesse sido aprovado, não teria havido o caso Paulo César Farias e não teriam sido realizadas a CPI do **impeachment** e a CPI dos anões do Orçamento.

O meu projeto já tramita naquela Casa há seis meses. A emenda foi aceita na Câmara dos Deputados, onde tramita há três meses. Ainda poderá haver um ano ou mais.

Se queremos suspender a reunião, meu querido amigo, Líder do Governo, Senador Elcio Alvares, por quem tenho o maior respeito, V. Ex^a, o Presidente do Senado, os Líderes, o Relator e eu poderíamos ir à presença do Presidente da República agora, para lhe dizer que temos que encontrar uma solução. Poderíamos perguntar se Sua Excelência aceita essa solução que vamos apresentar. A informação de que disponho é a de que o Presidente a aceita. O que Sua Excelência não aceita é o projeto da Câmara,

o qual, aliás, a sociedade também não aceita. Votar verba pública mais verba privada? Não é possível explicar isso para a sociedade! Mas se for concedida somente a verba pública, sem a verba privada? Haverá um aplauso geral.

Sr. Presidente, apresentei a Emenda nº 46, que trata somente da verba pública. Como eu, o Senador Jefferson Péres e o companheiro do Partido Socialista também apresentaram emendas. Há várias emendas.

O meu projeto se baseia no projeto do Senador Fernando Henrique Cardoso. Para mim, quem dá o argumento é o então Senador Fernando Henrique Cardoso; faço questão de que o seu projeto figure como justificativa no meu projeto.

Apresentei essa emenda agora, mas o projeto está tramitando na Casa há muito tempo. Inclusive, esta Comissão já votou favoravelmente ao mesmo. O Senador Vice-Líder do PFL e eu, que apresentamos o projeto, tivemos dúvidas e, no momento da votação em plenário, retiramos o mesmo, para que pudéssemos estudá-lo melhor. Mas essa matéria está sendo estudada aqui há um ano.

O autor foi o Senador Fernando Henrique Cardoso, que é um homem competente; se não o fosse, não teria chegado à Presidência da República. Sua Excelência previu isso, mas não tinha certeza. Hoje temos certeza de que o Senador Fernando Henrique Cardoso estava certo.

Este é o momento, Sr. Presidente. A Câmara teve coragem e votou. No futuro, haverá somente verba pública! Nessa eleição, metade é pública e metade é privada. A Câmara lançou até ali. O que temos que fazer é aperfeiçoar o da Câmara: só pública, não há privada.

Mas eu apresento mais, Sr. Presidente. Apresento a Emenda nº 47, onde digo que é vedada a utilização de verba privada e acréscimo punição - quem dá e quem recebe o dinheiro está sujeito a punição -, para não ficar no ar, ou seja, é proibido, mas não acontece nada. Não. Estou apresentando essa Emenda nº 47, que estabelece punição a quem dá e a quem recebe dinheiro de verba pública.

Mas há outra coisa, Sr. Presidente, modéstia à parte, V. Ex^a, o Líder do Governo, querido companheiro Elcio Alvares, e os Líderes poderiam pegar essa minha emenda e falar com o Presidente da República. Porque podem não dizer - e eu até

concordo - que, se nós a apresentarmos, ela pode ser inconstitucional. Mas o Presidente da República pode mandar hoje essa para cá, aperfeiçoada. Eu crio o fundo eleitoral para financiamento de campanha.

Então, estou apresentando a emenda, já dizendo que é inconstitucional eu apresentar, mas o Presidente da República pode aceitar e apresentar mais emendas. Mato a cobra com o veneno dela, Sr. Presidente.

"É instituído o fundo eleitoral para financiamento de campanha.

§1º. Constitui-se o fundo eleitoral de contribuição, que será descontado no pagamento das empresas contratadas com a União para a realização de obras públicas.

A alíquota da contribuição para o fundo eleitoral será de, no máximo, 0,5% do valor contratado." Para quem está dando 30%, 40% ou 50%, reparem que é uma coisa fantástica.

"Os recursos provenientes da contribuição do fundo eleitoral serão consignados no Tribunal Superior Eleitoral, que os distribuirá na forma desta lei."

Vamos dar chance para os milhares de empreiteiros, que são sérios, e para os milhares de candidatos, que também são sérios, e vamos fazer aí a fórmula pela qual vamos buscar o dinheiro e, nesse percentual, para fazermos o fundo de campanha.

Então, é ridículo o Governo dizer que não tem verba, Sr. Presidente. Fica mal, meu querido amigo Elcio Alvares, para o Governo dizer que não tem R\$700 milhões no ano que vem para fazer uma campanha pública, sabendo que vai ser gasto dezenas de vezes mais se entregarem à iniciativa privada.

E vou além, Sr. Presidente. Apresento a última emenda, que é a nossa - nós, da CPI do **impeachment** - velha tradição, que diz respeito à sobra de campanha. Determino que a sobra de campanha obrigatoriamente tenha que ir para as fundações particulares. Não se pode comprar nem um carro para o Presidente nem fazer reforma na casa do Governador. Não. As sobras de campanha têm que ser obrigatoriamente usadas dentro das verbas das fundações.

Sr. Presidente, pelo amor de Deus, vamos ser claros. Vamos decidir aqui se queremos ou se não queremos. Temos até o dia 18, Sr. Presidente, temos até o dia 30, na Câmara dos Deputados. Podemos até deixar esta matéria em suspenso, votar o

resto e fazer uma reunião de V. Ex^a, do ilustre Líder, do ilustre Relator e dos Líderes para falar com o Presidente da República.

A informação que tenho, Sr. Presidente, é a de que o Presidente da República mantém o projeto dele. Tenho informação de que ele se manifestou contra o projeto da Câmara, porque achou um absurdo haver verba pública e privada na mesma campanha, o que também acho. Mas as informações que tenho não são de que o Presidente da República seja contrário às verbas públicas.

Sr. Presidente, assim como estou apresentando algumas propostas, sei que vários Senadores têm várias outras. Faço um apelo dramático. Talvez, será como nunca o foi; estará carimbado. Aliás, vou falar de todo o coração: não penso que isso altere o resultado da eleição. Não será isso que vai derrotar ou garantir a vitória do Fernando Henrique, mas vai garantir o início do combate à corrupção, à imoralidade que deve começar lá no início, ou seja, na campanha eleitoral. Sabemos que o início da corrupção neste País começa quando alguns candidatos são obrigados a entrar no jogo, algumas empresas são arrastadas a contribuir. Lembro-me - e os Senadores que estão aqui se lembram - da CPI dos empresários que falaram conosco que foram obrigados a contribuir.

Sr. Presidente, esta é a hora. Estamos vivendo o nosso momento, o momento do Senado. E vou dizer mais: o Fernando Henrique está vivendo o momento dele. Queira ou não queira, o que sair daqui vão dizer que foi influência do Presidente da República. Se sair daqui o acordo de que a campanha tem que ser de dinheiro público, dirão que tal resultado se deu porque o Presidente Fernando orientou os seus parlamentares e que essa foi uma grande arma do Presidente. E se sair daqui o projeto como está apresentado, terminando com a verba pública, só aceitando verba particular, dirão que fizemos como o Presidente da República mandou.

Sr. Presidente, estou encerrando e peço desculpas por ter-me alongado. Faço um apelo a V. Ex^a e ao bravo Senador Elcio Alvares - a quem tenho o maior carinho, o maior respeito, se fiz qualquer coisa, peço desculpas, mas por amor de Deus, sou testemunha da integridade, da seriedade, da disposição permanente de luta e da garra que tem o Senador Elcio Alvares, que é uma das suas grandes qualidades - no sentido de que faça

pelo menos uma tentativa de reunião. Olha, se me convidassem, faria questão de ir junto com essa comissão ao Senhor Presidente da República. Sei que não represento nada, não tenho Liderança, nem Vice-Liderança, sou um cidadão mais ou menos, tenho a minha boca que não tem metralhadora, luto por conta própria, mas, se me convidassem, iria com o maior respeito, com o maior carinho, com a maior amizade ao Presidente da República, pedir que Sua Excelência fizesse isso! Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Com a palavra o nobre Senador Francelino Pereira e, a seguir, o Senador Sérgio Machado, como último orador inscrito para discutir.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Sr. Presidente, será que não seria cabível aqui um esclarecimento do Senador Jefferson Péres quanto ao aspecto da constitucionalidade? Entendo que criar um princípio de financiamento não é inconstitucional, fixar verbas é inconstitucional. Criar fundos é outra coisa. Estou me referindo à emenda do Senador Jefferson Péres que cria o modelo, o instituto, a instituição do financiamento público sem fixar verbas.

O SR. JEFFERSON PÉRES - O orçamento de 1998 ainda não foi votado. É proibido constitucionalmente criar fundos vinculados à hipótese.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - E também é proibido fixar verbas, previamente, fixar gastos, despesas previamente. Não é o que a emenda de V. Ex^a está fazendo.

O SR. JEFFERSON PÉRES - O financiamento público.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - É o princípio.

Que depois depende de uma regulamentação.

O SR. ROBERTO FREIRE - Claro não tem nada de inconstitucional. Aí apenas definir que está vedando financiamento privado de campanha e, depois, é que vai discutir como fazer.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Com a palavra o Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Sr. Presidente, gostaria de merecer a atenção de todos, pelo menos um pouco da atenção que foi dispensada ao Senador Pedro Simon fosse dispensada a este colega. Este assunto, este tema, é exatamente polêmico. É polêmico sobre o problema da oportunidade, sobre o ângulo do **time**. Quanto aos fundamentos institucionais, doutrinários, lógicos, evidentemente, as campanhas eleitorais deveriam ser financiadas exatamente pelo poder público. Por isso

mesmo, de certa forma, a lei que criou o fundo partidário estabelece uma gradação para o financiamento dos partidos políticos, destinando os respectivos recursos, primeiro para a manutenção e a sede das organizações partidárias; segundo, para a doutrinação política e a doutrinação partidária; terceiro - eu gostaria de ser ouvido inclusive pelo Relator - os recursos seriam destinados também à criação e à manutenção de institutos de estudos políticos e sociais, exatamente para que os partidos possam atualizar os seus estudos, os seus conhecimentos a respeito da sua doutrina ou da sua vinculação programática; em quarto lugar, os recursos do fundo partidário seriam também destinados ao alistamento e campanhas eleitorais. Só no final do artigo é que diz "alistamento e campanhas eleitorais", quase secundariamente colocou campanhas eleitorais.

Tanto é exato, Sr. Presidente, que há o entendimento de algumas lideranças políticas e até de autoridades, hoje, no Governo, de que a lei do fundo partidário não deve destinar os respectivos recursos às campanhas eleitorais no país inteiro ou em qualquer parte do Brasil e que só, secundariamente, é que, em se tratando de alistamento e campanhas eleitorais, poderia ser relacionado também com a campanha eleitoral.

Pois bem, Sr. Presidente, foi exatamente em cima, vamos usar a expressão, do fundo partidário que os Senadores Edison Lobão e Pedro Simon apresentaram projetos modificando a lei do fundo partidário, destinando os recursos de R\$500 milhões para aplicação em alistamento eleitoral. Não falavam, salvo engano, em campanhas eleitorais.

Como Relator da proposição, ofereci o respectivo parecer. Detive-me sobre o assunto, estudei bastante a matéria, como faço desde os meus tempos na Câmara dos Deputados, por 16 anos como Deputado Federal. E o meu parecer foi baseado no fundamento formulado pelos Senadores Edison Lobão e Pedro Simon, segundo o qual, na Alemanha, o fundo partidário é constituído de 5 marcos por eleitor. Então, como no Brasil, somos 100 milhões de eleitores, o meu parecer destinava R\$5,00 por eleitor, logo R\$500 milhões.

Em debate nesta Comissão - V. Ex^a não era o Presidente, mas sim o atual Ministro da Justiça Iris Rezende -, o tema foi recebido com tanta graça que o próprio Plenário sugeriu que eu substituísse, no meu parecer, os R\$5,00 por eleitor, logo

R\$500 milhões, por R\$8,00, ou seja R\$800 milhões. O parecer foi aprovado, o projeto foi a plenário e, chegando lá, nos entendimentos entre os parlamentares, começamos a meditar sobre como a sociedade brasileira iria receber, analisar, qual o juízo que o povo brasileiro iria fazer da destinação de R\$800 milhões para as campanhas de Deputados Federais, Estaduais e Presidente da República, já que, de vez em quando, o juízo feito a nosso respeito não é o melhor deste País.

Então, para evitar que o projeto fosse discutido em plenário - e o seria terminativamente -, formulei um recurso, de acordo com o Senador Edison Lobão e também dei conhecimento ao Senador Pedro Simon, recorri para que o Projeto não fosse terminativo na Comissão e sim submetido à decisão do plenário.

O expediente e o processo foram encaminhados ao Plenário. Chegando ao Plenário, como não foram apresentadas emendas para o debate, o projeto foi paralisado e entendi que deveria ser paralisado para uma meditação maior sobre a destinação de tantos recursos para os partidos políticos com uma observação: no meu parecer ficou claro que os recursos seriam destinados não apenas ao alistamento eleitoral, mas também aos quatro itens constantes da lei do fundo partidário.

Pois bem, meses depois, o Senador Edison Lobão ou Pedro Simon, salvo engano - peço que me ouçam, sobretudo o Líder do Governo - os dois autores requereram o arquivamento do projeto. E o projeto foi arquivado por decisão do plenário e não fiquei sabendo qual a razão. Como o projeto de lei já estava em discussão na Câmara e estava vindo para o Senado, fiquei em silêncio e o plenário aprovou o arquivamento do processo.

Agora o assunto volta ao debate e o Senador Pedro Simon apresenta uma proposição nova, buscando fundamentos na posição assumida pelo então Senador Fernando Henrique Cardoso.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Permita-me só para um esclarecimento. Não foi arquivamento e sim pedido de retirada em caráter definitivo.

O SR. PEDRO SIMON - Já que V. Ex^a citou o meu nome, gostaria de ter um aparte para esclarecimento.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Darei um aparte a V. Ex^a com muito prazer e muita honra.

Pois bem, agora o assunto volta a debate, porque na Câmara buscou-se uma solução bifurcada: cerca de R\$400 milhões no fundo partidário, fundo que teoricamente é destinado à manutenção e aprimoramento dos partidos políticos do que à campanhas eleitorais e colocou também a velha regra, sempre comentada e polemizada, do financiamento via pessoas físicas e jurídicas.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Peço silêncio para ouvirmos o orador.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Agora o projeto está em debate. Confesso a V. Ex^a que as mesmas dúvidas que me fez reformular o meu parecer, que era inteiramente favorável inicialmente ao financiamento público, fizeram-me começar a meditar e ouvir, inclusive o meu Estado, Minas Gerais, e percebi que todas as classes de lá, que o povo de Minas Gerais não iria entender como se destinaria R\$800 milhões de financiamento público para a campanha de Deputados Federais, Estaduais, Vereadores, Prefeitos e Presidente da República.

Por isso mesmo, fiquei em silêncio na hora do arquivamento da matéria. E votarei de acordo com o Relator. Porque, infelizmente, esta não é a oportunidade para a solução mais democrática, mais correta, que se ajusta ao pensamento da Alemanha, dos países como a Suécia e outros, segundo os quais as campanhas eleitorais são totalmente financiadas.

O que acontecerá, Sr. Presidente? Mais uma vez, recorreremos, para falar a verdade, ao financiamento de empresas privadas nas campanhas eleitorais, com uma conclusão: essas empresas, desgraçadamente, já reservam uma cota política para as empreitadas, para destinar aos "fundos partidários".

O SR. PEDRO SIMON - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Concedo o aparte e peço perdão pela demora ao meu querido Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON - Nobre Senador, realmente, já havia citado. O projeto apresentado por mim e pelo Senador Edison Lobão teve o parecer favorável de V. Ex^a, foi aprovado na Comissão e foi para o plenário. Entre o interregno daqui e do plenário, tomamos o conhecimento do equívoco que havíamos cometido. Sabem qual era o equívoco? O nosso parecer imitava o que está vindo da Câmara, permitia a verba pública e particular.

Falei com o Senador Edison Lobão. Retirei em definitivo aquele, mas entrei com o Projeto nº 141/97. Retirei aquele, mas o Projeto nº 141/97, que está aqui na Comissão, é o que estabelece só verba pública e tira a verba privada.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a corrigiu o equívoco.

O SR. PEDRO SIMON - Corrigi o equívoco.

Apenas gostaria de dizer a S. Ex^a que lá eu errei.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Agradeço ao Senador Pedro Simon a observação que acaba de fazer, mas quero concluir que, infelizmente, não vou falar pelo Brasil inteiro, porque minha terra é uma nação, Minas Gerais, e tenho que me louvar no sentimento de Minas e no sentimento dos mineiros. Evidentemente que o meu Estado condena o financiamento de pessoas físicas e o de pessoas jurídicas.

No entanto, ocorre que, neste caso, o que condenam não é tanto o financiamento explícito e, sim, o caixa dois, as prestações de contas que não representam a realidade, a tal ponto que a Justiça Eleitoral sequer aprecia conclusivamente as prestações de contas e apenas diz que os papéis apresentados estão regulares.

Por outro lado, se fizermos uma pesquisa, hoje, de opinião pública, 80% ou 90% dos brasileiros vão se manifestar contrariamente ao financiamento público das eleições no Brasil. Há qualquer coisa no ar que precisa ser examinada mais exhaustivamente. Mas este, confesso, não é o momento para destinarmos recursos públicos, porque o povo abomina essa solução e, infelizmente, vamos recorrer novamente a soluções que não são as mais corretas, ou seja, ao financiamento das empresas privadas e das pessoas particulares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Com a palavra o Senador Sérgio Machado.

O SR. PEDRO SIMON - E o que o povo de Minas Gerais pensa de PC Farias?

O SR. SÉRGIO MACHADO - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos discutindo algo extremamente importante, que é a questão do financiamento público de campanha, que é a grande questão discutida em todas as democracias do mundo. Os escândalos estão aí, nos Estados

Unidos, no Japão, na França, na Tailândia, na Itália. Essa é uma questão importante, para que possamos avançar em termos institucionais.

O Congresso tem feito, com a Lei Eleitoral, aquilo que os alunos sempre reclamam na véspera de prova: se arrependem de não terem estudado antes e deixam para estudar na última hora. Assim estamos fazendo com a Lei Eleitoral. A cada ano, na véspera da eleição, na hora de começar o processo eleitoral, discutimos uma nova lei eleitoral, modificando alguns artigos, colocando outros e não avançando naquilo que seria algo permanente.

No Senado, temos uma Comissão de Reforma Política Partidária, e pretendemos, até o final do ano, propor um código eleitoral definitivo.

O financiamento exclusivamente público de campanha está no nosso projeto, está na nossa proposta. Somos a favor. O Presidente Fernando Henrique não mudou de opinião, ele também é a favor do financiamento público de campanha. Apenas, para a próxima eleição, não temos condição de inserir isto no Orçamento, porque, no Brasil, estamos vivendo...

O SR. PEDRO SIMON (Fora do microfone) - Senador, V. Ex^a está dizendo que para esta, que é a dele, ele não quer. Que ele quer para a outra, que não é a dele. O que é isto?! Eu não admito que se fale mal do Presidente, pois ele é meu amigo. Não admito! (Risos).

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral. Fazendo soar a campainha.) - Senador Pedro Simon, V. Ex^a pediu silêncio...

O SR. PEDRO SIMON - Pelo carinho que tenho pelo Presidente, não posso aceitar.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Após a conclusão do Senador Sérgio Machado, V. Ex^a poderá lançar o seu protesto em favor do seu amigo.

O SR. SÉRGIO MACHADO - Avaliem como estaria o Presidente se ele tivesse tantos amigos como o Senador Pedro Simon. (Risos)

O SR. PEDRO SIMON - Quando gozava da minha intimidade, Sua Excelência foi Ministro da Fazenda e terminou por ser Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Continua com a palavra o Senador Sérgio Machado.

O SR. SÉRGIO MACHADO - Gostaria que a minha palavra fosse mantida, assim como tive a paciência de ouvir o Senador Pedro Simon. Temos que aprender a ouvir, a discutir, a falar na hora certa, para que possamos travar um diálogo democrático.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O Senador Pedro Simon acaba de pedir desculpas a V. Ex^a.

O SR. SÉRGIO MACHADO - Somos todos vividos e ninguém vai se emocionar. Temos que discutir no terreno das idéias, com toda a tranquilidade, respeitando o direito e as idéias dos outros. A opinião pode até não ser a nossa, mas temos o dever democrático, no Senado Federal, de respeitar, de aprender a ouvir, para que possamos travar um diálogo - se é que queremos corrigir, porque podemos simplesmente querer marcar posição política.

Estamos discutindo algo extremamente relevante, extremamente importante, que é o financiamento público. Defendo, está no meu parecer, o financiamento exclusivamente público; o financiamento misto não resolve nada. E quando falo em financiamento público, falo em valores suficientes. O Senador Pedro Simon, por exemplo, propõe 0,5% de todo investimento estatal. Se fizermos uma conta rápida, verificaremos que 0,5% significaria R\$100 milhões. Com esta quantia não se resolverá o problema do financiamento de campanha, mesmo que se considere que o Governo esteja investindo R\$20 bilhões - e não está acontecendo nada parecido. Estou indo ao extremo, considerando todas as estatais, e não se chega nem perto.

Temos que discutir, e, quando chegarmos à conclusão, depois de um estudo profundo, definir um valor que efetivamente dê para financiar, que efetivamente dê para libertar os candidatos e os partidos da dependência do poder econômico. Acredito que isto seja importante, que isto significa um avanço.

Temos que, nesta lei, conquistar esse direito para a próxima eleição, o que representaria um avanço muito grande. Eu vi o Congresso, por precipitação, perder o parlamentarismo, por querer tudo ou nada, ficar com nada, e V. Ex^a, Sr. Presidente, que era constituinte naquela época, acompanhou.

Fazer avançar a reforma política, fazer avançar a reforma eleitoral é fundamental. Sem isso será difícil aprovar as reformas de que o País necessita. Defendo que haja o financiamento público de campanha.

O Senador Lúcio Alcântara deixa esta questão em aberto para as futuras eleições e creio que o Congresso tem o dever - por tudo o que aqui foi dito - de, após a votação da lei eleitoral, se dedicar a, definitivamente, oferecer ao País um código eleitoral para que na próxima eleição não tenhamos que ouvir os mesmos discursos que estamos ouvindo agora: que a lei é precipitada.

Não estamos trabalhando para fazer o projeto de código eleitoral. Toda esta discussão que está acontecendo aqui tem que se tornar um desafio. Vamos, a partir da votação desta emenda, nos debruçar sobre o código eleitoral para que possamos ter, de forma definitiva, aquilo com que sonhamos.

E acho que o financiamento público de campanha é um avanço que precisamos conquistar.

O SR. EPITACIO CAFETEIRA - V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência vai anunciar a lista dos oradores, para a qual pede atenção: Senadores José Eduardo Dutra, Jader Barbalho, Esperidião Amin.

V. Ex^a fará um aparte ao Senador José Eduardo Dutra.

Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, Srs. Senadores, talvez eu tenha pouco a acrescentar depois das intervenções dos Senadores Pedro Simon e Antonio Carlos Valadares. Todavia, eu gostaria de saber até quando o Brasil vai ser o País do futuro, já que o futuro não vai cair do céu. O futuro tem que ser construído a partir do presente. Se formos nos basear no senso comum ou no que a opinião pública está pensando sobre isso, não vamos mudar a situação nunca. Até porque, da mesma forma, se fizermos uma pesquisa de opinião pública, provavelmente chegaremos ao resultado anunciado pelo Senador Francelino Pereira. E avalio também que se fizermos uma pesquisa de opinião pública sobre, por exemplo, a pena de morte, é bem provável que ela seja aprovada.

E o senso comum é fortalecido principalmente no momento em que cabeças coroadas da República, e com responsabilidade institucional, vão para as televisões dizer que quem quer financiamento público quer é fazer farra com o dinheiro do povo, que poderia ser melhor utilizado para pagar saúde,

educação, etc; que quem quer fazer farra que vá fazê-la com o próprio dinheiro.

Então, investir no senso comum...

O SR. (Não identificado) - (Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Se o Senador quiser debater o problema, vamos fazê-lo daqui a pouco. Se o Senador tomou as dores das cabeças coroadas da República, que assuma isso publicamente.

Se continuarmos a investir no senso comum ou no País do futuro, vamos estar, sim, daqui a quatro anos, repetindo o discurso do Senador Sérgio Machado, ou seja, que precisamos fazer uma lei permanente. Isto já aconteceu em 1996; está acontecendo agora e vai acontecer em 2002.

O SR. EPITACIO CAFETEIRA - Senador José Eduardo Dutra, V. Ex^a me permite?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Eu, inclusive...

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Esta pretende ser permanente.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Lembro-me de um debate de que participei, com o Senador Sérgio Machado. Aliás, tornou-se um debate insosso, porque concordávamos em quase tudo, à exceção do fim do segundo turno para governadores e prefeitos, o que o Ministro Sérgio Motta classificou como "medida indecente".

O SR. EPITACIO CAFETEIRA - V. Ex^a me permite o aparte que me foi prometido pelo Presidente Bernardo Cabral?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Bom, já que foi prometido pelo Senador Bernardo Cabral, vou avalizar a promessa e conceder o aparte a V. Ex^a, Senador Epitacio Cafeteira.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Epitacio Cafeteira, Rui Barbosa dizia que o aparte era uma concessão. Eu apenas pedi que V. Ex^a o apartasse; contudo, a concessão foi feita por ele.

O SR. EPITACIO CAFETEIRA - Senador, pedi para me inscrever porque fiquei aqui, de certa forma, preocupado com a afirmação do nobre Senador Sérgio Machado, que disse que o Congresso não cuidou de fazer a legislação. Todavia, nós tínhamos uma Constituição; tínhamos, de certa forma, uma legislação eleitoral. De repente, fomos atropelados com a

reeleição. Atropelados com a reeleição, qualquer lei que existisse deixava de existir.

Colocou-se isso tudo como um progresso para a democracia - a reeleição está assim colocada. E o nobre Senador Pedro Simon sabe que a Revolução de 1930 teve o seu início exatamente para acabar com a reeleição. Assim, podemos dizer que em 1930 já deram um avanço rumo à democracia. E estamos voltando à mesma coisa.

O aparte é meu, Excelência. Não posso permitir que V. Ex^a faça um aparte ao meu aparte.

O SR. PEDRO SIMON - Ele quer se referir à política do café com leite, que era a nomeação.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - A história cobrará o aparte.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA - Pode cobrar o aparte. E cobrará de V. Ex^a o seu parecer.

Porém, o que quero dizer aqui é o seguinte: podíamos definir que o Governo destinará às campanhas políticas 5% do que gastou com o Proer, e isso já resolveria o problema. Mas o que se pretende realmente é garantir as reeleições. E, se é para garantir as reeleições - e eu soube que o martelo já está batido -, eu só tenho uma esperança: que a Câmara dos Deputados restaure o seu próprio projeto.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Nobre Senador José Eduardo Dutra, a Presidência quer lhe garantir a palavra, porque o aparte será descontado do seu tempo.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Já vou concluir, Sr. Presidente. Eu, até agora, falei menos do que a grande maioria.

Voltando ao assunto do financiamento público, quero dizer que vou votar na emenda do nobre Senador Jefferson Péres, mas tenho destaques contrários às emendas do Relator, Senador Lúcio Alcântara, para pelo menos voltar ao projeto da Câmara. E quero lembrar àqueles que dizem que é um absurdo manter a forma híbrida: o projeto do então Senador Fernando Henrique Cardoso era exatamente a forma híbrida, porque destinava ao fundo partidário; era exatamente a mesma coisa. O projeto que foi aprovado na Câmara e que é apresentado como um absurdo é o projeto Fernando Henrique Cardoso. Ele destinava 50 milhões de BTNs para o fundo partidário e não proibia financiamentos privados. Era uma forma que poderia, se tivesse sido aprovada, ser

um meio termo já para as eleições de 1994 - teria valido então somente o financiamento público.

Por isto, não há nada absurdo no projeto como veio da Câmara. É uma forma híbrida, sim, mas pelo menos tenta garantir, nas palavras do próprio Senador Fernando Henrique Cardoso, na sua justificativa, a alocação de um mínimo de recursos para o custeio da campanha presidencial, evitando, com isto, que candidatos com pequeno poder econômico sejam esmagados por outros.

O Sr. José Fogaça - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Pois não. Ouço o aparte de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - É para um esclarecimento, inclusive meu. Pelo que sei, o projeto original do Senador Fernando Henrique Cardoso permitia, sim, o financiamento privado, mas somente de pessoa física.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Na época era proibido fazer isto...

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Mas veja bem, eu acho isto rigorosamente coerente e possível: manter o financiamento restrito por parte de pessoa física, o cidadão como indivíduo, e, também, o financiamento público. O que é incestuoso, indevido e imoral é o financiamento público mais o financiamento de pessoa jurídica e empresa. Isto não estava no projeto original do Senador Fernando Henrique Cardoso; isto vem lá da Câmara e não pode continuar.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Senador José Fogaça, o projeto do Senador Fernando Henrique Cardoso fazia referência única e exclusivamente - não fazia a pessoa física nem a pessoa jurídica - a recursos públicos para o fundo partidário. A questão é que, na época, a legislação proibia contribuição de pessoa jurídica, que só foi incorporada a partir de 1994. O projeto dele não fazia. Era um financiamento híbrido, que propunha apenas financiamento público para o fundo partidário.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Não fazia a distinção.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Quero registrar, até para corroborar a questão levantada pelo Senador Francelino Pereira - as famosas prestações de conta que todos sabem que são falsas -, que nós só vamos conseguir fazer que as prestações de conta sejam verdadeiras no momento em que a população, em

que todos souberem quanto coube a cada candidato. No momento em que se sabe que o candidato "tal" do Partido "tal" recebeu "tanto" e ele aparece com 500 **outdoors**, 20 trios-elétricos e não sei quantas camisetas, está explícito que ele está infringindo a legislação. Da forma como está, vão continuar valendo as prestações de contas fictícias, que todos sabem que não correspondem à verdade. Até essa mudança o financiamento público vai viabilizar.

Por isto, eu voto com o projeto do Sr. Senador Jefferson Péres e, se ele for rejeitado, insisto nos destaques às emendas para, pelo menos, voltar ao projeto da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Nobre Senador Jader Barbalho, peço permissão a V. Ex^a para registrar a presença do Deputado Constituinte Luís Roberto Ponte, que aqui se encontra, e do ex-Ministro-Chefe da Casa Civil.

Com a palavra V. Ex^a, nobre Senador Jader Barbalho.

O SR. JADER BARBALHO - Sr. Presidente, mais uma vez insisto na tese de que lei eleitoral não deve ser nem a favor nem contra o Governo, mas a favor da sociedade. Vou votar na emenda do Senador Jefferson Péres. E vou votar, Sr. Presidente, porque, nesta semana, a revista **VEJA** publicou uma entrevista primorosa, concedida pelo Presidente da República, principalmente em termos de, mais uma vez, revelar que temos efetivamente um intelectual à frente da Presidência da República. E o Presidente da República faz um registro, nessa questão ideológica de direita e esquerda, e diz, com muita propriedade, que o que existe são os que defendem o avanço e os que defendem o atraso; não é nem mais uma questão ideológica de direita e esquerda.

E eu não quero ficar com o atraso, Sr. Presidente. Quero ficar na linha da entrevista do Presidente da República, não desejo ficar com o atraso e nem quero ter relação incestuosa com o Presidente da República.

Em razão disso, de acordo com o Presidente pede na sua entrevista, que é o avanço, Sua Excelência não quer a convivência com o atraso, não posso, de forma alguma, Sr. Presidente, levando em conta que está claro, as duas CPIs - a dos Anões do Orçamento e a CPI que levou o ex-Presidente Collor ao **impeachment** - derivam exatamente de financiamento de campanha.

O SR. SENADOR - A dos precatórios também.

O SR. JADER BARBALHO - A dos precatório também.

Veja bem, isso é, inclusive, no final da CPI dos Anões do Orçamento, houve uma proposta de CPI das Empreiteiras. Depois até o Senador Pedro Simon, com muita razão, reivindicou do Senado uma CPI, que lamentavelmente não veio a ser constituída. Está claro isso, o rei está nu em relação a esse tema. Então vamos nos dividir de acordo com o que diz o Presidente: os que querem o avanço e os que querem o atraso, e eu não quero ficar em confronto com o que o Presidente quer, ainda mais levando em conta, como foi dito e proclamado aqui, que o Presidente da República teve a originalidade de sugerir o debate sobre o tema, ao apresentar em 1989 um projeto de lei regulando a matéria. E depois disso, Sr. Presidente, fico a indagar: quais são os argumentos contrários. Com todo o respeito àqueles que defenderam, acho que a democracia deve ser sempre pluralista e não vive sem o contraditório, quero registrar que foi apresentado aqui que não há tempo. Como não há tempo? Nós estamos a um ano e dois meses das eleições. Como não há tempo de se tratar desse assunto? Num País que assiste diariamente à edição de medidas provisórias sobre temas tão complexos, como não temos a capacidade de equacionar?

Depois dessa colocação, alega-se que não existe regra reguladora. Existe regra reguladora e já foi proclamada uma lei de iniciativa do Presidente da República sobre o Fundo Partidário, disciplinando a aplicação dos recursos. E o que pede a Câmara dos Deputados é apenas multiplicar o número dos recursos para viabilizar os partidos. Depois também me parece sem substância a alegação de que não haveria recursos, e engenhosamente o Senador Antonio Carlos Valadares, que não deseja também relação incestuosa de forma alguma, sugere que sejam eliminadas as emendas individuais, com o que também concordo, pois acabaria em muito com a manipulação do orçamento de forma contrária ao interesse público - eliminaríamos.

Então, Sr. Presidente, desejo manifestar-me favorável à emenda. Penso inclusive que depois desse episódio da reeleição, reeleição sem desincompatibilização, o que é um escândalo, o que é simplesmente um escândalo, porque o Presidente da República, como disse ontem aqui, para se candidatar a Deputado Estadual, por São Paulo, deixa a Presidência; Governador de Estado, se quiser se candidatar a

Deputado Federal ou Senador deixa o Governo; agora, para o seu próprio cargo não precisa se desincompatibilizar.

O SR. SENADOR - Se o próprio Ministro quiser ser candidato tem que se afastar.

O SR. JADER BARBALHO - Exato. Ministro vai ter que desincompatibilizar, secretário de estado vai ter que se desincompatibilizar. É simplesmente uma excrescência, e eu não sei como a doutrina constitucional vai explicar como é possível não ocorrer a desincompatibilização. Então, unido a essa desincompatibilização, se não for estabelecido um mínimo de regras que possam equilibrar esse jogo, vamos ter um maior festival de corrupção nas futuras eleições e de abuso da máquina administrativa.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo que na linha da entrevista do intelectual e Presidente Fernando Henrique Cardoso, não quero ficar com o atraso, no meu sentimento de que o avanço é o fundo público.

Por isso sou solidário ao destaque do Senador Jefferson Péres.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin, como último orador, em seguida o eminente Relator dará a sua argumentação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Desejo, não com a veemência do Senador Francelino Pereira, mas gostaria de fazer constar da Ata, do registro desta reunião, a justificativa do porquê vou votar com a emenda ao projeto.

Com o advento da nova Constituição, o processo eleitoral deve sofrer alterações que sobretudo resguardam em seu conteúdo ético e a real democratização do pleito; uma delas seria o financiamento com recursos públicos das eleições que ocorrerão brevemente.

O presente projeto de lei objetiva precisamente a locação de um mínimo de recursos para custeio da campanha, evitando com isso que candidatos com pequeno poder econômico sejam esmagados por outros mais poderosos.

Essa prática, além de condenável do ponto de vista ético, gera indesejáveis distorções do processo eleitoral pela diminuição das chances dos candidatos ou dos partidos que dispõem de poucos recursos.

Portanto, é o abuso do poder econômico que se pretende combater ou neutralizarem seus efeitos sobre a campanha eleitoral, o objetivo do presente projeto.

Nada mais justo, neste momento de transição do que legitimar-se o processo eleitoral e esta inovação quanto ao custeio público das campanhas certamente contribuirá para a consolidação da transição. A consequência principal decorrente da aprovação deste projeto será sem dúvida o aperfeiçoamento do processo e do próprio sistema eleitoral brasileiro.

Esta é a justificação assinada pelos Senadores: Fernando Henrique Cardoso, Ronan Tito e Jarbas Passarinho ao projeto de lei que instituiria pioneiramente o financiamento público de campanha, que dizia a respeito a campanha de 1989 e sem dúvida alguma os fatos demonstram que além de ser um bom projeto era até premonitório.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra ao eminente Relator, Senador Lúcio Alcântara.

O SR. RELATOR (Lúcio Alcântara) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero a permissão da Presidência - como parece que esse é um dos pontos mais polêmicos, talvez o mais polêmico - para estender um pouco mais sobre considerações que não estão diretamente vinculadas a este tema, até algumas de ordem pessoal que gostaria de, neste momento, trazer ao Plenário.

Na minha experiência parlamentar, que não é tão longa mas data de dois mandatos de Deputado Federal e agora o exercício do mandato de Senador, não tinha tido ainda a oportunidade de relatar uma matéria eleitoral.

E agora posso lhe dizer com toda segurança que o Relator de lei eleitoral é um ser solitário, é um homem sozinho, sobretudo quando temos uma lei que dispõe sobre eleições para Presidente, para Governador e para Prefeito, Senadores, Deputados e Vereadores. É que cada um traz na sua história política vivências, experiências, tem aspirações, representam legítimos interesses partidários. Então, em nenhum momento é possível obter-se consenso em relação a essas matérias. Há sempre visões legitimamente diferentes, há uma disputa real pelo poder, que se dá justamente no curso do processo eleitoral. Portanto, encaro isso com muita naturalidade, vejo como uma coisa perfeitamente razoável.

Devo dizer que a essa altura da tramitação do projeto no Senado nós já procedemos a cerca de cinquenta alterações no projeto, grande parte delas resultado de contribuição de ilustres Srs. Senadores que, a meu juízo, contribuíram para aperfeiçoar o projeto, Senadores de diversas tendências, de diversos partidos políticos.

Portanto, se o projeto fosse aprovado hoje, como está, não seria obra só do Relator, mas teria a contribuição da grande maioria de membros desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Aqui tem-se falado muito em uma lei neutra, como se vivêssemos num paraíso, num mundo em que os interesses, principalmente os político-partidários não existissem, uma lei asséptica. Isso não existe. Aqui disputam-se legitimamente, no meu modo de ver, interesses políticos, interesses partidários e no lugar que tem que ser, porque é uma casa do povo, é o Legislativo, é aqui onde temos que votar. Não vejo nada de mal nisso, mas não vamos aqui, com hipocrisia, dizer que estamos pensando numa lei asséptica, numa lei neutra. Não é isso. Talvez numa lei ética, ou com maior conteúdo possível de ética, sim. Mas há legítimos interesses constituídos de partidos políticos, de grupos políticos que devemos respeitar. E cada um de nós, ao longo da nossa experiência política, traz, efetivamente, traumas, experiências que, seguramente, contribuem na hora de se elaborar uma lei como essa. Aí é mais um fator de enriquecimento desse debate e dessa discussão.

Sou daqueles que, conhecendo, ao longo dos anos, ou por acompanhar, ou por ouvir, ver o processo eleitoral, posso dizer que ele tem evoluído bastante. Não podemos ser tão sépticos, não podemos ser tão descrentes da evolução do processo eleitoral no nosso País.

Desde que se instituiu o voto secreto e o Presidente Getúlio Vargas liderou a revolução de 30 e depois instituiu o voto secreto, depois o voto da mulher, depois a cédula única - que foi trazida aqui - depois o acesso à televisão, ao rádio, a liberdade de organização partidária para partidos de mais diferentes credos e tendências políticas; depois o voto eletrônico, para assegurar a lisura do pleito; enfim, temos evoluído bastante. E tivemos agora - o Senador Cafeteira falou com certa propriedade - um fato

perturbador, que foi a reeleição. Então, muitos de nós estamos ainda, diante da realidade da reeleição, com a cabeça no passado.

O que chamo cabeça no passado? O Senador Roberto Freire tocou em alguns aspectos, com os quais me identifico e me solidarizo, mas a cabeça no passado que digo é que toda tendência do direito eleitoral, nessa mesma linha que o Senador Roberto Freire falou há pouco, era uma tendência restritiva, de reserva de mercado, de casuísmo; um grande avanço - não se iludam. Foi a Constituição de 1988, sob a relatoria do eminente Senador Bernardo Cabral, ter previsto esse dispositivo que nos obrigou a discutir a lei eleitoral um ano antes. Porque senão íamos ficar, como já era no passado, três, quatro meses de eleição, diante de uma total incerteza, diante das regras eleitorais. Temos evoluído, temos caminhado.

Agora, a reeleição é um fato novo, da maior importância. Votei a favor, acho que é um caminho de modernização. Respeito o ponto de vista dos que pensam contrariamente, mas é evidente que traz um choque cultural. Estamos lidando com uma realidade nova, inteiramente distinta da nossa experiência no passado. Ficamos querendo construir firulas jurídicas, artifícios, leis virtuais, constrangimento para os governantes que não podemos sequer aplicar, porque eles são de fato inaplicáveis diante da realidade. O grande juiz disso vai ser o povo, vai ser a imprensa, vai ser o próprio desenrolar do processo eleitoral, que talvez até nos recomende outras condutas no futuro. Mas vamos testar isso agora, na próxima eleição.

Por isso, e só por isso, e não por influência de quem quer que fosse, ainda que todos aqui, que estamos reunidos, reconheçamos que em matéria dessa ordem o relator não é soberano nem é senhor exclusivo do seu juízo, mas a tendência a procurar recolher e acatar essas contribuições, para construir, dentro do possível, uma lei que seja justa, uma lei que seja razoável.

Quero dizer, por exemplo, o tantas vezes falado projeto do Presidente Fernando Henrique, que é do meu Partido, é ruim, é um mau projeto. Se tivesse sido aprovado não sei como teria sido colocado em prática. Porque ele fala aqui, no art. 2º:

Os recursos de que trata esta lei serão distribuídos principalmente aos partidos políticos e coligações, com candidatos registrados. Só serão entregues quando for comprovada a

existência em conta sujeita à fiscalização do Tribunal de recursos destinados à campanha, num montante de pelo menos o valor a ser recebido pelo partido da coligação.

Quer dizer, deveria haver uma contrapartida, no mínimo, igual para receber-se dinheiro público. Então havia dinheiro privado. E mais, naquela época o Fundo Partidário não previa contribuição de pessoa jurídica; nem os partidos políticos. E mesmo sob financiamento. Sob financiamento de campanha, que é um ponto que remanesce entre nós como algo a ser solucionado para dar maior transparência ao processo, para maior lisura das eleições, também evoluímos.

Como era no passado? Sequer era sabido de onde vinha o dinheiro, quem deu.

Vá ao Tribunal Superior Eleitoral, peça qualquer informação de um candidato que está lá, quais foram as pessoas jurídicas ou físicas que contribuíram para essas eleições. Então, essa transparência foi alcançada. Reconheço que ainda há muito a se fazer, mas pelo pouco que pude estudar, em função da exigüidade do tempo, não há país algum do mundo com financiamento público exclusivo, mesmo os escandinavos, que é onde mais se avançou, não há financiamento público exclusivo, há financiamento público e privado. Há uma comissão que estuda isso no Senado, a comissão de reforma política, e que perfeitamente dar curso a isso ou, então, as lideranças vão ao Presidente da República para discutir o assunto. Muito bem, o que temo é que uma precipitação na adoção desse princípio, inclusive na forma como veio da Câmara, possa simplesmente constituir uma ocasião para se queimar essa idéia, que certamente está diante de nós como algo a ser perseguido. Por que recuamos? Digo recuamos porque votei a favor do projeto do Senador Pedro Simon, do projeto do Senador Edison Lobão, é porque precisávamos aferir melhor como a sociedade aceita, não se trata de promover **slogans** para inviabilizar idéias, trata-se, sim, de auscultar de fato até onde a sociedade quer pagar isso, até onde a sociedade deseja realmente participar para dar maior autenticidade ao processo democrático, para dar maior condição de competição a candidatos e partidos que não têm como mobilizar recursos. Portanto, não se trata de ser contra a idéia ou de adotá-la açodadamente, mas sim de discuti-la, chegarmos a um ponto justo de equilíbrio para que o projeto seja adotado. Essa discussão,

apesar de ter tramitado aqui pelo Congresso, pela Câmara projetos prevendo isso, é recente, pelo menos com essa intensidade, pelo menos com esse calor, pelo menos com o conhecimento de faixas mais amplas da população. Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, sem querer me alongar desnecessariamente, quero concluir mantendo, sustentando a minha posição, não contra o mérito, não contra a idéia em si, mas a oportunidade e até duvidando da sua constitucionalidade. V. Ex^{as} talvez tenham lido recentemente que um partido político na Itália, em Roma, colocou eleitores em fila para entregar a cada um o dinheiro público que tinham recebido do governo para financiar as campanhas públicas, com grande popularidade, com grande aceitação por parte da opinião pública. Estavam lá os líderes do partido, com dinheiro público, entregando aos eleitores que se habilitassem, na rua, a receber aquele recurso. Então, essa não é matéria simples, não vamos querer simplificar as coisas, é matéria complexa e que envolve interesse público relevante, que requer discussão e aprofundamento, e o entendimento entre todos nós, que torne a solução razoável, compatível com o interesse público e da sociedade. Sr. Presidente, portanto, encaminho contrariamente às emendas que tratam de financiamento público nessa eleição, pelas razões que já disse, e não quero me estender desnecessariamente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O eminente relator não acolheu as emendas.

Senador José Fogaça, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Após o pronunciamento do relator, considero-me também no dever de fazer uma análise da questão. Sou adepto da emenda Jefferson Péres, mas me considero também no dever de fazer algumas colocações, porque, durante muitos anos, Sr. Presidente, após a Assembléia Nacional Constituinte, à qual eu e V. Ex^a servimos como relatores, V. Ex^a o relator titular e eu o seu relator adjunto.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Com a honra que tive de tê-lo como tal.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - A honra foi toda nossa, foi toda minha, evidentemente. Mas muitos anos após a Constituinte, exercendo a representação do Rio Grande do Sul, no Senado, tive, não sei se a sorte ou o azar, de ter como incumbência, sucessivamente, a relatoria de todas as leis eleitorais, menos essa

e a anterior, desde a Constituinte. Então, me sinto na obrigação de trazer uma reflexão de quem já estudou com muita profundidade, com muito critério essa questão, e penso que é importante trazer aqui essa reflexão. Primeiro, a emenda Jefferson Péres fixa um princípio, não fixa uma despesa, na minha opinião. Desse ponto de vista, não tem revestimento, o caráter de inconstitucionalidade. No entanto, ao fixar o princípio e não fixar a despesa, entrega nas mãos do Presidente da República o acatamento do princípio e, portanto, à proposição da despesa, e isso nos coloca nas mãos do Presidente da República. Logo, ao aprovar a emenda Jefferson Péres, também temos que fazer uma apelo ao Presidente da República para que Sua Excelência acate a emenda do ponto de vista político-institucional e tome Sua Excelência a iniciativa de enviar a proposição orçamentária pela qual a despesa será fixada. Então, fixa o princípio, mas não é, na minha opinião, auto-executável a emenda Jefferson Péres. Não é auto-executável. Não é impositiva a que a despesa se realize, até porque, se fosse auto-executável, se fosse impositiva, seria inconstitucional.

Reflitamos, então, com critério, com racionalidade, pois é fixadora de um princípio, mas não é auto-executável, e coloca nas mãos do Presidente da República ainda a iniciativa de propor a despesa.

O SR. SENADOR - V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Ouço V. Ex^a com prazer.

O SR. SENADOR - É porque ele está proibindo o financiamento privado e na hora em que isso ocorre e não há o financiamento público...

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Não há problema algum. Veja, V. Ex^a, e é nesse ponto que quero chegar...

O SR. SENADOR - Estou partindo do princípio que haverá eleição.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Devo declarar, Senador José Fogaça, que, após a manifestação de V. Ex^a, o Relator terá que se pronunciar, porque é um dado novo, de modo que V. Ex^a está no caminho certo e garantido.

Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Faça aqui essa reflexão, Sr. Presidente, porque tenho a análise de uma outra consequência.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - E a Presidência quer lembrar a V. Ex^a que a emenda do Senador Jefferson Péres faz um aviso, na forma da lei...

O SR. JOSÉ FOGAÇA - ...na forma desta lei. É evidente que não altera a orientação que venho adotando na minha reflexão, no meu raciocínio.

Veja, então, V. Ex^a que ela não pode ter, não tem e não terá caráter impositivo, até porque, se tivesse, seria de plano inconstitucional. Portanto, trata-se de uma norma que fixa um princípio sem caráter impositivo. Segundo, suponhamos que o Presidente da República, por razões, primeiro, de ordem constitucional, venha a vetar essa matéria, e, entendendo Sua Excelência, ao contrário, que não é inconstitucional, acata esse princípio e, portanto, envia a proposição da despesa, tudo bem.

Meu Líder citou uma entrevista dada pelo Presidente da República na qual Sua Excelência se diz afeito ao pensador austríaco chamado Max Weber. Esse filósofo afirma que o político está permanentemente entre um pêndulo doloroso e dramático que é o pêndulo da ética dos princípios e a ética das conseqüências. Muitas vezes tendemos a nos agarrar aos princípios e as conseqüências tão desastrosas para esses princípios. Exponho, então, aqui um raciocínio que temos ouvido. Muitas vezes as conseqüências são corrosivas dos princípios aos quais nos agarramos.

Se o Presidente da República veta, e é por isso que é preciso antecipadamente fazer um acordo com Sua Excelência, esta emenda Jefferson Péres, passa a vigorar a Lei nº 4.737, de 1975, que é o famoso Código Eleitoral. O que diz o Código Eleitoral? Diz esse texto legal que é tão-somente estrita e particularmente fixada a possibilidade de receber auxílio, de receber contribuições de particulares, de cidadãos individualizados, ou seja, de pessoas físicas.

Essa legislação da pessoa física, sem nenhuma cominação, foi a que gerou PC Farias e a situação que nos levou a mudar toda a legislação posterior, com a transparência e a obrigatoriedade da fixação de uma série de regras que vieram a seguir.

Se o Presidente vetar a emenda Jefferson Péres, voltaremos à era Collor. Por princípio, como sou adepto a que ela seja aprovada, digo tranqüilamente que temos de fazer com que o

Presidente também venha a apoiá-la. Se Sua Excelência não o fizer, entraremos numa rota de risco, que é voltar praticamente ao nada.

A minha análise é da emenda do Senador Jefferson Péres. Embora a emenda do Senador Pedro Simon seja muito boa quanto à sua natureza política, infelizmente não poderíamos votá-la, porque ela cria um fundo e já fixa uma despesa.

O SR. PEDRO SIMON - (Intervenção fora do microfone.) A nossa questão é votar a emenda Jefferson Péres. Está claro que essa emenda não é definitiva e dependerá de o Presidente mandar uma lei. Se Sua Excelência o fizer, estará consolidada a emenda Jefferson Péres; caso contrário, voltaremos (inaudível). Aproveem o projeto, que Sua Excelência manda a lei. Alguém tem dúvida de que Sua Excelência não o fará? A saída foi dada pelo Senador José Fogaça, com quem concordo. Eu confio no patriotismo do Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, a emenda Jefferson Péres, nos termos em que está proposta, infelizmente é um beco sem saída, porque S. Ex^a revogou todos os parágrafos.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Porque nós já estamos decidindo colocá-la num beco sem saída.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - S. Ex^a disse "exclusivamente com recursos públicos, na forma desta lei" e suprimiu todos os parágrafos do art. 16, que exatamente estabelecem de onde vem o dinheiro e como ele será repartido, distribuído.

Evidentemente, a emenda é patriótica, de interesse público, mas levará, na forma como está proposta, a um vazio legal, porque o seu autor suprimiu todos os parágrafos.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Passamos à votação.

Não posso deixar de conceder a palavra a um Senador que a peça. O máximo que posso pedir ao Senador Roberto Freire, que ainda não usou da palavra, é que seja breve, tanto quanto possível.

Concedo a palavra a V. Ex^a, Senador Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE - Serei muito mais breve do que V. Ex^a imagina.

Gostaria de dizer que, depois do que foi discutido, votarei com muita tranquilidade, lembrando um projeto que apresentei em 1980, que fixava financiamento público-orçamentário para as campanhas, única e exclusivamente com recursos públicos, e vetava toda e qualquer contribuição privada, seja de pessoa física, seja de pessoa jurídica.

Eu gostaria que constasse isso, já que, evidentemente, aqui foi trazido à Comissão algo mais importante que a do atual Presidente da República. Trata-se de uma comemoração histórica. Venho lutando por isso desde 1980.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Os Srs. Senadores que acompanham o Relator dirão "sim"; os que acompanham a emenda Jefferson Péres, "não".

(Procede-se à votação.)

Votaram "SIM" 10 Srs. Senadores; e "NÃO" 9.

Total: 19 votos.

Aprovado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Pois não, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, o Senador Esperidião Amin fez um pronunciamento público, anunciando seu voto; pediu inclusive que fosse anexado às notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Eu não vou abrir esse precedente nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Quem quer votar encontra-se aqui.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Ele está almoçando.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Não. Passa-se à discussão da matéria relativa ao uso da máquina administrativa. Concedo a palavra ao Senador José Serra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, e a outra emenda de financiamento de campanha?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Todas as emendas foram prejudicadas.

O SR. PEDRO SIMON - Não, Sr. Presidente, perdão.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, a Emenda nº 87, por exemplo, não foi prejudicada.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Pedro Simon, todas as emendas que tratam de financiamento de campanhas eleitorais, em termos de público, estão prejudicadas.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, a minha Emenda nº 87 tem uma redação totalmente diferente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O eminente Senador Antonio Carlos Valadares levanta uma questão de ordem, porque ela tem um parágrafo único ao qual S. Ex^a quer se referir.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Ela tem um parágrafo único, Sr. Presidente. E outra coisa: ela não subtrai os parágrafos...

Sr. Presidente, estou com a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Depois o Líder do Governo pode falar.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a está levantando uma questão de ordem que a Presidência está ouvindo, para depois ouvir a palavra do Senador Relator.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Nós apresentamos a Emenda nº 87, fazendo a previsão de que Deputados e Senadores, para economizarem o dinheiro do País e contribuírem para a busca da correção do déficit público, não poderiam apresentar mais emendas individuais. Isso daria uma economia de R\$891 milhões, se considerarmos que cada Parlamentar tem uma cota de R\$1,5 milhão.

Sr. Presidente, essa emenda coloca uma luz no fundo do túnel, abrindo uma opção alternativa ao Governo, porque, segundo ele alega, não tem recursos. Estamos renunciando a capacidade legiferante que temos de apresentarmos emendas individuais ao Orçamento da União, no sentido de conseguirmos um financiamento de campanhas, que será integralmente público. Não está sendo revogado nenhum dispositivo do projeto de lei oriundo da Câmara referente a financiamento de campanha, o que aconteceu com a emenda do Senador Jefferson Péres. Quando se referiu à conformidade desta lei, automaticamente já estava - como acentuou o nobre Senador José Fogaça - revogando dispositivos

previstos no substitutivo do Relator. Trata-se de uma proposição diferente, que eu gostaria que fosse levada em consideração, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Antonio Carlos Valadares, V. Exª levanta uma questão de ordem em torno da sua emenda, e a Presidência concede a palavra ao Relator para acolhê-la ou para contraditá-la.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, com todo apreço que tenho pelo nobre Senador Antonio Carlos Valadares, creio que não pode prosperar o entendimento que S. Exª está defendendo por uma razão muito simples. Vou ler, para conhecimento do Plenário, o teor da emenda que S. Exª propõe: "o financiamento de campanhas eleitorais será integralmente público". A tese de S. Exª é o financiamento público integral, objeto da emenda do Senador Jefferson Péres.

O Senador Antonio Carlos Valadares ainda propõe que "até o ano 2001, Deputados e Senadores ficam proibidos de apresentar emendas individuais ao Orçamento da União", e cai na inconstitucionalidade, porque o art. 166 já diz que os projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao Orçamento, etc, serão apreciados pelas duas Casas do Congresso na forma do Regimento Comum. Trata-se claramente do mesmo tema; "integralmente público" é a expressão do **caput** do artigo.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência decide a questão de ordem e, inequivocamente, o parágrafo único está vinculado ao **caput** do artigo. Conseqüentemente, quanto a essa tese, está superado o problema.

O eminente Senador José Eduardo Dutra declarou que abriria mão dos seus destaques caso fosse aprovada a emenda do Senador Jefferson Péres. Não tendo sido aprovada, a Presidência pergunta a V. Exª se deseja usar a palavra, desde que não tenha nenhuma vinculação com financiamento público.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Desejo falar sobre a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra ao V. Exª.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Até concordo em votar em bloco.

O SR. ELCIO ALVARES - Senador José Eduardo Dutra, permite-me V. Ex^a um aparte, no sentido até de facilitar o trabalho?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Ouço V. Ex^a.

O SR. ELCIO ALVARES - Quero adiantar para colaborar com V. Ex^a. Deveríamos votar em bloco, porque estamos com um volume muito grande de destaques. Vamos verificar quais os pontos capitais desses destaques e votá-los em bloco no sentido da recusa e, depois, evidentemente, haverá a reabertura em plenário. É um apelo que faço.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Isso não é uma proposta, é uma informação de que vai rejeitar os destaques.

O SR. ELCIO ALVARES - Senador José Eduardo Dutra, sei que V. Ex^a está imbuído da melhor boa vontade. Nada teria falado se não soubesse disso. Estamos aqui, os remanescentes, empenhados na votação de uma lei eleitoral. Como Líder do Governo, assisti silente aos debates, e o Governo não tem interesse, de maneira nenhuma, de mascarar ou de dificultar essa votação. Como político, assisti calado à questão do financiamento, e trata-se de um capítulo que me interessa muito, principalmente por peculiaridades do meu Estado. A maioria dos Senadores já sabe que vou enfrentar uma campanha difícil no Estado sob o ponto de vista econômico. O Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando se trata de matéria de assunto político - e todos são testemunhas, sempre acata a decisão dos companheiros que estão aqui e que sustentam a base do Governo, dando sempre ao Plenário o poder decisório; e não poderia ser de outra maneira, salvo quando há uma posição manifesta do Governo que não externa. Eu não externei, acompanhei. Agora, faço esse apelo, e peço perdão, porque falei fora de hora.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - O resultado aqui é previsível. Se se quer, registra, agora, não é uma proposta de acordo, porque a minha proposta é votar os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Então, a Presidência vai seguir pelos artigos.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Eu ia sugerir para agilizar. Os meus destaques são relativos às Emendas n^{os} 9, 32, 33 e 39, que são emendas supressivas do Senador Lúcio Alcântara, suprimindo a parte que não é da Câmara, relativa àquela questão do fundo partidário. Estou pedindo destaque para

elas, porque quero manter o projeto da Câmara em relação a outros aspectos.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O eminente Senador José Eduardo Dutra - peço atenção do Sr. Relator - está pedindo as emendas em bloco, supressivas, o debate foi feito, vamos passar à votação.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Quando fiz a intervenção, já justifiquei.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a tem razão. Vamos passar à votação.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - É sobre a matéria? A Presidência dará a palavra a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - É rápido.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Mas é sobre os destaques?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente. apresentei sete destaques, renuncio a seis e peço ao nobre Líder do Governo que compreenda que tem aqui a Emenda nº 86, que é da maior importância, para quem conhece política, principalmente no Nordeste. Nos três meses que antecederem às eleições, na realização de inaugurações é vedada a contratação de shows artísticos pagos com recursos públicos.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a renuncia às cinco?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Renuncio a todas e só quero esta.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Estou de acordo. Vamos votar.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência vai colocar em votação, primeiro, os destaques supressivos do Senador José Eduardo Dutra. Foi discutido amplamente, e o eminente Senador Relator manteve a sua posição, portanto, vamos colher a votação.

Os Srs. Senadores que votarem com o Relator dirão "sim". A votação será em globo. Os destaques do eminente Senador José Eduardo Dutra, no qual faz a supressão.

(Procede-se à votação)

Onze Srs. Senadores votaram SIM; 6 Srs. Senadores votaram NÃO.

Aprovada a manifestação do Relator.

O eminente Senador Antonio Carlos Valadares pediu a atenção para o eminente Líder do Governo e para o eminente Relator no sentido de que dêem compreensão a sua emenda nos três meses que antecedem o pleito.

Podemos passar à votação?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, meu parecer é favorável à emenda do Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Por unanimidade, aprovada a emenda.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, gostaria que ficasse registrado: recurso público, não; mas com o fundo partidário pode ser pago.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência louva a atitude do eminente Senador Antonio Carlos Valadares, que retirou as suas cinco emendas.

Com a palavra o Senador José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA - Sr. Presidente, eu queria solicitar a V. Ex^a que pusesse em votação os três destaques que apresentei, dois deles referentes a pesquisas e o terceiro referente à questão que o Senador Roberto Requião havia exposto anteriormente. São destaques breves, e eu queria solicitar a V. Ex^a que os colocasse em votação, porque, na qualidade de Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, tenho uma reunião com uma missão estrangeira, inclusive com o presidente do Eximbank japonês, às 13 horas e 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Se os Srs. Senadores presentes estiverem de acordo, V. Ex^a pode encaminhar a votação dos destaques.

O SR. JOSÉ SERRA - São os destaques de nºs 52, 53 e o terceiro, do qual não tenho o número, é exatamente a questão levantada pelo Senador Requião em relação aos gastos com publicidade.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a quer ler o texto?

O eminente Senador José Serra vai ler o texto, a fim de que todos os Srs. Senadores tomem conhecimento do teor das mudanças.

O SR. JOSÉ SERRA - Apresentei um destaque, Sr. Presidente, que, na verdade, correspondeu à idéia de vários Senadores, presentes naquele momento, para suprimir o inciso VII do art. 74 do projeto da Câmara. Isso supõe também a recusa à modificação feita pelo Relator, ou seja, a nossa emenda é supressiva.

O inciso VII do art. 74 da Câmara diz que "em ano de eleição, a despesa com publicidade não pode ser superior à despesa média dos três anos anteriores". Com a supressão desse inciso, fica implícita uma outra alteração, porque este destaque elimina o substitutivo do Relator que estabelece que a despesa no ano eleitoral não pode ser superior à do ano anterior. Essa proposta ficaria em aberto, e nós teríamos a oportunidade de chegar a um entendimento sobre como tratar a questão no plenário.

A justificativa básica, Sr. Presidente, é a seguinte: quanto a este dispositivo, não há dúvida quanto a sua intenção; mas, na prática, será um elemento para fomentar a elevação de gastos com publicidade, para que se tenha no futuro uma reserva, uma margem para ser gasta no último ano; é um elemento indutor do aumento de despesas, isso é claro. Por quê? Porque quanto menos se gastar, menos será possível gastar no último ano. Portanto, quanto mais se gastar, mais recursos, pela lei, eu terei disponíveis para gastar na eleição.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador José Serra, a Presidência vai interrompê-lo para dizer que o Relator está de acordo com a argumentação de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ SERRA - O Líder do PMDB, Jader Barbalho, ponderou que não é questão que podemos deixar de tratar. Então, daqui até a votação em plenário, poderíamos encontrar uma fórmula, com alguma criatividade.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Estou de acordo com a supressão e em se construir uma nova fórmula no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Portanto, em votação a Emenda nº 73, que também foi assinada pelo Senador Roberto Requião.

Todos os Srs. Senadores estão de acordo? (Pausa)

Aprovada.

Passa-se à apreciação da Emenda nº 52.

Com a palavra o Senador José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA - Sr. Presidente, ao invés de ler a emenda, prefiro falar do significado, qual é a condição.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Trata-se do problema das pesquisas, não é?

O SR. JOSÉ SERRA - Exatamente.

Sr. Presidente, basicamente, essa emenda proíbe que um instituto de pesquisa possa trabalhar simultaneamente para um órgão de comunicação e para um partido ou candidatura. Parece-me que é óbvia a argumentação a respeito da promiscuidade que essa possibilidade estabelece. Os institutos de pesquisa - todos que fomos candidatos majoritários sabemos disso - não apenas apresentam estimativas a respeito da situação eleitoral em determinado momento, mas inclusive orientam as candidaturas, a estratégia de candidaturas, ataque ao adversário, defesa, é assessoria completa.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Senador José Serra, permita-me fazer um ligeiro aparte?

O SR. JOSÉ SERRA - Pois não.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Dentro do seu espírito, o fundamental é proibir que um órgão de pesquisa trabalhe para um governo e para um partido. Do contrário, o governo estaria financiando a pesquisa do partido.

O SR. JOSÉ SERRA - Eu gostaria de completar o meu raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JOSÉ SERRA - Ao mesmo tempo, um instituto de pesquisa, trabalhando para um órgão de comunicação, tem um papel crucial do ponto de vista do resultado das eleições. Todos sabemos que as pesquisas têm influência nos resultados eleitorais na margem. Evidentemente, isso não ocorre quando a distância entre os candidatos é muito grande. Mas, na margem, as pesquisas têm uma influência enorme.

Não estou me referindo a nenhum caso específico, mas há, no mínimo, uma possibilidade clara de manipulação seja com relação aos resultados apresentados, seja com relação ao dia em que a divulgação é feita ou com relação à média dos dias que são

tomados. No mínimo, cria-se uma desconfiança, uma conturbação no processo eleitoral. Daí a nossa intenção de fazer essa proibição. Naturalmente, pelo dispositivo aqui apresentado, as campanhas e os órgãos de comunicação devem apresentar à Justiça Eleitoral seus contratos com relação aos institutos. Esses contratos poderão ser confrontados. Não poderá haver institutos trabalhando para um partido ou para uma campanha sem um contrato estabelecido. Da mesma maneira, isso ocorre para os órgãos de comunicação.

Essa é a nossa intenção, Sr. Presidente. Por isso, pedimos o apoio desta Comissão a essa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra ao Relator, Senador Lúcio Alcântara.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - V. Ex^a poderia ler a emenda, por favor?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - A emenda diz o seguinte:

"Art. 34. As empresas e entidades a que se refere o art. 31, quando contratadas por qualquer outra imprensa, escrita, de rádio ou de televisão, não poderão ser contratadas, nem de qualquer forma prestar serviço a partidos ou coligações que tenham candidatos às eleições majoritárias".

Encaminho contrariamente a essa emenda, porque, dessa forma, estaremos interferindo em relações negociais, privadas, entre empresas, entre partidos. Se determinada empresa de pesquisa foi contratada por certa empresa de imprensa, de mídia, eu não vou contratá-la, porque ela já está com a imprensa; não vou contratá-la para o meu Partido. Vou contratar uma que não esteja trabalhando para uma empresa de televisão, de rádio ou de jornal.

Data venia a argumentação do Senador José Serra, na minha opinião, é interferir em negócios privados. Se o Plenário entender de acatar, não tenho nada contra. Mas é um excesso na legislação.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Com a palavra o Senador José Ignacio.

O SR. JOSÉ SERRA - Sr. Presidente, V. Ex^a me permite?

É apenas um detalhe para melhor compreensão. É vantajoso para um candidato. A minha proposta não visa a eliminar uma suposta desvantagem de um candidato contratar um instituto de pesquisa que já trabalha para um órgão de comunicação; é

exatamente o contrário. A vantagem potencial é do candidato que contrata um instituto de pesquisa que trabalha para um órgão de comunicação.

Quanto à interferência em relações na área privada, não se trata disso. A eleição é uma instituição de natureza pública. Os partidos e as candidaturas são figuras de natureza pública. Os órgãos de comunicação também. Isso exerce uma influência claríssima - ou pelo menos potencial - a respeito do processo eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a está de acordo, Senador José Ignácio?

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Sr. Presidente, eu gostaria que, após ultimada esta votação, encontrássemos uma fórmula para, neste momento, sobrestar os trabalhos, por razões óbvias.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A partir das 14 horas e 30 minutos, nós sobrestaremos.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Todos temos compromissos.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Estamos nos últimos destaques.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - De qualquer maneira, Sr. Presidente, eu me sintonizo com o pensamento do Senador José Serra. Esta situação é comumente encontrada: um instituto de pesquisa ligado a um órgão de divulgação que é contratado por um candidato e que, até inadvertidamente, acaba manipulando as coisas, ou seja, entrega ao órgão de divulgação aquele tipo de pesquisa ou formulário que mais interessou ao candidato ao qual ele está ligado por uma pactuação comercial. Interessa, sim, à conveniência pública que interfiramos nessa situação, e eu apelo para o Relator nesse sentido. O que eu gostaria de propor é que sobrestássemos os trabalhos agora ou renunciássemos a esses destaques para, subseqüentemente, no Plenário, votarmos todos.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador José Ignácio, o eminente Relator acaba de confidenciar que acolhe a sugestão de V. Ex^a.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Eu acolho o dispositivo, embora o considere inócuo, em homenagem ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Aprovado.

Passa-se à Emenda nº 53.

O SR. JOSÉ SERRA - A Emenda nº 53 é uma decorrência dessa que foi aprovada, quando diz que deve constar o nome de quem pagou pela realização do trabalho ou da pesquisa (Art. 31, inciso VII).

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Com a palavra o Relator.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Leis anteriores falavam em "quem contrata e quem paga". Achei que era sucinto quem contrata; quem contrata é quem é responsável. Mas também não tenho nada a opor; pode-se colocar "quem paga".

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Estamos de acordo? (Pausa)

Aprovado.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON - Em primeiro lugar, quero dizer que lamento não ter dado as minhas emendas para o Senador José Serra. Da próxima vez, vou entregar todas as minhas emendas para o Senador José Serra, pela sua competência.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Pedro Simon, o eminente Senador José Serra pediu a audiência do Plenário no sentido de que fosse possível votarmos as emendas dele, porque ele tem um compromisso inadiável.

O SR. PEDRO SIMON - Eu estou falando da competência dele em aprovar as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A competência dele não é maior do que a de V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON - Eu quero chamar a atenção para um detalhe: a Emenda nº 33, do Relator, suprime os artigos 80 a 87. Suprimindo esses artigos, suprime, conseqüentemente, o art. 86. O art. 86 diz: "Doações feitas diretamente nas contas de partidos e candidatos deverão ser efetuadas por meio de cheques cruzados e nominais". Quer dizer, não vai mais ser preciso fazer isso. Acho que nós teremos que resguardar esse artigo, porque ele permitiu que houvesse o **impeachment**. Por meio de cheques de nominais e cheques cruzados, a CPI descobriu o carro do Presidente, o dinheiro... Se esse artigo for retirado, as verbas, daqui por diante, poderão ser feitas em espécie, em dinheiro, ou da maneira que for.

Então, faço um apelo ao Relator, sei que não foi esse o espírito de S. Ex^a, para que se mantenha o art. 86. Doações feitas diretamente nas contas de partido, do candidato deverão ser efetuados por meios de cheques cruzados e nominais, que não é só... Esse artigo já existe, e, agora, sem mais nem menos, vamos tirar esse artigo.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Não, ele quer tirar o 86.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Não ele não quer tirar. O eminente Senador Pedro Simon quer manter porque é um dispositivo altamente moralizador.

O SR. PEDRO SIMON - Exatamente. E que o Relator na Emenda nº 33...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Pedro Simon, o Relator informará a V. Ex^a.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Senador Pedro Simon, a Emenda nº 15, da CCJ, incluiu no art. 22 o seguinte § 6º. "Art. 22 Doações feitas diretamente nas contas de partidos e candidatos deverão ser efetuados por meios de cheques cruzados e nominais". Apenas uma mudança, mas o dispositivo permanece.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - De acordo, Senador?

Retirada, então, a emenda.

Passa-se ao art. 5º, de autoria do eminente Senador Jader Barbalho. "Nas eleições proporcionais, contam-se como válidos apenas votos dados a candidatos regulamento inscritos".

Os Srs. Senadores que aprovam a manifestação contrária do Relator queiram permanecer sentados. (Pausa)

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, estou sendo informado aqui pelo meu assessor que não é como diz o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Não, mas o Relator deslocou apenas para...

O SR. PEDRO SIMON - Mas o meu assessor está dizendo aqui...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Não creio... Peço ao Sr. Relator que...

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Senador Pedro Simon, se o assessor de V. Ex^a tem alguma dúvida, eu assumo o compromisso de que o dispositivo será inscrito com todas as honras, com todos os destaques, porque, aí, passa a ser um entendimento de assessores.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A emenda do eminente Senador Jader Barbalho já está prejudicada e é matéria vencida.

Em seguida, temos a do eminente Senador José Eduardo Dutra, que trata de voto em branco, também vencida.

O Senador José Ignácio é autor do § 2 do art. 10: "No Estado em que o número de lugares a preencher para a Câmara dos Deputados não exceder de 20, cada partido poderá registrar candidatos a Deputado Federal e a Deputado Estadual até o dobro das respectivas vagas. Havendo coligação este número poderá ser acrescido de mais 50%".

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - O que deseja o Senador Jader Barbalho?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Nada. É o Senador José Ignácio.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Desejo a reintrodução do dispositivo no texto agora, porque, pelo que sei, V. Ex^a extirpou do texto essa disposição.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Quero fazer uma proposta a V. Ex^a e ao Plenário.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Aliás, concordam com essa linha também, o eminente Senador Sérgio Machado e, salvo engano, o eminente Senador Jader Barbalho.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Quero fazer uma proposta à Comissão sobre isso.

Retiramos esse dispositivo porque, tal como ele foi colocado, configura flagrantemente um tratamento distinto para todos os Estados que tenham menos de 20 cadeiras na Câmara dos Deputados. Isso levaria a uma situação em que, em Estados menores, um número maior de candidatos do que em outros Estados.

Proponho que fosse aprovado assim e, no Plenário, se pudéssemos construir uma regra geral que contemplasse a situação dos pequenos - o Senador Sérgio Machado parece que já tem uma proposta, mas regimentalmente não pode fazer aqui agora - poderíamos então atender a essa questão dos Estados menores dentro de uma regra geral, sem estabelecer... Mas, se o plenário decidir introduzir o dispositivo, não quero me opor, mas ele guarda claramente uma incoerência...

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Se V. Ex^a tem boa vontade e a manifesta e isso é perfeitamente viável, vamos encontrar essa solução...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Passa-se à Emenda nº 89, do eminente Senador Antônio Carlos Valadares.

O SR. ANTÔNIO CARLOS VALADARES - Mantenho a palavra que dei... Retirei todas as...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Retirada.
Senador Sérgio Machado?

O SR. SÉRGIO MACHADO - Retirada.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Retirada.
Senador José Eduardo Dutra?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, gostaria apenas de fazer uma consideração rápida.

Vou retirar os destaques, rendo-me à aritmética. Desde cedo aprendi a fazer conta. Mas quero registrar a importância do parecer do Senador Lúcio Alcântara, no que diz respeito ao tratamento que S. Ex^a deu em relação à utilização da máquina pública. Havia emendas para modificar o texto. Discordo do texto que veio da Câmara em relação ao tempo de propaganda de televisão. Penso que, no momento em que foi aprovada a reeleição, reduzir-se o tempo dos candidatos na televisão é um casuismo absurdo, inclusive por diminuir a possibilidade de igualdade de competição entre os candidatos.

Discordo da rejeição da emenda do Senador Sebastião Rocha, que trata da limitação da contribuição de pessoa jurídica para entidades financeiras, daí por que pedir destaque para ela. Com essa emenda, teríamos uma legislação semelhante à americana.

Dirijo da mudança em relação às coligações. Penso que não tem sentido estabelecer-se coligações nacionais e regionais de forma igual, porque as realidades são muito diferentes no nosso País.

Estes são os destaques principais que retirei, mas que, possivelmente, reapresentarei no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência e os eminentes Senadores agradecem a gentileza do eminente Senador José Eduardo Dutra, louvando a sua atuação.

Senador Jader Barbalho tem destaque para supressão do art. 58, que trata de canais de televisão sob a responsabilidade do Senado, e para o art. 69. V. Exª mantém ou retira?

V. Exª pede que seja suprimido no art. 58, a expressão: "E os canais de televisão por assinatura, sob a responsabilidade do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, das Assembléias Legislativas, da Câmara Legislativa do Distrito Federal e das Câmaras Municipais".

Está aqui a assinatura de V. Exª. Acho que...

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, havia pedido um esclarecimento ao Relator, até para orientar-me no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Tem V. Exª a palavra. Peço a atenção da comissão.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - A emenda nº 9 de V. Exª suprime os parágrafos 1º ao 9º do art. 16 e o art. 17.

O art. 17 estabelece valores máximos. Quer dizer, os limites de gastos nas campanhas eleitorais para Presidente da República, para Deputados.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Isso, pressupondo-se um financiamento público. Ele estabeleceu esses tetos, poderia haver financiamento privado até atingir aquele teto.

Como extirpei do texto tudo que dissesse respeito a financiamento público, recuperei a legislação de 1994. Foi o que fiz, para não propor uma outra regra.

Então o que está proposto aí ...

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Então, valem os limites de 1994?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - De 1994. Para não propor uma outra regra, tomei a de 1994.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Romero Jucá, V. Exª apresentou destaque à emenda. Para alínea "b" do inciso V do art. 74, V. Exª dá a seguinte redação: "A nomeação dos membros do Poder Judiciário e do Ministério Público..."

O SR. ROMERO JUCÁ - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Eu queria começar com a subemenda que foi acatada pelo relator, a emenda do Senador Pedro Simon, que no frigor dos ovos proíbe imagem externa na campanha eleitoral.

Estava dizendo ao Senador Pedro Simon que entendo, em tese, a sua intenção, mas o que vai acontecer é que apesar de a idéia restringir o gasto, isso aconteceu em 1994, vai ser exatamente o inverso: vamos ter maior abuso de poder econômico, porque quem tem recurso vai alugar um grande estúdio, vai montar toda uma estrutura dentro do estúdio e vai fazer um programa bonito; quem não tem recurso, que iria para fora, para as ruas denunciar, não vai poder fazer isso, vai ficar no três por quatro, um programa não-atrativo. Na verdade, isso vai criar um prejuízo para o programa eleitoral. Eu gostaria de propor exatamente a volta das imagens externas do programa.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Acatei a emenda do Senador Pedro Simon e a acho muito boa. Ele tem falado aqui várias vezes: é o candidato, é o candidato. A imagem externa precisa de muito dinheiro. Respeitando a opinião dos demais, mantenho a minha posição, que é a do Senador Pedro Simon, do Senador José Serra e vários Senadores que aqui se apresentaram.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Em votação.

Os Srs. Senadores que acompanham a manifestação do relator...

O SR. SENADOR - Sr. Presidente, tivemos votação nominal até agora. Penso que temos que ter votação nominal, se não, suspendemos e começamos depois.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência vai colher os votos; é votação nominal.

O eminente Senador Relator ficou com a emenda Pedro Simon...

O SR. SENADOR - Em 1994 foi feito assim e houve o maior problema.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Exatamente, foi o sistema de 1994. Acatei a emenda do Senador Pedro Simon que também representa o pensamento de vários outros Senadores aqui, porque é um tratamento mais justo, para evitar uma série de artifícios que são feitos.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Passa-se à votação.

Os Srs. Senadores que acompanharem a manifestação do eminente relator dirão "sim" e os que acompanham o Senador Romero Jucá dirão "não".

(Procede-se à votação.)

Votaram com o Relator 9 Srs. Senadores; votaram com o Senador Romero Jucá 4 Srs. Senadores. Vencido o eminente Senador Romero Jucá.

O Senador Jader Barbalho retirou todos os seus destaques e apenas pede que seja discutida a Emenda nº 3.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, para uma informação: a emenda destacada pelo Senador...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Peço a atenção para o eminente Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - A emenda destacada pelo Senador Jader Barbalho é a de autoria da Senadora Júnia Marise?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - É.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Eu tenho a emenda aqui. O que quer o Senador Jader Barbalho? Pede destaque para uma emenda de autoria da nobre Senadora Júnia Marise que diz o seguinte: Substitua-se a expressão "divulgação da pesquisa" por "registro da pesquisa" no **caput** do art. 32 do projeto. O que deseja? Que, antes mesmo da divulgação, o partido político tenha acesso a ela na hora em que se faz o registro no tribunal. Ora, o autor da pesquisa, o instituto que tem o contrato, tem direito ao ineditismo. A pesquisa é dele; foi ele quem fez. Alguém contratou e o instituto fez. Então não há como antecipar. Esse ineditismo deve ser garantido, deve ser assegurado a quem realizou e a quem contratou a pesquisa. Depois, sim, se poderá checar mediante registro do tribunal se não houve qualquer falta, se não há fraude na pesquisa, se foi feita de acordo com as normas técnicas recomendáveis, etc. Mas dar conhecimento antes da divulgação me parece que é um excesso, um exagero, porque não estaria resguardado o direito ao ineditismo, que é de quem contratou. Inclusive o partido político poderia ter esse acesso e, se for do seu interesse, até divulgar antes; ou seja, usar uma pesquisa que não foi paga por ele, que não foi contratada por ele e na qual ele não tem nenhuma participação. Para assegurar, então, esse ineditismo, proferi parecer contrário à emenda da Senadora Júnia Marise ora destacada pelo Senador Jader Barbalho.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador, V. Ex^a quer usar da palavra?

O SR. JADER BARBALHO - Quero, Sr. Presidente.

Sustento a emenda porque entendo que, no momento em que há o registro junto à Justiça Eleitoral, o documento passa a ser público. Os partidos políticos e os candidatos, então, têm direito ao acesso. Não discuti ineditismo de pesquisa eleitoral, mesmo porque a pesquisa poderá ser utilizada a qualquer momento. Discutiremos a possibilidade de o candidato de um partido ter acesso à pesquisa. A pesquisa passa a ser um documento público e registrado na Justiça Eleitoral. Os partidos, portanto, devem ter direito ao acesso. Se está registrado perante a Justiça Eleitoral, não vejo como o partido político não terá acesso à pesquisa; não poderá examinar a pesquisa. O partido político poderá acessá-la e examiná-la somente após a divulgação? A pesquisa não busca o ineditismo. A pesquisa busca transmitir uma informação e, se essa informação está registrada perante a Justiça Eleitoral, todos podem ter direito e acesso à mesma.

O SR. ELCIO ALVARES - Senador Jader Barbalho, se fosse divulgado o resultado, seria obrigatório o registro. Alguém pode ter a pesquisa e não usar. Estou dizendo que não há necessidade do registro. Agora, para se divulgar, tem que registrar. Estou de acordo.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Senador Jader Barbalho, a finalidade do registro é permitir uma auditoria posterior e não tornar o documento público para uso indiscriminado. Nesse ponto, V. Ex^a, no meu modo de ver, faz um equívoco.

O SR. JADER BARBALHO - É a interpretação de V. Ex^a.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - É necessário o registro para que não se divulguem pesquisas sem base técnica.

O SR. JADER BARBALHO - Muito ao contrário, estou querendo permitir o contraditório sobre a pesquisa. Após a divulgação da pesquisa, o estrago está feito. Já que há possibilidade de buscar a informação, o partido político ou o candidato poderão contestar.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Em votação.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, **data** venia os apelos feitos aqui, mantenho a minha posição, evidentemente me rendendo à decisão do Plenário, porque isso seria apropriação de obra de outrem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Em votação.

A emenda Júnia Marise foi destacada pelo eminente Senador Jader Barbalho, de modo que vou mencionar o nome do Senador Jader Barbalho. (Pausa)

Os Srs. Senadores desejam votação nominal? (Pausa)

É melhor.

Em votação.

(Procede-se à votação)

Vou proclamar o resultado.

Votaram "sim" 4 Srs. Senadores. Votaram "não" 10 Srs. Senadores. Aprovada a emenda Júnia Marise, com destaque feito pelo Senador Jader Barbalho. Nós estamos chegando ao fim da nossa reunião.

O eminente relator registra - peço a atenção de V. Ex^{as} - que, em que pese a sua manifestação contrária, ele se regozija por saber que o destaque de V. Ex^a foi aprovado e saiu vitorioso nessa matéria.

Temos ainda seis destaques, de autoria do eminente Senador Romero Jucá, que, em uma consideração aos eminentes Líderes, retira-os, mas se reserva para apresentá-los em plenário.

Sendo assim, está concluída a votação do projeto que trata da lei eleitoral. Quero aplaudir os eminentes Líderes.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14h16min.)

12^o
Ata da 50^a Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3^a Sessão Legislativa Ordinária, da 50^a Legislatura, realizada em 18 de setembro de 1997, às 10:00 horas. (Reunião especial).

Às dez horas do dia dezoito de setembro, de mil novecentos e noventa e sete, no auditório Petrônio Portela do Senado Federal, sob a Presidência do Senhor Senador Bernardo Cabral, reúne-se, em sessão especial, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A reunião é aberta pelo Excelentíssimo Senhor Antônio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional que saúda as autoridades presentes e demais convidados. A seguir, S. Excelência passa a palavra ao Sr. Presidente da Comissão, Senador Bernardo Cabral que também saúda os presentes, lembrando que esta reunião destinada à exposição dos

Procuradores italianos, Dr. Piercamillo da Vigo e Dr. Paolo Ielo, integrantes da renomada operação “Mãos Limpas”, da Justiça Italiana, é resultante de Requerimento de autoria do Senhor Senador Pedro Simon, aprovado por unanimidade pelo Plenário da Comissão. Após fazer registro das autoridades presentes, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Senador Pedro Simon, para dar início à exposição. Segue em anexo, a íntegra dos registros taquigráficos da presente reunião. E, para constar, eu, Vera Lúcia Lacerda Nunes, Secretária, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada será publicada no Diário do Senado Federal.

A SR^a APRESENTADORA - Sr^{as} e Srs., bom-dia. Informamos que o serviço de tradução simultânea já se encontra disponível. Em caso de necessidade, utilizem o fone.

Vamos enunciar os componentes da Mesa: Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Congresso Nacional; Senador Bernardo Cabral; Senador Pedro Simon; e Senador Romeu Tuma.

Procuradores brasileiros: Carlos Eduardo Buono, Antonio Tomás Bentivoglio. Procuradores italianos: Piercamillo Davigo e Paolo Ielo.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - E o Ministro Edson Vidigal, que representa o Superior Tribunal de Justiça.

Concedo a palavra ao Presidente do Congresso Nacional e do Senado Federal, Senador Antonio Carlos Magalhães. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Minhas senhoras e meus senhores, jovens estudantes, é uma honra para o Senado tê-los aqui. A sua presença demonstra o grande interesse pelos assuntos que dizem respeito à moralidade pública no Brasil por parte daqueles que serão amanhã responsáveis pelo futuro do País. Fico muito feliz em vê-los aqui. A sua presença é uma segurança de que as bandeiras que estamos empunhando no Senado - e que são hoje o motivo principal desta reunião - terão seguidores nas pessoas dos jovens estudantes e recém-formados em Direito que aqui se encontram.

Esta reunião é, sem dúvida, um aspecto muito positivo do Senado. Sob os auspícios da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, presidida pelo eminente Senador Bernardo Cabral, e devido à tenacidade do Senador Pedro Simon, estamos realizando esta reunião que nos dá a oportunidade de ouvir pessoas competentes e, mais do que competentes, com experiência em defesa da moralidade pública e que estão efetuando na Itália um trabalho extremamente importante para o mundo e dando, portanto, exemplos para que isso ocorra também aqui no Brasil.

É evidente que tudo passa. E o êxito de qualquer administração está na moralidade pública. Quando não há moralidade pública, nada se constrói, até porque é extremamente contagiosa a imoralidade pública. Onde ela existe, ela começa por cima e ninguém a detém. Corrói todo o destino da administração pública. Isso é mais do que provado. Daí por que os Senadores estão aqui; daí por que os Senadores fizeram questão desta reunião, que será presidida todo o tempo pelo Senador Bernardo Cabral. Investido de outros afazeres que tenho, não poderei estar aqui o tempo todo, mas ficarei o maior tempo possível.

Esta é uma demonstração de que o Senado está vivendo um momento nacional e de que quer aprimorar as instituições públicas do País. O Senado tem dado exemplos disso nesta e em outras legislaturas. Mas agora vamos levar esse projeto à frente, mesmo que isso prejudique Parlamentares. Pouco importa! Os exemplos têm que começar em casa para que sejam seguidos pela Nação. Somos um Poder independente e um Poder sobretudo fiscalizador. E quem fiscaliza, evidentemente, deve ter autoridade para fiscalizar. Do contrário, não há como punir os responsáveis pelos erros que infelizmente são cometidos em vários pontos do País.

Estou, portanto, muito feliz com esta reunião. Fiz questão de deixar outros afazeres para aqui estar presente. É meu dever, como Presidente do Congresso Nacional e do Senado Federal, prestigiá-la, como estou prestigiando. Esta reunião deveria ter sido realizada no plenário. Mas lá talvez não fosse possível acolher todos os que aqui se encontram, principalmente os jovens, que são o futuro do País.

Felicito o Senador Pedro Simon, que teve a iniciativa da realização deste evento. Felicito todos os Senadores aqui

presentes e, em particular, o Presidente da Comissão, Senador Bernardo Cabral, sempre atento à defesa dos interesses da cidadania e da justiça. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral). - Meus senhores, antes de dizer duas palavras de saudação, quero registrar a presença, pedindo que se considerem integrantes da Mesa, das seguintes autoridades: General Humberto Cardoso, Chefe da Casa Militar da Presidência da República; Sr. Embaixador da Itália, Michelangelo Giaconuti; eminentes Procuradores da República, Dr. Franklin Pedrini da Costa, Luiz Santos Lima, José Roberto Machado, Dr^a Elisangela Oliveira Benito; ex-Procurador-Geral da República, Dr. Aristides Junqueira. Saúdo também, com muita alegria, o Deputado Vicente Cascione, descendente de italiano e que, em certa quadra de nossa vida, foi um dos professores e coordenadores da Universidade de Roma.

Registro a presença dos eminentes Procuradores: Procurador-Geral do Distrito Federal, Dr. Marcelo Alencar; Procurador-Geral do Banco Central, também representando o Presidente do Banco Central, Dr. José Coelho Ferreira; um juiz que honra a minha terra, o Desembargador José Batista Vidal Pessoa, que representa o Poder Judiciário do Amazonas; eminente Dr. Domingos Chalub, aqui representante dos Advogados amazonenses; eminente juiz do Tribunal de Alçada, Valter Faganielo Marediti.

Deixarei que o Senador Pedro Simon saúde nossos companheiros procuradores-gerais de São Paulo, que foram os grandes batalhadores para a vinda dos eminentes Drs. Piercamillo Davigo e Paolo Ielo.

Minhas senhoras e meus senhores, a saudação será feita pelo eminente Senador Pedro Simon. Mas não posso me furtar de dizer que esta é uma grande oportunidade. Primeiro, pela presença do eminente Senador Antonio Carlos Magalhães. E aqui não vai nenhum elogio, nenhum registro fácil, pois a forma pela qual S. Ex^a deu sua contribuição, sua colaboração, sua efetiva determinação para que fosse possível a presença dos eminentes Procuradores-Gerais da Itália, os senhores não fazem idéia, a partir da segurança que é necessária que seja feita, pois esses eminentes homens públicos são sempre visados de atentados

terroristas e por outros atentados. E o Presidente do Senado Federal da segurança à hospedagem, assumiu inteira responsabilidade e aqui se encontra, como S. Ex^a disse, abandonando compromissos outros para estar, sobretudo, com a juventude universitária do Distrito Federal.

Por essa razão, creio que neste fim de século há um notável sobressalto cívico. O redespertar da sensibilidade social e institucional para os valores da moralidade e do respeito do interesse público marcam os comentários e as ações de inúmeros segmentos da sociedade nos últimos anos. Os poderes do Estado têm-se tornado conscientes de que lhes incumbe retomar seu papel de condutores da administração pública com isenção, retidão, impessoalidade, transparência, credibilidade e eficácia. Os cidadãos, pouco importa em que ponto do Planeta e de que extração social ou econômica, exigem dos responsáveis pelos números públicos zelo, dedicação, presteza e, sobretudo, presteza nas decisões, hoje tão difícil, pois quanto mais se vê uma autoridade, mais se vê a forma como ela se omite. E nenhuma liderança se firma pela omissão.

O que devemos fazer é cobrar clareza e limpidez nos princípios. Tudo isso requer perseverança nos objetivos e impõe uma ilibação da conduta. Palavras certamente não bastam. Ação. O exemplo que ostenta o Poder Judiciário italiano com a Operação Mãos Limpas desfraldou, aos olhos de todo o mundo, uma dupla realidade incontornável.

De uma parte, o elevado grau de saturação do povo com a criminalidade, sobretudo com a assim chamada criminalidade de "colarinho branco" e com a impunidade que a protegeu durante décadas em nosso século. Essa impunidade que chamo de "filho bastardo da acomodação com o crime".

De outra parte, comprova-se que a capacidade de um poder do Estado, a ativa e pertinente intervenção da Justiça, assumindo a responsabilidade pública de realizar a inédita ação saneadora, em particular nos redutos da política e da alta finança, amiúde ao abrigo de investigação e de castigo, não raro acobertados pelo manto da cumplicidade sutil dos comparsas complacentes no abuso do Poder Público e na espoliação do Estado.

Com efeito, colegas universitários, minhas senhoras e meus senhores Procuradores, Srs. Ministros, a digna revolta que galvanizou o povo italiano, após as revelações trazidas pelos inquéritos, pelos processos e pelas condenações que não pouparam dignitários e ex-dignitários políticos, é vigorosa expressão de um enérgico grito de basta, que exige um termo à impunidade, à cavilosa proteção mútua dos homens que, sob pretexto de cuidar dos interesses de todos, só o faziam em benefício próprio e em detrimento da sociedade.

Encontramos muitos exemplos da nova atitude crítica da sociedade, impulsionando seus promotores, juízes, parlamentares e tantos outros mais a passar práticas políticas, financeiras e econômicas pelo crivo da decência e da ética.

Nos países europeus, não cessam de fluir notícias de investigações, processo e condenação. Da Itália, por certo, mas também da França, da Alemanha, da Inglaterra, da Espanha, para não citar mais do que alguns, esses países sinalizam, com coragem e destemor, o caminho correto da regeneração moral das instituições públicas.

Em nosso País, a experiência nessas questões já não é pequena. Recordemo-nos das investigações rigorosas que, por iniciativa do Congresso Nacional, conduziram ao impedimento de um presidente da República, à cassação de mandatos parlamentares, à investigação de processos duvidosos com títulos públicos, para ficarmos apenas com os exemplos mais marcantes.

Ouçamos o depoimento dos nossos ilustres visitantes. Sabemos, todos, inspirados pela mesma convicção, a sociedade não nos dispensa de cumprir o mandato que nos delegou nem nos perdoa qualquer omissão. Nós, Senadores e Deputados Federais, uns como representantes da Federação e outros do povo, representantes que somos todos, enfim, do povo brasileiro, eleitos para encarnar no cotidiano o debate público do processo parlamentar, o Estado de democrático de direito na feitura das leis e na fiscalização dos atos do Governo, temos por norte a lei e por bússola a retidão. Saibamos bem utilizar o cabedal de confiança em nós depositado pela sociedade e manter a alta credibilidade do poder que exercemos.

Quero concluir, e ao fazê-lo, registrando, sobretudo, a presença do eminente Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o Senador Ramez Tebet, dizer que o Senador Pedro Simon tem sido um batalhador incansável em relação à impunidade. E por sorte sua, ainda há pouco dizia que estava sentado ao lado do Presidente Antonio Carlos Magalhães, ambos se uniram formando um dupla qual cavaleiros andantes, no sentido de colocarmos, aquilo que disse há pouco, um basta a essa chamada impunidade que grassa pelo País,

Vai caber ao eminente Senador Pedro Simon, em nome da Comissão de Constituição, Justiça e cidadania, saudar os eminentes Procuradores da República que aqui se encontram, que, logo após, farão uma exposição do que viram, presenciaram, colheram e que terá a duração de vinte minutos, logo em seguida faremos os debates.

Os debates não serão feitos por meio de perguntas por escrito, para que eventualmente não sejam censuradas, cada um dirá de viva voz o que pretende perguntar e, ao fazê-lo, obterá a resposta.

Nesse instante, saúdo os eminentes Senadores que aqui estão, pelo menos diviso dois Senadores, Emilia Fernandes e Beni Veras, e os demais eminentes Deputados Federais. Com os agradecimentos penhorados ao ilustre e eminente Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, dou a palavra ao eminente Senador Pedro Simon. (Palmas.)

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Antonio Carlos Magalhães, Sr. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Bernardo Cabral, distintas autoridade aqui citadas, destaco a presença do Embaixador da Itália aqui no Brasil, o que muito nos honra. Está presente também o General Alberto Cardoso, Ministro-Chefe da Casa Militar, cuja presença nesta Comissão mostra a preocupação do Poder Executivo, como nós do Congresso Nacional, em relação a essa questão. Nossa saudação ao Embaixador Lúcio Pires de Amorim, que também nos honra com sua presença.

Em primeiro lugar, agradeço ao Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Congresso Nacional, que, desde o

primeiro momento, entendeu o significado desta reunião e a ela emprestou a sua solidariedade, sua presença e sua ação que muito contribuíram para o seu êxito.

É claro que não devemos nos esquecer dos méritos do Senador Bernardo Cabral, pois esse debate nasceu na Comissão presidida por S. Ex^a, a CPI dos Precatórios. Essa CPI resultou para todos numa experiência de alto significado, e o Senador Bernardo Cabral teve a competência de garantir a presença de toda a sociedade, pois lá estavam representantes do Banco Central, dos procuradores, da Fazenda, do Tribunal de Contas, da Polícia Federal, que participaram ativamente dos trabalhos daquela CPI.

Foi ali naquele debate, naquela discussão, que tivemos a idéia, inspirados por dois grandes companheiros brasileiros: os Procuradores Carlos Buono e Antônio Bentivoglio, duas pessoas excepcionais e que merecem o aplauso do Brasil. Eles têm acompanhado os Procuradores italianos, têm andado com eles pelo Brasil, foram à Itália, e fizeram tradução de textos, de um idioma para o outro e vice-versa. Foram eles os grandes colaboradores e, nesta oportunidade, nós os agradecemos com muito carinho. (Palmas)

Agradecemos ao Dr. Palhares, da Carta Maior Publicações, que também colaborou para que esse trabalho se realizasse e para que contássemos com as presenças dos procuradores brasileiros.

De um modo muito especial, temos que agradecer aos nossos dois extraordinários representantes da magistratura e da Procuradoria da Itália, ao companheiro Davigo e ao companheiro Ielo. São duas pessoas que marcam, não apenas na Itália mas no mundo, por suas presenças. Começaram em 1992, em Milão, na singeleza de um depoimento, em um processo, e foram se aprofundando. Hoje, quando tanto se fala em globalização da economia, o competente trabalho deles, ante a internacionalização da corrupção, deve ser respeitado, admirado.

A chegada deles a Brasília, ontem, Sr. Presidente, foi uma verdadeira operação de guerra, porque o perigo está sempre perto deles e, a qualquer momento, alguma coisa pode acontecer. Entretanto, graças ao seu trabalho, foi-lhes prestada toda a assistência, mas uma assistência realmente só vista em cinema, para proteger e que, no caso, foi bem feita. (Palmas.)

O exemplo da Itália foi magnífico, o exemplo desses procuradores foi magnífico, eles mostraram que é viável combater a corrupção. Nós os estamos convidando, porque precisamos conhecer a experiência deles e associá-las à nossa, para buscarmos um entendimento. Uma experiência que foi correta e que deu certo.

A preocupação brasileira é com a impunidade. Na legislatura passada, durante dois anos, houve uma comissão inédita, com o ex-Procurador Junqueira, os Presidentes do Supremo Tribunal, da Câmara e do Senado, o Ministro da Justiça, o Procurador-Geral da República, o Presidente do Tribunal de Contas da União. Essa comissão, da qual tive a honra de participar, reuniu-se durante dois anos mensalmente para elaborar textos de lei, que foram aprovados por sua sugestão, e textos de projetos que estão em andamento. Então, não se trata de falta de interesse, mas, na verdade, temos que reconhecer que algumas interrogações devem ser feitas, e a operação "Mãos Limpas" da Itália mostra-nos fatos concretos.

Fala-se em cerca de seis mil pessoas processadas e em mais de duas mil condenadas - 90% dessas condenações foram mantidas pelo Tribunal Superior. Fala-se numa quantia realmente alta de dinheiro que retornou aos cofres públicos, fruto da ação dessa comissão. Fala-se em três ex-Primeiros-Ministros da Itália processados e em um quarto na iminência de sê-lo. Fala-se em cem Parlamentares também processados e em alguns que foram para a cadeia. Fala-se em Ministros e em empresários importantes que, na prisão, tiveram de pagar pelos seus crimes. Fala-se na rapidez do processo e nas fórmulas, as quais queremos discutir aqui.

Na Itália, há o entendimento direto da polícia judiciária com o Procurador, que, de certa forma, faz parte da magistratura. No Brasil - tenho até um projeto nesse sentido, o absurdo é termos ainda o processo na fase policial, que é a mais importante, que é o início, onde estão as provas e a polícia, sem a presença do Procurador, do promotor ou do juiz, sem a presença de ninguém. Os processos demoram muito, e pagamos um preço muito caro por isso.

Trata-se apenas de algumas questões que demonstram que a Itália funciona de forma diferente. Lá, se ficar

provado que não se pagou o imposto de renda, primeiramente, vai-se para a cadeia e, depois, paga-se a dívida para ser solto. Aqui no Brasil, não pagar imposto de renda ou sonegá-lo é uma vantagem, sai muito mais baratinho que pegar dinheiro a juros do banco.

Por essas razões, devemos discutir o assunto e esperamos fazê-lo com o carinho e respeito dos companheiros Davigo e Ielo. É para isso que estamos aqui, para saber o que e como fizeram e para, no decorrer das nossas discussões, ver quais as sugestões que poderemos adaptar no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Aviso aos presentes que vamos começar a palestra do Dr. Paulo Ielo, e a tradução simultânea será feita.

Com a palavra o eminente Procurador-Geral, Dr. Paulo Ielo.

O SR. PAULO IELO - Antes de mais nada, bom dia. Devemos agradecer a todos que organizaram este encontro. Foi uma grande honra para nós. Estes são momentos muito interessantes e de boa troca. Houve uma troca de informações: aqui tivemos perguntas e respostas, em outras ocasiões, e podemos, então, trocar nossa experiência. Essa será minha missão, e espero fazê-la a tempo.

Tivemos uma experiência judiciária; e foi possível utilizar essa experiência em relação ao papel institucional dos agentes desse empreendimento, tendo o Ministério Público, e também com relação ao tipo de modelo processual que foi utilizado. Isso permitiu alguns resultados, em boa parte, que tivemos diante dos juízes competentes. O princípio que temos aqui neste tipo de atividade...

A reação administrativa deve ocorrer apenas tendo como fim o interesse público. Significa que a ação administrativa não pode ser distorcida com interesses privados e, quando ocorre essa distorção da ação pública, ocorre um ato de corrupção, que é o sujeito objeto dessa ação de investigação. Essa parte de investigação significa duas coisas: não apenas, o que é óbvio, ou seja, que as ações devem ser de acordo com o que é direito, mas significa também que a ação do juiz deve ser sempre em função da lei. Desse modo, os magistrados, dentro dessa carreira, que

seguem, são sujeitos à lei e não devem assumir ordens com outras oportunidades.

Isso é de fundamental importância porque, graças a esse conceito da autonomia da atividade judiciária, na Itália, no caso, pudemos chegar a certos resultados. Essa atitude da magistratura da Itália e também da lei não entra em conflito com o princípio de democracia, porque a lei romana é o fundamento da democracia. Temos os órgãos parlamentares que podem orientar e também elencam os fins da ação judiciária por meio do instrumento fundamental que é a lei.

Especificamente quanto ao papel do Ministério Público, em que eu, junto com o Sr. Davigo, trabalhamos em Milão, devemos seguir a ordem judiciária. Na Itália, os juízes e a ordem judiciária passaram a fazer parte de ordens diferentes, mas uma coisa está ligada à outra. Não há barreiras específicas entre uma e outra área. Isso permitiu que pudéssemos manter o Ministério Público como chefe e também tendo o sentido forte da cultura da legislação. E também permitiu que as legislações constituíssem processos bons, com existência de provas, com elementos que, na maioria dos casos, foram muito importantes nessa investigação.

Devo dizer também que, no meu País, atualmente, há um debate constitucional a respeito da separação das carreiras de Ministério Público do Judiciário e da possibilidade de distinção ou eliminação de uma dessas funções.

A nossa missão no Ministério Público ao poder político permite que haja uma realização melhor do princípio de atuação e de poder, que é fundamental para a legislação italiana, que é a base de tudo.

A ação penal da qual é titular o Ministério Público, na aplicação do princípio de legalidade, deve ser executada em relação a tudo, contando com todos os funcionários e também com as organizações estaduais, que não devem omitir-se às atividades judiciárias.

Com essas premissas, talvez seja interessante fazer uma referência ao modelo processual que caracterizou e que caracteriza até hoje a ordem italiana. Existem dois modelos processuais que são diferentes na Itália: o modelo de acusação e o modelo de inquisição, modelo processual, voltado inteiramente ao

princípio dos fatos realizados. É o modelo que se realiza no País. Esses modelos estão em posições intermediárias, entre dois ou três paradigmas. Na Itália, é adotado o modelo misto, ou seja, que se inspira nos cânones do processo civil; o Ministério Público parte das provas, submete-as ao juiz, mas também mantém, para efeito das cortes constitucionais, a constatação dos fatos. Na Itália, o processo pode ser, talvez, executado quando há uma aplicação a extremos aqui. Não há uma aplicação extrema de certas leis em processos penais.

Devemos entender o papel do Ministério Público em relação à polícia judiciária. O modelo processual italiano, em primeira fase, começou as investigações preliminares, que se caracterizaram por essas atividades do Ministério Público, que é quem realiza essas investigações. O Ministério Público italiano utiliza a polícia judiciária para fazer esse tipo de investigação. Há uma relação muito forte entre o Ministério Público e a polícia judiciária italiana. É importante dizer que o sucesso dessa atividade de investigação nesses processos foi o resultado da boa atividade dessa polícia do Ministério Público. As investigações patrimoniais foram muito importantes nessa atuação do Ministério Público e da polícia judiciária.

Essa experiência da operação "mãos limpas" foi uma atividade que começava com pessoas que tinham cometido algum ato de corrupção. Para discriminar e verificar a confiabilidade das provas apresentadas, tivemos certos rastros; houve rastros de coisas deixadas que tiveram que ser verificadas. Foram fundamentais as investigações patrimoniais dessas pessoas. As aberturas de contas, por exemplo, foram muito importantes, para verificar a veracidade das provas. Teve um grande papel também uma atividade de colaboração internacional com outros órgãos judiciais, onde havia convenções.

Segundo a experiência italiana, não era raro que os pagamentos fossem feitos em bancos estrangeiros. Então, foi necessária uma mudança; foi necessário ativar a atividade judiciária de outros países para verificar essas questões. Houve, então, a colaboração. E os resultados foram excelentes, a partir da colaboração de outros países. Quando não houve colaboração, por questões internacionais, os resultados não foram bons. Mas, para fazer as investigações sem atingir pessoas inocentes e acertar a

veracidade dos fatos, as interceptações telefônicas e as escutas telefônicas foram muito importantes nesse processo; a colocação de escutas também ocorreram nas investigações, colocando um grampo, por exemplo, nos telefones celulares. Pode-se verificar em telefones de pessoas diferentes, naqueles momentos, que houve negócio de soma de dinheiro, o que era uma prova de acusação, principalmente no caso de acusação e condenação dessas pessoas. Foram provas valiosíssimas.

As características dos créditos preliminares foram: a disponibilidade direta que o Ministério Público tinha com a polícia judiciária, a rapidez da atividade das investigações e o uso sempre mais difuso, desde o início, baseado na experiência longínqua por meio dos instrumentos, como: informática, coleta de dados, banco de dados, investigações, programas específicos, computador, que permitiram a análise desses dados. Isso foi muito importante para verificar a veracidade de todas as acusações. As notícias circulavam dentro de um grupo de trabalho, de quatro ou cinco pessoas, dependendo do tempo. De forma que a divisão do trabalho foi muito importante, porque contribuiu muitíssimo, do ponto de vista operacional e constitucional, para se atingir os resultados exitosos e positivos.

Houve também características específicas no modelo processual vigente na Itália que permitiram, nesse caso, a possibilidade de obter resultados bons, o chamado "direito premial", que juízes, em determinadas condições, permitem reduções de penas. Isso foi muito utilizado para alguns acusados, no sentido de investigar os que tinham realizado alguma colaboração aos órgãos de justiça; a estes foram aplicadas penas reduzidas com relação às demais, devido à colaboração deles com o governo italiano. Isso abriu uma série de portas e possibilidades de colaboração dessas pessoas envolvidas na corrupção.

Um outro instrumento presente no sistema jurídico italiano é a penalização dos caixas-dois, chamados "**fundenere**". A criação desses fundos ilícitos de caixa-dois indica a atividade de pessoas jurídicas. Foi importante combater isso, porque o primeiro passo para que a comissão de delitos facilitasse na questão do combate à corrupção.

É claro que o administrador que quer pagar impostos ao seus funcionários de modo incorreto não pode colocar no

balanço altas liras para pagar, por exemplo, a administração pública. Para fazer isso tem que utilizar esses fundos ilícitos, que são os caixas-dois.

Esses fundos ilícitos, a combate, foi um instrumento que permitiu acertar o conjunto da realidade, esses caixas-dois. Instrumento utilizado com muitos outros permitiu criar esse quadro para coletar a reação entre as diversas sociedades e firmas. Permitiu que os circuitos e os trânsitos financeiros desses pagamentos fossem todos identificados.

Devo dizer, fazendo uma última observação, que se fala muitas vezes - isso se ouve tanto na Itália quanto no exterior - sobre as relações da economia e a política. É um princípio para o correto desenvolvimento da economia.

Se respeitássemos todas as leis, não produziríamos bens nem lucros, nem eficácias positivas, dizem os empresários. Isso é verdade, quando há lei, quando não existe ponto de referência, mas quando isso não ocorre, quando a legislação é composta de leis simples, clara e objetivamente abrangentes, creio que a aplicação do princípio de legalidade cria uma boa economia, uma economia que produz melhor e com mais baixo custo.

Para tentar demonstrar-lhes tudo isso, são exemplos da experiência na Itália. Isso foi o que observamos, os diversos fatos de corrupção. Alguns indivíduos e agentes econômicos, empresas, tinham circuitos de mercados protegidos, proibido o acesso a outras empresas que gozam desse circuito de mercado. No correto desenvolvimento da economia, segundo a lógica correta da economia, as barreiras de mercado são formadas pelo melhor **know how** de uma empresa com relação a outra, é claro, e pela capacidade de produzir com custos mais baixos em relação a outra. Nesse caso, o circuito de mercado protegido, ilegal, era caracterizado pela existência de uma barreira ilícita, através da chamada tangente que era paga e que administrava aquele setor de mercado, que impedia o acesso a outros sujeitos, a outras empresas econômicas.

As conseqüências disso quais são? Vejamos. Por um lado, o desinteresse das empresas para experimentar vias novas, para produzir a preços cada vez mais competitivos bens melhores para o mercado. Por outro lado, isso só agravava a questão da ausência de concorrência.

Isso se traduzia no aumento dos custos públicos. Tanto mais que, em certo ponto, foi determinado que essa chamada tangente era elemento de custo elevado. Na construção do metrô de Milão, por exemplo, decidiu-se que algumas estações que foram construídas em 1995, aproximadamente, custavam menos do que estações de metrô idênticas às de dez anos atrás.

Até numa situação de ferrovia, houve uma baixa de preços de 60%. Depois, observem bem, a consequência que a incidência de situações desse tipo traz aos balanços públicos é muito significativa.

Estarei pronto a responder as perguntas. Já exauri os vinte minutos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Peço três minutos. Como o Presidente Antonio Carlos Magalhães vai se retirar, peço uma salva de palmas. (Palmas)

O SR. APRESENTADOR - O Senador Bernardo Cabral interrompeu a sessão por três minutos para que pudesse se retirar, o Presidente do Senado.

(A sessão foi suspensa por três minutos)

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Retomando nossos trabalhos, gostaria de solicitar que nossos ilustres convidados italianos falem um pouco mais lentamente porque nossa tradução simultânea não conseguiu acompanhar o discurso um pouco rápido do Dr. Ielo. Já conversamos com o Dr. Davigo, que vai falar mais lentamente. Depois, na hora das perguntas, a exemplo daqueles que falam bem italiano, como é o caso de meu eminente irmão Vicente Cascione, quem quiser poderá fazer as perguntas diretamente. Vamos chamar nossos dois Procuradores para ajudar.

Com a palavra o Dr. Piercamillo.

O SR. PIERCAMILO DAVIGO - Não falarei sobre o sistema processual italiano, porque vamos responder às perguntas. Falarei sobre as condições políticas, econômicas e sociais, condições que tornaram possível o êxito desses inquéritos e dessas investigações.

Em 1992, foi presa uma pessoa quando estava recebendo dinheiro. No período de dois anos, esses inquéritos e investigações partiram de uma pressão feita por um valor pequeno

- US\$2 mil. Esse primeiro passo, no entanto, levou à cassação de 120 membros do parlamento, dois ex-primeiros-ministros.

A independência da magistratura: é claro que isso é importante, mas, antes de 1992, já éramos independentes. O controle do Judiciário sobre a polícia judiciária é importante, mas já tínhamos esse controle antes de 1992. O princípio de igualdade frente às leis, escrito em nossas aulas de Direito há várias décadas, talvez há vários séculos já existia há muito tempo. Mas a partir de 1992 conseguiu-se fazer o que antes não se conseguia.

Estou nesse cargo, fazendo esse trabalho, há 20 anos e fazia esse mesmo tipo de trabalho antes de 1992. Alguns exemplos que pretendo dar explicam o porquê da independência da magistratura não ser o suficiente, se não tivermos duas condições essenciais. Em primeiro lugar, a determinação da opinião pública de não aceitar essas formas de criminalidade e, em segundo, o entendimento da classe dirigente, seja ela política, administrativa ou das empresas de que não há alternativas para a luta à corrupção.

Num mundo que está caminando na direção da concorrência global, é preciso entender que para concorrer é necessário ser eficiente. A corrupção num país é inversamente proporcional à eficiência desse mesmo país.

Um dos pontos essenciais das nossas investigações foi a descoberta de um vasto sistema de corrupção no que diz respeito às concorrências públicas, no trabalho de construção nas linhas do metrô. Isso ocorreu em 1992 e permitiu que se chegasse à incriminação de um ex-presidente do Conselho de Ministros.

Vejamos: sete anos antes, ou melhor, oito anos antes, em 1974, tinha sido preso, na cidade de Milão, o presidente do metrô, pelos mesmos fatos. Os magistrados que o tinham prendido eram absolutamente independentes e tinham as mesmas garantias das quais eu e ele gozamos, mas não conseguiram prosseguir. Isso porque não havia testemunhas, ninguém queria falar.

E vocês sabem por que ninguém queria abrir a boca? Porque, depois da prisão do presidente do metrô, o chefe do governo italiano naquele momento pediu uma autorização para conversar com o detento. Que efeito pode ter sobre uma testemunha saber que esse detento goza da amizade do

presidente do Conselho, a ponto de o presidente do Conselho pedir para encontrá-lo no cárcere.

Em 1984, esses juízes pediram então ao parlamento... Isso eu diria porque, logo depois, o presidente se sentiu mal; esse presidente do metrô que estava preso teve um problema foi liberado por motivos de saúde. Além disso, ele foi candidato ao Senado, foi eleito e foi pedida a autorização para que fosse feita a cassação desse presidente e o Senado não concedeu essa autorização. Portanto, nos meios parlamentares, foi uma fase terrível o momento da votação. Lê-se aplauso da direita e do centro.

Em 1992, o parlamento negou ou só concedeu em parte a autorização para se proceder ao confronto daquele presidente do Conselho dos Ministros e do chefe do governo que, há oito anos atrás quis conversar com o detento. Houve uma revolta autêntica. Centenas de milhares de cidadãos italianos enviaram telegramas e fac-símiles de protesto aos parlamentares que o haviam eleito daquela forma.

Naquele momento, o parlamento italiano não deu mais nenhuma autorização para se proceder nesse caso. Isso dá uma idéia do que a opinião pública pode fazer num sistema democrático, quando o eleito sabe que terá que prestar contas de seus atos aos eleitores.

Em segundo lugar, vem a necessidade da luta contra a corrupção. Participei de uma convenção internacional em que uma pessoa importante me disse que os funcionários do Fundo Monetário Internacional, do Banco Central, pessoas que decidem sobre o futuro econômico do País, consideram ser mais importante saber qual é a posição da Justiça no país do que saber qual é o ministro da economia de um país, porque se o país tem um sistema judiciário eficiente, os direitos de todos são garantidos, inclusive daqueles que investigam naquele país. As empresas sabem que podem concorrer com qualidade com as empresas que operam naquele país, sabem que não haverá proteções políticas ou corrupção, mas haverá a capacidade de operar naqueles mercados.

Por outro lado, com um sistema judiciário eficiente, pode-se lutar contra a corrupção. A corrupção, na verdade, é um desperdício de recursos. Ielo falou que, com relação à uma obra

pública importante em Milão, antes e depois da investigação, houve, na verdade, a queda de preços pela metade. Depois do inquérito ela custou a metade. Mas há mais casos. Há um caso de financiamento com fundos da comunidade europeia para importantes obras públicas. Depois do inquérito, descobrimos que a escolha não tinha por base a utilidade da obra. Tinha por base, na verdade, essa construção de obras, o pagamento por parte de certas empresas que foram escolhidas para fazer aquelas obras, naqueles países. Foram escolhidas as empresas que ofereceram mais dinheiro para obras inúteis. Foi um desperdício espantoso de recursos.

Um exemplo. Em 1990, na Itália, tivemos uma série de problemas. Foi feito um estudo e decidiu-se que algumas cidades italianas tinham poucos hotéis para abrigar torcedores que viriam para assistir a jogos de futebol. Sabe-se que, na Itália, há as melhores condições para os espectadores. Na realização de um campeonato de futebol, em 1990, não se pôde construir hotéis para todos os espectadores que vieram assistir a esse campeonato. A razão do financiamento que concorreu para vários hotéis, não era para as obras, mas a soma paga para receber aqueles financiamentos, aquela propina, por isso que, no mercado global, não é mais possível concorrer com países onde a corrupção é ilimitada, onde a corrupção é fisiológica, onde os recursos são desperdiçados. Os países que têm uma alta taxa de corrupção ou conseguem enfrentar esse alto nível de corrupção serão obrigados a permanecerem... **(corte na tradução)** ...na política econômica italiana, durante vários anos, era...**(corte na tradução)**

Na Itália, eram pagas propinas em geral e não conseguíamos recuperar esse dinheiro. Por exemplo, quando se construía uma estrada e ela custa US\$ (?) e eu vou pagar US\$ 1 milhão, então vou fazer com que o custo seja de onze milhões. O funcionário que recebia essa propina certamente não poderia dizer: "Não. Esse preço é alto demais!" Considerando que sua parte estava reservada.

Por razões que estão além da Itália, razões que não são puramente peculiares à Itália, ela precisou reduzir os seus gastos para aderir à população do resto da Europa. Para se ajustar às regras do Fundo Monetário Internacional houve uma restrição

no Orçamento para as obras públicas e não mais se poderia dizer : "Essa rodovia vai custar US\$11 milhões. Esse US\$ 1 milhão que antes o investidor pagava sem problemas, na verdade era descarregada sobre (?).

Naquele momento, começou-se a dizer: "Sou vítima de uma extorsão por parte desse político". E se começou a falar de maneira diferente.

Na Itália estamos vivendo um momento muito difícil, porque há pessoas que dizem que está ocorrendo agora uma tentativa de se reparar o sistema; e há aqueles que estão convencidos de que não é possível restaurar o sistema. O país é muito rico é - como se diz na América do Sul - um país do primeiro mundo. No entanto, mesmo no primeiro mundo, há restrições no orçamento público; não se pode fazer tudo o que se deseja. Portanto, se consideramos esses parâmetros da experiência italiana que explicam porque essa experiência foi levada a outros países, onde talvez a Magistratura seja menos independente ou a eficiência nos aparelhos investigativos não seja tão forte como na Itália, ali tivemos que enfrentar, durante décadas, o fenômeno gravíssimo que foi a Máfia e, por isso, desenvolvemos órgãos de investigação que estão entre os melhores do mundo.

As organizações que tivemos que enfrentar estão entre as mais difíceis. A luta contra a corrupção ocorreu em toda a Europa. Portanto, se essa escolha é necessária é preciso ela seja clara e transparente para os nossos dirigentes e a opinião pública; é necessário saber-se que não há caminhos... (...) ...se há uma alta esfera de corrupção. Não se pode ter concorrência com países que têm taxas de desenvolvimento impressionantes, se desejamos viver num mundo no qual os problemas sociais existem às toneladas. Para produzir riquezas teremos que ser eficientes. E, para que isso ocorra, é necessário honestidade. Essa é a lição fundamental a ser obtida da experiência italiana. Quero dizer, não é importante apenas do ponto de vista ético; é uma condição essencial para o funcionamento da economia e da política.

Muito obrigado a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - As duas primeiras inscrições para perguntas foram feitas pelo eminente Ministro Edson Vidigal, do Superior Tribunal de Justiça; e pelo

professor catedrático de Direito Penal e Reitor da Universidade Católica de Santos, Deputado Federal Vicente Cascione.

Com a palavra o eminente Ministro Edson Vidigal, que muito nos honra com a sua presença nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. EDSON VIDIGAL - Sr. Presidente, eminente Senador Bernardo Cabral; eminente Senador Pedro Simon, que tem destacada atuação no Congresso Nacional, pois procura trazer ao nível desta Casa debates sobre questões importantes para o tempo que estamos vivendo. Saúdo a todos, bem como o Dr. Piercamillo Davigo, Dr. Paulo Ielo, Sr. Ministro-Chefe do Gabinete Militar.

É muito importante que estejamos reunidos nesta manhã, preocupando-nos com os rumos que têm tomado o nosso País, mas aproveito a deferência do Presidente da Mesa, Senador Bernardo Cabral, para fazer breves reflexões.

Sucessivamente, temos testemunhado situações extremamente deploráveis do ponto de vista da moral vigente em nosso País, e essas situações quase sempre deságuam no Congresso Nacional, onde se instauram as comissões parlamentares de inquérito, que, segundo julgam, não dão em nada. Inclusive, já se cunhou uma expressão para tornar pequeno o trabalho dessas comissões: "tudo acaba em pizza".

Na verdade, os exemplos que temos observado nos outros países, em especial na Itália, em relação a essa tão bem sucedida "Operação Mãos Limpas", servem para nos manter animados. O estado de direito democrático, com instituições democráticas fortes, é possível, sim, dar combate eficaz aos maus exemplos, às más condutas, portanto, ações que possam produzir resultados a favor da sociedade.

No nosso caso, ainda estamos um tanto aquém desse estágio em razão das nossas instituições. Estamos ainda na etapa que o Dr. Tancredo chamava de "a remoção dos destroços do monstro", e estamos nela há muitos anos, visto que há mais de uma década o País saiu de um regime de exceção; contudo, a construção da democracia não pode ser feita da noite para o dia.

As reformas que se transformaram em um estandarte dos mais diversos segmentos da sociedade - que se lançam em cobrança ao Congresso Nacional, às nossas elites políticas -,

também não podem ser resultado da vontade de quem imagina no papel e no lápis produzir leis que possam ser assimiladas pela sociedade da noite para o dia.

Registro isso para lhes dizer que o nosso sistema processual penal - que é mais antigo do que a minha idade - tem mais de 50 anos na prática, é de uma época em que o País era menor, em que as instituições possuíam força. Fora as instituições políticas e as estatais, a sociedade possuía os seus próprios limites: era a família, a escola, a igreja. No que sobrava, o Estado intervinha por meio do ordenamento jurídico.

Há algumas décadas no Brasil, um ilustre brasileiro, conterrâneo do Senador Pedro Simon, deflagrou uma campanha chamada "campanha das mãos limpas" e que com este **slogan** sinalizava a necessidade, já naquele tempo, de moralidade na vida pública. Ele candidatou-se à Vice-Presidência da República, foi fragorosamente derrotado. Lembro-me de que a cultura política vigente naquele tempo não era muito diferente da cultura política vigente ainda no nosso tempo: de que candidato com as mãos limpas mas com os bolsos vazios, por conseguinte, sem nada ter a oferecer aos seus eleitores, aos seus cabos eleitorais, não haveria de prosperar.

Então, um registro desse serve para que não nos esqueçamos de que tudo isso que se procura chamar de impunidade, em decorrência da omissão dos poderes públicos, dos agentes dos poderes públicos, é porque ainda estamos a viver a grande tarefa da reconstrução das nossas instituições para que possamos adequá-las.

Aqui tivemos o registro de mais de 4 mil processos e algo em torno de 2 mil denunciados, depois culpados, condenados na cadeia. Não teremos condições, no dia de hoje, de ver os condenados sentenciados na cadeia, porque não há vagas nos presídios.

Em São Paulo, que é uma amostragem do Brasil, mais de 40 mil mandados de prisão não são cumpridos, não porque a Justiça não tenha sentenciado, são mandados de prisão em razão de sentenças condenatórias, mas não se realizam porque o nosso sistema penitenciário também está a carecer reformulações; o

nosso sistema processual penal também; enfim, não estamos aqui para registrar lamúrias, mas é importante que tenhamos a consciência das nossas deficiências, das nossas dificuldades.

Mas não é porque o sistema processual carece de reformas e, enquanto não se reformar o Ministério Público e o Poder Judiciário, não se terá respostas a oferecer. Imagino que essa nossa operação aqui tem que ser mesmo um mutirão de todos os Poderes, na forma proposta pelo Senador Pedro Simon, já há alguns anos, e ainda em andamento.

Não me foi possível, até pela falta literal de papel à mesa, fazer anotações por escrito; elas foram feitas mentalmente. Desejo apenas saudar esta iniciativa, dar os parabéns àqueles que estão à frente dela porque vejo nisso a afirmação de um compromisso de todos nós homens públicos deste País.

Temos as comissões parlamentares de inquérito; depois, temos o inquérito realizado pelo Ministério Público, o inquérito policial, como disse o Senador Simon, antes de se chegar à ação penal. Passamos por três inquéritos, e isso é muita perda de tempo. No Superior Tribunal de Justiça ainda tramitam, autuados como inquérito, já quase que com 1,60m de altura, processos resultantes de comissões parlamentares de inquérito do Congresso Nacional, que tiveram a maior repercussão no País. No entanto, ora o Ministério Público não está suficientemente aparelhado para dar andamento a essas investigações, ora as questões colocadas do ponto de vista processual exigem diligências, e há necessidade da afirmação do princípio constitucional da ampla defesa, ora impõem-se tantas procrastinações, que vejo as coisas caminhando para algumas prescrições, vejo caminhando, enfim, para a apuração final apenas de delitos de menor gravidade. Só se pode concluir, como alguns casos na Itália, que a pena é o próprio processo a que o acusado responde e não aquela resultante da sentença condenatória final.

Sei que já me estou alongando, mas com essas palavras sem compromissos mentais prévios, sem elaborações de antemão, desejo apenas registrar que a operação mãos limpas no Brasil há que ser concomitante com um mutirão de consciências limpas como a de todos os brasileiros comprometidos com a afirmação do estado de direito democrático e, portanto, com uma sociedade mais justa, uma sociedade em que as desigualdades sejam reduzidas cada vez mais. E, aí sim, Judiciário, Legislativo

têm antes, como têm agora e terão muito mais, responsabilidades imensas na afirmação desses direitos.

Agradeço a oportunidade que me entrega o Presidente Senador Bernardo Cabral. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Devo esclarecer aos eminentes Procuradores Dr. Piercamillo Davigo e Dr. Paolo Ielo que o Ministro Edson Vidigal é membro efetivo da nossa Corte de cassação, que se chama Superior Tribunal de Justiça.

Fala agora o Advogado, o eminente Professor, Deputado Vicente Cascione. Pediria a S. Ex^a que usasse o microfone, como tantos outros que desejarem fazer suas indagações.

Registro, por oportuno, a presença do nosso Deputado Estadual, companheiro da nossa eminente Senadora Emilia, o Deputado Estadual Carlos Eduardo Vieira da Cunha. Faço isso com muito prazer. S. Ex^a está sentado ao lado da Senadora Emilia Fernandes.

Tem a palavra o Deputado Federal e Professor Vicente Cascione. O Deputado Cascione é Professor Catedrático de Direito Penal, para conhecimento dos nossos Procuradores.

O SR. VICENTE CASCIONE - Eu gostaria de saudar com emoção os dois eminentes membros da Ordem Judiciária Italiana que nos visitam. E a emoção advém, e não evito dizê-lo, do fato de ser filho de um italiano imigrante, que fala neste instante, evidentemente, além da linguagem da razão, a linguagem do sangue.

Quero saudar esta figura extraordinária, meu amigo e irmão, o eminente Senador Bernardo Cabral, quem um dia este País vai reconhecer no seu exato valor e na sua absoluta dimensão. Este País que não tem memória, que não história e que é crítico de uma forma vesga, cultua determinadas figuras como respeitáveis e não respeita, determinadas figuras respeitáveis à altura de seu mérito e valor. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Muito obrigado.

O SR. VICENTE CASCIONE - Saúdo também a figura, que é um paradigma de honradez e de luta pelos verdadeiros valores que devemos cultuar nesta instituição, do Senador Pedro

Simon. Saúdo todas as autoridades presentes que formam um contingente que converge na mesma direção.

Srs. Procuradores, acompanhei atentamente a exposição feita por V. Ex^{as}. Eu gostaria de formular pontualmente e objetivamente - abstenho de fazer comentários - indagações que talvez possam esclarecer melhor àqueles que não estão familiarizados com o ordenamento jurídico penal, processual, constitucional italiano.

V. Ex^{as} mencionaram a existência de dois modelos processuais: o acusatório e o inquisitório. Na Itália, vige o modelo misto. Como sub-Relator que sou na Comissão de Segurança Pública do tema do Juizado de Instrução, eu gostaria que V. Ex^{as} explicassem como isso realmente se realiza do ponto de vista da atuação processual do juiz e do Ministério Público nesta forma de modelo misto de acusatório e inquisitório.

Recordo-me de uma ocasião em que atuei profissionalmente num caso na Itália, em que havia, por parte de uma ilustre juíza, um poder que parecia absoluto - evidentemente isso contrastava com a nossa realidade -, já na fase inquisitória. Havia o poder até de manter em prisão, durante um período de até dois anos, o acusado sob suspeita.

Eu gostaria que V. Ex^{as} explicassem melhor esse modelo e se já existia antes da atividade mais profícua que V. Ex^{as} exerceram.

Minha segunda dúvida: a atividade investigatória do Ministério Público, que pode também intervir diretamente na Polícia, é absolutamente independente? Nesse caso, que papel exerce o magistrado, se tem um poder de intervenção sobre o poder de atuação do Ministério Público nessa fase intervencionista do Ministério Público sobre a atividade policial?

Há um terceiro aspecto que me parece fundamental. Temos, hoje, vigendo no Brasil uma Constituição que consagra os direitos do cidadão e que é acusada por alguns como uma constituição que engessa a possibilidade de investigação em relação aos crimes principalmente complexos que exigiriam - como foi dito aqui - interceptação telefônica, quebra do sigilo bancário, obtenção de dados a respeito de fundos, que são na verdade o "caixa-dois" das empresas. Pergunto: a legislação italiana foi modificada para permitir que houvesse esse poder de intervenção da autoridade judiciária, no sentido de fazer as interceptações

telefônicas, de quebrar o sigilo bancário, de fazer investigações também internacionais, buscando nos países da Comunidade Européia informações a respeito do trânsito de dinheiro que teria ocorrido da Itália para outras além fronteira? Como isso foi feito, como se procedeu a essa obtenção de informação nos países que eram depositários dos dinheiros que tinham fluído da Itália para o exterior? Pergunto: essa posição de acesso à quebra de sigilo, à interceptação telefônica é feita **sponte propria** pelo Ministério Público? É preciso autorização da magistratura? Decorre de um permissão legal absolutamente natural? É excepcional na lei ou houve necessidade de se romper o preceito constitucional, se é que ele existia?

Ilustres Procuradores, essas serão minhas últimas indagações, com a permissão do Sr. Presidente, ilustre Senador Bernardo Cabral.

Como ficou claro na exposição do ilustre Procurador Piercamillo Davigo, num determinado momento, houve um despertar da opinião pública, uma conscientização que se manifestou em ato, que não era apenas um sentimento, mas passou a ser uma ação. Pergunto: qual foi o fenômeno catalisador desta manifestação da opinião pública? Que papel teve a mídia, não apenas a mídia impressa, mas a mídia eletrônica, para haver a catalisarão de toda essa opinião pública, no sentido de pressionar os poderes?

Quem são hoje os reagentes, quem são os que atuam hoje de forma contrária, resistem às operações que se desencadearam na Itália, a partir de 1992? Que papel teve a formação da Comunidade Européia para que a Itália pudesse ter esse tipo de processo revolucionário contra a corrupção?

Finalmente, minha última indagação. Por curiosidade pessoal, adquirir o livro que ele escreveu, mas não o conheço: o que houve com Antonio Di Pietro, que era um dos Procuradores da Operação Mãos Limpas. Parece que ele está afastado dessa atividade, assim como parece que sobre o qual se desencadeou um processo de acusação de mal cumprimento do dever. Eu gostaria que ficasse esclarecida qual foi a razão da polêmica que envolveu aquilo que se chamou o **affari** Antonio Di Pietro na Itália em 1995 e 1996.

Agradeço a oportunidade e estarei atento para ouvir as respostas dos dois eminentes procuradores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra ao Sr. Piercamillo Davigo.

O SR. PIERCAMILLO DAVIGO - Não seguirei a ordem das perguntas; quero começar na quarta. Para simplificar, a imprensa e a televisão foram realmente muito importantes para a fase inicial do processo e foram, também, importantes quando os processos terminaram. Os proprietários dos jornais, de televisões começaram a escrever coisas diferentes do que escreveram inicialmente. Lá, em Medelin, houve um problema que eles começaram a escrever coisas diferentes do que escreveram inicialmente. Mas o elemento que desencadeou a resposta da opinião pública foi a verdade. Os fatos eram tais que falavam por si só.

Um exemplo para esclarecer quando foi preso o primeiro acusado em campanha eleitoral ele disse o seguinte: que era perseguido político porque foi encontrado com dinheiro em mãos. Mas ele disse que era um ladrão solidário e que no seu partido ninguém tinha sido condenado por esses fatos. Um ano depois, esse mesmo secretário, esta mesma pessoa, esse mesmo secretário de partido, falando no Parlamento, na Câmara dos Deputados, sobre um processo contra ele, disse: fiz aquilo o que aqui todos fizeram. Isso resultou na indignação da opinião pública.

Agora, eu gostaria de seguir a ordem das perguntas. Quero esclarecer alguns pontos que são importantes também do ponto de vista do significado das palavras. Na Itália, a magistratura é única no corpo em que há os juízes e o Ministério Público. Em termos mais magistrado. Sou magistrado, ou seja, um juiz da Itália. E o Paulo Ielo, também, primeiro, como juízes, a qualquer momento podemos executar e exercer a função de juizes. Como a Constituição da Itália fala em autoridade judiciária, se entende tanto juízes quanto o Ministério Público. Portanto, quando falamos de garantias constitucionais elas dizem respeito aos direitos dos cidadãos se não podem ser limitados, a não ser pela autoridade, pelo ato da autoridade judiciária. Nesses atos, há também atos do Ministério Público.

Para esclarecer a questão do processo misto italiano até 1989, na Itália, houve um processo com instruções, como na França. Em 1989, o sistema foi modificado, o Código Processual foi modificado e os juízes instrutor foi eliminado. Foi eliminada essa

figura. ficou previsto, portanto, que o Ministério Público deveria fazer inquéritos que servem inicialmente a esse Ministério, não como provas. A prova deveria ser formada posteriormente, mas havia algumas importantes exceções no projeto original. E outras foram trazidas pelo Tribunal Constitucional em forma de sentenças, em primeiro lugar. Todos os atos foram utilizados de surpresa, são utilizados no processo, mesmo sem ser encontrados pelo Ministério Público ou pela Polícia. Não se pode fazer uma inquisição contraditória. Pode-se falar com um advogado talvez. Você não encontra nada. Você pode fazer uma interceptação telefônica contraditória, avisando pessoa o que tem de ser feito. Sem avisar a pessoa sujeita. Mas todos esses atos do Ministério Público são provas, geram provas. E há também outros atos que não gerariam provas. Mas viraram provas pelo Tribunal Constitucional.

Por exemplo, se há um depoimento de uma determinada pessoa e esse depoente diz coisas diferentes do que ele me disse, peço que ele me diga. E aquilo é uma prova. Portanto, se pode dizer que é um sistema misto: temos provas, que são realmente provas, e valem provas também adquiridas pelo Ministério Público. Então, como fazia aquele juiz-instrutor.

Com relação à atividade de investigação de inquérito, sei que é difícil ser claro, porque, no Brasil, é muito diferente esse sistema porque o inquérito é feito por um delegado de Polícia. O órgão que faz o inquérito, na verdade, é o Ministério Público. E aqui podem ser em atos de pessoas ou se pode delegar à Polícia. Ouve-se o depoimento, interroga-se os acusados. Posso fazer acusações, obviamente, não posso fazer sozinho. Ouvirei as principais testemunhas, onde há necessidade de muita atenção as coisas mais delicadas, as outras serão feitas pela Polícia.

Não farei todas as interceptações telefônicas ou grampos telefônicos, a Polícia fará. É importante saber isso, porque as falas de interceptação de grampos estão no Palácio da Justiça com controle direto do Ministério Público. Posso simplesmente ir lá para ver o que a Polícia está fazendo. Mas não posso simplesmente fazer grampo numa linha se não tenho autorização do Ministério Público. E também deve pedir autorização ao juiz. Então, as garantias são respeitadas, nesse caso.

Por exemplo, ao ouvir uma pessoa, tem-se que pedir ao juiz, obter a permissão do juiz, fazer-se um decreto, estabelecer-se uma interceptação telefônica. E, assim, a Polícia vai realizar essa interceptação e vai se reportar ali. Portanto, é uma atividade que, em todos os casos, é feita totalmente por nós. Em outros casos, a delegação para a Polícia há sempre um controle direto. A Polícia deve nos informar todas as vezes que há uma notícia de um algum delito o mais rápido possível.

Vou dar um exemplo: se há um homicídio, encontra-se o cadáver na rua, a Polícia como primeira atitude deve telefonar ao Ministério Público e pedir instruções se pode remover ou não o cadáver. Se pode fazer fotografias, ou se o Ministério Público irá, lá, com seus técnicos para fazer essas fotografias. Isso diz respeito à delegação e ao controle da Polícia. Diz respeito a todas as atividades que não são delegadas que devem ser executadas pelo Ministério Público em pessoa. A Polícia não pode interrogar uma pessoa presa para evitar que haja alguma indução, usar sistemas que não estejam de acordo com as leis dos direitos humanos na Itália. Para que a pessoa diz alguma não vale. Ela conta o que foi dito ao Ministério Público e o Ministério pode interrogar esse pessoa sempre com a presença do seu defensor.

Um outro caso que não se pode delegar a competência é a abertura de sigilo ou investigação bancária. Peço uma notícia, um documento a um Banco, esse Banco deve me entregar imediatamente esse documento. Se ele se recusa ou atrasa nessa entrega desse documento, posso fazer uma investigação. Esse poder, entretanto, não pode ser delegado à Polícia. Só eu no caso, posso exercitá-lo. Isso não quer dizer que tenha que ir sozinho ao Banco. Posso mandar a Polícia. É um ato, uma ação não delegável.

Em relação à independência da magistratura no seu complexo do Ministério Público, juízes, temos duas formas de garantias: as garantias pessoais, ou seja, cada um de nós tem garantia como: segurança de emprego - não podemos ser demitidos ou transferidos sem a nossa aprovação. Um sistema de carreira, que é quase automático e tem garantias coletivas também, como por exemplo, órgão.

O principal disso é o órgão superior da magistratura, que é o que nos Governa. Tem o Chefe de Estado, composto pelo Presidente da República, o Presidente da corte do Supremo

Tribunal, membros das autoridade legais e também magistrados eleitos; por magistrados e também por advogados.

Só há dois magistrados em 33 membros. Temos procedimentos disciplinares que são estabelecidos por esse órgão.

Para nomear o Presidente de um Tribunal existem ações que são executados por esse conselho.

Temos aqui uma garantia muito forte. Há um debate, atualmente, na Itália, sobre isso, que é para mudar a Constituição. E uma das propostas é para mudar a composição do conselho superior de 2/3 para até 3/5 de magistrados. Nós, os magistrados da Itália, protestamos muito contra essa iniciativa, embora, no final, talvez não seja uma ação tão perigosa, porque enquanto houver união na magistratura temos sempre capacidade para fazer frente as certos eventos ou acontecimentos externos.

Quem são aqueles que não estão de acordo com a luta contra a corrupção? Para dar uma resposta posso dizer uma coisa. Quando começamos o inquérito, uma coisa que realmente nos impressionou mais e que havia empreendedores, quando o trabalho era muito importante, reuniam-se muitas empresas. Havia um que era chefe de todos, e ele levava o dinheiro ao chefe político, para executar a operação. Havia uma empresa, na verdade, que fingia que fazia concorrência e os outros também fingiam em estar contra essa concorrência. E nos debates dos parlamentares havia algum debate e a noite eles dividiam o dinheiro que recebiam, dessas empreiteiras. Então muitos são contra essa operação - a operação "mãos limpas".

Há aqueles que dizem, na Itália, que a magistratura tem muito poder; poder demais. A política não conta mais. E quem governa o país são os juízes. Acho que se for de boa fé é uma afirmação muito boa, porque o censo sentido da democracia é o controle recíproco. Se um prevalece é porque há um poder maior do que o outro. Não gostaria de viver em um país onde o Judiciário fosse mais forte do que qualquer outro poder. Mas não acho que na Itália temos o governo dos juízes. O que temos é um número maior de ladrões.

O Ministro da Justiça italiano disse uma coisa interessante; tem uma expressão na Itália que ele diz : como se sai da "tangentópolis", da "propinópolis". Em outras palavra, como os membros das classes dirigentes, acusados políticos são diretores da imprensa? Quer dizer, fazer uma anistia ou colocar a lei para

não punir mais determinados comportamentos. Fica uma coisa lindíssima. Da "propinópolis" se faz é parando de roubar. Quando não houver mais roubos, nem mais ladrões não haverá mais processos. O problema é que tem muita gente com muita capacidade de fazer chantagens.

Processamos muitas pessoas, mas infelizmente, não descobrimos todos os responsáveis. Aqueles que cometeram delitos contra pessoas, que ainda não foram descobertos, estão agora em condições de condenar essas pessoas; ou de chantageá-las, dizendo: - Se eu for para prisão você vem comigo. Então você resolve. Se não nós vamos ser preso.

São problemas gravíssimos. Essa situação atual na Itália, tínhamos sugerido há alguns anos atrás, uma solução. Tínhamos dito que a corrupção é um crime difícil de ser combatido. Porque ela não afeta poucas pessoas. A corrupção envolve quem paga e quem recebe. Se eles se calarem não vamos descobrir jamais. Então vamos fazer com que não seja punido o primeiro que abrir a boca, de modo que a situação se resolva. Vamos pôr um fim, como nos casamentos anglicanos, que dizem: "Fale agora ou cale-se para sempre". Para evitar a possibilidade de chantagem, no futuro.

Um diretor de jornal italiano disse que dessa forma queremos criar um estado de polícia, de modo que se tivesse direito de apelação. E nós respondemos que quem colabora com autoridade tirana, com inimigo, e não aquele que quer respeitar as leis de seu próprio país, respeitando a democracia. Um político, usando um termo assim: Delatar, com relação àquele que diz a verdade para a autoridade judicial quer dizer o quê? Porque se disser o significado delatar é um problema.

Na Itália temos o pacto de silêncio. É o que defini, exatamente, a Máfia.

O SR. (Não Identificado) - Antônio Di Pietrò se demitiu da magistratura. Durante um período breve ele foi Ministro do Governo, Ministro de Obras Públicas. Nesse momento ele se demitiu da profissão de Ministro e está se candidatando a Senador, numa determinada circunscrição ao Senado. Ele foi processado, pois eram atribuídos a ele crimes cometidos durante o exercício do seu mandato. Ele foi absolvido desses processos penais, na primeira instância. Nesse momento ele está envolvido em outros processos penais.

Digamos que Di Pietro, na crônica judicial italiana, é acusado de alguns processos, dos quais foi absolvido. As acusações iam desde conluio - crime pelo qual foi absolvido na primeira e na segunda instância e foi absolvido na segunda instância, numa fase anterior, não numa fase de debate, frente ao juiz do inquérito preliminar.

A corte de apelação ao Tribunal falava de conluio e abuso. Outros processos por abuso de poder se concluíram quando... (...) ...na primeira instância. Mas ele agora está sendo acusado por outros crimes.

O cenário italiano é conhecido não apenas por esta questão do Di Pietro, mas ele foi também acusado por cerca de 300 queixas de difamação e calúnia. Os que o acusam desse crime, grande parte dos juízes dessas queixas resultaram em julgamentos. As pessoas acusadas foram condenadas por difamação.

Essa é uma representação. Espero que esclarecedora, no que diz respeito a sua pergunta, sobre Di Pietro.

O SR. (Não Identificado) - Eu só gostaria de acrescentar para o Deputado Cascione que tudo isso foi possível depois da reforma do Código Processual Penal italiano, quando entrou em vigor, em 1989, esse sistema misto. Eu gostaria, portanto, de lhe entregar este livro, que talvez seja objeto dessas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Peço ao Dr. Procurador que utilize a nossa...

O SR. (Não Identificado) - Nós estamos acompanhando a audiência na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sendo realizada no auditório Petrônio Portella do Senado Federal.

O SR. REINALDO SILVA COELHO - Meu nome é Reinaldo Silva Coelho. Sou Defensor Público-Geral da União e parabeno o Senador Bernardo Cabral pela constituição deste acontecimento que, efetivamente, trará frutos positivos à Nação brasileira.

Eu gostaria de fazer duas perguntas aos ilustres procuradores italianos. A primeira diz respeito ao aspecto legislativo. Tomei conhecimento de que a legislação brasileira foi traduzida para o italiano e a legislação italiana foi traduzida para o português, de modo a se poderem fazer comparações.

Eu perguntaria, então, aos ilustres palestrantes: em relação àquilo que eles encontraram na legislação brasileira, o que deverá ser mudado, reconceituado, para que se possam, efetivamente, no Brasil, promover campanhas ou atitudes e operações semelhantes a essa que ocorreu e está ocorrendo na Itália, com referência a esse desgraçado episódio chamado corrupção?

Sinceramente, não pude compreender como se passa na Itália a atuação do defensor das pessoas acusadas. Segundo a Constituição brasileira, nos direitos individuais consagrados a partir de 1988, o acusado tem direito ao devido processo legal e à ampla defesa. Eu gostaria que os ilustres palestrantes me respondessem a segunda pergunta: face ao ordenamento jurídico processual italiano - em que há momentos em que o Ministério Público e a Magistratura se confundem, inclusive na investigação -, onde termina a ação do Ministério Público e começa a ação do Magistrado? Porque - como V. Ex^{as} tomaram conhecimento -, o Ministério Público, no processo brasileiro, é tido como parte, ao lado do defensor, que é a outra parte que defende o acusado. Esse tratamento privilegiado ao Ministério Público na Itália tem alguma reflexão, em termos de descompasso com o tratamento das partes no processo, ou seja, entre o advogado, o defensor e o Ministério Público, como partes?

Eu gostaria, efetivamente, que isso ficasse pelo menos desanuviado, para que pudéssemos compreender melhor essa ação investigatória do Ministério Público e da Magistratura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Vamos, então, ouvir agora a resposta do Dr. Piercamillo Davigo.

O SR. PIERCAMILLO DAVIGO - Há duas maneiras de conceber o processo. Em primeiro lugar, o modo dos países onde o processo serve para decidir o caso de uma controvérsia que tenha razão para se decidir quem está certo e quem está errado, depois temos o modo ou os moldes franceses, principalmente na Europa Continental como um todo e isso serve para se descobrir o que ocorreu. Se o modelo é o primeiro, então é necessário que haja duas partes iguais perante um juiz equidistante das duas partes. Se o modelo for o segundo, o francês, o Ministério Público e o juiz desempenham o mesmo papel, porque ambos têm o papel de reconstruir a verdade. O defensor tem o dever de defender, que

é um dever nobre, mas também deve buscar a verdade; tem obrigação por lei de buscar as provas a favor do acusado. Se o acusado diz que estava no local "x" no dia do assalto, tenho obrigação de ouvir essas provas e de ouvir com a mesma retidão que vou ler os mesmos textos, isso faz parte da cultura jurídica italiana e também da Europa Continental. Até 1989 na figura do juiz italiano, no juiz de primeira instância responsáveis por crimes menores, o juiz, em primeiro lugar, fazia a investigação menor e depois o julgamento em seguida, e só no Tribunal essas duas figuras se separavam. Hoje nós modificamos esse sistema e com efeito há quem diga que o Ministério Público deve se tornar uma figura do advogado e eu sustento que é impossível que o Ministério Público desempenhe o papel do advogado. Até que a minha função descrita no sistema jurídico seja aquela de zelar pela observância das leis não pode ser aquela figura igual ao do defensor, que tem interesses particulares e eu tenho dever igual ao do juiz. Se eu tiver que condenar as pessoas claro que posso me tornar, ter o mesmo papel, mas as provas não podem me fazer ser imparcial, tenho que ser imparcial com o juiz. Hoje a questão da defesa na Itália é que nós não temos um defensor público. Todos têm direito a um defensor, quem pode pagar paga, se não for nomeado um pelo Ministério Público ou pelo próprio juiz, dependendo da circunstância, dependendo do que for necessário, ele precisa pagar. Se não puder pagar um defensor de confiança ou de ofício, pode-se admitir que a defesa seja feita às despesas do Estado, um advogado de fora poderá ser pago pelo Estado e mandará só a conta para o Estado em outras palavras. Devo dizer que na Itália também se recorre muito pouco à defesa às custas do Estado. Eu gostaria de fazer uma afirmação um pouco presunçosa, mas que demonstra que - como a maior parte dos crimes são produtos de crimes - normalmente essas pessoas têm dinheiro para pagar advogados.

Portanto, de maneira geral, esse problema não é muito sério agora. O que conta é a declaração do réu. Pode haver uma mentira ou uma pessoa que não pague impostos, mas depois tem que pagar.

No que diz respeito ao poder concreto do Ministério Público e do Juiz, isso em parte depende da lei, porque ela confere poderes ao Ministério Público e ao Juiz.

Em parte, também depende da fase em que está o processo. Na fase preliminar, o Ministério Público tem muitos poderes. Por exemplo, não posso privar uma pessoa de sua liberdade individual. Em outras palavras, posso prender uma pessoa somente durante 48 horas, mas depois ela ficará à disposição do Juiz. Todas as vezes em que uma pessoa for presa antes do processo, tenho que pedir autorização do Juiz. Assim também acontece com a escuta telefônica, em que é necessária a autorização do Juiz. Se essa autorização não foi dada pelo Juiz, as informações que obtive não poderão ser utilizadas durante o julgamento. Portanto, tudo depende do estágio em que está o processo.

O defensor público também tem alguns direitos, também pode ouvir depoimentos. Entretanto, há uma diferença fundamental: se ouço um depoimento verbal, em primeiro lugar é necessário dizer que essa testemunha é indagada e precisa dizer a verdade, senão estará cometendo um crime, como faria na fase de um crime cometido em juízo.

Por outro lado, tenho um cargo oficial, e os documentos que assino têm um valor público. Se eu disser o que é falso, corro o risco de ser preso numa reclusão de até 10 anos. Portanto, se o defensor escrever algo falso, sua atitude não terá as mesmas penalidades que eu receberia. Se eu, por exemplo, fizer uma investigação parcial em detrimento do acusado, cometerei abuso de poder, enquanto se o defensor fizer uma defesa parcial, estará apenas cumprindo o seu poder. Jamais um membro do Ministério Público ou defensor poderão estar cumprindo o mesmo papel. Se sei que um acusado é culpado e eu produzir provas falsas, estarei cometendo crime de calúnia. No entanto, se o defensor defender alguém que sabe que é culpado, dizendo que é inocente, ele estaria cometendo um crime, mas seu papel seria visto de maneira diferente, em conformidade com a lei italiana.

Na fase de audiência preliminar, o tempo é de 20 dias. Quando peço ao Juiz para julgar uma pessoa, tenho que enviar uma notificação a essa pessoa 20 dias antes. Depois, temos uma série de atos para interrogar uma pessoa - 24 horas antes, no caso do defensor. Numa audiência preliminar, dizemos: essa pessoa é culpada.

Eu gostaria de passar a palavra adiante.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Alguém mais deseja fazer alguma pergunta?

Eu pediria ao colega que se identificasse, para que ficasse registrado para publicação posterior.

Tem a palavra o Dr. Luiz Augusto.

O SR. LUIZ AUGUSTO - Meu nome é Luiz Augusto, sou Procurador da República, na Procuradoria da República do Distrito Federal, coordenando a área criminal.

Em primeiro lugar, fico agradecido pela oportunidade de podermos ouvir a experiência italiana, e ver o quanto precisamos ainda andar em termos da persecução penal no Brasil.

Temos alguns institutos, mas que não são executados. Não são exercidos. Alguns institutos que permitiriam uma persecução penal mais eficaz. E não são exercidos por posições pré-concebidas, que afetam inclusive no âmbito da jurisprudência, quando, por exemplo, vemos **habeas corpus** trancando investigação criminal, por um ato contra um ato de indiciamento, ou seja, apenas apontar, no inquérito policial; por um ato da autoridade policial, que sobre alguém convergem indícios de crime. Há um **habeas corpus** que tranca o inquérito, obstando toda a persecução penal, inclusive a ação penal.

No entanto, muito se poderia falar aqui da experiência que vivemos no dia-a-dia. No meu entender, um dos principais entraves à eficácia da persecução penal está, hoje, no Brasil, no distanciamento entre as diversas agências governamentais. Então, como a Receita Federal não transfere seus registros ao Ministério Público sem uma quebra de sigilo; o Ministério Público nem tem ciência do fato para poder requisitar ao Banco Central, por sua vez, e assim sucessivamente. Quando temos oportunidade de tomar ciência de fatos - em tese - conseguimos, com muito custo, requisitar informações, formar um procedimento investigatório muitas vezes paralelo ao inquérito policial, que está no âmbito da polícia.

Lembro aos senhores de que, no processo penal, se obedecermos à formulação atual, eu, como Procurador na defesa do Estado e da sociedade em um processo penal, posso ter a oportunidade de em nenhum momento interrogar o acusado. Em nenhum momento tenho a oportunidade de dirigir a palavra ao investigado e, posteriormente, ao acusado.

661 Mas eu gostaria de fazer duas perguntas bem específicas, até por conta de alguns óbices que estamos enfrentando hoje na persecução penal do crime de corrupção. A primeira delas é a exigência que é feita no Ministério Público de comprovar um ato de ofício do agente público para demonstrar o recurso que porventura tenha recebido e que é refletido pelos seus sinais exteriores de riqueza. Ainda que se demonstre sinais exteriores de riqueza, não comprovando um ato de ofício que ele tenha feito, não tenho o crime de corrupção. Como foi solucionada essa questão na Itália?

A outra questão é bem prática. Estamos, nesse momento, com alguns inquéritos, algumas investigações que examinam condutas criminosas que diria transnacionais: iniciaram-se na Itália e vieram para o Brasil. Por exemplo, como está dando na imprensa que, hoje, o Brasil seria o paraíso dos mafiosos italianos. Em sendo incomodados na Itália, mudariam para cá. Estamos iniciando algumas investigações, mas temos dificuldades nas cartas rogatórias, como, do mesmo modo, temos conhecimento das cartas rogatórias da Itália para cá pedindo provas, testemunhas e que sofrem óbice de toda a burocracia de uma carta rogatória.

Mas a pergunta mais específica é: como foi resolvido o problema da troca de informações, da cooperação com a transmissão de provas entre os diversos países pelos quais passaram esses indivíduos que foram investigados nos crimes de corrupção? Em especial pelo fato de que o dinheiro que recebem são depositados em paraísos fiscais, nos Estados Unidos e na Europa, onde já não há distância entre os países. Para usufruir do produto da corrupção, basta pegar um avião, à noite, e gozar a vida em Miami e voltar na segunda-feira para bater o ponto num órgão público.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Muito bem, Dr. Augusto.

Concedo a palavra ao Dr. Paulo Ielo.

O SR. PAULO IELO - O problema do ato de ofício é um problema análogo ao que ocorre na Itália. Para afirmar a existência de um ato de corrupção é necessário que a remuneração, o pagamento seja feito por um ato de ofício, ao contrário de...

Devemos ressaltar que pelo menos na experiência de investigação que tivemos ocorreu que indivíduos que tinham funções públicas eram remunerados por sujeitos corruptores. Ocorria que funcionários públicos e até magistrados estavam a serviço de pessoas da iniciativa privada e havia também acordo para desempenhar suas funções a serviço dessas pessoas corruptoras. Eles eram remunerados e pagos. Nesse caso, com um esforço de interpretação... Devo dizer, na verdade, que tivemos atos persistentes de corrupção. Tínhamos na base um ato de corrupção pelo fato de que eu vendo um ofício no escritório, por exemplo, haverá um ato de corrupção ou crime de corrupção, porque aquilo, na verdade, vai contra a minha posição no escritório ou nesse meu ofício, colocando a minha atividade a serviço de interesses privados.

Em relação ao problema da correlação entre os sinais de riqueza exteriores e o ato de ofício que temos aqui, há um problema de prova concreta. Posso contar o que ocorreu em uma série de experiências que tivemos. Num determinado momento houve a intervenção sobre atos de um funcionário público que legitimamente tinha seus contatos telefônicos com uma terceira pessoa, privada, interceptados. Considerava-se ilegítimo o ato se no período de tempo houvesse transferência de atribuições daquele funcionário... Se nem o funcionário público nem o cidadão der uma justificativa plausível para aquela transferência de fundos, de recursos, aquelas atitudes, isso indica que há uma atitude ilícita. Temos então, concretamente, a prova da correlação entre o pagamento daquele valor em dinheiro, daquela soma e a ilegitimidade daquele ato de ofício.

Em relação ao problema da cooperação internacional: é um problema muito sério especialmente porque os pagamentos de valores em dinheiro ocorrem através de circuitos financeiros que acabam dispersando a prova com relação ao destinatário. Vimos na nossa experiência de investigação que certos investimentos de dinheiro feitos por pessoas corruptoras partiam da Suíça, chegavam em Hong Kong em contas de pessoas, de sociedades e de lá voltavam à Suíça, mas não ao mesmo banco de onde haviam partido. Na verdade, terminavam numa conta de passagem, numa conta provisória, passavam para outras contas no mesmo banco e aí chegava finalmente a um destino diferente.

Acho que uma das chaves para enfrentar de modo sistêmico e correto o problema da corrupção, seja aquele de ativar a cooperação internacional no plano judiciário é relativamente simples, quando existem boas condições, mas é insolúvel quando essa cooperação internacional não existe.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Ainda temos exatamente 10 minutos.

Quero dizer aos eminentes Procuradores que usarão da palavra, o ex-Procurador-Geral da República, que é também muito identificado, inclusive, com os trabalhos legislativos.

Peço ao Dr. Aristides Junqueira, convidado especial do Senador Pedro Simon, que use o microfone.

O SR. ARISTIDES JUNQUEIRA - Sr. Presidente, Srs. Componentes da Mesa, esta aula de Direito Comparado todos nós aproveitamos. Minhas perguntas serão breves. A primeira é a seguinte: li que Di Pietro deixou o Ministério Público - ou a Magistratura - e foi ser Ministro de Estado, pretendendo hoje ser candidato ao Senado. Como é que se ingressa na Magistratura, seja Judiciária ou do Ministério Público? É mediante concurso único ou nomeação? Qual a forma de provimento desse cargo público? É possível que, atuando nesse cargo, se possa exercer uma atividade político-partidária? É necessário pedir licença ou afastar-se definitivamente?

Ouvi também, dando um exemplo de homicídio, o Procurador dizer que o Ministério Público, ao receber um telefonema da Polícia quando esta vê um cadáver, responderá se vai pessoalmente ao local levando seus técnicos. Esta é a segunda questão: o Ministério Público na Itália tem técnicos à sua disposição?

A terceira pergunta é: há alguma divergência ou dificuldade de relacionamento entre a Magistratura, o Ministério Público e a Polícia? Explico o porquê dessa indagação: o Senador Pedro Simon lembrou-nos encontros nossos, inclusive os próximos. Há pelo menos quatro anos que, do fruto dessas reuniões, elaborou-se um pequeno projeto que só pretendia modificar uma parte de nosso Código de Processo Penal, que, aliás, é de 1941, cópia de uma legislação fascista e que vigora até hoje. Trata-se desta dificuldade que temos, de um órgão do Poder Executivo, que é a Polícia Judiciária - a qual, embora assim chamada, é subordinada àquele Poder -, apurar as infrações

penais e mandar o pacote pronto para o Ministério Público, que oferecerá a denúncia e se tornará refém das provas colhidas no inquérito, uma vez que ele próprio não pode colher provas. Isso é entregue ao Magistrado, que nenhuma participação teve na fase anterior à peça acusatória. Tentou-se, mas, no Brasil, o inquérito da Polícia vai até o Ministério Público por intermédio do Poder Judiciário, ou seja, não há comunicação direta em matéria de investigação criminal entre o Ministério Público e a Polícia, que investiga. Se a Polícia não termina o inquérito no prazo legal, pede ao Magistrado um tempo maior para concluí-lo. O Magistrado, então, dá vista ao Ministério Público para que este se manifeste acerca da concordância ou não com o pedido, transformando-se essa relação num triângulo em que a Polícia não conversa com o Ministério Público.

O projeto assinado pelo Senador Pedro Simon foi no sentido de acabar com essa intermediação.

Foi feito, dentro do Ministério Público Federal, por várias mãos, fruto dessa experiência de que isso emperra o andamento da investigação criminal. Conclusão: esse projeto não anda aqui, no Senado Federal, porque os interesses corporativistas, seja da Polícia, seja do Ministério Público ou da Magistratura, não permitem. E não há possibilidade de o Ministério Público conversar hoje diretamente com a Polícia, a fim de se dar maior celeridade à apuração dos fatos. Digo isso para ficar constatado, porque a pergunta vem a seguir: o Ministério Público, na Itália, tem técnicos à sua disposição? Por exemplo, se se deseja investigar um delito praticado no seio de um banco, em uma instituição financeira, com toda aquela complexidade em matéria de contabilidade e de legislação específica, há técnicos em assuntos bancários a serviço do Ministério Público?

São essas as indagações.

Muito obrigado.

O SR. PIERCAMILLO DAVIGO - Para responder a essa primeira pergunta é necessário ter presente que a Magistratura é um corpo único que compreende juiz e Ministério Público nacional na Itália. Não somos um Estado federal, portanto não existe justiça federal e estatal; existe um único composto a nível nacional para os magistrados. Os vencedores desse concurso fazem um período de estágio e no final desse período de estágio, se forem considerados idôneos assumem as funções ou de

Ministério Público ou de juiz e podem, em qualquer momento que seja, mudar. O único limite seria a permanência mínima, ou seja, não se pode mudar antes de dois anos da magistratura para o Ministério Público e vice-versa. Por dois anos fui juiz; há dezoito estou no Ministério Público. Ielo também teve um período semelhante. Tanto ele quanto eu amanhã, se decidirmos, poderemos ser juizes. Mas nenhum de nós pode ser considerado não idôneo porque quando juizes fomos considerados idôneos, portanto não é mais revogada essa avaliação da idoneidade. Isso comprova o seguinte: a magistratura italiana, por definição, é imparcial. Di Pietro deixou a magistratura e não é mais um magistrado. Isso permitiu... As razões pelas quais ele foi demitido envolveram um processo na Itália porque se considerou que ele tivesse sido obrigado a demitir. Eu gostaria de esclarecer também o que foi dito antes por Ielo com relação a Di Pietro. Ele foi sujeito a muitos processos mas todos nós... Fui denunciado dezesseis vezes e fui considerado inocente nessas vezes todas. Mas acusados que não conseguiram ser absolvidos... Houve inquéritos, investigações com relação a nós, com relação a nossa vida privada; durante cinco anos estávamos procurando os corruptos mas durante muito mais anos havia pessoas construindo provas falsas sobre nós. Por exemplo, foram presos dois suboficiais da polícia que tinham feito depoimentos falsos sobre nós e a nossa vida. A escolha de Di Pietro foi o seguinte: "não sirvo mais para magistrado, vou fazer política". Ele estava sujeito a represálias e vingança daqueles sobre os quais ele investigou. Mas a escolha dele foi política, ele entrou no Governo. Como eles construíram outras provas, isso permitiu... porque ele pensou: "não quero arrastar o Governo todo junto comigo porque arrumaram outras provas falsas contra mim. Agora ele decidiu candidatar-se ao Senado mas ocorrem coisas estranhas às vezes. O chefe da oposição na Itália disse: "com as provas que eu levei ao juizado de Brescia, uma cidade perto de Milão, outro cidadão seria levado à prisão. E Di Pietro disse: "Como posso continuar sendo alvo sem poder me defender"? Por isso ele decidiu fazer política, para se sentir defendido nesse sentido.

É interessante que Di Pietro era considerado um homem de direita e se candidatou em um partido de esquerda.

Isso não incide sobre a independência da magistratura. Ele deixou a magistratura no ano de 1994 e, três anos depois, decidiu se envolver na política. Já faz tempo.

Outra questão: o Ministério Público não tem de ser técnico, mas pode se valer dos técnicos que quisermos escolher em universidades e instituições. Eles podem ser escolhidos em outros organismos estatais também, por exemplo, no homicídio, eu nomeio o médico legal dentre os professores da Faculdade de Medicina; posso, além disso, fazer pesquisas da mesma forma, nomeando um perito de balística dentre professores de Física de uma universidade; se eu for a um banco fazer uma investigação, posso nomear um professor de direito bancário ou de técnica bancária ou, se eu quiser, até um funcionário do Banco Central da Itália - que tem um departamento de vigilância que faz essas inspeções - eu posso nomeá-lo como consultor e levá-lo comigo nas investigações ou então qualquer outro funcionário. Eu posso nomear quem eu quiser, livremente. Eu posso nomear essas pessoas mesmo nos bancos privados. A partir do momento em que ela for nomeada, ela terá uma função pública.

A terceira questão é o controle da polícia. O controle da polícia é excelente por parte do Ministério Público. Vejamos o porquê. Na Itália, não temos um corpo de polícia judiciária. Temos diversos órgãos de polícia. Cada um deles desempenha o papel tanto de segurança pública quanto de segurança judiciária. A independência do Ministério Público é garantida dessa forma, isto é, há três níveis. O primeiro nível é que, em cada Procuradoria, há uma seção de polícia judiciária. Há um escritório composto por membros dos três órgãos de polícias principais. Nós escolhemos quem queremos que faça parte da Procuradoria. Os departamentos de polícia não podem se negar a fornecer as pessoas que nomeamos. Isso permite um controle extremamente rígido. Posso dar aos senhores um exemplo concreto: um oficial de nível mais alto, atualmente, na seção de polícia judiciária, da cidade de Milão, que pertence à guarda de finanças... Mas vou abrir um parêntese: ele foi escolhido entre 20 policiais que haviam sido requisitados; para 19, o departamento disse OK; mas, para um, ele disse: "Este não é idôneo." Nós dissemos o seguinte: "Queremos esse aí." E apanhamos o único que eles não queriam enviar. Isso nos permite um controle muito abrangente dessas pessoas que vêm desses departamentos. Isso é um pouco

peçoal, pois são três por magistrados e eles servem para coisas muito delicadas, porque são de confiança absoluta. Eles têm garantias fortíssimas, por exemplo, eles não podem ser deslocados sem a nossa permissão; as avaliações de promoção são feitas pelo Procurador. Por outro lado, temos ofícios externos. Temos delegacias de polícia que fazem investigação.

O chefe desse departamento é o responsável pela operação de todos os seus homens frente ao Procurador da República. Por sua vez, o Procurador da República deve dar o nada consta e ele não pode ser promovido e nem deslocado se não houver esse nada consta. Eu gostaria de esclarecer o seguinte: todos precisam desse nada consta. Depois, todos os outros oficiais e membros de polícia têm obrigação de executar as ordens do Ministério Público e do juiz. Para que essa ordem seja eficaz, temos um procedimento disciplinar e podemos impingir sanções, como, por exemplo, dizer ao superior que esse determinado indivíduo se comporta mal e podemos puni-lo imediatamente.

A polícia judiciária tem uma relação muito boa com o Ministério Público. Nos anos recentes, que eu saiba, jamais tivemos problemas. Jamais houve um caso de desobediência.

O Ministério Público precisa estar muito atento ao reger as investigações, porque essas pessoas dependem de mim, como também dependem do Executivo. Portanto, eu não devo colocá-las em situações difíceis. Se eu tiver uma investigação de corrupção feita pelo pessoal da polícia externa da cidade de Milão e, talvez, por exemplo, o Ministro do Interior for amigo ou do partido daquele sujeito, isso pode criar problemas, não interferindo na investigação necessariamente, mas, na primeira vez em que houver problemas, ele pode dizer para o chefe de polícia: "Você não é um bom chefe de polícia. Temos problemas".

Por exemplo, num caos em um campo de futebol, vou usar uma polícia externa e assim não terão de prestar contas. É uma questão de usar a cabeça ao fazer essas investigações. Se eu redigir uma carta, dizendo para fazer isso, aquilo e aquilo outro, ele pode dizer aos seus superiores: "Olha, estou cumprindo ordens. Não posso deixar de cumpri-las, senão o Ministério Público vai me prender, porque eles disseram em detalhes o que eu devo fazer".

Portanto, até agora, tivemos uma relação de boa harmonia com a polícia judiciária. Isso não quer dizer, porém, que

estejamos sempre atuando em harmonia o tempo todo. O Ministério Público tem a cultura da legalidade. Não se toleram atos ilegais por parte da polícia. Quando há atos ilegais por parte da polícia, a intervenção do Ministério Público é duríssima. Que eu saiba, não houve atos de violência ou de uso de armas envolvendo intervenção. O dever do Ministério Público é fazer respeitar a lei e ela deve ser respeitada por todos, inclusive pela polícia. Portanto, quando houve alguma intervenção, esses problemas pararam de existir.

Devo dizer o seguinte: o Executivo estava interessado em controlar a polícia, porque, controlando a polícia, controlaria também aquilo que era levado à mesa do Ministério Público. Se a Polícia não notificava crimes cometidos, o Ministério Público não teria condições de dar encaminhamentos a essas investigações.

Temos aqueles chamados arrependidos que obtêm um desconto nas sentenças, porque esses arrependidos fornecem informações importantes. O crime organizado, o crime econômico tinham uma grande bagagem de notícias que não estão nas mãos da polícia e sim do Ministério Público. A polícia executa ordens, às vezes, sem saber por que. As informações que eles têm são aquilo que eles lêem ou aquelas ordens que eles têm a executar.

A polícia é importante...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Antes de dar a palavra ao Senador Pedro Simon para fazer suas análises - e já estamos no final -, devo dizer que, a esta altura, o Ministério Público deve estar com uma brutal inveja do poder. Imagine que o Professor Aristides Junqueira indagou se havia possibilidade de ter um corpo técnico. Tem muito mais: requisita de onde bem entende. Que força!

Com a palavra o eminente Senador Pedro Simon, autor do requerimento e o principal responsável pela beleza desta nossa reunião.

O SR. PEDRO SIMON - Prezado Presidente, Senador Bernardo Cabral, em primeiro lugar, minhas felicitações profundas a V. Ex^a. Foi dito aqui por um ilustre Procurador e por um Deputado que, na verdade, V. Ex^a é uma pessoa que merece o conceito, o respeito e a credibilidade da Nação. Pelas posições que ocupou - Presidente da OAB do Brasil, Relator-Geral da Constituinte brasileira, Ministro da Justiça -, pela integridade, pela seriedade, pela maneira com que V. Ex^a, na Comissão de Constituição,

Justiça e Cidadania do Senado e na tribuna do Senado, vem desenvolvendo seu mandato, emociono-me muito de estar aqui sob o comando de V. Ex^a.

Sr. Presidente, penso que vivemos hoje realmente um grande dia. Creio que vamos traduzir e publicar o que foi dito aqui. Acredito que deste debate, desta discussão teremos muito que andar, muito que prosseguir. Veja que está aqui conosco o ilustre Deputado Vieira da Cunha, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa do meu Estado. Ele já está com os procuradores tentando levá-los para Porto Alegre. E, pelo que dizem, nossos queridos procuradores de São Paulo, não irão para Itália antes de irem a Porto Alegre, na próxima segunda feira. Essa é uma demonstração de como essa questão está somando, está tendo, realmente, condições excepcionais.

O Dr. Junqueira chamou a atenção para uma questão que, na minha opinião, é a número um. E, aí, concordo com o Dr. Junqueira. Se formos analisar tudo o que foi dito aqui e o que acontece no Brasil, a exposição feita pelo Dr. Junqueira é fundamental. Quando foi Procurador-Geral da República, a sua equipe elaborou o projeto que tive a honra de encaminhar ao Congresso Nacional. Não temos tido condições de fazer com que ele ainda seja aprovado. Trata-se de uma tentativa de fazer aqui o que acontece na Itália. Em uma primeira etapa, não quer que o promotor fique de braços cruzados assistindo e, só no final, possa dizer alguma coisa. Quer que as Polícias Judiciárias estejam ligadas à promotoria e ao procurador e que essa instrução seja encontrada com a coordenação da Procuradoria. E aí sim, que possam ter, fazer e elaborar as provas e estar presentes. É claro que a Itália é ainda superior, porque lá não só a Polícia Judiciária está ao lado do procurador, mas esse é juiz. Foi juiz ontem, procurador hoje e pode voltar a ser juiz amanhã. Então, há essa integridade de ação. Só aqui, precisaria entrar em outros detalhes. Eu não precisaria entrar em nenhum outro detalhe, mas aqui já demonstra um primeiro passo que é infinitamente importante para o que temos que fazer. Mas eles não são procuradores?

Em Brasília, o que disse o Procurador-Geral: cometeram um crime? Vai lá o delegado de polícia e a polícia. O procurador nada tem a ver com isso. Não pode dar palpite, não existe procurador. Vão lá, fazem perícia, levantamento, exame de balística. Fazem tudo o que têm de fazer, ouvem as testemunhas,

mexem nas provas que estão ali, fazem o corpo de necropsia, enterram e terminou tudo. Um mês, dois meses depois, o delegado manda o processo para o juiz, que o recebe e o envia para o promotor. Esse vai analisá-lo e, conforme for, apresenta a denúncia. Apresentada a denúncia, o juiz vai começar a fazer o processo que tem valor. E aí, o promotor vai entrar, quando não têm mais provas, os fatos já desapareceram, as testemunhas, às vezes, até já prescreveram. Às vezes a testemunha já não se lembra mais do fato que ocorreu há dois anos ou mais.

Então, a mim me parece que o Dr. Junqueira colocou uma das questões que considero fundamentais em meio a tudo o que foi dito. Agora, vi na análise feita pelo Srs. Procuradores: não há dúvida de que a independência do Poder Judiciário é importantíssima. Não há dúvida de que a possibilidade de segredo de investigação de até seis meses é importante. Não há dúvida de que a disposição de depor ou de terem a iniciativa, sem qualquer decisão judicial, desde qualquer momento poderem andar, inclusive, como decisão por registro posterior, parece-me impressionante. A possibilidade de solicitar ao juiz que, durante as investigações preliminares, sejam deferidas custódias cautelares ao réu para evitar fraudes das provas, fugas e reincidências evidente. Aqui no Brasil, o réu, inclusive em sistema financeiro, e o nobre Senador Presidente me disse que com os precatórios os cidadãos estavam por aí fazendo, andando, destruindo e desaparecendo com provas e intimando, pressionando sua família para que não falassem, e nós com a CPI em andamento. Essa responsabilidade que a procuradoria tem lá de determinar isso com relação ao réu me parece que é, realmente, fundamental. Quanto à escuta telefônica - agora estamos chegando lá - parece que é óbvio a sua importância e seu significado. A total ausência de segredo bancário nós Senadores, graças a Deus, votamos. Quero dizer: votamos que os Parlamentares não têm sigilo bancário, mas isso que está aqui de a Procuradoria não ter sigilo bancário, como acontece hoje com o Banco Central, que não fornece sigilo bancário para o Supremo Tribunal. O Banco Central tem a petulância de dizer que não fornece os dados ao Supremo Tribunal Federal, porque há o sigilo bancário. Então, essa é outro problema enfocado que os italianos não têm, e temos que analisar por que a prova não anda aqui no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Ocorre que na Itália não existe o sigilo bancário.

O SR. PEDRO SIMON - Exato, lá não existe sigilo bancário, nem tem por que existir.

Outro fato que eles levam muito a sério, e que os ilustres Procuradores de São Paulo - o Buono e o Antônio Bentivoglio - apresentam, é a questão do que os italianos chamam de "fundos negros", chamados por nós de "caixa preta". Essa é uma questão que enseja um grande debate, uma grande discussão. Eu, pelo menos, sou a favor do imposto sobre o cheque; fui a favor no Governo Itamar e fui a favor agora no Governo Fernando Henrique. Embora muitos gritem, penso que, além de ter sido criado para ajudar a saúde, o imposto sobre o cheque, em primeiro lugar, é o único que todos pagam; paga o corruptor de menores, paga o traficante de cocaína, pagam todos, porque não há como sonegá-lo. Em segundo lugar, essa é a fórmula pela qual se pode entrar no "caixa dois". (E isso foi engraçado, porque a Justiça tentou pedir ao Banco que desse...) Os bancos teriam que ter os dados sobre o imposto sobre o cheque pago pelo Sr. Pedro Simon, por exemplo. Se a Justiça precisasse desses dados, o banco informaria: "É tanto". Contudo, ocorre que a Justiça solicita: "Queremos a conta do Pedro Simon, para ver onde ele gastou o dinheiro". E o banco nega-se a dar as informações, alegando o sigilo bancário. É uma piada. Com toda a sinceridade, é uma piada.

Na verdade, o "caixa-dois", do qual os ilustres Procuradores falaram tanto, é por onde eles movimentam o dinheiro. Pelo amor de Deus, no Brasil é muito mais do que na Itália, porque aqui há o "caixa dois" da empresa registrada regularmente e o da empresa que não está regularmente registrada, a que não tem vida.

Verificamos coisas fantásticas agora na Comissão Parlamentar de Inquérito dos Precatórios, presidida pelo ilustre Senador Bernardo Cabral. Uma empresa que praticamente não existia, criada de última hora, movimentou precatórios no Brasil inteiro. Estados como Pernambuco, que nunca tinha feito precatórios, fizeram os precatórios; e essa empresa que não existia comprou-os todos, para depois um banco dos maiores do Brasil, às cinco horas da tarde, comprar por um valor 20% mais alto. Era uma empresa que não existia, criada em cima da PA(?).

Parece-me que essas questões são mais do que evidentes. Dizem os ilustres Procuradores da Itália que naquele país eles também não conseguiram licença para processar parlamentares, porque o Congresso não deixava. Essa é uma outra questão que temos que determinar: o Congresso Nacional tem que decidir o que é imunidade parlamentar e o que não é imunidade parlamentar. Imunidade parlamentar é para o caso, por exemplo, de o Bernardo Cabral falar, denunciar ou acusar; mas imunidade parlamentar não é o Pedro Simon colocar o dinheiro em não se sabe onde, e, na hora em que lhe pedirem informações sobre a localização do dinheiro, ele dizer: "Não, eu tenho imunidade parlamentar". Vamos devagar! Há processos e mais processos parados aqui no Congresso, envolvendo questões graves, tais como jogo de bicho e outras coisas, que não têm nada a ver com a atividade parlamentar; e é um absurdo não darmos licença para que seja processado o parlamentar. Diz bem o Procurador que na Itália era assim até que conseguiram alterar a legislação italiana. Hoje, uma vez alterada, vê-se o que está acontecendo: na verdade, na verdade já foram mais de cem parlamentares processados, e muitos estão na cadeia. Na verdade, na verdade foram quatro Presidentes da República; em rigor, não é o Presidente da República, mas era o Presidente do Conselho de Ministros; que é o Presidente de fato, que tem os poderes de Presidente, ou seja, é o Chefe de Governo. Três foram processados anteriormente, e um agora há poucos dias.

Li outro dia no jornal que o Presidente da maior empresa italiana, a Fiat, foi condenado a ir para a cadeia e a pagar uma multa enorme, porque tentou pressionar o Congresso Nacional para fazer valer um pensamento. Ele tentou agir dentro do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Há também o caso da Sophia Loren, não é mesmo?

O SR. PEDRO SIMON - É isso que estamos dizendo. Na Itália, a pessoa que burla o imposto de renda vai para a cadeia. A Sophia Loren, quando era jovem, no tempo em que ela era a mulher mais bonita do mundo, amanheceu na cadeia, porque tinha sonegado o imposto de renda. E ela foi solta só depois de pagar. Pagou toda a importância, inclusive ficou provado depois que era uma injustiça, devolveram o dinheiro para ela, mas devolveram depois; para responder em liberdade, ela foi para a cadeia!

Quem vai para a cadeia no Brasil? Quando aconteceu de um ser preso, o Sr. PC Farias, foi uma cadeia de dez estrelas, e ainda assim foi considerado um acontecimento fantástico. O Procurador italiano pode falar como estão falando, com autoridade, porque lá realmente existe combate ao crime do colarinho branco. Dezenas ou quase centenas de parlamentares italianos foram cassados. Além disso, devolvem o dinheiro da corrupção; eles têm uma importância fantástica de verbas devolvidas. Aqui no Brasil - todos sabem -, o dinheiro nunca mais volta; pode-se até descobrir para onde foi, mas nunca mais volta. Na Itália, eles têm conseguido que o dinheiro volte aos cofres públicos.

Sr. Presidente, conforme dizia o Dr. Aristides Junqueira, temos aqui um trabalho brilhante, feito na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde nós criamos uma Subcomissão. Durante dois anos, realizamos reuniões no gabinete do Presidente do Supremo Tribunal Federal, com a presença do Presidente do Supremo, do Procurador-Geral da República, do Ministro da Justiça, do Presidente do Tribunal de Contas da União, do Presidente da Câmara dos Deputados, do Presidente do Senado Federal e do seu modesto colega representante da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Naquela ocasião, houve projetos aprovados que hoje estão tramitando.

Quero dizer com isso que temos boa vontade. Lembro-me do Procurador Junqueira, quando dizíamos ali que, naquela reunião, estava a lei, na pessoa do Ministro da Justiça, que representa o Presidente da República, do Procurador-Geral da República, do Presidente do Supremo Tribunal Federal, do Presidente da Câmara, do Presidente do Senado Federal e do Presidente do Tribunal de Contas da União. Estavam todos ali. E por que o Brasil é o país da impunidade? Penso que essa reunião tem esse aspecto importante, que volto a repetir, se V. Ex^a o permitir: o ilustre Presidente da Comissão fez essa tentativa de uma maneira emocionante na CPI dos Precatórios. Naquela CPI, ele tentou fazer aquilo que o Dr. Junqueira e nós todos fizemos no gabinete do Presidente do Supremo Tribunal Federal, mas só que o Presidente da CPI fez na prática. Ali estavam Senadores, mas oficialmente, por escrito, a pedido seu, aprovado pela Comissão; além disso, com designação do Procurador-Geral, lá estavam participando permanente e ativamente a Procuradoria, a fiscalização da Fazenda, o Tribunal de Contas da União, a Polícia

Federal e o Banco Central, que fez uma grande atividade. Todos esses órgãos estavam participando daquela CPI. E meu querido Ministro tem razão quando afirma que a opinião pública diz, injustamente, que a CPI termina em pizza; mas ocorre que a opinião pública está cansada disso. Ela está cansada de ver manchetes dizendo "O Pedro Simon roubou", "O João fez isso", "Outro fez aquilo", e não acontecer nada! Então, nós, políticos, somos os únicos que somos nivelados por baixo. O Pelé é craque, e um outro é perna de pau. Um médico é muito competente, e outro é um irresponsável. O procurador é altamente capacitado, e um outro não deve agüentar. O professor universitário dá uma aula na Universidade que lota de alunos a sala de aula, e um outro é um gagá, a cujas aulas ninguém pode assistir. Cada um tem o seu mérito. Em política, isso não acontece; todos os políticos são nivelados por baixo, não prestam. No entanto, isso ocorre por um motivo muito simples: os jornais publicam as coisas, mas não acontece nada. Os jornais cumprem sua obrigação de publicar os fatos, mas tem que haver a contrapartida. Se eles publicam alguma coisa, há que se verificar se é ou não é verdade, com as devidas consequências: "Esse indivíduo devolveu o dinheiro, esse foi para a cadeia, esse foi para a rua da política, com esse aconteceu alguma coisa". Se não for verdade, o jornal publica um pedido de desculpas, porque os fatos alegados não aconteceram.

Sr. Presidente, para fazer isso, temos que começar com o combate à impunidade. E é isso que estamos tentando fazer aqui. Vamos tentar fazer o que o ilustre Presidente fez na Comissão, para que aquilo seja uma realidade, como acontece com os Procuradores na Itália, onde a magistratura e a polícia funcionam normalmente. No Brasil, isso não acontece. O Dr. Junqueira tem que pegar o pacote pronto e não pode dizer palavra nenhuma até a hora de apresentar ou não denúncias com as provas de que ele vai tomar conhecimento na hora, mesmo boas ou erradas.

Quero parabenizar os Srs. Procuradores. Eles estão aqui correndo risco de vida. Eles estão cercados de gente, porque, se o crime hoje é global, há pessoas no mundo inteiro querendo atingi-los. Quero agradecer profundamente, em nome da Comissão, ao Procurador-Geral, aos estudantes, a todos que estiveram aqui, acho, meu querido Presidente Bernardo Cabral, que valeu à pena. É um episódio inédito, diferente. Nós, hoje,

demos um passo importante naquilo que chamo a maior desgraça deste País, o não combate à impunidade. Nós avançamos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Usará da palavra, para agradecimento em nome do Dr. Antônio Tomás Bentivoglio e no seu próprio, o Dr. Carlos Eduardo Buono, e também o Dr. Palhares, pelo tempo que desejarem. Estou fazendo esta ressalva, porque ele me pediu poucos minutos, mas terá o tempo pelo trabalho que todos os procuradores brasileiros fizeram por essa "gincana" jurídica, mostrando ao País inteiro que podemos melhorar.

Tem a palavra o Dr. Carlos Eduardo Buono, Procurador-Geral da República do Estado de São Paulo.

O SR. CARLOS EDUARDO BUONO - Gostaria de agradecer ao Senador Bernardo Cabral pela pronta acolhida após a proposta de vanguarda do ilustre Senador Pedro Simon, que possibilita uma reflexão do que ora acontece em nosso País. Serei breve, mas destacarei alguns pontos.

Em primeiro lugar, o Ministério Público de São Paulo e o do País inteiro se preocupa com o projeto oriundo do Poder Executivo, do então Ministro da Justiça Nélson Jobim, que possibilita a diminuição da responsabilidade penal, quando nosso País se recente de criação de tribunais ou de questões de alto potencial ofensivo e não de crimes de bagatela ou de pequenas soluções para resolução de problemas carcerários. É uma preocupação que temos, porque o cidadão comum não pode, sequer, sair à rua. E o Senado, numa posição de vanguarda, parece que vai tomando a solução de contrariedade nesse projeto, ao menos é o que traz a Imprensa.

Em segundo lugar, a CPI dos Precatórios, presidida pelo ilustre Senador Bernardo Cabral, fez na prática o que os promotores italianos fazem na Itália. Quem nos dera que o Ministério Público também pudesse fazê-lo. Só que a Comissão Parlamentar de Inquérito é de inquérito; depois, as provas são refeitas, como disse o Ministro Edison Vidigal, duas ou três vezes. Perde-se muito tempo. Se ali se pudesse fazer justiça, não tenho dúvidas de que vários seriam os condenados, já que provas foram suficientes para esse fim.

A opinião pública, pela primeira vez, foi favorável, de forma avassaladora, ao que fez esta Comissão. Até nós, do

Ministério Público, que estivemos presentes a ela algumas vezes, sinceramente, ficamos muito felizes, porque a Comissão podia dizer o que não podemos dizer, podia fazer o que não podemos fazer, ou seja, contar com a colaboração de técnicos diretamente do Banco Central e de outros órgãos ligados ao Poder Executivo.

Em terceiro lugar, gostaria de fazer uma breve alusão ao Governo Itamar Franco, o único que começou a combater a criminalidade organizada de forma efetiva. Estas leis que temos hoje de interceptação telefônica, quebra de sigilo bancário e outras, e mesmo o tratado assinado entre o Brasil e a Itália em janeiro passado, são oriundas de discussão em comissão criada naquele Governo pelo então Ministro da Justiça Alexandre Dupeyrat Martins.

No Governo Fernando Henrique Cardoso, por questão pessoal de pura ciúmeira, vários projetos importantes foram retirados e alguns deles fazendo menção às práticas do Ministério Público que dão mais poderes a ele, e também à Magistratura.

Vale a pena lembrar que a superdimensão da polícia ao Ministério Público engrandece e fortalece a própria polícia, porque apaga a mácula que a polícia hoje tem de uma visão jocosa, na verdade até injusta, porque a polícia trabalha com imensas dificuldades. Não sou ex-policia e nem tenho procuração para fazer a defesa da polícia, mas é muito difícil ser policial no País.

Por fim, eu diria ao ilustre amigo Junqueira, que já esteve outras vezes em contato com o pessoal da Operação Mãos Limpas, que em alguns Estados - por exemplo, Rio de Janeiro e São Paulo - os inquéritos já vêm mais ou menos diretamente ao Ministério Público, de centrais de inquéritos, e que esses pedidos de prazo autorizamos diretamente. E que há um instrumento, sobre o qual o Dr. Augusto falou muito bem e lembrou - é até uma missão, se não for tocar no assunto -, que o Ministério Público não se utiliza de vários institutos aqui no Brasil que detém - por exemplo, a requisição direta à polícia judiciária. Fazer com que a polícia realmente obedeça às requisições do Ministério Público e não as discuta, como o Processo Penal assim permite e determina.

Por fim, ante o embate que sempre assusta, mas não tanto, porque parece que esta Casa Legislativa tem hoje vários expoentes - o Senador Pedro Simon e o Senador Bernardo Cabral fazem parte dessa turma de vanguarda -, eu gostaria só de dizer o

seguinte - não é uma questão de sugestão nem nada: no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ou de uma subcomissão, poderia ser criado o fórum para esses debates, para revitalizar os projetos que foram alguns engavetados e outros perdidos. Vou fazer menção a alguns, diretamente: o Caixa 2, o reforço da Lei da Improbidade Administrativa e também da quebra da imunidade parlamentar em determinados crimes, especialmente os crimes comuns. Sei que muitas vezes há a autorização para que os deputados ou senadores sejam processados, mas precisamos alargar um pouco essa via.

Finalmente, em meu nome pessoal, aqui representando meu colega do Ministério Público, quero dizer que muitas vezes estivemos em Milão para ver como eles trabalham, e a carta maior o seu Presidente... **(falha na gravação)** ...vimos com muita satisfação e com todo o empenho fazer com que mais vezes possamos trazer ao Brasil - e dessa vez o Rio Grande do Sul parece-me que se manifesta nesse sentido, foi o que ouvi do nobre Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania -, para que não morra nesse episódio dessa manhã, desse início de tarde o que discutimos aqui.

Especialmente, eu gostaria de agradecer aos meus amigos Piercamillo Davigo e Paolo Ielo pela contribuição que têm nos dado à distância, inclusive para a consecução de idéias de anteprojetos que formulamos. Quero esclarecer que mais um procurador da Itália deveria estar presente e não veio.

Muito obrigado, Senador Bernardo Cabral. Muito obrigado, Senador Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Meus senhores, quero, ao final, em nome da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, agradecer a presença do eminente Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Edson Vidigal, que integra a turma daquele tribunal ligada à área penal, quero agradecer a presença do Ministro-Chefe da Casa Militar da Presidência da República, que ainda há pouco tempo fez uma conferência expressiva na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, General Alberto Cardoso, agradecer ao eminente Senador Romeu Tuma, que é Vice-Presidente Internacional da Polinter e que tanto colaborou na Comissão Parlamentar de Inquérito dos Títulos da Dívida Pública com o trabalho de recolher

dados, determinando investigações, para que chegássemos, como chegamos, a bom termo.

Um agradecimento especial ao Dr. Carlos Eduardo Buono e ao Dr. Antonio Tomás Bentivoglio, que juntamente com o Dr. Joaquim Palhares deram os passos iniciais para que fosse possível que hoje aqui estivéssemos reunidos.

Quero agradecer, também, a presença dos dois procuradores italianos, Dr. Piercamillo Davigo e Paolo Ielo, lembrando que no meio da palestra do Dr. David ele fez a produção de uma frase que, no meu entender, valeria por toda a síntese que se pudesse dar a esta palestra. Ele declarou exatamente que a corrupção de um país é incompatível com a eficiência desse país. Ou seja, onde há corrupção, não pode haver eficiência.

Nesse conjunto todo de agradecimentos, quero dar uma palavra especial sobre o Senador Pedro Simon. O Senador Pedro Simon, para que os eminentes procuradores da Itália tenham ciência, foi Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Ministro de Estado da Agricultura, advogado a sua vida inteira, homem que tem sofrido na pele, como político, as agruras que ele registrou ainda há pouco de uma certa parte da imprensa que não confirma ouvindo a outra parte e acaba registrando fatos que não existiram, para depois pedirem desculpas. em particular, como fizeram com o Ministro, Senador e ex-Governador Pedro Simon.

Este País deve ao Senador Pedro Simon, em particular o seu Estado, o exemplo de dignidade com que ele tem se comportado a sua vida inteira. Em nome pessoal e no da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - sei que interpreto o pensamento dos eminentes membros da Comissão que aqui se encontram -, receba o nosso agradecimento.

Encerrando, quero, em meu nome, no do Senador Pedro Simon e no de toda a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, agradecer aos dois lados, aos universitários, aos magistrados, seus Deputados Federais, ao nosso Deputado Estadual, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Aos universitários, por uma razão mais especial: eles estão vendo, ao vivo, que a melhor forma de educação é o exemplo e quem vai seguir amanhã a carreira jurídica tem o exemplo de que se pode chegar a bom

termo desde que deixemos a corrupção em um lado, a impunidade em um lado e sejamos eficientes em outro.

Um agradecimento final ao Senador Antonio Carlos Magalhães, sem cuja colaboração efetiva e com a presença hoje afetiva, não teríamos chegado a bom termo. Podem retornar à Itália. Retornem certos de que, cada dia mais, estão fazendo amigos no Brasil e estes amigos que estão sendo feitos serão uma legião maior mais adiante, quando o Dr. Buono e o Dr. Bentivoglio apresentarem, em nome do povo brasileiro, seus agradecimentos. Voltem breve, estaremos aqui aguardando com muito carinho. Um grande abraço.

Está encerrada a reunião. (Palmas)

(Levanta-se a reunião às 13h45min.)

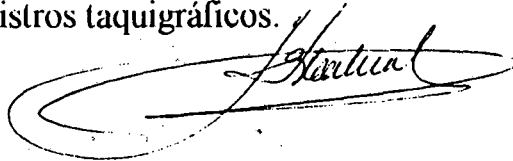
43^a

Ata da 43^a Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3^a Sessão Legislativa Ordinária, da 50^a Legislatura, realizada em 30 de setembro de 1997, às 10:00 horas. (Reunião extraordinária).

Às dez horas do dia trinta de setembro, de mil novecentos e noventa e sete, na sala de reuniões nº três, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Bernardo Cabral, com a presença dos Senhores Senadores José Bianco, Jefferson Péres, José Eduardo Dutra, Romeu Tuma, Renan Calheiros, Josaphat Marinho, Edison Lobão, Bello Parga, Elcio Álvares, Valmir Campelo, Beni Veras, Regina Assumpção, Osmar Dias, Francelino Pereira, Eptácio Cafeteira, Eptácio Cafeteira, José Fogaça, Sérgio Machado, Esperidião Amin, Romero Jucá, Ramez Tebet, Casildo Maldaner, José Roberto Arruda, Albino Boaventura, Eduardo Suplicy, Lúdio Coelho, Ney Suassuna, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Deixam de comparecer por

motivo justificado os Senhores Senadores Guilherme Palmeira, Jader Barbalho, Roberto Requião, Pedro Simon, Lúcio Alcântara, Antônio Carlos Valadares e Roberto Freire. Havendo número regimental o Sr. Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A seguir, passa-se à apreciação da pauta na ordem determinada pelo Sr. Presidente: item 01, PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 86, DE 1997, que “autoriza o Estado de São Paulo a contratar operação de refinanciamento de dívidas do Estado, consubstanciada nos contratos celebrados em 22 de maio de 1997, com base no protocolo de acordo firmado entre a União e o Governo do Estado de São Paulo, no âmbito do programa de apoio à reestruturação e ao ajuste fiscal dos Estados”. O Relator, Senador José Bianco, solicita o adiamento da apreciação da matéria até a próxima reunião ordinária, a fim de que possa concluir o seu relatório. Item 02: PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 25, DE 1997, de autoria do Poder Executivo, “altera dispositivos dos arts. 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzidos pela Emenda Constitucional de Revisão nº 1, de 1994.” Relator: Senador Renan Calheiros; parecer: pela aprovação, com uma emenda de redação que apresenta. RESULTADO: Concedida vista coletiva da proposição. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião, lavrando eu, Vera Lúcia Lacerda Nunes, Secretária, a presente ata que, após lida e

aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com os registros taquigráficos.



43^a
O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Havendo número regimental, declaro aberta a ~~51~~⁴³^a reunião da 3ª sessão legislativa ordinária desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A pauta da reunião extraordinária contém dois itens.

A seguir, faremos reunião conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos.

O item 1 da pauta é o Projeto de Resolução nº 86, que autoriza o Estado de São Paulo a contratar operações de refinanciamento de dívidas do Estado, consubstanciadas nos contratos celebrados em 22 de maio de 1997, com base no protocolo de acordo firmado entre a União e o Governo do Estado de São Paulo no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

O Projeto de Resolução nº 86 tramita em conjunto com o Projeto de Resolução nº 140, de 1996.

Concedo a palavra ao eminente Senador José Bianco.

O SR. JOSÉ BIANCO - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tendo em vista a exigüidade do tempo que esse projeto está conosco, temos o relatório praticamente pronto. Poderíamos até levá-lo à apreciação agora.

Tendo em vista, entretanto, o apelo do eminente Senador José Serra a V. Ex^a, e a mim transmitido, e tendo também em vista a magnitude do projeto - manifestou o Senador José Serra o desejo de se fazer presente na reunião, mas não pode estar agora pela manhã aqui -, requeiro de V. Ex^a ouvir do Plenário se poderíamos transferir a apreciação deste projeto para a reunião ordinária de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Consulto os eminentes Senadores se estão de acordo. (Pausa)

Fica adiada a apreciação dessa matéria para a reunião ordinária de amanhã.

Concedo a palavra ao eminente Senador Renan Calheiros, Relator da Proposta de Emenda à Constituição nº 25, de 1997, que altera dispositivos dos arts. 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzidos pela Emenda Constitucional nº 1, de 1994.

O parecer de S. Ex^a será apresentado agora.

Concedo a palavra a V. Ex^a, nobre Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, no exercício da competência que lhe é conferida pelo art. 60, inciso II, da Constituição Federal, mediante a Mensagem nº 449/97, na Câmara dos Deputados (nº 275/97, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional Proposta de Emenda à Constituição que altera dispositivos dos arts. 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A proposta encaminhada pelo Poder Executivo visa a prorrogação, por dois anos e meio da vigência do Fundo de Estabilização Fiscal, antigo Fundo de Emergência Social.

Portanto, Sr. Presidente, esta emenda que prorroga o Fundo não é uma emenda nova. Ela não está a tramitar pela primeira vez nesta Comissão nem no Senado Federal. Ela já tramitou em duas outras oportunidades. Os seus argumentos, seus resultados, seus números são sobejamente conhecidos de parte a parte.

O Fundo Social de Emergência, que precedeu a adoção do Plano Real, foi instituído durante o exercício de 1994 pela Emenda Constitucional de Revisão nº 1, de 1994, que incluiu os arts. 71, 72 e 73 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. O objetivo do Fundo, segundo o art. 71 introduzido, era o saneamento financeiro da Fazenda Pública Federal e estabilização econômica, por meio da aplicação de seus recursos no custeio das ações dos sistemas de saúde e educação, benefícios previdenciários e auxílios assistenciais de prestação continuada, inclusive liquidação de passivo previdenciário, e outros programas de relevante interesse econômico e social. A

duração do Fundo era prevista para os exercícios financeiros de 1994 e 1995.

A instituição daquele Fundo, em caráter provisório, teve como pressuposto que, no prazo de sua vigência, seriam adotadas as medidas que viriam a conferir ao Governo Federal os instrumentos necessários para garantir o equilíbrio fiscal em bases permanentes, condição que se entende fundamental para garantia da estabilidade da moeda no País.

Ao final do prazo previsto para a vigência do Fundo, o Poder Executivo solicitou sua prorrogação por mais quatro anos, sob o argumento de que enquanto as propostas de reformas constitucionais encaminhadas por ele ao Congresso Nacional não forem aprovadas e começarem a produzir seus efeitos no fluxo de despesas do Governo Central, o Poder Executivo estaria obrigado a recorrer a instrumentos provisórios para permitir o adequado gerenciamento da situação fiscal.

O Congresso Nacional, entretanto, entendeu que quatro anos era um período demasiadamente longo para a continuidade da existência do Fundo e, por meio da Emenda Constitucional nº 10, de 1996, prorrogou o instrumento, agora sob a denominação de Fundo de Estabilização Fiscal, por mais 18 meses, ou seja, até 30 de junho de 1997.

A Emenda Constitucional nº 10, de 1996, estabeleceu como recursos do Fundo:

a) produto da arrecadação do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza incidente na fonte sobre pagamentos efetuados, a qualquer título, pela União, inclusive suas autarquias e fundações, não se computando a citada arrecadação para o cálculo das transferências aos Fundos de Participação e aos Fundos Constitucionais, nem das despesas com a manutenção e o desenvolvimento do ensino;

b) montante limitado a 5,6% da arrecadação do Imposto de Renda (parcela da receita do tributo decorrente das alterações produzidas pelas Leis nºs 8.848, 8.849 e 8.894, de 1994, e modificações posteriores), não se computando tal parcela para fins de cálculo das transferências aos Fundos de Participação e aos Fundos Constitucionais, nem das despesas com a manutenção e o desenvolvimento do ensino;

c) a parcela da receita do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) decorrente da alteração produzida pela Lei nº 8.894/94, e suas modificações posteriores, não se computando para o cálculo das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino;

d) a parcela decorrente da elevação temporária para 30% da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) aplicável sobre resultados de instituições financeiras, sujeita a alteração por lei ordinária;

e) a parcela da receita da contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) devida pelas instituições financeiras, com aplicação da alíquota de 0,75%, sujeita a alteração por lei ordinária, sobre a receita bruta operacional, antes da destinação de recursos para financiar o seguro-desemprego e as aplicações financeiras pelo BNDES, e

f) 20% do produto da receita de todos os impostos e contribuições da União, instituídos ou a serem criados. Contudo, antes de se proceder a essa desvinculação, são calculados e deduzidos:

f.1) dos recursos do Imposto de Renda que restam após os abatimentos indicados nas alíneas "a" e "b", as transferências aos Fundos de Participação e aos Fundos Constitucionais;

f.2) do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), as transferências aos Fundos de Participação e aos Fundos Constitucionais;

f.3) da receita do ITR, a parcela de 50% pertencente aos Municípios.

Terminada a prorrogação da vigência do Fundo, o Governo Federal vem novamente solicitar ao Congresso Nacional o prolongamento da vigência do FEF, argumentando que ainda se encontram em tramitação no Congresso Nacional as emendas indispensáveis à reestruturação dos gastos públicos, persistindo, portanto, o quadro de restrições que exigiu a criação do Fundo Social de Emergência. O Governo argumenta ainda que sem a prorrogação do FEF, a manutenção do programa de estabilização exigiria políticas monetária e de crédito mais restritivas, ou corte de gastos em programas estratégicos nas áreas social e de infraestrutura, com prejuízos para o crescimento da economia e para as condições de vida da população mais pobre.

Em Exposição de Motivos anexa ao Projeto de Emenda Constitucional, os Ministros de Estado do Planejamento e Orçamento, e da Fazenda afirmam que o objetivo da iniciativa é preservar as condições mínimas necessárias à obtenção de resultados fiscais compatíveis com a consolidação da estabilidade e o crescimento sustentado e que, para tanto, continua a ser necessária a manutenção de instrumento capaz de reduzir a rigidez provocada pela excessiva vinculação de receitas a gastos predeterminados, de tal maneira a permitir que se financiem despesas incompressíveis sem a necessidade de endividamento adicional da União.

Diante do quadro apresentado, o Poder Executivo apresentou a seguinte Proposta de Emenda Constitucional visando a prorrogação do FEF até o final de 1999:

"Altera dispositivos dos art. 71 e 72. do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias introduzidos pela Emenda Constitucional de Revisão nº 1, de 1994.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional.

Art. 1º O **caput** do art. 71 do Ato das Disposições Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 71. Fica instituído, nos exercícios financeiros de 1994 e 1995, bem assim nos períodos de 1º de janeiro de 1996 a 30 de junho de 1997 e 1º de julho de 1997 a 31 de dezembro de 1999, o Fundo Social de Emergência, com o objetivo de saneamento financeiro da Fazenda Pública Federal e de estabilização econômica, cujos recursos serão aplicados prioritariamente no custeio das ações dos sistemas de saúde e educação, incluindo a complementação de recursos de que trata o § 3º do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, benefícios previdenciários e auxílios assistenciais de prestação continuada, inclusive de liquidação de passivo previdenciário e despesas orçamentárias associadas a programas de relevante interesse econômico e social."

Art. 2º O inciso V do art. 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação:

"V - A parcela do produto da arrecadação da contribuição de que trata a Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970, devida pelas pessoas jurídicas a que se refere o inciso III deste artigo, a qual será calculada, nos exercícios financeiros de 1994 e 1995, bem assim nos períodos de 1º de janeiro de 1996 a 30 de junho de 1997 e de 1º de julho de 1997 a 31 de dezembro de 1999, mediante a aplicação da alíquota de setenta e cinco centésimos por cento, sujeita a alteração por lei ordinária posterior, sobre a receita bruta operacional, como definida na legislação do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza."

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entre em vigor na data de sua publicação."

2 - O projeto aprovado pela Câmara dos Deputados.

Tendo em vista o disposto no **caput** do art. 64 da Constituição Federal, a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição oferecida pelo Poder Executivo teve início na Câmara dos Deputados. Após os dois turnos de discussão e votação exigidos pelo § 2º do art. 60 da Carta Magna, a Câmara dos Deputados acrescentou à proposta original do Executivo três artigos versando sobre a redução de perdas dos Municípios e disciplinando a retroatividade das inovações introduzidas, a saber:

Art. 3º - A União repassará aos Municípios o produto da arrecadação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza, tal como considerado na constituição dos fundos de que trata o art. 159, I, excluída a parcela referida no art. 72, I, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, os seguintes percentuais:

I - um inteiro e cinquenta e seis centésimos por cento, no período de 1º de julho de 1997 a 31 de dezembro de 1997 (o que repõe mais ou menos perdas de 50%);

II - um inteiro e oitocentos e setenta e cinco milésimos por cento, no período de 1º de janeiro de 1998 a 31 de dezembro de 1998 (o que, na verdade, repõe perdas eventuais de 60%);

III - dois inteiros e cinco décimos por cento, no período de 1º de janeiro de 1999 a 31 de dezembro de 1999 (o que, na prática, repõe eventuais perdas no percentual de 80%, o que significa, em média, 70% de reposição eventual de perdas dos Municípios.

Parágrafo único - O repasse dos recursos de que trata o **caput** obedecerá à mesma periodicidade e aos mesmos critérios de repartição e normas adotadas no Fundo de Participação dos Municípios, observado o disposto no art. 160 da Constituição.

Art. 4º - Os efeitos do disposto nos arts. 1º e 2º desta Emenda serão retroativos a 1º de julho de 1997.

Parágrafo único - As parcelas de recursos destinadas ao Fundo de Estabilização Fiscal e entregues na forma do art. 159, § 1º, da Constituição, no período compreendido entre 1º de julho de 1997 e a data de promulgação desta Emenda, serão deduzidas das cotas subseqüentes, limitada a dedução a um décimo do valor total, entregue a cada mês. Ou seja, a devolução vai-se fazer, na prática, em dez parcelas, de acordo com a limitação.

Art. 5º - Observado o disposto no artigo anterior, a União aplicará as disposições do art. 3º desta Emenda, retroativamente, a 1º de julho de 1997.

Art. 6º - Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

A título de esclarecimento, ressaltamos que a contribuição dos Estados e Municípios ao Fundo de Estabilização Fiscal tem-se dado por meio da dedução da base de cálculo dos fundos constitucionais e de participação desses entes, definidos pelo art. 159 da Constituição Federal, mais precisamente pela desvinculação fixada pelos incisos I e II, combinado com os §§ 5º e 3º do art. 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Em outras palavras, como o Imposto de Renda faz parte de cálculo do Fundo de Participação dos Estados e Municípios, a destinação de parte deste imposto ao FEF implica redução dos repasses a esses entes públicos. É a única forma em que há a redução da base de cálculo para efeito da formação do Fundo de Participação dos Municípios. O que significa, verdadeiramente, um avanço à emenda que foi aprovada na Câmara, já que proporcionou automaticamente a devolução dessas perdas.

As alterações introduzidas pela Câmara dos Deputados tiveram como intuito reduzir a parcela de contribuição dos municípios ao FEF, como forma de retribuição em reconhecimento da sua cota, num esforço de estabilização da economia.

Contribuição dos Municípios e Estados ao Fundo de Estabilização Fiscal:

Estados - permanecendo a proposta como originariamente aprovada na Câmara dos Deputados, os Estados contribuirão ao FEF por meio de redução da base de cálculo do Fundo de Participação dos Estados, com os seguintes valores: os valores estão contidos na Tabela I, distribuída aos Srs. Senadores.

A Tabela II discrimina a contribuição dos Estados ao FEF por unidade da Federação e por região.

Municípios - com relação aos municípios, podemos analisar o relacionamento desses entes com o FEF nos moldes da proposição aprovada na Câmara dos Deputados, sob dois prismas: a perda de receita decorrente da prorrogação do Fundo e os repasses a serem efetuados aos Municípios, de acordo com o art. 3º da Emenda.

A Tabela III apresenta as contribuições e os repasses aos Municípios, segundo a proposta aprovada na Câmara dos Deputados, de acordo com a emenda da Deputada Yeda Crusius.

A próxima tabela, a Tabela IV, apresenta os repasses da União aos municípios para compensá-los, parcialmente, da desvinculação do FEF, discriminados por unidade da federação e também agrupados por região.

A Tabela V demonstra a contribuição líquida dos municípios ao FEF, também discriminados por unidade da federação.

É importante, Sr. Presidente, observar que, paralelamente, durante toda a discussão do Fundo de Estabilização Fiscal nesta Comissão, que - repito - tramita pela terceira vez, já que tivemos, em outras duas oportunidades, efetivamente como discuti-lo pormenorizadamente; daí o fato de não ter este Relator priorizado, por exemplo, as audiências públicas, desde que tudo deste Fundo de Estabilização Fiscal, Sr. Presidente, Srs. Senadores, já conhecemos; as tabelas que explicitam muito bem, procuramos, paralelamente, com a participação do Presidente do Senado, com a participação do Líder Jader Barbalho e de outras lideranças políticas, com a participação do Deputado Elcio Gasparine, Presidente da ADN, procuramos encaminhar uma agenda de interesses municipais, que, no final da negociação, resultou em importantes, efetivos ganhos para os

municípios brasileiros, sobretudo com as ações que vamos enumerar.

A exemplo do que ocorreu na Câmara, quando se editou a medida provisória, quando se recompensou perdas eventuais, em função de um artigo que automaticamente possibilita a devolução dessas perdas aos municípios, levamos à discussão alguns temas de interesse dos municípios brasileiros. Primeiro: compensação financeira com o INSS. Tramitará - esse é o produto da negociação - no Senado Federal em regime de urgência. Hoje, à tarde, irei colher, em nome do Presidente do Senado, do Líder Jader Barbalho e Elcio Alvares, as assinaturas para o projeto de lei do Deputado Luiz Carlos Hauly, do Paraná, que trata da compensação financeira do INSS no que diz respeito às prefeituras que estão aposentando seus servidores.

A Constituição de 1988 determinou tal compensação. Porém, devido a falta de lei complementar regulamentando o assunto, diversos municípios brasileiros estão sendo prejudicados. O que significa isso? A Constituição de 1988 estabeleceu a compensação financeira com o INSS, que é a compensação devida pelo INSS aos municípios que estão aposentando seus servidores, sendo que a contribuição desses servidores não ocorreu para o município, mas para a Previdência Social. Em função do novo regime previdenciário, o INSS teria que fazer a compensação financeira. No entanto, o projeto de lei regulamentar, aprovado com urgência urgentíssima na Câmara dos Deputados, teve retirada a sua urgência no Senado Federal. Por isso, iremos apresentar, hoje, assinaturas dos Líderes à Mesa para que esse projeto tramite em caráter de urgência urgentíssima.

Segundo: negociação das dívidas municipais com o INSS.

Quanto ao débito das prefeituras com o INSS, o Governo se comprometeu a retirar a expressão "duzentos e quarenta meses" na renovação da medida provisória que parcelou tal débito, fixando os pagamentos limitados aos percentuais de 3%, 6% e 9% da cota mensal do Fundo de Participação dos Municípios. Hoje, muitos municípios estão pagando percentuais superiores por terem débitos elevados. O que significou isso?

O SR. SENADOR - Esses são comentários orais à parte.

O SR. RENAN CALHEIROS - Logo mais eu os distribuirei aos Srs. Senadores.

O que significa isso na prática?

Durante a tramitação do FEF, na Câmara dos Deputados, o Governo Federal editou medida provisória parcelando em até 240 meses a dívida dos municípios com o INSS em percentuais de 3%, 6% e 9% dependendo, obviamente, do perfil do município. Na prática, verificou-se algo verdadeiramente danoso a vários municípios: quando se colocava os 240 meses e se fazia a divisão, extrapolava-se os percentuais. Logo, a negociação que encaminhei a pedido dos municípios brasileiros representados pela ADN foi no sentido de que o Governo Federal observasse apenas os percentuais de 3%, 6% e 9%, com o qual o Governo concordou e vai exatamente materializar isso na reedição da medida provisória, ou seja, vai retirar a expressão "duzentos e quarenta meses".

Volto a explicar: a medida provisória estabelece um limite máximo de 240 meses em percentuais de 3%, 6%, e 9%, dependendo do perfil do município. Mas, na prática, quando se coloca os 240 meses, muitos municípios extrapolam os percentuais, o que significa dizer, do ponto de vista de garantir-se mais facilidade para que os municípios administrassem suas finanças públicas, que é fundamental que essa limitação se faça aos percentuais, e não mais aos 240 meses, o que representa verdadeiramente um avanço com o qual concordaram o Ministro da Previdência e o Governo Federal, representado pelo Ministro Clóvis Carvalho, que se comprometeu em retirar a expressão "duzentos e quarenta meses" por ocasião da reedição da medida provisória.

3 - Negociação das dívidas municipais com FGTS. Em conversação com a Caixa Econômica Federal, ficou estabelecido que a CEF, até o dia 1º de outubro, portanto quarta-feira, amanhã, definirá como aplicar aos municípios nova forma de parcelamento dos débitos com o FGTS, limitando os pagamentos mensais a 3% da cota parte do FPM, não se estabelecendo prazo prévio no raciocínio da medida, que entra toda a dívida com o INSS, para amortização total dos débitos. Tal definição poderá ser concretizada na próxima reedição da medida provisória descrita no item 2 deste documento.

Vários municípios. Na prática o que significa isso? Não renegociaram ainda suas dívidas com o FGTS, dívidas passadas com enormes prejuízos. Oitocentos e poucos municípios negociaram a dívida limitando ao desconto de 3% do Fundo de Participação dos Municípios. No entanto, outros municípios tiveram que se submeter a um prazo longo, mas que, na verdade, não permite uma compatibilização com a realidade de suas finanças.

Levamos à Caixa uma negociação no sentido de que sejam reabertas, num prazo longo, a exemplo do que ocorreu, as dívidas municipais com o INSS a negociação das dívidas dos municípios, com fundo de garantia por tempo de serviço. Esses critérios poderão também ser redefinidos por ocasião da reedição da medida provisória.

Comunidade Solidária. Ainda como forma de aprimoramento das políticas sociais postas em prática, o Governo Federal se compromete com o aumento do número de municípios abrigados pelo programa Comunidade Solidária. Tal fato contribuirá decisivamente para a devolução de possíveis perdas desses entes, em decorrência da renovação do FEF, contribuindo também com o combate à fome e à pobreza.

Hoje integram o programa 1.368 municípios, estando o Poder Executivo em processo de quantificação de valores e números de municípios para o aumento do respectivo programa. É importante lembrar que os municípios beneficiados pela Comunidade Solidária ficam isentos também de pagamentos de contrapartida.

5 - Índice de distribuição das quotas partes de FPM. O Tribunal de Contas da União revogou a retroatividade desses índices a partir de janeiro de 97. O Presidente do Senado e lideranças partidárias negociam a tramitação, em regime de urgência, de projetos que estabelecerá novos critérios para a distribuição dos recursos do FPM a partir de janeiro de 98.

A lei estabelecia, em função dos números do censo demográfico de 1996, a retroatividade da vigência de novos índices de distribuição das quotas pagas de FPM para janeiro de 97. Isso já foi devidamente revogado pelo Tribunal de Contas da União.

As Lideranças se comprometem a permitir que tramite em caráter de urgência, na Câmara dos Deputados e no Senado

Federal, conseqüentemente, um dos doze projetos que estabelece novos critérios à distribuição das quotas parte de FPM.

Essa é uma matéria polêmica. De acordo com os novos índices, apenas 312 municípios teriam aumento nos percentuais de distribuição das quotas de FPM, em torno de 2.000 perderiam e o restante manteriam seus índices sobretudo em função de não terem mais o que perder.

Lei Kandir: o Governo Federal está se comprometendo em realizar esta semana novas transferências a Estados e municípios e estudar formas de aperfeiçoamento da lei.

Como Relator do FEF, cumpro meu papel no sentido de colocar essa discussão na agenda de discussões dos problemas municipais, já que 25% dos recursos do ICMS pertencem aos municípios e o restante, aos Estados.

De modo que essa luta será continuada obviamente sob a liderança dos Governadores, que estão diretamente encaminhando com o Governo Federal uma negociação que possa, efetivamente, reparar perdas, em função das dificuldades que significam, na prática, a aplicação do seguro aprovado na lei.

7º - o Governo Federal antecipou anúncio de importante programa na área de educação - "Toda Criança na Escola". Como conseqüência dos entendimentos mantidos com o Poder Executivo, foi antecipada a divulgação do programa "Toda Criança na Escola", garantindo novos ganhos efetivos para os municípios. O programa foi anunciado pelo Presidente da República, em cadeia nacional, no dia 25 de setembro, destinando recursos da ordem de R\$500 milhões para o ensino fundamental, valor superior a possíveis perdas, em 1998, com a prorrogação do FEF. Os recursos mencionados destinam-se ao programa "Toda Criança na Escola" que será criado no âmbito do ensino fundamental em parceria com o Estado e principalmente com os municípios. O programa tem por objetivo atingir os extratos da população socialmente excluída, concentrando a sua atuação em bolsões de pobreza, localizado, em sua maioria, no Norte e Nordeste do País, nas periferias dos grandes urbanos.

Razões para aprovação do FEF: os críticos do Fundo de Estabilização Fiscal têm-se concentrado em basicamente quatro grandes linhas de argumentação, a saber:

1º) O FEF tem retirado da área de educação, através da desvinculação de recursos para o Fundo, quantia superior que retorna a esta mesma área por meio de aplicação do Fundo de Estabilização Fiscal;

2º) A redução nas transferências constitucionais de Estados e Municípios, provenientes da instituição do FEF, sem benefício do saneamento financeiro da Fazenda Pública Federal, significa que os Estados e Municípios estão financiando o **déficit** da União em detrimento de seus próprios equilíbrios fiscal e orçamentário.

3º) O Fundo de Estabilização Fiscal, além de produzir uma grave distorção no relacionamento entre Estados e Municípios com a União, tornando os dois primeiros dependentes político-financeiro do Governo Federal, não alcançou êxito no seu intuito maior que é o de eliminar o déficit público que, no último ano, foi de 3.3% do PIB.

4º) Junto com Estados e Municípios e as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, perdem também os trabalhadores já que parte dos recursos destinados ao Fundo de Amparo ao Trabalhador, FAP, para financiar os projetos de seguro-desemprego e abono salarial ou para incentivo à produção através de crédito do BNDES são desviados para o Fundo de Estabilização Fiscal.

Respondendo, Sr. Presidente e Srs. Senadores: no que tange às críticas relacionadas ao tema mencionado na alínea "a", cumpre ressaltar que analisar a influência do FEF na área de educação simplesmente comparando os recursos desvinculados na área frente as aplicações no Fundo na rubrica "Educação" parece-nos algo totalmente equivocado. A questão da educação deve ser vista sob o ponto de vista da aplicação dos recursos globais nessa área e não apenas sob o prisma do FEF que é apenas um dos instrumentos que o Governo Federal dispõe para aplicação de recursos nessa rubrica. O eventual **déficit** nessa rubrica, no âmbito do FEF, portanto, nada significa face à constatação de que o montante total alocado àquele setor aumentou substancialmente ao longo da vigência do Fundo.

Temos uma tabela que explicita exatamente isso, o que significa dizer que do ponto de vista da educação os efeitos ou os resultados do Fundo de Estabilização Fiscal não podem ser vistos

apenas sob esse prisma. É importante que se observe sobretudo, a aplicação do conjunto dos recursos do Fundo que prioriza, exatamente, a área da educação para a sua aplicação.

Com relação à crítica contida na alínea "b", cabe lembrar que a análise do impacto do FEF sob as finanças estaduais e municipais não se deve limitar às questões dos percentuais das receitas destinadas ao Fundo. Faz-se necessário avaliar todo o conjunto de medidas adotadas, juntamente com a instituição do FEF e os benefícios obtidos não só com a desvinculação das receitas da União mas também com o aumento das receitas em todas as esferas do Governo. A estabilidade econômica alcançada com o Plano Real, tendo como importante instrumento as desvinculações trazidas pelo FEF, tem permitido o aumento da atividade econômica e, por consequência, o aumento da arrecadação tributária pela União, Estados e Municípios. Ressalte-se que apesar das desvinculações do FEF, os repasses ao Fundo de Participação dos Estados e Municípios aumentaram em termos reais.

O aumento do nível de atividade econômica teve como consequência o aumento das receitas da União, dos Estados e dos Municípios. Obviamente, significa, na prática, a elevação da receita desses entes.

Com efeito, tal qual demonstram os gráficos que distribuí aos Senadores, entre 1993 e 1996, as transferências a Estados e Municípios cresceram 10,4%. Portanto, entre 1993 e 1996, as transferências a Estados e Municípios cresceram 10,4% em termos reais. Se levarmos em consideração também o aumento real da arrecadação do ICMS...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Peço aos eminentes fotógrafos, por respeito ao Relator, Senador Renan Calheiros, que façam o seu trabalho mas não impeçam o Relator de fazer o seu, que é relatar o processo.

Tem V. Ex^a a palavra, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS - Agradeço a interferência de V. Ex^a.

Nada menos de 40% significou nesse mesmo período o aumento da receita de ICMS, decorrente em grande medida do crescimento do PIB. Após o plano real verifica-se que a receita

disponível dos Estados e Municípios elevou-se em 30,7% no período considerado.

Com a nova redação dada pela Câmara dos Deputados à proposta original do Poder Executivo, observa-se que os repasses a serem efetuados aos Municípios, de acordo com o art. 3º da Emenda serão suficientes para anular as perdas decorrentes da redução de 5,6% do imposto de renda na base de cálculo do FPM, que é - repito - o único efeito que se produz com o FEF na redução de base de cálculo do Fundo de Participação dos Municípios, gerando, ainda, Sr. Presidente, um fluxo adicional de recursos da ordem de 0,31% do valor do imposto de renda para o período de 01/07/97 a 31/12/97; 0,25% para 1998, e 1,25% para 1999, que significa aquela reposição de perda a qual me referi anteriormente.

Além do exposto, não podemos nos esquecer que os Fundos Constitucionais de Transferências para Estados e Municípios não são os únicos mecanismos de descentralização de recursos. Há ainda as transferências voluntárias, os convênios, as renegociações de dívidas no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal de Estados, a renegociação das dívidas municipais com o INSS, a reedição da medida provisória, incluindo as novas negociações, a compensação financeira com o INSS, os avanços nas negociações da Lei Kandir, o aumento de municípios de comunidades solidárias, a antecipação do anúncio de programa no ensino fundamental "Toda Criança na Escola", as contribuições da União para o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização ao Magistério, etc.

O déficit público, todos sabemos, dadas as peculiaridades de nossa economia e o processo de cristalização da credibilidade do Estado ainda em andamento, é variável importante na formação das expectativas dos agentes econômicos. A importância do FEF para a estabilidade econômica está relacionada com a sua continuação para redução do déficit público. Segundo destacou o Ministro de Estado da Fazenda, Pedro Malan, em audiência pública realizada na Câmara dos Deputados em 15 de maio último, também pela ajuda desse Fundo o déficit operacional, de 4,8% do PIB, em 1995, decresceu, segundo o Ministro, para 3,4% do PIB nos doze meses terminados em fevereiro de 1997. Para o déficit nominal consolidado do setor

público, a trajetória de queda é mais acentuada, caindo de 7,05% do PIB, em 1995, para 6,05% do PIB, em 1996, e 5,7% nos doze meses terminados em fevereiro de 1997.

O que significa, na prática, a eficácia do Fundo de Estabilização Fiscal, e o que possibilita, na prática, desvincular as receitas constitucionalmente vinculadas do ponto de vista do enfrentamento do déficit público.

No tocante às críticas relacionadas ao FAT, principalmente com relação a supostos déficits desse Fundo devido aos recursos desvinculados pelo FEF, devemos esclarecer grave falha na metodologia de cálculo utilizada para concluir por esse déficit. As aplicações do FAT, por intermédio do BNDES, não devem ser consideradas como despesas - jamais -, como querem os críticos do Fundo. Tais transferências são aplicações financeiras realizadas por linhas de crédito de financiamento do BNDES, que geram fluxos de receitas futuras ao FAT, representando permanentes acréscimos de caixa para financiar os programas de seguro-desemprego, abono salarial e outros. Logo, as aplicações do BNDES não podem ser consideradas como despesa do FAT, e sim como aplicações com retorno efetivamente garantido.

Corrigindo-se o conceito equivocado, o FAT apresentou os seguintes resultados:

Em 1995 - R\$996,9 milhões de superávit;

Em 1996 - R\$746,1 milhões de superávit;

Em 1997 - R\$2.600 milhões de superávit (previsão).

Ainda com relação ao FAT, cumpre observar que todas as demandas foram atendidas, com crescimento real das despesas de 4,6% em 1996. O montante concedido de seguro-desemprego, de acordo com o parecer da Deputada Yeda Crusius, passou de US\$1,56 bilhões, em 1993, para US\$3,29 bilhões, em 1996. Os programas de impacto social à conta do FAT - como Proger e Pró-emprego -, ainda de acordo com a Deputada, receberam financiamentos crescentes, aumentando de R\$4.474 milhões, em 1995, para R\$6.887 milhões, em 1996, com previsão de R\$6.911 milhões para este ano.

II - Voto

O Plano Real posto em prática a partir de meados de 1994, teve como principal êxito o controle da inflação, eliminando o perverso imposto inflacionário e permitindo à sociedade planejar

financeiramente seu futuro por um período considerável. Neste contexto de inflação controlada, o Fundo de Estabilização Fiscal mostrou-se imprescindível na alocação racional de recursos, bem como instrumento auxiliar na redução do déficit público.

A desvinculação de receitas proporcionadas pelo Fundo de Estabilização Fiscal, que reduziu a excessiva rigidez orçamentária, é plenamente justificada, portanto, pelos seguintes fatores:

a) o enorme grau de vinculações legais de recursos às receitas vinculadas, deixando, portanto, o Governo Federal com uma margem de liberdade de aplicação extremamente pequena, acarretando a impossibilidade de atendimento de despesas inadiáveis do campo social que não tenham sido beneficiadas com essas vinculações;

b) a vinculação de receitas gera um fenômeno nitidamente perverso à administração pública: quanto mais se arrecada, mais se gastará, obrigatoriamente. Tal fato dificulta a geração de poupança pública, reduzindo, dessa forma, a capacidade do Governo de incentivar o crescimento do produto interno. Além deste fato, a certeza de contar com recursos cada vez maiores inibe os administradores públicos a aprimorar os métodos de gerenciamento;

c) o regime da vinculação geral de receitas reduz drasticamente a possibilidade de utilizar políticas fiscais racionais. Perde-se a liberdade para definir a composição dos gastos públicos, impedindo a transferência de recursos de setores superavitários para os deficitários; e

d) a inclusão de critérios rígidos de vinculação no texto constitucional sujeita as gerações futuras às prioridades de alocação de recursos públicos adotadas no passado, reduzindo a efetividade da aplicação desses dinheiros.

Nunca é demais, Sr. Presidente, ter em mente que os recursos do FEF são despendidos em aplicações previamente orçamentadas, que passam pela apreciação do Congresso Nacional. Portanto, a liberdade de utilização desses recursos pelo Poder Executivo é limitada, em última instância, pela concordância do Congresso Nacional.

Na prática, o Fundo de Estabilização Fiscal não é um novo imposto; o Fundo não é um imposto dos impostos. O Fundo

é, na verdade, a desvinculação de vinculações constitucionais. O que não significa dizer que o Governo vai usar essa desvinculação, que significa na prática 13,5% das receitas contidas no Orçamento da União, para usá-las de acordo com o seu interesse ou uma fixação própria de prioridade. O Governo só poderá executá-las a partir do Orçamento da União, aprovado e discutido pormenorizadamente no Congresso Nacional.

Portanto, para a manutenção de uma política fiscal equilibrada e racional, que permita ao Governo alocar os recursos onde são mais necessários, sem abrir mão do controle da inflação (não emitindo moeda e nem utilizando recursos oriundos da emissão de títulos para o pagamento de despesas correntes), e enquanto não se materializarem as esperadas reformas constitucionais, faz-se necessário a manutenção de um instrumento provisório, embora prorrogável, de desvinculação de receitas, que é o FEF. Em outras palavras, para que o Plano Real continue alcançando o êxito observado até o momento é condição primária a manutenção do FEF.

Ciente da necessidade de mudanças na Constituição Federal, o Congresso Nacional vem dando a celeridade possível à tramitação das propostas de Emendas Constitucionais a ele submetidas pelo Poder Executivo. Como em qualquer processo democrático, a opinião da maioria deve prevalecer, o que nem sempre é simples. Por tratarem de temas que dizem respeito a profundas mudanças no ordenamento econômico-social da Nação, as reformas constitucionais necessitam serem debatidas com a profundidade necessária ao seu grau de complexidade. Até o momento, podemos observar que todas as prioridades sinalizadas pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional foram ou estão sendo devidamente apreciadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

Dessa forma, enquanto as reformas constitucionais, principalmente a tributária, recentemente encaminhada ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo, não tiverem sido avaliadas pelo Poder Legislativo, urge a manutenção do FEF como instrumento de estabilização fiscal pelos motivos exaustivamente enumerados neste e em diversos trabalhos já postos à disposição dos nobres pares.

Quanto à constitucionalidade da proposição, observa-se que, de acordo com o art. 60, inciso II da Constituição Federal, o

Presidente da República é parte legítima para propor Emenda à Constituição; não se encontrando o País em vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio; além de que a proposta não tende a abolir a forma federativa do Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, bem como a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais. No tocante à técnica legislativa utilizada, acreditamos que a redação dada ao art. 4 da Proposta da Emenda à Constituição em análise, necessita de aprimoramento em prol do atributo da clareza, porém, sem modificar-lhe o sentido. Tal artigo estabelece o caráter retroativo da medida, visto que a aprovação da referida proposta ocorreu já na Câmara dos Deputados, após o fim do prazo de vigência do FEF, 30 de junho de 1997 (redação atual do **caput** do art. 71 do ADCT). Para que não haja descontinuidade do Fundo, o **caput** do art. 4º da proposta aprovada pela Câmara estabelece **in verbis**: "Os efeitos do disposto nos arts. 1º e 2º desta Emenda são retroativos a 1º de julho de 1997".

Dessa forma, em favor da melhor técnica legislativa e da clareza da medida, evitando-se que parem dúvidas a respeito da real intenção do legislador, julgamos que a retroatividade disposta no art. 4º da medida deva referir-se aos arts. 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a redação dada pela Proposta de Emenda à Constituição em análise, e não aos arts. 1º e 2º da Emenda Constitucional.

Sendo assim, voto pela aprovação da proposta de Emenda à Constituição nº 25, de 1997, com a emenda de redação apresentada em anexo.

SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Estão inscritos os eminentes Senadores Epitacio Cafeteira e Josaphat Marinho para discutir o projeto.

Concedo a palavra ao Senador Epitacio Cafeteira para discutir.

O SR. EPITACIO CAFETEIRA - Sr. Presidente, o poder criativo deste Governo por mudança chegou ao limite da imaginação. Uma constituição - foi V. Exª, Sr. Presidente, o Relator - vem como qualquer uma outra: atos de disposições transitórias, que são assim como partes de um foguete que vai subir para a estratosfera. E essas partes vão desaparecendo.

Das Disposições Transitórias, na minha vida toda, jamais vi acrescentar. Ela existe para resolver problemas criados entre estado de direito da Constituição até então vigente e estado de direito da nova Constituição.

Mas o Governo, quando criou o que chamou de Fundo Social de Emergência, estabeleceu mais um artigo na Constituição. Os artigos das Disposições Transitórias eram somente 70 - que poderiam desaparecer com o correr do tempo. O Governo, desrespeitando os Constituintes, resolveu transformar-se em Constituinte e acrescentou mais um artigo nas Disposições Transitórias, que foi o art. 71; depois, o 72, 73 e as Disposições Transitórias passaram a ser permanentes. É uma forma de fraudar o que se chama de Constituinte.

No começo, era Fundo Social de Emergência. Depois, Fundo de Estabilização Fiscal. De uma certa forma, para tentar passar isso, solicitaram o Fundo de Estabilização Fiscal por poucos meses. E, agora, já se pensam em levar até 1999.

O que é o Fundo de Estabilização Fiscal? É uma maneira de o Governo Federal, usando a sua força política, meter a mão no bolso das Prefeituras e dos Estados. O nobre Senador Renan Calheiros evita falar a palavra "prefeitura"; chama de entes; apenas entes!

O SR. RENAN CALHEIROS - Falei, em várias oportunidades, não repeti cansativamente apenas por questão de estilo, para não afetar a imagem legislativa.

O SR. EPITACIO CAFETEIRA - Quero continuar a minha colocação.

No meu Estado, de 217 Municípios, 214 fecharam as suas portas em protesto contra o FEF - apenas três não tomaram idêntica atitude. A Assembléia Legislativa do Maranhão fechou as suas portas em solidariedade às prefeituras municipais.

Comparo o FEF a um pai de família, que vai no prato do filho e tira um pouco da comida de cada um deles para se fortalecer. O Governo precisa estar forte para trabalhar, e o Real devia estar a serviço do social - o que existe é o social a serviço do Real. Isso é muito triste -, não posso deixar de, representando o Maranhão e os seus Prefeitos, sem ter procuração por escrito, mas fazendo eco aquele movimento, acrescentar que uma disposição transitória é uma forma de enganar o contribuinte.

Sr. Presidente, peço a V. Ex^a vista do parecer, porque o Partido Progressista Brasileiro pede vista para examinar a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Com o pedido de vista, a Presidência vai encerrar a discussão.

O SR. SENADOR - Peço vista também.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedida a vista coletiva.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Quanto ao pedido de vista que está sendo feito, Sr. Presidente, há uma solicitação que gostaria de apresentar ao Relator. Entendo que seria importante se pudéssemos dispor de informações, que ao Relator seria mais fácil, sobre a comparação entre o que representa o Fundo de Estabilização Financeira, comparado aos seus antecessores, em matéria de apropriação de recursos que, inexistindo o Fundo, iriam para os Municípios.

Faço, pela ordem, esse pedido ao Relator, porque se tivéssemos essa dado comparativo, a questão suscitada pelo Senador Epitacio Cafeteira seria liquidada, ou seja, seria transformada em um número, se não líquido e certo, aparente ou aproximado e, historicamente, para se saber se o Fundo de Estabilização Financeira representa "uma perda" menor ou maior do que seus antecessores.

Esse é o requerimento que faço pela ordem. Restrinjo a minha solicitação aos Municípios, embora tenha dito ao Senador Ramez Tebet alguma manifestação com relação aos Estados. O meu pedido é que o Relator obtenha, no prazo de pedido de vistas - estamos fazendo um requerimento de informação, que pode demorar muito. O Relator tem essa faculdade. -, a série histórica que representou o Fundo Social de Emergência, FEF1 - agora, vamos chamar de FEF2 -, apropriação de receitas que inexistiam no Fundo e iriam ao Município.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Com a palavra o Relator. S. Ex^a declara que tem condições de responder agora.

O SR. RENAN CALHEIROS - Sr. Presidente, inicialmente, não havia entendido a pergunta do Senador Esperidião Amin, porque falar de antecessores do Fundo, sem explicitar, passou a idéia de que talvez tivéssemos tratando de outros Fundos de Estabilização Fiscal de outros planos e os antecessores, isto é, o Fundo Social de Emergência...

O SR. SENADOR - FSE, FEF1 e FEF2.

O SR. RENAN CALHEIROS - Sim. Portanto, Sr. Presidente, no meu próprio parecer, fiz questão de incluir, apesar da colocação do Senador Eptacio Cafeteira, as perdas de Estados e Municípios em função da redução de base de cálculos, que se verifica na página 06, com relação à contribuição dos Estados ao Fundo, e na página 08, a contribuição dos Municípios ao FEF, pormenorizadamente, por região, por Estado da Federação, em 1997/1999. No entanto, poderei trazer na próxima reunião os efeitos a partir de 94, 95 e 96.

O SR. SENADOR - Foi exatamente por isso que pedi a série histórica que remontaria a 94.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência marca uma reunião extraordinária para a próxima terça-feira, às 10 horas, a fim de dar seqüência a esse pedido de vista e declara que a lista de inscrição será mantida; ou seja, o primeiro orador será o Senador Josaphat Marinho, o segundo o Senador José Eduardo Dutra, o terceiro o Senador Esperidião Amin e o quarto o eminente Senador Ramez Tebet.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Sr. Presidente, pela ordem. É a respeito desse tema.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência vai encerrar esta reunião extraordinária, mas antes vai dar a palavra a V. Ex^a - e em seguida vai convocar uma reunião conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Assuntos Econômicos.

V. Ex^a tem a palavra, Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Sr. Presidente, pediu-me o Senador Pedro Simon que lembrasse V. Ex^a que ele tinha interposto junto à Mesa a solicitação de que o Prefeito de Porto Alegre fosse ouvido em audiência pública nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra ao Sr. Relator para se manifestar sobre a matéria.

O SR. RENAN CALHEIROS - Sr. Presidente, em havendo tempo suficiente para isso, nada tenho a opor.

Eu disse, no início do meu parecer, que não priorizei as audiências públicas, não priorizei a necessidade de nós tomarmos depoimentos de outras autoridades a respeito do FEF, porque essa matéria não é nova. Ela tramita pela terceira vez nesta Comissão e nesta Casa. Os resultados são sobejamente conhecidos e o prazo de trinta dias já estava esgotado.

Assim, em havendo prazo, nada tenho a opor.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Com o esclarecimento do eminente Relator, Senador Renan Calheiros, a Presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dá por encerrada esta reunião extraordinária.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 10h37min.)

44º

Ata da 44ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura, em 30 de setembro de 1997, às 11:00 horas, realizada em conjunto com as Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais.

Às onze horas do dia trinta de setembro, de mil novecentos e noventa e sete, na sala de reuniões nº três, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Bernardo Cabral, com a presença dos Senhores Senadores José Bianco, Jefferson Péres, José Eduardo Dutra, Francelino Pereira, José Fogaça, Esperidião Amin, Sérgio Machado, Romero Jucá, Elcio Álvares, Carlos Wilson, Ramez Tebet, Benedita da Silva, Casildo Maldaner, Romeu Tuma, Eduardo Suplicy, Osmar Dias, Regina Assumpção, Valmir Campelo, Bello Parga, Albino Boaventura, Lauro Campos, José Alves, Nabor Júnior, Beni Veras, Epitácio Cafeteira, Renan Calheiros, Ney Suassuna, Lauro Campos, Waldeck Ornelas, Levy Dias, Freitas Neto e Edison Lobão, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania,

Assuntos Econômicos e Assuntos Sociais, com a finalidade de apreciar o Projeto de Lei da Câmara n.º 49, de 1996, de autoria da Mesa da Câmara dos Deputados, (pl. N.º 2085, na origem), não terminativo, "extingue o Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC, e dá outras providências." Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado n.º 33, de 1996, não terminativo, de autoria do Senador Carlos Wilson, "extingue o Instituto de Previdência dos Congressistas e dá outras providências" e, com o Projeto de Lei do Senado n.º 191, de 1995, não terminativo, de autoria do Senador Jefferson Péres, "altera a Lei 7.087, de 29 de dezembro de 1982, que dispõe sobre o Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC, e dá outras providências." Os Relatores, Senadores Beni Veras-CCJ, Osmar Dias-CAE e, Nabor Júnior-CAS, apresentam parecer único, concluindo pela aprovação do PLC 49/96 e, pela prejudicialidade dos PLS 191/95 e 33/96, com as emendas n.ºs 01 a 05 que apresentam. Durante a discussão foram oferecidas as seguintes emendas à matéria: n.ºs 06 a 16, pelo Senador José E. Dutra e Outros Srs. Senadores e, n.º 17, pela Senadora Bendita da Silva e Outros Srs. Senadores. Em fase de votação é aprovado pelas três Comissões o parecer único subscrito pelos Srs. Relatores e ainda, acolhida integralmente a emenda de n.º 7 e, parcialmente a emenda n.º 14 (com a expressão aposentadoria em lugar de pensão); são rejeitadas as demais emendas oferecidas. Concluída a votação, encerra-se a presente reunião, às quatorze horas e vinte minutos, lavrando eu, Vera Lúcia Lacerda Nunes, Secretária da CCJ, a presente ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com os registros taquigráficos.



O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência pede aos eminentes Presidentes das Comissões de Assuntos Sociais e Assuntos Econômicos, se S. Ex^{as} aqui não estiverem, aos seus Vice-Presidentes, para darem por aberta a ~~52^a~~ ^{44^a} reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da terceira sessão legislativa ordinária da 50^a Legislatura, para a seguinte pauta:

Item 1. Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 1996, PL 2.085 na origem, não terminativo, extingue o Instituto de Previdência dos Congressistas, IPC, e dá outras providências. Autoria: Mesa da Câmara dos Deputados. Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 33, de 1996, não terminativo, de autoria do Senador Carlos Wilson, extingue o Instituto de Previdência dos Congressistas e dá outras providências. Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 191, de 1995, não terminativo, de autoria do Senador Jefferson Péres, que altera a Lei nº 7.087, de 29 de dezembro de 1982, que dispõe sobre o Instituto de Previdência dos Congressistas e dá outras providências.

Peço aos eminentes Srs. Senadores que prestem atenção, pois o assunto é da máxima importância para o Congresso Nacional.

Concedo a palavra ao eminente Senador Bei Veras, Relator da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. BENI VERAS - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é submetido ao exame desta Casa o Projeto de Lei da Câmara nº 49 de 1996 (nº 2.085, de 1996, na Câmara dos Deputados), de autoria da Mesa Diretora daquela Casa do Congresso Nacional, que "Extingue o Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC, e dá outras providências".

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Eminente Senador Beni Veras, desculpe-me por interrompê-lo, mas o Senador Bello Parga comunica que está no exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos; portanto, atento ao relatório de V. Ex^a.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a tem a palavra, eminente Senador Elcio Alvares.

O SR. ELCIO ALVARES - Em se tratando de uma matéria de muita importância e com a finalidade de facilitar o nosso trabalho, gostaria de sugerir a V. Ex^a que convidasse os três

relatores para ocuparem um lugar à mesa principal, para que tivéssemos uma melhor oitiva.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Beni Veras, a Presidência defere o requerimento do eminente Senador Elcio Alvares e convida V. Ex^a para tomar um assento à esquerda.

Senador Nabor Júnior, Senador Osmar Dias, por favor, ocupem as cadeiras à direita e à esquerda da Presidência.

Tem a palavra o eminente Senador Beni Veras e, de acordo com o registro, o eminente Senador Valmir Campelo. A Mesa está completa. V. Ex^a tem o seu registro feito. Com a palavra o Senador Beni Veras.

O SR. BENI VERAS - É submetido ao exame desta Casa o Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 1996 (nº 2.085, de 1996, na Câmara dos Deputados), de autoria da Mesa Diretora daquela Casa do Congresso Nacional, que "Extingue o Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC, e dá outras providências".

O projeto sob exame determina a extinção do IPC, que é sucedido pela União, por intermédio da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e cuja liquidação terá lugar em 1º de fevereiro de 1999, ou seja, no primeiro dia da próxima legislatura, e será conduzida por liquidante nomeado pela Mesa do Congresso Nacional. Assegura a proposição, aos segurados obrigatórios e facultativos do IPC, os seus direitos adquiridos, bem como a devolução das contribuições feitas por aqueles que não desejarem exercer o seu direito aos benefícios ou não tenham alcançado as exigências para tal.

Os segurados obrigatórios, Senadores, Deputados Federais e suplentes, poderão, ainda, optar por integrar o Plano de Seguridade Social dos Congressistas, instituído pela proposição. Esse plano será financiado por contribuições dos segurados (correspondentes a doze por cento da remuneração dos membros do Congresso Nacional), da Câmara dos Deputados e do Senado Federal (de valor idêntico à contribuição de cada segurado) e dos beneficiários das aposentadorias e pensões (de valor equivalente a sete por cento do valor delas).

Os participantes do Plano de Seguridade Social dos Congressistas farão jus à aposentadoria com proventos integrais por invalidez permanente, nos casos especificados, e aos trinta e cinco anos de contribuição e cinquenta e cinco de idade, e, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, por invalidez

permanente, nos demais casos, e aos trinta e cinco anos de serviço e cinquenta e cinco de idade.

Prevê a proposta a concessão de pensão aos dependentes de segurado falecido, em valor equivalente a cinquenta por cento dos proventos de aposentadoria que o segurado percebia ou a que teria direito, acrescido de tantas parcelas de dez por cento quantos forem os dependentes, até o máximo de cinco.

O projeto de lei veda, ainda, o pagamento dos proventos de aposentadoria pelo Plano de Seguridade Social dos Congressistas àqueles que estejam investidos em mandato eletivo federal, estadual ou municipal, bem como a acumulação dessas aposentadorias com as do regime geral de previdência social ou de servidor público civil ou militar e estabelece que o Senador, Deputado Federal ou suplente que não estiver vinculado ao Plano nem a outro regime de previdência será contribuinte obrigatório do regime geral de previdência social.

Aprovado na Câmara dos Deputados, vem a proposição à revisão desta Câmara Alta, onde não recebeu emendas no prazo regimental.

Estão apensados ao Projeto, em razão da aprovação dos Requerimentos nºs 1.198, de 1996, e 147, de 1997, o Projeto de Lei do Senado nº 191, de 1995, de autoria do eminente Senador **JEFFERSON PÉRES**, que "Altera a Lei nº 7.087, de 29 de dezembro de 1982, que dispõe sobre o Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC, e dá outras providências", e o Projeto de Lei do Senado nº 33, de 1996, de autoria do eminente Senador **CARLOS WILSON**, que "Extingue o Instituto de Previdência dos Congressistas e dá outras providências".

É o relatório.

2. VOTO DO RELATOR

Os requisitos formais de constitucionalidade são atendidos pelo Projeto de Lei em tela, tendo em vista que a matéria deve ser disciplinada em lei ordinária da União, para a qual não há restrição de iniciativa.

No que diz respeito à juridicidade e técnica legislativa, não há reparos.

Quanto ao mérito, entendemos que a proposição merece ser acolhida, uma vez que ela significa, primeiro, a extinção do IPC e de toda a sua estrutura administrativa, o que é

um compromisso do Congresso Nacional e uma exigência da opinião pública, e, segundo, o estabelecimento, para a aposentadoria dos membros do Congresso Nacional, especialmente daqueles que não têm outras alternativas para a sua inativação, das mesmas regras que foram acolhidas nesta Casa, quando aprovou a Proposta de Emenda à Constituição da Reforma da Previdência, para os servidores públicos e os trabalhadores da iniciativa privada, com os ajustes necessários em razão das especificidades da atividade parlamentar.

E, é fundamental registrar, esses ajustes, na maior parte das vezes, se traduzem em ampliar restrições e tornar mais rígidas as normas para concessão de aposentadoria aos parlamentares e de pensões a seus dependentes, **vis-à-vis** os demais trabalhadores, tanto públicos como da iniciativa privada. Por exemplo, estabelece, o PLC nº 49, de 1996, que, mesmo quando o segurado contar com trinta e cinco anos de serviço e cinquenta e cinco de idade, sua aposentadoria será proporcional ao tempo de contribuição ao Plano de Seguridade Social dos Congressistas, não tendo os demais períodos averbados validade para fins de cálculo do benefício. Ou seja, para os parlamentares, e exclusivamente para eles, a averbação de tempo de contribuição a outro regime previdenciário não tem efeito para fins de cálculo dos benefícios.

No entanto, em razão da aprovação, por esta Casa, da Reforma da Previdência, a PEC nº 33, de 1996, impõe-se promover algumas alterações na proposição, no sentido de aproximá-las, ainda mais, das normas constantes daquela PEC. Assim, faz-se necessário ampliar a idade mínima para aposentadoria de cinquenta e cinco para sessenta anos.

Com relação à pensão para os dependentes, contrariamente à situação dos servidores públicos civis e militares e segurados do regime geral de previdência social, que deixam à sua família pensão integral, a proposição prevê que os parlamentares legam aos seus dependentes pensão que, conforme o número de dependentes, pode atingir apenas a metade de seus proventos. Aqui, igualmente, parece-nos que o cálculo da pensão deve seguir o que se propõe para o servidor público, na PEC nº 33, de 1996, isto é, ela será igual ao valor da aposentadoria que o parlamentar falecido vinha percebendo ou daquela a que ele teria direito, no caso de falecimento durante o exercício do mandato.

Quanto à contribuição, o PLC nº 49, de 1996, prevê que o Plano de Seguridade Social dos Congressistas recolherá, dos seus contribuintes, 12% de sua remuneração, valor superior à contribuição dos servidores civis federais, que está fixada em 11%, à dos servidores militares federais, que recolhem, para fins de pensão, um dia de soldo por mês e não contribuem para fins de aposentadoria, e à dos segurados do regime geral de previdência social, que varia de 8 a 11%, limitada a R\$113,50. Daí, entendemos que a alíquota de contribuição para o Plano de Seguridade Social dos Congressistas deva ser igualada à proposta na PEC nº 33, de 1996, para o servidor público federal civil, inclusive no que se refere à dos aposentados e pensionistas, que deverão receber incidência apenas naqueles valores que superam o teto de benefícios do regime geral de previdência social.

A proposição veda, de forma absoluta, a acumulação das aposentadorias dos membros do Congresso Nacional com qualquer outra do regime geral de previdência social ou de servidor público. Essa limitação não existe para os demais cidadãos, no que se refere à aposentadoria derivada de contribuição compulsória. Aqui é necessário estabelecer que a vedação da acumulação das aposentadorias do Plano de Seguridade Social dos Congressistas com outra aposentadoria aplica-se, tão-somente, àquelas pagas pelos regimes previdenciários dos servidores civis e militares. Isto se justifica, uma vez que o tempo de exercício do mandato parlamentar é contado, para todos os efeitos, para os servidores públicos. Impõe-se excluir a proibição da acumulação com as aposentadorias do regime geral de previdência social, uma vez que não é correto impedir que um parlamentar, que exerce uma atividade sujeita à contribuição obrigatória, não possa usufruir dos benefícios previdenciários respectivos.

Finalmente, promovemos correção na redação do § 7º do art. 1º, visando a deixar claro que os atuais segurados facultativos do IPC não integrarão o Plano de Seguridade Social dos Congressistas, uma vez que já se encontram abrangidos pelo Plano de Seguridade Social dos Servidores Públicos Civis da União. Possibilita-se-lhes, no entanto, cancelar a sua inscrição no IPC antes da sua liquidação.

Destarte, podemos observar que o PLC nº 49, de 1996, que mereceu, quando de sua apreciação pelo Plenário da Câmara

dos Deputados, elogio de parlamentares de todos os partidos políticos, representa não apenas a extinção do Instituto de Previdência dos Congressistas, o que se traduz em significativa economia, uma vez que elimina toda uma estrutura administrativa instituída para gerir o regime de aposentadoria dos parlamentares federais, mas, mais importante, o estabelecimento de critérios rígidos e precisos para a aposentadoria dos Deputados Federais e Senadores, dando-lhes garantia e tranquilidade para o exercício de seus mandatos, sem qualquer tipo de privilégio, o que é exigência e consequência do próprio trabalho parlamentar, base do Estado Democrático.

Quanto às proposições apensadas, opinamos por sua prejudicialidade, uma vez que, malgrado os seus méritos, são, ambas, menos amplas do que o Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 1996, estando, em linhas gerais, os seus conteúdos abarcados por esse.

Assim sendo, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 1996, com as emendas que se seguem, ficando prejudicadas as proposições apensadas.

EMENDA Nº 1

Dê-se ao § 7º do art. 1º a seguinte redação:

"Art. 1º

§ 7º O Segurado facultativo poderá requerer que sua inscrição no IPC seja cancelada antes de 1º de fevereiro de 1999, ficando-lhe assegurado o direito ao ressarcimento a que se refere o inciso II do § 5º.

....."

EMENDA Nº 2

Dê-se às alíneas b dos incisos I e II do art. 2º a seguinte redação:

"Art. 2º

I -

.....

b) aos trinta e cinco anos de exercício de mandato e sessenta anos de idade:

II -

.....

b) aos trinta e cinco anos de serviço e sessenta anos de idade:

....."

EMENDA Nº 3

Dê-se ao **caput** do art. 3º a seguinte redação:

"Art. 3º - Em caso de morte do segurado, seus dependentes perceberão correspondente ao valor dos proventos de aposentadoria que o segurado recebia ou a que teria direito."

EMENDA Nº 4

Dê-se ao art. 11 a seguinte redação:

"Art. 11 - Fica vedada, a partir da liquidação do IPC, a acumulação da aposentadoria pelo Plano previsto nesta Lei com a do regime de previdência social do servidor público, civil ou militar."

EMENDA Nº 5

Dê-se aos incisos I e III do art. 12 a seguinte redação:

"Art. 12

I - dos segurados, incidentes sobre a remuneração mensal fixada para os membros do Congresso Nacional e calculadas mediante a aplicação de alíquota igual à exigida dos servidores públicos civis federais para o custeio de suas aposentadorias e pensões:

.....
III - dos beneficiários das aposentadorias e pensões, incidentes sobre o valor das mesmas que exceda o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e calculadas mediante a aplicação da mesma alíquota a que se refere o inciso I."

É esse o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O eminente Relator conclui pela prejudicialidade das proposições de que são autores os Senadores Carlos Wilson e Jefferson Péres, com a alegação de que o Projeto de Lei da Câmara nº 49 abarca o conteúdo das mesmas.

Dou a palavra ao eminente Relator Osmar Dias e, a seguir, ao Relator Nabor Júnior.

Tem V. Exª a palavra, Relator na Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS - Sr. Presidente, Senhoras e Srs. Senadores, fui designado pelo Líder do PSDB, Sérgio Machado, e pelo Presidente da CAE, Senador José Serra, para relatar a matéria pela Comissão de Assuntos Econômicos. Como o Senador Beni Veras já leu o relatório que nós, o Senador Nabor Júnior e eu,

assinamos em conjunto, vou, para tornar mais prático, explicar as alterações que fizemos ao projeto de lei que teve origem na Câmara e foi votado em julho de 96. Esse projeto inclusive recebeu elogios da imprensa: "Deputados aprovam fim de privilégio" foi uma das manchetes dos jornais de circulação nacional à época, quando o projeto foi aprovado.

Tivemos também apresentação de dois projetos no Senado, um do Senador Jefferson Péres e outro do Senador Carlos Wilson propondo alterações, no caso do Senador Jefferson Péres, e a extinção do IPC, pura e simplesmente, no caso do projeto do Senador Carlos Wilson.

Recebemos a incumbência de relatá-los na última quarta-feira. Particularmente, eu entendia que era preciso um pouco mais de tempo para estudar o assunto com profundidade. Mas, atendendo ao apelo do Líder do Governo, Senador Elcio Alvares, e do Presidente do Congresso, Senador Antonio Carlos Magalhães - esses pedidos foram referendados pelo próprio Presidente da CCJC, Senador Bernardo Cabral, trabalhamos no final de semana. Ontem fizemos uma reunião com os Relatores e concluímos que o projeto da Câmara era muito bom - tinha recebido, inclusive, elogios do próprio Senador Josaphat Marinho -, mas que tínhamos ainda algumas alterações a propor para eliminar qualquer dúvida a respeito de possíveis privilégios que pudessem permanecer na lei que estaremos votando e, quem sabe, aprovando.

Por isso, as alterações que propusemos foram todas na direção de igualar o regime dos Parlamentares com o regime geral da previdência para os servidores públicos, que aprovamos, em primeiro turno, na semana passada. E, se os Senadores prestarem atenção - vou ser bastante rápido - vai ficar bastante fácil de entender. Basta os Senadores pegarem esse quadro comparativo que foi feito e distribuído, para que eu possa fazer os comentários das alterações feitas ao projeto que teve origem na Câmara. Este quadro comparativo não foi distribuído aos Senadores?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Peço que seja providenciada a distribuição do quadro comparativo.

O SR. OSMAR DIAS - Fui informado de que havia sido.

Vou explicar, porque as alterações são bastante simples de serem entendidas. Pois não, estou aguardando, então, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência determina a distribuição do quadro comparativo entre todos os Srs. Senadores, o que já está sendo providenciado. Peço dois minutos ao eminente Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS - Todos têm o quadro, não é Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Tem V. Ex^a a palavra, Senador Osmar Dias.

Peço silêncio para que o Senador Relator possa falar.

O SR. OSMAR DIAS - Acho que a Senadora Emilia não recebeu ainda.

Bom, esse quadro foi feito pelos Relatores com o objetivo de simplificar o entendimento das alterações que estão sendo propostas na direção de igualar a condição do Parlamentar com a do servidor público, sem nenhum privilégio. E vamos entender na análise dessas alterações.

A primeira alteração foi em relação à alíquota. Com o IPC que está em vigor, recolhemos 10% da nossa remuneração mensal, e a União, 20%. Portanto, uma proporção de dois para um. O projeto que veio da Câmara propunha 12% do Parlamentar e 12% da União. Até aí, não havia privilégio. Mas nós, para igualarmos com o regime geral da Previdência para os servidores públicos, modificamos para 11% o recolhimento do Parlamentar e parte igual da União. Isso fica igual, exatamente igual ao regime geral da Previdência. No IPC atual, os aposentados contribuem com 7%; os que já recebem a pensão contribuem com 7% da sua pensão para continuarem, evidentemente, tendo o direito de receber a sua pensão. O projeto de lei da Câmara propunha também 7%, ou seja, da pensão, recolhia 7%.

Nós, aqui, mais uma vez na direção de extrairmos qualquer dúvida de privilégio que possa ser suscitada, estabelecemos a igualdade de condições com os pensionistas do regime geral, que é exatamente o seguinte: até R\$1.200, o pensionista não contribui com nada; acima de R\$1.200, no que exceder R\$1.200,00, 11%. É exatamente igual ao regime geral dos servidores públicos; no que exceder R\$1.200, 11%.

Peço que, se não entenderem essas explicações, aguardem para que depois possamos responder e esclarecer.

Eu já disse, no item II, que a União contribui também com 11%. Portanto, equivalente àquilo que ocorre com os servidores públicos da União.

Virando a página, vamos até o tempo de contribuição. Pelo IPC atual, temos 8 anos de contribuição, que é a carência, e idade mínima de 50 anos. O projeto que veio da Câmara estabelecia: tempo, 35 anos de exercício de mandato com contribuição até completar a idade de 55 anos - de 50 para 55. Mas, para equipararmos com o regime geral da Previdência, estamos propondo tempo de contribuição, 35; tempo de serviço, 35 e idade, 60 anos, com uma diferença: o regime geral estabelece 60 para homens e 55 para mulheres. Mas, como defendemos o direito à igualdade para ambos os sexos, estamos colocando 60 anos, exatamente para que os Parlamentares possam dar o exemplo, respeitando essa reivindicação permanente das mulheres de direito à igualdade.

Aqui, é bom que se entenda. Peço a atenção de Ex^{as}.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Peço atenção do Plenário.

O SR. OSMAR DIAS - Senador Amin, peço atenção para este quesito, que é extremamente importante.

Temos ouvido que um dos privilégios é a manutenção da proporcionalidade. É o contrário! Com esse projeto, estamos dando as condições para que o Parlamentar faça a averbação do tempo que tinha antes de ser Parlamentar. Vou dar um exemplo prático: quem tinha 25 anos de serviços prestados, assim como o servidor público, que, se trabalhou na iniciativa privada, carrega o tempo anterior e conta para efeito de aposentadoria. No caso do Parlamentar, se ele tinha 20 anos, por exemplo, anteriores ao exercício do mandato, vai carregar esses 20 anos que servirão apenas para a contagem do tempo. Mas, se ele exercer um mandato, por exemplo, de 8 anos e completou 35 anos na soma do tempo trabalhado antes em outras atividades, mais o tempo de mandato, isso não significa que ele vai ter aposentadoria integral. A aposentadoria será proporcional aos 8 anos. Portanto, a proporcionalidade aqui não é para efeito de contagem de tempo, mas para efeito de cálculo do valor pago. Portanto, esse é um privilégio ao contrário para o Parlamentar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Só incorpora tempo de serviço?

O SR. OSMAR DIAS - Exatamente.

O SR. ROMEU TUMA - É uma restrição.

O SR. OSMAR DIAS - É uma restrição, porque o Parlamentar vai-se aposentar de acordo com o tempo em que exercer o mandato. Evidentemente, o Parlamentar tem o mesmo direito do servidor público integrante do Regime Geral de agregar o tempo de serviço anterior ao tempo do servidor na atividade pública.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Senador Osmar Dias, tenho uma dúvida.

O SR. OSMAR DIAS - Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Foi tomado o cuidado de impedir que um tempo corra sobre o outro?

O SR. OSMAR DIAS - Que um tempo corra sobre o outro?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Para que não haja uma superposição?

O SR. OSMAR DIAS - Foi tomado esse cuidado. Estamos falando de um tempo anterior de prestação de serviços que se soma ao mandato.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Portanto, não há tempo concomitante?

O SR. OSMAR DIAS - Exatamente. Não há tempo concomitante.

O SR. ROMEU TUMA - Penso que a preocupação do Senador Esperidião Amin é a seguinte. Por exemplo, como funcionário público licenciado, exercendo o meu mandato, continuo contando o tempo do meu exercício na atividade pública. Se eu voltar à minha atividade, como é feito o cálculo da reciprocidade de tempo? Penso que essa é a preocupação de S. Ex^a.

O SR. OSMAR DIAS - Posso responder a essa pergunta na seqüência, depois que eu terminar essas observações sobre as alterações. Senador Esperidião Amin, vou deixar isso anotado; depois, com certeza, eu lhe responderei.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Senador Osmar Dias, o Senador Romeu Tuma expressou corretamente a minha dúvida. Penso que isso não está esclarecido.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - No momento oportuno, o Senador Osmar Dias lhe responderá.

Senador Osmar Dias, V. Ex^a continua com a palavra.

O SR. OSMAR DIAS - Sr. Presidente, essa alteração é fundamental. Estamos estabelecendo o prazo de 35 anos como servidor público e de 60 anos de idade. A proporcionalidade deixa de existir, mas estamos concedendo esse direito da averbação do tempo de trabalho exercido em outras atividades.

Há uma outra alteração que considero fundamental. No projeto de lei da Câmara dos Deputados, nesses quadros especificados na pág. 6, no Item 3 que trata da pensão por morte, estava estabelecido que a viúva ou o viúvo teria direito a 50% sobre a sua pensão ou sobre sua aposentadoria e que cada filho teria direito a 10%, até completar 50%; a soma daria, portanto, 100%. Para igualar os nossos direitos com os já estabelecidos para o servidor do quadro geral, estabelecemos que a família do Parlamentar morto passa a ter direito a um valor igual à última pensão que o mesmo teria direito se estivesse vivo. Penso que essa é uma questão de justiça. Com isso, igualaremos as nossas condições com as que estão sendo dadas para o servidor público.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - (Inaudível)

O SR. BENI VERAS - A pensão seria igual ao provento?

O SR. OSMAR DIAS - Se o Parlamentar estiver vivo, ele terá direito a uma determinada pensão. Se o Parlamentar morrer, sua família terá direito à mesma pensão e não ao que foi proposto pelo projeto da Câmara dos Deputados, que dizia que a família teria direito a 50% da pensão a que o Parlamentar teria direito se estivesse vivo e a 10% por filho até completar 50%, ou seja, se há cinco filhos, a família tem direito a 50%; se há quatro filhos, a família tem direito a 40%. Estabelecemos que a família passará a ter direito aos proventos que o Parlamentar teria direito se estivesse vivo.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Igual ao servidor público civil.

O SR. OSMAR DIAS - Exatamente igual ao servidor público civil. A nossa intenção foi a de estabelecer regras que igualem os direitos dos Parlamentares aos dos servidores públicos civis. No projeto que estamos apresentando, com as emendas que estamos assinando em conjunto, não há qualquer questão que possa suscitar dúvidas a respeito de privilégios que porventura existiam com a vigência do atual IPC.

A grande diferença é que estamos eliminando uma estrutura de intermediação entre o Parlamentar e a União, porque, ao extinguírmos o IPC, estaremos extinguindo uma estrutura administrativa, porque de agora em diante - qualquer um pode entender - as empresas privadas ou públicas, no departamento de pessoal é que estarão as providências e as atribuições para cuidar do processo de aposentadoria dos seus funcionários. Entretanto, aqui também, os departamentos de pessoal do Senado e da Câmara terão condições e estrutura suficientes para atender à demanda de serviços com esse novo plano de pensão, que será facultativo. Isto é importante também: só se associará quem quiser. Evidentemente, será um plano que terá que ser muito bem pensado para quem quiser associar-se, porque, dependendo das condições, não será. Diziam que poderia ser a continuidade de um privilégio porque só houve a troca de letras. É só ler o projeto de lei que está sendo aprovado, com as emendas que estão sendo adicionadas, para verificarmos que de privilégio não tem nada; tem são restrições, que estamos colocando para os Parlamentares deste País.

De minha parte, Sr. Presidente, eu gostaria apenas de referendar o relatório lido pelo Senador Beni Veras com essas explicações que eu achei necessárias para a melhor compreensão dos Srs. Senadores.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Com a palavra o eminente Senador Nabor Júnior, da Comissão de Assuntos Sociais.

Peço permissão para anunciar a lista de oradores inscritos: Senadores Elcio Alvares, Ney Suassuna, Jefferson Péres e José Eduardo Dutra.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que me inscreva também.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Pois não.

O SR. EDUARDO SUPPLY (BLOCO/PT-SP) - Senador Supply.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB-AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, na condição de Relator, na Comissão de Assuntos Sociais, dos três projetos ora em apreciação nesta reunião conjunta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da

Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Assuntos Sociais, gostaria de declarar que o Senador Beni Veras, no seu relatório, já expôs todos os ângulos dessa questão, analisou as três proposições e optou, evidentemente, pela mais abrangente, que é o Projeto nº 49, oriundo da Câmara dos Deputados, considerando prejudicados os projetos de autoria dos Senadores Jefferson Péres e Carlos Wilson.

O Senador Osmar Dias, como relator na Comissão de Assuntos Econômicos, já teve oportunidade de esclarecer os pontos centrais desse projeto para melhor entendimento dos Srs. Parlamentares.

Gostaria de acrescentar mais alguns pontos que a meu ver são necessários para que tenhamos condições de discutir e de finalmente votar esse projeto, que tem despertado tanto interesse não só dos Parlamentares, como também da opinião pública brasileira.

Temos, inicialmente, que esclarecer que esse projeto estabelece duas situações: a dos atuais detentores de mandato e daqueles que poderão optar pelo novo plano de seguridade social criado por essa lei.

O projeto resguarda o direito adquirido daqueles que já eram contribuintes do IPC. Por exemplo, o Parlamentar que, ao término do atual mandato, adquirir condições para se aposentar com base na legislação anterior, a do IPC, vai ter direito de fazê-lo. A legislação atual do IPC determina que o Parlamentar que não se reeleger ou abandonar a atividade parlamentar, com oito anos de mandato e cinquenta anos de idade, poderá requerer a aposentadoria proporcional ao tempo de contribuição. Ou seja, a atual legislação do IPC estabelece que o Parlamentar que exercer mandato durante 30 anos teria direito à aposentadoria integral, ou seja, a aposentadoria correspondente aos subsídios que ele receberia na época em que se aposentou, ou seja, na época em que deixou de ser Parlamentar. Essas regras, que o projeto de lei da Câmara respeita, mantivemos. De modo que, ao término desse mandato, qualquer Parlamentar, Deputado ou Senador que adquirir essa condição de ter oito anos de contribuição e cinquenta anos de idade, no mínimo, vai poder requerer a aposentadoria proporcional. O projeto estabelecia isso e mantivemos.

Agora, o novo sistema previdenciário para Parlamentares já estabelece outras regras. O Parlamentar vai

poder - primeiramente, é facultativo - inscrever-se, ou não, no novo plano. Aqueles que foram eleitos em 1998, que vão...

Sr. Presidente, pediria a atenção. Assim, não posso dar explicação.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Peço a atenção do Plenário para o eminente Senador Nabor Júnior. Os eminentes Senadores não estão conseguindo ouvi-lo.

O SR. NABOR JÚNIOR - É bom que os companheiros prestem bem atenção, porque há alguns aspectos que vão ser objeto de discussão e de pedido de esclarecimento.

Então, só participará desse novo plano aqueles que, após serem eleitos em 1998, até trinta dias depois de tomar posse, façam a opção pelo plano. Quem não quiser participar, fica fora. Quem quiser continuar pagar o INSS lá fora, pela profissão que exercia, poderá fazê-lo. Então, não é obrigatório; é facultativo para os Parlamentares que se elegerem em 1988. Os atuais Parlamentares que quiserem continuar fazendo parte do plano também terão direito de optar. Se não quiserem optar, podem pedir a devolução das contribuições devidamente corrigidas.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Peço a atenção para esse esclarecimento do eminente Senador Nabor Júnior. Tratava-se de uma dúvida que pairava sobre os Parlamentares que já tinham efetivado a sua contribuição.

Peço a V. Ex^a que faça a repetição.

O SR. NABOR JÚNIOR - Vou repetir esta explicação, que é muito importante: Se o Parlamentar reeleito, enquanto estiver no exercício do mandato, ainda que ultrapasse trinta e cinco anos de mandato, não tem o direito de pedir a aposentadoria. São poucos, mas há aqui alguns Parlamentares que têm mais de trinta e cinco anos de mandato. Bom, mesmo com mais de trinta e cinco anos, desde que ele esteja exercendo o mandato, não pode requerer aposentadoria, embora tivesse condições de fazê-lo se não estivesse no exercício do mandato. Ele pode exercer o mandato trinta e cinco anos, quarenta anos, cinquenta anos; não tem direito a se aposentar se estiver no cargo. Só tem direito a pedir aposentadoria no dia que deixar de ser Parlamentar. Enquanto estiver no exercício do mandato, ainda que ultrapasse esse prazo de trinta e cinco anos, ele continua contribuindo com onze por cento, de acordo com os outros contribuintes do Regime Geral de Previdência Social.

Bom, aqueles que não quiseram optar pelo novo plano e foram reeleitos têm direito a pedir a devolução das contribuições que pagaram durante os mandatos anteriores, devidamente corrigidas pelos índices de rendimento da caderneta de poupança. Está entendida essa questão?

O segurado facultativo, que são os funcionários do Senado e da Câmara, que eram também segurados do IPC, têm dupla situação: funcionário público e contribuinte do IPC. Eles não vão ingressar no novo plano, não vão poder optar pelo novo Plano de Seguridade Social. Aqueles que tiverem condições de aposentar-se poderão fazê-lo. Essa aposentadoria seria concomitante com a aposentadoria que teriam no Senado e na Câmara. Então, o funcionário que contribuiu para o IPC e aposentou-se na Câmara ou Senado ele tem direito de aposentar-se pelo IPC até a sua extinção total. Se ele não tiver essa condições de fazê-lo, terá o direito de requerer a devolução das contribuições devidamente corrigidas pelo índice da caderneta de poupança.

São essas as modificações, além daquelas que o Senador Osmar Dias já explicou e também o Senador Beni Veras no relatório, que procuramos adequar o projeto, tanto quanto possível, às novas regras estabelecidas para a Previdência Social de modo geral. Foi essa emenda que aprovamos semana passada e que será votada, em segundo turno, no dia 8 de outubro próximo.

Eram essas as explicações que tinha a dar. Coloco-me, igualmente, à disposição dos companheiros para qualquer informação adicional.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Chamo a atenção dos Srs. Senadores no sentido de que os três Relatores opinam pela extinção do IPC com os esclarecimentos.

A Presidência anuncia, novamente, a lista de oradores.

Senadores Elcio Alvares, Ney Suassuna, Jefferson Péres, José Eduardo Dutra, Edison Lobão, Ramez Tebet, Eduardo Suplicy, Benedita da Silva, Sérgio Machado e Lauro Campos.

Senador Nabor Júnior, o Senador Lauro Campos pede um esclarecimento.

Solicito a V. Ex^a que conceda o esclarecimento, antes de conceder a palavra ao Senador Elcio Alvares.

O SR. LAURO CAMPOS - Gostaria que V. Ex^a me esclarecesse a respeito da seguinte situação: o Senador ou o

Deputado que tenha contribuído durante três anos, por exemplo, e que deseja reaver a importância das contribuições feitas, deverá esperar mais cinco anos até o término do mandato para poder reaver aquilo que é seu, aquilo com que já contribuiu?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Nabor Júnior, V. Exª tem condições de esclarecer?

O SR. NABOR JÚNIOR - Senador Lauro Campos, o projeto estabelece prazo para aqueles que não quiserem continuar pertencendo ao sistema porque estamos criando um novo instituto, uma nova previdência. O IPC vai ser extinto na data da publicação dessa lei, e há um prazo para a liquidação que deverá ser concluído até 1º de fevereiro de 1999. Quem não quiser ingressar no novo sistema poderá requerer a devolução das suas contribuições durante o período em que foi segurado do IPC.

Essas contribuições serão devolvidas devidamente corrigidas pelo índice de rendimento das cadernetas de poupança.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Lauro Campos, a Presidência esclarece, ainda, a V. Exª que essa data de 1º de fevereiro foi escolhida porque é o primeiro dia da próxima Legislatura. A Mesa do Congresso Nacional terá que designar um liquidante que, nomeado por ela, conduzirá a liquidação final de todos esses pleitos.

O SR. LAURO CAMPOS - Gostaria desses esclarecimentos porque me parece que os Deputados, nessa data, poderão reaver as importâncias com as quais contribuíram. Mas dizem "ao término do mandato". Então, os Senadores deverão esperar, a partir de hoje, cerca de 5 anos para poderem reaver as contribuições feitas.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Osmar Dias, concedo a palavra a V. Exª para prestar esclarecimentos ao Senador Lauro Campos.

O SR. OSMAR DIAS - No § 5º, do art. 2º, II, consta: "a partir de 1º de fevereiro de 1999, aos atuais segurados facultativos que não tiverem adquirido direito à pensão, na forma da legislação vigente até a data de publicação dessa lei, e a contar do término do mandato que estejam ocupando os atuais Congressistas que o requererem".

Os funcionários, que são facultativos, teriam que aguardar o dia 1º de fevereiro pela razão de que até lá o liquidante terá que tomar todos os procedimentos administrativos e legais

para a liquidação do IPC. Não será possível, portanto, a devolução dos valores recolhidos nesse período.

Os atuais parlamentares terão até o final do exercício do seu mandato, segundo a lei. Tem que esperar, Senador.

O SR. NABOR JÚNIOR - Verifiquei que o item 1º diz "a contar do término do mandato". Realmente é o § 5º, do art. 1º, inciso I.

O SR. LAURO CAMPOS - Estou apresentando uma emenda no sentido de que a devolução das contribuições feitas deva ser feita de imediato. Não há como esperar cinco anos para receber aquilo que foi recolhido, que foi pago.

O SR. ROMEU TUMA - Sr. Presidente, peço a palavra a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA - Foi discutido e aprovado o FAP. Não sei se a regra geral do FAP abrangeria também o Instituto de Previdência dos Congressistas.

Estou pedindo uma cópia do projeto e do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Elcio Alvares.

Solicito aos que tiverem indagação a fazer que se inscrevam para não perturbar a lista de oradores.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, eminentes colegas, nessas primeiras palavras, quero colocar em destaque o trabalho realizado pelos eminentes relatores Osmar Dias, Beni Veras e Nabor Júnior.

Com um prazo bastante exíguo, os três eminentes colegas trataram do assunto com toda ênfase, com toda dedicação e, hoje, estamos tendo aqui o privilégio de receber o parecer favorável ao projeto que extingue o IPC.

No momento que faço o elogio ao trabalho desenvolvido pelos relatores...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Elcio Alvares, pelo permissão a V. Exª para solicitar aos eminentes Srs. Senadores que não saiam porque temos que ter **quorum** nas três Comissões. Se não houver **quorum**, a Presidência não pode levar a efeito a votação.

Desculpe a interrupção, continua V. Exª com a palavra, Senador Elcio Alvares.

O SR. ELCIO ALVARES - Obrigado. Quero dizer que não vou fazer qualquer tipo de observação sobre o projeto porque acho que, a esta altura, seria inteiramente dispensável qualquer comentário. Mesmo porque o trabalho realizado pelos relatores, a meu ver, é um trabalho que responde a todos os anseios nossos.

Mas quero fazer algumas colocações que são necessárias. Esta Casa afirmou, alto e bom som, que, no intertempo do primeiro para o segundo turno, iria votar a extinção do IPC. E esse comentário foi feito baseado exatamente na responsabilidade dos Srs. Senadores.

No momento em que estamos votando na Comissão é preciso que se diga que já foi aprovada urgência pelo plenário para que esse projeto ingresse amanhã na Ordem do Dia.

Portanto, os Senadores que não querem de forma nenhuma qualquer tipo de privilégio, principalmente para parlamentares, dão hoje uma resposta maiúscula. Aqueles que duvidaram, hoje têm a consumação de um trabalho que representa, na verdade, a vontade do povo. Os três relatores tiveram a incumbência de dar forma ao parecer, mas o que se encontra aí é a vontade de todos.

Quero avisar que, além desse trabalho da Câmara, já existiram dois trabalhos aqui no Senado, dos eminentes Senadores Carlos Wilson e Jefferson Péres, preocupados exatamente que o IPC não pudesse ser apontado como um ponto de privilégios para os Senadores.

Quero fazer um comentário com o maior respeito ao Senador José Eduardo Dutra. Todos conhecem nossa posição, posição dedicada, afirmativa, vigorosa no momento em que não aceitávamos, ao lado do Senador Beni Veras e outros colegas, a inclusão no texto da emenda da Previdência de dispositivo constitucional que viesse atingir a questão da Previdência.

Na ocasião, alegávamos que era preciso que isso fosse repetido várias vezes para que não haja dúvida e não houve uma menção sequer a fatos que aconteceram durante a votação da Previdência.

O Senador Beni Veras não acolheu e inclusive aceitou a emenda Waldeck Ornelas para que não tivesse sede no texto constitucional qualquer coisa relacionada com a previdência dos parlamentares.

Fica, também, a explicação para mostrar como estão agindo os Srs. Senadores dentro de uma linha com o mais criterioso comportamento parlamentar.

Se permitíssemos a inclusão do texto parlamentar "houvesse sede", teríamos, para votar qualquer matéria referente à previdência de parlamentares, a necessidade de um **quorum** qualificado de 3/5.

Hoje, estamos votando aqui leis ordinárias, e leis ordinárias pedem apenas metade mais um. Portanto, não houve, na ocasião da recusa da emenda do Senador José Eduardo Dutra, qualquer motivo que tentasse acobertar privilégio nesta Casa. E vou mais além, uma emenda que foi acolhida pelo Plenário passou **in albis** nos comentários que fizeram para a matéria, em que o Senador Waldeck Ornelas tirava o texto que dizia que lei complementar deveria tratar da aposentadoria dos Parlamentares.

Essa emenda não mereceu nenhum destaque, porque tinha já, àquela altura, a vontade de todos os Senadores de não permitir, de maneira alguma, qualquer tipo de privilégio, principalmente em relação à aposentadoria.

A emenda foi aprovada, diga-se de passagem, com um **quorum** bastante expressivo, e ali, com um magnífico parecer do Senador Beni Veras, não houve sede para qualquer menção à aposentadoria de Parlamentares.

Portanto, eminente Presidente e eminentes Colegas, quero dizer que hoje é o momento - não que cause satisfação - de reflexão. Temos a consciência do nosso dever cumprido. E, às vezes, Sr. Presidente, como é duro, dentro dessa luta da vida Parlamentar, de condições tão calcadas no mais puro sentimento de honradez e de dignidade, esse comportamento tão deturpado! Às vezes, a versão é muito maior do que o fato.

Já tinha conhecimento da posição dos três eminentes Relatores de não permitir que houvesse idade de 55 anos, quando, na verdade, todos os outros funcionários estavam na faixa de 60 anos. Hoje, verificamos que o objeto de todos os comentários que antecederam essa votação foi o privilégio da idade de 55 para 60 anos, sem terem tomado conhecimento do trabalho realizado pelos eminentes Relatores.

Estamos vivendo um momento que não é momento, conforme falei, para qualquer tipo de glória ou de satisfação; é um momento de reflexão. O Senado da República está cumprindo o

seu dever; os Senadores estão investindo os seus mandatos, representando os seus Estados; têm dignidade suficiente para assumir um comportamento como o de hoje, um comportamento que não permite, em hipótese alguma, qualquer tipo de privilégio, principalmente para nós, protegedores do mandato.

Hoje, Sr. Presidente, como Parlamentar, Parlamentar do meu Espírito Santo, sem a qualidade de Líder do Governo, mas como um homem que tem, nesta Casa, feito tudo para honrar a dignidade que o povo me conferiu por meio do voto popular, considero-me inteiramente respondido e realizado, porque, contrário a qualquer tipo de privilégio, darei o meu voto favorável na certeza de que afirmamos uma posição altamente positiva e - acredito sinceramente - digna do respeito da opinião pública e de todos aqueles que, de uma forma ou de outra, convivem conosco aqui no cotidiano, dia-a-dia, na luta em favor do aperfeiçoamento do regime democrático.

É apenas um registro, e desejo dizer que seria desnecessário qualquer tipo de comentário em razão do magnífico parecer que foi oferecido.

Votarei, Sr. Presidente, com muita tranqüilidade, com muita consciência, favorável ao projeto que veio da Câmara, rendendo as minhas homenagens, nesta oportunidade, aos dois eminentes Senadores Carlos Wilson e Jefferson Péres que, em oportunidades diferentes, tiveram também o cuidado em tratar desse assunto tão delicado sobre o qual agora damos uma resposta cabal ao País, mostrando a nossa dignidade e zelo na preservação daquele suplemento que foi necessário ao exercício do mandato popular.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o trabalho dos Relatores merece todo o nosso apreço e todo o nosso elogio. É um trabalho conciso, claro e realmente eficaz.

Queria dizer que votarei favoravelmente, mas queria fazer um registro, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pois fiquei um tanto chocado quando, no dia seguinte à votação do relatório do Senador Beni Veras, li as manchetes da imprensa. A manchete da maioria dos jornais é que mantínhamos privilégios, e as letras garrafais das manchetes não falavam nem sequer dos avanços da

Previdência, do que ganhavam na Previdência, mas falavam dos privilégios mantidos. Uma notícia que não era verdadeira, uma vez que não estávamos mantendo privilégios, mas apenas deixando para, no momento certo, da forma correta, votar o parecer. E creio que o momento certo é este.

Então, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero dizer que muitas vezes somos passíveis de sofrer injustiça. Esta foi uma delas. Mas outras notas também tumultuam, um tanto quanto, o cenário no Senado Federal. Li, ontem, em um jornal, que iríamos votar hoje favoravelmente, porque um determinado Senador havia decidido que assim fosse; ou que iríamos acompanhar o Sr. Fulano de Tal.

Nestes anos em que aqui estou, eu nunca vi alguém votar porque o Sr. Fulano de Tal determinou ou mandou. Ao contrário, sempre votamos com a nossa consciência. Assim, de acordo com a minha consciência, por achar que não devemos ter privilégios em relação a qualquer servidor público federal, creio que devemos acompanhar o relatório dos três Senadores. Este é um marco dentro desta Casa, é uma hora que em que mostramos a transparência de um Brasil novo, é uma hora de fé na mudança. Juntos nós o estamos construindo, cada qual fazendo a sua ação de acordo com a sua consciência. Portanto, Sr. Presidente, o meu voto será favorável.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Peço a atenção dos eminentes Relatores para a existência de uma emenda de autoria dos eminentes Senadores Lauro Campos, Eduardo Suplicy, José Eduardo Dutra e Emilia Fernandes dando nova redação ao inciso I do § 5º do art. 1º do projeto, que passará a ter a seguinte redação:

I - A partir de 1º de fevereiro de 1999, os atuais Congressistas que o requererem

Os eminentes Senadores justificam que o texto originalmente proposto prevê apenas o ressarcimento a partir da extinção do IPC, 1º de fevereiro de 1999, aos que, àquela data, tenham os seus mandatos extintos. A hipótese incide apenas nas situações relativas aos Deputados e aos Senadores eleitos em 1990. A emenda proposta visa possibilitar o ressarcimento aos Senadores eleitos em 1994 que optarem pela devolução em questão, ao invés de incorporação a outro plano de seguridade social dos Congressistas.

Peço a manifestação dos eminentes Relatores. Pela ordem, Senadores Beni Veras, Osmar Dias e Nabor Júnior.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, pretendo apresentar uma série de outras emendas, e gostaria de justificá-las quando...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O Senador Lauro Campos havia pedido naquele instante e o Senador Osmar Dias pediu que S. Ex^a a formalizasse e já a trouxesse. Em seguida, V. Ex^a...

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - ... (Inaudível) as outras emendas.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Não. Independentemente das outras emendas. Apenas porque havia o Senador Lauro Campos. Em atenção a S. Ex^a, o Senador Osmar Dias ficou de responder.

O SR. NABOR JÚNIOR - Sr. Presidente, gostaria de fazer uma ponderação a V. Ex^a para que fossem recebidas pela Mesa todas as emendas. Ao final daríamos o parecer sobre elas, porque há emendas que são antagônicas. E pode ser que haja um texto melhor do que o que aí está.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A sugestão de V. Ex^a é razoável. Portanto, a fim de que não haja emendas superpostas ou conflitantes, peço aos Srs. Senadores que tenham emendas que as apresentem, que as encaminham à Mesa para a manifestação dos Srs. Relatores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PSDB-AM) - Sr. Presidente, pedi a palavra para antecipar o meu voto e fazer um esclarecimento que julgo necessário.

Os Relatores entenderam, com toda razão, que o meu projeto referente ao IPC está prejudicado. Felizmente ele está prejudicado. O projeto da Câmara é mais abrangente visto que o meu não previa a extinção do IPC.

O esclarecimento, Sr. Presidente, é que a imprensa, hoje, noticia corretamente que esta Comissão apreciaria hoje três projetos: dois que propõem a extinção do IPC e um terceiro, do

Senador Jefferson Péres, que propõe apenas a modificação do IPC. A informação é corretíssima, mas passa a idéia de que eu não queria a extinção do IPC. Evidentemente que a imprensa não tinha a obrigação de saber que sempre fui pela extinção do IPC. Assim votei em plenário, na semana passada, e já dizia isso desde a campanha eleitoral, que eu era contra o Instituto de Previdência dos Congressistas, por entender que ele continha privilégios para os Parlamentares.

Logo que aqui cheguei, Sr. Presidente, eleito, ao tomar posse, sondei Senadores a respeito de um projeto de minha autoria extinguindo o IPC. Percebi claramente que àquela altura a esmagadora maioria dos Senadores que ouvi era contrária à extinção desse Instituto.

Se eu insistisse na apresentação de um projeto extinguindo o Instituto estaria agindo demagogicamente, porque sabia que não teria nenhuma chance de aprovação.

Como a Lei que criou o IPC tornava a filiação compulsória, não podia me desfiliar do IPC; apresentei o projeto tornando a filiação facultativa.

Muito bem. Isso, não estou dizendo agora, Sr. Presidente. Meu projeto é de 14 de junho de 1995. Peço permissão aos Srs. Senadores para ler o trecho da minha justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabra) - Peço a atenção para o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Na justificação, à época - está aqui no avulso -, eu dizia, em 14 de junho de 1995:

"Acresce ainda que faço restrições ao próprio IPC, tendo em vista que seu custeio se faz, na maior parte, com as contribuições da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Não posso concordar que Parlamentares sejam privilegiados com aposentadorias especiais mediante aporte de recursos públicos. Não me parece assim correto ser compelido a contribuir para uma instituição que não aceito. O que me faz sentir vítima de uma violência legal, inaceitável para mim."

Faço esse esclarecimento, Sr. Presidente, não para que a imprensa noticie, até porque isso não tem maior interesse aos leitores, mas para conhecimento dos meus colegas de Comissão, dos Srs. Senadores, e para que fique o registro nos Anais do Senado Federal.

Ainda não terminei, Sr. Presidente.

Quero esclarecer ainda que vou votar com o parecer do Senador Beni Veras, porque acho que é um avanço. Extingue privilégios e extingue o próprio IPC.

Devo deixar também registrado que, no meu entender, o melhor teria sido que o Senado Federal tivesse aprovado o dispositivo, emenda constitucional, que proibia a União, os Estados e os Municípios de contribuir para o Sistema de Previdência.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabra) - Peço a atenção. Não é possível que o Senador possa emitir seu voto com esse barulho. Peço a atenção do Plenário.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Vou emitir meu voto e, logo em seguida, vou puxar conversa com alguém. Vou ficar o resto da reunião conversando também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabra) - V: Ex^a tem a palavra.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Entendo que o melhor teria sido aprovar a proibição de que a União, os Estados e os Municípios contribuíssem para o Sistema de Previdência dos Srs. Parlamentares, nos três níveis portanto. Infelizmente, aquela emenda foi rejeitada e, agora, Sr. Presidente, não adianta chorar sobre o leite derramado. Portanto, vou ficar com o parecer dos eminentes Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Com a palavra o Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Elcio Alvares não se encontra presente, mas quero fazer um comentário.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Peço ao eminente Senador Elcio Alvares, se S. Ex^a estiver no gabinete da Presidência, que venha ao plenário da Comissão. O eminente Senador José Eduardo Dutra deseja fazer um comentário.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - S. Ex^a fez um comentário em que me cita e também a cobertura da imprensa. Embora não tenha dito com todas as palavras, a impressão que me passou foi de que eu teria sido o responsável pela forma que a imprensa deu à cobertura do episódio, quando sabemos que a reunião não foi clandestina. A imprensa não fez a sua cobertura a partir de informações que os Senadores lhe passaram, mas baseada nas votações que foram feitas no plenário.

Este foi o primeiro ponto.

O segundo ponto é que eu me surpreendo em determinadas situações. Quando foi votada a emenda constitucional na Câmara dos Deputados e foi mantida, por exemplo, a aposentadoria especial dos professores universitários - contra a minha opinião e com o voto da Oposição - a manchete da imprensa foi: **Oposição mantém privilégios**. Não ouvimos nenhuma reclamação da Bancada governista então. Agora, a manchete da imprensa foi **Senado mantém privilégios**, o que permitiu até que o Presidente da República fizesse a sua demagogia e dissesse: "Eu sou contra privilégios para magistrados." Por que Sua Excelência não disse isto antes?

Nós sabemos que esta Casa nunca votou nada que fosse contrário à vontade do Presidente da República. Muito provavelmente, se o Presidente da República tivesse dito que era contra "no que couber" e tivesse orientado a sua Bancada, que é amplamente majoritária nesta Casa, não teria passado "no que couber" e os votos contra "no que couber" não teriam incluído apenas dois Senadores do PSDB, os Senadores Beni Veras, Relator, e José Serra. Então, não disse nada o Presidente, o que permite, inclusive, que o Senador Elcio Alvares diga: "Eu estou votando como Senador e não como Líder do Governo". Aí é muito cômodo.

E eu tenho consciência também de que nós estamos votando esta matéria hoje em função da emenda que apresentei e estou muito satisfeito por isso. Vamos nos lembrar que esse projeto estava aqui há mais de um ano, desde que veio da Câmara.

Feitas estas considerações, eu quero dizer, como já foi dito aqui pelo Senador Jefferson Péres, que a minha emenda, que teve o voto de mais de 20 Srs. Senadores, não visava apenas extinguir o IPC; ela visava restabelecer uma proposta original do Governo que proibia a União, os Estados e os Municípios de criarem ou financiarem qualquer tipo de instituto de previdência especial para Parlamentares.

O SR. ELCIO ALVARES - Senador José Eduardo Dutra, um aparte, somente para esclarecer.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Com certeza, Senador Elcio Alvares.

O SR. ELCIO ALVARES - Quero restabelecer, dentro do maior apreço que tenho por V. Ex^a, que, em nenhum momento,

eu disse o que o noticiário teria sido. Eu apenas coloquei a posição, que V. Ex^a conhece desde a primeira discussão, de que eu via na inclusão, com sede no texto constitucional, da sua emenda, uma dificuldade para nós a aprovarmos pela metade mais 1. O que eu falei foi isto e quero dizer a V. Ex^a que, de maneira alguma - e nós temos sempre uma posição muito clara e muito transparente -, eu seria capaz de dizer que V. Ex^a foi responsável por qualquer tipo de campanha que se viesse fazer contra a Casa. V. Ex^a tem tido um comportamento muito honrado, muito digno, que eu respeito, e faço essa ressalva para que não haja dúvida. Apenas torno a enfatizar: entendi que não era oportuna sua emenda porque iria dar um **status de quorum** privilegiado a uma matéria que, conforme V. Ex^a está vendo hoje, está sendo decidida pela metade mais um. Faço essa ressalva porque V. Ex^a é merecedor e também não tenho intenção, nas minhas palavras, de querer atribuir a V. Ex^a qualquer tipo de campanha que venha a ser feita posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Feita a ressalva, continua V. Ex^a com a palavra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Aceito a ressalva do Senador Elcio Alvares, por isso mesmo fiz questão de perguntar se estava presente, porque o que meu deu a entender, como S. Ex^a começou a falar da imprensa e falou "com todo o respeito ao Senador José Eduardo Dutra" ficou-me essa impressão. Mas foi feita a ressalva, então sem problemas em relação a essa vinculação. Entretanto, mantenho a opinião a respeito da posição do Presidente da República que, no meu entendimento, é uma posição demagógica.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Está feito o registro. Continua V. Ex^a com a palavra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Vou votar a favor do projeto sem prejuízo das emendas. Tenho alguns comentários a fazer que dizem respeito à divergência de filosofia. Entendo que parlamentar não é profissão e, nesse sentido, não deve ter regime diferenciado de aposentadoria.

Reconheço que há um avanço significativo em relação inclusive às emendas dos Senadores, dos três relatores em relação até ao projeto da Câmara. O projeto da Câmara já era um avanço em relação à realidade atual e as emendas dos três relatores,

Senador Beni Veras, Senador Nabor Júnior e Senador Osmar Dias, são um avanço em relação ao projeto da Câmara.

Queria ressaltar alguns aspectos que, a meu ver, estabelecem diferenciação - não vou nem usar a palavra privilégio - em relação à proposta que aprovamos em 1º turno para os demais brasileiros. Primeiro, o projeto mantém a aposentadoria por tempo de serviço, quando diz, no art. 2, "b": "Aos 35 anos de serviço e 65 anos de idade."

Quero lembrar que não foi isso que aprovamos para o regime geral da Previdência nem para os servidores públicos, porque havia uma emenda da Senadora Emilia Fernandes, que restabelecia tempo de serviço e foi rejeitada, e uma emenda do Senador Antonio Carlos Valadares, que mantinha tempo de contribuição, mas estabelecia o que era tempo de contribuição, também rejeitada. Então esse é o primeiro aspecto que, a meu ver, diferencia.

Segundo, o projeto prevê aposentadoria integral após 35 anos de exercício de mandato. Quero lembrar que não foi isso que foi aprovado para os servidores públicos, para aqueles que ganham mais de R\$1.200,00. Nós aprovamos aquele efeito cascata que vai ser definido em lei, de forma que um servidor público que ganha, por exemplo, um salário igual ao do parlamentar não vai receber integralmente a aposentadoria, menos ainda para o regime geral, porque aí há o teto de R\$1.200,00.

Apresentei uma emenda que tem uma divergência de fundo com o projeto. Eu não concordo, embora vá votar a favor do projeto porque considero um avanço, mas entendo que a divergência principal é que não deve haver um plano de seguridade para o parlamentar, principalmente em função de que eu considero que não é uma profissão. Entendo que o parlamentar, se for servidor público, tem que obedecer às regras de aposentadoria do serviço público; se for do regime geral, deve obedecer às regras do regime geral. Sou defensor do regime único, como é a nossa emenda, mas, infelizmente, perdemos. Quero registrar, inclusive, que logo que essa emenda for aprovada aqui, vou reapresentar a emenda do regime único. E como o Senador Beni Veras disse que daqui a cinco anos nós vamos ter que discutir novamente a Previdência, já fica a emenda aguardando a nova reforma.

O que proponho, preocupado, inclusive, com alguns aspectos que são levantados pelos Senadores, os quais considero relevantes, o fato de pessoas que se tornam parlamentares e deixam a sua atividade profissional.

O SR. - Senador José Eduardo Dutra, perdõe-me interrompê-lo. É só para dizer que foram apresentadas algumas emendas e os eminentes Senadores vão dar uma examinada para que ainda nesta reunião tenhamos o resultado.

Continua V. Ex^a com a palavra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Então, sensível a esta situação que foi levantada pelos Senadores é que o parlamentar ao se eleger passa por aqui quatro, dezesseis anos, enfim o tempo que for necessário, se depois não se reeleger, terá dificuldade para retomar a sua atividade profissional. Não há um tostão de dinheiro público.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Edison Lobão, tem V. Ex^a a palavra. A seguir, o Senador Ramez Tebet e, depois, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDISON LOBÃO - Sr. Presidente, Srs. Senadores, não posso deixar de emitir uma palavra como Presidente do Instituto e como Senador e peço até aos companheiros que me concedam o privilégio - já que se fala tanto em privilégio - de sua atenção para as rápidas palavras que vou pronunciar a esse respeito.

Entendo que se move uma guerra santa de fora para dentro contra o Instituto de Pensão dos Congressistas e esta guerra tem motivado os Parlamentares, tanto Deputados quanto Senadores, que caminham - percebo - para, realmente, a extinção do IPC.

Fala-se a todo instante em privilégios. Sr. Presidente, entendo que não há privilégios, há um tratamento diferenciado porque somos diferentes também, exercemos uma atividade diferente da atividade que exercem os demais servidores da Nação. Hoje busca-se atingir, penso eu, não exatamente o IPC e sim o Congresso Nacional.

Extinto o IPC, a campanha certamente virá em seguida contra as imunidades parlamentares e assim por diante. O IPC é pequeno demais para obter a atenção de toda a imprensa e já agora da maioria dos parlamentares como reconhecido. Procura-se transmitir a impressão de que se trata de uma excrescência a

existência do Instituto de Previdência dos Congressistas. E não é. O IPC é apenas uma previdência complementar como a previdência complementar das estatais contra a qual não ouço palavra de ninguém. Não há nenhuma palavra contra a previdência complementar do Banco do Brasil, nem da Petrobrás, nem da Eletrobrás e assim por diante.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Permite V. Ex^a um aparte, Senador Edison Lobão?

O SR. EDISON LOBÃO - Ouço V. Ex^a.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Apenas para situar o assunto no campo da realidade. Não é a mesma coisa. Na previdência complementar das estatais as regras de aposentadoria são exatamente iguais ao do regime geral: 35 anos de tempo de serviço, até agora; idade mínima quando começar a valer. O que há é uma suplementação apenas do salário. Então não é a mesma coisa. A pessoa se aposenta com o mesmo tempo de qualquer brasileiro; como ele ganha mais de R\$1,1 mil, ele contribui com um valor a mais para que, quando seja aposentado, seja suplementado o seu salário de acordo com aquilo que ele contribuiu. Mas as regras de aposentadoria são exatamente iguais a de todos os demais brasileiros.

E V. Ex^a há de convir que, nas regras atuais do IPC, há regras diferenciadas. Por exemplo, no caso das estatais a pessoa não pode se aposentar, mesmo proporcional, com 8 anos de contribuição. Ele se aposenta de acordo com as regras gerais do regime do INSS. O que há é uma suplementação do valor pelo fato de ele ter contribuído a mais ao longo do tempo. V. Ex^a há de convir que são situações diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO - A diferenciação é esta a que V. Ex^a se refere e ainda outra: é que na previdência complementar das estatais, enquanto aqui o poder público contribui numa proporção de 2 por 1, lá a contribuição é 3 por 1 e às vezes 4 por 1.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - (fora do microfone)

O SR. EDISON LOBÃO - Sim, mas era isto o que ocorria: 4 por 1 e ainda mais.

Então, Sr. Presidente, o que pretendo dizer é que o que se faz aqui no Brasil - é preciso ficar bem claro isto - é exatamente o que se faz no mundo inteiro. Ainda há pouco dizia no plenário do

Senado Federal que a lei que criou o IPC é uma cópia idêntica à lei francesa. Copiamos até mesmo as impropriedades da lei francesa. Existe nos Estados Unidos, na Inglaterra, em toda parte do mundo democrático uma lei neste mesmo sentido. Mas se o que se quer, portanto, é extinguir o IPC, que se faça mas não sob o argumento de que se trata de uma excrescência ou sequer privilégio.

Exercemos uma função diferenciada e por isto temos tido este tratamento também diferenciado. É como se amanhã se procurasse extinguir o passaporte diplomático dos diplomatas. Por que os diplomatas têm passaporte diplomático e os demais cidadãos não os possuem? É porque eles são diplomatas, é por isto. E devem continuar com seu passaporte diplomático e suas prerrogativas.

Os juízes têm os seus predicamentos e as suas prerrogativas, e devem ser mantidas.

Sr. Presidente, acho que devemos nos acautelar para o que pode vir a seguir. A extinção do IPC não basta àqueles que querem atingir, mas profundamente ao Congresso Nacional, e de algum modo estamos sendo complacentes com esta campanha que se move contra o Poder Legislativo neste País.

Pretendo me abster. Não votarei nem a favor do projeto, nem contrariamente ao projeto. Não votarei a favor, porque acho que se pratica uma injustiça; não votarei contrariamente, porque pressinto que, hoje, não sei até porque razões totais, mas há uma inclinação tanto dos Senadores, quanto dos Deputados no sentido da extinção do Instituto. Pois que se o faça; não com o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra ao eminente Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar eu gostaria de cumprimentar o Senador Jefferson Péres, porque S. Ex^a, desde o primeiro momento buscou cuidar do assunto, da forma que entendia tratar de um assunto tão relevante quanto esse.

Objetivava o Senador Jefferson Péres, tornar facultativo o ingresso do Parlamentar no IPC. Sempre me preocupei com isso, Sr. Presidente, mas sou um homem franco. Preocupei até, pessoalmente, porque a mim não interessava, como não interessa contribuir para o IPC. Acho, por exemplo, que pagar 10% dos vencimentos que ganha um Parlamentar, para depois de

oito anos de mandato aposentar com 1/3. Isto não é bom; não convém. Preferiria recolher isso a uma caderneta de poupança, prefiro ser igual a todos os mortais brasileiros; preferiria não estar contribuindo para não receber lá no meu Estado aquilo que o Senador Edison Lobão faz, através de uma campanha dirigida ser constantemente cobrado, sob a alegação de que o Instituto de Previdência dos Congressistas é um privilégio intolerável na sociedade brasileira.

Cumprimento também o Senador Carlos Wilson, pela sua atitude de procurar moralizar o nosso Instituto. Moralizar aqui, Senador Carlos Wilson, entre aspas. V. Ex^a está entendendo que falo dentro daquilo que pensam o que ocorre no Instituto de Previdência. Pois bem, Sr. Presidente, Srs. Senadores, acho que estamos dando um grande exemplo, devemos mesmo acabar com isso. Vamos acabar com o Instituto de Previdência dos Congressistas, porque se representamos a sociedade; e a sociedade não quer isso. Embora tenhamos que prestar alguns esclarecimentos, não sem antes também prestar minha homenagem aos três relatores: Senadores Beni Veras, Nabor Júnior, Osmar Dias, que encamparam o projeto da Câmara com algumas alterações. Sabem por quê? Porque falam tanto desse nosso Brasil, falam tanto dos políticos do nosso Brasil que precisamos, nessa hora e nesse momento ver como é nos países mais evoluídos do mundo. Por que não vamos aos países mais evoluídos do mundo, para dizer, por exemplo, que na Dinamarca o parlamentar com um ano de mandato, desde que tenha 60 anos de idade, ele tem a sua aposentadoria.

Na França, como muito bem lembrou o Senador Edison Lobão, copiamos o IPC, com cinco anos de mandato e idade de 50 e 55 anos também o Parlamentar se aposenta. Israel, essa pátria recém-criada, exemplo de dinamismo do mundo, um parlamentar com quatro anos de mandato e quarenta anos de idade se aposenta. A sociedade de lá está aceitando isso. Na Bélgica. Quer país mais civilizado do que a Bélgica? A Bélgica é país de Primeiro Mundo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, com cinco anos de mandato e com 55 de idade se aposenta. Na Austrália, a duração do mandato é de 8 anos, mas a idade é só de 45. Com 45 anos de idade e 8 de mandato na Austrália se aposenta.

Os países mais rigorosos são a Finlândia, que exige dez anos de mandato e idade de 50 anos; o Reino Unido com 10

anos de mandato e idade de 65 anos; a Alemanha com 6 anos de mandato, dois a menos que o Brasil, e idade de 65 anos.

Então, um instituto de aposentadora dos Congressistas existe no mundo inteiro. É preciso afirmarmos isso para a sociedade. Faço isso, porque quero comungar com aqueles que têm que defender o Congresso brasileiro, porque aqui estamos dando exemplos, temos votado reformas. Um parlamentar não pode ser olhado como um servidor público burocrático, pois não há de ver que muitas noites de sono naturalmente nos foram roubadas, sabem por quê? Porque cabe a nós, parlamentares eleitos pelo povo, votar a lei, por exemplo, que estamos votando, a lei da previdência social, que regula a vida de 150 milhões. Quem tem essa responsabilidade? Quem tem essa responsabilidade é o homem público, é o Senador, é o Deputado Federal. Então, dizer que somos iguais aos outros, que somos profissionais. Isso não concordo. Reconheço que isso não é uma profissão, é mais que uma profissão, é um sacerdócio, porque temos que votar as leis mais importantes do nosso País nesse instante de globalização, nesse instante em que o País exige reformas urgentes, que se clama pelo Congresso Nacional, para que acompanhe a evolução do mundo, em que as transformações da tecnologia, da técnica, da ciência estão de tal ordem obrigando a que os países e os representantes desses países atuem de forma eficiente. O Congresso brasileiro está fazendo isso sim.

Então, temos aqui, na hora em que vamos extinguir o IPC, acho que deve ser extinto, desde o primeiro momento falei isso. Estou fazendo esta defesa apenas para mostrar o que é o Congresso Nacional, mas estou de acordo com o que vamos votar aqui, para extinguir realmente o IPC. Agora, vamos extingui-lo IPC de tal forma que não se deixe aquele que está servindo o povo inteiramente ao desamparo, que não se diga que somos iguais. Somos iguais sim, somos iguais numa igualdade que precisa ser entendida, porque os cinco dedos das mãos não são iguais.

No mundo inteiro se diz isso. Estive no Canadá recentemente, fiquei lá doze dias e não pude visitar o seu Parlamento porque estavam de férias e tomei conhecimento de que as férias lá são muitíssimo prorrogadas.

Então, acho que estamos agindo muito bem. Faço essas considerações em respeito à classe política. Temos que nos defender. Vamos corrigir isso da forma como estamos corrigindo e

também não vamos tampar o sol com a peneira. Estamos acabando com o IPC em termos, estamos melhorando, estamos dando outra denominação. Então, não vamos dizer também que estamos acabando com o IPC, estamos substituindo a legislação, fazendo com que as regras sejam mais exigentes, estamos sendo é mais exigentes, é isso que está acontecendo.

Então, como disse o Senador José Eduardo Dutra, vamos votar para melhorar, como realmente estamos melhorando. Considero um passo muito avançado que o Congresso Nacional está dando, é uma demonstração inequívoca de que o Senado da República está consciente das suas responsabilidades e que o Senado da República não quer privilégios, está eliminando aquilo que a sociedade julga ser privilégios, o Senado da República está eliminando, então vamos ter mais condições de enfrentar a sociedade, de trabalhar e de produzir. Que todos vejam isso, que todos enxerguem nisso um exemplo, Sr. Presidente, que o Senado da República está dando. Essa é a resposta àqueles que entenderam que, na semana passada, estaríamos votando a favor do IPC, a favor dos privilégios. Não, na semana passada, juridicamente, aqueles que votaram entendiam que tínhamos que fazer isso que estamos fazendo hoje.

Advertido por V. Ex^a de forma educada, como V. Ex^a é, apenas me mostrando o cronômetro, encerro o meu pronunciamento dizendo aos eminentes Relatores que os acompanharei. Esse é um passo avançado que estamos dando.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy. Os oradores seguintes são as Senadoras Emilia Fernandes e Benedita da Silva e os Senadores Sérgio Machado, Francelino Pereira, Carlos Wilson e Casildo Maldaner. Benedita da Silva e Emilia Fernandes, aqui estava 7º e 8º, mas acho que a Senadora realmente havia pedido após V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy e, a seguir, à Senadora Benedita da Silva. Peço a atenção para o eminente Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, concordo que a melhor solução teria sido a apresentada pelo Senador José Eduardo Dutra quando da votação da emenda à Constituição sobre o regime da Previdência, extinguindo todo tipo de procedimento

que pudesse propiciar a parlamentares situação diferente daquela que normalmente é feita para todos os brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Srs. Senadores, peço atenção, pois os Senadores que estão na primeira fileira não conseguem ouvir o Senador Eduardo Suplicy. Peço atenção do Plenário. Conversas só no corredor. Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY - As regras do IPC, que hoje estão por ser modificadas, garantem que, após 8 anos de contribuição e no mínimo 50 anos de idade, o parlamentar terá direito à pensão por tempo de mandato equivalente a 26% do subsídio e das diárias recebidas, percentual que se eleva anualmente, de maneira que, após 30 anos de contribuição, o Congressista tenha direito à pensão com proventos iguais ao respectivo membro da ativa.

Vejamos alguns dados sobre a situação do IPC hoje.

São 2.645 pensionistas sob esse regime, dos quais 785 são parlamentares, 461 dependentes de parlamentares, 971 segurados facultativos, ex-funcionários, e 428 dependentes desses segurados. De janeiro a setembro de 1996, o pagamento de benefício aos ex-parlamentares gerou despesa de R\$23,2 milhões. A média da aposentadoria, que pode ser usufruída após 8 anos de mandato, é de aproximadamente R\$3.200,00. Se esses recursos fossem utilizados para pagamento de aposentadorias de segurados no regime geral de previdência, 106.568 pessoas seriam contempladas com o benefício médio, que, em agosto de 1997, foi de R\$217,70.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Peço atenção da assessoria, pois o Senador Relator não está ouvindo o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Segundo o livro branco do Ministério da Previdência Social, em 1995, as contribuições dos segurados do IPC atingiram R\$11 milhões. Os gastos são quase 4 vezes superiores, R\$42,1 milhões. O desequilíbrio das contas é, portanto, de R\$ 31 milhões. Para cobri-lo, a Câmara prestou socorro no valor de R\$12,5 milhões e o Senado de R\$3,7 milhões e o restante, R\$14,8 milhões, foi cobertos com receitas patrimoniais do Instituto. O livro branco também informa que, em maio de 1996, a dívida da Câmara com o IPC já atingia R\$41,9 milhões e do Senado R\$4,8 milhões. O somatório dessas dívidas

representa quase 1/3 do patrimônio do IPC, avaliado em R\$161 milhões. Cabe destacar que essa dívida resultante da manutenção de cessões que desfiguram o sistema previdenciário é pago com recursos do Tesouro Nacional. O desequilíbrio tende a se acentuar visto que os dados mostram que a dívida vem crescendo continuamente. De janeiro a setembro de 1996, o Congresso transferiu R\$12,1 milhões ao IPC e mesmo assim a dívida aumentou em R\$23,1 milhões. Assim, não é à toa que há esse clamor da opinião pública, da imprensa, manifesto em números editoriais, dizendo como deveríamos, aqui, extinguir os privilégios para parlamentares, assim como para os magistrados. Daí por que voto favoravelmente ao parecer dos Senadores Beni Veras, Osmar Dias e Nabor Júnior, ressalvadas as emendas apresentadas pelo Senador José Eduardo Dutra e por nossa Bancada do PT, no intuito de aperfeiçoar o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Com a palavra a eminente Senadora Benedita da Silva.

Peço aos eminentes Senadores que possamos concluir até às 14 horas, ainda temos as emendas, de modo que talvez dê tempo, uma vez que temos apenas mais 4 senadores inscritos.

Senadora Benedita da Silva, V. Ex^a tem a palavra.

A SR^a BENEDITA DA SILVA - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de merecer a atenção dos meus pares no que diz respeito a esse projeto. Quero, em primeiro lugar, parabenizar o relator, Senador Beni Veras, Nabor Júnior e Osmar Dias. Dizer que estava empenhada em votar contrariamente, na medida em que não tínhamos resgatado do projeto da Câmara aquilo que considero mais importante nesse contexto, que é a questão das regras gerais. Quero dizer que sou contra, e por isso hoje vou votar a favor da extinção do IPC, porque sou servidora pública e quando do meu primeiro mandato busquei não contribuir para o IPC. E as argumentações daquele momento eram de que estávamos vinculados também aos servidores e, como tal, não poderíamos sequer ir à Justiça para que oficialmente pudéssemos nos retirar do IPC.

Na Assembléia Nacional Constituinte, houve um esforço para que pudéssemos, de uma certa forma, garantir que a nossa contribuição naquele momento se fizesse opcionalmente. Também não consegui, porque, mais uma vez, estava vinculado ao servidor. Mas quero registrar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs.

Senadores, que em todo tempo de nossos mandatos a bancada do Partido dos Trabalhadores pleiteou extinguir o IPC, não foi uma situação de pressão ou porque estavam falando a respeito da nossa contribuição, mas porque era uma posição nossa, desde o princípio, assim como temos uma posição de não votarmos nenhuma matéria que diz respeito a concessões de rádios porque não temos instalados conselhos para decisão. Então é uma posição política nossa. Sou também daquelas que compreende que não sendo servidor público e interrompendo as suas atividades na iniciativa privada, que era necessário garantir a nossa contribuição previdenciária. Eu desejava, no momento, como servidora pública, poder contribuir com os mesmos percentuais, para que, no tempo devido, dadas as regras, pudesse aposentar-me.

Vejo que as reformas mudaram a questão dos direitos previdenciários.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Peço atenção para a Senadora Benedita da Silva.

A SRª BENEDITA DA SILVA - E ao mudar esses direitos, tivemos alguns direitos adquiridos retirados. Hoje, quando fazemos a discussão acerca de se extinguir o IPC, ou melhor, de se estabelecerem novas regras para ele - baseadas nas regras gerais -, surpreendo-me, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, com a manifestação do Senador Osmar Dias, argumentando que, para se fazer justiça, para que se tenha equidade, para que se ajuste às regras gerais, devemos ter uma idade mínima de 60 anos. Nós, Srs. Parlamentares.

Quero chamar a atenção sem nenhuma conotação corporativista. Vou votar a favor da extinção do IPC, mas não poderia deixar de chamar a atenção com relação a dispositivo constitucional, ao que acabamos de votar no que diz respeito às reformas previdenciárias e à questão do direito do indivíduo, porque, aqui, as argumentações sobre o IPC têm uma referência a essas diferenças. Estas, aqui, dizem respeito à questão da atuação dos Parlamentares, que se distingue em suas categorias.

Portanto, não podemos, de forma alguma, deixar que as Parlamentares sejam incluídas juntamente com os Parlamentares, na medida em que temos direitos adquiridos, quando colocamos a idade mínima de 60 anos para os homens e

de 55 anos para as mulheres. As Parlamentares são do sexo feminino.

Assim, há uma necessidade de se estabelecerem, não só do ponto de vista biológico, mas de direito adquirido, por várias razões já atribuídas, as condições a que nós, mulheres, somos submetidas no exercício de qualquer função. Tanto assim, que houve sensibilidade do ponto de vista constitucional, jurídico, social e econômico quanto às desigualdades existentes em relação às mulheres.

Quero, neste momento, apresentar uma emenda, que espero seja examinada pelos Srs. Relatores, para que possam resgatar esse princípio, já adquirido constitucionalmente, de que a idade mínima seja, para os Parlamentares, de 60 anos e, para as Parlamentares, de 55 anos. Caso contrário, não estaremos fazendo justiça às regras gerais aqui propostas, sem corporativismo, mas apenas garantindo uma matéria constitucional, a fim de que possamos votar com tranquilidade.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Muito bem. Com a palavra a Senadora Emilia Fernandes.

A SRª EMILIA FERNANDES - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ilustres Relatores desta matéria, iniciaria reafirmando a questão do quanto é importante o tema sobre a Previdência Social. É um tema que já discutimos, um tema que a sociedade clamou para que houvesse mais tempo para que todas as pessoas e não apenas determinados setores mais esclarecidos, com maior acesso aos meios de comunicação; às informações, pessoas formadoras de opinião tivessem a compreensão suficiente e necessária do que realmente estava sendo proposto.

Assim, é lógico que há ainda muitas questões pendentes no que se refere a essa avaliação e a essa necessidade que o povo, o trabalhador, o operário têm a respeito. Mas essa é uma questão que já foi discutida no Senado e nós estamos acompanhando o andamento desse processo, uma vez que há ainda uma discussão na Câmara.

Aí também está logicamente embutida a questão das aposentadorias especiais, das aposentadorias diferenciadas que existiam neste País. Muito se discutiu em relação à extinção pura e simplesmente de aposentadorias especiais previstas na Constituição, como, por exemplo, a aposentadoria dos professores, de universitários, de aeronautas, de jornalistas e de outras

categorias. Entendo que essa questão, Sr. Presidente, não foi debatida suficientemente. Não quero alongar-me nessa questão, até porque não se refere ao tema central, vamos dizer, da nossa discussão, mas entendo que, por exemplo, a questão dos aeronautas tinha que ter sido mais detidamente analisada, com todas as repercussões que tem, como os problemas de saúde que essas pessoas têm.

No que se refere à questão dos professores, entendo que deveríamos ter aberto uma discussão mais ampla a respeito. Dizer que o desgaste só se dá no primeiro e no segundo graus... Não sei se esse seria o único critério a ser considerado. Acho que teríamos que olhar toda uma categoria de profissionais. Assim, vamos pedir aposentadoria diferenciada, por exemplo, para um médico de Brasília e para um médico do Amazônia, que atende em uma cidadezinha do interior, sem as mínimas condições de recursos?

Não vamos entrar nessa questão, Sr. Presidente, porque entendemos que não é o ponto central desse debate. O que quero pontuar é que ainda considero que houve debate insuficiente e falta de compreensão desse tema da reforma da Previdência. Por outro lado, muito se tem falado aqui sobre como a imprensa colocou o assunto, como a imprensa deu as suas manchetes, como a imprensa interpretou isso. Em primeiro lugar, entendo que não podemos e não devemos subestimar a própria capacidade de compreensão, análise e interpretação inclusive dos fatos que estão aí. Respeito a posição da imprensa, mas não admito que se atribua a esse ou àquele parlamentar ou a partidos os registros que foram feitos na imprensa. A imprensa acompanhou os trabalhos, ela é formadora de opinião e sabe o que realmente se vem discutindo, o que está sendo proposto inclusive agora.

Gostaria, por outro lado, de ressaltar algo que foi colocado aqui como uma divergência entre o Senador Elcio Alvares e o Senador José Eduardo Dutra, tendo em vista o alto nível e a consideração que houve em relação ao que um disse e àquilo que o outro entendeu e o esclarecimento que foi dado posteriormente. Acho que deve ser destacado o nível de respeito, de compreensão e de valorização dos Srs. Parlamentares, inclusive com esclarecimentos na presença dos respectivos citados ou envolvidos no mal-entendido.

Gostaria de dizer também, Sr. Presidente, que lamento profundamente que no plenário do Senado, há poucos dias, sem a presença desta Senadora, tivesse sido levantada uma série de argumentos - até foram citadas expressões utilizadas por mim durante minhas argumentações, na minha ausência. Mas tudo bem. Penso que o debate parlamentar é altamente salutar. É exatamente nesta Casa de debates que as idéias e o contraditório devem ser colocados.

Tenho o maior respeito por todos os Senadores. Respeito também as divergências. Mas, à época, não estávamos extinguindo o IPC, e esta é a compreensão que continuo tendo, Sr. Presidente. Estamos, sim, transformando um instituto que existe dentro do Congresso Nacional; estamos melhorando-o até, como vários Srs. Senadores já disseram. Continuaremos a ter um plano de seguridade social para os Congressistas. Então, não havia maldade ou qualquer segunda intenção. Tudo estava claro e evidente porque é dessa forma que gosto de tratar os assuntos. E quando não há esclarecimentos suficientes, sou uma dos que, nesta Casa, gostam de questionar e ir a fundo na discussão. Prego o debate, com contradições, com respeito e mesmo com opiniões contrárias, mas ele deve existir. Então, um ponto que eu frisava é de que este assunto ainda não havia sido suficientemente debatido.

Mas vamos ao assunto, Sr. Presidente.

Entendo que estamos diante de um projeto, de uma proposta que, até pelas considerações, pelas emendas que estão sendo postas aqui pelo Senador Dutra, precisa ser mais debatido. Embora esteja tramitando há mais de um ano na Casa, com o surgimento posterior de projetos, sempre na tentativa de melhorar e dar transparência maior a esta questão, entendo ser necessário haver mais discussões, não a respeito do que já foi colocado, pois penso que os Srs. Relatores foram bastante precisos e objetivos nas suas exposições, nas suas propostas. Mas ainda há propostas diferenciadas. Analise o mérito do que o Senador Dutra, por exemplo, está apresentando nas suas emendas. Não sei se vamos ter condições de analisar com profundidade.

Vejo que o Senador Jefferson Péres, por exemplo, tinha também um questionamento numa direção que não foi, na minha avaliação, suficientemente explorada, assim como outros Srs. Senadores, como, por exemplo, o Senador Carlos Wilson,

enfim, todos os Srs. Senadores que se manifestaram a respeito deste assunto.

Então, continuo dizendo que estamos votando aceleradamente. E espero que não seja, Sr. Presidente, pela pressão, que de certa forma a imprensa fez em relação ao assunto - o que julgo justo, válido. E até prefiro que seja mais pela pressão da imprensa a que seja pelas manifestações do Presidente da República, que parece não vir acompanhando esse processo, que não via que este assunto estava na Casa há um ano e que jamais se manifestou quanto a isso. Mas, quando se trata de criticar e jogar pedra no Congresso Nacional, Sua Excelência soma a fileira com tantos outros que estão aí sempre a buscar momentos oportunistas.

Creio que precisaríamos, com a soberania que tem este Congresso Nacional e este Senado, analisar, verificar bem mais detalhadamente, pois o Senador Dutra, nesse curto espaço de tempo, não teve condições de tecer maiores detalhes na sua proposta.

Mas a urgência está posta. Temos que verificar o que está posto. Então, quero me somar àqueles que acreditam que estamos transformando um instituto que existia, que era bastante injusto no momento em que tratava questões profundamente diferenciadas com tratamento privilegiado e apresenta regras um pouco mais rigorosas.

Mas quero dizer ainda aos Srs. Senadores, com todo o respeito que tenho, que penso que, se aprofundássemos o debate e na avaliação, com dados, com números, com exemplificações, iríamos ver que alguns tratamentos continuam ainda diferentes daqueles que estamos dando aos funcionários públicos deste País e aos trabalhadores da iniciativa privada.

Eram as considerações que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente, até tendo em vista as colocações que gostaria de fazer, Sr. Presidente, até porque sou Suplente nesta Comissão, e o Titular está presente, portanto, não tenho direito a voto...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Mas tem direito a manifestar suas...

A SRA EMILIA FERNANDES - ...mas é a expressão de um sentimento que eu gostaria de deixar registrado...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Claro.
Senador Sérgio Machado, Líder do PSDB.

O SR. SÉRGIO MACHADO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a Bancada do PSDB decidiu fechar questão a favor da extinção do IPC. E acompanhamos com muito interesse o trabalho das Lideranças, no sentido da agilização deste projeto do Presidente da Casa, Senador Antonio Carlos Magalhães, dos três Presidentes de Comissão, Senadores Bernardo Cabral, Ademir Andrade e José Serra, no sentido de que se pudesse designar, tempestivamente, os Relatores e marcar a reunião para hoje, a fim de votarmos a extinção do IPC antes da votação do segundo turno, que sempre foi a posição de todos os partidos. Penso que, hoje, estamos dando um tratamento igualitário aos Parlamentares e aos demais servidores públicos. E o que fica é do ponto de vista voluntário: quem quiser entrar no novo fundo entrará voluntariamente, não é mais uma decisão obrigatória, porque o Instituto fica extinto hoje. Penso que este é um avanço, é uma decisão importante e significa um avanço muito grande para o Senado Federal, para o Congresso Nacional, e aquilo que a sociedade brasileira deseja.

Então, o PSDB vota pela extinção do IPC e, pensamos que, hoje, estamos marcando um grande tento, em função daquilo que é o papel do Senado, dando igualdade de tratamento aos Parlamentares e aos demais funcionários públicos.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Tem a palavra o eminente Senador Carlos Wilson e, a seguir, como último orador inscrito, ao Senador Casildo Maldaner.

O SR. CARLOS WILSON - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o IPC foi criado em 1963, pelo saudoso Deputado Monsenhor Arruda Câmara. Naquele momento, a situação do País era outra.

A questão da crise da Previdência Social já se arrasta por algum tempo. Na campanha presidencial, o Presidente Fernando Henrique falava na reforma da Previdência Social, e sabíamos que, para se fazer uma reforma da Previdência Social, teríamos que cortar os chamados privilégios de outras categorias e ficaria muito mal colocado o Congresso Nacional, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, permanecer com o Instituto de Previdência dos Congressistas. Digo isso, Sr. Presidente, numa posição de quem foi Governador de Pernambuco, por pouco tempo, mas que teve o privilégio e a honra de extinguir o Instituto de Previdência dos Deputados Estaduais. E posso dizer aos meus

colegas Senadores que a extinção deste Instituto em Pernambuco, não causou problema algum junto aos Deputados Federais, muito pelo contrário, foi aprovado, por unanimidade, pela Assembléia Legislativa do nosso Estado.

Quando apresentei aqui o projeto defendendo a extinção do IPC, longe de mim tentar ser diferente de qualquer Senador, de querer ser melhor do que qualquer Senadora ou Senador, de querer ser mais moralizador do que qualquer Senador, era apenas uma tentativa de dar mais força à reforma da Previdência Social que pretenderíamos fazer para o País. E, agora, estamos dando esta força, recebendo, por parte dos Relatores, um trabalho notável que foi feito na reforma da Previdência Social pelo Relator Beni Veras. E hoje, aqui, nesta Comissão, acompanhado pelos Relatores Senadores Osmar Dias e Nabor Júnior, com isso, acredito que estamos não só dando força ao Senado como estamos dando mais condições ainda para que, amanhã, posamos fazer reformas...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Peço atenção para o Senador Carlos Wilson.

O SR. CARLOS WILSON - ...muito mais profundas e que possam, na verdade, tirar todos os privilégios existentes no passado, perante a sociedade brasileira. Então, quero, não como autor do projeto, acho que esse privilégio, essa honra é de todos os Senadores que, hoje, aprovam o parecer dos Senadores Beni Veras, Nabor Júnior e Osmar Dias. Esta Casa cresce hoje, quando extingue o IPC.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Com a palavra o Senador Casildo Maldaner, como último orador inscrito.

Após a fala do Senador, passaremos à votação do projeto com ressalva das emendas.

O SR. CASILDO MALDANER - Sr. Presidente, nobres Colegas, situação idêntica vivíamos em Santa Catarina no idos de 90, começo de 91, quando exerci a função de Governador daquele Estado. À época, para podermos avançar em algumas teses, foi extinto o Instituto de Previdência dos Parlamentares estaduais, em Santa Catarina - mais ou menos como o caso do Senador Carlos Wilson, que vivia, à época, em Pernambuco.

Gostaria, neste momento, Sr. Presidente, inclusive como já fez o Líder do Governo, Senador Elcio Alvares, de cumprimentar o Relator, Senador Beni Veras, e os demais co-

Relatores, senadores Osmar Dias e Nabor Júnior. Acho que hoje esta Casa, por meio de três de suas Comissões em conjunto, discutindo este projeto para que depois o Plenário o aprecie, dá o exemplo, toma uma atitude, Sr. Presidente, no sentido de que possamos, de cabeça erguida, avançar cada vez mais.

Com este ato, com esta posição que tomamos em relação à Previdência, quando estamos a cortar na própria carne, Sr. Presidente, estamos conquistando mais autoridade, diria até mais respeito perante a Nação, quando nos igualamos, quando nos colocamos no mesmo patamar dos demais brasileiros. Acho que é um grande avanço.

Gostaria mais uma vez de cumprimentar o Relator e os demais Senadores que participaram representando as três Comissões. Sem dúvida alguma, poderemos, agora sim, sair pelo País afora com mais altivez, com a credibilidade desta Casa restaurada, sem dúvida alguma.

Era esse o comentário que gostaria de fazer neste momento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência vai proceder à votação simbólica, uma vez que os projetos não são terminativos, declarando que já deixaram assinados, acompanhando os eminentes Senadores na Comissão de Constituição e Justiça, 18 votos, pela maioria da Comissão de Constituição e Justiça, apenas dois votos.

Pergunto se algum dos Srs. membros da Comissão de Constituição e Justiça se opõe ao projeto. (Pausa)

Não havendo nenhum voto contrário, está aprovado o projeto com a ressalva das emendas.

Na Comissão de Assuntos Sociais, onde bastam quinze votos, só deixaram seus votos devidamente registrados, com assinatura na folha de votação, 18 Srs. Senadores.

Coloco em votação na Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa)

Se nenhum dos senhores deseja se manifestar contrariamente, aprovado o projeto, com parecer dos eminentes Relatores, por unanimidade, ressalvadas as emendas.

Comissão de Assuntos Econômicos: quase todos os Srs. Senadores já deixaram seus votos na folha de votação - exatamente o número necessário para que se aprove um projeto na Comissão de Assuntos Econômicos.

Coloco em votação simbólica perante os membros da Comissão de Assuntos Econômicos. (Pausa)

Não havendo quem queira se manifestar contrariamente, considero-o aprovado, com a ressalva das emendas.

As emendas ficaram assim distribuídas - o Senador Beni Veras fará, depois, uma reunião entre os três Srs. Senadores: Senador Beni Veras, Emendas 6, 7, 8, 9 e 10; Senador Osmar Dias, 11, 12 e 13; Senador Nabor Júnior 14, 15 e 16.

Concedo a palavra ao eminente Senador Beni Veras para se manifestar quanto às Emendas 6, 7, 8, 9 e 10.

A SRª BENEDITA DA SILVA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Tem V. Exª a palavra.

A SRª BENEDITA DA SILVA - Apresentei à Mesa uma emenda.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Está considerada. O eminente Senador Nabor Júnior relatará a emenda de V. Exª, que é a de nº 17. Perdoe o lapso.

Peço a atenção para o parecer do eminente Senador Beni Veras.

O SR. BENI VERAS - A Emenda nº 6 seria um acréscimo do termo "até a liquidação do Instituto". Acontece que alguma coisa terá que ser resolvida após a extinção do Instituto. Então, ficaria difícil fazê-lo se for aceita essa emenda. Portanto, ela foi rejeitada.

A Emenda nº 7 foi aceita. Ela sugere que a partir de 1º de fevereiro de 1999 os atuais Congressistas poderiam (?) requerer seus direitos.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Emenda do Senador Lauro Campos, aprovada.

O SR. BENI VERAS - Emenda nº 8: trocar "aposentadoria" por "pensão". "Aposentadoria" é um termo muito mais genérico, muito mais aceito. Então, permanece o termo "aposentadoria".

Rejeitada a emenda.

Emenda nº 9. É necessária a transição. Os incisos III e IV do art. 6º são necessários para fazer a transição.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Foi rejeitada pela prejudicialidade.

O SR. BENI VERAS - A Emenda nº 10 muda completamente o espírito do projeto e, portanto, fica rejeitada.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência vai colher os votos sobre a manifestação do eminente Senador Beni Veras.

Em votação o parecer na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Em votação o parecer na Comissão de Assuntos Sociais.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Em votação o parecer na Comissão de Assuntos Econômicos.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado o parecer do eminente Relator, Senador Beni Veras.

Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, eu gostaria de informar que, como quero que termine essa votação na Comissão, não pedi votação nominal da Emenda nº 10 e nem destaque para a mesma.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência agradece.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Mas, Sr. Presidente, reservo-me o direito de reapresentá-la em plenário, e, se for o caso, pedirei votação nominal lá.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Inclusive, a Presidência dará o seu testemunho.

Concedo a palavra ao eminente Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS - Sr. Presidente, sem criar polêmica, já que fui citado pela Senadora Benedita da Silva, eu gostaria de registrar que, quando falei de igualdade de direitos, eu não estava falando de deveres. Não teci considerações sobre os deveres.

Sr. Presidente, a Emenda nº 11 suprime o § 3º do art. 1º do projeto. Nós, os três Relatores, optamos pela sua rejeição, porque parece que essa emenda foi escrita antes mesmo da apresentação do nosso relatório e, em parte, ficou prejudicada, porque foi feito um comentário sobre os 55 anos, e já mudamos a idade para 60 anos.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Exª é o autor da emenda e tem direito.

O SR. OSMAR DIAS - Está certo, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Essa emenda foi apresentada com base no projeto e não no substitutivo. Essa emenda também tem vinculação com a Emenda nº 10.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Exª a apresentará também no plenário do Senado.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Rejeitada a Emenda nº 10, penso que essa emenda ficou prejudicada.

O SR. OSMAR DIAS - Penso que as Emendas nºs 11, 12 e 13 têm vinculação com a Emenda nº 10. Portanto, estamos rejeitando as três emendas.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Em votação o parecer do eminente Senador Osmar Dias na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Em votação o parecer do eminente Senador Osmar Dias na Comissão de Assuntos Sociais, considerando prejudicadas as emendas de autoria do eminente Senador José Eduardo Dutra.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Em votação o parecer do eminente Senador Osmar Dias na Comissão de Assuntos Econômicos.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Concedo a palavra ao eminente Senador Nabor Júnior, para relatar as Emendas nºs 14, 15, 16 e 17.

O SR. NABOR JÚNIOR - Sr. Presidente, a Emenda nº 14 pode ser atendida em parte, quando esta inclui também os Deputados Distritais. Como já expliquei, o projeto determina que o Parlamentar, durante o período em que estiver exercendo mandato eletivo federal, estadual ou municipal, não fará jus à aposentadoria. Deixamos de incluir - o projeto da Câmara já veio excluindo isso - os Deputados Distritais. Então, aceito em parte a emenda, quando esta inclui os Deputados Distritais.

Não aceito a mudança da palavra "aposentadoria" pela palavra "pensão". O art. 10 continua falando em aposentadoria: "Não é devido o pagamento dos proventos da aposentadoria". A emenda propõe que essa expressão seja substituída pela palavra "pensão". Aceito, portanto, em parte, a Emenda nº 14.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador José Eduardo Dutra, V. Exª acolhe a sugestão?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, essa questão de pensão tem a ver com a Emenda nº 10.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Então, a emenda foi acolhida em parte.

O SR. NABOR JÚNIOR - A Emenda nº 15 já foi atendida pela Emenda nº 4, do Relator, que proíbe a acumulação de aposentadorias do funcionário público. Fizemos uma mudança na redação do art. 11. Por conseguinte, essa emenda já foi atendida pelos Relatores com a Emenda nº 4.

A Emenda nº 16 propõe a supressão do art. 12. Se formos atender a essa proposta do Senador José Eduardo Dutra e de outros Senadores, vamos tirar as fontes de custeio do novo Plano de Seguridade Social. Isso vai prejudicar completamente a matéria. Em decorrência disso, votamos pela não aceitação.

A Emenda nº 17, da Senadora Benedita da Silva, propõe a redução da idade do Parlamentar do sexo feminino para 55 anos, e não como é na Previdência. Mas temos que levar em consideração que a atividade parlamentar é idêntica para homens e mulheres, e as condições de trabalho são as mesmas, já que cumprem a mesma jornada de trabalho, diferentemente, por exemplo, do professor primário.

E por quê? - chamaria a atenção da Senadora Benedita da Silva para a minha argumentação. Porque no caso do professor, por exemplo, colocamos que mulher que é professora se aposenta com 25 anos de serviço - de contribuição, agora, com a reforma da Previdência -, e o homem, com 30 anos. Isso porque a mulher que é professora tem as suas atividades domésticas também, cuida da casa também, diferentemente do professor, que pode se dedicar por tempo integral à sua atividade. Já a mulher não, porque tem os filhos e a casa para cuidar e tem outras atividades. Entretanto, no que tange ao Parlamentar, as atividades são idênticas, as condições de trabalho são iguais.

O Sr. Eduardo Suplicy - Mas a Senadora é mãe.

O SR. NABOR JÚNIOR - Por outro lado,...

O Sr. Eduardo Suplicy - Senador...

O SR. NABOR JÚNIOR - ...a Constituição Federal...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Peço a atenção para a argumentação do eminente Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR - A Constituição Federal, por seu turno, no capítulo que diz respeito ao Poder Legislativo, não cuida dessa questão do Parlamentar, não faz nenhuma distinção entre o Parlamentar do sexo masculino e o do sexo feminino. Então, todos são iguais perante a lei. Aqui, no Congresso Nacional, todos temos as mesmas prerrogativas, os mesmos direitos e as mesmas condições de trabalho.

Por essa razão, voto contra a emenda da Senadora Benedita da Silva.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência vai colher a manifestação dos eminentes senhores integrantes...

A SRª BENEDITA DA SILVA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Pois não.

A SRª BENEDITA DA SILVA - Ouvi uma declaração da Senadora Emilia Fernandes em que ela dizia que não estava promovendo, evidentemente, nenhum ataque ou dizendo inverdade, mas que ela costuma fazer o debate de matérias, que considera pertinentes.

Já ouvi aqui - sem citar nomes - várias pessoas dizerem que eu não faça isso. Mas eu estaria ferindo os meus princípios se não o fizesse, não mais em defesa da emenda que foi

rejeitada, mas da concepção da relação, da atribuição cultural e natural dada às mulheres.

Quero compreender que não é privilégio quando colocamos, nas regras gerais, que o tempo de aposentadoria para homens, independentemente das funções e da classe social, é de 60 anos, e, para as mulheres, 55 anos. Estou falando das regras gerais.

Não podemos, como legisladores, fazer uma interpretação dessa natureza, desconhecendo princípios pura e simplesmente naturais inerentes à condição da mulher. Uma mulher, ainda que seja Parlamentar, tem algumas atividades que, independentemente dos seus recursos financeiros, exerce.

Não foi esse o princípio com que argumentei para que essa emenda passasse. O princípio com que argumentei é o de que existe uma regra geral de que - como as argumentações estavam colocando nas regras dos direitos, e não dos deveres - deveria ser 60 e 55, a não ser que se estabeleça que isso não se atribui às Parlamentares, mas a todas as demais mulheres em diferentes setores da sociedade.

Essa é a regra geral do Direito.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senadora Benedita da Silva, os eminentes Relatores, quando ofereceram o parecer, traçaram um novo caminho tentando indicar uma solução. V. Ex^a apresentou a emenda. Os eminentes Relatores se manifestaram contrário, mas isso não exclui - se ela não for aprovada aqui - V. Ex^a poderá renová-la no Plenário.

A SRA. EMÍLIA FERNANDES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra a nobre Senador Emília Fernandes.

A SRA. EMÍLIA FERNANDES - Sr. Presidente, Srs. Senadores, na mesma direção da análise que a Senadora Benedita da Silva faz que não precisamos usar de subterfúgios para defender princípios e idéias que norteiam não este projeto que está em discussão. Até porque reafirmo a minha contrariedade ainda com este projeto. Ainda não estou suficientemente satisfeita com o que estamos propondo.

Então, Sr. Presidente, entendo que não devemos - e não é necessário, porque acho que todas as pessoas que estão acompanhando e vão ter acesso a esse projeto - tentar direcionar

para uma outra situação o princípio, a filosofia deste projeto. Continuo, Sr. Presidente, com tranquilidade digo, que aqui ninguém está a defender privilégios para mulheres. Estamos levantando uma questão que hoje é mundialmente chamada e defendida, que é a questão da igualdade, mas a igualdade falsa que temos neste país em relação à questão da mulher. Então, isto que estamos falando é questão de direito conquistado pelo reconhecimento público da sobrecarga de atividades que a mulher tem ainda diante de toda a questão da igualdade.

Só deixo a pergunta: será que Deputados e Senadoras não têm filhos e não têm família, assim como o professor e todas as trabalhadoras deste país?

Mas só quero chamar a atenção para o seguinte: estamos mudando de rumo na avaliação como se esse fosse o único ponto que prega a igualdade dentro deste projeto. Quando sabemos que a filosofia central ainda permanece diferenciada. Damos ao trabalhador comum a aposentadoria por contribuição. E para os parlamentares estamos mantendo uma aposentadoria por tempo de serviço. Ainda estamos dizendo que o funcionalismo público vai ter um teto de R\$1.200,00 a partir dali vai haver uma redução.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senadora Emília Fernandes, estamos discutindo a emenda.

O SR. OSMAR DIAS - Sr. Presidente, peço a palavra para contestar o que está sendo dito pela Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Claro que V. Ex^a vai ter a palavra, porque estamos nos desviando da emenda da eminente Senadora Benedita da Silva

A SRA. EMÍLIA FERNANDES - Sr. Presidente, só para concluir, acho que é até um direito. Os Srs. Relatores estão aí para explicar cada vez mais. Até porque alguns têm usado o subterfúgio de agredir muito mais do que explicar. Então, entendo as coisas assim, se estou equivocada, que é um direito que têm os Srs. Senadores de esclarecer. Agora, entendo que a interpretação é esta. Não estamos tratando de tempo de contribuição, estamos tratando de tempo de serviço. É diferente do que apresentamos à população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senadora Emília Fernandes, a emenda da Senadora Benedita da Silva não fala em tempo de serviço.

A SRA. EMÍLIA FERNANDES - Vou concluir dizendo o seguinte: que a única coisa é que temos, Sr. Presidente, de tratar as coisas com um pouco mais de transparência, usar de menos hipocrisia. A questão da distinção das mulheres, a questão da diferença - deixe-me concluir, Srs. Senadores. V.Ex^{as} estão muito sensíveis em relação ao que tenho colocado ultimamente e é desrespeitosa essa sensibilidade...

O SR. OSAMAR DIAS - Quem está agredindo, Sr. Presidente?

A SRA. EMÍLIA FERNANDES - ...não é nenhuma... Gostaria de dizer, Sr. Presidente, o que estamos propondo não é aqui nesta Comissão - escutem-me para concluir esta frase! - a distinção entre 55 anos e 60 para mulheres não é uma questão aqui desta Comissão - e é isto que quero dizer. Esta é uma questão que já está comprovada pela sociedade de que a diferença é uma questão de luta das mulheres - porque senão estaríamos dizendo que aprovamos privilégios para as mulheres na Previdência. E não é verdade, Sr. Presidente. Repito: a questão é uma conquista da luta das mulheres. E aí é que estou me referindo à questão geral. Porque temos que tratar a questão da mulher com clareza, com determinação neste sentido. Então, não é jogar aqui numa Previdência especial para parlamentares, falando em igualdade, a questão dos 60 anos de idade. Não é por aí que passa a questão da igualdade, que deveria estar sendo conservada e mantida dentro da Comissão.

Então, fico muito à vontade para falar sobre a questão da mulher, porque isso não é de agora. Estou falando que temos que ter essa visão, porque quem defende aposentadoria especial diminuída em 5 anos para mulher, não é nenhum privilégio, nenhum direito a mais, e sim o reconhecimento do que a mulher representa na sociedade em relação aos deveres assumidos e os direitos ainda não conquistados. Então, era nesse sentido nobre Senador e não em relação a esta lei que estou falando especificamente e sim em geral, porque ninguém assume essa questão da mulher diferenciada como uma forma de conquista de direitos e reconhecimento.

Então, era nesse sentido que eu gostaria de registrar a minha posição em relação a isso. A emenda da Senadora caminhava na direção, sem dúvida, da igualdade do que já está

previsto no geral deste País como reconhecimento público, e se a Comissão não acatar acho que está no direito dela.

Mais uma vez, não estou votando nesta Comissão mas é uma manifestação que é importante de ser registrada.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a deve ter notado que a Presidência garantiu-lhe a palavra.

O Senador Osmar Dias vai dar a resposta e, em seguida a Presidência dará Presidência dará...

O SR. EDUARDO SUPLICY - Eu gostaria que ele respondesse também aos meus argumentos. Acho importante que não só as mulheres defendam um ponto de vista já consagrado pelo Senado Federal ainda na semana passada, pois quando da votação da emenda da Previdência no que diz respeito a este assunto, houve a distinção entre homens e mulheres, prevendo-se para as mulheres a possibilidade de se aposentarem com cinco anos de diferença em relação aos homens, com respeito a princípios reconhecidos já pelo conjunto de homens e mulheres no Congresso Nacional que caracterizam a vida das mulheres, suas obrigações como mães, inclusive no que diz respeito a outro aspecto também recentemente reconhecido na lei eleitoral, pois foi exatamente o reconhecimento das obrigações das mulheres que fizeram com que os partidos pudessem agora, de uma forma gradual, crescente, ter 25% nas próximas eleições e na futura 30% de mulheres participantes. Por que se dá esse reconhecimento? Justamente pelo fato de se reconhecer nas mulheres uma dificuldade adicional relativamente às suas obrigações de mãe e de atividades domésticas, para que elas possam ter alguns direitos a mais.

Então, quero dizer que fiquei surpreendido pela manifestação dos Senadores Nabor Júnior e Osmar Dias, já que o Senador Beni Veras não se estendeu muito nesse assunto, quando observaram que as mulheres Senadoras e Deputadas não fossem, também como as professoras, mães, não tivessem as suas obrigações domésticas que, muitas vezes por tradição, diferenciam-se da dos homens, embora devemos, nós homens, partilhar cada vez mais das obrigações de pais e mães, inclusive no trabalho doméstico. Surpreendi V. Ex^{as} não terem aqui reconhecido que, na semana passada, o próprio Senado votou...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Osmar Dias, o Senador José Eduardo Dutra pede a palavra para a mesma matéria. Assim, V. Ex^a dará a resposta aos 3.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Eu pediria a atenção dos Relatores para um aspecto técnico. No mérito, eu gostaria de lembrar que quando o Deputado Eduardo Jorge, na Câmara dos Deputados, apresentou o primeiro projeto de regime único da Previdência, propunha o tratamento igual no que diz respeito ao tempo de contribuição e idade mínima para as mulheres em relação aos homens, porque ele entendia - e concordo com ele - que a discriminação positiva em relação à questão das mulheres não deve estar inserida no tempo de contribuição, nem na idade mínima. Essa discriminação positiva, em virtude da dupla jornada, deveria estar inserida em outros aspectos da legislação como horário de trabalho, licença maternidade, etc. Só que não foi esse o princípio adotado tanto pela Câmara quanto pelo Senado. Entendo que a partir do momento em que na Constituição se optou por tratar de maneira diferenciada as mulheres e os homens em relação a tempo de contribuição e idade mínima em todos os aspectos relativos à Previdência e na medida em que se opta por um plano de seguridade dos Congressistas, a minha opinião é que - e é uma lei e não um projeto de resolução que inclusive tem alguns artigos que mexem no regime da Previdência Social - minha opinião é que essa lei tem que manter coerência com o texto constitucional.

Se optar - e ainda tenho essa esperança -, no plenário, pelo pecúlio e não por um plano de seguridade social, não tem sentido haver regra diferenciada, porque seria um pecúlio, um ressarcimento da contribuição, e a contribuição seria igual para homens e mulheres. Mas se opta por uma lei entendo que ela tem que manter coerência com todo o regime geral da Constituição, que estabelece tratamento diferenciado em termos de tempo de contribuição.

Gostaria de fazer esse alerta aos Relatores porque muito mais do que discutir o mérito da proposta, se a mulher deve ter ou não tempo menor de contribuição, tem que haver coerência com a legislação aprovada na Constituição. Por isso, defendo a emenda. Agora, se optar pelo pecúlio, acaba a discussão porque homens e mulheres serão tratados da mesma maneira.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Romeu Tuma com a palavra.

O SR. ROMEU TUMA - Apenas gostaria de fazer um apelo aos Srs. Relatores. Concorde com a referência do Senador José Eduardo Dutra quanto à adequação do que foi aprovado pelo Congresso. Portanto, estou de acordo com a emenda, sem entrar no mérito da discussão, das capacidades, das obrigações da mulher ou do homem diante do quadro, se bem que toda mulher parlamentar, na sua maioria, tem família, filhos e também deve se preocupar com eles.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Osmar Dias com a palavra.

O SR. OSMAR DIAS - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, naquela semana em que votamos o primeiro turno da reforma da Previdência, saí muito preocupado porque o trabalho de seis meses do Senador Beni Veras foi colocado em segundo plano no noticiário, já que o primeiro plano foi ocupado por duas questões: o privilégio dos magistrados e o privilégio dos parlamentares. Esse eu não sei quem deu, porque ainda não votamos. Saímos da reunião com a data marcada da votação que seria hoje nas comissões e amanhã no plenário e não entendi por que aquele assunto tomou conta do noticiário dizendo que os parlamentares estavam votando os seus próprios privilégios. Vou sair daqui hoje preocupado que a imprensa possa divulgar que as mulheres estejam defendendo privilégios para elas.

Estou também preocupado em saber se, em algum momento, ao fazer o relatório, agredi algum Senador. Tenho externado os meus pontos de vista e a minha opinião com muito respeito a todos os Srs. Senadores. Como não foi dito o meu nome, considero que não foi para mim, mesmo porque não chamei ninguém de hipócrita e não fiz agressões.

Esses discursos inflamados que muitas vezes poderiam ser diferentes se a **TV Senado** tivesse desligada, porque a opinião seria para um outro público, eles acabam gerando certas contradições. Direi uma contradição. Primeiro, quando se estabelece tempo de serviço para os parlamentares, não se lhes está dando privilégio, porque, simplesmente, o tempo de serviço que é possível averbar ou somar-se ao mandato de deputado ou senador não servirá para efeito do cálculo do valor da aposentadoria, e, sim, para que alguém, que se dedicou 20, 25

anos a uma atividade privada ou pública e que lá contribuiu, possa trazer todo esse tempo de serviço e de contribuição para efeito de contagem de tempo de serviço. Ele receberá aposentadoria proporcional ao tempo de contribuição de parlamentar, e o tempo de serviço servirá apenas para somar ao tempo de serviço de parlamentar e não contará como valor de aposentadoria. Portanto, essa interpretação é muito fácil de ser feita, a não ser que não queiram fazê-la.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. OSMAR DIAS - Quero dizer algo mais: não tenho aposentadoria de lugar algum; estou aqui no meu primeiro mandato; estou aqui relatando contra os meus interesses ou os meus direitos, porque sempre agi assim.

Portanto, quando uma pessoa faz uma interpretação, do jeito que quer, de um dispositivo legal que se está criando, forma-se uma confusão. Mas a interpretação correta é: o tempo de serviço serve apenas para somar e detonar a aposentadoria, quando completar 35 anos, somando-se ao tempo de parlamentar. E não serve para efeito de cálculo do valor da pensão, se quiserem, ou da aposentadoria, porque o valor da pensão será calculado proporcionalmente ao tempo de contribuição, que é igual à regra geral para todos os funcionários públicos. O funcionário público, quando sai da iniciativa privada e vem para uma empresa pública ou para o Poder Público, também averba o tempo que ele trabalhou na iniciativa privada.

Não há, portanto, nenhuma diferença de tratamento, ao contrário. Poderíamos aqui estar pregando que se contasse o tempo de serviço também para efeito do cálculo do valor. Mas estamos estabelecendo que o valor seja calculado de acordo com o tempo de contribuição no mandato.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Permite-me V. Ex^a um aparte? Na minha primeira intervenção, fiz referência ao tempo de serviço.

Concordo com a exposição do Senador, que esse tempo de serviço não será utilizado para estabelecer o valor. No entanto, para os outros brasileiros, quando discutimos a reforma geral, extinguiu-se o tempo de serviço pelo tempo de contribuição. Também isso é para a contagem de tempo, não é para determinar o valor.

Não estou fazendo cavalo de batalha com isso, porque a minha emenda principal é a do pecúlio.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A de V.Ex^a vai para plenário. É a nº 10.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Em sê mantendo, penso que se poderia mudar; em vez de tempo de serviço, tempo de contribuição, para manter coerência com o texto que foi aprovado.

O SR. OSMAR DIAS - E sobre a emenda, Sr. Presidente, se há direitos adquiridos, como afirmou a Senadora Benedita da Silva, poderemos analisar isso, porque temos a votação em plenário. É só justificar com esses argumentos que V. Ex^a fez aqui e comprovar que há direitos adquiridos, para que o entendimento dos Senadores siga os direitos adquiridos que a legislação determina.

Entretanto, a nossa posição, a minha como Relator e a dos outros dois Relatores, foi colocada aqui para votação e será votada.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Neste momento, V. Ex^{as} opinam pela rejeição, mas se reservam para, no plenário, modificar o ponto de vista.

Em votação.

O SR. NABOR JÚNIOR - Sr. Presidente, gostaria de fazer uma ligeira observação ainda.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra ao nobre Relator, Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR - A legislação anterior, que regia o IPC, não fazia distinção alguma entre parlamentar do sexo masculino e parlamentar do sexo feminino. Só poderia aposentar-se proporcionalmente quem tinha, no mínimo, oito anos de mandato e 50 anos de idade. Ela não estabelecia: o parlamentar do sexo masculino, 50 anos, e a mulher, 45 anos.

Então, mantendo a coerência com a legislação que já regia o IPC - agora estamos transformando o IPC em um novo plano de seguridade social - e levando também em conta as condições de trabalho, as mesmas condições de trabalho que tem um Parlamentar do sexo masculino tem o do sexo feminino. Não há distinção alguma! É uma função pública.

Por essa razão, mantenho a minha posição, deixando a critério da Comissão aceitar ou não a emenda da Senadora

Benedita da Silva. E se não for acolhida pela Comissão, poderá ser pelo Plenário. Mantenho a minha posição com relação a essa emenda, contrariamente à sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Os eminentes Relatores são pela rejeição. A Presidência colhe votos na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Os eminentes Senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, à exceção dos que já manifestaram o seu voto contrário, Senadores José Eduardo Dutra e Romeu Tuma, a Presidência considera aprovada a manifestação da Relatoria.

Os eminentes membros da Comissão de Assistência Social, Comissão de Assuntos Sociais, mesmo critério adotado. Os Srs. que aprovam a manifestação dos Srs. Relatores, com restrição apresentada já pelos membros da Comissão de Assuntos Sociais,...

O SR. () - Sr. Presidente, voto com a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a vota com a emenda.

Com os votos dos eminentes Senadores Lauro Campos, Waldeck Ornelas e Freitas Neto.

O Senador Lauro Campos votou favorável à emenda da Senadora.

Está aprovado contra os votos que acompanhavam a emenda da eminente Senadora Benedita da Silva.

Como votam os membros da Comissão de Assuntos Econômicos?

Os Srs. Senadores que aprovam o parecer dos Relatores da Comissão de Assuntos Econômicos queiram permanecer sentados. (Pausa)

Votam contra, acompanhado a emenda, os eminentes Senadores Eduardo Suplicy, Lauro Campos, Waldeck Ornelas, Freitas Neto e José Eduardo Dutra.

Aprovados os pareceres dos eminentes Relatores, a Presidência agradece a compreensão dos eminentes titulares da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; da Comissão de Assuntos Sociais e da Comissão de Assuntos Econômicos, convocando reunião ordinária para amanhã, a fim de tratar do assunto FEF e os demais que constam da pauta.

Está encerrada a reunião.

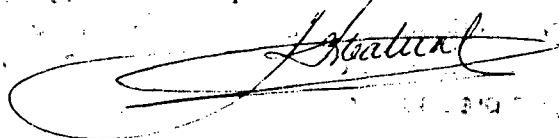
(Levanta-se a reunião às 14h20min.)

15^o
Ata da 56^a Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3^a Sessão Legislativa Ordinária, da 50^a Legislatura, realizada em 1^o de outubro de 1997, às 10:00 horas. (Reunião ordinária).

Às dez horas do dia primeiro de outubro, de mil novecentos e noventa e sete, na sala de reuniões nº três, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Bernardo Cabral, com a presença dos Senhores Senadores Édison Lobão, Jefferson Péres, José Bianco, Esperidião Amin, José Fogaça, Epitácio Cafeteira, José Eduardo Dutra, Romeu Tuma, Gilberto Miranda, Beni Veras, Regina Assumpção, Pedro Simon, Sérgio Machado, Bello Parga, Renan Calheiros, Francelino Pereira e Ramez Tebet, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Deixam de comparecer por motivo justificado os Senhores Senadores Guilherme Palmeira, Josaphat Marinho, Jader Barbalho, Roberto Requião, José Ignácio Ferreira, Lúcio Alcântara, Antônio Carlos Valadares e Roberto Freire. Havendo número regimental o Sr. Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A seguir, passa-se à apreciação da pauta na ordem determinada pelo Sr. Presidente: 1) Apreciação em turno suplementar do Projeto de Lei do Senado nº 310, de 1995, terminativo, “altera dispositivos da Lei nº 9.112, de 10 de outubro de 1995, que dispõe sobre a exportação de bens sensíveis e serviços diretamente vinculados, e dá outras providências.” Autoria: Senador Eduardo Suplicy, Relator: Senador Romeu Tuma; parecer: pela aprovação, nos termos do substitutivo que oferece. Não tendo sido oferecidas emendas em turno suplementar, o Sr. Presidente declara definitivamente aprovado o Substitutivo, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. 2) Apreciação em turno suplementar do Projeto de Lei do Senado nº 235, de 1995, terminativo,

“dispõe sobre o crime de assédio sexual e dá outras providências.” Autoria: Senadora Benedita da Silva; Relator: Senador José Bianco; parecer: pela aprovação, na forma do substitutivo que apresenta. Não tendo sido oferecidas emendas em turno suplementar, o Sr. Presidente declara definitivamente aprovado o Substitutivo, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. 3) Apreciação em turno suplementar do Projeto de Lei do Senado nº 75, de 1996, terminativo, “dispõe sobre a nomeação do Presidente e Diretores da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.” Autoria: Senador Pedro Simon; Relator: Senador Lúcio Alcântara; parecer: pela aprovação, nos termos do substitutivo que oferece. Não tendo sido oferecidas emendas em turno suplementar, o Sr. Presidente declara definitivamente aprovado o Substitutivo, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. 4) Apreciação em turno suplementar do Projeto de Lei do Senado nº 43, de 1995, terminativo, “permite a utilização de “fac-símile” (fax) para veicular atos processuais, pelas partes envolvidas.” autoria: Senador Ronaldo Cunha Lima; Relator: Senador Josaphat Marinho; parecer: pela aprovação, nos termos do substitutivo que oferece. Não tendo sido oferecidas emendas em turno suplementar, o Sr. Presidente declara definitivamente aprovado o Substitutivo, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. 5) Apreciação em turno suplementar do Projeto de Lei do Senado nº 001, de 1996, terminativo, “obriga aos estabelecimentos comerciais e às pessoas físicas ou jurídicas que se dediquem à prestação de serviços a indenizar os proprietários de veículos roubados ou furtados em estacionamentos sob sua administração ou responsabilidade.” autoria: Senador Valmir Campelo; Relator: Senador José Fogaça; parecer: pela aprovação nos termos do substitutivo que oferece. Não tendo sido oferecidas emendas em turno suplementar, o Sr. Presidente declara definitivamente aprovado o Substitutivo, nos termos do art. 284 do Regimento

Interno do Senado Federal: 41) Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 1995, “altera e revoga dispositivos da Constituição Federal pertinentes à Justiça do Trabalho.” autoria: Senador Gilberto Miranda e Outros; Relator: Senador Jefferson Péres; parecer: pela aprovação na forma do substitutivo que oferece. Resultado: concedida vista coletiva da matéria. 42) Projeto de Resolução nº 86, de 1997, “autoriza o Estado de São Paulo a contratar operação de refinanciamento de dívidas do Estado, consubstanciada nos contratos celebrados em 22 de maio de 1997, com base no protocolo de acordo firmado entre a União e o Governo do Estado de São Paulo, no âmbito do programa de apoio à reestruturação e ao ajuste fiscal dos Estados.” Tramita em conjunto com o Projeto de Resolução nº 140, de 1996, “encaminha ao Senado Federal, o parecer DEDIP/DIARE-96/1079 de 13.12.96, que trata do protocolo de acordo entre o Governo Federal e o Estado de São Paulo, sobre operação de crédito.” Relator: Senador José Bianco; Resultado: apreciação adiada, tendo em vista aprovação pelo Plenário da Comissão, de Requerimento subscrito pelos Senadores José Bianco e Romeu Tuma, nos termos do art. 279, “e”, do Regimento Interno do Senado Federal, para que a matéria seja baixada em diligência, junto ao Banco Central do Brasil. 43) Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 1997, “dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa imóvel e dá outras providências.” Autoria: Poder Executivo; Relator: Senador Edison Lobão; parecer: pela aprovação da matéria e, pela rejeição da emenda nº 01 a ela oferecida. Resultado: aprovado o parecer do Relator. Nesta oportunidade, encerra-se a presente reunião, tendo em vista a queda do quorum. Nada mais havendo a tratar, eu, Vera Lúcia Lacerda Nunes, Secretária, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.



O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Declaro aberta a 58ª 45ª reunião da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura.

Comunico a V. Ex^{as} que a pauta desta reunião já foi previamente distribuída.

Antes de conceder a palavra ao eminente Senador Edison Lobão, levo ao conhecimento dos eminentes Senadores que, na pauta desta reunião, temos cinco projetos de lei, todos com vista coletiva concedida; não foi apresentado nenhum voto em separado, tendo sido o substitutivo aprovado em primeiro turno.

Diz o art. 284 do Regimento Interno:

Art. 284 - Não sendo oferecidas emendas na discussão suplementar, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação.

Foi o que aconteceu. Não foram oferecidas emendas nesse turno suplementar. Portanto, nessa discussão, temos que nos valer no art. 284.

Peço à Sr^a Secretária que faça a remessa dos cinco projetos, devidamente baseados no art. 284 do Regimento Interno.

O Substitutivo foi aprovado, por unanimidade, no primeiro turno, oportunidade em que se concedeu vista coletiva do primeiro. Também não foi apresentada nenhuma emenda aos Itens n^{os} 3, 4 e 5.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sr. Presidente, V. Ex^a me concede a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JEFFERSON PÉRES - É terminativo esse Item nº 02 e, pelo que vejo, não vai a Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Todos são terminativos.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sr. Presidente, trata-se de um projeto de lei sobre assédio sexual não devidamente tipificado, que pune com pena de prisão aquele que constranger com sinais, palavras ou gestos. Sr. Presidente, realmente isso me passou despercebido - se é que eu estava presente quando foi aprovado. Que a Câmara dê um jeito nisso, Sr. Presidente! Caso esse projeto se transforme em lei - com o maior respeito pelas boas intenções da autora, a Senadora Benedita da Silva; não ponho em dúvida, em nenhum momento, quanto ao seu objetivo de punir abusos, mas isso dará lugar a paranóias, a processos e a chantagens. Certamente pessoas serão submetidas a chantagens sob acusação de assédio sexual, por uma simples brincadeira.

Sr. Presidente, apenas expresso minha opinião, mas, evidentemente o projeto está aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Jefferson Péres, quando ao Item nº 02, poderíamos interpor um recurso ao Plenário com a assinatura de todos os colegas que aqui se encontram.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sr. Presidente, creio que esse item do projeto precisa ser melhor discutido.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Drª Vera, faça um recurso do Item nº 2.

A Presidência pede atenção aos Srs. Senadores. O eminente Senador José Bianco lembra que, de acordo com o art. 284, não tendo sido oferecidas emendas, automaticamente o substitutivo será dado como definitivamente aprovado. Como o Item 02 da pauta, que é o Projeto de Lei do Senado nº 235, terminativo, pode ensejar alguma discussão, por iniciativa do eminente Senador Jefferson Péres, secundado pelo Senador Edison Lobão, será oferecido o recurso para o Plenário, assim que houver as assinaturas. Já temos dez assinaturas.

Com a palavra o eminente Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO - Sr. Presidente, peço a V. Exª a inversão da pauta, e preferência para a votação do Item 43, que se refere ao Projeto de Lei da Câmara nº 36, em razão da importância dessa propositura para o País.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência submete a matéria à discussão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Há um requerimento em votação. Em seguida, concederei a palavra a V. Exª.

O Senador Edison Lobão está pedindo prioridade para o Item 43 da pauta.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - O Sistema de Financiamento Imobiliário, não é?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Sistema de Financiamento Imobiliário.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sou a favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Se nenhum dos Srs. Senadores se manifestar contrariamente, o item referido terá preferência na discussão e votação.

Concedo a palavra ao eminente Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, pedi a palavra, pela ordem, por duas razões para as quais solicito a inestimável atenção de V. Exª e a dos ilustres membros desta Comissão.

O primeiro ponto que desejo destacar é pertinente ao projeto de lei complementar que versa sobre a criação do Fundo de Terras, de minha autoria.

O projeto de lei complementar que institui o Fundo de Terras e Reforma Agrária foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos. Na última hora, foram suscitadas dúvidas pertinentes do ponto de vista constitucional, e houve um acordo de plenário que solicitou - pedido pelo Líder do Governo, Senador Elcio Alvares - a audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. V. Exª já designou o ilustre Senador Lúcio Alcântara, que eu sei está fazendo um bom trabalho.

Então, quero propor a V. Exª não que o assunto seja pautado para hoje, mas que ele seja o primeiro item da próxima reunião da Comissão

de Constituição, Justiça e Cidadania a ser apreciado na próxima semana, porque já venceu o prazo de plenário. Entendo, no entanto, que se há uma dúvida quanto à constitucionalidade, devemos ilidi-la.

Requeiro, portanto, que na próxima reunião o item seja apreciado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O pedido de V. Ex^a está deferido. Se, eventualmente, o Senador Lúcio Alcântara comparecer aqui e tiver condições, uma vez que S. Ex^a está ...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Nem peço tanto, Sr. Presidente. Estou pedindo o que considero razoável.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Será o primeiro item da pauta. A Dr^a Vera, Secretária, já fez a anotação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - E a segunda questão, Sr. Presidente - pretendo falar sobre isso também do plenário do Senado -, é que, na semana passada, deixou de ser apreciado o projeto de resolução que autorizava o que vai ser conhecido como o "Plano Marshall três e meio" ou "Três e meio Plano Marshall": o projeto de reciclagem da dívida do Estado de São Paulo. Como o Plano Marshall tinha 19 bilhões, e o plano de rolagem da dívida de São Paulo é de 75 bilhões, vai ser o Plano Marshall vezes três e meio. O projeto deixou de ser apreciado graças a duas intervenções: a minha e a do Senador Josaphat Marinho.

Apresentei uma proposta objetiva para que se excluísse do volume autorizado aquilo que é comprovadamente emitido em excesso...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Um bilhão e setecentos?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Eu não quis embaraçar a aprovação da matéria. Contudo, com a sabedoria que lhe é peculiar, o Senador Josaphat Marinho pediu que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania se manifestasse sobre o assunto.

De lá para cá, Sr. Presidente, já assisti na televisão e li no jornal **O Estado de S. Paulo**, do dia 27 de setembro, sábado, informações lacônicas de que o Senado pura e simplesmente não quis aprovar o acordo da dívida de São Paulo. E, no caso do Estado de São Paulo, no editorial do dia 27 de setembro, o Senado é virtualmente acusado de procrastinar. E diz mais: procrastinar por um valor que é tão pequeno, perto dos 55 bilhões do valor original declarado do acordo, que se eleva a 75 com o subsídio de juros, que o Governador Mário Covas, segundo o jornal **O Estado de S. Paulo**, abriria mão. Ou seja, o Senado está criando caso por uma coisa tão pequena, sobre a qual o Governador Mário Covas - segundo o editorial do dia 27 de setembro -, não faria nenhuma questão.

Soube que o assunto não vai ser apreciado hoje, apesar de o Senador José Bianco - pelo que estou informalmente sabendo - já ter o seu parecer alinhavado. Longe de mim fazer cobranças ao Senador José Bianco, não tenho nenhum comentário a fazer, confio na sua capacidade de cumprir esse mister, que é delicado.

Penso, no entanto, que não pode ficar no ar a sensação de que o Senado está procrastinando a apreciação da matéria, está perseguindo o Estado de São Paulo. Não! A providência que eu propus no dia 23 de setembro, semana passada, era para resolver no mesmo dia o problema: excluía o valor adicional e deixava para a resolução que o Senador Kleinübing está propondo.

S. Ex^a está fazendo um estudo sobre o que se deve fazer - um estudo determinado pela CPI, determinado por V. Ex^a - com os títulos emitidos a maior. Não é só o Estado de São Paulo, há outros casos e as situações não são exatamente uniformes. Esse é um estudo que está sendo feito.

Não podemos, todavia, federalizar uma dívida - agora sabidamente inconstitucional. Qualquer que seja a decisão...

O SR. GILBERTO MIRANDA - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Em seguida, Senador Gilberto Miranda.

Qualquer que seja a decisão, o Senado vai ter que decidir, e se não está decidindo, temos de esclarecer que não estamos procrastinando.

Ouçó o Senador Gilberto Miranda.

O Sr. Gilberto Miranda - Agradeço o aparte de V. Ex^a.

É muito importante, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sr. Relator do projeto, a colocação que o Senador Esperidião faz no sentido de que os jornais não podem ditar a pauta da Comissão nem a do Senado. Essa foi mais uma briga e quem a levou para frente foi o Senador Esperidião Amin, na última reunião em que o projeto foi colocado em votação.

Entendo que o Relator do projeto não pode fixar um valor de 1.500 ou 1.700, nem o valor estipulado pela CPI, Sr. Presidente, porque esta trabalhou formalmente, mas os dados foram compilados informalmente.

Eu dizia ontem ao Relator da matéria, nesta Comissão, que seria muito difícil para S. Ex^a estabelecer, de pronto, 1.500, 1.700 ou qualquer outro valor. Inclusive, eu o alertei, fiz algumas ponderações no sentido de que seria muito importante que o Tribunal de Justiça de São Paulo, junto com a Secretaria de Fazenda de São Paulo nos informasse efetivamente quanto não foi pago daquele valor de títulos, cuja emissão o Senado autorizou.

Poderemos estar privilegiando ou punindo São Paulo se não tivermos os números que devem ser fornecidos pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. O Tribunal de Contas da União, o Banco Central, o Tribunal de Justiça de São Paulo, a Secretaria de Fazenda de São Paulo teriam que, efetivamente, nos oficializar sobre esse valor, porque do contrário será novamente responsabilizado o Senado por um valor maior ou menor, como se não tivéssemos sido responsáveis ou tivéssemos sido diligentes quanto ao assunto.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador José Bianco,

V. Ex^a ...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Já que era um aparte, recolho a intervenção do Senador Gilberto Miranda como uma importante contribuição. S. Ex^a avançou no mérito da questão, e eu não quero discutir o mérito, mas quero lembrar que essa discussão tem que ser suscitada por alguém, não pelo Senado. A posição do Senado está aqui - a posição do Senado é transitada em julgado. O Governador Mário Covas, quando aqui esteve, nunca disse que o cálculo do excedente de títulos para pagar precatórios era discutível; pelo contrário, ele confirmou. Quem vai suscitar essa dúvida? O quadro que está na página 468 do relatório é transitado em julgado. Se o Estado de São Paulo acha que isso deve ser discutido, deve fazer como fez a Prefeitura de São Paulo, que mandou um papel questionando um número que a Comissão tinha entendido como sendo o valor do excedente.

Eu pedi um perito, um terceiro desempatador. A minha emenda foi essa, e meu destaque foi o seguinte: a Comissão entende que há um bilhão de excessos. A Prefeitura de São Paulo diz que tem o direito de emitir mais quinhentos, ou seja, não emitiu em excesso. Sugiro um perito desempatador. É isso que acontece até em acidente de trânsito, não é?

O Estado de São Paulo não questionou o número; o Senador Mário Covas, quando esteve aqui, disse que foi feita uma emissão a maior. Já encaminhei o assunto para o Ministério Público, para a Procuradoria-Geral do Estado.

O Senador Romeu Tuma deseja um aparte.

O SR. JEFFERSON PÉRES - V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - O Senador Romeu Tuma havia solicitado um aparte um pouco antes.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Pois não.

O SR. ROMEU TUMA - Senador Esperidião Amin, baseado no que disse o Senador Gilberto Miranda, gostaria de perguntar se não poderia se transformar numa diligência a relatoria do Senador José Bianco e conferirmos esses dados em São Paulo. Mas V. Ex^a está colocando a questão sob outro prisma. Iria sugerir uma diligência, porque me parece que está adiado por uma semana, havendo, assim, tempo hábil.

A situação é aflitiva - já se passaram dois anos e meio -, e V. Ex^a disse uma vez que parecia não haver interesse na sua solução. Como trabalhei com V. Ex^a, o Presidente Bernardo Cabral e outros membros da CPI, não queremos ver irem por terra as definições da CPI. Talvez se encontrasse uma solução com uma diligência do Senador José Bianco junto ao Governador do Estado. Não sei se isso seria possível, Sr. Presidente. No meu aparte, faço essa pergunta.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Insisto, Senador Romeu Tuma. Se fosse Senador de São Paulo, suscitaria essa diligência por escrito.

O SR. ROMEU TUMA - Então, vou fazê-lo. Gostaria de uma orientação nesse sentido.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Veja bem. Não sei se uma diligência se sobrepõe ao Relatório da CPI, não questionado em tempo hábil. Na página 468, diz-se o seguinte:

"Conciliação da arrecadação do Governo do Estado de São Paulo, com as emissões de títulos para pagar precatórios e os pagamentos efetivamente realizados."

Então, nele consta quanto foi autorizado, emitido e efetivamente pago. É o relatório. O Governador Mário Covas disse que as informações eram verdadeiras e afirmou: mandei representar o assunto aos Governadores anteriores.

Bem, ainda temos uma outra questão, que são os títulos emitidos pelo Governador Mário Covas, com base na Autorização 65/96. Vejam bem, são títulos emitidos a maior. O valor total de títulos de São Paulo, letras do Tesouro, é de R\$20 bilhões; em número redondo é de R\$21 bilhões. R\$5,5 bilhões são de precatórios, dos quais o Senado Federal autorizou R\$6 bilhões, sendo R\$760 milhões discutíveis no sentido de que se podia ou não ressarcir-los. Penso que, se puder ressarcir, uma Prefeitura que houver pago com dinheiro próprio vai querer fazer o mesmo, mas isso é discutível.

O Governador Mário Covas emitiu, de uma maneira discutível, R\$200 milhões - é somente discutível; não é transitado em julgado por estar errado. Os valores discutíveis não estão incluídos, porque a CPI mandou uma carta para o Banco Central para não incluir os precatórios sob diligência correspondentes a 1995/1996. O problema é que São Paulo emitiu, antes, emitiu a maior comprovadamente. Transitada a decisão em julgado, pelo menos no âmbito da CPI, foi confirmada pelo Governador Mário Covas uma emissão a maior. Como vamos autorizar a federalização de algo que ninguém discutiu, que foi emitida inconstitucionalmente?

Penso que assunto deva ser tratado no âmbito do relatório do Senador José Bianco - não quero antecipar-me aqui. Seja uma decisão ou outra, o que não se pode dizer é que o Senado Federal esteja prejudicando o Estado de São Paulo. Ele não pode autorizar, conscientemente, uma federalização de títulos para resgatar títulos estaduais, estes no valor R\$1,5 bilhões, sabidamente. R\$200 milhões é discutível, mas o referido valor é sabida e julgadamente inconstitucional.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sr. Presidente, ...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Senador Jefferson Péres, peço desculpas. V. Ex^a é o próximo e já vou ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - É sobre a matéria?

Peço ao Relator que se resguarde para o comentário do Senador Jefferson Péres a respeito da matéria.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sr. Presidente, vou ser muito breve. Precisamos dar um desfecho a isto. Estamos procrastinando uma decisão, sem que essa palavra implique qualquer juízo de valor. Está sendo dito que estamos procrastinando de má-fé; ao contrário, há preocupações compreensíveis a respeito da legalidade da inclusão desses R\$1,5 bilhão.

Creio que, seja para expungir, seja para incluir, Sr. Presidente, devemos tomar uma decisão, e que cada um assuma a responsabilidade.

Aproveito a oportunidade para fazer um registro a respeito do comportamento do Governador Mário Covas, que me parece impecável. O Governador é meu correligionário e tem interesse nisso. Há poucos dias, falei com S. Ex^a por telefone e, em momento algum, pediu-me alguma coisa acerca dessa matéria. Faço o registro com o intuito de mostrar a correção com que age o Governador do Estado de São Paulo.

O SR. ROMEU TUMA - Apenas desejo me incorporar ao pronunciamento do Senador Jefferson Péres. Tenho conversado com o Governador Covas e S. Ex^a tem se mostrado extremamente ético com relação ao Senado, procurando não interferir em nada. Ele apenas coloca todos os seus auxiliares à disposição do Senado Federal com o intuito de encontrar explicações técnicas que se fizerem necessárias. Por duas ou três vezes, o Secretário Nakamo já esteve nesta Casa para elucidar as dúvidas que, por acaso, tenham surgido nessas rolagens de dívidas.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador José Bianco, na qualidade de Relator, a Presidência pede seus esclarecimentos.

O SR. JOSÉ BIANCO - Primeiramente, gostaria de saber se houve uma inversão de pauta ou se já estamos discutindo a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Houve apenas uma preliminar. Não vamos discutir a matéria. Em primeiro lugar, foi aprovada a preferência ao projeto requerido pelo eminente Senador Edison Lobão, que é o de nº 43 da pauta.

O SR. JOSÉ BIANCO - Sr. Presidente, como praticamente já se está em discussão, gostaria de colocar às Sr^{as} e aos Srs. Senadores, em primeiro lugar, a questão da procrastinação.

Quero deixar claro que esse projeto está afeto a mim, como Relator, há apenas uma semana, uma vez que saiu do plenário no dia 23. V. Ex^a designou-me nesse mesmo dia.

Devo informar à Comissão que tenho praticamente pronto o meu relatório e o meu juízo formado já está colocado no papel. Eu o elaborei com cuidado e devo dizer que estou acatando - e creio que não poderia ser diferente - como verdadeiros os números apresentados pela CPI dos Precatórios.

Porém, tive o cuidado de solicitar algumas informações a um organismo, do qual ainda não obtive resposta. Quero agora acatar a sugestão, especialmente vinda do eminente Senador Romeu Tuma, representante de São Paulo, e requerer, juntamente com o nobre Senador Romeu Tuma, essa diligência para dirimir qualquer dúvida com relação ao fato de o Estado de São Paulo aceitar como verdadeiros ou não os números estabelecidos pelo relatório da CPI.

Quanto a querer-se procrastinar ou não, é preciso ficar claro que, na reunião extraordinária passada, em que V. Ex^a mandou colocar na pauta este projeto a pedido do Senador José Serra, por seu intermédio, deixamos para colocá-lo hoje. Novamente, ontem à noite - é preciso que fique claro -, recebi em meu gabinete a visita do Senador José Serra.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Peço aos Srs. Senadores que prestem atenção, porque o Relator, Senador José Bianco, está prestando um esclarecimento.

O SR. JOSÉ BIANCO - S. Ex^a nos pediu que esse projeto não fosse colocado em pauta hoje, porque S. Ex^a havia chegado ontem à noite de São Paulo. Portanto, requeiro a V. Ex^a que esse projeto não faça parte da pauta de hoje, atendendo novamente a uma solicitação do Senador por São Paulo, a exemplo também do Senador Romeu Tuma, para que esse projeto não entrasse em discussão hoje. Por isso, Sr. Presidente, deixarei de apresentar hoje o meu relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Senador José Bianco, gostaria de deixar claro que em momento algum quis insinuar que procrastinação tinha algo a ver com V. Ex^a.

O SR. JOSÉ BIANCO - Eu entendi, Senador. Apenas estou fazendo essa colocação para esclarecer que a imprensa tem explorado que nós, Senadores, ou o Senado, como um todo, temos procrastinado o Programa. Mas, na verdade, trata-se de uma solicitação do próprio Senador José Serra, ou seja, deixar a discussão para a próxima semana.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Como ontem o Senador Eduardo Suplicy deu conhecimento ao Plenário de uma carta que enviou ao Governador Mário Covas, pedindo que não fosse incriminado como procrastinador, eu também não quero incriminar o Senador José Serra. Creio que nenhum Senador está querendo procrastinar. Penso que o Senador José Serra não está desejando isso. O motivo deve ser algum interesse superior do Estado de São Paulo. Deve ser isso que está impedindo que o assunto não seja examinado. Que fique bem claro: quem está pedindo isso, a meu ver, é o Governador Mário Covas, por intermédio de um Senador mais afinado com S. Ex^a. Portanto, o assunto não vai entrar na Ordem do Dia em razão de solicitação do Governador Mário Covas ou pelo menos do Senador José Serra, autorizado ou de acordo com o Governador. Assim, fica o Senado absolutamente eximido de qualquer aleivosia no que diz respeito ao propósito de procrastinar.

O SR. JOSÉ BIANCO - Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento a respeito do posicionamento do Senador José Serra.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador José Bianco, a Presidência não pode aceitar isso como se o pedido tivesse partido do Governador Mário Covas para qualquer Senador, nem mesmo para o Senador José Serra.

V. Ex^a, como Relator, tem poderes para requerer diligências, que são deferidas pela Presidência sem a oitiva do Plenário. Assim, a honradez de V. Ex^a, Senador José Bianco, posso atestá-la, porque tenho convivido com V. Ex^a nesta Comissão. Não foi levantado, em nenhum instante, o fato de que o adiamento foi por culpa ou por causa de V. Ex^a.

V. Ex^a está querendo elaborar um parecer sério, calcado em dados que amanhã não levantem quaisquer dúvidas a esse respeito.

Assim, a Presidência, após fazer este registro, concede a palavra a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ BIANCO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Gostaria apenas de dizer que, quando o Senador José Serra nos solicitou que deixássemos o projeto para ser votado na próxima semana, isso ocorreu evidentemente por estar S. Ex^a sumamente preocupado com os resultados que poderão advir desse relatório. S. Ex^a foi imbuído da responsabilidade que o envolve como Senador, principalmente como Senador pelo Estado de São Paulo, que nos fez essa solicitação e que nos levou a acatar esse apelo.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - É a respeito da matéria?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A esse respeito há um requerimento assinado pelos Senadores Romeu Tuma e José Bianco. Trata-se das diligências pedidas ao Banco Central, Tribunal de Contas e já deferidas pela Presidência. Isso é assunto da Relatoria.

Pergunto, novamente, se V. Ex^a se reportará sobre essa matéria.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Exatamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra ao eminente Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, não me estenderei, pois ontem, no plenário, tive oportunidade de esclarecer o assunto. Enviei uma carta ao Governador Mário Covas, demonstrando que minha preocupação foi no sentido de levar em consideração aquilo que está na Constituição, nas Resoluções do Senado e no relatório da CPI. Inclusive tive oportunidade de mostrar isso ao Senador José Bianco, bem como aos Senadores que se mostraram preocupados com o assunto. Desejava esclarecer que a minha intenção era no sentido de colaborar com o Governador Mário Covas, para que essa matéria fosse resolvida o quanto antes, como Senador pelo Estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Está feito o registro.

Concedo a palavra ao eminente Senador Edison Lobão para relatar o projeto.

Trata-se do Item 43 da pauta.

Os avulsos foram distribuídos separadamente.

O projeto dispõe sobre o sistema de financiamento imobiliário.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Edison Lobão, permita que o Senador Jefferson Péres use da palavra, pela ordem.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sr. Presidente, há número para se votar emenda à Constituição?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Por enquanto, no plenário, temos 16 membros.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Há número.

Sr. Presidente, pediria preferência para a votação do Item 41.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Em votação o pedido de preferência para o Item 41, requerido pelo eminente Senador Jefferson Péres.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O SR. ROMEU TUMA - Sr. Presidente, peço também preferência para o Item 20.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Se nenhum dos Srs. Senadores se opuser, está concedido o pedido de preferência para o Item 20, requerido pelo Senador Romeu Tuma. É a terceira.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, a Liderança do PFL, que tem uma vaga de suplente, remeterá a V. Ex^a, ainda hoje, a indicação do meu nome para ocupar essa vaga de suplente na Comissão presidida por V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Apesar de não ter recebido a comunicação por escrito, a Presidência não põe em dúvida a palavra de um Senador. A secretária registrará o nome de V. Ex^a como suplente da vaga existente nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão.

O SR. RELATOR (Edison Lobão) -

(Procede à leitura do parecer)

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Em discussão o projeto. (Pausa)

Com a palavra o eminente Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, apenas para me congratular com o Relator, com o seu parecer e com o seu voto e afirmar que o subscrevo, ou seja, votarei a favor.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Continua em discussão. (Pausa)

Com a palavra o eminente Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, considero este projeto muito importante, por isso gostaria que o Relator me esclarecesse um ponto. Parece-me que o projeto ainda vai para a Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. EDISON LOBÃO - Exatamente. Vai para a Comissão de Assuntos Econômicos, que examinará o mérito.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, sendo autor de emenda de mérito, não tenho intenção de pedir vistas nesta Comissão; irei pedi-la na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Está certo.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Mas, gostaria de levantar uma questão relativa à constitucionalidade.

O art. 5º diz:

"As operações de financiamento mobiliário, em geral, no âmbito do SFI, serão livremente pactuadas pelas partes, observadas as seguintes condições essenciais".

Há os incisos I, II e, no inc. III, vem capitalização dos juros. Parece-me que já existe uma decisão do Supremo Tribunal Federal contra essa possibilidade de capitalização de juros encontradas com essa natureza. Gostaria de saber se o Relator tem alguma informação a esse respeito. Se houver essa decisão, então, seria o caso de se corrigir, no âmbito desta Comissão, essa questão da constitucionalidade. Como não quero pedir vistas para não atrasar mais, já que as questões de mérito podem ser tratadas na Comissão de Assuntos Econômicos, eu queria levantar essa ponderação ao Senador Edison Lobão. Caso não haja as informações, não vou pedir vista, mas quero deixar registrado que me reservo o direito de apresentar ao Plenário, especificamente em relação à questão do inciso III, sem prejuízo de apresentar emenda de mérito na Comissão de Assuntos Econômicos, onde deverá ser discutido o mérito da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Lobão, algum esclarecimento?

O SR. EDISON LOBÃO - Senador José Eduardo Dutra, examinei esta questão juntamente com a Consultoria da Casa, e não encontramos qualquer óbice, dificuldade ou embaraço. Todavia, acho que as observações de V. Exª são, no mínimo, preocupantes. Prometo a V. Exª que vou intensificar o exame desta questão e, no plenário, estarei solidário com V. Exª, na medida em que encontrarmos tais dificuldades.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Estou satisfeito, Sr. Presidente, e voto a favor.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Em votação.

Se nenhum dos Srs. Senadores se opuser à manifestação do eminente Relator, considera-se aprovado.

Segunda preferência

Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de autoria do Senador Gilberto Miranda e outros Srs. Senadores. Relator Senador Jefferson Péres, a quem dou a palavra. Tem V. Exª a palavra para a segunda preferência.

Aliás, antes de V. Exª começar, devo informar aos eminentes Senadores que 14 Srs. Senadores recorreram para que seja apreciado pelo Plenário o Projeto de Lei do Senado nº 235, de 1995, de autoria da eminente Senadora Benedita da Silva, que dispõe sobre o crime de assédio sexual e

dá outras providências. Conseqüentemente, o recurso será encaminhado ao Plenário.

Tem V. Ex^a a palavra, Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sr. Presidente, os avulsos e o relatório são distribuídos separadamente e não recebi.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Os avulsos estão sendo distribuídos.

Comunico ao Plenário que a terceira prioridade é de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, tendo Senador Romeu Tuma como Relator, e a quarta é de autoria do Senador Eduardo Suplicy, Relator Senador Jefferson Péres.

São os quatro que estão com prioridade, depois, os demais entrarão na pauta normal.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sr. Presidente, Srs. Senadores, é submetido ao exame desta Comissão a Proposta de Emenda à Constituição em epígrafe que altera os artigos 111, 113, 115 e 116, bem como revoga o art. 117 da Constituição Federal, com a finalidade de extinguir a figura do juiz classista.

Ao justificar sua iniciativa, o autor da proposição, Senador Gilberto Miranda, alega:

"Atualmente não concebemos um Judiciário moderno, onde a isenção e a imparcialidade dos juízes são fundamentais, cujos membros devem dividir suas responsabilidades e emitir juízos com a participação de representantes das partes envolvidas. No mínimo, trata-se de uma situação anacrônica e anômala, compreensível em época de uma justiça do trabalho embrionária e que dava seus primeiros passos. Não há dúvida de que, hoje, a figura do juiz classista, sem desmerecer sua importância histórica, tornou-se um corpo estranho dentro do atual sistema judiciário trabalhista."

No prazo regimental, à proposição não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

Voto do Relator

Ainda que a representação classista esteja presente desde o início da Justiça do Trabalho, ao longo destes 50 anos de existência, tem demonstrado pouca utilidade na solução dos conflitos das relações de trabalho. Isto porque, assim como ocorreu com a contribuição sindical, a representação classista serviu de instrumento de atrelamento dos sindicatos ao Estado. Por outro lado, sua presença na Justiça do Trabalho só poderia ter sido tolerada em sua fase inicial, pois, como muito bem frisou o autor da proposta, o juiz classista desempenhava uma função imprescindível no âmbito de um sistema que era mais administrativo do que judiciário, onde era

justificada a sua presença, até porque era a forma mais moderna também adotada por outros países.

Estudos do Direito Comparado nos mostram que o modelo implantado no Brasil é talvez único no mundo. Evidentemente, estou falando da legislação dos países mais conhecidos e mais avançados. Claro que desconheço a legislação dos 185 países do globo. Temos, na França, o **Conseil de Prud'hommes**, cujos membros, escolhidos mediante sorteio, a cada semestre, participam das sessões a fim de representar as categorias profissionais e econômicas. Entretanto, eles percebem as remunerações a que fazem jus nas empresas. Ressalte-se, a propósito, que o nível de conciliação por eles alcançado situa-se na faixa de 5%.

Na Suíça, onde os tribunais têm uma composição paritária, os representantes classistas estão limitados às sessões realizadas à noite e percebem remuneração de valor simbólico.

Os tribunais industriais da Inglaterra têm competência restrita, e a apreciação de questões ligadas ao desrespeito do contrato de trabalho são submetidas à justiça. Nos Estados Unidos e Japão, por não existir a justiça especializada, prevalece o modelo arbitral de solução de conflitos individuais.

Já na Alemanha, há os tribunais do trabalho com representação paritária, sem que os representantes classistas sejam parte integrante do judiciário. Percebem apenas indenização para cobrir os gastos realizados com o desempenho de suas atividades, tal como transporte. Ou seja, ele na verdade recebe apenas uma ajuda de custo.

Por último, em Portugal, não existe representação paritária, mas há o representante classista quando convocado pelo juiz togado. O juiz classista, no entanto, retorna à sua atividade, tão logo concluída a convocação.

Muito se tem propalado que a presença de juízes classistas na justiça do trabalho é sinal de sua democratização. Entendemos a questão sob outro prisma: o que determina, de fato, a democratização da nossa justiça trabalhista é a liberdade de ingresso na magistratura togada de elementos pertencentes a várias camadas sociais, por meio de concurso público. Segundo pesquisa, a grande maioria dos juízes togados, ao contrário do que se pensa, é proveniente das camadas média e média-baixa da sociedade.

Não é também correta a afirmação de que os classistas são detentores de melhor conhecimento dos fatos sociais. Embora tenham vivência em determinados aspectos de sua área profissional, a visão do classista pode ser comprometida pela visão fragmentada da sociedade. São tantas as categorias profissionais e a diversidade das demandas, que é impossível ao classista o conhecimento completo dos problemas que envolvem as demais categorias.

Convém frisar que a globalização da economia está tornando as demandas cada vez mais técnicas e complexas, o que vem exigindo cada

vez mais preparo daqueles que devem apreciá-las, dispensando assim a participação do leigo.

Outro aspecto que recomenda a extinção dos juízes classistas diz respeito à sua indicação e escolha. Nem sempre são seguidos critérios de representatividade junto às categorias profissionais e econômicas. Aliás, é eufemismo: em vez de nem sempre, eu diria quase nunca. Denúncias de criação de sindicatos com o objetivo de tão-somente indicar seus criadores "para os cargos de juízes classistas" não são raros. Por outro lado, são comuns as listas tríplexes, preparadas sem a participação dos associados. E o que é pior: muitas listas são preenchidas por integrantes da mesma família, por intermédio de assembléias realizadas sem a necessária divulgação e ainda em horários pouco comuns, com o propósito de evitar a ampla participação dos associados.

Por último, vale destacar aqui o alto custo que representa para o Estado a manutenção dos juízes classistas, embora isso me pareça uma questão menor. Em 1995, situava-se na ordem de R\$200 milhões, ou seja, mais de 16% de toda a dotação orçamentária da Justiça do Trabalho, destinada ao custeio de **pessoal, materiais, equipamentos e serviços**. Ressalte-se que tal percentual se eleva para 70% quando circunscrito à despesa com folha de pagamento de juízes.

Para se ter uma idéia de como esses custos vêm crescendo, basta verificar que, enquanto o número de juízes togados, aposentados desde a criação da Justiça do Trabalho, era de 410 em abril de 1994, o número de juízes classistas aposentados, no mesmo mês era igual a 1.244. Somente no período de 92 a 95, houve um acréscimo de 45% no número de aposentadoria dos juízes classistas. Tais distorções levaram os representantes da magistratura togada dos tribunais superiores, dos advogados, dos servidores do Judiciário federal, dos trabalhadores, dos empresários, ao consenso sobre a necessidade de extinção da representação classista na Justiça do Trabalho.

A proposta em análise é, pois, meritória e moralizadora, eis que retira da Justiça trabalhista um dos resquícios do sistema político corporativista, que em nada contribui para a consolidação do Estado democrático. Entretanto, a proposta em apreço carece de aperfeiçoamento no que tange à extinção do juiz classista que atua nas juntas de conciliação e julgamento. Por tratar-se de órgão de primeira instância, quer-nos parecer que a permanência de juízes classistas ainda se faz necessária, pois é ali que acontece a maioria dos acordos.

Do ponto de vista da constitucionalidade, não há reparos a fazer, pois o conteúdo da proposta não integra o elenco de matérias do art. 60, § 4º da Constituição, sobre as quais não pode haver deliberação, nem tampouco trata de matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicial na atual sessão legislativa, conforme estabelece o § 5º do mencionado artigo.

Não há também restrições quanto à juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa.

Pelo exposto, opinamos pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, nos termos do seguinte substitutivo:...

A emenda proposta pelo Senador Gilberto Miranda extingue os juízes classistas em todas as instâncias. O meu substitutivo é no sentido de extingui-los apenas nos tribunais e mantê-los nas juntas de conciliação e julgamento.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra ao nobre Senador Ramez Tebet, para discutir o parecer.

O SR. RAMEZ TEBET - Sr. Presidente, Srs. Senadores, esta matéria é muito importante, porque a emenda constitucional busca acabar com uma tradição da Justiça do Trabalho, que é aquela de ter a representação classista. Inclusive, como salientou o bem elaborado voto do Relator, Senador Jefferson Péres, muitos entenderam ser isso uma conquista altamente democrática, o que no fundo é a participação do mais fraco no julgamento. E o eminente Relator esgotou a matéria.

Acompanhei atentamente a leitura e S. Ex^a apresenta um substitutivo, no qual mantém a representação na instância inferior e justifica a razão disso.

Trata-se de uma matéria, Sr. Presidente, Srs. Senadores, muito discutida hoje no seio da sociedade, porque diz respeito até a uma forma de aposentadoria muito especial para os juízes classistas, que a sociedade não está admitindo, já que eles têm direito à aposentadoria depois de cinco anos.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Senador Ramez Tebet, isso já foi corrigido.

O SR. ROMEU TUMA - Penso que isso já foi modificado por uma medida provisória.

O SR. RAMEZ TEBET - Nobres Senadores, de qualquer forma, penso que, tendo em vista que V. Ex^a, Senador Jefferson Péres, apresentou um substitutivo, e desejando apreciar melhor a matéria, peço ao Sr. Presidente que me conceda vista da mesma.

O SR. ROMEU TUMA - Sr. Presidente, poderia ser concedida vista coletiva?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Está concedida vista coletiva pelo prazo máximo. A matéria entrará na pauta da reunião da próxima semana.

Foi concedida preferência ao Senador Romeu Tuma, para relatar a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 1996, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães e outros Srs. Senadores.

Devo salientar que o parecer que concluiu pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta é datado do dia 15 de setembro de 1997. O Relator reformulou o relatório concluindo pela aprovação da matéria, com uma emenda que oferece.

Há um projeto semelhante do eminente Senador Pedro Simon, a quem concedo a palavra para requerer o que combinou com o Relator, qual seja o apensamento do seu projeto, já que o mesmo, segundo o que

disse S. Ex^a, tem correlação com este de que estamos tratando neste momento.

Senador Romeu Tuma, como Relator, como V. Ex^a se manifesta a esse respeito?

O SR. ROMEU TUMA - Sr. Presidente, eu poderia expor o relatório preliminarmente, porque esta matéria está chamando a atenção de toda a imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Peço a atenção dos Srs. Senadores para o que diz o eminente Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA - Há artigos de fundo nos principais jornais e na televisão. Sr. Presidente, V. Ex^a permitiu que se desse prioridade à discussão deste assunto. Há uma decisão de se incorporar o projeto do Senador Pedro Simon a esta matéria de que estamos tratando. Mas eu gostaria de pelo menos ler o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ROMEU TUMA - A presente proposta de emenda à Constituição, cujo primeiro signatário é o ilustre Senador Antonio Carlos Magalhães, objetiva promover alteração nos parágrafos do art. 143 do Estatuto do Supremo, dedicado ao disciplinamento do serviço militar, com o fito essencial de possibilitar a instituição no Brasil do serviço civil obrigatório "para os isentos e dispensados do serviço militar e para aqueles que, em tempo de paz, alegarem imperativo de consciência, decorrente de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, para se eximirem de atividades essencialmente militares".

Na justificção, informa-se que a proposta pretende inserir o serviço civil obrigatório no capítulo referente às Forças Armadas, porque ele deve estar vinculado ao serviço militar obrigatório para aproveitar os mecanismos de convocação, reserva e eventual mobilização nacional em época de paz ou em hipótese de conflito iminente.

Também é dito, em apoio à tese, que essa é a tradição européia e que, em decorrência do término da Guerra Fria e, portanto, da minimização de uma real e iminente ameaça russa, a França tem sustentado, através de pronunciamento do Sr. Presidente, que a OTAN tem que se dedicar às operações dissuasivas - tais como aquelas levadas a efeito na Bósnia ou em operações humanitárias, como as de Ruanda - e menos àquelas de autodefesa.

A justificção desta proposta informa ainda que as discussões a respeito do tema foram levadas a cabo no Senado da França, destacando como suas conclusões:

1. a fórmula atual não pode ser mantida;
2. substituição do recrutamento obrigatório pelo voluntário;
3. alteração no serviço civil lá existente para aumentar a sua expressividade, inclusive com a precisão dos estímulos pecuniários e vantagens indiretas para os interessados.

O serviço civil obrigatório da França, tomado como exemplo para a presente proposta, deverá dedicar-se sobretudo, pelo que se pode

depreender da experiência francesa, às atividades na Polícia, na gendarmaria, nas áreas de saúde, de proteção ao meio ambiente, de informática, de logística e tantas outras.

Por fim, é dito que a presente proposta é lançada num momento em que há enorme preocupação com o desemprego e com as dificuldades por que passa a mão-de-obra não especializada. Ela é lançada ainda no momento em que também o redimensionamento de nossas Forças Armadas tem de ser repensado.

A presente proposta de emenda à Constituição, na realidade, renumera o atual § 2º do art. 143 como o primeiro e altera a redação do atual § 1º, renumerando-o como § 2º.

É o relatório.

VOTO

Da Admissibilidade

Registre-se que esta proposta de emenda à Constituição preenche os requisitos de admissibilidade do ponto de vista formal, constantes do art. 60, pois encontra-se subscrita por um terço dos Srs. Senadores (Art. 60, inciso I). A matéria dela constante não foi objeto de outra proposta de emenda rejeitada ou tida por prejudicada nesta sessão legislativa (Art. 60, § 5º).

Quanto aos impedimentos de natureza circunstancial, é de notar que não temos no Brasil, neste momento, a vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de Estado de Sítio, conforme preceitua o art. 60, § 1º.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Romeu Tuma, a Presidência gostaria de lhe fazer uma sugestão.

O SR. ROMEU TUMA - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Poder-se-ia dizer que "é de notar que não estamos no Brasil sob a vigência...", porque, com a expressão "não temos no Brasil neste momento a vigência", pode parecer que, mais adiante, V. Exª vai querer que seja implementado o Estado de Sítio.

Se V. Exª concordar, penso que a redação poderia ficar da seguinte forma: "é de notar que não estamos sob a vigência". Assim, a redação fica mais adequada.

O SR. ROMEU TUMA - Sr. Presidente, agradeço a V. Exª. Já fiz a correção.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Talvez, essa seja uma traição do subconsciente.

O SR. ROMEU TUMA - Não foi isso.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Perdoe-me pela interferência. Apenas quis colaborar com V. Exª.

O SR. ROMEU TUMA - Perfeito, Sr. Presidente. Concordo plenamente com o que disse V. Exª. Estou-me permitindo ler o parecer por inteiro, porque o tema é importante.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - É bom. O assunto é muito importante. Continua V. Ex^a com a palavra.

O SR. ROMEU TUMA - Continuando a leitura: "Estamos, portanto, cumprindo os requisitos constitucionais para a admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 1996.

Do mérito

A respeito dessa proposta, tive a oportunidade de consultar o Estado-Maior das Forças Armadas, que fez chegar ao meu gabinete o Parecer nº 16, do Cosemi, "que traduz a posição desse Estado-Maior das Forças Armadas a respeito da PEC nº 32/96, subscrita pelo Secretário Executivo da Comissão do Serviço Militar, Coronel de Infantaria Gustavo Adolfo Torres Marques".

A posição do EMFA sobre a matéria é exposta nos seguintes termos: "Uma Nação moderna e progressista deve repensar de tempos em tempos sobre a atuação de suas Forças Armadas, particularmente após substanciais modificações do ambiente externo que as envolve ou do quadro interno por elas vivido.

Importante se torna que os diversos segmentos nacionais suscitem questões, formulem críticas construtivas e provoquem mudanças, tudo com a intenção de conduzir a um continuado aprimoramento consentâneo com o próprio evoluir da sociedade na qual esta Nação está inserida.

Dentro desse espírito, a PEC nº 32 apresenta colocações em sua justificação que merecem análise quanto à realidade brasileira e internacional. As tentativas de discutir a prestação pelo cidadão que completa dezoito anos de um serviço que se reverte em benefício da sociedade brasileira são encaradas como possibilidade em se aproveitar um maior número de jovens em idade de prestarem seus serviços à Pátria.

Tal preocupação foi solucionada pelos Constituintes de 1988 na elaboração de nossa atual Carta Magna, quando inserem o § 1º do art. 143, estabelecendo um serviço alternativo a um serviço militar obrigatório aos que alegarem imperativos de consciência, decorrentes de crença religiosa e de convicção filosófica ou política, para se eximirem de atividade de caráter essencialmente militar".

O parecer que o EMFA encaminhou a este Senador contém a informação de que o Presidente da República, em 13 de maio do corrente ano, encaminhou ao Congresso Nacional proposta de emenda à Constituição propondo a instituição do serviço civil obrigatório, buscando o aproveitamento de muitos jovens que não tiveram a oportunidade de prestar seus serviços à Pátria através das Forças Armadas.

Essa proposta contempla também a possibilidade de que sejam convocados para o serviço civil as mulheres e eclesiásticos...".

Parece-me - pelo que me foi dado a ler rapidamente - que o projeto do Senador Pedro Simon segue mais ou menos essa linha.

Continuando: "...fazendo valer o que prescreve a Constituição de 1988, sujeitando-os a outros encargos que a lei lhes atribui (§ 2º do art. 143).

A proposta governamental insere o serviço civil obrigatório no capítulo referente aos direitos individuais e coletivos por não ser assunto específico de caráter essencialmente militar, mas, apesar disso, ao ser elaborada e regulamentada a lei que disporá sobre serviço civil obrigatório, nada impede que as Forças Armadas "sejam aproveitadas, através de sua experiência e estrutura, além de seus mecanismos de convocação, reserva e eventual mobilização nacional, para administrarem o recrutamento dos que destinarem ao serviço civil, não havendo para tal a necessidade de ser modificada a Constituição, somente para inserir o mesmo assunto no capítulo destinado às Forças Armadas".

Considero o Estado-Maior das Forças Armadas, com relação ao entendimento dominante entre os países membros da Comunidade Européia, no sentido de repensar a OTAN. Temos consciência de que o quadro europeu, ou mesmo mundial, é um, enquanto nós nos inserimos em outro bem distinto.

Não temos presença militar significativa além-fronteira, nem mesmo os compromissos internacionais que nos obriguem a deslocar rapidamente um expressivo contingente militar para intervir naquele contexto. Nossos interesses internacionais políticos e econômicos não estão ancorados na força. Entretanto, as necessidades brasileiras são decorrentes de uma importante base física, com extenso litoral e significativa base de fronteira terrestre, necessitando de constante e permanente vigilância.

E, ainda: as ameaças a nossa soberania e integridade são continuamente avaliadas, recomendando marcante e ininterrupta presença nacional e ter um adequado dispositivo de dissuasão, o que justamente nos tem garantido a necessária paz desejada.

Chamo, aqui, a atenção para uma matéria publicada no **Le Monde**, em 20 de agosto, em que especifica a noção francesa de aplicação do serviço civil na área escolar, na área da família, com mediação, saúde, reinserção de pacientes hospitalizados, solidariedade e atendimento a pessoas idosas, cultura, valorização do patrimônio público, justiça, mediação em relação a infrações do menor, reinserção dos detidos, acolhimento da família dos detidos. Meio ambiente: valorização do patrimônio ecológico, eliminação dos dejetos industriais. Segurança: atendimento de vítimas e testemunhas.

Chama a atenção, inclusive, para a fiscalização, se aqui for aprovado o projeto que cria as penas alternativas não inseridas no meu relatório, Sr. Presidente, que é um dos motivos de discussão futura neste plenário. A minha emenda é para o §2º da PEC, que diz:

§ 2º. A Lei disporá sobre a prestação do serviço civil obrigatório para os isentos, excedentes ou dispensados de incorporação do serviço militar obrigatório e para aqueles que, em tempo de paz, alegarem imperativo de consciência decorrente de causa religiosa ou de convicção filosófica ou política para se eximirem de suas atividades essencialmente militares.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON - Em primeiro lugar, Sr. Presidente, meus cumprimentos pelo parecer, como sempre, brilhante, do ilustre Senador Romeu Tuma, e meus cumprimentos ao autor da iniciativa, o Presidente do Congresso Nacional, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Esta é uma matéria com que venho me preocupando há bastante tempo. Inclusive, no Governo Itamar Franco, como Líder do Governo, fiz várias reuniões com os Ministros militares, da Marinha, da Aeronáutica, do Exército, da Forças Armadas, reuniões no gabinete do Presidente da República, discutindo exatamente esta matéria.

Considero esta uma das questões mais importantes na história deste País, um país que tem uma classe tão pobre, tão miserável, onde a agregação, a presença, o diálogo entre a classe média alta, a classe rica com a classe pobre, praticamente, é muito difícil.

Tivemos um exemplo magnífico no Brasil, que foi o Projeto Rondón, talvez uma das experiências mais lindas que conheço ao longo da história. Não sei o que aconteceu com ele. Sei que lá no Rio Grande do Sul, universidades, como a da PUC, de Santa Maria, fizeram projetos revolucionários, onde jovens foram para o interior da Amazônia, para várias regiões do Brasil, e ficaram um, dois anos se dedicando, de corpo e alma, estudantes de medicina, estudantes de engenharia, de odontologia, atendendo aquelas populações.

Estou fazendo um estudo sobre isso, Sr. Presidente. Juro que não entendo o que aconteceu com aquele projeto. Baseado naquele projeto é que vejo uma realidade brasileira. Qual é essa realidade? Temos o serviço militar obrigatório. Ao longo da história, o serviço militar obrigatório no Brasil sempre fez um trabalho muito positivo. O que há de pessoas, na minha terra, Caxias, no interior, pessoas que eram analfabetas e que aprenderam a falar, a conversar, a conhecer o Brasil, prestando o serviço militar obrigatório é impressionante. Com o tempo, com a falta de dinheiro, com a falta de verba para os nossos ministérios militares, foi diminuindo o número de pessoas que prestam o serviço militar. Cada vez é menor o número, sendo tremendamente pequeno. Esta é uma questão.

A outra questão é que você pode ampliar esse serviço militar e fazer com que, desse serviço militar, ao lado do trabalho que ele presta, que já é muito importante, você pode anexar e fazer o serviço voluntário. Você pode, em vez de dizer não a milhares e milhares de pessoas, jovens que querem... Há uma coisa engraçada. No passado, acho que como a todos aqui, procuravam-me muito em Porto Alegre para tirar as pessoas do serviço; hoje me procuram para incorporar, para que façamos com que eles possam servir. Inverteu-se a situação.

Então, Sr. Presidente, acho que o debate em torno dessa matéria é da maior importância. Primeiro, é o serviço militar obrigatório a linha mestra? Sim. Mas, em cima do serviço militar obrigatório - não vamos ter nenhum constrangimento com as Forças Armadas - vamos acrescentar. Em todas as conversas que tive com os Ministros militares, inclusive com o Ministro do Exército da época do Presidente Itamar, que é o mesmo de agora, eles eram totalmente favoráveis. Deve-se ampliar. Ampliar no sentido de incluir, inclusive as mulheres; ampliar no sentido de aumentar, inclusive o tempo, mas ampliar, principalmente, a ação. Eles poderão, sim, servir à Pátria, aprender a marchar, aprender segurança, conhecer seu País, mas poderão também prestar serviços comunitários, fazer um trabalho de participação comunitária, onde, Sr. Presidente, nossos filhos, não como "filhos de papai", mas como filhos de classe média, ou os filhos dos ricos, poderão conhecer os problemas sociais lá da vila. E o homem da vila pode se integrar à sociedade através desse serviço.

Ora, Sr. Presidente, acho que deveríamos, se o Senador Romeu Tuma concordasse, inclusive dentro da análise desse projeto, que é o projeto primeiro do Senador Presidente e é o meu que aqui está... Senador Tuma, o Ministério da Justiça está colocando em prática um projeto-piloto desses, lá no Rio e aqui em Goiás. Uma experiência-piloto. Acho que deveríamos ouvi-los, lá no Rio e aqui em Goiás, onde eles estão convocando os jovens, estão pagando, inclusive, uma espécie de meio salário, e estão estabelecendo essa questão de trabalho voluntário. Acho, Sr. Presidente, que esta é uma grande chance.

Estive em Indianapolis, uma cidade dos Estados Unidos, onde eles dizem que o serviço de bombeiros naquela cidade precisaria de um número interminável de pessoas, porque, se há uma desgraça, se há um grande incêndio, se há um grande acontecimento, teriam que ter sei lá quantos, centenas e centenas de bombeiros. Eles têm um número tremendamente pequeno de bombeiros. Mas eles têm um serviço de voluntários, de pessoas que estão dispostas, que trabalham, que conhecem, que fazem experiências de tantos em tantos dias, se preparando, e, se precisar, eles estão ali. Então, eles fazem uma economia de 95%. Lá nos Estados Unidos, é impressionante como é importante o trabalho voluntário. Penso que, aqui, no Brasil, Sr. Presidente, isso está começando a aparecer.

Houve uma época em que isso era quase proibido. O argumento, de que não se podia ter trabalho voluntário, era de que a Constituição diz que todo trabalho tem que ser remunerado. Muitas vezes, há

peessoas, até idosas, que querem ajudar, que querem trabalhar, mas não são aceitas, porque dizem que, a qualquer momento, se elas entrarem na Justiça e reivindicarem, dizendo que trabalharam durante algum tempo, elas podem ter direito à remuneração, porque o trabalho não pode ser gratuito. Por isso, é importante essa legislação.

Assim, Sr. Presidente, com todo o respeito ao Presidente do Congresso Nacional, ao projeto dele e ao brilhante parecer apresentado pelo Senador Romeu Tuma, penso que, se V. Ex^a, o Senador Romeu Tuma e a Casa concordassem, eu colocaria não apenas o meu projeto para ser analisado conjuntamente, mas eu também convidaria o Sr. José Gregori e o seu pessoal para vir conversar conosco, para ver o que já foi feito e o que está sendo executado em torno dessa matéria em Goiás e no Rio de Janeiro.

Então, a minha proposta é anexar os projetos e, junto com isso, aprofundar na matéria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Romeu Tuma, tem V. Ex^a a palavra para se manifestar.

O SR. ROMEU TUMA - Acredito que o projeto do Senador Pedro Simon poderá ser apreciado pedindo...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Em conjunto?

O SR. ROMEU TUMA - ...um prazo para V. Ex^a e em conjunto.

Agora, se possível, eu queria fazer uma homenagem histórica, pois as primeiras discussões sobre esse tema - e lá se vai algum tempo - foram sob a Presidência do Presidente José Sarney. O então Conselho de Segurança Nacional, por meio de um decreto do Presidente José Sarney, constituiu uma Comissão e nós fizemos parte dela, porque a Polícia Federal tinha interesse principalmente nos aspectos das regiões de fronteira, dos problemas de queimada, da FUNAI, do IBAMA e de tantos outros que reclamavam a falta da presença física em determinadas áreas, principalmente na região de V. Ex^a, a Amazônia. Então, foi feito um trabalho muito bom e profundo. E teve a dificuldade sobre algumas alterações da Constituição.

Quando V. Ex^a era Ministro da Justiça, trouxe de volta a discussão do tema. Houve aquele problema e o então Presidente Fernando Collor foi suspenso. Ainda por um mês, fiquei na Secretaria da Polícia Federal e tive oportunidade de conversar com o Presidente Itamar Franco, que recebeu, com muito entusiasmo, meu pedido de que ele, se fosse possível, recuperasse os estudos a respeito do serviço civil em substituição ou em complementação ao serviço militar. Ele gostou da idéia e fico contente com o relato do então Ministro Pedro Simon - hoje nosso companheiro nesta Casa - de que deram continuidade. Provavelmente, isso é o fruto e a importância do tema que está se discutindo.

Eu não gostaria de ficar na expectativa da proposta do Ministro José Gregori, que é meu amigo e com quem eu converso permanentemente, porque é um experiência e nós estamos querendo correr para que se efetive realmente esta proposta, porque já há a estrutura do Estado Maior das

Forças Armadas, eles concordaram plenamente com o projeto e vamos cuidar dessa possibilidade de incorporação e distribuição. Mas queremos separar - isso vai depender de decreto presidencial - a administração da área militar para o serviço militar; e da área civil para o serviço eminentemente civil.

O SR. JEFFERSON PÉRES - V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ROMEU TUMA - Pois não, Senador.

O SR. JEFFERSON PÉRES - A proposta do Senador Pedro Simon é um projeto de lei? Uma emenda à Constituição? Então, realmente, deve tramitar em conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Então, eminente Senador Romeu Tuma, o projeto de emenda à Constituição do eminente Senador Pedro Simon irá às mãos de V. Ex^a para que o examine e verifique a conveniência de serem apensados ou, finalmente, V. Ex^a concluirá com um substitutivo, aproveitando o trabalho de ambos os Senadores.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, peço a palavra apenas para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. PEDRO SIMON - Então, estabeleceu-se que, terça-feira, às 10 horas...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Eu iria fazer agora a comunicação.

O SR. PEDRO SIMON - Peço desculpas a V. Ex^a, porque eu geralmente me apresso.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a tem o zelo necessário e que é oportuno, a exemplo do que faz esta Presidência.

Há um requerimento sobre a mesa de autoria dos eminentes Senadores Pedro Simon, José Fogaça e Emilia Fernandes, pedindo que sejam ouvidos, em audiência pública, para debater medidas fiscais do Fundo de Estabilização Fiscal, o Presidente da Federação dos Municípios de Porto Alegre, o Prefeito de Porto Alegre, Raul Pont, e o Presidente da Associação Nacional dos Municípios.

Eu disse a S. Ex^a que esta audiência poderia ser feita um pouco antes da votação do Fundo de Estabilização Fiscal, dando 15 minutos a cada um. Os três Senadores concordaram.

Então, submeto o requerimento à votação. Se nenhum dos Senhores opuser nenhuma manifestação que dificulte, a Presidência considera...

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sr. Presidente, fica acertado que, se não vierem, não haverá adiamento, correto?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Não, não haverá adiamento.

Eminente Senador Pedro Simon, o Senador Jefferson Péres pondera que, se não comparecerem na terça-feira, não haverá adiamento da nossa reunião.

Está de pleno acordo.

Então, aprovado o requerimento, o Senador Pedro Simon, tomará as providências, juntamente com os Senadores José Fogaça e Emilia Fernandes, para que compareçam na próxima terça-feira, às 10 horas.

Tem a palavra o eminente Senador Jefferson Péres para relatar o Projeto de Lei do Senado nº 29, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros Srs Senadores, no sentido de instituir eleições diretas para o suplente candidato ao Senado. Página 44, item 29.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sr. Presidente, Srs. Senadores, esse é um projeto polêmico, que já foi, aliás, discutido nesta Comissão. Foi remetido, certa vez, à Comissão Especial do Senado que estuda reforma política, retornou e, agora, volta para a apreciação.

Sr. Presidente, já tenho o parecer que, aliás, é conhecido, é favorável. Entretanto ocorre-me o seguinte: parece-me que a Comissão do Senador Sérgio Machado tem uma proposta a respeito de suplente de Senadores. Acredito que a proposta, que é um anteprojeto, brevemente se converterá em um projeto de lei. Não posso pedir que tramitem em conjunto, porque o outro não está tramitando, mas, de qualquer modo, não podemos ignorar que existe esse anteprojeto no Senado.

Ao que eu sei, a proposta aprovada naquela Comissão é no sentido de que, vago o cargo de Senador, por morte ou renúncia do titular, o suplente assumiria, mas haveria eleição para preenchimento da vaga na primeira eleição que houvesse, ainda que fosse eleição Municipal. Ou seja, pela proposta que penso que será convertida em projeto de lei e tramitará no Senado, nenhum suplente que assumisse por vacância do cargo ficaria mais do que dois anos, a menos que se submeta, evidentemente, ao julgamento das urnas como candidato.

Não discuto se a proposta é boa ou má, mas ela brevemente será apreciada pelo Senado. Então, o que eu pondero é o seguinte: não seria melhor sobrestarmos esse projeto do Senador Eduardo Suplicy até que aquela Comissão formalize o conjunto de projetos de lei?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A ponderação de V. Ex^a é válida, e penso que a ela ninguém se oporá, nem mesmo o próprio autor do projeto, que aqui se encontra, o nobre Senador Eduardo Suplicy. Sendo assim, este projeto ficará em compasso de espera.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, permite-me usar da palavra?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Tem V. Ex^a a palavra, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, avalio que seria importante que déssemos um sinal, pois o Senado tem interesse em avançar sobre esse assunto. Se votássemos essa matéria, ela iria para o plenário e funcionaria como um catalisador para que a proposta referida, de reforma eleitoral, viesse a ser votada. Na verdade, há duas semanas, nós votamos a lei eleitoral que não tratou do assunto referente aos suplentes de senadores, mas tratou de muitos dos assuntos da proposta eleitoral e partidária mencionada pelo Senador Jefferson Péres; o que me preocupa. Se aquele

projeto do Senador Sérgio Machado continuar sem tramitar aqui no Senado, vão se passar as eleições do ano que vem, depois a outra e outra e a questão dos suplentes dos senadores acabará não sendo objeto de consideração.

Entendo que poderia ser apreciada e votada a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Eduardo Suplicy, a primeira sinalização já foi dada pelo eminente Senador Jefferson Péres ao concluir o seu parecer pela aprovação. Não temos número para deliberar hoje, mas, se algum dos Srs. Senadores, na próxima reunião de quarta-feira, requerer prioridade, em havendo número, a presidência colocará em votação. A precaução do eminente Senador Jefferson Péres não colide com o que V. Ex^a pede, nem se oporá a isso.

Como não há número legal, a Presidência convoca reunião para a próxima terça-feira, às 10 horas, quando serão ouvidas em audiência pública as três lideranças aqui citadas e, a seguir, votado o parecer do eminente Relator, Senador Renan Calheiros, sobre o Fundo de Estabilização Fiscal.

Está encerrada a reunião.

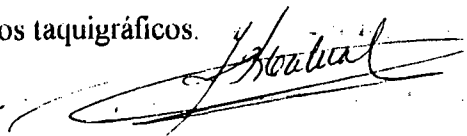
(Levanta-se a reunião às 11 horas e 57 min)

16^ª
Ata da 16^ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3^a Sessão Legislativa Ordinária, da 50^a Legislatura, realizada em 7 de outubro de 1997, às 10:00 horas. (Reunião extraordinária).

Às dez horas do dia sete de outubro, de mil novecentos e noventa e sete, na sala de reuniões nº três, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Bernardo Cabral, com a presença dos Senhores Senadores Francelino Pereira, Guilherme Palmeira, José E. Dutra, Eptácio Cafeteira, Pedro Simon, Beni Veras, Josaphat Marinho, Regina Assumpção, Roberto Freire, Romeu Tuma, Lúcio Alcântara, Bello Parga, Edison Lobão, José Bianco, Antônio Carlos Valadares, Levi Dias, Casildo Maldaner, Jader Barbalho, Eduardo Suplicy, Elcio Alvares, Sérgio Machado, Esperidião Amin, Ramez Tebet, Renan Calheiros, José R. Arruda e Osmar Dias, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Deixam de comparecer por motivo justificado os Senhores Senadores José Fogaça, Roberto Requião, Jefferson Péres, e José Ignácio. Havendo número regimental o Sr. Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A seguir, o Sr. Presidente informa que, à Requerimento do Senhor Senador Pedro Simon, a primeira parte da reunião destina-se à realização de debate, com a participação dos Senhores: *Raul Pont, Prefeito de Porto Alegre, Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Prefeitos e, Clovis Assman, Presidente da Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul - FAMURS*, sobre o Fundo de Estabilização Fiscal - FEF, matéria constante da Proposta de Emenda Constitucional nº 25 de 1997. A seguir, S. Excelência o Sr. Presidente recebe os Srs. Convidados que tomam assento à Mesa dos trabalhos, sendo a seguir, iniciado o debate. Concluída a primeira fase da reunião, passa-se à apreciação da matéria objeto desta reunião: Proposta de Emenda à Constituição nº 25, de 1997, de autoria do Poder Executivo, “altera dispositivos dos arts. 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzidos pela Emenda Constitucional de Revisão nº 1, de 1994.” Relator: Senador Renan Calheiros; parecer: pela aprovação, com uma emenda de redação que apresenta. Durante a discussão foram apresentados à matéria um voto em separado pelo Senador Eptácio Cafeteira, opinando pela rejeição da proposição e, uma emenda pelo Senador José E. Dutra. Ainda durante a discussão foram apresentados pelo Senador José E. Dutra dois Requerimentos de destaque para votação em separado: 1) Rqtº para votação em separado da emenda nº 01 e 2) Rqtº para votação em separado do artigo 4º da PEC 25/97. Em fase de votação é aprovado o parecer ressalvados os destaques. A emenda destacada foi rejeitada e o destaque para o artigo 4º foi retirado pelo seu autor. Resultado: A Comissão acolhe o parecer do Relator que conclui pela aprovação da matéria, com a Emenda

nº 01-CCJ, (de redação). Nada mais havendo a tratar, eu, Vera Lúcia Lacerda Nunes, Secretária, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com os registros taquigráficos.


O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Peço aos eminentes Srs. Prefeito Raul Pont, Dr. Paulo Ziulkoski, Dr. Clóvis Assman e o Senador Pedro Simon, autor do requerimento, para tomar assento à mesa.

Declaro aberta a 46^a reunião da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, convocada, em caráter extraordinário, para hoje às 10 horas, a requerimento do Senador Pedro Simon, para a realização do debate sobre o Fundo de Estabilização Fiscal.

Concedo a palavra ao Dr. Clóvis Assman, presidente da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, gostaria de solicitar que fosse distribuído o parecer do Senador Renan Calheiros sobre o assunto, porque assim será possível nos orientarmos para possíveis perguntas aos palestrantes.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Drª. Vera, peço que faça a distribuição de fotocópias do parecer do eminente Senador Renan Calheiros.

Concedo a palavra ao Sr. Clóvis Assman.

O SR. CLÓVIS ASSMAN - Exmº Senador Bernardo Cabral, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado; Exmº Sr. Relator do projeto em discussão, Senador Renan Calheiros; a figura querida do proponente do requerimento, nosso Senador e conterrâneo, Senador Pedro Simon - nosso Senador Pedro Simon, que encaminhou requerimento junto às lideranças municipalistas do Brasil, junto com a Senadora Emília Fernandes e os demais requerentes -; lideranças de mais de dez Estados brasileiros, aqui representadas pelas Federações de Municípios desses Estados; Prefeitos de diferentes Regiões do

Brasil; caro companheiro Raul Pont, Prefeito de Porto Alegre, prezado amigo Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios.

Desde a edição da Emenda Constitucional Revisora nº 1, em março de 1994, os Municípios brasileiros debatem-se com a questão das perdas financeiras decorrentes da implantação do Fundo Social de Emergência, agora com o nome de Fundo de Estabilização Fiscal.

Em meio à contenda político-administrativa, vimos, de um lado, os Municípios contabilizarem prejuízos e, de outro, o Governo Federal afirmar que tais prejuízos foram compensados com a otimização da economia.

De tudo que se depreendeu das incontáveis rodadas de discussões, há um consenso: cerca de 8% dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios deixaram de aportar aos cofres municipais. Decorre da não partilha do Imposto de Renda retido na fonte, por pagamentos efetuados pela União, e da parcela do Imposto de Renda obtido com o chamado excesso de alíquota, instituído pela Lei nº 8.848, de 28 de janeiro de 1994.

A proposta que ora se discute nesta Câmara Alta, o Senado da República, relatada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania pelo eminente Senador Renan Calheiros, trata de reeditar a compensação parcial das perdas, tal qual foi votada na Câmara Federal, consoante emenda aposentada pela Deputada Yeda Crusius.

Nas discussões na Câmara, ficaram claras as perdas apontadas. Se não logrado êxito quanto à totalidade daquilo que consideramos prejuízos, ao menos ficou claro e reconhecido que houve perdas com a criação do FEF, que nos últimos dois anos e meio apropriou-se de R\$3 bilhões de receitas que deveriam ser distribuídas aos Municípios.

A discussão, exclusivamente sob o aspecto financeiro, tende a se esgotar e desgastar o argumento de quem já está convencido de que houve perda e também daqueles que entendem o contrário. Os Municípios são sensíveis e entendem que o soerguimento da economia é algo extremamente positivo e verdadeiro. Mas não há como não admitir que a parcela dos Municípios destinada ao FEF faz muita falta às já combalidas finanças municipais, principalmente porque os Municípios, ao

contrário do Estado e da própria União - especialmente a União -, não possuem mecanismos para enfrentar os efeitos do Plano Real. Eles não têm o que privatizar, não podem emitir moedas nem criar impostos ou outras contribuições. E se o FEF permitiu financiar o déficit gerado pela perda da receita originada da inflação, aos Municípios não ficou um instrumento dessa natureza.

Se tudo até aqui serviu para trazer à baila a questão das perdas com o FEF, o mais importante, entretanto, talvez ainda possa ser dito.

Por que razão os Municípios estão tão apreensivos? Por que razão a classe municipalista chega a protestar, como agora?

Certamente é porque muito mais que o percentual de 8% retirados do FPM, o que ocorre, na verdade, tem origem a partir da promulgação da Constituição, em 1988. Nem bem os Municípios comemoravam as conquistas obtidas na Carta Magna e já começaram a sentir os efeitos da subtração de tais conquistas. Talvez o FEF, Srs. Senadores, seja somente a gota d'água para que os Municípios demonstrem a sua apreensão com o grande número de contribuições sociais criadas, que diminuem e corroem a base dos tributos partilhados.

Exemplo claro? A Confins, que é canalizada para a União, exclusivamente, mas que gera crédito no IPI para o empresário, diminuindo a base de cálculo do FPM.

Os Municípios nunca puderam opinar sobre a criação do IPMF, agora CPMF, cujo produto é destinado à União. E quando se fala numa arrecadação de R\$1 bilhão, não se percebe o acréscimo desses valores à saúde, e sim a diminuição na verba orçamentária atinente.

Coube aos Municípios também a posição de espectadores na edição da Lei Kandir, que concede isenções, benefícios fiscais às exportações, aos produtos de bens e de consumo. Alavancaram o desenvolvimento, retomaram o crescimento industrial, mas coube aos Municípios a posição de pagador de contas, de forma compulsória, especialmente ao INSS, à Caixa Econômica Federal. Enquanto isso, não foi regulamentado dispositivo constitucional que determina à União o pagamento de suas dívidas com os Municípios, na compensação dos sistemas de previdência. Estes, sim, pendentes de solução.

Srs. Senadores, esses são apenas alguns pontos que justificam a angústia dos Prefeitos. Não podemos mais admitir a fragilidade do nosso sistema tributário. A forma permissiva como são subtraídos recursos constitucionais dos Municípios, mediante a edição de medida provisória, por exemplo, faz-nos ver que mercê de termos galgado espaço, como ente federado, a partir da Constituição de 1988, somos tratados quase que como ficção jurídica. Hoje é o FEF. Ontem foi a Lei Kandir. E o que será amanhã?

Devido a esse futuro incerto e preocupados com essa incerteza é que os Municípios se manifestam e esperam ser ouvidos.

Descentralizar, municipalizar são adjetivos qualificativos do processo democrático, na medida em que houver adequada compensação aos encargos, que cada vez mais os Municípios brasileiros se sobrecarregam.

A porta do gabinete do Prefeito Municipal - e não preciso dizer a nenhum Senador esta verdade - é a primeira porta da demanda social. E esperamos que esse quadro de insegurança, que dificulta hoje planejarmos o amanhã, dê lugar a um novo Brasil, dê lugar a um País onde o sistema federativo contemple a harmonia, o respeito, a solidariedade entre três os níveis de governo, onde o sistema tributário e fiscal estabeleça, com clareza e segurança, quais são os nossos deveres, quais são os nossos direitos. E que tudo isso faça parte de um direito fundamental, intocável.

Srs. Senadores, somos parceiros desse processo. Requeremos a V. Ex^{as} a sensibilidade de examinar, pela última vez, a questão da possibilidade de exclusão dos Municípios brasileiros do fundo. Contribuímos durante esses dois anos e meio da sua vigência, repito, com R\$3 bilhões, para a estabilidade financeira do País, para a estabilidade do Plano Real. Agora, creio que basta. Esperamos que o Senado da República, onde estão as luzes deste País, possa fazer essa justiça.

Muito obrigado, Senador Bernardo Cabral.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência agradece ao Dr. Clóvis Assman, porque se comportou exatamente dentro do tempo combinado.

Agora vamos ouvir o Presidente da Frente Nacional dos Prefeitos, Dr. Paulo Ziulkoski; a seguir, o Prefeito de Porto Alegre, Dr. Raul Pont.

Encerrada a exposição, a Presidência facultará a palavra a cada um dos eminentes Senadores para fazerem suas indagações.

Concedo a palavra ao Sr. Paulo Ziulkoski.

O SR. PAULO ZIULKOSKI - Exmº Senador Bernardo Cabral, demais Senadores, Companheiros da Mesa, Senador Pedro Simon, autor da proposta, eu queria inicialmente ressaltar que aqui se encontram lideranças dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Ceará, Tocantins, Bahia, Rio Grande do Norte, Pará, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, entre outros, que já chegaram e que estão chegando.

Estamos aqui, Srs. Senadores, nesta oportunidade, agradecendo à Comissão, porque normalmente o que tem ocorrido em nosso País é que os 5.506 Municípios existem, lá na extremidade, na base, para prestar os serviços e normalmente não são chamados para serem ouvidos. Estamos incluídos na Constituição de 1988, e essa questão do próprio FEF, em nosso entendimento, com o devido respeito, não tem sido respeitada a autonomia dos Municípios brasileiros. Estamos inscritos, inseridos na Carta Magna, porém esse caso do FEF é um caso típico. O art. 159 da Constituição preserva os recursos dos chamados fundos constitucionais, e agora, através de uma emenda, estão sendo subtraídos dos municípios. E, em nosso entendimento, desrespeitando a própria autonomia. Porque se a União passa dificuldades, dentro desse novo momento de estabilidade econômica, nós também nos encontramos - os municípios brasileiros - na mesma situação. Por isso, invoco aqui ao Senado, que tem exatamente a representação dos Estados, para que analise essa questão, a questão da autonomia municipal. Precisamos ter não só formalmente essa autonomia, mas de fato também. Logicamente que temos que participar, que nos organizar para sermos ouvidos, e estamos hoje aqui, felizmente, sendo ouvidos pelo Senado nesta oportunidade.

A questão que levantamos e vamos nos cingir mais especificamente sobre o FEF, até porque é o tema em pauta, é da retroatividade em primeiro lugar. Sabem os senhores que o Fundo de Estabilização Fiscal deixou de existir no dia 30 de junho. De

primeiro de julho para cá, Srs. Senadores, ele não existe mais. E essa proposta, se aprovada, pelo que está posto, terá retroatividade. E saliente-se que os Municípios brasileiros estão recebendo hoje o FPM já minguado, por uma série de circunstâncias, estão recebendo e terão que devolver, se aprovado dessa forma, a partir de 1º de julho, o que irá penalizar mais ainda os Municípios. Então essa questão da retroatividade é uma questão que, no nosso entendimento, da Confederação Nacional dos Municípios, deve ser avaliada um pouco mais com profundidade.

Queríamos salientar, Srs. Senadores, que de 1994 a 1997 os Municípios já tiveram subtraído dos seus recursos 3 bilhões e 300 milhões, só dos Municípios, não estou falando no FPE dos Estados, com a instituição do FEF, antes Fundo Social de Emergência. E diga-se também, de passagem, que em 1995 foi negociado com um grupo de Senadores que concordássemos com aquela renovação do Fundo de Estabilização Fiscal, e que haveria uma compensação, talvez na forma de uma terceira parcela de FPM, ao final do ano de 1995. E isso não foi cumprido pela União. Assim como hoje, na votação da Câmara, foi acenado que a União irá colocar à disposição dos Municípios cerca de 600 milhões de reais. Ora, esses 600 milhões de reais sabemos que vem de um organismo internacional e vem na forma de empréstimos. Concordaríamos com isso se viesse a fundo perdido. E foi dito na Câmara e está escrito nos Anais, que será a fundo perdido, mas temos certeza de que não. E qual o critério a ser distribuído? Será pelo clientelismo ainda, no nosso entendimento, das chamadas emendas do orçamento, que para nós ainda é uma excrescência na democracia brasileira, para beneficiar um ou dois Municípios, em detrimento do conjunto da população?

Entendemos que o FPM tem que ser distribuído como ele é, pela população. O cidadão do Rio Grande do Sul tem o mesmo direito de um cidadão de São Paulo, do Nordeste ou Norte brasileiro. Por isso reivindicávamos essa situação. Acredito que não ocorrerá.

Ademais, estaremos perdendo, apenas, para levantar números, em 1997, 265 milhões de reais; em 1998, 440 milhões, e, em 1999, 220 milhões, o que perfaz o total de 925 milhões, que iremos deixar de arrecadar, subtraído pela edição do FEF.

Diga-se de passagem, a nossa posição, da maioria do conjunto dos Prefeitos brasileiros, não é contra o FEF, não somos contra o FEF, apenas estamos colocando que estão retirando dos Municípios. Porque não assistimos, não vimos nenhum governador vir à Brasília reivindicar a exclusão dos Estados através do Fundo de Participação dos Estados, já que estão perdendo dinheiro, e os Estados reclamam que estão mal. Por que é que eles não vieram a Brasília reivindicar, como nós, a retirada dos Estados dessa situação? É porque eles têm outros mecanismos, estavam renegociando a sua dívida interna, estavam renegociando outras questões e estavam, inclusive, pressionando os Deputados para votarem de acordo com o FEF. Com o Estado brasileiro se reformulando, como está neste momento, estamos numa situação verdadeiramente difícil para os municípios. Eis que, do bolo tributário nacional, dos 31% que se arrecada neste País, apenas 16% vão para os Municípios, 29% para os Estados e 53% para a União.

Então, companheiros, poderíamos desfilarmos aqui uma série de questões, como, por exemplo, a renúncia fiscal, que no ano passado foi de 18 bilhões de reais. Ora, 22,5% é a renúncia, é a parte do FPM. Quanto é que os Municípios brasileiros deixaram de arrecadar? A União tem como buscar outros mecanismos, como lei Kandir, como o Confins, como o próprio IOF, como a CPMF, porque tudo ela criou depois de 1988. Nós não temos onde buscar. Por que essa renúncia fiscal é feita dessa forma, retirando 4 bilhões dos Municípios brasileiros e transferindo toda uma sorte de responsabilidades?

Queremos comunicar ao eminente Relator, Senador Renan Calheiros, com quem estivemos reunidos em Alagoas, a Confederação e os Municípios de Alagoas, que a proposta da Confederação dos Municípios Brasileiros é de que os Municípios brasileiros ficassem fora do FEF. Isso não acontecendo, por uma questão inclusive regimental e de votação do Fundo de Estabilização, que haja uma compensação aos Municípios, mas que não alegasse a União que está compensando retirando o prazo do comprometimento do FPM através da Medida Provisória nº 1.571, que é uma conquista da Confederação brasileira, que já alteramos em duas oportunidades, junto com o Relator, Deputado Clerot, e que já foi reeditada. Isso não é compensação, isso é um

direito dos Municípios, assim como o art. 202 da Constituição, § 2º, que está aqui no Senado há mais de anos para ser votado, e a União diz que agora vai colocar em regime de urgência e votar. Ora, isso, com o devido respeito, é uma lei, é uma norma que não vem sendo cumprida desde a edição da Constituição. E agora parece que a União vem fazer um favor para os Municípios, quando isso é um direito que temos assegurado na lei.

Então, Srs. Senadores, esta é a posição da Confederação: que haja a retirada dos Municípios do Fundo de Estabilização Fiscal; caso contrário, que os Senadores negociem com o Governo uma forma de colocarem uma parcela a mais agora, em dezembro, nesse valor dos 265 milhões, para os Municípios, que não terão condições de pagar novamente o décimo terceiro, porque estarão agindo dessa forma. Ou seja, é muito bonito fazer favor com o chapéu dos outros, tirar dinheiro dos Municípios e entregar para a União.

Queremos agradecer ao Senado e dizer que estaremos atentos, vigilantes, e estamos nos organizando. Queremos o municipalismo atuante; os 5.506 Municípios haverão de se organizar e virão até esta Casa, até o Congresso Nacional, pelo menos para fazer cumprir a Constituição brasileira.

Obrigado, Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Com a palavra o eminente prefeito Raul Pont, de Porto Alegre.

O SR. RAUL PONT - Sr. Senador Bernardo Cabral, Presidente da Comissão, Sr^{as} e Srs. Senadores desta Comissão e da Casa, ouvimos o Presidente da Federação do Rio Grande do Sul, o Presidente da Confederação das Federações de Municípios, assim como dezenas de Prefeitos que estão aqui presentes, de vários Estados, acompanhando esse debate, acompanhando essa reivindicação.

Nós também estamos aqui para expressar, na condição de Prefeito de Porto Alegre e em nome da Associação dos Municípios da Grande Porto Alegre, que já está aqui representada pela Famurs, a Frente Nacional de Prefeitos, cuja coordenação é do Prefeito Célio de Castro, de Minas Gerais, que me solicitou expressamente - comunicou isso ao Presidente Bernardo Cabral - que apresentássemos também essa reivindicação como uma postura, uma posição, uma demanda da Frente Nacional de Prefeitos. E não são só capitais, porque são as grandes cidades

brasileiras, que também estão expressas na Frente Nacional de Prefeitos.

Sim, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Estava apenas querendo...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Eu pediria que não interrompessem o orador. É mais uma questão excepcional?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Para conhecer bem. Há uma Frente Nacional dos Prefeitos, presidida pelo Sr. Clóvis Assman, e a Frente Nacional dos Prefeitos das Capitais?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Não, o Dr. Clóvis é o Presidente da Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul.

O SR. RAUL PONT- A Confederação das Federações de Associações dos Municípios é presidida pelo ex-Prefeito Paulo Ziulkoski. A Frente Nacional dos Prefeitos aglutina as capitais e cidades com mais de 500 mil habitantes, em média. Não há um critério rígido, mas são as grandes cidades brasileiras.

Saliento ainda um aspecto importante no momento em que colocamos essa reivindicação em nome da maioria esmagadora dos Municípios brasileiros. Precisamos situar essa reivindicação no bojo do conjunto de medidas que vêm sendo adotadas há alguns anos e também de encargos que os Municípios vêm assumindo. Não se trata apenas de uma reivindicação justa. Não! Estamos diante de um processo, desencadeado especialmente na última década, que vem transferindo de forma crescente novos encargos aos Municípios. É o resultado da municipalização da saúde e da educação, e é o que ocorre hoje de maneira total com relação à assistência social. Todos os senhores sabem que, com o fim da LBA e do CBA, esse encargo passou exclusivamente aos Municípios.

Tivemos a extinção do Imposto de Venda a Varejo de Combustíveis, que foi um tributo criado na Constituição de 1988 para os Municípios. Era uma receita tributária líquida, certa do Município. Contudo, ao longo desse período, não tivemos nenhuma compensação disso. Ao contrário, a cada novo encargo que o Município vem assumindo, estamos diante de uma perda, de uma diminuição de nossas receitas, principalmente pela adoção de

medidas que, no nosso ponto de vista, como já expressou aqui o Presidente da Confederação, driblam a Constituição. São formas que atropelam a autonomia dos Municípios e dos Estados, e não temos possibilidade alguma de reação quando da votação e da decisão dessas questões que já estavam pactuadas na Constituição de 1988.

Para os senhores terem uma idéia, cito agora um levantamento, fruto de um longo processo de estudo. No Rio Grande do Sul, promovemos, através da Famurs, um seminário sobre a crise financeira dos Municípios, que teve como conseqüência, na sexta-feira, às 14h, uma paralisação simbólica em praticamente todos os Municípios do Estado, para que mostrássemos de maneira uníssona e inequívoca um posicionamento unitário dos Prefeitos de todo o Rio Grande do Sul. Temos certeza de que essa é uma situação em todo o País.

Se considerarmos esse ano e as conseqüências das medidas adotadas pelo Governo Federal e pelo Congresso Nacional que repercutiram nos Municípios, temos, para o Rio Grande do Sul, o seguinte quadro: a Lei Kandir, com esse processo de desonerar as exportações e também a compra de máquinas e equipamentos, fez com que os Municípios do Rio Grande do Sul perdessem, em 1997, R\$135 milhões. Além disso, temos políticas nos Estados que os Municípios não controlam. São as políticas de renúncia fiscal praticadas hoje em todo o País e de forma cada vez mais danosa. Nos últimos dias, grandes jornais do centro do País trouxeram estimativas e levantamentos que afirmam que essas renúncias fiscais beiram hoje R\$15 ou 16 bilhões, e não temos nenhuma interferência, nenhuma capacidade de opinar, de decidir sobre elas; simplesmente pagamos a conta dessas renúncias. O Fundo OPEM - Fundo Operação Empresa aos Municípios -, que é uma prática que até há pouco tempo era um benefício financeiro, desde o ano passado, se transformou em um benefício fiscal e, conseqüentemente, a cota dos municípios no ICMS passou também a ser atingida por isso. Os municípios, no Rio Grande do Sul, passaram a perder R\$14 milhões com essa medida. Em relação à perda, se considerarmos o ano de 1993, último ano de cobrança plena do imposto - porque, nos anos seguintes, o IVV foi diminuindo gradativamente -, houve uma redução de R\$33 milhões nos tributos para o conjunto dos municípios.

No Fundo de Estabilização Fiscal, este ano, já considerando a votação na Câmara - ou seja, essa estimativa não é o que perderíamos na previsão anterior -, teremos uma perda de R\$53 milhões só no Rio Grande do Sul. Agregamos também, a isso outros elementos que são também uma consequência da crise pela qual passam os municípios, quais sejam as políticas que os Estados praticam, porque também pagam o preço dessas renúncias, que estouram sempre a corda do lado mais fraco. Os municípios, por exemplo, no Rio Grande do Sul, não estão recebendo um terço do salário-educação garantido por lei federal - o certo seria distribuir um terço para a União, um terço para o Estado e um terço para o Município -, o que significa hoje uma perda de R\$78 milhões. Somando-se todos esses valores, temos hoje, no Rio Grande do Sul, uma perda de R\$314 milhões - quantia esta que os municípios deixaram de receber.

Ora, tais perdas se expressam de que forma? Calamidade na Saúde, na Assistência Social, não-pagamento de salários e, conseqüentemente, os municípios entram num processo suicida de antecipação de receitas e operações financeiras que nos deixam à mercê de bancos, à mercê de juros cada vez mais escorchantes.

É simplesmente insustentável manter esse quadro! No momento em que estamos aqui, reivindicando a retirada dos municípios do Fundo de Estabilização, essa situação tem que ser analisada e compreendida à luz do quadro geral que os municípios estão vivendo.

Não controlamos esses outros elementos. Podemos reclamar, reagir, esperar, entrar com medidas judiciais, como já fizemos. Estamos contestando judicialmente, por considerarmos ser uma ação inconstitucional, Fundos que se transformam de financeiros em fiscais. Estamos questionando, no Supremo Tribunal Federal, a Lei Kandir, por ser inconstitucional. No entanto, enquanto essas medidas não são votadas, estamos pagando um preço que se torna insustentável, insuportável aos municípios. É para esse problema que chamamos a atenção dos Srs. Senadores. Não estamos diante de uma medida isolada. Estamos diante de um quadro que gera uma verdadeira calamidade no conjunto dos municípios brasileiros.

Em nome dos municípios do Rio Grande do Sul, de dezenas de colegas, prefeitos, que aqui represento e por outros

Estados representados aqui pela Confederação, insistimos com V. Ex^{as} para que levem em consideração essa situação, tendo em vista especialmente o fato de que a repercussão dos municípios dentro do Fundo de Estabilização Fiscal é mínima, é extremamente reduzida e pequena para o Governo Federal; contudo, é importantíssima para os municípios.

Um orçamento enviado a esta Casa, que compromete praticamente a metade do Orçamento com serviços da dívida pública interna e externa, não pode atribuir a esses R\$1 ou 1,5 bilhão que retira dos municípios o elemento central para sair da crise ou para encontrar o equilíbrio fiscal das receitas e despesas da União. Há uma contradição nisso. Quase a metade do Orçamento Federal está comprometido hoje com dívida, quer dizer, não será o valor de R\$1 ou 1,5 bilhão dos municípios, que hoje são decisivos para se pagar a folha, para se sustentar professor, para se garantir um atendimento lá, no dia-a-dia, dos milhares de Municípios espalhados por este País, o que vai resolver o problema de equilíbrio fiscal da União.

Contamos com a sensibilidade e com a compreensão dos senhores. Infelizmente, não tivemos essa compreensão na Câmara Federal, mas esperamos que esse clamor do conjunto dos Municípios seja ouvido no Senado. Com relação a essa reivindicação, já existe, ao que sabemos, uma emenda tramitando especificamente sobre isso, para retirar os Municípios; que essa emenda fosse aprovada, fosse sugerida ao Plenário pela Comissão, retirando os Municípios do Fundo de Estabilização Fiscal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Eminentes Senadores, a Presidência vai orientar os trabalhos da seguinte forma: os dois autores do requerimento, Pedro Simon e Emilia Fernandes, falarão por 5 minutos; depois os Senadores Epitacio Cafeteira e Lauro Campos. Então, vamos dividir em duas partes: na primeira parte, estão inscritos Pedro Simon, Emilia Fernandes, Epitacio Cafeteira e Lúcio Alcântara, para pedirem esclarecimentos aos eminentes conferencistas. O Senador Romeu Tuma também está inscrito. Depois passaremos à discussão e votação.

Tem a palavra o Senador Pedro Simon, para fazer as suas indagações ou comentários. Peço apenas que desculpem a

Presidência pelo tempo exíguo, mas não podemos conferir mais de 5 minutos.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Tem V. Ex^a a palavra, pela ordem.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Solicitaria que V. Ex^a lesse os inscritos para a discussão, os que vieram da reunião anterior. A relação dos inscritos para a discussão da matéria, porque V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Dr^a Vera, dê-me a relação dos inscritos na reunião anterior.

O SR. EPITACIO CAFETEIRA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Pois não.

O SR. EPITACIO CAFETEIRA - Ao final da última reunião, fui o autor do pedido de vista; conseqüentemente, parece-me que deva ser o primeiro a entregar o voto em separado, para que se possa discutir, a partir daí, o voto do Relator e o meu voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a terá preferência, de acordo com o Regimento.

V. Ex^a, então, não desejará fazer nenhuma indagação?

O SR. EPITACIO CAFETEIRA - Não. Não desejo fazer nenhuma intervenção, apenas para entregar o meu voto em separado e comentá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a terá a palavra assegurada para comentar seu voto em separado.

Senador Pedro Simon, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, quero apenas saber, se V. Ex^a me permite, em relação aos oradores, ao Senador Josaphat, quantos minutos terão?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O problema é o seguinte, Senador Pedro Simon: é que precisamos ter tempo para discutir. Na hora de discutir o voto em separado e o parecer, a Presidência jamais tolheu, em termos de número.

O SR. PEDRO SIMON - V. Ex^a é absolutamente correto. Só gostaria de saber se o Senador Josaphat Marinho tem

o tempo que eu imagino, que é bem maior, e se empresta um segundo. Apenas isso.

Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero felicitar a V. Ex^a, ao Relator e à Casa pela importância e pelo gesto de grandeza que tiveram na realização desta reunião. Quero dizer aos nossos ilustres convidados que a reunião já estava marcada e esta era uma reunião para votarmos. Nós votaríamos o relatório, que já está pronto por parte do Relator, quando, por solicitação dos Srs. Prefeitos, a Senadora Emilia, o Senador José Fogaça e outros Srs. Senadores, entramos com um requerimento que teve, lá no plenário, de saída, a tremenda simpatia por parte de V. Ex^a e a Bancada; por sugestão de V. Ex^a, acolheu por unanimidade.

Então, é uma chance que temos aqui de debater essa matéria antes do voto final.

Com todo o respeito, não digo nada de pessoal, mas, por coincidência, estão aqui três Prefeitos do Rio Grande do Sul, embora o plenário esteja cheio de Prefeitos de todo o Brasil.

O atual presidente da Famurs, que é uma entidade que representa os Municípios do Rio Grande do Sul, o Sr. Clóvis Assman, é hoje o representante nacional, representa os Municípios brasileiros. E o Prefeito de Porto Alegre, Dr. Pontes, além de ser Prefeito é o Presidente da Associação dos Prefeitos da Grande Porto Alegre.

Nunca fui Prefeito, mas quero apenas dizer o seguinte: fui Governador. Penso que o que eles disseram aqui é uma parte da realidade. Como Governador, sou obrigado a dizer que é cruel e dramático constatarmos que há uma série de serviços federais e estaduais que só funcionam por causa da prefeitura, porque a prefeitura entra com o dinheiro. A Polícia Civil, desde a manutenção do carro, a compra do caminhão, o fornecimento de gasolina até os funcionários, só funciona com o dinheiro da prefeitura. O serviço militar obrigatório - alistamento etc. - só funciona em local e com funcionário fornecido pela prefeitura. Se eu for citar o número de itens e o número de funcionários que a prefeitura coloca à disposição dos Governos Estadual e Federal, eu me perco.

Na verdade, se formos entrar no âmago da questão, se compararmos a Europa, os Estados Unidos e o Brasil, verificamos que lá, nesses países, eles sabem que quem paga imposto mora no município, que a fábrica está no município, que a escola está no

município, que o hospital está no município e que a obra tem que ser feita no município.

Na Alemanha, nos Estados Unidos, na época da arrecadação do imposto, nenhum prefeito precisa, como aqui no Brasil, em quatro anos - pelo menos um ano eles ficam entre Porto Alegre e Brasília ou entre a capital do seu Estado e Brasília -, mendigar ao que tem direito. Andei pelo mundo inteiro e isso não acontece em nenhum outro lugar. E não acontece porque o que é do município é do município. A pessoa não precisa ir a Washington buscar dinheiro que é do município; não precisa ir a Berlim buscar dinheiro, que é do município. A arrecadação fica no município e a obra que for realizada é do conhecimento de todos. Se o cidadão gasta dois mil para construir uma escola, a prefeitura gasta três, o governo do Estado gasta dez e o Governo Federal gasta cinquenta, todo mundo sabe.

Pela primeira vez na história do Brasil que se olhou para o município, meu nobre Presidente, foi na Constituinte de 1988, onde estenderam algo mais para o município. Isso está ocasionando inveja, raiva da parte de políticos, que cada dia querem tirar um pedaço.

Como disse o Pontes, será que precisaremos dizer mais alguma coisa? Um Orçamento como o nosso, em que praticamente metade do Orçamento é para pagar a dívida interna e externa, será que atingirá o equilíbrio fiscal uma importância de 1,5 bilhão; 1,5 bilhão vai atingir? A nossa briga é por 1,5 bilhão, num País que gasta praticamente metade da sua receita pagando dívidas públicas e privadas.

Quando criamos esse imposto eu era Líder; ele foi criado em caráter de urgência urgentíssima para funcionar num Governo que era transitório, porque nesse espaço deveria ser feita a reforma tributária. Nesse espaço estava prevista a revisão eleitoral e na revisão eleitoral nós faríamos a reforma tributária e até a fiscal. Para isso, foi criado. Como Líder do Governo defendi essa tese. Argumentávamos que, sendo um Governo de urgência, com problemas de urgência, e tendo a revisão tributária, que seria feita ali, naquele ano, criaríamos esse imposto e faríamos a reforma tributária.

No final do Governo Itamar, pelo fracasso da Revisão Constitucional, prorrogamos esse imposto para, nos dois anos, onde tínhamos tudo - Presidente eleito pela primeira vez,

Presidente eleito com Senadores, Governadores, Deputados no mesmo dia, assumindo juntos -, fazer a reforma tributária e a fiscal. Então, prorrogamos sob esse argumento. Mas agora é piada. Perdoem-me a sinceridade, mas agora é piada. Não sei, tenho medo de falar quando temos um jurista como o Senador Josaphat presente, mas terminou! Esse tributo terminou e agora vamos prorrogar, retroagindo ao passado? Entendo pouco de Direito, mas juro que não entendo mais nada. Se ele terminou, não está mais em vigor, se desde julho não existe mais, agora vamos prorrogar o que não existe? Podíamos criar um novo imposto, agora prorrogar o que não existe eu não entendo. Se querem criar algo novo, tudo bem, podemos fazê-lo. Agora, prorrogar o que não existe, o que está morto?... quer dizer, vamos ter que voltar atrás, devolver, inclusive, desde o período em que não existia! Não entendo de onde vem essa jurisprudência!

O SR. RENAN CALHEIROS - Senador Pedro Simon, V. Exª me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON - Com o maior prazer, destacando o mérito e o esforço que V. Exª vem fazendo.

O SR. RENAN CALHEIROS - Por isso que, quando V. Exª me procurou, juntamente com os Senadores do Rio Grande do Sul, fiz questão de apoiar a realização desta audiência. Não apenas dela; é importante que se diga que a mobilização dos Prefeitos, se ocorrer, é fundamental para que até haja uma melhor negociação do ponto de vista do encaminhamento da defesa dos interesses dos Municípios.

O SR. PEDRO SIMON - Evidentemente!

O SR. RENAN CALHEIROS - O que, lamentavelmente, ao longo dessa curta tramitação, fiz praticamente sozinho, contando com algumas outras entidades representativas dos Municípios.

Queria também dizer a V. Exª, com todo o respeito, que entendo o oposto da argumentação que V. Exª defende, porque, se o Fundo de Estabilização era fundamental naquela oportunidade, quando penalizava muito mais os Municípios, imagine agora, quando aprovamos na Câmara dos Deputados - e o meu parecer é no sentido da manutenção do texto aprovado lá - uma reposição automática de perda de 70%! Com todo o respeito, o argumento é oposto: se ele era fundamental, naquele momento, para garantir o combate do déficit público e a estabilização da moeda, imagine

agora que os Municípios estão tendo a devolução automática de suas perdas. Por ocasião da discussão, vou ter condições de expressar os números que os Prefeitos, a rigor, tiveram oportunidade de explicitar. O Fundo é fundamental, porque, sem ele, não há estabilização da moeda; sem ele, não há combate do déficit público; sem ele, o Governo vai ficar prisioneiro da vinculação constitucional que aprovamos na Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Renan Calheiros, a Presidência pediria a V. Ex^a que anotasse cada pontuação, a fim de que tenha um tempo maior para poder explicar, pois, em um aparte, isso não é possível.

O SR. RENAN CALHEIROS - Sr. Presidente, gostaria de, sinceramente, agradecer o aparte e a deferência de V. Ex^a. Fiz o aparte somente para não ter que responder a todos os argumentos de uma só vez, porque dificilmente vou ter condições de fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON - V. Ex^a tem razão. Não havia necessidade do aparte de S. Ex^a, que deu uma paulada na gente, pois estávamos na expectativa de estar convencendo o Relator...

O SR. RENAN CALHEIROS - Ao contrário, Senador Pedro Simon. Sou municipalista e tenho um irmão que é Prefeito...

O SR. PEDRO SIMON ...Eu já estava entrando no âmbito do assunto e defendendo a causa, porque, olhando para o Relator, eu o estava vendo até com uma certa simpatia para a causa. Mas vem S. Ex^a, dá uma paulada e perco até a graça!

O SR. RENAN CALHEIROS - Eu é que estou cobrando a sua simpatia; aliás, a coerência, porque foi V. Ex^a quem, pela primeira vez, comandou, aqui neste Congresso Nacional, a aprovação do Fundo, penalizando muito mais os Municípios do que o Fundo a ser aprovado agora.

O SR. PEDRO SIMON - Foi. Não nego isso. V. Ex^a está apenas repetindo o que eu disse. Eu assumi a responsabilidade. No Governo Itamar Franco, naqueles dois anos de transição, ele foi aprovado, com o argumento de que era necessário para a estabilização do Plano Real, mas que seria transitório, porque, naquele espaço, seria feita a reforma.

O que estou dizendo a V. Ex^a, nobre Senador, até como estratégia política - está chegando aqui o nobre Líder do Governo, Senador Elcio Alvares -, é que, a meu ver, por R\$1,5 milhão a mais ou a menos, para quem tem os problemas do Governo Federal, as Prefeituras deveriam ser liberadas. Liberem as Prefeituras, vamos, juntos, encontrar outra saída! O Governo teve competência para isso. Ele não precisou do Senado Federal para resolver o problema do Banco Nacional, do Bamerindus - e lá se foram R\$25 bilhões! Se ele resolveu o problema dos referidos bancos com R\$25 bilhões, não vamos encontrar solução, até votar o Orçamento, para 1,5 milhão? É menos de 10% do que o Governo Federal, juntamente com o Proer, usou para resolver o problema dos bancos. Será que todos os municípios do Brasil não valem a metade do que foi usado para salvar o Banco Nacional e o Bamerindus? (Palmas)

É essa a questão!

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência pede que não haja manifestação.

O SR. PEDRO SIMON - Meu querido Líder do Governo e amigo, Senador Elcio Alvares, meu querido Relator, até politicamente, vamos equacionar essa questão, pois está-se chegando a um ponto em que os prefeitos não trabalham mais. Quantas e quantas vezes a Câmara dos Deputados faz um negócio e manda para o Senado? Aliás, justiça seja feita: nota dez à Deputada Yeda Crusius. Ela se esforçou. Como Relatora, alterou, modificou e fez a sua parte. Agora, chegou a nossa vez.

Penso, meu querido Senador Renan Calheiros, que devemos encontrar uma solução no sentido de colocar os municípios fora disso e devolver à Câmara dos Deputados para que ela se vire. Se algo tiver que ser mudado, ela que o faça! Dessa vez, nós, que somos a Casa da Federação, vamos equacionar essa questão e tirar dos municípios a questão do Fundo. A nossa palavra não é definitiva; vamos encontrar uma saída com o objetivo de que isso aconteça. Vai voltar à Câmara dos Deputados!

Por isso, apelo a V. Ex^a, porque, se esse projeto voltar à Câmara dos Deputados do jeito que está, sem nenhuma emenda, ele vai à sanção. Agora, se V. Ex^a emendar e der chance à solicitação dos Prefeitos, vai voltar para a Câmara dos

Deputados, e ela, se quiser, vota o seu projeto; mas, se, em vez de votar o projeto da Câmara, votar o de V. Ex^a, o Presidente pode vetar.

O SR. SENADOR - É uma emenda constitucional.

O SR. PEDRO SIMON - É uma emenda! Melhor ainda! Então, votamos e, pela primeira vez, temos autoridade. Sendo emenda constitucional, volta para a Câmara dos Deputados. Não há necessidade de se apressar, porque o Fundo não existe mais.

O SR. SENADOR - Se não votarmos logo, aí sim, temos que nos preocupar com os argumentos que foram levantados pelo representante dos municípios, no sentido de que a retroatividade vai penalizar muito mais os municípios.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Peço ao Senador Pedro Simon que conclua.

O SR. PEDRO SIMON - Já encerro. Pensei que não fôssemos colocar a retroatividade de jeito algum. Tenho certeza de que V. Ex^a já aceitou essa emenda.

O SR. SENADOR - A retroatividade é o que V. Ex^a acabou de elogiar. É o parecer da Deputada Yeda Crusius.

O SR. PEDRO SIMON - Não há mais Fundo. Ele foi extinto. É necessário que se crie e não que se renasça algo que está morto. Vamos ter que recriá-lo. Não podemos retroagir.

Sr. Presidente, encerro, agradecendo a tolerância de todos e peço desculpas a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Peço à eminente Senadora Emilia Fernandes que tome o lugar do eminente Senador Pedro Simon, como segunda autora do requerimento. Foi esse o critério utilizado.

Por favor, solicito aos Senadores que os esclarecimentos sejam pedidos aos eminentes conferencistas, porque ainda não é o momento de se discutir o parecer.

A SR^a EMILIA FERNANDES - Sr. Presidente, ilustres convidados, representantes dos municípios do Rio Grande do Sul, da Região Metropolitana e do Brasil todo, escutamos atentamente a exposição de cada um dos Senhores, todos com um embasamento e fundamentação precisos das conseqüências da prorrogação do FEF pelo Congresso Nacional.

Temos também certeza de que, hoje, a questão dessa preocupação em relação à situação dos municípios do Brasil é

uma preocupação que não tem sido apenas manifestada aqui, no Congresso Nacional, por inúmeros Srs. Senadores, Deputados. Enfim, temos visto editoriais, temos visto manchetes de jornais que estampam dados precisos que apontam para as consequências e para o local onde acontecem as maiores dificuldades.

Com relação ao FEF, há pouco tempo vimos matéria a respeito publicada pelo **Jornal do Brasil**, pela **Folha de S.Paulo** e por muitos jornais. Tivemos até oportunidade de levar ao Plenário do Senado essas considerações.

Sr^{as} e Srs. Senadores, ilustres prefeitos aqui presentes, sei que há outros que estão acompanhando o desenrolar desta reunião, outros inclusive entraram em contato, por telefone ou **fax**, com Parlamentares e manifestaram preocupação e solidariedade em relação aos posicionamentos adotados por nossos palestrantes. Entendo que o assunto está exigindo uma avaliação, sem que haja conotação ideológica ou político-partidária. É uma questão de bom-senso. Ou vamos ser coerentes com o que a Constituição Federal dispõe a respeito da importância e da valorização que deveria ser dada aos municípios ou vamos ter que admitir publicamente que a política é de enfraquecimento, sim, de Estados e Municípios, portanto, de empobrecimento crescente.

Quando analisávamos os dados, chamou-nos a atenção o fato de que todos os municípios deste País sofrem perdas, e, o mais grave, é que determinados municípios estão em situação de calamidade. São os municípios atendidos pelo programa Comunidade Solidária. Eles estão enquadrados no maior índice de dificuldade e pobreza do País. Esses municípios também sofrem perda significativa. Ligou-me um prefeito da cidadezinha - os ilustres palestrantes sabem - de Ibirapuitã, no Rio Grande do Sul, que está integrado ao Programa Comunidade Solidária. Ele me disse que está perdendo, com a prorrogação do FEF, R\$83 mil, o que, para aquele município, é muito. Mesmo com a emenda apresentada pela Deputada Yeda Crusius, o município vai perder R\$50 mil.

Poderíamos ainda chamar a atenção para a situação de outros tantos municípios. Estamos aqui, por exemplo, com o ilustre prefeito de Canoas, do Rio Grande do Sul. Esse município perderá R\$554 mil. Com a emenda, continuará perdendo R\$330 mil. E assim há outros tantos. Se eu pudesse, nominaria cada um

deles, porque tenho a relação, município por município, com a proposta original e com a proposta da Deputada Yeda Crusius.

Srs. Senadores, queremos registrar como fato altamente positivo a determinação do Presidente desta Comissão, Senador Bernardo Cabral. Logo que manifestamos o desejo de que os representantes municipais viessem a esta Comissão, S. Ex^a procurou agendar isso. É lógico que, com a aceleração do pedido de urgência por parte do Governo, essa matéria terá que ser votada nesta manhã. À tarde, deverá certamente ir para o plenário do Senado. Com isso, a reunião ficou eu não diria prejudicada, mas poderia ter sido muito mais aprofundada. Cada Estado poderia, por exemplo, estar aqui representado para dizer da sua realidade, não obstante o fato de termos tido aqui brilhantes palestrantes. É importante que se registre a necessidade de se transformar em ação aquilo que temos visto. Há pouco houve a comemoração do Dia do Vereador. Os pronunciamentos dos Senadores foram todos no sentido de se valorizar a importância do representante primeiro das comunidades: os vereadores e os prefeitos. Foi ressaltada a importância de ouvirmos essas pessoas para embasarmos as nossas decisões. Acho que estamos iniciando esse processo, mas ainda estamos muito longe de realmente respeitarmos os representantes do povo em todos os seus níveis.

Não quero entrar na questão dos dados, mas entendo que precisaríamos ainda, Sr. Presidente, dentro das possibilidades, ouvir os nossos palestrantes para sabermos se querem acrescentar alguma coisa, principalmente no que se refere à retroatividade, que, a meu ver, vai ser uma penalização em dobro para os municípios.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Peço que seja feito silêncio. Alguns Senadores estão reclamando que não estão ouvindo a Senadora.

A SR^a EMILIA FERNANDES - O Governo argumenta que o FEF é fundamental para a manutenção do Plano Real. No entanto, acredito que já se está exigindo demais deste País em nome de um Plano Real. O Plano é importante, é necessário, conseguiu combater a inflação, mas estamos há dois anos pedindo socorro. Pediram socorro para os Estados e municípios, e eles responderam; pediram socorro para a agricultura, e ela respondeu; está aí quase que falida neste País inteiro. Falo isso, senhores,

porque o Rio Grande do Sul é um Estado eminentemente agrícola. Percorremos o interior do Estado e lá ouvimos as reivindicações, o clamor do povo do campo. Não interessa se o agricultor é pequeno ou médio, pois hoje quase todos estão num processo de desequilíbrio total em relação ao que estão bancando como âncoras do Plano Real.

Cumprimento, mais uma vez, esta Comissão pelo espírito democrático que está sendo implantado neste momento. Tenho certeza de que frutificará. Queremos apelar para a sensibilidade dos integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da qual não faço parte, diga-se de passagem. Acho que os depoimentos aqui feitos serão considerados, e isso vai repercutir em todo o Brasil, por intermédio de cada prefeito, que deverá tomar conhecimento da posição de cada partido, de cada representante. Acho que os municípios já deram a sua contribuição. Agora chegou a vez de o Congresso Nacional começar a descentralizar não apenas responsabilidades, e obrigações, mas também recursos.

Meu apelo é no sentido de que os integrantes da Mesa, os convidados possam ter ainda, Sr. Presidente, oportunidade de acrescentar alguma coisa, porque tenho certeza até de que eles poderiam entrar em detalhes mais específicos sobre cada região. Sabemos também - os dados apontam - os grandes prejuízos que estão sofrendo as regiões mais pobres deste País, inclusive Norte e Nordeste. Temos um amplo apanhado a respeito, município por município, feito pela Câmara dos Deputados. Segundo esse estudo, os prejuízos são grandes e não se pode continuar insensível à situação que os municípios estão vivendo. Acredito que esta Comissão, pelo gabarito e compreensão dos seus integrantes, haverá de encontrar uma saída para que não se continue penalizando os municípios deste País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concluída a manifestação dos dois autores do requerimento. Convido o eminente Senador Renan Calheiros, para, na qualidade de Relator, tomar assento à Mesa e, se quiser, já poderá responder, antes de a Mesa dar a palavra ao Senador Lúcio Alcântara.

V. Ex^a quer usar da palavra agora, Senador Renan Calheiros?

O SR. RENAN CALHEIROS - Sr. Presidente, gostaria de fazer uso da palavra rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a tem a palavra.

O SR. RENAN CALHEIROS - Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria, mais uma vez, de destacar a importância desta reunião de audiência pública não só pela presença representativa dos conferencistas, mas sobretudo pela sua forma de democratizar sobretudo a discussão.

Essa matéria não é nova, já tramitou em duas outras oportunidades na Casa. Obteve, na Câmara dos Deputados, por ocasião da discussão e votação do parecer da Deputada Yeda Crusius, 362 votos, o que significa dizer que foi, até então, a emenda que mais votos recebeu na Câmara dos Deputados dentre todas as emendas que por ali já tramitaram.

Estamos, portanto, diante de um fato quase consumado. A presença e mobilização dos prefeitos ajudará sobretudo este relator no sentido de eu saber qual a movimentação a que devo proceder em relação à discussão e ao encaminhamento da defesa dos interesses dos municípios. Essa audiência pública é importantíssima; a mobilização dos municípios, absolutamente necessária.

Há pouco me referi, em rápido aparte, às ponderações do Senador Pedro Simon. Quem nesta Casa não admira, não respeita o Senador Pedro Simon? Essa é uma discussão emocional, porque trata de interesse de municípios, e todos temos vinculação com os municípios. Sou municipalista convicto, tenho um irmão que é prefeito de uma pequena cidade no interior das Alagoas. Reuni, na presença de um dos conferencistas, a quase totalidade dos prefeitos alagoanos, independentemente do partido político a que pertencem. Pude discutir a maneira de encaminhar, por ocasião da tramitação do Fundo de Estabilização Fiscal no Senado, uma agenda que verdadeiramente atendesse aos interesses do município, partindo do pressuposto de que a emenda, na Câmara dos Deputados, teria recebido 362 votos.

Pois bem, eu gostaria rapidamente, Sr. Presidente, de discutir alguns aspectos. Por exemplo, o Governo não vem agora mudar a Constituição e usurpar direito dos municípios. Repito: o Fundo Social de Emergência foi votado em 1994. Depois, foi

prorrogado. Agora, ocorrerá a sua terceira prorrogação. Se naquela oportunidade, Sr. Presidente – os argumentos do Senador Simon são discutíveis –, já era necessária a aprovação do Fundo de Estabilização Fiscal, que implicava perdas para os municípios, o que não dizemos agora, quando a reposição de perdas está sendo feita automaticamente na própria letra da emenda constitucional? Segundo: a questão da retroatividade. Foi aprovado na Câmara um mecanismo de retroatividade. Por quê? Porque esse fundo não pode sofrer solução de continuidade. Ele é fundamental para o combate do déficit público. Ele não é um novo imposto, como disseram aqui; ele apenas desfaz 13,5% das vinculações constitucionais. Por que isso? Para permitir melhor execução orçamentária e, conseqüentemente, a manutenção do Plano. Por isso é que existe o argumento de que a receita do município não caiu. A receita, apesar da redução da base de cálculo, proporcionada por ocasião do Imposto de Renda retido na fonte, aumenta, porque, ao aumentar o nível de atividade econômica, conseqüentemente aumenta a receita, e, aumentando a receita, aumenta o bolo dos municípios.

Os prefeitos falaram sobre isto, mas vou procurar explicar melhor: quando o Governo definiu os parâmetros para o Fundo de Estabilização Fiscal, pensou nos municípios. Não tivesse havido isso, tenho certeza de que não teríamos tido, na oportunidade da votação, a ênfase com que os líderes do Governo defenderam a aprovação da emenda.

O que é que compõe o Fundo de Estabilização Fiscal?

a) Produto da arrecadação sobre a renda e proventos de qualquer natureza incidente na fonte sobre pagamentos efetuados a qualquer título pela União, inclusive suas autarquias e fundações, não se computando a citada arrecadação para cálculo das transferências dos fundos de participações e fundos constitucionais. Por exemplo: no maior montante do Fundo de Estabilização Fiscal, ou seja, 20% de todos os impostos, o Governo excluiu os municípios da sua base de cálculo. Portanto, da parcela maior do Fundo os municípios estão excluídos;

b) montante limitado a 5,6% da arrecadação do Imposto de Renda, parcela da receita do tributo decorrente de alterações. É o chamado excesso de alíquota. Adicionalmente o Governo promoveu elevação de alíquota. E, com esse excesso,

estabeleceu um limite de 5,6% para composição do FEF. É bom que se diga que no parecer aprovado pela Câmara dos Deputados, na letra "b", os 5,6% do excesso de alíquota foram devolvidos aos municípios, tendo esses, neste item, a reposição de 100% de suas perdas. É bom que se diga, porque se aclararmos a discussão não vai haver dúvida. Vamos retirar-lhe o caráter emocional; vamos falar olhando nos olhos dos Srs. Senadores, dos Srs. Prefeitos, a exemplo do que já fiz em Alagoas com os Prefeitos municipais do Estado.

c) parcela da receita do imposto operações financeiras decorrentes da alteração produzida pela lei e suas modificações, não se computando, para o cálculo das despesas com a manutenção e desenvolvimento do ensino;

d) parcela decorrente da elevação temporária de 30% da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido.

e) parcela da receita da contribuição para o Programa de Integração Social - PIS;

f) 20% do produto da receita de todos os impostos. A partir daí, são calculados e deduzidos:

- recurso do Imposto de Renda que resta após abatimentos indicados nas alíneas "a" e "b";
- do Imposto sobre Produtos Industrializados;
- e da receita do ITR - parcela de 50% pertencente ao município. Ficam excluídos.

Então, qual é o momento em que ocorre a redução da base de cálculo para efeito de distribuição do FPM? É por ocasião apenas - já que o parecer aprovado na Câmara dos Deputados devolve o excesso de alíquota - do Imposto de Renda retido na fonte pela União.

Se levarmos em consideração, Sr. Presidente - os prefeitos estão aqui e V. Ex^a foi o relator da Constituição - que a União, de acordo com a Constituição, permite que os Municípios e Estados fiquem com 100% da retenção que fazem na fonte, esse mesmo princípio - e não estou defendendo - poderia servir para retenção do Imposto de Renda da União.

Mesmo assim, a Câmara dos Deputados aprovou a devolução dessas perdas. Isso significa, Senador Pedro Simon - está no meu parecer à página 8, e de acordo com o parecer da Deputada Yeda Crusius - perdas de R\$271 milhões e não R\$1

bilhão. São perdas de R\$271,9 milhões no segundo semestre de 1997, R\$461 milhões durante todo o ano de 1998, o que demonstra a eficácia prática da reposição automática aprovada na Câmara dos Deputados, e R\$262,6 milhões em 1999.

Vejam que a participação dos municípios é pequena, diminuta. E o Ministro Malan disse-me, em uma de nossas conversas, que tinha autorizado a exclusão dos municípios de até 30 mil habitantes do esforço para composição do FEF. Isso não ocorreu em função de divergências políticas - não tenho memória do que ocorreu na Câmara; estou repetindo o que me disse o Ministro Malan - e não ocorreu porque os prefeitos.... Na verdade, quem perde com o FEF são os pequenos municípios, cuja receita do Fundo de Participação dos Municípios equivale a 90% de tudo que têm. Os médios e grandes municípios...

O SR. PEDRO SIMON - V. Ex^a me pediu dois apartes e os concedi. Não posso pedir...

O SR. RENAN CALHEIROS - Concederei quantos apartes V. Ex^a quiser.

O SR. PEDRO SIMON - Não posso pedir o aparte, mas se o Presidente me permitir?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Fique inteiramente à vontade, nobre Senador.

O SR. PEDRO SIMON - V. Ex^a está dizendo, com autoridade, com peso, que os três prefeitos que aqui falaram estão equivocados, e que eu também estou.

O SR. RENAN CALHEIROS - Não. Não, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON - Estou correto, não é mais 1,5 bilhão.

O SR. RENAN CALHEIROS - Os prefeitos, não. Eu disse que o argumento esposado por V. Ex^a, lamentavelmente, traz equívocos.

O SR. PEDRO SIMON - Estou equivocado. Se não é 1,5 bilhão, qual o montante, então?

O SR. RENAN CALHEIROS - R\$271.

O SR. PEDRO SIMON - Então, para que essa birra se são R\$271 apenas e não 1,5 bilhão! São R\$270 causando uma birra com 5 mil prefeitos? Isso é uma migalha.

O SR. RENAN CALHEIROS - Vejam bem, Sr. Presidente e Senador Simon, isso é o que chamam de migalhas num fundo de 29 bilhões.

O SR. SENADOR - Como diria o Governador Mário Covas, isso é que é migalha.

O SR. RENAN CALHEIROS - Por que o meu parecer?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Está com a palavra o Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS - Por que o meu parecer? Porque tenho preocupação não só com o que foi negociado na Câmara dos Deputados pelos líderes partidários, mas, sobretudo, Sr. Presidente, com o que lá aprovaram. Refiro-me ao princípio da retroatividade. É importante que essa emenda tramite rapidamente, não só para que o fundo não sofra solução de continuidade, mas também porque, na medida em que aprovaram, na Câmara dos Deputados, o princípio da retroatividade, quanto mais demorar, os prefeitos terão que devolver em apenas dez vezes. Isso o que foi aprovado na Câmara dos Deputados.

O SR. PEDRO SIMON - É. Mas se V. Ex^a disser que não há retroatividade, eles não pagam e está resolvido.

O SR. RENAN CALHEIROS - Nobre Senador, não sou eu que tenho que dizer isso.

O SR. PEDRO SIMON - Basta aprovarmos.

O SR. RENAN CALHEIROS - Quem tem que dizer isso é o Plenário desta Comissão e o do Senado, que já perdeu duas outras oportunidades de fazê-lo, quando, por exemplo, V. Ex^a era Líder do Governo aqui nesta Casa, oportunidade em que se penalizava muito mais o Município. É importante que se discuta isso.

O SR. PEDRO SIMON - A culpa é minha e do Itamar. Se estávamos errados, vamos melhorar agora.

O SR. RENAN CALHEIROS - Não estou dizendo que a culpa é de V. Ex^a. Conhecemos muito bem V. Ex^a e sabemos que não defenderia nada que não fosse de absoluto interesse do País, do Estado e até dos Municípios.

O SR. PEDRO SIMON - Faço o mea culpa com a maior humildade.

O SR. RENAN CALHEIROS - Não quero, Senador Simon, com todo respeito, polemizar com V. Ex^a, longe de mim esta pretensão. Quero que fiquem claros aqui os argumentos para que não digam depois que estou punindo os Municípios e que V. Ex^a está querendo salvá-los.

Encaminhei, paralelamente, e os prefeitos acompanharam, uma negociação também de interesse dos Municípios. Os Srs. prefeitos disseram aqui que os Municípios estão penalizados. É verdade. Os Municípios estão perdendo força financeira. É verdade. Os Municípios perdem recursos com o Fundo de Estabilização Fiscal. É verdade. Minimamente, também é verdade, em função do que foi aprovado na Câmara dos Deputados. Perdem com a Lei Kandir? Perdem. Os Municípios, ao municipalizarem várias ações, estão perdendo recursos também? Estão. Tudo isso é verdade. Mas é verdade também que os Municípios têm reivindicações históricas e só por ocasião da tramitação do Fundo no Senado Federal é que tivemos oportunidade de resgatá-las. Por exemplo, a compensação financeira com o INSS. A Constituição de 1988 aprovou a compensação financeira com o INSS. O projeto de lei regulamentar foi aprovado em regime de urgência, urgentíssima na Câmara dos Deputados, sem o qual não se pode fazer a regulamentação financeira. O que é isso, na prática? É que os Municípios, em função do regime previdenciário, estão aposentando seus servidores, que contribuíram, não para os Municípios, e sim para a Previdência Social. É fundamental que se faça a compensação. Ou seja, que de alguma forma a Previdência Social devolva aos Municípios que estão aposentando seus servidores o que foi arrecadado, na oportunidade, pela Previdência Social. O que conseguimos para isso, com o apoio do Presidente do Senado Federal e do Líder do PMDB, Senador Jader Barbalho? Conseguimos, e já está tramitando em caráter de urgência, com apoio de todos os líderes, inclusive, com o apoio do Governo, formalmente - está aqui o Senador Elcio Alvares, Líder do Governo no Senado Federal - em regime de urgência, um projeto do Deputado Carlos Hauly, do Paraná, que regulamenta esta compensação financeira, o que não tenho absolutamente nenhuma dúvida, vai permitir aos Municípios receber muito mais do que estão perdendo com o Fundo de Estabilização Fiscal.

O SR. SENADOR - (Inaudível. Fora do microfone.)

O SR. RENAN CALHEIROS - Não estou entendendo.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Pediria a V. Ex^{as} que não interrompessem o Senador Renan Calheiros, porque ainda temos uma lista de oradores inscritos.

O SR. RENAN CALHEIROS - V. Ex^a perguntou para quê a compensação ou o Fundo?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência vai interromper, pois não vai permitir esse diálogo paralelo.

Senador Renan Calheiros, peço que V. Ex^a conclua, pois, em seguida, darei a palavra ao Senador Lúcio Alcântara.

O SR. RENAN CALHEIROS - Vou concluir, Sr. Presidente. Mas, antes disso, quero citar outros itens.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Tem V. Ex^a a palavra garantida.

O SR. RENAN CALHEIROS - Negociação da dívida com o INSS.

Por ocasião da tramitação na Câmara dos Deputados, e as entidades municipalistas do Brasil ajudaram sobremaneira, foi dilatado o prazo para negociação da dívida dos Municípios com o INSS em 240 meses e em percentuais de 3, 6 e 9%, dependendo do perfil do Município. Na prática, essa medida provisória ensejou uma coisa absolutamente gritante do ponto de vista dos interesses de alguns Municípios que deviam mais. Quando se colocava os 240 meses, ao parcelar a dívida, estourava os percentuais de 3, 6 e 9%. Então, retirou-se, como consequência da negociação, a expressão "240 meses", o que significa dizer que, mesmo sem contar com a participação de outras entidades municipalistas, consegui, na tramitação no Senado Federal, retirar os 240 meses, e a negociação ser feita além dos 240 meses.

A Caixa Econômica Federal, Sr. Presidente, está definindo, esta semana, os critérios para que façamos a negociação das dívidas dos Municípios com o FGTS. Vários Municípios brasileiros não parcelaram as suas dívidas com o FGTS, e isso implica em prejuízo de toda ordem.

A Caixa ficou de definir, nos mesmos parâmetros da medida provisória que parcelou a dívida dos Municípios com o INSS, critérios para também vigorar a partir da tramitação do FEF no Senado Federal.

Ficou acertado, Sr. Presidente, em números e valores a serem quantificados, o aumento de Municípios no Programa Comunidade Solidária. Hoje, integram o Programa Comunidade Solidária 1.368 Municípios, e ficou definido que mais municípios, num número a ser definido pelo Governo, vão integrar este Programa, o que significa, também, uma devolução prática de perdas, porque é um Programa da União. Com recursos desta, e, na medida em que se aumenta o número de Municípios, faz-se uma nova devolução de perdas.

Ficou acertado, Sr. Presidente, que o Governo vai fazer uma transferência de perdas da Lei Kandir para Estados e Municípios e que vai discutir um aperfeiçoamento da Lei. Claro que essa bandeira não vai ter que ser hasteada apenas pelo Senador Renan Calheiros, Relator do FEF, no Senado Federal. Não, isso vai depender muito da mobilização dos Municípios, de audiências públicas como esta, e, sobretudo, do poder de fogo dos Governadores, que perdem. Mas os Municípios perdem também, porque 25% desses recursos são dos Municípios, e tivemos a preocupação de, na medida em que discutíamos o FEF, colocar a Lei Kandir na agenda de discussão com o Governo.

Uma outra questão, Sr. Presidente, é o índice de distribuição das quotas-partes do FPM. O censo de 1996 foi feito atabalhoadamente, no período eleitoral, e a lei estabelecia que os números do censo demográfico, transformados em índice de distribuição da quota-parte de FPM pela lei, vigesse já a partir de janeiro de 1997, portanto, também com caráter retroativo. O Tribunal de Contas da União revogou esse dispositivo, e acertamos com as Lideranças partidárias que íamos encaminhar um dos 12 projetos que tramitam na Câmara dos Deputados, em caráter de urgência, trazendo novos critérios para a distribuição das quotas-partes de FPM. Sei que essa é uma matéria polêmica. Trezentos e doze Municípios, no Brasil, aumentam o índice de distribuição dessa quota-parte. Mil e novecentos Municípios perdem, e o restante se mantém. Sabemos que os Municípios se mantêm - muitos deles -, porque não têm mais o que perder. Novamente, os pequenos Municípios é que são afetados com tudo isso. Essa foi outra preocupação que apresentamos.

Sr. Presidente, uma outra questão que foi colocada como prioridade foi a da antecipação do anúncio do programa

Toda Criança na Escola, programa que implicará em investimentos de R\$500 milhões para o próximo ano. É um programa com recursos do Governo Federal que, ao colocar no ensino fundamental mais R\$500 milhões, faz, na prática, uma nova reposição de perdas para esses Municípios.

Um outro argumento importante refere-se ao nível de transferência voluntária da União para Estados e Municípios e que tem aumentado ano a ano. Fui presidente da Comissão de Orçamento, em 1996, e posso atestar o fato de haver aumentado ano a ano. Posso afirmar também, Sr. Presidente, que, apesar de não ter nada a ver com o FEF, como foi dito aqui, tudo o que for negociado e implicar em ganhos para os Municípios significa minimizar a perda. Por isso apresentei esse parecer e o defendo. Aliás, tenho conversado, sem subterfúgios, com todos os prefeitos de onde houver necessidade de fazê-lo.

Quando o Senador Pedro Simon e a Senadora Emilia Fernandes procuraram o Presidente a mim para que fizéssemos uma audiência pública no sentido de esclarecer dúvidas e confrontar números e posicionamentos, fiz questão de marcá-la, mesmo sabendo que o tempo de tramitação na Comissão já estava esgotado e que iríamos fazer essa discussão no momento em que se preparava a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para votar a matéria, o que poderia influir inclusive no próprio resultado da votação. No entanto, como a minha posição é aberta, clara, transparente, não tenho por que escondê-la, e é por isso que levarei essa discussão onde quer que haja necessidade de levá-la.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Com a palavra o Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, serei breve em minhas observações.

Em primeiro lugar, foi citado aqui, com muita justiça, o caráter descentralizador da Constituição de 1988. Eu, como Constituinte, assim como o Senador Pedro Simon, V. Ex^a e outros tantos que aqui se encontram, lembramo-nos perfeitamente do quanto esforço se fez em favor do município, inclusive citado como ente federado no texto da Constituição - isso por si só já dá uma idéia de quanto se quis destacar a importância do Município na Federação.

Em segundo lugar, sou visceralmente municipalista. Fui prefeito e tenho a convicção de que é nos Municípios onde melhor se pode executar as políticas públicas, evidentemente sem que a União tenha que prescindir dos mecanismos para controlar a macroeconomia, e assim por diante. E é nesse contexto que vem esse Fundo de Estabilização Fiscal.

Todos os dias se acusa o Presidente Fernando Henrique Cardoso de querer, com essa ou aquela medida, com esse ou aquele comportamento, ter uma atitude eleitoreira. Todos nós reconhecemos, aqui, ainda que votemos a favor, que esse FEF não é simpático, de maneira nenhuma, aos Municípios. Se o Presidente da República, na perspectiva de uma tentativa de reeleição, usa de suas prerrogativas para propor essa medida ao Congresso Nacional, em que pese a minimização desses números, não acredito que Sua Excelência fizesse isso, a não ser forçado por uma circunstância imperiosa que o levasse a adotar uma medida que é do desagrado de prefeitos e de vereadores. Portanto, se o faz, deve ter fundadas razões para isso, no sentido de assegurar justamente o equilíbrio econômico do País, que não queremos perder, nem tampouco querem os senhores prefeitos, e, de fato, ninguém deseja que o País ingresse novamente naquele período de inflação e de desequilíbrio econômico, de efeitos notoriamente prejudiciais à sociedade e ao País. Então, é de reconhecer-se que o Presidente, ao fazer isso, o faz compelido por uma necessidade imperiosa - vê-se inclusive a dificuldade de tramitação que a matéria tem tido tanto na Câmara dos Deputados quanto aqui no Senado.

Não acompanhei essa matéria detidamente, mas, de toda essa discussão, resta-me ainda uma dúvida que talvez possa ser esclarecida. Essa alegada perda é uma perda real em relação ao ano anterior ou é uma expectativa de perda? Quer dizer, uma perda sobre uma receita adicional que iria ocorrer no futuro, ou é uma perda em relação à receita do ano anterior, considerando-se aí principalmente a questão do Fundo de Participação? Essa é uma dúvida que gostaria de ver esclarecida ou pelos prefeitos ou pelo relator, pedindo desculpas caso essa questão já tenha sido apresentada.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, já que tenho uma pergunta nessa mesma direção.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a, sendo o próximo orador inscrito, e em se tratando de pergunta idêntica, tem a palavra.

Peço ao Prefeito Raul Pontes que as responda.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Gostaria que qualquer um dos três expositores comentasse um trecho do relatório do Senador Renan Calheiros, que tem a ver com a questão das perdas.

O Senador, na sua exposição, fez referência a esse trecho, mas eu gostaria de lê-lo para explicitar a minha dúvida.

"Com relação à crítica contida na alínea 'b' - diz respeito exatamente a perdas de Municípios e Estados - "cabe lembrar que a análise do impacto do FEF sobre as finanças estaduais e municipais não deve se limitar à questão dos percentuais de receitas destinadas ao Fundo. Faz-se necessário avaliar todo o conjunto de medidas adotadas juntamente com a instituição do FEF, e os benefícios obtidos não só com a desvinculação das receitas da União, mas também com o aumento das receitas em todas as esferas de Governo. A estabilidade econômica alcançada com o Plano Real, tendo como importante instrumento as desvinculações trazidas pelo FEF, tem permitido o aumento da atividade econômica e, por consequência, o aumento da arrecadação tributária pela União, Estados e Municípios. Ressalta-se que, apesar das desvinculações do FEF os repasses aos Fundos de Participação dos Estados e Municípios aumentaram em termos reais com efeito, tal qual demonstram os gráficos" - aí vem a seguir os gráficos. "Entre 93 e 96 as transferências a Estados e Municípios cresceram 10,4% em termos reais. Se levarmos em consideração também o aumento real de arrecadação do ICMS, nada menos que 40% decorrentes em grande medida do crescimento do PIB após o Plano Real, verifica-se que a receita disponível dos Estados e Municípios elevou-se em 30,7% no período considerado. Com a nova redação dada pela Câmara dos Deputados à proposta original do Poder Executivo, observa-se que os repasses a serem efetuados aos Municípios, de acordo com o

art. 3º da emenda, serão suficientes para anular as perdas decorrentes da redução de 5,6% do Imposto de Renda na base de cálculo do FPM, gerando ainda um fluxo adicional de recursos da ordem de 0,31% do valor do Imposto de Renda para o período de 1º de julho de 1997 a 31/12, e 0,625% (?) para 98 e 1,25% para 99"

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Com a palavra o Dr. Raul Pontes.

O SR. RAUL PONT - Temos aqui presentes prefeitos de praticamente todos os partidos e tenho certeza de que todos podem dar testemunho da realidade e da condição dos últimos meses deste ano, da queda de receita, principalmente em função dessas medidas que têm sido tomadas pela União ou pelos Estados de renúncia fiscal ou de diminuição efetiva, que é o caso do ICMS, no Rio Grande do Sul, de quebra.

Insistimos aqui que não estamos tratando apenas do Fundo - essa é a nossa reivindicação primeira, imediata, pois é o que está em pauta -, mas queremos que esta questão seja analisada e avaliada no conjunto de perdas que os Municípios vêm tendo, e esses dados são inquestionáveis. É evidente que essas perdas vêm atingindo todos os Municípios.

Gostaríamos de chamar a atenção para o fato de que Municípios, Estados e Governo Federal são componentes da União. Não podemos aceitar que existam concessões ou que o Governo Federal permite. Não estamos aqui exigindo que os Srs. Senadores votem uma nova repartição dos tributos: queremos que aquilo que está constitucionalmente garantido aos Municípios seja preservado, diante do princípio da Federação, diante da autonomia do Município e da sua identidade perante o conjunto da União.

Essas medidas afrontam direitos dos Municípios. Não há nenhuma concessão. Se o Governo tem essas políticas compensatórias e faz isso mediante recursos dos Estados e Municípios, o faz unilateralmente; os Municípios, enquanto entes administrativos autônomos, não têm poder de reagir contra isso. Se quer fazer política compensatória, que faça com recursos próprios. É muito mais simples, do ponto de vista administrativo, que seja respeitada a Constituição, garantindo-se ao Município o que é do Município e ao Estado o que é do Estado.

Não estamos aqui solicitando que se altere o bolo tributário ou que se aumente o tributo x, y ou z, mas incorporamos à nossa reivindicação algo que foi feito pelo Congresso, que foi extinguir o imposto de venda a varejo de combustível. Os Municípios querem esse imposto de volta, porque foi extinto e não foi substituído por nada, para garantir essa competência que era do Município. Então, queremos que esses recursos sejam atribuição do Município para decidir a sua aplicação. O próprio Relator afirmou que o recurso vai voltar depois via Comunidade Solidária, mas milhares de Municípios estão fora do Comunidade Solidária. Além disso, o Comunidade Solidária tem distribuição de acordo com o gosto e com a vontade de quem o distribui e não com a necessidade dos Municípios. Precisamos ter garantido o recurso que é do Município. É isso o que estamos pedindo.

A Constituição estabeleceu determinada partilha, e nós estamos reivindicando que essa partilha seja cumprida, exclusivamente isso. Não aceitamos que o Governo do Estado também pratique renúncia fiscal e conceda vantagens, privilégios, benefícios com recursos que constitucionalmente são do Município.

Com a Lei Kandir, além de serem desoneradas as exportações, compras de bens e de equipamentos, a partir de janeiro, também será desonerado o consumo. Se hoje a situação dos Municípios é insustentável, a partir de janeiro, ficará muito pior, e essas medidas foram tomadas aqui no Congresso Nacional.

Queremos que o direito federativo seja preservado; entendemos que essas medidas devam ficar a critério, e pelo debate, pela discussão, no interior de cada Estado. Nós estamos sendo atingidos indiretamente, pagando o preço, porque, na ponta, o Município acaba pagando o preço por aquilo que perde no Estado e por aquilo que está perdendo na União. Não é favor algum o Município ficar com uma parte do imposto de renda. Isso é um direito, isso é uma distribuição estabelecida na Constituição. Não se pode concordar que essas medidas voltem na forma de... Sugiro aos Srs. Senadores que tomem os investimentos federais feitos, por exemplo, no meu Município, em Porto Alegre, nos últimos anos. Vamos ver que não há nenhuma contrapartida em relação àquilo que o Município contribui para os tributos federais e para o Estado. Não podemos ficar à espera de que esses investimentos sejam distribuídos, divididos, igualmente em

relação ao conjunto do País. É muito mais fácil, muito mais simples dar o direito ao Município de permanecer com aquilo que é dele. Estamos aqui apenas querendo que os recursos destinados constitucionalmente a Estados e Municípios sejam desses entes administrativos. Nós saberemos administrá-los.

Hoje, a crise se aguçava, se avolumava, exatamente porque se avolumou uma série de medidas. Repito: não se trata apenas do Fundo; ele é um dos elementos. Com os dados que temos, se fizermos os cálculos só considerando metade deste ano e a estimativa para o ano que vem, não é muito diferente. Se considerarmos o ano de 1997, porque é perda, já perdemos. Temos que colocar a conta do ano inteiro. Se o fizermos, não há muita divergência de números, mas continuamos reafirmando que esse valor, na mão dos Municípios, é muito mais decisivo para o equilíbrio fiscal também dos Municípios. Se a União quer ter o seu equilíbrio fiscal, o prefeito também precisa do equilíbrio fiscal, o Estado também precisa do equilíbrio fiscal. Todos precisamos de equilíbrio fiscal.

Os argumentos aqui arrolados não respondem à questão essencial, ao cerne do problema, que é a distribuição líquida e certa daquilo que a Constituição estabelece aos Municípios. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Para concluir, concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara, pedindo que S. Ex^a seja breve, porque precisamos passar ao voto em separado do Senador Epitácio Cafeteira.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Vou concluir rapidamente, Sr. Presidente.

Claro que sabemos que se trata de recursos do Município, até porque a Constituição é muito clara: "a União entregará". É evidente que o Fundo só tem sentido numa situação de excepcionalidade. Ninguém pensa que se vai sair de uma economia inflacionária sorrindo. É evidente que há grandes dificuldades a serem vencidas, a serem ultrapassadas. Para mim, não ficou bem claro se há realmente queda do fundo de participação, ou não.

Em segundo lugar, para concluir, Sr. Presidente, lamento o seguinte: de parte da União, há um completo

desbaratamento de qualquer organismo destinado a apoiar, colaborar e auxiliar os Municípios. A antiga Sarem foi extinta. Então, eu diria que o relacionamento da União com os Municípios, hoje, é nenhum. Inclusive para preparar os próprios prefeitos - não me refiro a prefeitos tão qualificados, mas de pequenos Municípios do interior, que estão tendo enorme dificuldade para administrar num regime de estabilidade econômica, porque é uma situação completamente diferente de tudo que viram, e inclusive de muitos que já foram prefeitos duas ou mais vezes. Então, nesse particular, a nota para a União é zero, pois ela não tem tido nenhuma política de cooperação, de colaboração com os Municípios, inclusive para enfrentar essa situação de adversidade e fazer parceria com eles.

O SR. SENADOR - (Inaudível. Fora do microfone.)

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Depende do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Vou conceder a palavra para que o Dr. Clóvis possa dar sua resposta.

O SR. CLÓVIS ASSMAN - Gostaria apenas de dizer, Senador, que temos uma unidade tributária na Federação dos Municípios do Rio Grande do Sul que faz a medição mensal das perdas. Há clara perda de 4,06% do FPM nos Municípios do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Encerrada esta parte, vou pedir aos eminentes palestrantes que tomem assento na bancada reservada aos Srs. Senadores, e concedo a palavra ao eminente Relator para responder.

Faço ainda um apelo ao eminente Senador Esperidião Amin, que era o primeiro da relação anterior, para que permuta com o Senador Eptacio Cafeteira, uma vez que o voto em separado de S. Ex^a está sendo distribuído, e V. Ex^a também poderia se manifestar sobre ele.

V. Ex^a está de acordo, Senador? (Pausa)

A Presidência agradece.

Para dar a resposta, o eminente Senador Relator.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, só para concluir, queria dizer que um dos problemas desse fundo é, inclusive, o seu nome de batismo. Apesar de ter sido chamado de Fundo Social de Emergência, os gastos decorrentes dessa economia mostraram que não havia emergência alguma, mas sim

um fundo de estabilização fiscal, como depois passou a ser chamado.

Por último, a questão das competências concorrentes. Na nossa Constituição - e falo como um dos Constituintes -, não estabelecemos rigorosamente o que era competência do Estado, do Município e da União. As competências tanto da União, como dos Estados e dos Municípios, ficaram geralmente concorrentes. O que se está fazendo na educação agora, com o Fundo do Ensino Fundamental, é um grande esforço nessa área, inclusive para definir competências exclusivas do Município, do Estado e da União.

O SR. RENAN CALHEIROS - Sr. Presidente, respondendo especificamente à pergunta feita pelo Senador Lúcio Alcântara e repetida pelo Líder José Eduardo Dutra, esclareço que isso aqui tem um "Gráfico de Perdas dos Municípios" que diz o seguinte, Srs. Senadores. Esta aqui se refere à redução do FPM: "60% composta por imposto de renda retido na fonte da União", ou seja, o dos Estados e dos Municípios, por força da Constituição, já fica nos Estados e nos Municípios. E aí tem uma coisa contraditória do ponto de vista da União, porque, toda vez que a União tem que pagar devolução do imposto de renda retido por Estado e Município, é ela quem tem que fazer. O imposto fica lá retido, e a União é que tem que devolver, o que deixa muita discussão sobre de quem, na verdade, seria esse imposto. Mas é o que, na verdade, implica redução da base de cálculo para o FPM.

E o excesso de alíquota, os 5,6%. Como foi aprovado na Câmara dos Deputados, teremos a devolução de 100% desses 5,6% - toda esta faixa mais escura - e teremos, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a devolução neste semestre, o que vai implicar 50%, haverá 271 de perda, os Municípios perderão este espaço aqui. Em 98, os Municípios perderão o equivalente a R\$461 milhões, e, em 1999, perderão apenas R\$262 milhões, o que demonstra - é a isso que me referi no início das minhas palavras aqui - uma involução grande dessa perda dos Municípios, que já foi, por ano, de R\$1,3 a R\$1,4 bilhão. E no somatório, Senador Lúcio Alcântara, os Municípios terão, de devolução de perdas, R\$1,915 bilhão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Senador, no seu relatório, isso corresponde a que página?

O SR. RENAN CALHEIROS - Não está. É um gráfico que estou apresentando aqui aos Srs. Senadores com os números contidos no meu relatório de perdas de Municípios e de Estados.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - É um gráfico exclusivo do Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS - É um gráfico exclusivo para que possamos aqui verdadeiramente dirimir dúvidas. O que significa uma devolução de R\$1,915 bilhão de perdas, que seriam, de acordo com os cálculos dos números, de R\$1,554 bilhão, o que leva ao argumento de que não há perda na prática, em função da devolução e do crescimento do nível de atividade econômica.

O SR. EDUARDO SUPLICY - V. Ex^a me permitiria um esclarecimento, Senador Renan Calheiros?

O SR. RENAN CALHEIROS - Pois não.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Pediria que distribuisse uma cópia desse gráfico para que todos possamos conhecê-lo melhor.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Peço à Dr^a Secretária que tire fotocópia e encaminhe aos Srs. Senadores.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Mas, dentre as devoluções encaminhadas aos Municípios, V. Ex^a mencionou, por exemplo, a devolução através do Programa Comunidade Solidária. Veja que, de um lado, a transferência constitucionalmente estabelecida é baseada em critérios objetivos, enquanto o critério do Comunidade Solidária não é estabelecido em lei nem, pelo que sabemos, bastante objetivo. V. Ex^a também mencionou que haverá, a partir do próximo ano, R\$500 milhões destinados ao programa Toda Criança na Escola. Entretanto, não sei se V. Ex^a já sabe quais os critérios objetivos que ainda não foram anunciados, a não ser assim de uma maneira muito geral, e em que consistirá tal programa, que, segundo o Presidente da República, garantirá que toda criança estará na escola até 31 de dezembro de 1998. Já há definição desse critério objetivo de repasse aos municípios? É a pergunta que faço.

O SR. RENAN CALHEIROS - Sr. Presidente, especificamente, respondendo às duas questões, um minuto só.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Somente para a sua resposta, porque precisamos passar ao voto em separado.

O SR. RENAN CALHEIROS - Com relação ao Comunidade Solidária, o que colocamos na agenda de discussão? Foi a necessidade de aumentar o número de Municípios. Hoje, temos 1.368, e o Governo definiu...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Peço atenção para o eminente Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS - ...que aumentará valores e o número de Municípios do programa, de acordo com os critérios do Mapa da Fome estabelecidos pelo Governo.

Queria deixar claro aos Srs. Prefeitos que, em nenhum momento, defendi critérios para a colocação de Municípios no Comunidade Solidária.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. RENAN CALHEIROS - Com todo prazer.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Eu estava efetivamente inscrito na última reunião. Quando chegou a minha hora, eu concordei, foi pedida vista, suspendemos a reunião. Hoje, acho que é normal que haja um novo encaminhamento. Entretanto, gostaria de fazer uma ponderação ao meu prezado amigo Relator Renan Calheiros.

Estou perplexo com a linha de raciocínio que o meu querido amigo Relator Renan Calheiros adotou. A Constituição Federal estabeleceu que o Município é um ente federado - foi um progresso aparente que todos saudamos. Como ente federado, portanto, ele deve ter direitos e deveres estabelecidos. Talvez até não tenham sido adequadamente estabelecidos, mas o princípio federativo foi fortalecido na Constituição de 88. Votei a favor do Fundo Social de Emergência, até porque ele tinha esse nome, era social e de emergência. Naquela época, o Senador Pedro Simon, que era Líder do Governo, convenceu-me a votar nisso emergencialmente. Deixou de ser emergencial. Virou crônico.

O SR. RENAN CALHEIROS - Não, porque ele só deixará de ser emergencial ou provisório quando aprovarmos sobretudo a reforma previdenciária e a reforma administrativa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Não.

O SR. RENAN CALHEIROS - O Senador Simon haverá de lembrar que foram esses os argumentos invocados por ocasião da aprovação e que continuam.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - O grande argumento era a reforma tributária.

O SR. RENAN CALHEIROS - A reforma tributária especialmente no que se refere à divisão do bolo da receita, que é um aspecto em que não se tocou. Desculpe-me interrompê-lo, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - O grande argumento não era a reforma da previdência nem a reforma administrativa; o grande argumento era a reforma tributária, "até que se tenha a reforma tributária". Não existe ainda um projeto de reforma tributária. De 1994 para cá, o que existe é uma reforma tributária por mês, ou seja, 1/48 de reforma tributária por mês. É um acerto de caixa do Governo. Terminou o período do Sr. Itamar Franco, entrando no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, é 1/48 por mês de reforma tributária.

Quero até registrar que o Ministério da Fazenda anuncia, na minha opinião, sensatamente, a disposição de se fazer um pacto para iniciar a discussão da reforma tributária. Ou seja, Municípios, Estados e União se conformam com o que têm, e aí vamos discutir uma racionalização tributária que não vai aumentar o volume de ninguém. Isso é a reforma tributária para a competitividade do País.

Portanto, na linguagem mais sensata e clara do Governo, não há perspectiva de que os Municípios tenham qualquer espécie de elevação da sua parcela. O Dr. Pedro Parente, como Ministro interino, deixou isso muito claro, Senador. O pacto que se pretende - e isso é sensato, repito -, e se cada um quiser puxar a brasa para a sua sardinha, não haverá reforma tributária. Então, a única coisa sensata que se pode fazer é adiar. Em termos de participação, cada um fica com o que tem e vamos partir para uma nova distribuição e compleição de tributos que onere menos o salário, menos o processo condutivo, mais o lucro e o resultado e, também, mais o consumo. Só que estamos assistindo enquanto isso, Sr. Relator, a manutenção como algo crônico - não estou dizendo que é para sempre - se não houvesse o processo de apropriação pelo Governo Federal de receitas que iriam para os Estados e para os Municípios. E é aí que eu queria

fazer a distinção. Os Estados não vão reclamar, V. Ex^a não vai ver Governador nenhum reclamando aqui, sabe por quê? Porque eles já estão contemplados. Não pense que eles estão descuidados, até estão rejeitando migalhas. Há Estados que estão rejeitando migalhas. O Estado de São Paulo explicitamente rejeita migalhas, já assinou o contrato de rolagem da dívida, que equivale a três e meio Planos Marshall, de US\$75 bilhões. Vai dar bolas a migalhas?

O SR. PEDRO SIMON - E quantos anos a Prefeitura daria?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Isso é só para o Estado...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Esperidião Amin, peço que conclua.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Só existe acordo para Estados, não existe para Prefeituras. Só existe acordo e rolagem da dívida para Estados: Rio de Janeiro, São Paulo etc. Não existe projeto para nenhum Município. Os Estados estão contemplados, Sr. Presidente, por isso é que não virá nenhum Governador, nem o Governador Dante de Oliveira, que passa grandes dificuldades, nem o Governador de Goiás, que tem o maior endividamento do Brasil, nem a Bahia, que está em boa situação e tem santos padroeiros muito fortes, santos padroeiros em ascensão na cronologia dos santos, depois da passagem do Papa.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Esperidião Amin, peço que conclua.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Então, os Estados não virão aqui. Nenhum Governador vai reclamar porque os Estados já estão sendo atendidos. Vão reclamar de quê? Migalhas? Migalhas eles dispensam. Mas os Municípios, Sr. Relator, isso é muito claro, estão pedindo migalhas. Sabe por quê? Porque não têm a migalha. Quem não tem a refeição precisa de migalhas; quem já tem a refeição e está saciado dispensa a migalha. Isso é o que estamos vivendo. No momento em que isso se contrapõe ao princípio da Federação, que está escrito pelo menos na Constituição, penso que tinha o dever de fazer esse pedido à sua reflexão porque conheço e sei que V. Ex^a é como eu: municipalista. Muito obrigado pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Peço ao eminente Senador Renan Calheiros que responda. Convido o Senador Epitácio Cafeteira para proferir o seu voto em separado

aqui da mesa, e com isso declaro que existe sobre a mesa emenda do eminente Senador José Eduardo Dutra. Peço a atenção para a emenda apresentada pelo Senador José Eduardo Dutra, que fará justificativa oral no momento preciso.

Dê-se ao art. 3º a seguinte redação:

O §2º do art. 172 passa a vigorar com a seguinte redação:

§2º - As parcelas de que tratam os incisos I, II, III e IV serão previamente deduzidas da base de cálculo das vinculações ou participações condicionais ou legais previstas no art. 159, I, "a" e "c", II e seus §§ 212 e 239 da Constituição.

Pediria apenas ao eminente Senador José Eduardo Dutra que depois do inciso I colocasse alíneas "a" e "c". V. Exª terá, no devido tempo, oportunidade.

Com a palavra o eminente Senador Epitacio Cafeteira para proferir o seu voto em separado, uma vez que foi o primeiro a pedir vista da vista coletiva concedida exatamente no dia 30 de setembro.

O SR. EPITACIO CAFETEIRA - Sr. Presidente, primeiro quero me congratular com V. Exª, Relator da Constituição - sim, Relator da Constituição na Constituinte -, por ter, com a sua sensibilidade, feito esta audiência pública.

Na realidade, a Comissão de Constituição Justiça e Cidadania tem que olhar a lei, a Constituição, sem perder de vista, também por ser terminativa quanto ao mérito, o problema do mérito. O problema do mérito foi aqui amplamente discutido. Os Srs. Raul Pont, Paulo Ziulkoski e Clóvis Assman foram muito claros em suas colocações quando disseram dos prejuízos que os Municípios vêm tendo, mas ninguém tratou até o momento da parte constitucional. O que é uma Constituição? É a reunião de representantes do povo para fazer uma Constituição, só eles têm o direito de fazer a Constituição. Deram aos Constituintes originais o direito a uma revisão que seria o Constituinte secundário, mas o Constituinte original é aquele que fez a Constituição relatada por V. Exª.

Quando cheguei aqui, conversei com o nobre Senador e representante da Bahia Senador Josaphat Marinho, um cultor do Direito, um constitucionalista dos mais eméritos, e perguntava a que S. Exª atribuía ter sido colocado entre o art. 70 e as assinaturas dos Constituintes os artigos de nºs 71 a 74, que não

foram aprovados por esses Constituintes. S. Ex^a não acreditou que a Constituição, na realidade, tivesse artigos assinados pelos Constituintes sem terem sido aprovados pelos Constituintes e mandou buscar uma Constituição que tinha ali em cima da mesa dele e eu também tinha uma cópia. Ou seja, temos aparentemente duas Constituições iguais. Uma tem expressões que fazem com que este livro seja - sem propaganda - chamado Denorex, parece mais não é. Essa é a Constituição que V. Ex^a relatou.

Vêm, então, as Disposições Transitórias das Constituições de todo o mundo, do mundo inteiro, que vão perdendo o seu valor num direito que é transitório porque é Das Disposições Transitórias, até se extinguir; se extinguem pelo tempo, ninguém conhece se acrescentar nada às Disposições Transitórias. Ninguém imagina, em nenhuma Constituição do mundo, que se ponha artigo para passar a vigor depois que o Constituinte deu a sua última palavra. No mundo inteiro não, no Brasil sim. No Brasil, sim. O meu voto não é um voto baseado apenas na fragilidade que aqui hoje estão colocados os Municípios, o meu voto é contra acrescentar-se às Disposições Transitórias coisas que os Constituintes não votaram, isso é uma fraude à História, isso é um estelionato ao Direito Constitucional, mas se fez aqui e o nobre Senador Renan Calheiros luta para prorrogar essa aberração. O Direito Constitucional é do Município e do Estado, se o Governo vai dar alguma coisa a mais, pode fazê-lo; retirar não, retirar nunca, e é contra essa retirada que os Municípios estão aqui e o nobre Senador Esperidião Amin disse que os Governadores de Estado não vêm porque têm compensação e não querem migalhas. Mas os prefeitos estão vivendo de migalhas e o governo está muito errado. Se pensa que com a estabilização do Governo Federal e sem a estabilização das prefeituras é possível levar este País, nenhum corpo terá estabilidade se a menor das suas células não tiver. É isso que estamos assistindo.

Vou ler, Sr. Presidente, o que, para mim, é uma reclamação contra uma tomada de R\$3,5 bilhões, feita em dois anos pelo Governo Federal, retirada de dinheiro só dos municípios. Isso, para mim, é apropriação indébita. Com a ajuda do Congresso foi roubo ao erário municipal.

Vou ler o meu voto:

Preclaro relator desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, proferi voto favorável, com emenda de

redação à PEC nº 25, de 1997, ementada em epígrafe, do qual nos permitimos discordar pelas razões que se seguem:

Em primeiro lugar, já houve erro, à revelia dos Constituintes, colocar-se nas disposições transitórias a criação do Fundo Social de Emergência enquanto forma extra de tomada de recursos dos Estados e Municípios por parte do governo. Foi, na verdade, uma forma de desviar a destinação do imposto.

Feita a Constituição de 88, para que não entrasse em choque com a anterior, estabelecesse que, em setenta artigos - e apenas setenta - deveriam por algum tempo vigorar e aos poucos eles seriam suprimidos como forma de apropriar-se de recursos do povo que, constitucionalmente, pertenceriam aos Estados e municípios. O governo, através de emendas constitucionais acrescentou quatro artigos e, num claro desrespeito aos Constituintes, jogou suas assinaturas para após o último. Mudou a posição da assinatura dos Constituintes. Essa atitude só tem um nome: fraude. Fraude aos Constituintes, fraude para com o povo, fraude para com os nossos Estados e municípios. Aduzido a isso o mais grave, a tomada estabilizada por um tempo determinado, teve através de artifícios legislativos outros: seu prazo extinguido por um novo período.

O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias representará sempre uma forma de, constitucionalmente, garantir algumas medidas que, apesar de necessárias, não caberiam no corpo da Constituição Federal exatamente por serem momentâneas. O direito é transitório e não pode ser perenizado. Os artigos do ADCT, pelo menos, imaginava-se, teriam os seus dias contados. O que presenciamos hoje nada mais é do que uma aberração - e das mais esdrúxulas - constitucional.

Os arts. 71 e 72 da ADCT inconstitucionais já se exauriram e deveriam ser apenas uma triste lembrança. Seu prazo venceu já há bastante tempo. Não posso concordar em prorrogar coisa vencida ou, ainda mais, uma descaracterização da Constituição, uma apropriação, mesmo, do direito do Constituinte. Não posso concordar em aumentar, ainda mais, o sacrifício dos municípios e o prejuízo dos trabalhadores.

O parecer, que ora avaliamos, é uma forma de burlar, mais um vez, o Direito Constitucional. Significa a continuação de um ato indigno e arbitrário, embora pretenda-se dar a ele ares de legitimidade.

Meu voto, portanto, Sr. Presidente, é contrário à PEC 25, de 1997, de iniciativa do Presidente da República, por considerá-la descabível e anacrônica, tendo em vista os arts. 71 e 72 do ADCT já serem letra morta, bem como ao seu parecer.

É este, Sr. Presidente, o meu voto que eu, com muita honra, representando o Estado do Maranhão e os seus municípios, quero dar abraçando e congratulando-me com todos os prefeitos, os que aqui vieram e os que não vieram, mas todos aqueles que estão se sentindo burlados dos seus direitos.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Conhecido o voto em separado do Senador Epitacio Cafeteira, concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin, que era o primeiro orador inscrito...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, eu abro mão em função do aparte que já fiz.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência agradece e concede a palavra ao Senador Josaphat Marinho.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. JOSAPHAT MARINHO - Sr. Presidente, Srs. Senadores, meu voto é contrário à prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal. Preliminarmente, porque não se prorroga prazo findo. A idéia de prorrogação pressupõe a permanência de um prazo em curso. Evidentemente, o prazo do Fundo de Estabilização Fiscal terminou em junho.

Tentando fugir à realidade, a proposta de emenda constitucional diz "fica instituído", mas o próprio e nobre relator reconheceu que nesta figuração há um artifício, tanto que propõe a emenda para dar efeito retroativo à emenda constitucional. Ainda que estivesse em curso o prazo, não votaria a prorrogação.

A Constituição está formada de dois tipos de disposições: umas permanentes e outras transitórias. A própria designação indica que umas são duradouras e as outras são passageiras. Mas isso não é apenas um ornamento. A caracterização dessas disposições é para garantir o funcionamento normal do sistema instituído na Constituição. Se tivermos o poder de alterar a natureza dessas disposições, tornando permanentes as transitórias, estaremos praticando uma fraude à Constituição. Mas é, em verdade, o que está acontecendo. E tanto mais grave a desfiguração, porque a emenda que criou o Fundo - inicialmente o Fundo Social de Emergência - não foi uma modificação de

Disposição Transitória da Constituição votada pela Constituinte. Anomalmente, em forma de Disposição Transitória, acrescentou-se dispositivo transitório à Constituição. É, evidentemente, uma anomalia.

Entende-se que possa ser modificada uma disposição transitória da Constituição, para que se atenda a uma situação emergente resultante da votação de determinada emenda de caráter permanente que imponha, entretanto, uma disposição relativa a um período de transição. No caso, não. A Emenda 71 foi, por si mesma, transitória, o que é uma enorme anomalia ao texto da Constituição. Ela não complementa nada que haja sido acrescentado às disposições permanentes da Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral. Acionando a campainha) - Peço silêncio para o eminente Senador Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO - Ela não resolve uma situação de transição decorrente de uma modificação duradoura da Constituição. Mas, não obstante isso, está-se a querer transformar essa disposição meramente transitória e autonomamente transitória, em norma permanente. Não posso concordar.

Por outro lado, todas as alegações aqui já desenvolvidas mostram os prejuízos decorrentes da permanência do Fundo de Estabilização Fiscal. O eminente Relator buscou, habilmente, justificar que não eram tantos os prejuízos. Note-se, porém, que, para contornar as dificuldades, S. Ex^a invocou até providências laterais que o Governo está adotando para favorecer os Municípios. Na medida em que traz a debate esses adinículos, prova que os efeitos são gravemente prejudiciais aos Municípios. Porém, quero ir além. É que estamos limitando muito este problema aos Municípios, mas nós estamos numa Federação, em que as principais unidades federadas são os Estados. Então, é preciso atentar-se em que cumpre respeitar a Constituição, fazendo funcionar seu sistema.

A Constituição estabeleceu um sistema tributário. Esse sistema precisa ser posto em prática na sua inteireza. Não é possível que se fique, através de disposições transitórias, a perturbar o funcionamento regular da Federação, deixando Estados e Municípios sujeitos a decisões circunstanciais do Governo. Ou seja, a favorecimentos. As regras da Constituição, atribuindo tributos, são de caráter permanente, são assecuratórias de direitos

aos Estados e Municípios. Na medida em que essas normas são suspensas para que prevaleçam medidas de caráter transitório, o que ocorre é que cessa o regime de direitos assegurados aos Municípios, para prevalecer o critério circunstancial de favores que são, por sua natureza, políticos. Essa situação não deve continuar. Pouco importa a natureza desses favores que sobrevenham, são sempre favores, são sempre concessões feitas pelo Governo, podendo, inclusive, diferenciar a situação dos Estados e dos Municípios. A Constituição, ao contrário, assegura um regime de igualdade a todos os entes da Federação. Esse regime é que precisa prevalecer.

Se há necessidade de ampliar os recursos da União e se já foi ela beneficiada por anos sucessivos com a medida transitória, o caminho não está em prorrogar o circunstancial, mas em realizar a reforma tributária. Este é um caminho.

Ainda há pouco, ilustre figura do Governo anunciou a conveniência de alterar até a proposta de reforma tributária que já se encontra no Congresso. Então, que o Governo encaminhe ao Congresso sua nova reforma tributária. Mas vamos sair dessas decisões de caráter transitório e marchar para soluções de caráter permanente.

O SR. PEDRO SIMON - Senador Josaphat Marinho, por favor, o assunto é mais sério. A realidade é que havia, na Comissão, uma emenda, na reforma tributária do Governo, que durante um longo período estava sendo debatido numa Comissão Especial da Câmara dos Deputados. Debateu-se, discutiu-se por dois anos. Quando se estava chegando ao final, veio o Ministro do Planejamento e disse que aquilo deveria ser posto fora, porque eles iriam apresentar um novo projeto, que haveria apenas sete, oito projetos, e que aquilo não valia mais nada.

Então, o Governo, que apresentou uma proposta, que durante dois anos e meio, foi debatida na Comissão. Perguntaram ao Ministro Kandir sobre ela, e S. Ex^a respondeu que ainda a estavam estudando. Então, o Governo joga na lata de lixo um estudo de dois anos e meio e anuncia que apresentará uma nova proposta sobre a qual ninguém tem idéia?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Com a palavra o Senador Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO - Na grande opinião, o Congresso é o responsável pela demora na votação da reforma

tributária. Em realidade, todo o meio político sabe que a reforma tributária não tem encaminhamento, porque o Governo perdeu o interesse por ela.

O SR. PEDRO SIMON - É verdade.

O SR. JOSAPHAT MARINHO - Isto precisa ser dito, inclusive para que a opinião pública saiba: não é o Congresso que está retardando; o Governo é que se desinteressou. E, como tem maioria, determina o que agrada a seus interesses. Mas é tempo de fazer cessar essa situação. Já agora, cumpre que votemos a reforma tributária, de caráter geral, a fim de corrigir essas distorções.

Em função desses argumentos, Sr. Presidente - rapidamente, porque o prazo é limitado -, meu voto é: preliminarmente, não posso votar prorrogação cujo prazo já se extinguiu; entretanto, se a Comissão deliberar a votação do mérito, votarei contra, pelas razões expostas.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência alerta os Srs. Senadores de que o eminente Senador Josaphat Marinho levantou uma preliminar que será colocada em votação no momento azado. Se for ela vencida, passar-se-á ao mérito.

Com a palavra o Relator, para responder sobre o problema da inconstitucionalidade.

O SR. RENAN CALHEIROS - Sr. Presidente, sem a pretensão de me confrontar com o Professor Josaphat Marinho e de opor meus argumentos aos de S. Ex^a...

O SR. JOSAPHAT MARINHO - Não haverá nenhuma prolepse. Estamos aqui em plano de igualdade, nobre Colega.

O SR. RENAN CALHEIROS - Todos nós o respeitamos muito, Senador Josaphat Marinho.

Devo dizer, com relação à preliminar e ao aspecto da inconstitucionalidade, que o Supremo Tribunal Federal, julgando a ação de inconstitucionalidade do PL, por intermédio do Deputado Eujácio Simões, aprovou o parecer do Ministro Néri da Silveira por unanimidade e não deixou dúvida com relação à constitucionalidade do fundo, nos seus mais diferentes aspectos.

Concordo inteiramente com o Professor Josaphat Marinho no que se refere a não se especificar a reforma tributária para tramitar prioritariamente no Congresso Nacional; também estou de acordo com S. Ex^a quanto à participação do Congresso e,

sobretudo, a do Governo, que conseguiu que todas as suas emendas prioritárias tramitassem nesta Casa e fossem aprovadas.

A não-aprovação da reforma tributária e a delonga na tramitação das reformas previdenciária e administrativa têm feito com que o provisório eventualmente pareça permanente. No entanto, Sr. Presidente, essa prorrogação acontecerá unicamente em função da ausência das aprovações dessas emendas às quais me referi.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Solicito que a Presidência coloque em votação a preliminar levantada pelo Senador Josaphat Marinho.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Atendido o requerimento de V. Ex^a, passa-se à votação.

Coloco em votação, em primeiro lugar, a preliminar levantada pelo eminente Senador Josaphat Marinho.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, talvez fosse interessante repetir os argumentos para convencer os novos Senadores do voto.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência anunciou a votação e não volta mais atrás.

Em primeiro lugar, votaremos a preliminar. Ainda não poderei votar o parecer, porque houve uma preliminar levantada pelo eminente Senador.

O SR. PEDRO SIMON - Eu prefiro apreciar o mérito, se a preliminar não for aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Penso que a preliminar poderá ser levada em votação por voto simbólico.

Anunciarei a votação da preliminar. Peço a atenção, porque os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a preliminar do eminente Senador Josaphat Marinho deverão permanecer sentados, e os que forem contrários a ela terão de levantar-se.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam a preliminar do eminente Senador Josaphat Marinho queiram permanecer sentados. (Pausa)

V. Ex^a vota com a preliminar?

O SR. RENAN CALHEIROS - Sr. Presidente, acabei de expor os argumentos contrários à preliminar.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Vencida a preliminar.

O SR. SENADOR - Qual foi o resultado?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Foram nove votos a favor.

Estamos em processo de votação. (Fazendo soar a campainha.)

Passa-se à votação do mérito.

Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra; em seguida, ao Senador Casildo Maldaner e ao Senador Antonio Carlos Valadares.

Não se esqueçam de que, quando se colocar em votação o projeto, há o voto contrário em separado, feito por escrito, do eminente Senador Epitacio Cafeteira. O voto do eminente Senador Josaphat Marinho também é contrário.

Com a palavra V. Ex^a para encaminhar a votação. Quatro Senadores desejam usar da palavra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, felizmente, agora contaremos com a presença da maioria da Bancada governista na discussão dessa matéria.

Gostaria de levantar outra questão pela qual considero essa emenda inconstitucional, apesar de considerar isso uma ousadia, depois da palavra do Senador Josaphat Marinho. Entendo que, numa análise mais rigorosa da cláusula pétrea da Constituição que trata do princípio federativo, essa emenda poderia ser declarada inconstitucional. Se chegasse a esta Comissão uma emenda que revoga o princípio federativo, até eu, que não sou advogado, teria a capacidade de dizer que é ela inconstitucional. No meu entendimento, essa emenda se choca com o princípio federativo, porque não tem sentido falar em princípio federativo sem autonomia, bem como não tem sentido falar em autonomia sem recursos, sem dinheiro.

Lamento - é possível que tenha sido até um ato falho - a afirmação do nobre Relator, Senador Renan Calheiros, de que a votação dessa emenda é um fato consumado. Se o é, não tem sentido a sua discussão aqui.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - (Fazendo soar a campainha.) Peço atenção para o Senador José Eduardo Dutra; a Mesa não consegue ouvi-lo bem.

Senador José Eduardo Dutra, V. Ex^a está com a palavra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Eu diria que, se é um fato consumado, não tem sentido nem mesmo a existência do Senado como Casa federativa.

O SR. RENAN CALHEIROS - Não foi isso que eu disse, Senador. Se V. Ex^a me permite, eu falei...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Não cabe aparte durante a votação.

Continua V. Ex^a com a palavra, Senador José Eduardo Dutra; em seguida, eu a darei ao Relator. Estamos em fase de votação.

O SR. RENAN CALHEIROS - Sr. Presidente, a partir de agora, como Relator da matéria, exigirei que V. Ex^a me assegure a palavra para responder a eventuais argumentos.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a terá a palavra assegurada logo após a manifestação do Senador José Eduardo Dutra.

O SR. PEDRO SIMON - (Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Pedro Simon, V. Ex^a já falou; peço que ouça o Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Gostaria de registrar que, infelizmente, para esta Casa, este tem sido o entendimento da maioria principalmente em relação aos aspectos que dizem respeito à própria existência institucional do Senado como Casa da Federação. Este foi o argumento apresentado quando da votação da Lei Kandir, que alterava o ICMs, imposto que estava diretamente relacionado a prerrogativas do Senado da República. Infelizmente, não há punição ou sanção pelas afirmações de Ministros que vêm a esta Casa para justificar projetos do Governo cujas previsões não se confirmam.

Quando o Ministro Kandir aqui esteve para defender a aprovação da lei que acabou tendo o seu nome, disse que ela provocaria um **boom** nas exportações. Isso, inclusive, foi objeto de um artigo do Ministro, intitulado "ICMs: turbinando o crescimento." Na oportunidade, o Ministro afirmou que aquela lei reverteria os

déficits da balança comercial, que, naquela ocasião, setembro de 1996, atingira os assustadores US\$655 milhões.

Aprovada a Lei Kandir, não se confirmou o **boom** de exportações previsto pelo Ministro, numa demonstração de que, mais uma vez, S. Ex^a veio ao Senado Federal e adotou a postura de ilusionista. É o tempo de "Copperfield" na economia". S. Ex^a veio ao Senado e apresentou argumentos que não se confirmaram.

Lamento muito, inclusive como Senador do Nordeste, que estejamos votando uma proposta que, segundo dados apresentados pelo próprio Relator, mostra que a Região Nordeste é a que tem maior perda: 52,5%, o que equivale a um bilhão e quatrocentos e sessenta e três milhões, e que, ao mesmo tempo, as renúncias fiscais representam 1,84% do PIB e equivalem a 13,8 bilhões. Muitas vezes, diz-se que o grande vilão da receita fiscal é a Região Nordeste; isso já foi devidamente desmentido por dados da Receita Federal.

Surpreende-me ver que o meu pequenino Estado de Sergipe perderá R\$50 milhões. Isso significa pouco, mas corresponde exatamente ao valor de um empréstimo junto à Caixa Econômica Federal - aprovado na semana passada, para implantar um programa de demissões voluntárias -, pelo qual o Estado terá de pagar 3% de juros ao mês, e não ao ano, Srs. Senadores. Esses R\$50 milhões são exatamente o que ele perderá por ano, com a aprovação do FEF.

O Governo continua insistindo em colocar a discussão do FEF como uma espécie de castigo para o Congresso Nacional, que não cumpriu corretamente o dever de casa, porque não votou as reformas tributária, previdenciária e administrativa. No entanto, sabemos que, durante muito tempo, este Congresso não discutiu outro assunto que não fosse a reeleição. Se tivéssemos discutido essas reformas, ao invés de perdermos tempo com a reeleição, possivelmente elas já teriam sido votadas.

O Senador Renan Calheiros apresenta argumentos para justificar a aprovação, em regime de urgência, de um projeto que estabelece compensações financeiras das dívidas para com o INSS. Não sei se é intenção da maioria governista aprovar o projeto como veio da Câmara. Apresentei uma emenda para este projeto que foi acatada pelo Relator; não sei que tratamento lhe será dado pelo Plenário. A verdade é que a aprovação do projeto como veio da Câmara significa simplesmente não...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Se alguém estiver utilizando o telefone celular que o faça no corredor, porque não estamos ouvindo muito bem o orador, tal o barulho que se faz. Por enquanto a Presidência pede; depois terá de tomar outras providências.

A palavra continua com o nobre Senador.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, os argumentos não servirão para mudar o voto de ninguém, mas pelo menos ficarão registrados nos Anais do Senado.

Se o projeto for aprovado como veio da Câmara, na prática, ocorrerá uma anistia, porque se trata do encontro de contas que não existem. E o que acontece? Retira-se a parcela dos Municípios e se encontram algumas alternativas para que eles tenham compensados os recursos que teriam de desembolsar para pagar outras dívidas. Quer dizer, acabará "sobrando" para alguém; a conta sempre "sobra" para algum pobre aposentado. Será necessária uma nova reforma para poder viabilizar a Previdência, ou o problema acabará "sobrando" para as pessoas pobres que moram nos Municípios, pois o argumento apresentado de compensar possíveis perdas com o aumento de Municípios que seriam infelizes na Comunidade Solidária aumentará o poder discricionário do Governo em relação à distribuição dessas verbas e acabará afastando-nos da discussão principal, que é o princípio da autonomia dos Municípios e dos Estados.

Voto contra a proposta de emenda à Constituição pelos argumentos já apresentados. Caso seja aprovada, com base na alternativa parlamentar de que disponho, já apresentei uma emenda e um destaque. A emenda retira a parcela dos Municípios e é semelhante, se não me engano, à do Senador Esperidião Amin.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Uma emenda e dois destaques.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Um destaque para a emenda e outro para o art. 4º do texto, que, se não me engano, diz respeito à retroatividade. Estou propondo que ele seja suprimido. É o mínimo que se exige do Senado Federal na apreciação de uma matéria, que - volto a dizer - está intrinsecamente ligada às prerrogativas desta Casa. Caso contrário, como já o fizemos em relação a tantas outras emendas constitucionais que o Governo não queria ver modificadas - com exceção da reforma da

Previdência, que ele tinha interesse em modificar -, mais uma vez seremos o "cartório" da República, que apenas carimbará a matéria que vem da Câmara, sob a alegação de que se trata de um fato consumado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - No instante da votação, a Presidência ressalvará a emenda e o destaque.

Concedo a palavra ao eminente Relator para responder. V. Exª poderá falar a cada instante em que for sendo utilizada a palavra para encaminhamento da votação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIIN - (Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Também não é regimental encaminhar a votação...

Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. SENADOR - Senador Esperidião Amin, durante a intervenção do Senador Eduardo Suplicy, S. Exª dirigiu-me algumas perguntas, e não tive oportunidade de respondê-las. Por ocasião da intervenção de V. Exª...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Mas é permitido fazer perguntas.

O SR. RENAN CALHEIROS - Sim, mas preciso respondê-las, senão ficam perdidas entre as quatro paredes.

O SR. PEDRO SIMON - A tradição é de que os oradores falem primeiro e, no final, o Relator responda a todos.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Eminente Senador, o Regimento diz isso, mas o Relator disse que não tem condições de, ao final, dar uma resposta oportuna e momentânea. Foi por essa razão que, quando o eminente Senador Josaphat Marinho levantou a preliminar, S. Exª pediu logo para encaminhar a votação. É uma deferência que se faz a um Colega Relator que teve um enorme trabalho.

O SR. PEDRO SIMON - Concordo com V. Exª e recomendo "Memorial" no futuro.

O SR. RENAN CALHEIROS - Sr. Presidente, gostaria de agradecer a deferência de V. Exª e de dizer, com todo o respeito, que a recomendação do Senador Pedro Simon cabe a S. Exª mesmo.

Propus responder após as intervenções, para não permitir que se faça jogo de palavras, como V. Exª fez, com todo respeito. Se houve perda para os Municípios um dia, foi com o Fundo Social de Emergência que V. Exª aprovou. É preciso que se

diga que V. Ex^a, ao aprovar o Fundo, implicou uma perda de quase R\$2 bilhões aos Municípios. E tenho aqui os números de 1994. O parecer da Deputada Yeda Crusius, que V. Ex^a defendeu e elogiou, implicará apenas R\$261 milhões de perdas.

É preciso que fique claro para os Srs. Prefeitos, sobretudo do Rio Grande do Sul - acabei de citar os números e repito se V. Ex^a desejar -, que devem comparar o posicionamento de V. Ex^a por ocasião da defesa do Fundo Social de Emergência com o de hoje. Assim, este Plenário, esta Casa e os telespectadores que estão ouvindo-nos verão quem precisa cuidar da memória: eu ou V. Ex^a.

Estou aqui, respeitosamente. Fiz um trabalho, estudei, apresentei gráficos, números. Queria pedir desculpas ao Senador José Eduardo Dutra; disse que há uma espécie de fato consumado, porque os 362 votos que a emenda recebeu na Câmara dos Deputados - nós conhecemos o funcionamento das duas Casas; V. Ex^a, muito mais do que eu - retira traumas na tramitação da emenda. É, até então, a emenda que recebeu mais votos. Por isso, dizer que estamos votando um fundo que prorroga perdas de Municípios, a exemplo do que foi feito em 1994, é algo absolutamente inverídico. Em 1994, houve perda; em 1997, reporemos 50% das perdas, que já evoluíram não só do ponto de vista real com a evolução da receita, com o crescimento do nível de atividade, mas com relação à devolução de perdas.

Quando apresentei uma agenda paralela, Sr. Presidente, tratei da compensação com o INSS, da retirada dos 240 meses de prazo, da votação em caráter de urgência urgentíssima. Há pouco, o Senador Lúcio Alcântara perguntava se votaríamos. Votaremos, porque é um compromisso dos Líderes partidários e do Governo no sentido de apreciar o projeto do Luiz Carlos Hauly. Se S. Ex^a não especifica, com clareza, a devolução desses recursos dos Municípios, o Senador José Eduardo Dutra tem toda razão: vamos modificar o projeto em caráter de urgência, para que não deixe dúvidas em relação ao direito dos Municípios. Os Municípios - repito - estão pagando aposentadoria de pessoas que contribuíram para a Previdência Social, que, por questão de justiça, não deve ficar com esse dinheiro.

Em nenhum momento, fiquei contra a mobilização ou contra a participação do Senado; disse que ouviria os Senadores, mas respeitosamente. Fui da Mesa, estive por pouco tempo na

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, não tenho polemizado. V. Ex^a me conhece, o Brasil me conhece: fujo da polêmica. Talvez o Senador Pedro Simon, a quem respeito muito, esteja um pouco enganado. É preciso discutir, debater, aprofundar a discussão, mas respeitosa, para que não passemos à opinião pública a idéia de que aquele que está defendendo, na prática, não o está fazendo; aquele que defendeu no passado, agora não defende mais; aquele que agora se compromete com a defesa não só do projeto como da votação da emenda, não continuará a fazê-lo. Assim, os Prefeitos poderão comprovar.

Essa agenda que apresentei, Sr. Presidente, Srs. Prefeitos, contou com a participação de algumas entidades municipalistas na especificação dos itens. Se eu tivesse tido a oportunidade de conversar com V. Ex^{as} antes, tão logo fui indicado Relator do Fundo de Estabilização Fiscal, teríamos ampliado o número de itens da agenda.

Como Relator do Fundo de Estabilização Fiscal, comprometo-me a fazê-lo a partir de agora. Votaremos na Comissão e no plenário em dois turnos. Sou, verdadeiramente, um aliado dos Prefeitos brasileiros, no sentido de lutar por suas reivindicações.

O Senador levantou as eventuais perdas. Expliquei que haverá a devolução de R\$1 bilhão e 900 milhões contra R\$1 bilhão e 115 milhões de perdas. As eventuais perdas acontecem no Nordeste, porque os menores Municípios, justamente os que perdem, estão concentrados nessa Região.

Quando fui Relator do Orçamento, especifiquei critérios diretamente proporcionais à necessidade de investimento no Nordeste. E isso está vigendo até hoje, como critério para discussão e aprovação do próprio Orçamento no Congresso Nacional.

Tenho insistido em responder às intervenções, para não deixar dúvidas. O Regimento talvez não me permita, mas a consciência nacional, com certeza, exigirá esse comportamento meu, de V. Ex^a e dos Senadores desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a terminou os esclarecimentos; eminente Senador?

O SR. RENAN CALHEIROS - Terminei, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Os próximos oradores para encaminhar a votação são os Senadores Casildo Maldaner, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon e Esperidião Amin.

O SR. PEDRO SIMON - Gostaria de responder à citação pessoal do Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS - Eu é que fui citado por V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral. Fazendo soar a campainha) - A Presidência chamará os trabalhos à ordem.

O SR. SENADOR - Sr. Presidente, em que pese V. Ex^a agir sempre como um democrata nesta Casa, o Regimento deve ser obedecido, e o Relator deve falar depois dos oradores.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER - Sr. Presidente, nobres Colegas, ontem tive a oportunidade de fazer alguns comentários sobre isso. O tema em debate no plenário do Senado era o princípio federativo e a autonomia dos Estados e Municípios; pude discutir alguns casos em relação a isso.

Levantou-se que o Governo Federal vinha avançando na idéia de respeitar o princípio federativo no Brasil em relação aos Estados, já que, na rolagem da dívida mobiliária e da dívida contratual, já o vem fazendo há 30 anos, mais ou menos, para que juros escorchantes sejam amenizados e para que se dê fôlego para viver.

Emitimos a tese de que precisamos encontrar um denominador comum na guerra fiscal que existe atualmente entre os Estados no Brasil. Na verdade, essa guerra fiscal poderá causar, no futuro, prejuízos não só aos Estados, mas também aos Municípios, conforme o que foi dito hoje aqui. Muitas vezes, os Governadores são pressionados a não abrir mão dessa indústria ou daquela e cedem incentivos que podem gerar prejuízos que levam dezenas de anos para serem recuperados. Precisamos encontrar um denominador entre a guerra fiscal dos Estados.

Em relação ao tema em tela, Sr. Presidente, quando se criou o Fundo Social de Emergência, foi dito ao País inteiro que ele seria provisório. E mais: criou-se, no ano passado, a CPMF, para se retirar da UTI a saúde no Brasil. Esse também seria um caso de emergência. Hoje se quer transformar a CPMF em algo

permanente no Brasil; tramita, nesta Casa, um projeto de lei que propõe a sua prorrogação até 1999, embora o Ministro não seja o mesmo. Deseja-se perenizá-la.

Sabemos que a CPMF não é vinculada. Eu até poderia pensar em aprovar essa idéia da vinculação, desde que uma parte fosse vinculada aos Estados e Municípios, para que os recursos chegassem a eles e fossem utilizados na área da saúde. Seria diferente.

Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que me assegure a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Peço atenção para o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER - Quero ser muito sincero. Apesar do respeito que tenho pelo eminente Relator, Senador Renan Calheiros, não estou convencido - talvez, no plenário, cheguemos a uma conclusão diferente - de que a prorrogação do FEF seja provisória, transitória. Estou consciente de que o Governo defendeu isso a que chama provisório, para que fosse estirpado, na medida em que as reformas previdenciária, administrativa ou tributária avançassem no País.

Não sei, Sr. Presidente, se instrumentos dessa ordem não são um estímulo para que o Governo utilize medidas provisórias, em vez de optar por institutos permanentes no Brasil. É muito mais fácil governar com elementos dessa ordem, do que com algo mais perene. Se continuarmos a oferecer instrumentos passageiros, efêmeros, a reforma tributária, que se aventava há dois ou três anos, será deixada para mais adiante.

Há uma proposta que a Confederação Nacional da Indústria elogiou há poucos dias, assim como o seu Presidente, Senador Fernando Bezerra. Não sei se ela ficará nas gavetas, enquanto estivermos oferecendo instrumentos passageiros, como a CPMF ou o FEF - Fundo de Estabilização Fiscal. No caso da prorrogação deste último, talvez devêssemos condicioná-la ao avanço da reforma fiscal. O Governo pode considerar isso difícil, mas sei que, se se colocar a tropa de choque aqui dentro, as coisas avançarão, exatamente como ocorreu quando da votação do instituto da reeleição, que ainda não se aventava em 1994. É possível oferecermos os instrumentos que o Governo precisa, mas eles não podem tornar-se permanentes. Nós os oferecemos, mas, ao lado disso, vamos chamar os Ministérios da Fazenda e do

Planejamento; vamos colocar a tropa de choque aqui dentro e votar a reforma tributária do País que o setor produtivo reclama.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O tempo de V. Ex^a está esgotado; peço que conclua.

O SR. CASILDO MALDANER - Tenho grande respeito pelo Senador Renan Calheiros e sempre tenho dado sustentação ao Governo neste Parlamento; esse é o meu pensamento, até pelo que já passei na vida pública no que diz respeito à necessidade de compreensão.

Penso que precisamos encontrar um mecanismo para que o princípio federativo seja preservado. Há a idéia apresentada pelo Senador José Eduardo Dutra. Senti aquiescência do Senador Renan Calheiros para que, nesta Comissão e no plenário, resolvesse pelo menos a questão dos Municípios, porque a dos Estados já foi resolvida. Vi certa simpatia por parte de S. Ex^a para se encontrar um caminho, quem sabe, até em sintonia com a proposta do Senador José Eduardo Dutra, para que os Municípios entrem nesse entendimento.

Por enquanto, fico nesta posição de encontrar um caminho. No plenário, talvez possamos coroar o princípio federativo no Brasil.

Eram as considerações que queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares; depois falará o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON - Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a pede a palavra pela ordem ou para uma questão de ordem?

O SR. PEDRO SIMON - Para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Então, V. Ex^a, que ainda agora citou o Regimento, tem de indicar o artigo do mesmo.

O SR. PEDRO SIMON - Hoje...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Não, um momento, Senador; ainda agora V. Ex^a citou o Regimento à Presidência.

O SR. PEDRO SIMON - Então, retiro a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência lhe dará a palavra pela ordem.

O SR. PEDRO SIMON - Como estas reuniões estão sendo transmitidas pela televisão e muitas pessoas assistem, gostaria que fosse feito um esclarecimento com relação ao pedido do Senador Casildo, porque o cidadão que estava em casa e ouviu o Senador Casildo dizer que bastava o Governo colocar tropa de choque, poderá pensar que se trata de ação militar. Então, vamos explicar que não é isso.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Realmente, o Senador Pedro Simon tem razão.

O SR. PEDRO SIMON - Não estamos pedindo tropa militar, mas ação da Bancada.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - É preciso esclarecer que não se trata de pessoal fardado.

O SR. PEDRO SIMON - Era o que gostaria de esclarecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^{as} sabem bem que o eminente Senador Casildo Maldaner, que foi Governador do Estado, se refere a uma maioria.

O SR. PEDRO SIMON - Era o que queria dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, a primeira vez em que a União açambarcou recursos dos Municípios, ou, mais especificamente, do Fundo de Participação dos Municípios, foi durante o Regime Militar, em plena vigência do AI-5, quando era Presidente o General Costa e Silva. Prefeito da Cidade de Simão Dias, em Sergipe, recordo-me de que fiquei realmente desesperado com o corte de 50% do Fundo de Participação, naquela época, a principal receita de um Município pequeno do Nordeste brasileiro.

A segunda vez em que a União não apenas tocou, como subtraiu recursos importantes dos Municípios ocorreu com a Emenda de Revisão nº 1/94, que criou o Fundo Social de Emergência. Ainda não satisfeito com essa concessão em plena vigência da democracia, o Governo Federal considerou pouco e, com a Emenda Constitucional nº 10, de 1996, prorrogou por 18 meses a vigência daquele que antes era o Fundo Social de

Emergência e que passou a ser o Fundo de Estabilização Fiscal, cujo prazo terminou no dia 30 de junho de 1997.

Sr. Presidente, esta é uma Casa Legislativa. O prazo daquela proposição já se encerrou; o Governo não teria de pedir mais prorrogação. Sobre isso vários Senadores já falaram, e guio-me pelos ensinamentos deste grande professor que é o Senador Josaphat Marinho.

Estamos, Sr. Presidente, votando uma proposição fantasma, haja vista que a mesma deixou de existir no mundo jurídico nacional em 30 de junho de 1997. Hoje é dia 7 de outubro de 1997, e estamos a discutir uma proposição cuja vigência já se encerrou naquela data.

Tempo houve - de 1994 a 1997 - para que o Governo encontrasse uma solução e não penalizasse os Estados e Municípios; para que, nesse período de vigência da CPMF, da qual fui primeiro signatário - e se arrependimento matasse, já estava morto! -, tempo houve para que se estudasse uma solução permanente para substituir essa contribuição; porém, o Governo resolveu prorrogá-la.

Há emendas no Congresso sobre essa matéria - tanto na Câmara dos Deputados, quanto no Senado Federal -, inclusive uma de nossa autoria, porque eu tinha um compromisso para com a sociedade. Minha emenda está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e tem como Relator o Senador Romeu Tuma.

Medidas permanentes e idéias existem, não só sobre a CPMF, mas também sobre a substituição desse famigerado Fundo de Estabilização Fiscal. O Governo é que não tem interesse algum em que se operem mudanças, pois é muito mais interessante submeter os Estados e os Municípios ao seu talante e à sua vontade.

O art. 18 da Constituição reza o seguinte:

“Art. 18 A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.”

Como se pode falar em autonomia, quando os Estados vivem de cuia na mão, e os Municípios pedindo esmola? No Nordeste, diz-se "cua", que é um recipiente típico da região.

Sr. Presidente, esse é um exemplo da indiferença do Governo Federal para com este Congresso Nacional, que é desmoralizado a cada ano com a apresentação de emendas.

Nós, Senadores e Deputados, temos direito a um teto de 1,5 milhão para apresentar emendas individuais e, por isso - confiantes de que vivemos em uma democracia, em que o Orçamento não é peça de ficção, mas uma realidade - , apresentamos emendas ao Orçamento da União.

Estamos no mês de outubro. Pergunto ao Senado e ao Governo Federal: qual município do Brasil recebeu recursos oriundos das emendas apresentadas pelo Congresso Nacional, órgão específico para a aprovação do Orçamento? Nenhum Município recebeu recursos até agora, nem oriundos das emendas individuais, nem das coletivas, que são dez por Estado.

Isso é uma desmoralização do Governo para com o Poder Legislativo, Sr. Presidente! É uma desconsideração inominável! Basta ir ao Ministério do Planejamento que se saberá quantas audiências foram marcadas por Deputados e Senadores para cobrar a liberação dos recursos aqui aprovados e que estão previstos no Orçamento. Tudo foi combinado com o Governo. Aquele dinheiro era sagrado. Os municípios e os Estados não têm direito ao que está instituído na Constituição; nós, Senadores, apresentamos emendas, o Governo Federal contingencia esses recursos, mas não os libera.

Sr. Presidente, penso que os Estados e Municípios se tornaram meros coadjuvantes de uma República unitária, porque o Presidente da República, o Senhor Fernando Henrique Cardoso, com todo o respeito, em nome do Plano Real, tornou-se um virtual ditador dentro de uma democracia.

Por isso, voto contra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Como vota o Senador Pedro Simon? Peço aos eminentes colegas a atenção para o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, Srs. Senadores, na verdade, creio que as posições estão ficando claras. O que me machuca, é que sinto, na votação desse projeto, uma posição de realeza, uma decisão de império. O Governo diz que não vai dar e não dá.

Se o Relator diz que não são mais 2 bilhões, que não é mais 1 bilhão e 500, mas que são cerca de 260 milhões, por que não tirar os Municípios disso? Por que não afastar os Municípios desse drama em que estão vivendo? Diz o Relator - lembrando a época em que fui Líder do Governo e defendi esse projeto - que é difícil ser Líder do Governo. V. Ex^a foi Líder de outro Governo, eu fui Líder do Governo Collor, é verdade, e do Governo Itamar Franco.

Naquela oportunidade, defendemos - eu; o Presidente da República; o Ministro da Fazenda, não só o Sr. Fernando Henrique, mas os Ministros da Fazenda que o antecederam - esse projeto. Era importantíssimo defender o Fundo Social de Emergência; em contrapartida, o Governo assumia a responsabilidade de, até o final do Governo Itamar Franco - era Ministro da Fazenda o Sr. Fernando Henrique Cardoso - fazer as reformas fiscais. Todavia, as reformas fiscal e tributária não foram feitas.

No final daquele Governo, quando já estava eleito o Senhor Fernando Henrique Cardoso, o Congresso Nacional reconhecendo que não tinham sido feitas as reformas fiscal e tributária - na época, foi constituída a CPI do Orçamento, cujos trabalhos, de certa forma, tomaram o tempo que o Congresso tinha para votar outras matérias - reconheceu que tinha de prorrogar o Fundo. Havia um grande argumento: teríamos, a partir do ano seguinte, o Senhor Fernando Henrique Cardoso, Presidente da República, já eleito, que, juntamente com o Congresso Nacional e os Governadores assumiriam os seus mandatos e o compromisso de realizar as reformas pretendidas.

Então, o prazo de vigência do Fundo foi prorrogado. A verdade, porém, é que não foi feita a reforma tributária, nem a fiscal.

Depois de um trabalho intenso realizado na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, vem o Ministro do Planejamento e diz: "- Isso não vale nada, é bobagem, essas emendas, esses impostos, tudo está superado. Eu tenho outra proposta". S. Ex^a disse isso de boca porque não havia trazido nada por escrito. O Sr. Ministro comunicou à Comissão Especial a nova e, na minha opinião, revolucionária e importante reforma tributária que iria enxugar a máquina e seria altamente positiva.

Quando o ilustre Relator diz que é importante que os Prefeitos e a sociedade saibam que o Senador Pedro Simon, como Líder do Governo, defendeu o Fundo e, agora, ele é contra, é verdade. Defendemos o Fundo naquela oportunidade, naquela circunstância, naquela ocasião circunstancial porque nos pareceu importante. Tanto isso é verdade que o projeto foi votado e aprovado por unanimidade.

O mérito do Plano Real está em que ele não foi um Plano de império e recebeu mais de 50 emendas do Congresso Nacional: emendas da oposição, emendas da Câmara e do Senado. No Congresso, não tivemos de engoli-lo goela abaixo; tivemos a oportunidade de debater a matéria.

Agora, estamos vivendo uma situação em que a diferença se localiza em dois ângulos. Primeiro, estamos em final de mandato, e os Prefeitos que estão iniciando seu mandato apelam no sentido de serem liberados de tudo isso. Se existe alguém que pode dizer que pode haver liberação essa pessoa é o Relator.

S. Ex^a mostra a diferença entre os 2 bilhões do Itamar - sim, quando é ruim, é o Itamar; quando é bom, é o Fernando Henrique Cardoso - então eu digo...

O SR. RENAN CALHEIROS - Em nenhum momento citei o ex-Presidente Itamar Franco, citei V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON - A sociedade diz. Os R\$2 bilhões que o ex-Presidente Itamar Franco cobrou dos Prefeitos, no Plano Real; agora, o Governo quer apenas R\$260 mil. Se agora são só R\$260 mil e se a metade - como diz o Prefeito de Porto Alegre - das despesas do Orçamento são feitas com dívidas públicas e privadas, esses R\$260 mil, a que se refere o Relator, significam praticamente zero com relação ao Orçamento. É - eu diria - picuinha do Governo de não querer atender as Prefeituras, num ato de protesto.

Reconheço, também, que é um ato de coragem do Governo que não está "dando bola" para a política. O Governo está dizendo que não está "ligando" para os Prefeitos. Na verdade, se "ligasse", num gesto normal, de bom senso, de equilíbrio, atenderia a esses Prefeitos; pois, R\$260 milhões a mais ou a menos, não são tão representativos.

Sr. Presidente, creio que estamos brincando com coisa séria, como diz o Senador Josaphat Marinho. Estamos prorrogando

o que não existe. Esse fundo acabou, mas podem criar outro. Estão querendo retroagir no tempo, o que é um absurdo. E, sendo assim, essa matéria pode ser encaminhada para apreciação do Supremo Tribunal Federal. Como é que vamos retroagir algo que não existe mais, que os Prefeitos não estão pagando? Vamos colocar em vigor um novo fundo e dizer aos Prefeitos que eles vão ter de pagar o que não pagaram nos meses anteriores porque não existia mais o fundo?

Faço justiça à Deputada Yeda que, na Câmara dos Deputados, como Relatora, já somou muito nesse sentido. O Senado pode fazer a sua parte porque tem condições para isso. Acredito que o Governo encontrará uma saída porque conta com um orçamento que tem a simpatia de 5 mil Prefeitos. O Governo, tendo a grandeza de mostrar que não é dono da verdade e aceitando a colaboração do Senado, encontrará as soluções para o problema e não precisará de um Proer, nem de R\$20 ou R\$30 bilhões.

Sr. Presidente, voto contra essa matéria com muita tranqüilidade. Sim, eu era Líder do Governo e votei a favor. É verdade. Naquela oportunidade, a composição do Congresso anterior já estava no final do mandato; Fernando Henrique Cardoso já era Presidente e ia tomar posse. Pediram-me para votar a favor da renovação do fundo, e, assim, o fiz. No entanto, a esta altura, perdoem-me, não acredito que votando contra eu vá atrapalhar o Governo do Senhor Fernando Henrique Cardoso. Estou achando que se trata aqui de uma questão de picuinha. De quem, não sei.

Voto contra.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin, o último orador para encaminhar a votação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, gostaria de enunciar algumas das questões que me parecem ser o resumo dessa nossa profícua reunião.

Em primeiro lugar, quero reiterar minha homenagem ao Relator que cumpriu a palavra que havia empenhado na reunião anterior, trazendo-nos os dados sobre as perdas históricas que os Municípios sofreram. S. Ex^a até se excedeu e trouxe, também, informações sobre os Estados, o que não era objeto da minha solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Apenas para ficar registrado em Ata o requerimento de V. Ex^a.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, o Relator trouxe informações adicionais, **ultra petita**. Houve solicitações informais sobre a contribuição dos Estados, e S. Ex^a também as trouxe.

Essa é uma matéria delicada e versa sobre o conflito de interesses federativos. São os mais legítimos de todos os interesses que um País, no caso uma federação, pode tentar administrar.

Quero homenagear o Relator e desejo fazer uma ponderação que complementa o que se ouviu e o que falei no aparte anterior.

Votarei a favor da preservação de um instrumento que é fundamento do Real. Quando fui convencido a votar a favor do Fundo Social de Emergência, em 1994, fui informado de que se tratava de um instrumento indispensável para a estabilização da moeda que, na época, era um sonho.

A aprovação do Fundo Social de Emergência, infelizmente, tirou o ânimo do Governo, à época, de dar curso à Revisão Constitucional. Isso é pontual. Foi a única emenda importante aprovada no contexto da Revisão Constitucional. Não se aprovou mais nada, nem reeleição, Sr. Presidente. Não houve, portanto, aprovação de nenhuma matéria relevante na Revisão. Por quê? Porque o Governo conseguiu, Senador Pedro Simon, salvar até 1995, não foi até o final de 1994.

Em 95, devo salientar um detalhe - falo em nome do meu Partido que defendia a Revisão -, sabíamos que aquilo teria efeito eleitoral. Eu experimentei isso, mas valeu a pena, porque o País conseguiu uma moeda estável. Esse foi o mérito de todos aqueles que arquitetaram o Plano e de todos aqueles que o aprovaram, com ou sem ressalva. Eu aprovei-o sem ressalva.

Em 95, nós nos defrontamos com a necessidade de prorrogá-lo. Dei o meu voto a favor e vou fazê-lo novamente. Mas, no decorrer de três anos e meio, o que aconteceu? O Governo negociou - e negociou, repito, no bom sentido da palavra - com os Estados. A cada período de dois anos, o Congresso, particularmente o Senado, aprecia ou um projeto de lei, no caso do Congresso, ou uma resolução versando sobre acordo da dívida dos Estados. A cada dois anos temos de apreciar matéria desse

tipo em nome da Federação. Chegamos a aprovar, Sr. Presidente, no final de 95, a Resolução nº 70/95, que dizia o seguinte: "ficam aprovados os acordos que a União vai firmar com os Estados, de acordo com o voto do Conselho Monetário Nacional e suas futuras alterações". Nós aprovamos isso!. Prestem bem atenção, o voto do Conselho Monetário Nacional significa o voto de três autoridades federais: o voto do Presidente do Banco Central e de dois Ministros. O voto que eles tinham feito seria o parâmetro para o acordo, e nós estávamos dando carta branca para aprovar esse acordo, acordo preceituado no voto do Conselho Monetário Nacional e suas futuras alterações. Isso não é mais um cheque em branco, isso é o banco, a chave do cofre e a competência do Senado. Nós demos isso.

E os Estados, Sr. Presidente, só eles, que são entes federados, estão pactuando com o Governo Federal. Eu acho isso ótimo. Acho correto. Acho que não é justo, por exemplo, que os Estados de São Paulo, Santa Catarina e Piauí fiquem penando sob o peso - absolutamente exorbitante - de uma situação financeira insustentável. Isso vale também para o Rio Grande do Sul, para o Rio, para Minas e para São Paulo, que respondem por 90% do peso dessa dívida. E vale para os outros também, é um pacto federativo. Os Estados - repito - não têm do que reclamar, estão atendidos; os Municípios, todavia, ficaram de fora. E quero deixar isso muito claro. Não são os Municípios das capitais.

Vou dar o meu voto a favor do FEF com a convicção de que é um mal necessário ao País, porque não podemos abrir mão do Real.

O SR. PEDRO SIMON - É a emenda relativa aos Municípios?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - A emenda dos Municípios foi aqui trazida pelo Senador José Eduardo Dutra. Eu gostaria de fazer um apelo: não quero votar contra algo que já recebeu o meu voto favorável por duas vezes, Senador Pedro Simon.

Há ainda um constrangimento a mais: abortou uma viagem...

O SR. PEDRO SIMON - Eu vou votar a favor dela.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Abortou uma viagem minha ao exterior para votar a favor disso! Abórtou a viagem! Eu vim, porque achei que era importante para o País. Não fiz mais do que minha obrigação; era emenda constitucional.

Por que aquele trabalho, de acordo com os entes federados, que começou na Câmara, não pode ser completado na Casa da Federação, que é o Senado? Esta é a Casa da Federação. Quem representa os Estados e seus entes constitutivos, que são os Municípios, é o Senado Federal. É até uma homenagem que prestaríamos ao Senador Fernando Henrique Cardoso, que foi um grande Senador da República, é um grande político e ofereceu sua ajuda, em todos os momentos, no que diz respeito às grandes resoluções que tratam sobre a Federação e a dívida, a Federação e as finanças, a Federação e a administração dos meios.

Sr. Presidente, não gostaria de confrontar o Governo - não tenho por que confrontá-lo - em torno de algo que concordo. Não vou tirar o alicerce do Real. Não sou cínico a ponto de dizer que o Real pode abrir mão do Fundo de Estabilização Financeira; não pode!

Por isso, voto pela renovação. Não importa se o cheque já venceu, se a promissória está vencida. Voto pela prorrogação. Se o Supremo decidir que estamos votando matéria vencida, ele que assuma a responsabilidade. Voto, politicamente, pela preservação do Fundo de Estabilização Financeira.

Quero propor um acordo, mas um acordo em nome da Federação, não em nome, Sr. Relator, de contrapartida pelo Comunidade Solidária, por transferências voluntárias. Basta restabelecer essa questão federativa; ou seja, o direito de os Municípios receberem aquilo que foi uma contribuição maior; portanto, mais necessária; agora, é menor; portanto, menos necessária. Há um ente essencial, que é o Fundo de Estabilização Financeira.

Esse é o apelo que faço. O texto elaborado pelo Senador José Eduardo Dutra tem várias estimativas. Podem-se fazer derivações, alterações. O texto base é o seguinte: "a contribuição que os Municípios iam dar é dispensável". Ela não é fundamental, senhores, ao fundo. O Senador Roberto Freire era o Líder na Câmara, na ocasião, participou disso e sabe que meu Partido não negou, à época, voto ao Fundo Social de Emergência. Ele é indispensável, repito. O Real é um bem nacional. Temos que fazer sacrifícios? Sim, mas esse não é necessário; não é necessário, nem em termos do seu volume, nem em termos da sua expressão. Não é necessário porque ele é a parte que não foi

compensada ao ente Município e já foi - quero dizer mais - larga e corretamente compensada em outros Estados da Federação.

Para concluir, Sr. Presidente, não condeno o acordo feito com os Estados. Por aplaudir o acordo feito com os Estados é que peço esse passo mínimo, pequeno para os Municípios, deixando muito claro que isso dependerá de um acordo que engrandeceria a permanência do Fundo de Estabilização Financeira no cenário constitucional brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra ao Senador Elcio Alvares.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, eminentes Colegas, com a brevidade que o assunto impõe e, na verdade, como Líder do Governo, quero assumir de público o inteiro apoio às palavras do Relator, Senador Renan Calheiros. Creio que S. Ex^a examinou a matéria, estudou-a com responsabilidade, não fez qualquer tipo de concessão ou um gesto para agradar. Examinou-a dentro da realidade nacional.

Aproveitando o debate que se instalou, que, quando vejo várias críticas, todas elas dirigidas à política econômica do Governo, seria muito agradável ao Presidente Fernando Henrique Cardoso começar a conceder tudo. Sua Excelência passaria a ser uma pessoa muito simpática, inteiramente de acordo com os discursos que estão sendo realizados aqui, no Plenário. Porém, Sua Excelência estaria, nesse momento, correndo um risco sério, ou seja, a sustentação econômica do País.

Ninguém duvida - o Senador Esperidião Amin o disse, muito bem - de que o que está em jogo aqui é o Plano Real.

Quanto à questão de composição dos Municípios, neste momento, quero fazer alusão a um fato que ocorreu ontem. Estive reunido com todos os Prefeitos do Espírito Santo que também estão conscientes do problema. Obviamente, eu, na minha posição de Senador - e não seria de Oposição, mas daqui, do Plenário, falando em nome de um segmento geral -, como Líder do Governo, gostaria, prazerosamente, ao lado dos meus Prefeitos, porque conheço cada um dos seus problemas, de dar uma palavra favorável.

O Senador Renan Calheiros - tenho convicção disso, porque acompanhei, **pari passu**, a sua gestão - foi indormido. Junto às autoridades do Governo, adotou uma posição clara, não com o alarde, que evidentemente deveria ter, de defesa dos

Municípios; a mesma que aqui assumo. Gostaríamos - eu, principalmente - que pudéssemos dar aos Municípios tudo aquilo, realmente, que precisam, seja no campo da saúde, da educação ou da segurança.

No caso do FEF, quero deixar muito claro: se o Governo adotou esse comportamento, através da negociação que foi feita na Câmara dos Deputados, de maneira brilhante, pela Deputada Yeda Crusius, ele chegou exatamente ao ponto em que não poderia ter avançado ou chegado. A questão de R\$200 milhões ou R\$1 milhão não vem à discussão.

Quero, neste momento, render as minhas homenagens. Tive até o cuidado, como Líder do Governo, de entregar plenamente, nas mãos do Senador Renan Calheiros, junto às autoridades do Ministério do Planejamento e da Fazenda, o encaminhamento da questão.

Hoje, compraz-me declarar que o Senador Renan Calheiros ultrapassou todas as expectativas. Jamais teria condições de fazer a sustentação, do ponto de vista do Governo, da forma como foi feita por S. Ex^a. Justiça seja feita, S. Ex^a foi inexcedível na condição de Relator.

Gostaria, e torno a repetir - isso é da índole do político; sou um político como qualquer outro -, que o Governo pudesse atender a todos os Prefeitos do Espírito Santo que se encontravam na reunião. Talvez fosse muito mais agradável para um Líder que vai disputar a eleição no ano que vem, ter todo mundo a seu favor; mas, acima dos compromissos que tenho com o meu Estado e como Prefeito, tenho um compromisso com o meu País.

Neste momento, o Governo deve estar atento intimamente à própria sobrevivência do Plano Real e à política econômica. Portanto, não entro na discussão propriamente dita. Respeito o pensamento de cada um, que poderá interpretar dentro do seu limite, segundo a sua atitude de raciocínio. E é do meu dever, da minha índole democrática respeitar as opiniões, mesmo que sejam divergentes da minha.

Não posso, eminentes Colegas, deixar de consignar, neste momento, e até de felicitar o Líder Jader Barbalho, pela indicação do Senador Renan Calheiros. Quando da indicação de S. Ex^a, no grupo de Líderes reunidos, o Senador Jader Barbalho nos disse que teríamos um Relator à altura da peça que está sendo produzida na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Assim, Sr. Presidente, homenageando aqueles que divergem do meu ponto de vista, na convicção de que o Presidente Fernando Henrique Cardoso está fazendo o possível em favor deste País, quero dizer, com toda a lealdade, que, de minha parte, os Municípios terão sempre assistência indormida em favor de suas reivindicações. Mas, nesse caso, acompanho inteiramente, como Líder do Governo e como Senador membro da Comissão, o parecer oferecido pelo Senador Renan Calheiros, que honrou e enobreceu a história e a tradição desta Comissão.

Portanto, é minha colocação como Líder dizer, mais uma vez, que foi profundamente feliz a indicação do PMBD, no momento em que apontou o Senador Renan Calheiros como Relator desta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra ao Senador Renan Calheiros, como Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS - Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer as palavras do Líder do Governo, Senador Elcio Alvares, e agradecer, sobretudo, as palavras do Senador Esperidião Amin. Quero estender as palavras do Senador Elcio Alvares ao Líder do meu Partido, Senador Jader Barbalho, que, em todos os momentos, confiou, na plenitude, a magnitude dessa tarefa de relatar matéria tão importante; mais do que confiou, confiou e permanentemente cobrou a defesa dos interesses dos municípios brasileiros. Há pouco, o Senador Jader Barbalho fazia questão de lembrar novamente. Quero dizer a V. Ex^a que, como Presidente, em nenhum momento deixou dúvida com relação ao melhor encaminhamento que poderíamos dar a essa questão.

Quero agradecer sobretudo ao Presidente do Senado Federal, Senador Antonio Carlos Magalhães, que nos ajudou na tarefa de evoluir na negociação que produzirão na prática ganhos efetivos para os municípios, como consequência da tramitação da emenda no Senado, a exemplo do que ocorreu como consequência da tramitação da emenda na Câmara dos Deputados.

Eu gostaria de dizer aos Srs. Prefeitos que fizeram questão de comparecer a esta audiência pública hoje - já havia reiterado isso em encontro com a quase totalidade dos Prefeitos de Alagoas, há quinze dias - que tudo que precisava ser feito, no meu entendimento, se faltou algum item na agenda de negociação,

assumi o compromisso de fazer a incorporação do mesmo a partir da discussão que vamos levar a efeito no plenário do Senado Federal.

Quero responder a algumas colocações do Senador Antonio Carlos Valadares, a partir da defesa do FEF, da importância do FEF para o Plano Real. Sem o Fundo de Estabilização Fiscal, não há Plano Real, porque, se o Governo não tiver mais flexibilidade na sua execução orçamentária, se o Governo não desvincular parte das receitas que vinculamos - todos nós, na Constituinte -, isso aumentará o seu déficit e, conseqüentemente, haverá a emissão de títulos, de dinheiro; comprimirá políticas, utilizará novos instrumentos fiscais e perderá o que o Plano Real tem de mais eficaz.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Senador Renan Calheiros, V. Ex^a me permite?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. RENAN CALHEIROS - Estou tentando responder exatamente a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Está dando a resposta a V. Ex^a.

O SR. RENAN CALHEIROS - A execução orçamentária a que V. Ex^a se...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Eu não disse que o Plano Real não era importante em nenhum momento.

O SR. RENAN CALHEIROS - Não, estou tentando responder V. Ex^a no que se refere à execução orçamentária.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - O que eu disse é que tivemos tempo suficiente para as alternativas, elas estão aí; a reforma tributária é uma delas.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS - Não estou discutindo o que V. Ex^a disse ou deixou de dizer; estou discutindo o aspecto que V. Ex^a levantou da execução orçamentária. Não é a chantagem, a barganha! Se o Senado não aprovar o FEF, não vamos executar o orçamento que o Congresso aprovou. Não, não é isso! É que o Governo só terá flexibilidade, segurança para executar o orçamento se tiver a certeza da aprovação do Fundo de Estabilização Fiscal e de que isso vai ajudá-lo a combater o déficit

público; senão, ao executar as próprias emendas que o Congresso aprovou, o Governo estaria incorrendo em um ato de tamanha irresponsabilidade. Por isso, tem demorado a execução do orçamento, porque demorou a tramitação do Fundo de Estabilização Fiscal.

Por que não tomei a iniciativa - e, agora, quero responder, especificamente, ao Senador Amin - de retirar a plenitude dos municípios? Porque devolvemos aos municípios 56% do acréscimo de alíquota e 50% da perda do Imposto de Renda retido pela União, em 97, o que vai implicar apenas 271 milhões de perdas dos municípios. Estamos devolvendo 60% dessa perda, em 98, e 80% em 99, que vai dar, na média, uma reposição de 70%.

Por que não apresentei a proposta do Dr. Pedro Malan, à qual me referi no início da discussão sobre a retirada dos municípios, sobretudo dos de até 30 mil habitantes, que é, na verdade, quem perde? Porque, ao fazer isso, ele disse que tinha apoiado a pretensão na Câmara e por divergência partidária de quem iria capitalizar a retirada ou não. A coisa evoluiu na Câmara dos Deputados, e os prefeitos estão aqui para comprovar exatamente isso. Ao permitir a aprovação de alguma alteração no Senado, essa emenda voltará a tramitar na Câmara dos Deputados e estourará o ano fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Qual é a proposta?

O SR. RENAN CALHEIROS - O Senador Roberto Freire tem uma proposta que, se não me engano, é a proposta do Senador Esperidião Amin. É outra? Ah, desculpe!

O SR. ROBERTO FREIRE - Acredito que poderíamos retirar toda essa idéia de autor, e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado decidiria pela tramitação independente, autônoma da emenda que trata da questão dos municípios, não prejudicando a tramitação ou a promulgação da emenda do Fundo. O acordo que poderia ser feito seria votar a matéria referente ao Fundo, tal como veio da Câmara, promulgá-la e já hoje essa parte que trata dos municípios seria aprovada e assumida pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A matéria seria enviada ao plenário como emenda autônoma, sem prejudicar o fundo de emergência. Seria uma modificação acertada e consertada pelo próprio Ministro da Fazenda, que admite modificações.

Essa era a proposta, e acredito que teria a vantagem de ser da Comissão, ou seja, não seria da autoria de nenhum grupo político. Teríamos uma discussão concreta sobre a questão dos municípios, particularmente desses que mais perdem, que são os de menor população, de menor renda.

O SR. ELCIO ALVARES - Permita-me uma intervenção. É evidente que todo debate tem sido feito, produzido, pelo aspecto democrático. Obviamente, não posso assumir um compromisso agora. Concluo, então, que deveríamos evoluir nesse entendimento, a partir de hoje, para examinar a proposta. Quero deixar claro que não assumo o compromisso, porque não estou autorizado a fazê-lo, mas me comprometo com a Comissão e com os Senadores que poderíamos fazer uma reunião com o pessoal da área econômica para tentar um entendimento nesse sentido.

O SR. ROBERTO FREIRE - O que deve ficar bem claro é o seguinte: não adianta ficarmos fixando princípios. Quero saber como melhor encaminhar uma reivindicação que todos acham justa, que inclusive corresponde a toda uma visão de descentralização e que esse fundo centraliza; se estamos com a intenção de que os municípios sejam responsáveis pela educação de 1º Grau, que participem dos programas de saúde efetivamente. Não podemos fazer o discurso de uma forma, e praticamente na questão das transferências, retirarmos os recursos.

Se esse é um princípio com o qual queremos estar de acordo, não adianta ficarmos disputando se podemos entrar em uma negociação política para resolver o problema. Deve ficar claro que aqui se discute, mas não é um problema de tempo a data da votação, e sim um acordo de que isso seja solução, porque o outro é aprovar o FEF tal como está, sem nenhuma perspectiva de continuarmos discutindo a questão dos municípios.

Creio que esse acordo poderia ser feito mesmo com a ressalva de que o Líder do Governo, aprovando aqui a matéria, não se responsabilizaria em aprovar em plenário, mas daqui sairia uma solução, pelo menos discutir e continuar discutindo.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - (Faz soar a campainha)

O SR. ROBERTO FREIRE - Quero voltar mais uma vez. O acordo dele terá que ser comunicado ao Governo para ser aceito?

O SR. SENADOR - Sim.

O SR. ROBERTO FREIRE - Então, suspendemos a reunião até que venha isso.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência vai chamar a atenção. Estamos aqui desde às 10h da manhã. Aos companheiros que falaram, discutiram às 2h da tarde. Não é possível que, ao reabrir, a Presidência vá colocar em votação, tal qual...

O Senador Renan Calheiros vai concluir suas palavras, mas a Presidência vai colocar em votação o parecer, ressalvadas as emendas.

Peço a V. Ex^a que conclua.

O SR. RENAN CALHEIROS - Sr. Presidente, para encerrar...

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Não há questão de ordem. Não vou, ao final da reunião, Senador Pedro Simon, não é possível...

O SR. RENAN CALHEIROS - Sr. Presidente, vou encerrar, mas antes eu gostaria, com muita honra, de permitir uma intervenção do Senador Jader Barbalho, um aparte.

O SR. JADER BARBALHO - Sr. Presidente, em primeiro lugar, dou o meu testemunho da preocupação do Senador Renan Calheiros em relação a esse tema. Conversamos diversas vezes sobre o assunto. Acho, Sr. Presidente, que se houver boa vontade, interesse, independentemente do pronunciamento da Comissão, haverá possibilidade de se chegar a um acordo.

O Presidente do Senado Federal, Senador Antonio Carlos Magalhães, fez um discurso no Rio de Janeiro na presença do Ministro da Fazenda, mediante o qual recriminou o Governo sobre as atitudes que se referem aos municípios. Ele o fez na presença do Ministro da Fazenda. Se o Ministro da Fazenda, numa comissão na Câmara dos Deputados, diz que não há problema, então estamos diante de uma "Batalha de Itararé". Se o Ministro da Fazenda, autoridade encarregada do setor, pensa dessa forma, cabe a nós, nesta oportunidade, encontrarmos uma saída antes que a matéria chegue ao Plenário. E mais: quando se quer votar, vota-se. A questão do IPC foi votada em uma semana por pressão da imprensa. Foi resolvido o problema do IPC, e o Presidente da

Câmara, Michel Temer, já está colocando a matéria em pauta para ser votada lá.

Portanto, não vejo problema, se houver um acordo, em que a Comissão se reúna e altere o texto, excluindo os municípios. E depois acertamos com a Presidência da Câmara dos Deputados. Não vamos complicar, porque isso implicaria a tramitação de uma outra emenda. Não vamos complicar. Se há a possibilidade desse acordo - e me parece que há -, vamos fazê-lo.

O relator queria isso desde o início. Conversamos diversas vezes, e eu disse: "Renan, não perca a oportunidade de também fazer o teu charme, porque a política brasileira está cheia de charmosos". Há charmosos por toda parte, não é isso? É todo mundo fazendo charme.

Amanhã vamos alterar aqui a previdência do Poder Judiciário. Talvez, em segundo turno, o façamos. O IPC, em 48 horas, foi extinto. Houve os que viraram heróis para acabar com o IPC. Eu disse para o Renan: "Renan, acaba com isso, porque o que não falta é gente para fazer charme na política brasileira, inclusive falando sobre o óbvio".

Se queremos resolver, vamos ter a chance de fazê-lo daqui para a semana que vem; basta que as lideranças sentem, e até a chegada da matéria ao plenário seja apreciada uma emenda. Agora, se for apresentada uma outra emenda, perdoem-me, mas aí se trata de não querer resolver o assunto.

Não apenas empresto a minha solidariedade, o meu testemunho em relação a esse assunto, como Líder do PMDB, mas desejo que sentemos e resolvamos o problema. Se o Ministro da Fazenda é favorável, por que é que vamos ser contrários? Quero, nesta oportunidade, dar o meu testemunho favorável. Vamos aprovar hoje, vamos aprovar, aqui na Comissão, a matéria como está, vamos sentar para resolver o assunto.

O SR. RENAN CALHEIROS - Sr. Presidente, peço a palavra para encerrar. Estou com a palavra. Estou com a palavra, para encerrar, como autor da emenda, como Líder...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Em seguida darei a palavra a V. Ex^a.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, gostaria de fazer a seguinte ponderação. Antes de votar no plenário, caso se chegue a um acordo, pode ser votada, sim, uma outra emenda. Sabem como? O Governo deixa de cobrar até que seja aprovada a

emenda. Isso é o de menos, o importante é se tentar chegar a um acordo, vale a pena o esforço.

E veja bem, Sr. Presidente, só não se chegou a esse acordo na Câmara, porque lá houve confusão. No entanto, aqui não está havendo confusão nenhuma, porque aqui se pode chegar a um acordo, porque há o consenso de que é possível excluir os municípios dessa contribuição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra ao nobre Senador José Eduardo Dutra, autor da emenda. Peço a atenção dos Srs. Líderes da Oposição e do Governo para ouvirmos o Líder do Bloco.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, se há a intenção de chegarmos a um acordo, há alguns pressupostos regimentais que podem agilizar ou atrasar, viabilizar ou inviabilizar o acordo.

Em primeiro lugar, não faço nenhuma questão da paternidade da emenda. Aliás não era eu que iria fazê-lo. Não tinha a intenção de apresentar a emenda, pois "gato escaldado tem medo de água fria." O Senador Esperidião Amin disse-me que tinha a intenção de apresentar a emenda excluindo os Municípios. Se formos analisar a emenda, observaremos inclusive que está sem justificativa...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a disse que faria oralmente a justificativa.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - ...porque tentei entrar em contato com o Senador Esperidião Amin e não consegui. Por via das dúvidas, então, apresentei a emenda.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, fecho o acordo se houver intenção do Governo de retirar esse ponto. Contudo, alerto que a forma mais rápida de viabilizar um possível acordo, se depois o Governo não quiser bancá-lo.....

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - É aprovar a emenda.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - ...é aprovar a emenda, porque, se nesta Comissão, aprovarmos a emenda como veio da Câmara - e faço aqui um alerta - para depois viabilizar um outro acordo, teremos que ter uma emenda de plenário, 23 assinaturas. Ela voltará para cá para ser rediscutida, ao passo que...

O SR. ELCIO ALVARES - V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Quero apenas concluir...

O SR. SENADOR - Aí não há acordo.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - ...ao passo que, se houver intenção de fazer acordo, aprovando-se a emenda, ao Plenário já estará colocada a emenda da Câmara e essa emenda de Comissão. O Plenário, então, a partir de sua maioria sabemos quem tem maioria - poderá optar qual será aprovada. Essa é a questão regimental. Ou então não há intenção do acordo. Mas, se há intenção de acordo...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador?

O SR. SENADOR - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Antes de haver manifestações em contrário, peço atenção.

O SR. SENADOR - Não é manifestação em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Peço atenção, pois a Presidência garantirá a votação da emenda do Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Se há intenção de encontrar um acordo, o modo mais rápido para a tramitação é aprovarmos a emenda. De qualquer forma, no plenário, estarão colocadas essa emenda...

Se não há intenção, digam então que não há. No entanto, se ela existe, o modo mais rápido para a votação do FAT é a aprovação da emenda - e retiro a paternidade, cedo a paternidade ao Senador Esperidião Amin. Se votarmos favoravelmente à emenda como está, no plenário teremos essa emenda da CCJC e a emenda original da Câmara. Se não houver acordo, valerá a maioria. Então não vamos levantar a questão da discussão. Se houver um acordo...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Quero ouvir...

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - ...vamos fazer outra emenda para voltar para cá.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência está ouvindo o Senador...

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Essa é a forma mais rápida de se caminhar para um acordo. Estou disposto a

entrar em acordo, mas, se não houver essa intenção, votaremos a emenda, e pronto.

O SR. SENADOR - Sr. Presidente, quem está com a palavra sou eu. E gostaria de voltar a palavra a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra ao nobre Senador Renan Calheiros. A Presidência esclarece que toda essa confusão foi levantada agora ao final.

O SR. SENADOR - Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. SENADOR - Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A confusão é não deixarem votar a emenda, decidindo logo sobre a matéria.

Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. RENAN CALHEIROS - Sr. Presidente, é importante citar dois pontos: primeiro, todos - a discussão demonstrou isto - defendemos interesses dos municípios. Todos entendemos que a participação dos municípios de R\$261 milhões em um fundo de R\$28 ou 29 bilhões não significa absolutamente nada. Por fim, Sr. Presidente, qualquer emenda que aprovarmos agora ensejará a volta da matéria à Câmara dos Deputados, o que significa dizer que invadiremos o ano fiscal. Isso a torna, portanto, desnecessária.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Senador, neste momento peço um aparte.

O SR. RENAN CALHEIROS - Não. Encerrarei, depois V. Ex^a fala.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Não, a Presidência vai depois de V. Ex^a...

O SR. RENAN CALHEIROS - Então está claro que defendemos os municípios. Queremos retirar os municípios. O próprio Ministro da Fazenda disse que autorizou essa retirada na Câmara dos Deputados, e qualquer emenda que aprovarmos faz a matéria voltar a tramitar na Câmara dos Deputados.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, o Plenário só manterá a emenda aprovada aqui se houver acordo. Caso contrário, ela será derrubada e, neste caso, ela não volta para a Câmara.

O SR. SENADOR - Mas, havendo acordo, manifesto a minha posição pessoal e a do Líder Jader Barbalho. Se o

instrumento jurídico-legislativo para avançarmos na tentativa desse acordo, valer, com o qual concordo, devemos aprovar o Fundo. Os Líderes do Governo, e os Líderes partidários devem se compromissar no sentido de que essa emenda tramite normalmente. E devemos ainda elaborar uma nova emenda para a exclusão dos Municípios. Sem isso é charme. É aquilo a que o Senador Jader Barbalho se referiu. Não terá efeito prático algum, porque, se aprovarmos uma emenda aqui, ela será votada, em primeiro turno, no começo de novembro no plenário e, no final de novembro, se correremos, em segundo turno, volta então para a Câmara dos Deputados e acabou. Ela na prática vai tornar-se...

O SR. SENADOR - Quero saber se há compromisso do Governo em votar e dar agilidade à emenda independente...Acordo é isso, Senador.

O SR. SENADOR - Longe de mim a pretensão de falar pelo Governo.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Solicito ao Senador Renan Calheiros.

O SR. SENADOR - Há pouco, o Senador Pedro Simon disse que fui Líder do Governo. Durante 8 meses, falei pelo Governo. Depois, entendi que não deveria falar mais.

O SR. SENADOR - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência passará à lista de votação.

O SR. SENADOR - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - É sobre a votação? Para votar agora?

O SR. SENADOR - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - É para a votação.

O SR. SENADOR - É sobre a votação, quero exatamente...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Mas ninguém está aqui falando em votação. Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. SENADOR - Sr. Presidente, estou entre os que aqui chegaram no início dos trabalhos da reunião. Estamos nos aproximando do horário fatal em função do início dos trabalhos no plenário. Pergunto, então, a V. Ex^a qual o rumo que V. Ex^a pretende dar a esse final de reunião.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência, pela lista de votação nominal, colocará o parecer do eminente relator em votação, ressalvadas as emendas e os destaques formulados pelo eminente Senador José Eduardo Dutra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, iniciada a votação, V. Ex^a não poderá interromper a reunião. Depois de começada a votação... Chamo, então, a atenção de V. Ex^a para o fato de que na Câmara só não houve acordo porque houve confusão. Estamos todos de acordo. Há uma solução regimental que respeita todas as posições que convergem para um acordo. É, portanto, pela ordem que peço a palavra. O certo é suspendermos a votação para saber qual o caminho que não compromete nenhuma das partes.

O SR. SENADOR - (Inaudível. Fora do microfone.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Quero terminar o que estou dizendo.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a está com a palavra garantida.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Acredito que o acordo resultará na aprovação do teor da emenda do FAT como está, sem a emenda do Senador José Eduardo Dutra que retira a contribuição dos Municípios. E inicia-se com a anuência do Governo, porque não há acordo. Há a tramitação de uma emenda cuja redação difere um pouco da do Senador José Eduardo Dutra, daquela que acho que é a mais correta, mas com a qual o Governo deveria concordar. E diz o quê? Que retira do Fundo as parcelas de que tratam determinados incisos da Constituição. Na realidade, é um pouco mais do que isso: são os incisos I, II, III, IV, que já terão deduzido o seu valor antes de compor o Fundo. Portanto, os municípios ficam de fora da contribuição. Essa é a forma de se fazer tramitar uma emenda autônoma. Ela seria autônoma, independente da do Senador Renan Calheiros. E, se houver o acordo, ela tramitará rapidamente aqui e irá para a Câmara. Aprovada no Senado, não tenho dúvida de que não haverá prejuízo para o Governo Federal se, através de uma medida infraconstitucional, sustar a cobrança das dez parcelas. E, promulgada a emenda como veio da Câmara, o parcelamento será imposto ao município. Essa é a possibilidade de acordo, Sr. Presidente. Por que vamos desistir do acordo, desistir de meia hora para conversar sobre o acordo, quando sabemos que ele já

teria sido feito na Câmara caso tivesse havido diálogo. Isso está confirmado pelas palavras do Presidente do Senado, pelas palavras do Ministro da Fazenda. Então, só porque não queremos conversar não vai haver acordo? O Parlamento é um local para se conversar. Esse é um apelo que faço. Susta-se a votação até o fim da tarde de hoje, vota-se hoje à tarde.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Bom, a Presidência pede que V. Ex^a encerre.

Não. Quem quiser aprovar a emenda do Senador José Eduardo Dutra faça o acordo de logo.

Vista de votação nominal.

Os Srs. Senadores que aprovam o parecer do relator dirão "sim"; os que recusarem dirão "não" sem prejuízo dos destaques.

(Procede-se à votação)

Votaram SIM 16 Srs. Senadores; e NÃO 4 Srs. Senadores.

Total: 20 votos.

Ressalvadas as emendas.

Emenda do eminente Senador José Eduardo Dutra.

A Presidência até agora não se manifestou nos esclarecimentos. Se realmente desejam fazer acordo, votem favoravelmente. Se querem deixar para conversar em plenário, conservem...

O SR. SENADOR - Conservem a emenda do Dutra. Quem quiser acordo tem que votar a favor dessa emenda.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A emenda ressalvada do eminente Senador José Eduardo Dutra diz exatamente o seguinte: "As parcelas de que tratam os incisos I, II, III e V serão previamente deduzidas da base de cálculo das vinculações ou participações constitucionais ou legais, previstas nos artigos 159, I, alíneas "a" e "c", inciso II e seus parágrafos e artigos 212 e 239 da Constituição".

O SR. ELCIO ALVARES - Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Eu pediria a V. Ex^a que permitisse a justificativa oral do eminente Senador. S. Ex^a pediu-me e vou garantir a palavra ao eminente Senador José Eduardo Dutra.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Quero explicitar que apenas se está retirando o inciso "b", que trata da contribuição dos Municípios. Além disso, gostaria de esclarecer que o Regimento permite, nesse processo, a palavra apenas ao autor do requerimento e ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a quer usar da palavra?

O SR. RENAN CALHEIROS - Sr. Presidente, em primeiro lugar, queria repetir o argumento: num Fundo que desbloqueia, desvincula 29 bilhões, os Municípios participam apenas, neste ano, com 261 milhões, o que significa muito pouco. No entanto, Sr. Presidente, se encaminharmos favoravelmente, se aprovarmos essa emenda, o Fundo volta a tramitar na Câmara dos Deputados.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Se passar no plenário.

O SR. RENAN CALHEIROS - Se as Lideranças aprovarem aqui, imaginem no plenário...

(Tumulto no plenário)

Mas o acordo é em relação ao mérito da emenda, não é em relação à tramitação. Se aprovarmos a retirada, estamos aprovando que não vai haver Fundo de Estabilização Fiscal este ano.

O SR. SENADOR - Não.

O SR. RENAN CALHEIROS - É evidente, vamos votar essa matéria em segundo turno em novembro, vai voltar a tramitar na Câmara. De modo, Sr. Presidente, que apresento parecer contrário à emenda, mas acho que o instrumento jurídico para que possamos fazer a retirada dos Municípios é a apresentação de uma emenda constitucional desta Comissão.

Se o Líder me honrar novamente com a demonstração de boa vontade...

Por que não apresentar hoje, agora?

O SR. RENAN CALHEIROS - Não vou discutir, porque há um pressuposto, aqui, de que os Senadores estão entendendo o que eu estou falando. Se aprovarmos esta emenda, vai voltar o Fundo para tramitar na Câmara. O instrumento não é esse.

O SR. SENADOR - Quero a emenda autônoma.

O instrumento não é esse. Se houver apresentação de uma emenda autônoma, eu relatarei, se essa for a vontade do Líder, favoravelmente. Mas se permitirmos a sua aprovação agora,

significa dizer que não vamos ter Fundo de Estabilização Fiscal, não vamos combater o déficit, nem vai ter Plano Real.

(Tumulto no plenário)

O SR. ROBERTO FREIRE - Sr. Presidente; peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Pediu primeiro a palavra, pela ordem, o Senador Elcio Alvares; em seguida, darei a palavra a V. Ex^a.

O SR. ROBERTO FREIRE - Não é para encaminhar, é pela ordem.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, como Líder do Governo, acompanho integralmente o Relator Renan Calheiros, mas quero ressaltar - e evidentemente qualquer que seja a decisão, terá de haver um entendimento com a área econômica do Governo - que votada a matéria aqui, conforme o parecer, imediatamente os Líderes vão se reunir para prosseguir. Se for o caso, faz-se a emenda autônoma, com o compromisso de todos. Chancelada pelo Governo e a Oposição, não haverá nenhuma dúvida.

Portanto, Sr. Presidente, a nossa posição, neste instante, é para votar o parecer do Senador Renan Calheiros como está redigido e abrir o debate, com o compromisso da Liderança do Governo, ouvida a área econômica. E, se possível, com o brilhantismo dos interlocutores que estão aqui no plenário, fecharmos com uma emenda.

Sr. Presidente, esta é a posição do Governo.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Um momentinho, o Senador Roberto Freire havia pedido a palavra pela ordem. Em seguida, darei a palavra a V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE - De imediato, não há nenhum impedimento regimental para que esta Comissão agora, num acordo, mesmo que posteriormente possa se rediscutir o assunto, se aprovasse um relatório tal como foi dado pelo Relator. Portanto, o Fundo iria à promulgação e essa emenda seria aqui votada, já como uma emenda autônoma, sendo aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Hoje!

Claro, que pode.

(Tumulto no plenário)

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Para que isso aconteça, o eminente Senador autor da emenda, teria de retirá-la.

Senador Epitacio Cafeteira, só não pode funcionar a Comissão quando começar a Ordem do Dia. Até às 15 e 30 teremos tempo, de acordo com o Regimento.

O SR. EPITACIO CAFETEIRA - Só quando começar a Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE - (Bernardo Cabral) - Só quando começar a Ordem do Dia.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Peço a atenção. Senadores Lúcio Alcântara e Roberto Freire, peço atenção para o Senador José Eduardo Dutra, que é o autor da emenda.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - O que quero que fique claro, se o Senador Roberto Freire permitir, é a explicitação das intenções de acordo. Essa emenda minha pode funcionar como indutora do acordo, porque, inclusive, ela pode ser derrubada em plenário a partir da aprovação de emenda autônoma aqui, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Agora, não dá para falar que é acordo, é acordo. A emenda é o indutor do acordo, é ela que pode possibilitar que esse acordo proceda, e ela pode ser derrubada depois, em plenário, logo após a aprovação pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania de uma emenda independente.

O SR. RENAN CALHEIROS - Sr. Presidente, o encaminhamento pode ser o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Não, V. Ex^a já deu parecer contrário.

O SR. RENAN CALHEIROS - Não, já dei parecer contrário e continuarei a fazê-lo.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, primeiro é preciso votar. Se aprovarmos a emenda, repito tudo o que já disse, vamos fazer com que ela volte a tramitar na Câmara.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Se o Plenário ... não precisa.

O SR. RENAN CALHEIROS - O Plenário... se aprovarmos aqui, essa correlação...

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - A maioria continua lá, Senador. Pelo amor de Deus! Nós sabemos quem tem maioria no plenário, Senador!

(Tumulto no plenário)

O SR. RENAN CALHEIROS - Não podemos transformar isto aqui numa oportunidade para que alguém ganhe ou perca eleitoralmente, porque a sinceridade do meu propósito e o que o parecer contém não coloco em dúvida. Prefiro o meu ao de muita gente que está discutindo aí.

Agora, uma solução que pode-se encaminhar, e darei um parecer favorável, seria o seguinte: votamos o parecer em função da impossibilidade de voltar para tramitar na Câmara; derrubamos a emenda e, paralelamente, apresentamos a emenda, não como o produto de um acordo com o Governo - não falo por ele -, mas para tramitar de maneira autônoma.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Mas isso qualquer um pode fazer a qualquer momento, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS - Então, faça.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Só depende de acordo.

O SR. RENAN CALHEIROS - Se pode fazer, faça. Se pode fazer, faça que eu concordo.

(Tumulto no plenário)

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Passa-se à votação.

O SR. SENADOR - Vamos votar, Sr. Presidente, vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Passa-se à votação da emenda. Os Srs. Senadores que aprovam a emenda do Senador José Eduardo Dutra dirão "sim". (Pausa)

Iniciada a votação:

(Procede-se à votação)

A emenda foi rejeitada.

Destaque para o art. 4º do PEC.

O SR. PEDRO SIMON - Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Retiro o destaque, Sr. Presidente. Ele era para a retroatividade.

(Tumulto no plenário)

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Tem V. Ex^a a palavra, pela ordem.

(Tumulto no plenário)

Um momentinho. A reunião ainda não foi encerrada. Peço atenção para o Senador Pedro Simon, que está com a palavra.

O SR. PEDRO SIMON - Isso não impede, Sr. Presidente, que agora, segundo diz o Relator Renan Calheiros, S. Ex^a vá apresentar a emenda, que vai tramitar em separado, e nós vamos entrar com ela. Se tiver o apoio do Governo, ótimo; se não tiver o apoio do Governo, vamos entrar com ela.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a pode-se valer das notas taquigráficas do seu pronunciamento, agora.

A Presidência convoca outra reunião ordinária para amanhã, às 10 horas.

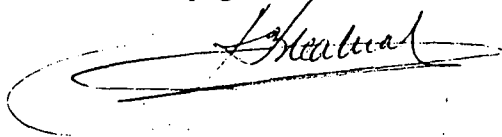
Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14h38min.)

47^{co}
Ata da 55^a Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3^a Sessão Legislativa Ordinária, da 50^a Legislatura, realizada em 8 de outubro de 1997, às 10:00 horas. (Reunião ordinária).

Às dez horas do dia oito de outubro, de mil novecentos e noventa e sete, na sala de reuniões nº três, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Bernardo Cabral, com a presença dos Senhores Senadores Jefferson Péres, José Fogaça, Edison Lobão, Romeu Tuma, Carlos Bezerra, Pedro Simon, Esperidião Amin, Romero Jucá, Epitácio Cafeteira, Antônio C. Valadares, Lúcio Alcântara, Levy Dias, José E. Dutra, Bello Parga, Ramez Tebet, Casildo Maldaner e Roberto Freire, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Deixam de comparecer por motivo justificado os Senhores Senadores Guilherme Palmeira, José Bianco, Francelino Pereira, Josaphat Marinho, Jader Barbalho, Roberto Requião, Renan Calheiros, José Ignácio, Beni Veras e Regina Assumpção. Havendo número regimental o Sr. Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da

reunião anterior que é dada como aprovada. A seguir, passa-se à apreciação da pauta na ordem determinada pelo Sr. Presidente: Item 34) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 91, DE 1996, de autoria do Deputado José Fortunati, “dispõe sobre a legalização da prática de jogos de azar e dá outras providências.” Relator: Senador Édison Lobão; parecer: pela aprovação da matéria; resultado: a) concedida vista coletiva da proposição e, b) aprovado Requerimento de autoria do Senador Jefferson Péres, para que seja realizada audiência pública conjunta com autoridades das áreas de Turismo, Segurança Pública, Previdência e Tributação, a serem designadas, respectivamente, pelos Ministros de Estado da Indústria e Comércio, Justiça, Previdência Social e Fazenda, com o objetivo de instruir a matéria. O Sr. Senador Beni Veras apresenta Requerimento solicitando a apreciação extra-pauta, das emendas de redação (de Plenário) oferecidas, em segundo turno, ao substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição (nº 33, de 1996, na CD), “que modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências.” Aprovado o Requerimento, o Sr. Presidente submete a matéria à apreciação do Plenário. O relatório oferecido pelo Relator, Senador Beni Veras, conclui pela rejeição das emendas nºs 4 e 5, pelo acolhimento parcial da emenda nº 1, pelo acolhimento integral das emendas nºs 2 e 3. Resultado: aprovado o parecer do Relator. Nesta oportunidade, após constatada a queda do quorum, o Sr. Presidente encerra a presente reunião, deixando adiada para a próxima reunião ordinária a apreciação dos demais itens da pauta. Nada mais havendo a tratar, eu, Vera Lúcia Lacerda Nunes, Secretária, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com os registros taquigráficos.



47^o
O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Está aberta a 55^a reunião da 3^a Sessão Legislativa Ordinária da 50^a Legislatura, devidamente convocada para hoje, às 10h.

O SR. EDISON LOBÃO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Tem V. Ex^a a palavra pela ordem.

O SR. EDISON LOBÃO - Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que consulte o Plenário sobre a preferência da votação do item nº 34, que dispõe sobre a legalização da práticas de jogos, cassinos e outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Consulto o Plenário se há alguma inconveniência. (Pausa)

Não havendo nenhuma inconveniência, V. Ex^a tem prioridade.

O eminente Senador José Fogaça havia solicitado a palavra, na última reunião, para pedir também uma preferência, se não me engano.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Sr. Presidente, Srs. Senadores, diante de algumas dificuldades no exame da matéria, preferimos que a matéria siga o seu curso normal. E, no devido tempo, oportunamente, vamos analisá-la com mais cuidado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Fique registrado em ata.

Com a palavra o eminente Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sr. Presidente, Srs. Senadores, se houver **quorum** porque são propostas de emendas à Constituição que exigem, portanto, **quorum** qualificado, solicito a V. Ex^a que ponha em votação, no caso não será nem mais discussão, a proposta de emenda à Constituição que extingue a classe de juizes classistas, de autoria do Senador Gilberto Miranda e da qual sou o Relator. Li o parecer e houve pedido de vista coletiva. E também, ainda, se houver número...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Houve pedido de vista. É o item de nº 36 da pauta.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Exatamente.

Sr. Presidente, gostaria também de começar a discutir o item nº 32. Trata-se de uma emenda à Constituição, de autoria do Senador José Serra, da qual sou Relator, que versa sobre o art. 192, sobre sistema financeiro.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Havendo número, V. Exª terá preferência para as duas matérias.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Tem a palavra o eminente Senador Edison Lobão para relatar, até que tenhamos **quorum** para a votação. Trata-se do item 34 da pauta.

Peço à Dª Vera que faça a distribuição dos avulsos, separadamente, uma vez que estão entrando em regime de prioridade.

O SR. EDISON LOBÃO - Sr. Presidente, vem a esta Casa...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Pediria a V. Exª que esperasse um minuto, enquanto distribuimos aos eminentes Senadores os avulsos. A Presidência agradecer-lhe-á.

Tem V. Exª a palavra Senador Edison Lobão.

Espero que, hoje, o Governo também coloque aqui número suficiente, como ontem, para poder apreciar o parecer com a rapidez que V. Exª merece.

O SR. EDISON LOBÃO - Oxalá isso ocorra.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, vem a esta Comissão para examinar o Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 1996, de autoria do Deputado José Fortunati, que dispõe sobre a legalização da prática de jogos de azar e dá outras providências.

O projeto em sua forma atual é, na realidade, fruto dos trabalhos de uma Comissão Especial, instalada na Câmara dos Deputados para apreciar e dar parecer sobre proposições referentes aos jogos de azar e a regulamentação dos cassinos no País.

A redação final coube à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa. Nos termos do projeto, os Estados e o Distrito Federal passam a poder autorizar a exploração de jogos de azar em hotéis, cassinos e hotéis-cassinos, quer em locais de potencial turístico, quer em locais onde não haja outras alternativas para o desenvolvimento econômico e social.

Cabe à União regulamentar a lei, fiscalizando o seu cumprimento por intermédio de um órgão já existente ou a ser criado, conforme definido na regulamentação. O jogo do bicho é contemplado em separado no projeto e também sujeito à autorização disciplinada em lei estadual.

Finalmente, o projeto altera o art. 50 da Lei das Contravenções Penais e o art. 58 do Decreto-Lei nº 6.259, de 1994, dispositivos que apenavam a prática dos jogos de azar, em geral, e do jogo do bicho, em particular, para que passem a referir-se a jogos praticados em desacordo com determinações legais. Não há qualquer óbice constitucional ou jurídico ao projeto que se encontra redigido de acordo com a boa técnica legislativa.

Foram apresentadas 24 emendas à proposição em exame.

VOTO

A legalização da prática de jogos de azar é discussão antiga que vem desde o Decreto-Lei nº 9.125, de 1946, que os tornou ilegais. Apesar da proibição de jogos de azar, em geral, formas específicas foram aos poucos sendo autorizadas.

Em 1993, segundo a revista *Veja*, o movimento nas várias formas legais de jogo, exploradas pelo Estado e por práticas particulares, foi de US\$3 bilhões e 800 milhões. Mesmo as formas de jogos ilegais têm uma expressão significativa. Estima-se que, em 1992, os cassinos clandestinos movimentaram cerca de US\$1 bilhão. Não há dúvida, assim, de que a indústria do jogo é uma atividade econômica significativa e que potencialmente poderá, de fato, converter-se em uma fonte de financiamento para a indústria turística nacional. Sob o aspecto puramente econômico, portanto, a legalização do jogo é eminentemente meritória.

Os argumentos apresentados contra a legalização do jogo podem ser enquadrados em dois grandes grupos: o primeiro postula que a legalização dos jogos propicia a criação de uma fachada ostensivamente legal para práticas criminosas e, assim, contribui para o aumento da criminalidade. O segundo, condena os jogos de azar com base em considerações morais ou religiosas.

Não há provas ou indícios de que o primeiro desses argumentos corresponda à realidade. Exemplos estrangeiros existem

tanto em seu favor quanto em contrário. Os argumentos de ordem moral têm fundamento em natureza completamente diversa. Essencialmente esses argumentos afirmam que a prática do jogo é perniciosa em si em qualquer modalidade e sob quaisquer circunstâncias. Essas considerações podem ser mais bem apreciadas a partir de uma obra publicada no século passado.

Em 1859, John Stuart Mill publicou o seu ensaio "A Liberdade", estudando um princípio, hoje consagrado na Constituição Federal, como um dos direitos fundamentais: "Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei". Mill assim se expressou.

O objeto desse ensaio é afirmar um princípio muito simples. Esse princípio é que o único propósito para o qual a humanidade pode agir, individual ou coletivamente, para interferir na liberdade de ação de qualquer de seus membros, é para autoproteção; que o único propósito para o qual o poder pode ser exercido de direito contra quaisquer membros de uma comunidade civilizada, contra sua vontade, é para impedir dano a outros. Seu próprio bem-estar físico ou moral não é razão suficiente. Ele não pode ser compelido a fazer ou deixar de fazer porque isso será melhor para ele, porque isso o fará feliz, porque na opinião de outros fazê-lo será sábio ou mesmo certo. Essas são boas razões para argumentar com ele, ou persuadi-lo ou censurá-lo, mas não para compeli-lo ou para causar-lhe dano se agir de outra forma. Para que isso possa ser justificado, a conduta que se pretende proibir deve ser comprovadamente capaz de causar dano a outrem.

A única parte da conduta de qualquer um que diz respeito à sociedade é a que envolve outros. Na parte que meramente diz de si mesmo, sua independência é, por direito, absoluta: sobre si mesmo, sobre seu próprio corpo e mente, o indivíduo é soberano.

O argumento moral, assim, é contrário ao princípio da liberdade. Não cabe ao Estado tutelar o cuidado que qualquer pessoa tenha ou deixe de ter com ela própria. Note-se que o suicídio, por exemplo, é o ato indiferente ao Direito Penal, ressalvado o caso de instigação ao suicídio, naturalmente. Embora constitua grave afronta religiosa e moral para alguns.

Quanto às emendas apresentadas:

As de nº 1 a 2, apresentadas pelo Senador Lúcio Alcântara, pretendem, em seu conjunto, atribuir ao Governo Federal, por meio da Caixa Econômica, a exploração do jogo do bicho, em que pese a orientação do Projeto no sentido de se atribuir à União a regulamentação do jogo, parece-nos que o controle do jogo do bicho fica melhor em nível estadual, e o nosso parecer é pela rejeição ambas as emendas.

A Emenda nº 03, também de autoria do mesmo Senador, inclui um artigo, determinando que a União poderá continuar a explorar as loterias federais, por meio da Caixa Econômica. A proposta é desnecessária, uma vez que não há qualquer disposição no projeto em contrário a isso. Assim, nosso parecer pela rejeição dessa emenda também.

As Emendas nº 04, 05, 09, 10, 11 e 13 incluem a possibilidade de exploração de jogos de azar em embarcações turísticas e excluem cassinos em simples hotéis da lista de empresas aptas a explorar o jogo. Conquanto o acréscimo de embarcações turísticas seja louvável, a exclusão de hotéis e cassinos parece-nos desaconselhável. O nosso parecer é, portanto, pela rejeição dessas emendas.

A Emenda nº 06, determina que o aproveitamento da mão-de-obra local, especialmente idosos e deficientes físicos, será realizada na medida do possível. Não parece conveniente estabelecer essa ressalva, e, assim, opinamos pela rejeição, também, dessa emenda.

A Emenda nº 08 acrescenta as áreas de fronteira às áreas em que é possível a exploração de jogos de azar, considerando que não é a fronteira em si que pode tornar tal área atraente, mas, sim, a presença de potencial turístico, já previsto no art. 1º, § 1º, item I, do Projeto. O nosso voto é pela rejeição, também, da emenda.

As Emendas nº 07, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 22 eliminam da sistemática do Projeto a regulamentação federal da prática dos jogos de azar, colocando essa regulamentação inteiramente sob a responsabilidade dos Estados. Conquanto louvável do ponto de vista do federalismo, parece-nos que assunto tão controverso como a regulamentação do jogo fica melhor atribuído

à União, nos termos do Projeto. Assim, o nosso parecer é pela rejeição dessas emendas.

Finalmente, as Emendas nº 21, 23 e 24 excluem do Projeto todas as referências ao jogo do bicho, efetivamente mantendo-o na ilegalidade em que hoje se encontra. Como tal alteração é frontalmente contrária a todo espírito do Projeto, o nosso parecer é pela rejeição dessas emendas.

Por todo o exposto, Sr. Presidente, o nosso parecer é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara e pela rejeição de todas as emendas. Algo poderia ser realmente acrescido à matéria; todavia, se o fizermos, o Projeto terá de voltar à Câmara, onde peregrinou por mais de 50 anos seguidos. O receio é que o projeto, para lá voltando, possa, mais uma vez, sofrer novo retardamento. A regulamentação que se fará no Projeto poderá eliminar eventuais distorções na lei que está sendo votada.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Em discussão o parecer do eminente Relator.

Concedo a palavra ao eminente Senador Romeu Tuma para discutir.

O SR. ROMEU TUMA - Senador Edison Lobão, sei das dificuldades enfrentadas por V. Ex^a e as pesquisas que teve de fazer para a elaboração desse projeto. Gostaria de receber alguns esclarecimentos sobre a abrangência do projeto em relação aos jogos e sorteios que proliferam na televisão. Peço desculpas por não ter me aprofundado no exame da matéria, mas V. Ex^a poderia me dar algumas informações sobre o desenvolvimento das loterias e dos "telejogos", que, apesar das críticas que têm recebido, vêm crescendo ao longo desse último ano, inclusive em televisões regionais no interior do Brasil, sempre sorteando veículos mediante telefonemas.

Senador Edison Lobão, esse projeto tem o alcance de fiscalizar esses jogos? Ele abrange todo tipo de jogos que possam ser criados ou que estão em funcionamento? Atinge a Lei Zico no que diz respeito à proteção de jogos que são realizados em benefício de algumas entidades ou de alguns clubes esportivos?

O SR. EDISON LOBÃO - Senador Romeu Tuma, V. Ex^a aborda um tema que merece a preocupação e a curiosidade de todos

os brasileiros porque diferentes formas de jogo vêm sendo veiculadas pela televisão. Todavia, Senador Tuma, o projeto, em exame, não abrange essa matéria; diz respeito tão-somente aos cassinos e ao jogo do bicho. Ele se circunscreve a essas duas questões.

Entendo que o problema que ocorre na televisão precisa ser mais bem examinado e tratado, sobretudo pelo Governo Federal, que tem à sua disposição uma legislação farta a esse respeito. O Governo terá de enquadrar o que ocorre na televisão nos estritos limites da lei e nada mais. A lei já existe, e a que está sendo apreciada agora cuida exclusivamente de cassinos e do jogo do bicho.

O SR. ROMEU TUMA - Sr. Presidente, posso fazer outra pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Claro, V. Ex^a tem a palavra, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA - Senador Edison Lobão, o Senador Sebastião Rocha apresentou emendas que tratam sobre o estabelecimento de cassinos em embarcações turísticas. V. Ex^a rejeitou as propostas de emenda com base na regulamentação que poderá advir?

O SR. EDISON LOBÃO - Não. Qual é a emenda a que V. Ex^a se refere?

O SR. ROMEU TUMA - As Emendas nºs 11, 12 e 13. A Emenda nº 11 fala realmente de cassinos em embarcações turísticas.

O SR. EDISON LOBÃO - E "exclui cassinos em simples hotéis da lista de empresas aptas a explorar o jogo".

O SR. ROMEU TUMA - Exato.

O SR. EDISON LOBÃO - Senador Romeu Tuma, declarei no meu parecer que a exclusão de hotéis e cassinos parece-nos completamente desaconselhável. O cassino em hotéis significará exatamente a promoção do turismo em nosso País. E necessitamos, urgentemente, criar meios e modos para que o turismo se exerça em grande escala no Brasil.

Essa emenda, a meu ver, é danosa no que diz respeito aos hotéis-cassinos.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra ao nobre Senador Jefferson Péres para discutir a matéria.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Senador Edison Lobão, gostaria de pedir um esclarecimento. Eu havia percebido o que me pareceu ser uma impropriedade, e fui reforçado nessa minha preocupação por um alerta de Presidente da Comissão, Senador Bernardo Cabral. Este é um projeto de lei ordinária?

O SR. EDISON LOBÃO - Sim.

O SR. JEFFERSON PÉRES - O art. 15 estabelece que lei complementar instituirá contribuição social. Parece-me totalmente impróprio. A Constituição será regulamentada por lei complementar. Agora, uma lei ordinária estabelecer que uma lei complementar...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Edison Lobão, talvez V. Ex^a pudesse fazer uma emenda de redação, o que não modificaria o sentido do projeto. Se a Comissão a aceitar, e o projeto não terá de voltar à outra Casa Legislativa. É apenas uma técnica legislativa.

O SR. EDISON LOBÃO - Sr. Presidente, o alerta de V. Ex^a foi absolutamente oportuno. Já havia me dado conta disso. Achei que havia, realmente, uma impropriedade na informação que viera da Câmara, o que agora foi reforçado pela palavra do Senador Jefferson Péres. Desde que a Comissão entenda que se trata apenas uma emenda de redação - eu entendo assim -, posso apresentá-la, e esse procedimento não determinará o retorno do projeto à Câmara dos Deputados.

Estou inteiramente de acordo com a propositura de emenda de redação que, de fato, recolocará o projeto nos termos devidos, até por mandamento constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a colocaria "lei ordinária"?

O SR. EDISON LOBÃO - Eu colocaria: "lei instituirá".

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Jefferson Péres, V. Ex^a está de acordo com a emenda de redação que vai corrigir a impropriedade legislativa?

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Edison Lobão, creio que o Plenário aceita a correção dessa impropriedade.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Se V. Ex^a quiser, tem a palavra para a declaração do voto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, tenho o maior apreço pelo Relator, mas quero dizer que votarei contra a matéria. Quero dizer que vou apresentar requerimento pleiteando que esse projeto passe por todas as Comissões da Casa. Eu não quero vê-lo aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Em discussão.

Com a palavra o eminente Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON - É o projeto sobre o jogo?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Edison Lobão, peço a V. Ex^a que preste esclarecimentos ao Senador Pedro Simon.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, creio que vou pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Lobão, esclareça o eminente Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON - Senador Edison Lobão, o projeto é favorável à regulamentação do jogo?

O SR. EDISON LOBÃO - Sim, favorável aos cassinos e ao jogo do bicho, este último já funciona há décadas e não é possível coibi-lo.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sempre existiu.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - V. Ex^a traz uma informação importante. Existe?

O SR. EDISON LOBÃO - Acho que só V. Ex^a não sabe que ele existe. A Nação inteira o sabe.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a tem o pedido de vista deferido, Senador Esperidião Amin. A secretária fará chegar às mãos de V. Ex^a.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, pretendo, nesse caso, apesar de todo apreço que tenho pelo Senador Edison Lobão, prejudicar ao máximo a tramitação do projeto, no que couber.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Jefferson Péres, concedo a palavra a V. Ex^a para discutir.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sr. Presidente, com vista coletiva, vou examinar melhor a matéria; em princípio, sou favorável, até adianto o meu voto.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, também vou pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Pedido de vista coletiva.

O SR. PEDRO SIMON - Quero dizer a V. Ex^a, Sr. Presidente, que, em princípio, sou contrário. Mas, na verdade, ...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Edison Lobão, peço atenção de V. Ex^a para o fato de o Senador Pedro Simon ser favorável à matéria.

O SR. PEDRO SIMON - Não, Sr. Presidente, sou contrário.

Acho que o projeto é muito importante para que esta Comissão, o Senado e o Congresso tomem uma decisão sobre o assunto e as coisas não continuem a ser como são hoje, em que a maior agência de jogo é a televisão. Até meu filho de três anos já quer telefonar para a emissora de televisão para ganhar um carro. Não há por que dizer que o jogo deva ser proibido; mas, parece-me que precisamos tomar uma decisão sobre esse assunto.

Formulei um pedido de informação ao Ministério da Justiça, mas não obtive resposta. Quero saber o que está acontecendo.

Ora, analisando deste ângulo, não consigo ver porque o jogo aumentaria o emprego. Realmente, não consigo ver porque o jogo aumentaria o emprego. Pode-se dizer : não, esta poupança estava sendo esterilizada e não aplicada em nada. Se é o caso, expanda-se a construção habitacional que, pelo menos produz algo útil. Isto, no ponto de vista do emprego.

Portanto, eu não consigo ver razões para isso. Reconheço que esta visão de que jogo gera emprego é uma visão já consolidada, e a meu ver, inclusive, boa parte da responsabilidade são de economistas que nunca apresentam uma visão realmente realista e bem arrumada a respeito da relação entre poupança e investimento, mas de fato, nobre Senador Edison Lobão, eu não consigo ver qual é o efeito positivo sobre o emprego que possa ter.

Há um outro aspecto que é o aspecto das divisas. Não. O pessoal que joga, hoje, fora do Brasil virá jogar aqui. Eu não acredito. Por quê? Porque as pessoas jogam fora por dois motivos. Primeiro, por causa do turismo, e isso continua. O principal item, hoje, do déficit em conta-corrente do Brasil não são os bens de

capital, não são os insumos, mas o turismo externo. Por quê? Por causa da sobrevalorização do Real. O Real do jeito como está, é mais barato se passar o fim de semana em Miami do que em Fortaleza, Salvador ou Manaus, afora, evidentemente, os custos domésticos; mas a questão principal é câmbio e, em segundo lugar, custos. Portanto, o charme de jogar fora vai se manter por causa do turismo externo e, segundo, lá fora não há o menor risco de controle por parte da Receita Federal, coisa que no Brasil sempre haverá essa possibilidade e, mais ainda, não há, também, uma observação muito fácil por causa da imprensa, de pessoas, etc. Portanto, quem de fato quiser jogar vai lá fora. Hoje, como eu disse, o custo das passagens é baixo e, além disso, tem o charme do turismo e a diferença de tempo não é tão grande. Fazer um cassino no Rio Grande do Sul não vai levar as pessoas a deixarem de ir a Montevideu - para quem vai a Montevideu - ou no Paraná, deixar de ir ao Paraguai pelo fato de que, agora, há um cassino no local.

Há um terceiro aspecto do projeto de lei - eu reconheço que é muito difícil se consertar essa situação, que é da proliferação. Se fosse uma proposta de se criar um cassino no Brasil para efeito, até, de experiência - ninguém é dono da verdade - e eu seria cético contra os efeitos, mas seria um cassino mas isto no Brasil é impossível. Nós vemos em questões de natureza econômica, as áreas de livre comércio ou as ZPEs. Quando começaram as ZPEs, era só para o Nordeste. Depois, foi aprovada as ZPEs até para Mato Grosso, Tocantins, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Por quê? Porque cada parlamentar quer levar uma coisa para o seu Estado - Já que existe, como é que eu não vou levar para o meu Estado? Vem uma pressão local da sua comunidade eleitoral e a tendência é levar para lá. A lei proibir, nós sabemos que isto tem uma limitação muito grande. Sendo uma lei ordinária, basta resolver com uma medida provisória ou com alguma pressão sobre o Governo de alguma votação importante, e troca-se o cassino a mais por uma determinada votação. O Congresso funciona desta maneira, e não é só aqui, mas em qualquer lugar do mundo. Portanto, haverá proliferação. No projeto atual, já se prevê o mínimo de um cassino por Estado, até que uma regulamentação estabeleça o número, mas já se prevê um por Estado. Eu não tenho dúvida que em todos os Estados será feito um cassino. E não tenho dúvida, também, que

quaisquer restrições que se coloquem serão levantadas, posteriormente, por pressões políticas. Portanto, nós não teremos 1 ou 2. Nós, de cara, vamos ter 27. Com a regulamentação, isto vai para 100 ou 150. Por exemplo, em Estados como Rio de Janeiro ou mesmo São Paulo, Minas Gerais e Bahia terão, certamente, projetos em regiões adequadas para 4, 5 ou 6. Portanto, isso é o que de fato tenderá a acontecer, uma proliferação. Poder-se-ia dizer: Mesmo que não crie empregos, mesmo que não traga divisas, mesmo que prolifere, qual é o lado negativo? O lado negativo, ao que me parece, podemos desdobrá-lo em dois aspectos. O primeiro, uma rede dessa natureza se presta a esquemas organizados de lavagem de dinheiro ou esquentamento; presta-se a recrutamento de prostituição - para prostituição - e para o crime. É um quadro mais ou menos natural até pela proliferação - é como uma escolinha de quadros de futebol como as de São Paulo e Guarani. As pessoas serão treinadas para isso. Será um lugar de recrutamento natural.

Há outras formas de jogo que para mim não teriam uma nota mais alta do que os cassinos como, por exemplo, os jogos pela televisão; mas aí, nem sequer existe uma rede dessa forma.

Por outro lado, eu não vejo porque o Congresso deve permanecer inerte ante esse abuso que está havendo nessa área - nós deveríamos atuar, ou seja, uma coisa não justificaria a outra.

Pois bem. Ao lado disso..

O SR. PEDRO SIMON - V. Ex^a se refere a buscar estímulo?

O SR. JOSÉ SERRA - Não, nobre Senador - eu estou falando é quanto à televisão. Por outro lado, um outro aspecto que vejo é o econômico, de dispersão de recursos, inclusive privados, mas inegavelmente empregados numa atividade que, praticamente, não tem nenhum benefício social direto no que se refere àquilo que produz. Eu não tenho dúvida de que, nesse clima de conflagração fiscal existente no Brasil, as unidades das esferas de Governos estaduais e municipais irão subsidiar, até porque, do ponto de vista da decisão local e não da racionalidade global, interessará levar o cassino mais importante para o Estado "X" e não para o Estado "X+1" que é o seu vizinho. Portanto, aí haverá uma guerra em que os dois perderão como está acontecendo hoje,

com a guerra fiscal no Brasil em que, no final, no agregado, todos acabarão perdendo. Portanto, eu vejo esses dois prejuízos.

Nobre Senador Edison Lobão, eu quero dizer a V. Ex^a que eu não tenho posição contrária ou doutrinária quanto ao jogo. Eu tive a paciência e, inclusive, recorri a alguns Deputados evangélicos que são meus amigos para uma pesquisa na Bíblia. Não há nenhuma referência na Bíblia contrária aos jogos. Os jogos não estão nem entre os "Dez Mandamentos". A Bíblia proíbe até cobiçar - e não ter - a mulher alheia, do próximo, mas não proíbe o jogo.

Olhei também os "Sete Pecados Capitais" - o jogo não está incluído nos "Sete Pecados Capitais". Eu sou cristão e não se trata, aqui, de um problema religioso. Tive o cuidado de olhar a Bíblia. Não é um problema de, em princípio, ser contra o jogo.

O SR. PEDRO SIMON - V. Ex^a olhou toda a Bíblia?

O SR. JOSÉ SERRA - Sim, toda a Bíblia - a confiar nos eruditos. Para que V. Ex^a tenha uma idéia, um dos Deputados que consultei conhece toda a Bíblia de memória - S. Ex^a me deu os números dos diversos capítulos, o que me fez ficar tranqüilo. Não haveria problema quanto a isto. Eu duvido que na época de Herodes não houvesse alguma forma de jogo na Palestina - é impossível que não houvesse. Agora, realmente, a questão é de natureza social, econômica e política. Eu não vejo razão para, nesta altura, com tantos problemas que temos, dar mais um encargo, inclusive para as forças de segurança porque vem sempre o argumento: "Haverá crime? Vamos reprimir." Muito bem. Tem-se que investir nisso; tem que haver investimento. Portanto, realmente, eu não consigo

O SR. PEDRO SIMON - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ SERRA - Pois não.

O SR. PEDRO SIMON - Quero felicitar V. Ex^a pela brilhante exposição, e vejo que já estudou com profundidade a matéria. Os meus cumprimentos. Mas eu me identifico com V. Ex^a, que não estava aqui quando disse que concordo com V. Ex^a, que sempre votei contra o jogo. Quando governador do Estado, tinha o problema do jogo do bicho; como fazer e quando não fazer. No Rio Grande do Sul, na Polícia Civil, a maior forma de corrupção que havia era o jogo do bicho, porque lá pelas tantas se dava uma batida, se prendia não sei quantos e aí se fazia a adaptação da nova comissão. Eu liberei o jogo do bicho no Rio Grande do Sul.

Eu digo: ninguém pode pagar comissão para a polícia. Quem paga é criminoso. Mas na verdade V. Ex^a há de convir - como diz o Senador Edison Lobão - há mais de 30, 40 ou 50 cassinos clandestinos. Agora, o mais grave que está acontecendo hoje - me perdoe a sinceridade - é a televisão. Com a televisão, o cassino está entrando na nossa casa; você pega o telefone e não sabe nem quem é. Vou ver nas contas de telefone e não sei nem o que é; é a empregada doméstica, é o cidadão que entrou ali. Eu estava dizendo que o meu filho diz: mamãe, telefona para ganhar o carro. Então, isso é um incentivo. Acho que deveríamos aproveitar esse projeto para analisar o conjunto da realidade.

O SR. JOSÉ SERRA - Inclusive, Senador Pedro Simon, fiz referência a esse aspecto da televisão que não há por que o Congresso não tomar providência a esse respeito.

O SR. PEDRO SIMON - Agora, tudo quanto é cinema está transformado em bingo. O que tem de bingo em Porto Alegre é um coisa fantástica.

O SR. ROMEU TUMA - Só desejo acrescentar. Quando caiu o muro de Berlim, e a União Soviética se desintegrou, as forças de segurança - apenas para argumentar a favor do que V. Ex^a está expondo aqui - convidaram cinco países na área de segurança para discutir o crime organizado. Nós fizemos uma reunião na Polícia Federal para sabermos qual era a atividade que tinha um aspecto economicamente organizado, e só descobrimos o jogo de bicho. Apesar de ser contravenção, os investimentos a exploração de outros tipos de delitos estavam como crime organizado. Era o único que tinha uma estrutura economicamente formada.

O SR. JOSÉ SERRA - Eu não tenho dúvida que seria uma base potencial para isso ou não. Sei que se pode dizer que a Polícia Federal vai atuar, a Receita Federal vai atuar. Mas a Polícia Federal e a Receita Federal não conseguem cumprir suas funções no que se referem às fronteiras por insuficiência de quadros, por um conjunto de fatores. V. Ex^a sabe disso. Ora, imagina dar a elas uma nova atribuição nessa área. Quer dizer, uma atribuição que praticamente vai se esparramar do Oiapoque ao Chuí. Não tenho dúvida disso. Inclusive os freqüentadores não vão ser aqueles que vão jogar em Las Vegas, Assunção ou Monte Carlo, onde, diga-se de passagem, apesar de tudo o que se fala, apenas 3% da receita pública de Monte Carlo vem dos cassinos, apesar de todo o mito

que se cria a esse respeito. Ninguém vai deixar de fazer isso para ir jogar ou no Oiapoque ou no Chuí, não vou citar o nome de cidade. Mas ninguém irá fazer isso.

Portanto, Sr. Presidente, meu caro Senador Edison Lobão, com o respeito que V. Ex^a sabe que me merece, eu me permiti vir aqui para expor essas idéias. Conhece V. Ex^a as idéias, já escrevi a esse respeito, é uma questão antiga que tenho tratado, mas acredito que é importante trazer ao Senado essas considerações. Soube aqui pelo Presidente que o Senador Esperidião Amin pediu vista e, portanto, esta questão ainda voltará à discussão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Já temos número para votar.

Pergunto se existe algum Senador que queira usar da palavra sobre a matéria do cassino.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jefferson Péres e, após, ao Senador Ramez Tebet, que Senador Ramez Tebet já declinou da palavra devido ao pedido de vista.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Creio que é uma discussão muito útil, Sr. Presidente, e deve continuar, enquanto esperamos mais Senadores.

Eu já conhecia os argumentos do Senador José Serra no artigo que ele publicou e teve a gentileza de me remeter, como certamente a outros Senadores.

Não me parece, Senador José Serra, que a legalização seja defensável porque seja geradora de empregos, ou porque vai impedir que brasileiros viagem para jogar e, menos ainda, porque atrairia turistas para jogarem no Brasil. Esses argumentos são inconsistentes e não me convencem.

O que me leva a defender a legalização do jogo do bicho, não necessariamente na forma deste projeto, mas alguma forma de legalidade, em primeiro lugar, é que o jogo é um fato que parece inerradicável; o jogo do bicho está tão entranhado culturalmente no povo brasileiro que se espalha por todo o País livremente. Os cassinos são tão clandestinos que, segundo o Senador Edison Lobão, sabe-se até o número deles - são 52, hoje, no Brasil.

Que argumento me comove a favor da legalização?

Em primeiro lugar, V. Ex^a fala em um possível aumento de corrupção e prostituição. O que existe atualmente é corrupção da polícia, propina do jogo...

O SR. EDISON LOBÃO - Corrupção de policiais por conta do jogo clandestino.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Exatamente.

E a evasão fiscal, Senador José Serra. São milhões sonegados ao Fisco. V. Ex^a fala nos incentivos fiscais que Estados concederiam, e eu acredito que por isso se impõe um tributo federal, talvez até com vinculação, por exemplo, para a saúde ou para a educação, e compartilhado pelos Estados. É uma quantia vultosa que está sendo sonegada ao Fisco, ao Poder Público, sem a menor dúvida, sem nenhum proveito para a Nação. Isso acaba com a hipocrisia, com o desrespeito à lei.

Por último, Senador José Serra, para repetir uma **boutade** muito conhecida e hoje lembrada por um cronista, à exceção da jabuticaba, porque só existe no Brasil, deve ser coisa ruim. Segundo o Senador Edison Lobão, acredito que S. Ex^a pesquisou, é o único País da América do Sul que não admite cassinos.

O SR. EDISON LOBÃO - O único.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Não me consta que em Punta del Este, Senador José Serra, ou em Mar del Plata haja mais lavagem de dinheiro ou prostituição do que no Brasil por conta do jogo.

O SR. JOSÉ SERRA - Permite-me um aparte, nobre Senador?

O SR. JEFFERSON PÉRES - Pois não.

O SR. JOSÉ SERRA - A questão nesse aspecto tem uma diferença, porque o que acontecerá no Brasil não será um cassino, como no Chile existe um cassino em Viña del Mar ou no Uruguai existe em Punta del Este. Nós teremos uma proliferação pelas características do tamanho territorial e pelas características da federação.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Seria um por Estado, fácil de fiscalizar?

O SR. JOSÉ SERRA - Na verdade, mais de um por Estado, porque o que vai acontecer é a chamada pressão política; diante de cada situação, nós vamos ter uma rede que rapidamente nos levará ao primeiro lugar no mundo em disseminação territorial

e em número. Mesmo nos Estados Unidos, os cassinos, na prática, estão confinados a Atlantic City e a Las Vegas. Se fosse possível ter uma emenda constitucional não permitindo uma ampliação sucessiva dessa rede, por exemplo, colocando em Manaus ou colocando aqui um, dois ou três cassinos, tudo bem! Mesmo sendo cético a esse respeito, pelo menos não teríamos essa rede organizada. V. Ex^a fala que pelo fato de que existe, vamos legalizar. Seria algo parecido com a questão da maconha. O consumo da maconha é alto no Brasil. Eu pessoalmente me oponho à legalização. Por quê, se há consumo? Porque vai ser a porta de entrada, não pela maconha em si, mas para a disseminação da droga. Quer dizer, a questão da legalização não é irrelevante para efeito do recrutamento, até porque se facilita. Mais ainda, V. Ex^a pressupõe que o empresário paulista, ou a dondoca paulista, que hoje joga no Morumbi, numa casa de luxo, tendo cassino legalizado, vai jogar no cassino legalizado. Não. Provavelmente irá para outro lugar, exatamente por causa das questões de controle, de receita, de exposição e tudo mais.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Creio que muitas dondocas irão ao cassino jogar, da mesma forma como jantam em restaurantes, embora tenham bons cozinheiros em suas casas. É um lugar de encontro social, é agradável um cassino.

Certo é, Senador José Serra, que hoje temos jogos que não pagam um tostão de tributo e que dão empregos informais. Prefiro jogos com emprego, com carteira assinada e com recolhimento de tributos.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET - Sr. Presidente, são rápidas considerações. Eu me permito pedir licença a V. Ex^a para não falar tanto, ou mesmo não falar, para ganhar tempo, porque vejo que há matérias importantes, e há um pedido de vista com relação a matéria específica, à legalização dos jogos de azar. Mas eu queria me dirigir ao Senador José Serra num ponto da sua fala, quando falou contra as áreas de livre comércio.

Gostaria de dizer, Senador José Serra, que eu também sou contra a proliferação dessas áreas de livre comércio. Mas falo isso, quando se está tratando de legalização de jogos de azar, porque meu Estado tem sofrido muito pela falta de entendimento das autoridades governamentais com relação a três municípios que

fazem divisa com outros Estados da Federação. O comércio em Bela Vista, Corumbá e Ponta Porã, Senador, está com suas portas fechadas, porque não têm condições de concorrer com o comércio que se realiza nas cidades do Paraguai e da Bolívia.

Sou contra a área de livre comércio quando é só para estimular o comércio, quando não há características peculiares. Mas, nesse caso, temos que entender que não podemos sacrificar o Brasil. E estamos sacrificando o Brasil, porque não queremos reconhecer determinadas situações de fato.

Esse é apenas um comentário a *latere*, porque ouvi V. Ex^a se referir a isso; não só às áreas de livre comércio, como também às ZPEs.

O SR. JOSÉ SERRA - Permite-me um aparte, nobre Senador?

O SR. RAMEZ TEBET - Pois não.

O SR. JOSÉ SERRA - Não fiz juízo de valor a respeito de áreas de livre comércio ou de Zonas de Processamento de Exportações. O que disse é que não se seguiu a proliferação. V. Ex^a pode argumentar, com razão, no caso de algumas cidades de Mato Grosso. Mas, certamente, jamais consideraria a hipótese que Brasília pudesse ter uma área de livre comércio, porque não tem, nem remotamente, esse problema que V. Ex^a aponta; ou outros Estados do Brasil - que vou permitir-me não citar, porque de repente pode parecer uma desconsideração - que têm propostas de área de livre comércio que não têm sentido. E aqui no Congresso, Senador Ramez Tebet, não segura. Por quê? Porque é problema de peso, de pressão política e da relativa irrelevância, que é a criação de uma a mais. Ou seja, o que V. Ex^a diz, na verdade, reforça meu ponto de vista. Há algum lugar que poderia se justificar, mas há outros em que não se justifica e que no entanto se faz, se gera pressão, exatamente pela irrelevância de cada caso isoladamente.

O SR. RAMEZ TEBET - Agradeço e vou buscar o apoio precioso de V. Ex^a em defesa desses municípios a que me referi.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão.

Em seguida, passaremos à votação da emenda constitucional relatada pelo Senador Jefferson Péres.

O SR. EDISON LOBÃO - Sr. Presidente, peço a atenção dos eminentes companheiros...

O SR. SENADOR - (Inaudível. Fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Já houve um pedido de vista, mas, como não tínhamos número, fomos ampliando a discussão. Agora, como já temos número suficiente para votar, seria interessante que votássemos, senão vamos perder a oportunidade. Temos agora 15 Srs. Parlamentares.

O SR. ROBERTO FREIRE - Votar o quê?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Votar três emendas constitucionais.

O SR. EDISON LOBÃO - Farei rápidas considerações, Sr. Presidente.

O Senador José Serra é muito claro nas suas posições, como sempre foi. S. Ex^a faz uma participação objetiva e transparente nas questões em relação às quais está de acordo ou contrário.

Vamos examinar alguns pontos aqui referidos por S. Ex^a.

Manifesta o Senador José Serra preocupação com o número de cassinos que possa surgir no Brasil. Em primeiro lugar, a regulamentação da lei poderá fixar, com rigor, o número de cassinos para o País. Segundo, haverá um outro instrumento de limitação mais rigoroso, que é o próprio mercado. Não se pode abrir cem cassinos num Estado que só comporta um ou dois, porque vão quebrar todos. Esse é um mercado, tanto quanto os demais, muito sensível. Haverá, portanto, a limitação natural, além daquela que pode ser feita com a regulamentação.

Quanto ao problema do número de empregos, o cassino é gerador de mão-de-obra, de empregos. Quantos empregos foram gerados nos Estados Unidos com os cassinos? Mais de 200 mil empregos. Aqui, no Brasil, em 1946, quando foram fechados os cassinos, havia 40 mil brasileiros - numa população de 50 milhões de brasileiros - trabalhando diretamente nos cassinos. Então não há dúvida de que os cassinos são altamente geradores de emprego.

Senador José Serra, V. Ex^a fala que nos Estados Unidos somente em duas cidades existem cassinos?

O SR. JOSÉ SERRA - Disse principalmente dois focos: Atlantic City e Las Vegas.

O SR. EDISON LOBÃO - Na verdade, os cassinos existiam, até pouco tempo, em Nevada, Nova Jersey e Porto Rico.

O SR. JOSÉ SERRA - New Jersey e Atlantic City.

O SR. EDISON LOBÃO - Quantos cassinos? Mais de cem cassinos ali funcionavam. Agora, até em razão do interesse das reservas indígenas, mais de dezessete Estados nos Estados Unidos estão adotando cassinos. Qual é o movimento, anual, em dólares, nos Estados Unidos? Quase US\$ 40 bilhões giram nos cassinos dos Estados Unidos.

Prostituição e lavagem de dinheiro. Não acredito que isso possa ocorrer no Brasil, porque não ocorre em outros países. Será que o brasileiro tem uma vocação especial para a delinquência que os outros países não têm? Não posso acreditar nisso.

Mas vejamos o que diz aqui, por exemplo, o maior especialista brasileiro, um dos maiores do mundo, em matéria de cassino, que é o Sr. Ciro Batelli. Aliás, eu pediria a V. Ex^a, Sr. Presidente, que o convidássemos para falar aqui na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, na próxima semana, no dia da votação, sobre esta questão. Ele poderá nos dar informações preciosas.

O que diz Ciro Batelli sobre prostituição nos cassinos? Vejamos um trecho de sua entrevista à revista **Exame**.

"- E a prostituição? Las Vegas tem a fama de ser uma cidade onde a prostituição é legal."

Ele responde:

"- No Estado de Nevada, a prostituição é crime. Obviamente não posso atestar que prostitutas não entrem em cassinos. Mas não facilitamos a prostituição, em hipótese alguma, por um interesse comercial e até moral. Queremos você lá para jogar em nosso cassino e não para sair com mulheres. A prostituta seria uma concorrente do cassino. Ela o tiraria da nossa mesa de jogo para levá-lo à cama do jogo dela. Se identificadas por nossos seguranças, as prostitutas são convidadas a se retirarem e não mais retornar ao cassino."

Verifica-se que é o contrário do que se diz.

Por último, Sr. Presidente, no que diz respeito aos interesses religiosos, verifico que o Senador José Serra já fez uma incursão, oportuna até, pelas Sagradas Escrituras e já absolveu o

cassino. Nada tem a ver com a religião. Fico até satisfeito com a informação que nos traz o eminente Senador José Serra.

Quanto ao mais, insisto no convite que devemos fazer ao Sr. Ciro Batelli, que é um brasileiro, para que ele nos ajude a encaminhar esse problema.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência vai colocar o requerimento de V. Ex^a em votação, para convidar o Sr. Ciro Batelli, que deverá pagar suas despesas, porque a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania não pode arcar, se aprovado pelo Plenário

O SR. ROBERTO FREIRE - Voto contrariamente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Já há dois votos contrários. Mas, de qualquer maneira, a Presidência tem que colocar em votação, respeitando o requerimento.

Os eminentes Senadores José Serra, Roberto Freire e Ramez Tebet são contrários à vinda.

Rejeitado, pela maioria, o requerimento do Senador Edison Lobão.

Concedo a palavra ao eminente Senador Jefferson Péres, para relatar o item nº 36 da pauta.

O SR. ROBERTO FREIRE - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - É sobre a matéria?

O SR. ROBERTO FREIRE - Sim, é muito rápido, para falar um pouco sobre a minha posição.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Tem a palavra o Senador Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE - Sr. Presidente, tenho uma preocupação em relação à evolução da questão do jogo nos Estados Unidos e gostaria que o Relator, Senador Edison Lobão, dissesse se isso é verdadeiro, já que S. Ex^a está conhecendo bem como é esse processo nos Estados Unidos, onde existiam cassinos apenas em dois lugares e agora se expandiram para outros lugares. Seria interessante, talvez, que nós, ao analisarmos a matéria, analisássemos essa evolução nos Estados Unidos.

O primeiro lugar, nos Estados Unidos, que foi definido para a liberação do jogo foi um deserto, Las Vegas, com a idéia exatamente de não colocar o cassino onde já existem atrações turísticas, onde já existe um processo de economia voltado para

outros atrativos que não o jogo. E a definição norte-americana foi dizer que o deserto de Nevada foi utilizado para a implantação do jogo, até como uma forma de desenvolvimento.

Eu queria trazer esse dado à colação, porque, num primeiro momento, quando se discutiu esse assunto na Câmara dos Deputados, levantei a tese e, claro, não é puxando para o Nordeste - não há nenhum sentido regionalista -, mas é de se imaginar, por exemplo, que a área do Polígono das Secas pudesse ser definida, num primeiro momento, delimitando-se a área de jogo, onde não existem perspectivas econômicas, onde pode ter atrativos inclusive turísticos da região, mas que necessitaria de um investimento. Esses investimentos poderiam ser feitos com a legalização do jogo, mas em área localizada e restrita. E, posteriormente, a mesma evolução que houve nos Estados Unidos poderia haver aqui também.

Eu até disse que se trata de uma região que, no Brasil, pouco se conhece, salvo quando se fala nela, como hoje, quando se comemora Canudos ou quando se fala do nosso Lampião, no Raso da Catarina. É uma região que tem atrativos turísticos, mas não tem nenhuma infra-estrutura. Talvez, o jogo legalizado restrito a essa área, tal como nos Estados Unidos, na definição e criação de Las Vegas, pudesse ser um primeiro passo, e um passo delimitado, e se imaginar uma evolução não abrindo, como se abre nesse projeto.

Temos regiões que não necessitam de geração de emprego por cassino, até porque há outras atrações turísticas; já há uma rede hoteleira, toda uma economia já estabelecida.

Nesse momento, aproveitaríamos e estabeleceríamos em áreas, onde não existe investimento, onde não existe essa infra-estrutura, onde pode haver o desenvolvimento.

Então, neste sentido, eu queria levantar esta ponderação: não deveríamos iniciar abertamente com isso, mas de uma forma que houvesse uma evolução natural, até para que se tenha a capacidade de melhor regulamentar, de melhor se precaver contra o que pode haver de desvios, porque, é verdade, pode não haver disputa porque não querem as concorrências do crime organizado, do tráfico de drogas, da prostituição, mas isso acompanha. Poderíamos ter, talvez, uma limitação inicial, definindo em que região, em que área, até numa perspectiva de desenvolvimento dessa área.

Era essa a ponderação que eu queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Essa foi a ponderação do Senador José Serra no começo. Juntam-se as ponderações.

O SR. ROBERTO FREIRE - É muito importante, porque gosto de estar sempre na companhia do Senador José Serra.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a ainda não estava presente.

O SR. LEVY DIAS - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a quer falar sobre a matéria? (Pausa.)

Eu lhe pediria, então, que fosse o último orador, Senador Levy Dias.

Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. LEVY DIAS - Sr. Presidente, creio que é muito importante deixarmos registrado que, sinceramente, nunca entrei na discussão desse assunto. Hoje, aqui na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, eu também não iria falar, porque os dois titulares do meu Partido estavam presentes, mas agora saiu o Senador Epitácio Cafeteira, e eu queria deixar...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Levy Dias, quantas vezes V. Ex^a estiver aqui, a Presidência garantirá a palavra a V. Ex^a.

O SR. LEVY DIAS - Muito obrigado, Sr. Presidente!

Eu apenas queria deixar registrados alguns pontos que, a meu ver, são importantes.

Sr. Presidente, há muito tempo essa discussão vem-se arrastando no Brasil e existem muitas forças poderosas contrárias. Não é problema de moral, de religião. Existem muitos interesses envolvidos nisso. A quem interessa e a quem não interessa instalar cassinos no nosso Brasil? Se analisarmos friamente, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, temos seis milhões de quilômetros quadrados de cassinos no nosso Brasil. O simples teclar de um telefone, num dia de jogo, por R\$3, para concorrer ao sorteio de automóveis, é um exemplo. Lembro-me de que a **Veja** publicou que, no dia da luta do Mike Tyson contra Evander Holyfield, naquela noite, foram dados três milhões de telefonemas, ou seja, um faturamento de U\$9 milhões.

Gente que bate no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal está sorteando automóvel na televisão de meia em meia hora. As Senas, as Telesenas, os Papa-Tudos, as Loterias da Caixa Econômica Federal... Creio que estamos querendo ser mais reais do que o rei!

Existe um interesse muito grande de forças policiais que não querem o registro. Por quê? É muito mais simples o jogo do bicho corromper uma parcela da polícia. Existe um volume muito grande de interesse que não quer isso.

Srs. Senadores, deixo registrado que devemos analisar esse assunto com muita frieza, com muita tranquilidade. Sou favorável a convidar para vir aqui um especialista como o Ciro Batelli, como disse o Senador Edison Lobão. Eu assisti a um programa de televisão do João Dória Júnior em que era feito um debate sobre o assunto com o Ciro Batelli, que não conheço, e senti que ele é uma das grandes autoridades de todo o mundo nessa área. Não tenho nenhum preconceito em convidá-lo para vir aqui e nos esclarecer.

O Brasil, hoje, é um grande cassino. Uma grande parte desse cassino não é oficializada. Isso é verdade, deve ser dito e registrado. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal deve analisar esse aspecto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Com a palavra o eminente Senador Jefferson Péres, para relatar o Item nº 36 da pauta.

Chamo a atenção dos Srs. Senadores para o fato de que, logo em seguida, há um expediente do eminente Senador Beni Veras, pedindo preferência, que já foi deferida, para oferecer seu parecer acerca de cinco emendas de redação, apresentadas em plenário durante a discussão, em segundo turno, da PEC nº 33/96. Uma das manifestações do eminente Senador é quanto à expressão "aos que", transformando-a em "aos servidores públicos e aos segurados do Regime Geral da Previdência Social que"... Logo a seguir, Senador Beni Veras, a Presidência pedirá a V. Ex^a que tome assento para relatá-las.

Com a palavra o Senador Jefferson Péres para relatar o Item nº 36, que trata da Justiça do Trabalho.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sr. Presidente, o meu parecer já foi lido na reunião anterior.

Resumirei apenas o seu conteúdo para conhecimento dos que não ouviram a leitura: trata-se de uma proposta de emenda à Constituição do Senador Gilberto Miranda, que extingue os Juízes Classistas da Justiça do Trabalho.

Apresentei um substitutivo, que extingue essa categoria nos Tribunais, tanto no Tribunal Superior do Trabalho quanto nos Tribunais Regionais, mas que mantém os Vogais nas Juntas de Conciliação e Julgamento.

Após a leitura, foi concedida vista coletiva. Chega-me às mãos agora uma emenda do Senador José Eduardo Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Jefferson Péres, V. Ex^a quer se manifestar sobre a emenda?

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Peço atenção dos Srs. Parlamentares para o parecer do eminente Relator sobre a emenda do Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JEFFERSON PÉRES - O caso é o seguinte: dê-se ao **caput** do art. 116 da Constituição Federal a seguinte redação:

A Junta de Conciliação e Julgamento será composta de um Juiz do Trabalho, que a presidirá, e de dois Vogais Classistas temporários, representantes dos empregados e empregadores, sendo seus cargos considerados honoríficos.

Ou seja, mantém o Vogal, mas torna a função não remunerada. Na justificativa, S. Ex^a diz que a União deve arcar apenas com os custos do deslocamento do Vogal, à semelhança do que existe no Direito Processual do Trabalho Alemão.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Passe a manifestação de V. Ex^a, Senador Jefferson Péres.

Em seguida, concederei a palavra a V. Ex^a, Senador Lúcio Alcântara.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Creio que o ideal seria que os vogais fossem mantidos sem remuneração; porém, sei que, realisticamente, isso não funcionaria. Na verdade, haveria um grande desinteresse, e isso dificultaria o funcionamento das Juntas de Conciliação e Julgamento. Em princípio, sou favorável, mas a realidade alemã é diferente da brasileira. É outro país, outra cultura, outra situação. Suponho que, no Brasil, isso não funcionaria na prática.

Por isso, dou parecer contrário à emenda e mantenho meu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O parecer do eminente Relator é contrário. Pergunto ao eminente autor da emenda se V. Ex^a gostaria de fazer uso da palavra. (Pausa.)

Com a palavra o Senador José Eduardo Dutra.

Em seguida, concederei a palavra ao eminente Senador Lúcio Alcântara.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, concordo com o parecer do Senador Jefferson Péres, que é favorável à extinção, exceto no caso das Juntas de Conciliação e Julgamento.

Proponho que se mantenha no caso das Juntas de Conciliação e Julgamento e com caráter honorífico, porque entendo que isso contribuirá para aumentar a representatividade desses classistas que existem nas Juntas de Conciliação e Julgamento.

Pelo fato de os juízes classistas serem razoavelmente bem remunerados em comparação com o salário dos trabalhadores, no caso dos seus representantes, a forma de indicação, muitas vezes, não é feita pela sua representatividade. Muitas vezes, são representantes de sindicatos fantasmas, mas, por ter ligação com o Governador ou com agentes políticos do Estado ou da região - também por ser um cargo atrativo -, há, na prática, o famoso "pistolão" para que esses classistas sejam indicados.

A partir do momento em que o cargo passa a ser honorífico e que, portanto, perde a atratividade do ponto de vista remuneratório, estaremos contribuindo para que esses classistas tenham o mínimo de representatividade, que é o que queremos, na medida em que concordamos que, no caso da Junta de Conciliação e Julgamento, seria interessante manter esta representação classista.

Em função desses argumentos, mantenho a emenda e a defendo.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador José Eduardo Dutra, V. Ex^a pede destaque?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Peço destaque e solicito que o Senador Jefferson Péres, à luz desses argumentos, possa reavaliar o seu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, sei que essa matéria já está em estado adiantado de apreciação por parte desta Comissão. Mas eu, como outros nobres Srs. Senadores, indagava ao Plenário e à Presidência.

Tendo em vista a natureza dessa matéria, o fato de ser uma alteração profunda na Justiça do Trabalho, implantada como tal há muitos anos pelo Presidente Getúlio Vargas - talvez esse argumento não tenha amparo regimental -, creio que é uma matéria cujo exame precisa ser mais demorado, estudado com mais cautela.

Por exemplo, indaguei ao nobre Senador Jefferson Péres, que estudou a matéria em profundidade, como fica a situação dos atuais detentores de mandatos, seja no TST, nos TRTs, ou nas Juntas. A emenda não fala sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A emenda não prevê essa situação.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Eles perderiam automaticamente? Essa é uma pergunta.

Algum tempo atrás, examinei, por exemplo, a legislação sueca sobre isso, porque me foi dito, em algum momento, que isso era uma peculiaridade do Brasil. Verifiquei que, na Suécia, há a figura do representante classista no julgamento dessas questões, não sei se nos Tribunais Superiores, etc., mas há a presença da representação classista na Justiça sueca para cuidar dessas questões trabalhistas.

Então, Sr. Presidente, não sei se há ambiente para isso, mas penso que, pelo menos o Senador Pedro Simon e o Senador Esperidião Amin, comungam a mesma idéia nossa. Gostaria de verificar se poderíamos adiar essa votação no sentido de estudarmos isso com mais cuidado, com mais profundidade.

Creio que o Senador Jefferson Péres foi cuidadoso, cauteloso. Talvez me situasse até numa posição intermediária, apenas tirasse a representação do TST, mas até o TRT ficaria.

No caso, a minha proposta seria no sentido de adiarmos essa votação. Não sei se o Plenário pensa assim e não sei nem se temos número para deliberar, mas o Senador Pedro Simon também quer se manifestar e, certamente, ele pode trazer alguma sugestão sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Se o Senador José Serra não sair, o eminente Senador Romeu Tuma pediu que o chame aqui à comissão. Teremos número para decidir.

O SR. SENADOR - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a tem a palavra.

O SR. SENADOR - Sr. Presidente, para uma questão de ordem. Temos uma proposta de emenda constitucional, que é da autoria do Senador Gilberto Miranda; temos um parecer do Senador Jefferson Péres e temos uma emenda.

O parecer do Senador Jefferson Péres tem a característica de um substitutivo. O que quero indagar de V. Ex^a é: se votarmos hoje, votaremos com preferência ao substitutivo?

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Votaremos dando preferência ao substitutivo, que é o que V. Ex^a vai submeter à votação, se viermos a votar hoje. Digamos que haja uma rejeição do substitutivo. V. Ex^a colocaria, então, em votação o projeto?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O projeto.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - A proposta de emenda constitucional de autoria do Senador Gilberto Miranda, que suprime inteiramente a figura do juiz classista.

Não sendo aprovada a proposta original, indago de V. Ex^a se ainda assim, como uma terceira alternativa, seria passível de votação a emenda do Senador José Eduardo Dutra, ou se, caindo as duas propostas, a emenda também cairia. Porque se a emenda não é dotada de assinaturas, creio que também não pode ser votada. Mas coloco até como uma dúvida e uma pergunta a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A inquietação de V. Ex^a tem procedência. Há uma proposta do eminente Senador Lúcio Alcântara que...

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, pela ordem, eu pediria a benevolência de V. Ex^a, porque me escapou um detalhe. Quais são as restrições principais que fazem à figura do classista? Uma é no mundo jurídico, os juízes togados, a Magistratura, que entendem que, principalmente nos tribunais, não teria sentido a presença de um leigo convivendo ali e decidindo com os juízes togados, pessoas especialmente treinadas para o exercício da judicatura. Esse é um argumento de ordem jurídica.

Mas a grande celeuma, a antipatia, a reação que se criou na sociedade em relação ao juiz leigo ou classista foi a questão da aposentadoria. Criou-se toda uma reação sob o argumento de que pessoas com pouco tempo de serviço, pelo menos como juízes, terminavam se aposentando com um gordo salário.

Esse argumento já foi eliminado, porque o Poder Executivo editou uma medida provisória na qual impede realmente essa aposentadoria, além de um aviso ministerial enviado pelo então Ministro Nelson Jobim à Presidência da República, que veda completamente a indicação de quem quer que possa, ali chegando, completar tempo para se aposentar como juiz.

Então, os argumentos que mais tenho ouvido - não sei se haverá outros por aí - são esses. De um lado, a questão da aposentadoria, porque poderia parecer um privilégio inaceitável, um favorecimento; e de outro, no mundo jurídico, no mundo do Direito, em que há uma não aceitação da presença desses juízes classistas.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - V. Ex^a me permite um aparte, Senador Lúcio Alcântara?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Pois não.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Quero apenas situar a minha posição na defesa da extinção do juiz classista, que não se enquadra em nenhum desses dois pontos.

A minha posição pela extinção do classista diz respeito à maneira pela qual defendo a estruturação da Justiça do Trabalho no Brasil, à retirada do poder normativo que tem a justiça do trabalho. Nesse sentido, é dispensável o juiz classista. Então, não é uma mera questão de aposentadoria e nem um espírito de corpo por parte dos juízes togados contra os classistas. Diz respeito a uma visão que tenho de estruturação da Justiça do Trabalho.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Muito bem. Então indago de V. Ex^a - e me perdoe se a pergunta não for cabível - se a simples eliminação dos juízes classistas vai afetar a organização da Justiça do Trabalho a esse ponto de extinguir o poder normativo que tem hoje.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Não, claro que não. É lógico que isso depende de uma reformulação geral.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Essa é uma alteração pontual. Discutir aqui uma proposta de reestruturação do Poder

Judiciário é outra coisa, de competência, de amplitude das decisões.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Mas isso não está em discussão aqui agora.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Quero dizer que a preocupação de V. Ex^a de nenhuma forma vai ser acudida pela supressão da figura do juiz classista.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sim, mas se for esperar uma reformulação global, nunca vou conseguir ter avanços.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - V. Ex^a vai continuar com a mesma insatisfação com a organização, com os poderes da Justiça do Trabalho. Não vai melhorar.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Acho que é um avanço que pode contribuir nessa direção. Se for esperar um projeto para reformular como um todo, vamos ficar parados no mesmo lugar sempre. Entendo que essa é uma forma inclusive de avançar nesse tipo de trabalho que defendo.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Jefferson Péres, pediria a V. Ex^a que, como Relator, aguardasse três manifestações: a do Senador Roberto Freire, Francelino Pereira e Pedro Simon.

V. Ex^a pode concluir, Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Então, Sr. Presidente, eram esses os argumentos que eu queria trazer adicionalmente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE - Acho que o Senador Lúcio Alcântara trouxe aquilo que aparentemente era o motivo de toda a discussão relativa ao tema juiz classista. Trata-se de privilégios, alguns abusos, particularmente na questão do tempo de serviço e das aposentadorias. Mas acho que isso deve ser resolvido tal como o foram os temas relativos aos privilégios ou abusos. E acho que isso já foi tratado. Talvez esse seja o aspecto aparente, mas irrelevante, no caso ora tratado.

O que acho que se está discutindo concretamente no bojo da reforma do Judiciário é até mesmo algo mais profundo: a própria existência da Justiça do Trabalho. Essa é uma discussão que existe no mundo jurídico; existe quando se fala em desregulamentação; portanto, é algo que vem sendo discutido com

maior profundidade. Está-se debatendo agora a figura de uma junta de conciliação, que tinha sentido na época em que foi criada, por uma filosofia política do governo do Estado Novo, a conciliação entre capital e trabalho. Quando as relações trabalhistas no Brasil não tinham a magnitude que hoje têm, em termos de classe operária e suas relações com os empregadores, imaginava-se que, numa Junta, os representantes do conflito poderiam conciliar. Isso deixou de existir. É caso raro isso acontecer. Está-se discutindo que essa conciliação pode ser feita até por arbitramento. É a nova figura que o mundo do trabalho que aí está quer colocar nas relações litigiosas. Não se quer mais a conciliação via Justiça. Diante dessa visão é que se está discutindo o porquê da continuidade da existência da Junta de Conciliação e Julgamento com três juízes, quando um só poderia julgar o litígio que necessita da intervenção do Judiciário. Fora disso, na conciliação, é a figura do árbitro que se pretende colocar na relação entre as partes através das instituições sindicais que as representam. Isso talvez pudesse dar condições, mesmo não aprofundando a discussão, de ampliar a Justiça do Trabalho, com um único juiz. Três juntas se transformariam em três Varas, com três juízes, que por si só poderiam desafogar a Justiça sem que isso onere ou aumente os custos do Poder Judiciário.

Creio que, pela transformação que ocorreu no conceito de trabalho, no Brasil, por causa da própria filosofia que se começa a ter, moderna, não mais vinculada à Carta Del Lavoro, ao fascismo, à cooperação entre as classes - não há, todavia, a colocação da luta entre classes - deve-se retirar o que não é mais característica das juntas: a conciliação. Por isso, esse projeto vem ao encontro de algo que se discutiu na Constituinte. O Substitutivo do Senador Jefferson Péres foi votado, teve nosso voto favorável, e continha a emenda Egídio Ferreira Lima, segundo a qual haveria a manutenção dos juízes apenas nas Juntas de Conciliação, não mais nos tribunais. Fomos derrotados. Penso que esse é o momento de se aprovar...

O SR. PEDRO SIMON - Na Constituinte?

O SR. ROBERTO FREIRE - Na Constituinte. Exatamente o Substitutivo do Senador Jefferson Péres. Foi uma emenda de Egídio Ferreira Lima, segundo a qual o juiz classista existiria apenas nas Juntas de Conciliação e Julgamento, não nos tribunais, sejam eles regionais ou o Tribunal Superior do Trabalho.

Foi derrotada. Penso que esse é o momento de, se não aprovarmos a extinção completa da emenda, ao menos retirar os classistas dos tribunais, onde não se julga fato, onde não há qualquer explicação para que alguém vá discutir o fato, já que nos tribunais julga-se de acordo com a interpretação do Direito. Evidentemente, exige-se nível de profissionalização para tal. Não se trata de uma corporação de magistrados.

Portanto, voto favoravelmente ao projeto original, à emenda original: extinção. Pode-se até propor, se adiarmos, a possibilidade de o Relator discutir a transição: como é que isso vai dar-se nas Disposições Transitórias. Se não soubermos, poderíamos adiar, desde que sob o compromisso de que uma emenda de Relator fosse apresentada e definisse como se daria a transição em uma disposição transitória. Voto favoravelmente à emenda original, mas também acolho a emenda se por acaso não for vitorioso no voto.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a acolhe também a sugestão do eminente Senador Lúcio Alcântara, tendo em vista a jurisprudência desta Comissão no sentido de adiarmos para um melhor reexame?

O SR. ROBERTO FREIRE - Reexame da questão da transição?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Da questão da transição.

O SR. ROBERTO FREIRE - Penso que seria interessante para não levantarmos um problema.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Outro eminente Senador também acaba de declarar que seria interessante.

Com a palavra o Senador Francelino Pereira. Ao final, o Senador Relator, Jefferson Péres, se manifestará.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Todos já temos uma concepção sobre a organização da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Peço atenção para o Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Sabemos que precisamos examinar sua evolução e adequá-la a uma legislação atualizada e moderna. As distorções existentes na Justiça do Trabalho todos nós conhecemos, sobretudo na Primeira Instância, e chega até os tribunais. Essa decisão deve ser tomada dentro de

uma visão mais ampla, razão pela qual sou favorável à sustação da tramitação do projeto. Assim, nós, sob o ângulo da responsabilidade, possamos examinar a proposição e trazer não apenas questões relativas à transição, mas também outros pontos relativos à modernização desse trabalho. Em outras palavras, Sr. Presidente, essa é uma decisão que, por mais credibilidade que tenha - e tem mesmo credibilidade o Relator -, não podemos tomar apenas o texto apresentado por S. Ex^a o Senador Jefferson Péres. Peço licença, portanto, para pedir a V. Ex^a, com o entendimento da Casa, para sustarmos a tramitação do projeto por determinado tempo, um mês ou quinze dias, para que possamos trazer à colação o debate adequado a uma decisão importante, que corrija problemas e modernize uma instituição que está prestando grandes serviços à Nação, mas que também conta com algumas distorções.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a faz um adendo à proposta do Senador Lúcio Alcântara.

A Presidência dá a palavra ao Senador Pedro Simon; em seguida, ao Senador José Fogaça para que, como Relator, possa manifestar-se sobre as opiniões aqui colhidas.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero manifestar meu enorme respeito pelo Relator. A matéria exposta é da maior importância. Em segundo lugar, quero dizer que ainda não ouvi o pensamento do autor do projeto. Trata-se de um grande empresário. Entendo o argumento do Relator porque o conheço, mas não sei, não tenho a mínima idéia, do porquê de o Senador Gilberto Miranda ter apresentado um projeto dessa natureza. Qual foi a inspiração desse projeto? Juro que não sei. Sei a do Relator; conheço-lhe as idéias, a emenda, o significado da carreira de S. Ex^a. Conheço, quando pede urgência, quando dá seu voto, qual sua inspiração, mas não sei a origem do seu projeto. Não estou dizendo nada, apenas que não sei. Esse é um primeiro aspecto.

Segundo aspecto: também não sei o porquê de certos projetos terem sorte ao longo do tempo, o que os fazem tramitar que é uma maravilha. Outros ficam parados. Uma barbaridade! É algo meio estranho. Esse projeto tem dois meses. Daqui a pouco, será votado e estará no plenário. O Senador Lúcio Alcântara, ontem, em brilhante pronunciamento - que pretendo, se S. Ex^a fizer

a gentileza de me dar os números, repetir no plenário do Senado - mostrava a infinidade de matérias que estão nas gavetas do Senado e, principalmente, da Câmara dos Deputados. Não andam, mas são projetos da maior importância. Afirmo - e não estou dizendo só agora, os senhores vão fazer justiça no sentido de reconhecer que tenho repetido - que o Senado comete um erro grave, com todo o respeito, pois deixa na gaveta matérias importantes durante um tempo enorme ou quer votá-las imediatamente. Há uma terceira posição, que creio ser ideal, em que a matéria não fica nem na gaveta, nem tramita correndo: a de estudo, de debate, de análise, de aprofundamento.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Senador Pedro Simon, gostaria de fazer um aparte a V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON - Com o maior prazer.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Não sei se isso constou de sua candidatura.

O SR. PEDRO SIMON - Anticandidatura.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Anticandidatura. Fiel à linha do Dr. Ulysses. Se não constou, penso que deveria. Creio que deveria ser publicado no **Diário do Congresso** o nome dos relatores e por quanto tempo esses projetos estão tramitando. V. Ex^a tem razão, há projetos que mofam na mão de relatores que não emitem o voto nem contrário nem favorável, de modo que os projetos ficam parados. Acredito que realmente, às vezes, há projetos complexos que requerem tempo. Isso é natural, é compreensível, mas há os que estão tramitando há tanto tempo que não há justificativa. Se não quer relatar o projeto, o relator poderia devolvê-lo, manifestando suas razões, ou ainda oferecer parecer contrário. Mas há essa paralisia em certos projetos, inclusive em projetos de colegas, que ficam nas gavetas, sem andamento. As partes interessadas, às vezes, nem sabem disso.

O SR. PEDRO SIMON - Ou então o projeto sai correndo.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Exatamente.

O SR. PEDRO SIMON - Quero aproveitar que estão presentes os Presidentes e dizer que o Senado está vivendo um momento importante.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Pedro Simon, vou pedir a V. Ex^a permissão para interrompê-lo, primeiro, para agradecer ao eminente Senador Francelino pelas

declarações que aqui fez. Graças a Deus, a Presidência costuma chegar aqui às 9:30hs, no máximo, às 9:40h. Pontualmente estou aqui, sempre para começar às 10 horas.

Quero agradecer, mas quero reconhecer, também, Senador Francelino Pereira, que nem todos os Colegas Senadores têm a oportunidade de chegar aqui no tempo preciso, às 10 horas. Às vezes, estão em outra Comissão. Esse é um problema da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que, suponho, seja uma das melhores e mais importantes da Casa. Tanto assim, que hoje, pela manhã, solicitei à Drª. Vera um ofício ao Presidente da Câmara no sentido de que não seja mais possível adotar o critério que se hoje vigora, ou seja, quando os projetos saem da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, ficam "dormindo".

O SR. PEDRO SIMON - Muito bem! Estava na hora de fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Segundo, a própria Presidência tem um projeto - com toda minha experiência de mais de 40 anos de advocacia - sobre desapropriação que corre na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania há mais de dois anos. De modo que também sou vítima dessa mesma circunstância.

Em terceiro, sabemos quais são os que aqui chegam cedo. Normalmente, começamos a discussão para dar tempo de outros chegarem para votarmos. É o caso que temos nesta circunstância.

Indago ao eminente Senador Jefferson Péres se deseja fazer um relato sobre as propostas aqui apresentadas, porque o Senador Beni Veras... O Senador Pedro Simon ainda não encerrou? Desculpe-me. Eu havia pedido desculpas a V. Exª por interrompê-lo. V. Exª retoma a palavra.

O SR. PEDRO SIMON - Em primeiro lugar, ninguém pode deixar de reconhecer o brilhantismo, a competência e a seriedade de V. Exª. É uma unanimidade na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON - Não pense, nem de leve, que alguém possa aqui levantar qualquer dúvida com relação a isso. Agora, temos que aproveitar a presença de V. Exª nesta Comissão e a presença do Senador José Serra na Comissão de Assuntos Econômicos, duas pessoas do mais alto gabarito e da mais alta

competência - estou falando isso, mas os senhores sabem que estou sendo extremamente sincero - para estudarmos uma forma de fazer andar essa questão. A questão não é de má vontade nem de falta de interesse. Mas temos de colocar as coisas no lugar, para fazer com que funcionem como devem funcionar. Repito: deve-se montar um esquema, através do qual... Cada caso é um caso. V. Exª pode, agora, pedir para que sua Assessoria me cobre isto: - Senador Pedro Simon, V. Exª não pediu vista do projeto que extingue 1% do imposto que está na Constituição? Eu respondo que pedi. E V. Exª não o devolveu? Respondo que não o fiz. Vou ser sincero. A Comissão pode até pensar em votar diferente. Considero um absurdo colocar na Constituição que o imposto tem de ser tabelado em 1%. Penso isso. Mas creio que, a esta altura, retirá-lo parecerá que estamos liberando esses 10% mensais que estão acontecendo. Então, acredito não se deve retirar. Há tantas coisas erradas na Constituição, por que vou retirar isso? Na minha opinião, está errado. Não posso votar. Considero um absurdo ter-se colocado 1% na Constituição, mas não há por que retirar. Cada caso é um caso, mas podemos analisar essa questão dentro desse contexto. Por exemplo, este projeto: é verdade que o nosso querido Presidente Fernando Henrique disse que terminou a "Era Vargas". Não sei se o autor Miranda coloca esse projeto dentro dessa tese. Como é uma criação do ex-Presidente Vargas, como terminou a "Era Vargas" e como foi o ex-Presidente Vargas que o criou, vamos seguir. É uma tese. Não sei se é essa uma tese, mas creio que essa deva ser discutida, debatida, aprofundada.

Reparem, por exemplo, que o Relator apresenta um assunto da maior profundidade. O que diz o Relator? Diz que deve ficar na primeira instância e deve sair dos tribunais superiores. Trata-se de uma tese importante e observem que o Relator estudou essa matéria. Vem o Líder do PT e diz que deve ficar na primeira instância, mas o cargo deve ser honorífico, que ganhe apenas o valor do transporte. Então, daqui a pouco é capaz de aparecer uma pessoa que mora em São Paulo para ser juiz em Porto Alegre, para ter a passagem aérea. Não sei, mas, na verdade, é uma outra tese que está sendo apresentada.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - V. Exª me concede um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON - Já lhe darei. Falando do fundo do coração, com a maior sinceridade, essa é uma matéria para a

qual eu não saberia dar o voto agora. Não saberia, com toda sinceridade, não saberia. Talvez eu não tenha a competência e a profundidade dos meus colegas, mas é um assunto que eu gostaria de estudar, de analisar, de ver, de pesquisar, de argumentar. O Senador Roberto Freire apresentou uma tese da maior importância, que é da época em que foi criada, era um problema de conciliação. Agora, a questão é diferente: o problema é de arbitramento.

É uma tese importante que está sendo colocada. Então, deveríamos ter a oportunidade de fazer um debate, uma análise. Por isso sou totalmente favorável à tese do nosso querido Senador do Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador José Eduardo Dutra, V. Ex^a pediu o aparte para esclarecer?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Quero apenas dizer que sou a favor do projeto original. Sou pela extinção *in totum*, independente do autor, até porque existem projetos semelhantes de autoria de Parlamentares do PT na Câmara dos Deputados. Essa questão dos juízes classistas está relacionada com toda uma visão do PT em relação à Justiça do Trabalho, à estrutura sindical, que foi expressa na Constituinte. Infelizmente, naquela ocasião, ficamos isolados no campo da Esquerda. Todos os outros Partidos de Esquerda disseram que o PT estava do lado dos empresários, porque aquilo iria acabar com a unicidade sindical, mas quando nós surgimos disseram a mesma coisa. Não vamos rotular uma matéria a partir do autor, pois, se ela vem ao encontro da nossa tese, estamos a favor. Até porque, se fosse por aí, íamos mudar o voto na tarde de hoje em relação ao famoso "no que couber" da Magistratura, e não vamos mudar, vamos continuar na mesma posição.

O SR. PEDRO SIMON - O que falei, vou ser claro, com relação ao autor, é que não conheço a sua argumentação sobre o projeto. É isso que estou dizendo. Por quê? Porque S. Ex^a ainda não falou; não o fez na primeira vez e nem agora. Então, não sei.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Pedro Simon, a Presidência não quer entrar nesta matéria, mas o autor de projeto nem sempre é membro da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e vem aqui justificá-lo, prefere fazê-lo por escrito. O Relator é a pessoa encarregada de dar a sua

opinião, o seu caminho à matéria. De modo que, se V. Ex^a quiser convocar o autor para...

O SR. PEDRO SIMON - Não, não, não.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Então, V. Ex^a me permita passar a palavra para o eminente Relator.

O SR. JOSÉ SERRA - Só um acréscimo. Gostaria de secundar os Senadores Pedro Simon e Lúcio Alcântara quanto, talvez, à oportunidade. Creio que, realmente, essa questão merece que lhe seja dado mais um tempo, até pela manifestação dos Senadores aqui.

Quero dizer que sou a favor da emenda nos termos originais, o que não significa que não possa apoiar algo que caminhe nessa direção.

Acho que na questão da Justiça do Trabalho, no caso, toca-se apenas na franja. O equívoco, no Brasil, é haver uma Justiça do Trabalho com poder normativo, que, inclusive, vai contra concepções mais liberais a respeito do funcionamento do mercado do trabalho - que vejo que o representante do Partido dos Trabalhadores tem -, porque, de fato, a Justiça do Trabalho, com o papel que tem hoje, desestimula, inclusive, o entendimento.

Uma vez, na Câmara, apresentei uma emenda que previa que qualquer decisão da Justiça do Trabalho optasse, no caso de dissídio de reajustes, ou pela proposta dos trabalhadores, ou pela dos patrões, para forçar que ambos ficassem dentro de padrões realistas, porque era muito cômodo o sujeito pedir R\$500, o outro dar R\$100, e a Justiça resolver. Isso substitui, Sr. Presidente, até a luta de classes, e não é por acaso que a Justiça do Trabalho veio como cópia da Itália, do corporativismo mussoliniano. Montando uma proposta com esse grau de abrangência, creio que, de toda maneira, a questão do juiz classista já é um passo nessa direção.

Minha oposição à idéia de juiz classista não é apenas, como creio que disse o Senador Freire ou o Senador Dutra, no que se refere à questão da aposentadoria, que, efetivamente, é uma distorção, ou às questões de disputa interna. Trata-se realmente de princípio. A Justiça do Trabalho no Brasil não deveria ter papel normativo; deveria ater-se ao exame dos casos individuais, de não cumprimento de acordos etc, sobre o indivíduo, sobre o trabalhador.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra ao Senador José Fogaça e, por fim, ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Sr. Presidente, essa matéria tem sido debatida há muitos anos, tendo sido objeto de polêmica e de intenso debate. Lembro-me de que V. Ex^a, se não me engano no primeiro relatório que apresentou na Assembléia Nacional Constituinte, adotava a supressão.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Veio da Comissão de Organização dos Estados, que tirava dos tribunais, porque, como era grau de recurso, assunto jurídico, mantinha somente juiz classista.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Exatamente. Depois, foi o Deputado Francisco Amaral, de São Paulo, que, por intermédio de emenda, repôs o juiz classista. Recordo-me perfeitamente disso. Eu trabalhava ao lado de V. Ex^a, como Relator Adjunto.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a me dava a honra de ser Relator Adjunto.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - O tema, portanto, não é novo. Nós todos, de alguma maneira, já o amadurecemos. O que é antigo também entre nós é o caráter polêmico, a razoável existência de incertezas ou de hesitação, de dúvidas a respeito da validade desse instituto ou da sua inutilidade. Essa dúvida sempre existiu, e foi isso que, de certa forma, impediu, até hoje, que uma emenda dessa natureza fosse aprovada.

Por que a emenda do Senador Gilberto Miranda ganhou essa celeridade, essa força, essa impulsão quase que natural e, inclusive, o seu próprio Relator solicitou que a matéria fosse colocada em pauta? O interesse é suscitado pelo próprio Relator. Sr. Presidente, estamos vivendo um momento de reforma do Estado brasileiro e, independentemente de discutirmos princípios ou a questão técnica da validade do juiz togado ou classista, há um ponto que hoje me parece plasmar quase que de maneira definitiva.

Se o juiz classista não chega a ser um mal ou uma grave deformação - e há muitos que são respeitáveis, estudiosos inclusive, ativos e que merecem toda a nossa consideração e respeito -, hoje está-se constatando que há uma "relativização" notória da sua utilidade, ou seja, um custo-benefício para o Estado brasileiro, já que estamos impondo tantos sacrifícios a vários

setores, inclusive, a nós mesmos, Parlamentares, pois, num gesto que considero da maior dignidade do Congresso Nacional, ontem a Câmara aprovou *in totum* a matéria que aprovamos aqui a respeito da lei do IPC.

De modo que, quando estamos, por exemplo, estabelecendo reduções no âmbito das aposentadorias, vemos que há pessoas que teriam possibilidade de solicitá-la agora, com 50 anos, e vão ter que se aposentar com 60 anos, tendo que trabalhar mais dez anos. Isso não é uma indignidade, não é erro nosso. A situação do Estado brasileiro, das finanças públicas, exige esse ato político, esse ato simbólico, esse ato de natureza exemplar que tem de ser assumido por nós.

No momento em que o juiz classista está sendo analisado, percebe-se que a sua utilidade, a sua importância "relativizou-se" muito, reduziu-se muito. Ele não é imprescindível. Ou seja, não devemos mais impor à sociedade brasileira esse custo, esse peso para o Estado.

Nesse sentido, voto também com o projeto original. Se houver uma transição que venha a garantir os atuais juízes classistas até o final dos seus mandatos, que lhes garanta todos os direitos adquiridos. Creio que chegou a hora de, entre tantas reformas - que, inclusive, vão atingir os próprios juízes togados, que terão de passar por uma série de sacrifícios novos, e os trabalhadores do setor público em geral -, observarmos que manter o juiz classista, não sendo ele imprescindível, seria um passo na direção de mostrar ao País o quanto entendemos que reduzir custos, principalmente daquilo que não é imprescindível, é o caminho, a direção que tem de ser hoje apontada pelo Congresso Nacional.

O SR. BENI VERAS - Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Evidentemente.

O SR. BENI VERAS - Em vista do raciocínio de V. Ex^a de busca da racionalidade, como se justifica a Justiça do Trabalho no País? Ela ainda é necessária? Ou poderia ser cuidada pela Justiça comum e apenas os Tribunais Superiores tirariam as dúvidas? Há um custo de R\$2 bilhões anuais, custo esse maior que o da Câmara dos Deputados.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Sem dúvida. Essa pode ser uma questão a ser pensada, mas uma proposta não elimina a outra. Essa decisão microfísica, numa área muito restrita, que é só

a dos juizes trabalhistas, não elimina o debate, a discussão que podemos travar no futuro quanto à natureza da própria Justiça do Trabalho e da sua validade. Em princípio, não tenho ainda essa visão de V. Ex^a. Penso que a Justiça do Trabalho ainda é, de certa forma, um ambiente favorável aos trabalhadores, à defesa dos interesses dos menos protegidos. Mas, de qualquer maneira, não vou questionar a sua validade e a sua permanência. Trata-se de assunto que podemos estudar no futuro, analisando-o mais detalhadamente, até chegarmos à conclusão de que o juiz comum pode julgar todas as questões, desde a cível, a comercial até a trabalhista.

De modo que não há aqui nenhuma contrariedade entre a minha posição e a de V. Ex^a. Apenas penso que é possível, sim, tomar essa decisão agora, neste momento. E o Senador Gilberto Miranda - é preciso dizer em sua defesa - tem outros projetos relativos a uma reorganização da Justiça do Trabalho.

Por exemplo, num projeto relatado pelo Senador Ney Suassuna, S. Ex^a propõe aquilo que o Senador Roberto Freire aventou há pouco, ou seja, que se crie um sistema de conciliação fora do aparelho judicial, no qual as partes teriam mais tempo.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Trata-se do juiz arbitral.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Como se dá hoje a participação dos juizes não togados nas Juntas de Conciliação? O Presidente da Junta chama as partes e, em cinco minutos, pede que elas se manifestem, enquanto há possibilidade de um acordo, de uma conciliação. Isso acontece de uma forma muito precária, devido exatamente à grande quantidade de processos. A Junta deixou, então, de ser conciliadora; ela é junta de julgamento, e, muitas vezes, depois do julgamento, há o acordo ou - na medida em que o julgamento começa a se tornar quase inevitável - a proposição do acordo.

O Senador Gilberto Miranda tem um projeto de reforma dessa estrutura. Logo, para mim, é perfeitamente justificável que, para implantar o sistema que propõe, tem que haver uma mudança no modelo da Justiça do Trabalho e do papel do juiz classista.

Sr. Presidente, estamos adotando medidas duras e drásticas em relação a diversos setores. Estamos cortando na carne do aparelho, estatal. A pergunta é: o juiz classista é imprescindível, é essencial à administração da Justiça? É hoje

alguém de importância cabal, capital, para que a Justiça do Trabalho possa operar?

Minha resposta é: ele não causa mal, mas acho que não é mais essencial. Logo, assim como tantas outras coisas que estamos cortando no âmbito estatal, esta é mais uma das necessidades. Estamos fazendo isso apenas porque os recursos do Estado brasileiro são cada vez mais parcos, mais reduzidos. A verdade é que aquilo que não vem a ser rigorosamente essencial ao interesse coletivo, ao interesse da classe trabalhadora, ao interesse da estabilidade da economia, ao interesse da conciliação e à cooperação social, aquilo que não for absolutamente imprescindível não devemos manter, seja a um custo baixo seja a um custo alto. E nesse caso, estamos falando de um custo bastante alto.

Esta é a razão do meu voto, Sr. Presidente.

Não sei se o Senador Ramez Tebet fez menção de apartear...

O SR. RAMEZ TEBET - Gostaria, Senador José Fogaça, pois as ponderações de V. Ex^a são absolutamente judiciosas. Mas fico com aqueles que querem examinar melhor o problema. A simples indagação que V. Ex^a faz quando diz que é realmente imprescindível e quando ouço o Senador Beni Veras questionar sobre a Justiça do Trabalho, sobre a necessidade de uma justiça especializada a fim de resolver os conflitos entre o capital e o trabalho, e quando vejo, por outro lado, que temos que democratizar, fazer com que a Justiça seja mais célere e mais rápida - estamos criando, nos Estados onde ainda não existe, a Justiça de Pequenas Causas -, vejo que daqui a pouco surgirá a indagação sobre se também o Juizado de Pequenas Causas é imprescindível.

Não sou eu quem levanta a questão. Eu a defendo. Meu Estado foi o primeiro da Federação brasileira a ter um Juizado de Pequenas Causas. O que estou dizendo é que estamos cada vez mais fazendo determinadas indagações e todas levando ao problema da extinção, ponto sobre o qual devemos ponderar mais. E, a meu ver, é esta a função do Senado da República, que é a Casa mais reflexiva. Temos que ponderar numa hora de transformações como esta. Eu mesmo estou propenso a aceitar o relatório do Senador Jefferson Péres, mas não creio que haverá

algum prejuízo se refletirmos melhor sobre a questão dos juízes classistas no Brasil.

Até repito, para não ser mal entendido: sou a favor das reformas. Mas observem como as coisas estão. Já estamos indagando da validade da própria Justiça do Trabalho. Foi o que senti no aparte do Senador Beni Veras. E isso me preocupa fundamentalmente. S. Ex^a fez essa indagação. Creio, Senador José Fogaça, que devemos ponderar um pouco. Claro que não devemos nos perpetuar na meditação sobre um assunto de tal relevância, mas um pouco de calma e um pouco de ponderação creio que não faz mal a ninguém. Este é meu ponto de vista. Agradeço V. Ex^a por haver me concedido o aparte.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Sr. Presidente, não vejo nenhuma razão para retardarmos. Essa é, evidentemente, uma visão pessoal. E não posso deixar de reconhecer que entre os Senadores há uma das figuras mais ilustres, mais preparadas desta Comissão, que é o Senador Ramez Tebet, um conhecedor da área, principalmente do setor judiciário. Não deixo de reconhecer que é possível aprofundar-se um pouco mais a discussão. De qualquer maneira, deixo registrada minha posição.

Mas não creio que o fato de no futuro questionarmos a Justiça do Trabalho, nos impeça, hoje, de tomar uma decisão dessa natureza.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência, antes de conceder a palavra ao eminente Senador José Eduardo Dutra, lembra que toda esta discussão está sendo levada a juízo do eminente Senador Jefferson Péres para que S. Ex^a possa estabelecer uma regra de transição.

O SR. ROBERTO FREIRE - Era a esse respeito, Sr. Presidente, justamente para que eu não fosse mal-entendido.

Quando coloquei a questão da transição não era para adiar a decisão, mas, sim, para que pudéssemos nos encontrar com a emenda de relator. Acredito que haja uma solução, ou seja, que a extinção se dê nos termos de uma lei que defina como serão as regras de transição. E poderíamos aprová-la agora. Apesar de não ter sido motivo de reflexão para alguns, essa reflexão vem sendo feita desde a Constituinte. Aliás, essa reflexão também está sendo feita pela sociedade. Lembro a V. Ex^{as} que não é só o Senador Beni Veras quem está discutindo a questão da Justiça do Trabalho; essa é uma reflexão da sociedade com um todo. Não

digo que seja necessariamente correta. Não foi apenas preocupação de S. Ex^a, mas de toda a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador José Eduardo Dutra.

O SR. RAMEZ TEBET - Foi s. Ex^a quem levantou o problema. Eu não disse que não vem sendo debatido.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Há a questão da preliminar a ser resolvida.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Em primeiro lugar, a Presidência colocará em votação a proposta do eminente Senador Lúcio Alcântara, com o adendo do eminente Senador Francelino Pereira.

A Presidência, primeiramente, ouvirá o eminente Senador Relator, que é o condutor do projeto, por intermédio do seu parecer. Ainda não ouvi o Relator dizer se concorda ou não com o adiamento, se é favorável, se quer mais tempo ou não. Após a sua audiência, a Presidência colocará em votação.

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Preliminarmente, permito-me discordar do eminente colega Ramez Tebet. S. Ex^a diz que se preocupa quando ouve alguém dizer que é questionável a Justiça do Trabalho.

Senador Ramez Tebet, na vida, praticamente tudo é questionável. Eu só me preocuparia se este Congresso começasse a considerar uma porção de coisas inquestionáveis. Talvez, há mais de 100 anos, muitos considerassem inquestionáveis a Monarquia. Embora eu seja a favor da Justiça do Trabalho, considero-a questionável, sim. Existem países que não a possuem, e - parece - ela não faz falta. Então, sou a favor, mas questionável ela é. Como não?

O SR. RAMEZ TEBET - V. Ex^a me permite, só para um esclarecimento?

Fiz um questionamento no sentido de alertar que é esta a nossa função. Estamos discutindo a extinção dos Juízes Classistas. Não existe nada na vida que não seja questionável - essa é uma questão filosófica -, que não tenha adeptos a favor e contra. Penso que não devemos discutir matérias a toque de caixa. Também acredito que nunca é demais um pouco de reflexão. Caso essa entre em votação, fique certo V. Ex^a de que proferirei o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sr. Presidente, quero comentar uma observação do Senador Pedro Simon. S. Ex^a indagou: por que certas matérias tramitam com muita rapidez e outras ficam engavetadas? Bem, Senador Pedro Simon, em alguns casos pode haver razões misteriosas, insondáveis, com as quais não sonha nossa vã filosofia. Mas eu diria a V. Ex^a que, não exclusivamente, mas principalmente, a rapidez na tramitação depende do Relator

Senador Bernardo Cabral, raramente uma matéria, um projeto a mim distribuído, fica mais de 30 dias sem parecer. Costumo dar parecer em 30 dias, e se o projeto me parece relevante, peço preferência. Tramita com muita rapidez.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - E foi o caso de hoje.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Mas se o Relator não é diligente, não é expedito, engaveta-o, Senador Pedro Simon, com isso explica-se o porquê de a matéria não "andar". Quais são suas razões, eu não sei. Mas o Relator é o responsável por isso. Reze sempre, Senador Pedro Simon - e agora vou me permitir ser imodesto -, para que seus projetos caiam em minhas mãos, pois andarão com rapidez. Meu parecer pode ser ruim, mas será dado.

O SR. PEDRO SIMON - Senador Jefferson Péres, em primeiro lugar, gostei do aparte de V. Ex^a, inclusive por me dar oportunidade de fazer um esclarecimento sobre o qual sinto-me na obrigação de fazê-lo.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Pois não, Senador.

O SR. PEDRO SIMON - Senador Jefferson Péres, longe de mim querer colocar o projeto e o seu debate como a causa do que eu estava propondo. O que disse é que trouxe a tese do debate, da matéria, baseado na questão levantada pelo ilustre Senador Lúcio Alcântara ontem no Plenário do Senado. Na verdade, nesta Casa, isso ocorre. Projetos há que andam muito depressa e outros muito devagar. V. Ex^a é um padrão, um exemplo, concordo. V. Ex^a relata com trinta dias. Se depender de V. Ex^a os projetos andam com rapidez, concordo, a depender de mim, demoram mais, não tenho nem a competência, nem a capacidade, nem a rapidez de V. Ex^a. V. Ex^a é um exemplo, é

verdade. Mas eu nunca quis dizer que era contra a rapidez do projeto porque V. Ex^a era o Relator.

Repito - temos que ter a sensibilidade para que os projetos não andem nem tão depressa, nem tão devagar. Que não sejam votados com a rapidez - que não deve ser a tradição do Senado, que é uma Casa revisora -, e nem que deixemos os projetos, como o de V. Ex^a, Sr. Presidente, que é um projeto da maior importância, há dois anos na gaveta.

Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que dê um projeto meu para o querido Senador Jefferson Péres relatar.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Com o maior prazer, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a será atendido.

Senador Jefferson Péres, V. Ex^a continua com a palavra.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Creio que devo, por uma razão de justiça, a fim de que não parem dúvidas, fazer um depoimento em torno do Senador Gilberto Miranda. Em nenhum momento o Senador Gilberto Miranda me procurou para falar sobre o projeto. Não me pediu voto favorável, o que se compreende, porque seria um desrespeito se o fizesse. Mas poderia ter me pedido celeridade. Também não o fez, Sr. Presidente. Eu é que considere o projeto relevante. Não vejo por que não se discutir, votar e decidir sobre uma instituição que tem mais de 50 anos.

O projeto já foi discutido na reunião passada, está sendo discutido hoje e irá para o Plenário para votação em dois turnos, Sr. Presidente, depois irá para a Câmara dos Deputados. Como é que se pode dizer que o projeto está tramitando e será votado com ajeitamento? Ele está tendo uma tramitação normal.

Sr. Presidente, a sugestão do Senador Francelino Pereira, para deixar isso para as calendas, creio que não. Vamos votar na próxima reunião, até para me livrar da correspondência abundante que estou recebendo, à qual já nem leio mais. Tenho a minha convicção. Não vou me abalar, não vou modificá-la. Já recebi delegações de amigos em meu gabinete aos quais pedi que me desculpassem, amigos de 20 anos, Juizes Classistas, mas tenho a minha convicção e vou votar assim. Sei que vou perder votos com isso. Mas me envergonharia de ser um homem público

se eu considerar o quanto isso me custará em votos e não se é bom ou ruim para o País.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JEFFERSON PÉRES - Pois não.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - V. Ex^a citou o Senador Francelino Pereira. Mas, como fui o autor inicial da proposta, sinto-me na obrigação de dizer a V. Ex^a que não estou propondo enviar essa matéria para as calendas, até porque estou entre aqueles que imprimem a maior celeridade possível nos projetos que chegam a mim. Praticamente não tenho projeto acumulado para relatar, porque procuro, de fato, dar a celeridade que considero justa, razoável. Porque se um Senador ou Deputado apresenta determinado projeto, e aqui não quero entrar no mérito para julgar a sua importância, é porque o considera importante, e darei a minha opinião contra ou a favor. Portanto, não tenho que dar explicações a respeito da demora em relatar projetos. Não obstante, estou com o Senador Pedro Simon, pois há vários projetos de minha autoria que já comemoraram aniversário.

Sr. Presidente, por uma série de circunstâncias, não participei das últimas reuniões desta Comissão. Mas, pelo tempo que estamos nessa discussão mostra-nos que não há um consenso, a matéria não é tão fácil como parecia, nem o assunto é irrelevante. V. Ex^a teve o maior cuidado, inclusive por ser um dos Senadores judiciosos, cauteloso, que examina a fundo as questões. Mas, ao me sentar para ouvir a discussão, já pude perceber como ficaria a situação de quem está. V. Ex^a reconheceu que se trata de uma regra de transição. Então, é através desse debate, dessa discussão que surgem idéias e propostas. Às vezes pensamos que estamos com um projeto pronto, acabado, bem feito, que ele não tem falhas nem problemas, e ao chegar à Comissão, os colegas levantam um e outro ponto e, na sua tramitação, vai sendo aperfeiçoado. Por exemplo, o caso do Senador Beni Veras com a reforma da Previdência. Há quanto tempo se trabalha nela? Ainda hoje o Senador José Eduardo Dutra apresentará algumas emendas para que se coloque o verbo no futuro, porque no presente está lhe causando preocupação.

Então, Senador Jefferson Péres, eu jamais pensaria que essa seja a idéia dos Senadores Francelino Pereira, Pedro Simon e Esperidião Amin de simplesmente encontrar nisso um

motivo para não decidir. Não é isso! V. Exª quer, com toda razão, que esse adiamento - se o Plenário concordar - ocorra com um prazo determinado, mas já tive a oportunidade de apresentar matérias talvez até menos importante do que essa e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania chamar pelo menos duas pessoas para sustentarem posições diferentes, pessoas de notório saber e de reconhecida competência sustentando posições divergentes. Talvez essa até seja uma idéia. Enfim, a matéria vem à discussão, vamos votá-la. Estou com o Senador Ramez Tebet, posso até me equivocar, mas darei meu voto de acordo com a minha convicção.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Jefferson Péres, V. Exª concedeu o aparte mas continua com a palavra.

O SR. JEFFERSON PÉRES - A matéria é relevante mas não é complexa. Não a compare com a da reforma da Previdência.

Sr. Presidente, sugiro, aliás, faço um apelo, vamos votar essa matéria, se for o caso, na próxima reunião. Mas que se marque uma data!

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Exª, como Relator, concorda com o adiamento da matéria para a próxima reunião?

O SR. JEFFERSON PÉRES - Concordo. No entanto, gostaria de votá-la hoje, mas concordo.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Devo anunciar que para a próxima reunião, se assim entender o Plenário, há o requerimento do eminente Senador Roberto Freire pedindo preferência de votação para a emenda. De modo que, se adiarmos a votação, esse requerimento será votado na próxima reunião e a preferência para a emenda é pelo projeto de extinção total.

Se V. Exªs concordarem com a votação para a próxima semana, permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Fica adiada também a votação do requerimento.

Pediria aos eminentes Senadores que não se ausentassem e tomassem conhecimento do seguinte expediente. Refiro-me ao Ofício de nº 186/97, de autoria do Senador Beni Veras, que tem o seguinte texto:

Sr. Presidente, solicito de V. Ex^a a gentileza de determinar a inclusão na pauta de trabalhos da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania um anexo do parecer acerca de cinco emendas de redação apresentadas em Plenário durante a discussão, em segundo turno, PEC 33/96. - que é a da Previdência Social, conforme disse o eminente Senador Jefferson Péres, esta é realmente relevante e complexa. Uma emenda consiste em aperfeiçoamento da regra de transição estabelecida para aquelas pessoas que já completaram o processo de aquisição de direitos ao acesso a algum benefício previdenciário sob as normas vigentes à data de publicação desta PEC.

A alteração consiste em complementar o art. 3º da PEC quanto à expressão "aos que", transformando-a em "aos servidores públicos e aos segurados do regime geral da Previdência Social que". Não há mudança de mérito, mas ajuda explicitar bem o alcance dessa regra de transição.

Duas outras emendas se referem às regras de transição para as pessoas que já ingressaram no mercado de trabalho mas ainda não completaram o requisitos para o acesso aos benefícios previdenciários. Basicamente, as alterações consistem em mudar o tempo dos verbos no art. 8º, acerca dos servidores públicos, e no art. 9º, acerca dos segurados do INSS. De tal modo que fique claro o alcance das referidas regras de transição.

A outra emenda se refere à maneira de fixar o limite máximo dos benefícios do regime geral de previdência social.

O autor da emenda propõe fixá-lo em salários mínimos enquanto substitutivo, se refere ao valor em reais.

Levando em conta a vedação constante no art. 7º, inc. IV, e por considerar que se trata de uma regra de transição e não de uma operação no texto permanente da Constituição Federal recomenda a rejeição desta emenda.

Por último, emenda propõe fixação em unidade salário mínimo do nível de renda familiar para definição de elegibilidade ao acesso ao salário-família e ao auxílio-reclusão a que se refere o art. 14 da PEC.

Pelos motivos acima citados também recomendamos a rejeição desta emenda.

Em função desse expediente, concedo a palavra ao eminente Senador Beni Veras.

O SR. BENI VERAS - Diz o parecer:

Encaminho à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a nova versão do substitutivo à PEC nº 33/96, elaborada com base nas emendas de redação apresentadas no plenário desta Casa durante discussão de segundo turno.

Submeto à consideração desta Comissão o parecer acerca das emendas de redação e o texto substitutivo acompanhado de um anexo com um documento da reforma da Previdência e as regras de transição de abril de 1997. Trago à Comissão este parecer por considerar recomendável o seu pronunciamento acerca das alterações que podem ser introduzidas no texto do substitutivo a ser votado no dia de hoje, em plenário, em votação de segundo turno.

Trata-se de cinco emendas de redação de iniciativa do Senador José Eduardo Dutra e de outros Senadores, que não alteram o mérito dos dispositivos a que se referem. No entanto, como se referem a dispositivos de grande alcance considero adequado trazer essas alterações a julgamento desta Comissão.

Parecer das emendas de redação.

A seguir apresento parecer de cada uma das emendas apresentadas. Emenda nº 1.

A Emenda nº 1 se refere ao art. 3º da regra de transição que estabelece tratamento de direitos adquiridos por aqueles que já completaram o processo de aquisição de direitos de acesso a um determinado benefício previdenciário.

A alteração proposta pelo autor consiste na supressão da expressão "de que trata este artigo" do § 1º do art. 3º que tem a seguinte redação:

(*)Art. 3º.....

§ 1º O servidor de que trata este artigo, que tenha completado as exigências para aposentadoria integral e que opte por permanecer em atividade fará jus à isenção da contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria contidas no art. 40, § 2º, III, a, da Constituição.

A justificativa para a alteração proposta consiste em tornar mais claro que o art. 3º se refere tanto aos servidores como aos segurados do regime geral da Previdência Social. Nesse caso, no entanto, haveria alteração no mérito que não pode ser objeto de deliberação nesse momento.

Alertado pelo autor da emenda

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Estou pedindo ao eminente Senador Relator que leia somente a conclusão das emendas.

O SR. BENI VERAS - O voto do relator é o seguinte: diante do exposto que apresenta a nova versão do substitutivo com acolhimento pleno de duas emendas, acolhimento parcial de uma emenda e com a rejeição de duas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O eminente Relator anuncia que acolhe duas emendas, acolhe uma em parte e rejeita duas. E está explicando quais são. Por favor, Senador Beni Veras.

O SR. BENI VERAS - Emendas rejeitadas as de nºs 4 e 5. Emenda acolhida parcialmente a de nº 1, Emendas acolhidas as de nºs 2 e 3. Esta é a proposta.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Em discussão o parecer do eminente Relator.

Com a palavra o Senador José Eduardo Dutra.

Peço aos Senhores que não se ausentem porque há um requerimento do eminente Senador Jefferson Péres que precisa ser votado.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, não vou nem pedir destaque das emendas porque as que me preocupavam foram acatadas, que é a de redação que, no meu entendimento, explicita melhor.

Lamento a questão do valor em real continue sendo entendimento da Comissão que colocará na Constituição Federal o valor em Real. Quero esclarecer que a discussão agora é diferente da minha emenda de mérito no primeiro turno. No primeiro turno dizia que o teto era igual a dez vezes o mínimo. Foi rejeitado o mérito, alegando que não podia indexar, que isso engessaria o mínimo. Fiz uma emenda, que entendo de redação, simplesmente substituindo o valor R\$1.200,00 por dez vezes o salário mínimo e a partir daí a correção é na forma proposta pelo Relator.

Acho meio estranho apresentarmos uma proposta de emenda à Constituição Federal que inserirá na Constituição o valor da moeda brasileira. Continuo insistindo que isso não existe em lugar nenhum do mundo. Vai ter que ser constitucional. Está alegando que está indexando. A Constituição fala em proibição de indexação. Não pode haver nenhuma lei que indexe.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Ou faça vinculação com o salário mínimo.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Ou faça vinculação com o salário mínimo.

Agora, não está indexando, está dizendo que na promulgação o teto vai ser o equivalente a dez vezes o salário mínimo, se for promulgada ainda com o salário mínimo de R\$120,00 será de R\$1.200,00, e a partir daí a correção é na forma que o Senador propôs. É uma forma de retirar os R\$1.200,00 da Constituição. Não tem nada contra o Real. É retirar a referência à moeda, a não ser que haja entendimento da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Pergunto aos eminentes membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania se acolhem o parecer do eminente Relator. (Pausa)

Acolhido. Aprovado.

Peço aos Srs. Senadores que atentem para o requerimento do eminente Senador Jefferson Péres. S. Ex^a requer, com base no Regimento Interno do Senado Federal - peço atenção porque tem de ser votado esse requerimento do eminente Senador Jefferson Péres -, que ouvido o plenário seja realizada audiência pública conjunta com autoridades das áreas de turismo, segurança pública, previdência e tributação, a serem designadas respectivamente pelos Ministros de Estado da Indústria e Comércio, relativo ao turismo, da Justiça, relativo à segurança pública, da Previdência Social e da Fazenda, com o objetivo de subsidiar os debates e a deliberação da Comissão com relação ao PLC nº 91/66 "que dispõe sobre a legalização da prática de jogos de azar e dá outras providências".

O SR. SENADOR - As autoridades.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - As autoridades são: turismo. S. Ex^a pede que seja enviado ofício ao Ministério da Indústria e Comércio para dizer qual autoridade que virá. Segurança pública, ofício ao Sr. Ministro da Justiça; Previdência, ofício ao Ministro da Previdência Social, e Tributação, ao Ministro da Fazenda. Ou seja, este requerimento, Senador Jefferson Péres, é diferente do outro que se convidava para vir aqui uma pessoa ligada ao jogo de azar. O requerimento tem base regimental e o coloca em discussão.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Sr. Presidente, se há um requerimento para se ouvir essas autoridades, creio que ficaria um pouco injusto se não atendêssemos ao requerimento do Senador Edison Lohão - já que o recusamos -, porquanto S. Ex^a requereu verbalmente que fosse ouvido esse cidadão, um especialista a favor do jogo. Eu que tenho graves preconceitos, admito ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Vossa Excelência adita? O eminente Senador Jefferson Péres, autor do requerimento, acolhe a sugestão.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Creio que não seja desequilibrado, pois não sei a opinião das autoridades que podem ser a favor ou não.

O SR. JOSE FOGAÇA - Não gostaria que fosse apenas na mesma audiência... Nós recusamos por entender desnecessário.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Poder-se-ia convidá-lo, desde que ele viesse às suas expensas.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Creio ser sensata a sugestão do Senador José Fogaça, acolhida pelo Senador Jefferson Péres.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Penso que a expressão nem seja "desequilibrada", porque também não conheço a opinião dessas autoridades. O que está aí é só estado, não há representação da sociedade. Se V. Ex^a me perguntasse quem é, até ficaria em dificuldade para aditar. Na verdade, o que há é apenas estado.

O SR. SENADOR - Se é para chamar a sociedade, vamos chamar a igreja que é contra.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Por que, não? Se chamássemos o Sr. Ciro Batelli que é notoriamente a favor, não via mal algum que fosse contrário. Afinal, queremos aqui o debate. O problema é que não é de desequilíbrio, mas que só há estado e não há sociedade.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Ao que me parece, segundo entendi, apesar de nunca ter ouvido falar no nome desse cidadão,

parece-me que ele representa interesses legítimos desse setor.
Por que não ouvi-lo?

O SR. ROMEU TUMA - (Inaudível. Fora do microfone.)

O SR. JEFFERSON PÉRES - Ele representa um setor.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Sr. Presidente, retiro a proposição.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Em votação o requerimento do eminente Senador Jefferson Péres.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Sr. Presidente, peço a palavra para um requerimento verbal.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra ao eminente Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Sr. Presidente, já verifiquei que está em pauta e pronto o parecer do Senador Esperidião Amin sobre o meu projeto a respeito da regulamentação do **factoring** no Brasil. Sr. Presidente, creio que esse assunto é tão complexo e novo para a sociedade brasileira e, em muitas vezes, há tanta desinformação a esse respeito, suscitando, ao mesmo tempo, tanta emocionalidade, porque tem a ver com o sistema financeiro. Há uma confusão do **factoring** diante do sistema financeiro, que eu gostaria de solicitar à Comissão que aceitasse a proposta de convidar o Presidente da Associação Nacional de **Factoring** - Anfac, Dr. Luís Lemos Leite. Ele é uma pessoa de alto conhecimento sobre isso e é absolutamente representativo, isto é, socialmente orgânico e não se trata de uma pessoa que tenha um interesse específico.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência acolhe o requerimento do eminente Senador José Fogaça.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra ao Sr. Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Quero complementar a sugestão do Senador José Fogaça que considero muito importante. Era com alguém do Ministério da Fazenda...

O SR. JOSÉ FOGAÇA - E que não votássemos a matéria antes de ouvirmos essas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O eminente Senador José Fogaça pede que a matéria seja levada à votação após a audiência do Presidente da Anfac, e o eminente Senador Lúcio Alcântara sugere a vinda do Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, para que fale pelo Banco Central.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, a imprensa está colocando em manchetes e, a partir disso, cria um alvoroço em torno da votação que será feita hoje à emenda do Senador Antonio Carlos Magalhães em que se suprimem privilégios da magistratura. Em consequência disso, quero manifestar uma preocupação. A mídia está criando um confronto entre o Poder Judiciário e o Congresso Nacional. E isso não me parece uma boa atitude. Já se criou uma situação profundamente delicada no Judiciário, pois o Presidente do Supremo e os Ministros daquela Casa não foram felizes em algumas manifestações.

De fato, trata-se de um desgaste inédito, porquanto nunca havia visto um caso em que o Presidente do Supremo tivesse a sua opinião desconsiderada pela maioria. Criou-se uma situação muito delicada perante a opinião pública. Creio que estamos entrando em um caminho muito importante, pois começamos a cortar privilégios e a tomar posições que visam a marcha para uma nova realidade. Isso precisava começar. Desta forma, demos um passo muito grande quando começamos a cortar vantagens que nos eram concedidas. O Congresso Nacional hoje tem uma credibilidade a mais perante a opinião pública, pois ambas as Casas votaram esse projeto que cortava antigos privilégios. A partir disso, creio que ficamos com autoridade suficiente e, assim, temos condições de decidir essa matéria.

Sr. Presidente, contudo não precisa ser por intermédio de um confronto. Por exemplo - e isso é algo em que não acredito - , a imprensa noticiava que o Presidente do Congresso pretende

convocar hoje uma cadeia de rádio e televisão para falar sobre essa matéria. Eu sou contrário! Sr. Presidente, este Congresso já apanhou e sofreu muito, já foi acusado tantas e tantas vezes que não me parece que essa atitude inédita de um Presidente do Congresso seria oportuna, ou seja, sua ida à mídia para fazer um confronto entre esses dois poderes. O certo é que ninguém ganha com isso. Poderia citar tantos casos e tantas as vezes em que o Presidente...

O SR. ROMEU TUMA - Senador Pedro Simon, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON - Ouço o aparte do nobre Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA - Pelo que eu li, apesar de não ter conversado com o Senador Antonio Carlos Magalhães, terminadas essas votações, S. Ex^a pediria uma cadeia de rádio e televisão para defender o Congresso e não entraria no mérito das votações. Mas o trabalho que o Senado...

O SR. PEDRO SIMON - Todavia, a imprensa está colocando que abordaria sobre essa votação que envolve Congresso Nacional e Supremo Tribunal Federal. De um lado os Senadores estão recebendo uma carta - e isso considero natural -, apesar de ser uma atitude inédita. Nela, o Presidente do Senado recomenda que o voto seja de uma maneira determinada. Aliás, isso nos foi solicitado elegantemente e, inclusive, é um direito legítimo, apesar de ser uma atitude inédita. De outro lado, dois membros de Tribunais Superiores (não sei se declaro informações verdadeiras) disseram que em um desses tribunais, se essa emenda for aprovada, 80% dos magistrados se aposentariam, porque têm tempo para isso. Penso que deveríamos ter condições de criar possibilidades que não criem esse tumulto.

Em primeiro lugar, sou tranquilo. Até a **IstoÉ** me fez uma tremenda injustiça, porque não votei; saí do Plenário. Não votando, votei contra o Poder Judiciário, porque o Poder Judiciário é que precisava dessa emenda para que fosse aprovado, não é isso? O Poder Judiciário precisava de um número "x" de emendas para que fosse aprovada aquela emenda. No momento em que saí, votar não ou sair era a mesma coisa. Então, não há problema algum. Se votar, estou inclinado a votar contra o Judiciário.

Agora, não gostaria de votar. Talvez até me retire de novo, se ficar e votar vão dizer que o Presidente Antonio Carlos

Magalhães mudou o meu voto. Porque essa é a grande discussão, quer dizer, da maneira com que está sendo colocado, os 55 que votaram de um lado vão mudar o voto porque o Presidente pediu.

Acho que fala V. Ex^a pela autoridade que tem. Primeiro, Presidente da nossa Comissão; segundo, grande jurista que é; terceiro, a competência na sua cordialidade, V. Ex^a é um **gentleman** da maior competência, da maior capacidade; quarto, a unanimidade desta Comissão e do Senado em torno de V. Ex^a; quinto, o carinho recíproco e o respeito que o Presidente Antonio Carlos e V. Ex^a têm um pelo outro.

Acho que V. Ex^a poderia falar com o Presidente para desanuviar o ambiente, seja qual for o resultado. Não é o confronto Senado **versus** Magistratura. Até pode ter lá adiante. Pode até ter, mas não me parece que o exame desta matéria... Até porque V. Ex^a sabe que sei. Que tem que cortar as regalias, tem. Que há coisas erradas, há. Mas que o Judiciário tem que ser obrigatoriamente visto sob outro ângulo, também tem.

Falo com autoridade, Sr. Presidente. Tenho uma pensão de ex-Governador; não recebo porque não quero, mas tenho. Tenho uma pensão de ex-Deputado Estadual; não recebo porque não quero, mas tenho. E assim são vários Parlamentares. O Juiz só pode receber a aposentadoria dele, porque não pode ter outra missão que não seja professor universitário.

Então, essa análise tem que ser feita, Sr. Presidente. Voto contra a Magistratura, mas acho que não podemos colocar o voto contra colocando a Magistratura na cadeira dos réus no sentido em que estamos. para ninguém, desmoralizar e humilhar a Magistratura. Tem que melhorar? Tem que melhorar. Há coisas erradas? Há coisas erradas.

Agora, falo que a Magistratura do meu Estado do Rio Grande do Sul é da maior dignidade, é da maior honestidade. Não conheço, na Magistratura do Rio Grande do Sul, juiz que vende causas, juiz que não é da mais absoluta imparcialidade. Não conheço, na Magistratura do Rio Grande do Sul, juiz que tenha um preposto dono de uma empresa ou coisa que o valha.

Então, podemos divergir, podemos querer melhorar, mas não nesse espírito. A Magistratura é fraca; nós somos fracos. Estamos num Poder em que quem tem todo o poder se chama Governo, o Presidente da República, que tem as medidas provisórias, que legisla, que faz. De repente nós, Poder Legislativo

e a magistratura, vamos brigar entre nós, vamos debater entre nós para que houvesse realmente identidade, liberdade de poder, onde os Poderes fossem realmente harmônicos entre si.

De repente um que é um "super" Poder está tranquilo e vai haver um confronto entre os dois Poderes aqui de baixo - o Poder Judiciário e o Poder Legislativo.

Sr. Presidente, não gostaria de votar com as manchetes. Sou capaz até de me retirar do plenário de novo, para votar igual à outra vez; para não dizer que mudei o voto. Normalmente, votaria. Mas, para não dizerem que mudei o voto, saio novamente, ainda que fale: "mas o Simon não votou". Prefiro sair a ter de ouvir que mudei o voto.

Há um requerimento - não sei de quem -, solicitando que o destaque volte para cá. Quer dizer, o projeto foi votado; temos um resultado dessa primeira votação; está indo para a segunda votação. Há um pedido de destaque para eliminar um determinado artigo. Sobre esse destaque há um requerimento, se não me engano, do Senador Ronaldo Cunha Lima, pedindo que venha para esta Comissão. Creio que essa seja uma saída. E vou explicar por quê. Ganharíamos tempo; pelo menos os ânimos se esfriariam; pelo menos tudo se normalizaria, tudo se acalmaria. E nós, o Presidente do Senado e o Presidente da Comissão teríamos condições de, com a cabeça mais tranqüila, levar adiante esta questão.

Sr. Presidente, tenho o maior respeito pelo Presidente Antonio Carlos. Posso ter minhas divergências - e tenho -, mas, quando as coisas são positivas, eu reconheço. Ele está tendo um lado positivo, que é o fato de que as coisas, com ele, estão andando, ele está movimentando, ele está fazendo as coisas funcionarem, e isso é bom.

O meu pronunciamento aqui não tem nada de pessoal. O meu pronunciamento é no sentido da Casa, do Judiciário e do entendimento entre os Poderes. Acho que V. Ex^a poderia ficar com essa missão.

Creio que falo em nome de toda a Comissão quando digo que a Comissão entrega a V. Ex^a a tentativa do entendimento.

É muito ruim, Sr. Presidente. Ontem, assistindo aos noticiários de televisão - não sei se os colegas assistiram -, eu me apavorei. Nunca tinha visto nada igual! Diziam: "Confronto ACM, Senado **versus** Judiciário". Vai ser o grande debate, a grande

peleia, e eles disseram que é verdade. Inédita - isso também é verdade -, num confronto aqui no Senado.

Faço este apelo, pela confiança, pelo carinho, pelo respeito que tenho a V. Ex^a. Sei que só V. Ex^a teria condições de levar adiante uma missão como essa e sair vitorioso.

É apenas isso.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Pedro Simon, em primeiro lugar, a Presidência agradece o registro inicial, as palavras amáveis ditadas pelo coração de V. Ex^a, em alguns instantes também V. Ex^a deixa a razão de lado e se deixa levar pelo coração, sobretudo quando se dirige a este seu amigo.

A missão, Senador Pedro Simon, a esta altura dos acontecimentos, é impraticável. Conhecemos o espírito do Presidente do Senado, Senador Antonio Carlos Magalhães, no sentido de fazer uma declaração. De qualquer sorte, levarei até S. Ex^a, no sentido de que pondere que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pelos seus membros, não acha interessante no momento que essa cadeia de rádio seja por S. Ex^a requisitada para dar a sua manifestação.

Diz o Senador Romeu Tuma que leu em alguns jornais que essa requisição se dava em favor, em defesa, da atuação do Congresso, no sentido de que a sociedade está mal informada sobre o trabalho do Congresso, que o Congresso está produzindo. E se, eventualmente, a decisão for favorável a ele, segundo a notícia ou o noticiário, S. Ex^a mostraria que o Congresso estava no caminho certo. Se fosse desfavorável, aceitaria e nem por isso se insurgiria contra a decisão que fosse tomada.

Há posições em alguns noticiários diferentes. V. Ex^a leu uma outra. Levarei como missão da Comissão. Sei que ela não será atendida, por antecipação, porque essa notícia já está em todos os jornais. Fica difícil o chefe de um Poder voltar atrás naquilo a que se propõe, que é a defesa do Congresso.

Eu próprio é quem farei um apelo a V. Ex^a para que me acompanhe, como autor do requerimento, na visita que faremos a S. Ex^a, porque para o Congresso não importa a menor confusão.

Quero agradecer a permanência dos ilustres Colegas e parabenizar o Senador Beni Veras por ter concluído o seu trabalho nesta Comissão.

Está encerrada a reunião.

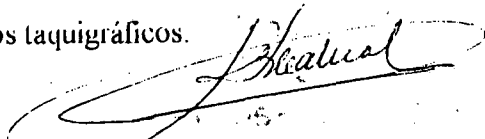
(Levanta-se a reunião às 13h06min.)

Ata da 36ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura, realizada em 15 de outubro de 1997, às 10:00 horas. (Reunião ordinária).

Às dez horas do dia quinze de outubro, de mil novecentos e noventa e sete, na sala de reuniões nº três, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Bernardo Cabral, com a presença dos Senhores Senadores Esperidião Amin, Regina Assumpção, Pedro Simon, José Eduardo Dutra, Francelino Pereira, Roberto Requião, Josaphat Marinho, Lúcio Alcântara, Bello Parga, Levy Dias, José Fogaça, Romero Jucá, Gilberto Miranda, Casildo Maldaner, Epitácio Cafeteira e Ney Suassuna, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Deixam de comparecer por motivo justificado os Senhores Senadores Guilherme Palmeira, Edison Lobão, Romeu Tuma, Jader Barbalho, Ramez Tebet, Renan Calheiros, Jefferson Péres, José Ignácio, Beni Veras, Antônio C. Valadares, e Roberto Freire. Havendo número regimental o Sr. Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A seguir, passa-se à apreciação da pauta na ordem determinada pelo Sr. Presidente. Item 6) Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 1996 de autoria da Senadora Marina Silva e Outros, “modifica a redação dos artigos 37 e 54 da Constituição Federal e dá outras providências.” Relator: Senador Roberto Requião; parecer: pela aprovação; Resultado: retirado de pauta a pedido do Relator para reexame da matéria. 19) Proposta de Emenda à Constituição nº 24, de 1996, de autoria do Senador Gilvam Borges e Outros Srs. Senadores, “dá nova redação aos arts. 22 e 24 da Constituição Federal, atribuindo competência legislativa concorrente à União, Estados e Distrito Federal em matéria de Direito Penal e Processual Penal.” Relator: Senador Josaphat Marinho; parecer: pela rejeição; resultado: retirada de pauta a pedido do

Relator, para reexame da matéria. 23) Projeto de Lei do Senado nº 31, de 1995, terminativo, de autoria do Senador Pedro Simon, “altera dispositivos do Código de Processo Penal e dá outras providências.” Relator: Senador Esperidião Amin; parecer: pela aprovação da matéria, na forma do substitutivo que apresenta. resultado: matéria retirada de pauta, para reexame, a pedido do Relator. 24) Projeto de Lei do Senado nº 29, de 1995, terminativo, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e Outros Srs. Senadores, “institui eleições diretas para os Suplentes de Candidatos ao Senado Federal.” Relator: Senador Jefferson Peres, parecer: pela aprovação; resultado: concedida vista ao Senador Bello Parga. 30) Proposta de Emenda Constitucional nº 8, de 1995, de autoria do Senador Geraldo Melo e Outros, “dá nova redação ao inciso X do § 2º do artigo 155 da Constituição Federal.” Relator: Senador Esperidião Amin, parecer: pela aprovação; Resultado: retirada de pauta a pedido do Relator, para reexame da matéria. 33) Projeto de Resolução nº 67, de 1996, de autoria do Senador Casildo Maldaner, “autoriza o CEGRAF a publicar Edições Histórico-Culturais.” Relatora: Senadora Regina Assumpção; parecer: pela aprovação, na forma do substitutivo que apresenta; resultado: aprovado em primeiro turno o parecer da Relatora. A matéria voltará à pauta para apreciação em turno suplementar, conforme o disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal. 36) Projeto de Resolução nº 25, de 1997, de autoria do Senador Coutinho Jorge, “altera a denominação e a estrutura da Consultoria de Orçamentos e dá outras providências.” Relator: Senador José Eduardo Dutra; parecer: pela aprovação, com a emenda oferecida em Plenário; resultado: aprovado o parecer do Relator. 39) Projeto de Lei do Senado nº 25, de 1997, complementar; de autoria do Senador Esperidião Amin, “cria o fundo de terras e dá outras providências.” Relator: Senador Lúcio Alcântara; parecer: pela aprovação, na forma do substitutivo que apresenta, resultado: aprovado o parecer do Relator.

Nesta oportunidade, sendo constatada a queda do quorum, o Sr. Presidente encerra a presente reunião, deixando adiada para a próxima reunião ordinária, a apreciação dos demais itens da pauta. Nada mais havendo a tratar, eu, Vera Lúcia Lacerda Nunes, Secretária, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com os registros taquigráficos.



O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Havendo número legal, dou por aberta a ^{56ª}~~55ª~~ reunião da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura, cuja pauta foi previamente distribuída aos eminentes Srs. Senadores.

Dentre os projetos pautados, pediu para fazer uso da palavra a eminente Senadora Regina Assumpção, a quem concedo a palavra.

A SRª REGINA ASSUMPÇÃO - Sr. Presidente, gostaria que fosse invertido o item nº 33, porque tenho que me ausentar. Pediria que fosse designado outro Relator para essa matéria, porque tenho que sair agora.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A eminente Senadora Regina Assumpção pede prioridade para discussão e votação do Projeto de Resolução nº 67, Item nº 33 da pauta. A seguir pede também que seja designado um Relator *ad hoc*, aproveitando seu parecer. O autor do Projeto é o Senador Casildo Maldaner.

Peço ao eminente Senador Amin, dada a contingência imediata da saída da eminente Senadora Regina para ir a uma reunião convocada para o mesmo horário, que S. Exª funcione como Relator *ad hoc*. Item nº 33; o avulso e o relatório foram distribuídos separadamente.

A SRª REGINA ASSUMPÇÃO - Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Está deferido o pedido.

A Presidência agradece a V. Exª o comparecimento e justificada saída.

Drª Vera, peço o parecer e o avulso do Item nº 33 para o eminente Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Pediria à sua assessoria para verificar se o Senador Lúcio Alcântara já apresentou o parecer. Penso que já está pronto. É sobre o projeto de lei do fundo de terras.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Dr. Nantes, nosso assessor jurídico, tem conhecimento da entrega?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Foi o primeiro item da reunião anterior. Como o Senador Lúcio Alcântara não tinha apresentado e até me deu vista, deixou que eu conhecesse previamente, acho que deveria ser apresentado aqui hoje. Pelo menos distribuído, alguém pede vista, deliberando na próxima.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - De acordo. Peço à eminente secretária Drª Vera que faça chegar cópia ao eminente Senador Esperidião Amin.

A Presidência indaga do eminente Senador José Eduardo Dutra sobre o Projeto de Lei que dispõe sobre admissão de professores, técnicos e cientistas estrangeiros pela universidade, pela instituição de pesquisa científico-tecnológica.

É Relator o Senador José Eduardo Dutra. Pela aprovação, com emenda oferecida no plenário. É o Projeto de Lei nº 25/97, sobre restituição ao Orçamento. Item nº 36 da pauta. Esse também terá preferência, uma vez que o Senador José Eduardo Dutra tem que participar de uma reunião de Líderes com o Presidente do Senado.

O Item nº 39; é autor o eminente Senador Esperidião Amin; Relator, Senador Lúcio Alcântara. Será distribuído imediatamente a V. Exª.

A Presidência solicita a V. Exª que discuta a matéria, apresentando seu parecer.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, Srs. Senadores, recebo a incumbência de trazer aqui o relatório da Senadora Regina Assumpção, sobre projeto de resolução, de autoria do Senador Casildo Maldaner, que cria a série "Documentos Histórico-Culturais".

Em resumo, como decorrência de incidentes conhecidos pela sociedade brasileira no final em 94, o Senado estabeleceu uma resolução bastante restritiva em matéria de

utilização de serviços do nosso Centro Gráfico, da Gráfica do Senado. Com isso, restringiu qualquer possibilidade de veiculação, inclusive de assuntos culturais, que não sejam da iniciativa exclusiva da Mesa. Por exemplo, a Mesa pode publicar, como o fez ano passado, documentos históricos da maior importância para o acervo cultural e bibliográfico brasileiro, mas não cabe aos Senadores fazer propostas.

O que o Senador Casildo Maldaner propõe nesse Projeto de Resolução é que cada Senador possa obter da Mesa a aprovação para uma publicação anual, restrita a dois mil exemplares e o máximo de 300 páginas impressas, que tenha o imprimátur de uma entidade cultural, seja ela a Academia de Letras do respectivo Estado, do seu Instituto Histórico e Geográfico ou instituição equivalente. Repito, a proposta de cada Senador será encaminhada à deliberação da Mesa Diretora. Há cuidados quanto a direitos autorais.

O parecer da Senadora Regina Assumpção retira do projeto original a vinculação específica às entidades mencionadas.

A proposta do Senador Casildo Maldaner, no § 3º do art. 1º, dizia:

"O Instituto Histórico e Geográfico, Conselho de Cultura e Academia de Letras do Estado - que o Senador representa - através de processo seletivo, escolherão as obras que deverão ser editadas."

Isso realmente seria uma delegação que a Senadora retifica.

Penso que o Projeto de Resolução com o substitutivo que a Senadora apresenta preenche as condições de natureza jurídica, indo ao encontro da preocupação de natureza moral do Senado e, também, ao encontro do interesse de cada Estado em ver questões peculiares à sua história e à sua cultura, eventualmente prestigiadas essas questões por publicações do Senador às expensas de sua quota anual.

O parecer é favorável na forma do Projeto de Resolução substitutivo que a Senadora apresenta.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Em discussão.

Caso nenhum dos Srs. Senadores queira discutir, parece-me que a matéria não tem nenhuma divergência, podemos, então, considerá-la aprovada.

Senador Esperidião Amin, Item nº 30 da pauta. É uma proposta de emenda constitucional. Vamos apenas discuti-la até que haja número regimental para votação.

Item nº 30: avulsos e relatório distribuídos separadamente. Autor, Senador Geraldo Melo, que pediu preferência na reunião passada. Parecer do eminente Senador Esperidião Amin é pela aprovação.

Tem a palavra V. Ex^a, eminente Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de iniciativa do Senador Geraldo Melo e outros, vem a exame nesta Comissão Proposta de Emenda à Constituição nº 8/95, que altera a redação do Inciso X do § 2º do art. 155 da Lei Maior.

Consiste a alteração:

a) na supressão da alínea "b" do citado inciso, que assegura a não-incidência do ICMS sobre operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados e energia elétrica.

Na supressão da alínea "c", no mesmo inciso, que estabelece a não-incidência do mesmo imposto sobre o ouro nas hipóteses definidas no art. 153, § 5º. Tal dispositivo determina que o ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial, sujeita-se exclusivamente à incidência do imposto de que trata o inciso V do **caput** deste artigo, devido na operação de origem.

O imposto de que trata o inciso V do **caput** do art. 53 referido é o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas - as operações - a títulos ou valores mobiliários, vulgarmente conhecido como IOF - Imposto sobre Operações Financeiras.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Esperidião Amin, peço permissão a V. Ex^a para passar, por alguns segundos, a Presidência ao Senador Pedro Simon, enquanto atendo a um telefonema urgente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Quero registrar, com grande satisfação, a Presidência do Senador Pedro Simon. Fazia tempo que não via o Senador Pedro Simon presidindo-nos.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Não é a primeira vez.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Fazia tempo. Como esse já é o terceiro mandato que V. Ex^a tem como Senador, não posso dizer que nunca presidiu.

Na transposição do conteúdo da alínea "a" do mesmo inciso para o corpo do inciso, com a eliminação de sua parte final, que exclui a não-incidência do ICMS sobre operações que destinem ao exterior produtos industrializados, os semi-elaborados, definidos em lei complementar, o inciso X do art. 155 consignará somente, portanto, que o ICMS não incidirá sobre operações que destinem ao exterior produtos industrializados.

Na justificação, argumentam os ilustres autores que a não-incidência do ICMS sobre as operações interestaduais referidas na alínea "b" além de não beneficiar os usuários de tais produtos, já que o montante total do imposto estará contido no seu preço final, faz é punir o Estado produtor, proibindo-o de arrecadar o tributo. E, ao transferir para o Estado consumidor toda a receita proveniente, cito, "consagra absurdamente o mecanismo permanente de transferência de renda das regiões mais pobres para as mais ricas, sem gerar nenhum benefício para a sociedade".

Destarte, o ICMS, assim assemelhado a uma espécie de imposto de consumo, resta descaracterizado como imposto sobre a circulação que foi o tributo escolhido pelos Constituintes. Esclarece ainda que a supressão da alínea "c" é proposta apenas por ser um dispositivo supérfluo, uma vez que a não-incidência do ICMS sobre o ouro já está assegurada pelo § 5º do art. 53, já referido no meu parecer, que estabelece a incidência exclusiva do IOF sobre o ouro quando definido em lei como ativo financeiro. Quando utilizado como meio de pagamento, valor de troca, incide sobre o ouro o Imposto sobre Operações Financeiras.

Por demais eloquentes, as razões apresentadas em favor da proposta, a nosso ver, não comportam nenhum tipo de contestação. Como ficou demonstrado, a alínea "c" do inciso X do §2º do art. 55, por despicienda, inclui-se entre os numerosos vícios

da Carta de 1988, decorrentes, em grande parte, da pressa com que foi promulgada. Impõe-se, portanto, a sua supressão.

Vício de fundo é a alínea "b": a uma, por desvirtuar a natureza do ICMS; a duas, por atentar contra o princípio federativo que transfere para os Estados consumidores as receitas provenientes das operações da espécie iniciadas nos Estados produtores, justamente os menos desenvolvidos.

Quanto à alínea "a", que inclui a imunidade aos produtos industrializados destinados ao exterior, os semi-elaborados, a desoneração torna-os mais competitivos no comércio internacional, onde, salvo raras exceções, não se exporta imposto.

O desfalque na arrecadação do ICMS, que sem dúvida arrecadará, será contrabalançado por mecanismo de compensação financeira para o Distrito Federal e os Estados exportadores de 10% do IPI, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações - art. 159, inciso II no máximo de 2% por unidade federada, §2º - a quarta parte extensiva aos municípios. Como produtos industrializados, os semi-elaborados integrarão o valor das respectivas exportações dos Estados, elevando-lhes proporcionalmente o valor do repasse compensatório. A alteração torna-se, pois, vantajosa para o País, inclusive tendo-se em vista o Mercosul.

Acrescento, Sr. Presidente - este parecer é de maio -, que os efeitos da Lei Kandir não foram aqui, quanto a este item, por mim avaliados. **Ex positis**, considerando que a proposta representa importante contribuição para o aperfeiçoamento do nosso sistema tributário, manifestamos pela sua aprovação.

Sr. Presidente, limitei-me a fazer uma avaliação quanto à constitucionalidade e à compatibilização desta emenda aos dispositivos constitucionais. Não pude fazer, porque não constavam nem da proposta nem do exame que solicitei, uma projeção, uma avaliação dos possíveis impactos financeiros e econômicos e as implicações monetárias quantificadas em termos de guerra fiscal, de interesse fiscal da Federação. Apenas limitei-me a externar o meu parecer quanto à compatibilidade constitucional da proposta e quanto ao princípio federativo que ela acolhe e consagra. Essa é a razão do parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a gostaria de reexaminar a matéria, eminente Senador Esperidião Amin, à vista dessa nova peculiaridade surgida com a chamada Lei Kandir, a fim de que os demais companheiros pudessem sentir o que V. Ex^a destacou com muita propriedade: os impactos?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Creio que sim, Sr. Presidente. O exame jurídico é uma coisa, numa matéria financeira, sem saber o impacto inclusive interestadual, vai ficar muito difícil de o Senado se posicionar.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência, então, concede a V. Ex^a, pelo tempo que achar conveniente, talvez uma semana, e os demais Senadores gostariam de ter uma visão mais aprofundada. Fica adiada para a próxima oportunidade.

O eminente Senador José Eduardo Dutra é o Relator do Item nº 36, que é um projeto de resolução que altera a denominação e a estrutura da consultoria do orçamento e dá outras providências.

S. Ex^a é pela aprovação com uma emenda. A Presidência pergunta a S. Ex^a se pode discutir a matéria.

Então V. Ex^a tem a palavra para relatar o Item nº 36 da pauta, à vista do pedido de prioridade devidamente requerido e deferido. Tem V. Ex^a a palavra, Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Estou aguardando o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Dr^a Vera, por favor, o avulso com o relatório, que foram distribuídos separadamente.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, trata-se de um projeto de resolução de autoria do Senador Coutinho Jorge, que propõe alterações na estrutura da Consultoria de Orçamento tanto referente às suas funções precípua quanto na sua própria denominação; e estabelece algumas modificações e reclassificações.

No parecer que foi distribuído - não o estou acompanhando - tive o cuidado de solicitar uma nota técnica por parte da Diretoria do Senado relativa ao impacto financeiro que, porventura, essa modificação poderia trazer. A nota técnica apresentada pela diretoria mostra que não há praticamente

impacto financeiro, e a proposta do Senador Coutinho Jorge, sem dúvida alguma, vai aparelhar melhor a Comissão de Orçamento, inclusive seguindo recomendações da própria CPI do Orçamento de 1993.

O Senador Edison Lobão apresentou uma emenda, que apenas corrige uma omissão do texto no que diz respeito à Subsecretaria de Apoio Técnico, padronizando desse modo a Subsecretaria com os demais órgãos da Comissão de Orçamento.

Então, o parecer é favorável. Entendemos que vai contribuir para dar mais agilidade e condições à Comissão para desempenhar o seu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O eminente Senador José Eduardo Dutra conclui pela favorabilidade do projeto e acolhe a emenda oferecida.

Em discussão a matéria.

Se nenhum dos Senhores quiser discutir, nota-se que é absolutamente convergente a opinião dos demais Senadores, e a Presidência o considera aprovado.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, queria apenas pedir licença para me ausentar, porque o Presidente do Senado convocou os líderes das bancadas partidárias para uma reunião neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Determino que seja registrada em ata a ausência forçada do eminente Senador Líder José Eduardo Dutra, para tomar parte na reunião com a Presidência do Senado e os demais membros.

Dr^a Vera, atenda ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Dr^a Vera, verifique se o nosso líder está presente ou se está representado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Dr^a Vera, por favor, telefone para a Presidência e verifique se o Senador Epitácio Cafeteira, que é membro desta Comissão, está na reunião, na qualidade de Líder do PPB.

Dou a palavra ao eminente Senador Pedro Simon, para discutir o projeto de emenda à Constituição de sua autoria, com pedido de vista do eminente Senador Roberto Requião, devolvido sem voto em separado, que altera dispositivos, que menciona, da Constituição Federal. Relator: Senador José Ignacio. (Pausa)

Item 6: modifica a redação dos arts. 37 e 54, de autoria da Senadora Marina Silva. O parecer é pela aprovação. No dia 20 de agosto de 1997, foi encerrada a discussão e adiada por falta de **quorum**. Relator: Senador Roberto Requião.

Com a palavra o eminente Senador Roberto Requião.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Sr. Presidente, nos termos das disposições constitucionais e regimentais atinentes à matéria, chega a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 1996, de autoria da Senadora Marina Silva e outros Senadores, para receber parecer e análise.

O art. 1º da proposição esclarece que o objeto que os signatários pretendem alcançar é o aditamento de dois novos incisos, XXII e XXIII, ao art. 37, de um parágrafo único. As alterações que serão impostas ao texto da Constituição, a partir de eventual aprovação da proposta sob exame, são:

a - pela adição do inciso XXII ao art. 37: proibição de recebimento de mais de um benefício previdenciário, a título de aposentadoria, por ocupantes de cargos e funções compreendidos no universo delimitado pelo **caput** do artigo, modificando administração pública direta, indireta, fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios, irrestritamente, inclusive ocupantes de cargos eletivos, ressalvadas apenas as acumulações constitucionais assentadas;

b - pela adição do inciso XXIII ao art. 37: proibição da criação ou manutenção de regimes especiais de previdência já criados, sustentados por recursos públicos do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunais de Contas ou fora dessas estruturas para benefício de qualquer ocupante de cargo ou mandato eletivo? Está proibida, também, a cobrança direta ou indireta de qualquer contribuição social para custeio desses sistemas previdenciários especiais;

c - pela adição da alínea e ao inciso II do art. 54: proibição a deputados e senadores de acumularem o recebimento

da remuneração pelo exercício do mandato eletivo com proventos decorrentes de qualquer regime especial de previdência, instituído ou mantido pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, facultada, porém, a opção pela retribuição de maior valor;

d - pela adição de parágrafo único ao art. 54: faculta a parlamentares federais vinculação ao Plano de Seguridade Social dos Servidores Públicos da União.

Na justificação da presente proposta, sustentam os autores que visa ela estabelecer restrições à acumulação de remuneração pelo exercício de cargo eletivo com proventos decorrentes de regimes especiais de Previdência, como os que são pagos àqueles que ocuparam os cargos de Presidente da República, Governador e Secretário de Estado, do Distrito Federal e de Municípios, prevendo também que as acumulações permitidas por legislação infraconstitucional devem ser suprimidas, bem como as transferências de recursos públicos para o custeio dos sistemas especiais de Previdência.

307 É o relatório.

308 Parecer

309 A alteração do art. 37, através do aditamento de dois incisos, recupera para o texto constitucional uma necessária aproximação com a melhor doutrina jurídica e com entendimentos jurisprudenciais assentados desde décadas passadas pelo Supremo Tribunal Federal. O **vacum juris** constitucional que se tem por existente e assim autorizativo de atalhos infraconstitucionais em matéria tão palpitante quanto o benefício previdenciário e sua percepção cumulativa com outras rendas tende a ser definitivamente eliminado com a incorporação dos novos dispositivos propostos.

310 A análise pontual das alterações pretendidas pela proposta revela a preocupação louvável com a resolução dessas sensíveis questões. O texto do inciso XXIII, cujo acréscimo ao art. 37 se propõe, busca estabelecer, de forma cabal, a proibição de recebimento de mais de um benefício previdenciário a título de aposentadoria por ocupantes de cargo ou função pública e de cargos eletivos. Os benefícios previdenciários a que se refere o dispositivo são prestações pecuniárias aos segurados e a qualquer pessoa que contribua para a Previdência Social sob a forma dos

planos previdenciários (José Afonso da Silva, Curso de Direito Constitucional Positivo, 10ª edição, Revista 1995, página 762).

A proposta refere-se, expressamente, aos benefícios previdenciários a título de aposentadoria, excluindo expressamente, portanto, os demais tipos que essa designação abriga, mas abrangendo a espécie tanto por invalidez como por idade e por tempo de serviço. Ao fazer isso, elimina a pertinência jurídica da discussão acerca da conversibilidade ou não da aposentadoria por tempo de serviço em algum tipo de regime especial.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Senador Roberto Requião, V. Exª me permite uma interrupção, que poderá ajudar na celeridade dos nossos trabalhos?

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Pois não.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Mesmo sem conhecer a conclusão de V. Exª, eu queria levantar uma preliminar. Tenho a impressão de que a matéria está prejudicada. Acabamos de apreciar aqui, e o Plenário também, a reforma da Previdência. O projeto que V. Exª relata trata de previdência, aposentadoria etc. Então, não vejo como vamos deliberar agora sobre uma matéria em relação à qual, recentemente, esta Comissão e o próprio Plenário do Senado, ruidosamente, decidiram.

De forma que quero levantar esta preliminar, que é da prejudicialidade.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Exª acolhe a preliminar, Senador Roberto Requião?

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Acolho-a em parte, Sr. Presidente. A reforma da Previdência proibiu a acumulação que ultrapasse o teto. Nós aqui tratamos da proibição absoluta da acumulação.

Seria de bom alvitre para a Comissão sobrestar a apreciação desta matéria e pedir o reexame da mesma pela sua autora, a Senadora Marina Silva.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A proposta de V. Exª é absolutamente procedente.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Sr. Presidente, o meu parecer era favorável pela aprovação. Mas não há dúvida de que essas medidas se sobrepõem à reforma previdenciária já aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência pede à Dr^a Vera que anote a sugestão, acolhida, do eminente Senador Roberto Requião, para que os autos sejam enviados à eminente Senadora Marina Silva, para que S. Ex^a possa atualizar o projeto.

A Presidência quer dar conhecimento aos eminentes Senadores de uma emenda modificativa ao substitutivo à proposta de emenda à Constituição e de uma proposta de emenda à Constituição de autoria do eminente Senador Roberto Requião.

O Senador Roberto Requião tem uma emenda modificativa ao substitutivo à proposta de emenda constitucional sobre os tribunais e juízes do trabalho. S. Ex^a propõe, na sua emenda modificativa, que se mantenha o texto dos arts. 111, 113, 115 e 116 da Constituição Federal, ou seja, pretende prestigiar o que chama essa democrática importância da Justiça Social e Justiça do Trabalho - palavras que a Presidência endossa. A proposta de emenda do eminente Senador Roberto Requião quer suprimir na íntegra a proposta de emenda constitucional e o substitutivo apresentado pelo nobre relator, por flagrante inconstitucionalidade, face afrontar o art. 10º da Constituição Federal. Acontece que esta é uma matéria relatada pelo eminente Senador Jefferson Péres, e S. Ex^a, lamentavelmente, tenho que registrar, está com sua genitora às portas da morte e teve que se ausentar às pressas, talvez para o que não desejássemos, os últimos instantes de vida da senhora sua mãe.

De modo que a matéria fica adiada para a próxima semana, e já irão às mãos do eminente Relator as emendas do eminente Senador Roberto Requião, assim como a proposta de emenda.

Fica registrado em ata, eminente Senador Roberto Requião.

Concedo a palavra ao eminente Senador Lúcio Alcântara, para relatar o item 39 da pauta, que saiu da última reunião em caráter prioritário. Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 25, de 1997, de autoria do eminente Senador Espiridião Amin, que passo a ler:

Item 39: Projeto de Lei do Senado nº 25, de 1997, que cria o Fundo de Terras, e dá outras providências.

Peço que sejam distribuídos os avulsos e o relatório, separadamente, para que os demais Senadores tomem conhecimento.

Com a palavra o eminente Senador Lúcio Alcântara.

O SR. RELATOR (Lúcio Alcântara) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o presente Projeto de Lei Complementar, de autoria do ilustre Senador Espiridião Amin, objetiva criar o Fundo de Terras. A criação desse fundo representa esforço, vontade política, no sentido de estabelecer uma fonte direta e estável de recursos para custear projetos de reorganização fundiária e se baseia, conforme diz S. Ex^a, na experiência que teve quando foi Governador do grande Estado de Santa Catarina. O fundo que ora se pretende instituir será utilizado como instrumento de crédito fundiário de caráter rotativo, de forma a permitir a sua auto-sustentação ao longo do tempo.

As fontes de recursos que constituirão o fundo encontram-se indicadas no art. 2º do projeto. Os recursos, quer financeiros, quer patrimoniais, destinam-se, exclusivamente, a programas de assentamento e reordenação fundiária, não se incorporando as terras por ele adquiridas ao patrimônio da União. A sua execução ficaria a cargo de um comitê integrado por representantes do Governo Federal e das entidades de classe representativas da agricultura e da pecuária, com a gestão financeira do Banco do Brasil.

O art. 5º trata da competência do chamado Comitê do Fundo de Terras e os arts. 6º, 7º e 8º disciplinam as formas de financiamento a serem adotadas pelo mencionado fundo. Em seu delineamento, o projeto, quanto ao mérito, deve ser aprovado, embora enfrente alguns problemas de ordem técnica e redacional, que é do nosso dever suprir neste momento. É o caso, por exemplo, da referência feita no parágrafo único do art. 2º: "As terras devolutas disponíveis do Governo Federal".

Ora, como se sabe, a partir da Constituição de 88, todas as terras devolutas passaram a integrar o patrimônio dos Estados (Constituição Federal, art. 26, inciso IV), remanescendo sob o domicílio da União apenas aquelas "indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental definidas em lei" (Constituição Federal, art. 20, inciso II.). Inexistem, portanto, no

quadro jurídico atual, terras devolutas federais disponíveis para atender aos objetivos do referido fundo.

O art. 6º refere-se ao financiamento de até 100 % do valor do módulo máximo de 30 hectares. O módulo rural é um conceito técnico estabelecido pelo Estatuto da Terra. Varia de acordo com as diversas regiões do País e com a finalidade de cada imóvel. Não parece assim, de bom alvitre, a redação dada, por desconsiderar, data vênua, essa realidade multivariada e plural do agro brasileiro.

O projeto refere-se, várias vezes, ao Comitê do Fundo de Terras, talvez em face do evidente galicismo; e mesmo por motivo de natureza técnica, possa melhor cogitar-se de um Conselho de Fundo de Terras, merecendo ainda reparo a própria denominação do fundo. O Projeto de Lei Complementar nº 25, de 1997, foi examinado pela Comissão de Assuntos Econômicos, na qual o Relator, Senador Osmar Dias, apresentou um substitutivo.

Registre-se que foram acolhidas, na elaboração deste substitutivo, disposições do substitutivo apresentado pelo Senador José Serra. Conforme dispõe o substitutivo da CAE, o fundo deverá se chamar Fundo de Terras e da Reforma Agrária e será coordenado e executado por um Conselho presidido pelo titular do órgão federal responsável pela reforma agrária, dele fazendo parte representantes do Governo Federal, dos governos estaduais e municipais participantes do programa e da sociedade.

O referido Conselho deverá contar com a Secretaria Executiva, órgão de natureza gerencial, com competência para promover a análise técnica dos projetos financiados pelo fundo, bem como a fiscalização da sua execução. A gestão financeira do fundo caberá aos bancos oficiais, vedada a utilização de recursos financeiros que o integram para o pagamento de despesas com pessoal ou encargos sociais a qualquer título. Tais despesas serão de responsabilidade do órgão a que pertencer o empregado ou servidor. A competência do Conselho está discriminada no art. 5º do substitutivo da CAE. Além de financiar a aquisição de terras e a implantação de infra-estrutura, o Fundo de Terras e da Reforma Agrária financiará a compra de imóveis rurais dotados de infra-estrutura, para pagamento em 180 meses, com carência de 36 meses e quitação em 12 parcelas anuais e sucessivas. O substitutivo da CAE disciplina, ainda, os recursos, os

financiamentos, a fiscalização, os beneficiados dos programas, dentre outros aspectos. Estão estabelecidas no art. 2º as fontes de recursos que constituirão o mencionado fundo.

Dando continuidade às discussões sobre a matéria, em 24 de junho do corrente ano, foi ouvido o Ministro Extraordinário de Política Fundiária, Raul Jungmann, que, em síntese, apresentou os seguintes esclarecimentos:

Os recursos de origem orçamentária já se encontram alocados para a reforma agrária. E seria interessante se o fundo pudesse identificar fontes adicionais. As atribuições do fundo são muito amplas e complexas. Deveria se circunscrever ao financiamento de terras, em razão da realização de assentamentos e do reordenamento fundiário se sobreporem ao conjunto de atividades do Incra. A infra-estrutura social e física do Projeto de Assentamento deve ser progressivamente repassada para os Estados e Municípios, cabendo ao Governo Federal permanecer com a atividade fundiária.

As terras adquiridas pelo fundo deverão ser incorporadas ao patrimônio da União, porque advindas do Orçamento Público. Os juros, o pagamento, o prazo do financiamento e todo o disciplinamento financeiro do fundo, seria conveniente deixá-los fora do texto legal, para que possibilite maior flexibilidade na sua gestão.

A composição do Conselho deverá privilegiar a participação da União - isso sob o ponto de vista esposado pelo Ministro da reforma Agrária. A reforma agrária, para alcançar seus objetivos, deverá ser descentralizada. O mecanismo de desapropriação é complicado e deverá ser complementado por outras formas de acesso à terra. O Programa Cédula da Terra é uma alternativa de aquisição descentralizada de terras, realizada por iniciativa dos próprios interessados, através de financiamento público

Por último, diz o Ministro: "O Programa Cédula da Terra faz parte do Projeto Piloto de Alívio à Pobreza e Reforma Agrária e deverá receber financiamento do Bird, conforme consta da Mensagem nº 128, de 1997 encaminhada a esta Casa em 15 de julho deste ano. Este projeto é totalmente desenvolvido pelos Estados em conjunto com as comunidades que se credenciam, recebem uma carta de crédito e procura o proprietário da terra para

negociação. Efetuada a compra da terra, a negociação deve ser registrada no órgão gestor do programa. Então, o novo proprietário passa a ter financiamento para assistência técnica, moradia, implementos agrícolas etc, com 3 anos de carência e prazo de 15 a 18 anos para pagar.

Os programas de Assentamento Rural não são atividades fundiárias, mas constituem implantação de infraestrutura social e física, ou seja, demarcação, energia, escola, saúde etc. A infra-estrutura social e física deve ser descentralizada, feita pelos Municípios e subsidiariamente pelos Estados, mediante contratos e convênios, com repasse de verbas para a execução de determinados projetos.

Foi a opinião do Ministro Raul Jungmann.

O autor do projeto, o ilustre Senador Espiridião Amin, considerando as dúvidas que têm surgido quanto à constitucionalidade da iniciativa parlamentar de propor a criação de um conselho para coordenar e administrar o fundo, com o apoio de uma Secretaria Executiva, ou por bem apresentar um substitutivo, eliminando-se as remissões ao Conselho e à Secretaria Executiva.

Tal providência visa compatibilizar o projeto em exame, ou o disposto na alínea "e", do inciso II, § 1º, do art. 61 da Constituição Federal, que trata de iniciativa privativa do Presidente da República.

É o relatório.

Quanto ao voto.

É de se reconhecer que os fundos, no direito brasileiro, não têm personalidade jurídica que lhes dá a condição de sujeito de direitos e de obrigações. Qualquer fundo que se institua deverá ser administrado por um órgão gestor. E este, sim, há que se constituir como uma pessoa jurídica, dotada de personalidade jurídica, seja de direito público, seja de direito privado.

A criação de fundos, no direito brasileiro, obedece a normas constitucionais em razão pela importância que têm, com formas específicas de financiamento de setores, atividades ou serviços.

O § 9º, do art. 165, da Constituição Federal diz caber a lei complementar estabelecer norma de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta, bem como condições para instituição de funcionamento de fundos.

Registra-se, entretanto, que até o presente momento nenhuma lei complementar à Constituição, relatada pelo ilustre Senador Bernardo Cabral, foi editada com essa finalidade.

O diploma legal vigente que estabelece normas gerais de finanças públicas e se classifica como lei complementar, é a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Esta lei, no entanto, não estabelece as condições para criação e o funcionamento dos fundos, limitando-se a definir em seu art. 71, o que é um fundo especial, nos termos seguintes:

"Constitui fundo especial o produto de receitas especificadas, que por lei se vincula a realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares e aplicação."

Em face da conceituação acima, verifica-se que um fundo é apenas e unicamente o produto de receitas, vinculado à realização de determinadas despesas.

Outorgar um fundo por meio de lei, competências e atribuições de uma entidade de direito público é o mesmo que criar um órgão dessa natureza, pois a personalidade jurídica se revela pela natureza do órgão e não pela sua denominação.

Assim, é de se concluir que um fundo poderá ser instituído para financiar a execução de determinado projeto, para realizar certos objetivos, mas não poderá desenvolver programas, porque não é sujeito de direito e obrigações, mas apenas e tão-somente um instrumento, uma coisa sem vontade, sem autonomia, sem personalidade jurídica.

Entendemos, por outro lado, a desnecessidade de o Governo Federal dotar o fundo de móveis integrantes do seu patrimônio, com aptidão agrícola e que se encontrem sem utilização, uma vez que as terras disponíveis e desafetadas podem ser colocadas à disposição do órgão gestor do fundo, ou do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária a qualquer momento, sem a necessidade da aludida transferência de domínio.

Ainda mais, as terras doadas ou adquiridas pelo Fundo de Terras e da Reforma Agrária deverão ser transcritas em nome da União, apenas com destinações específicas para a reforma agrária e administradas pelo órgão gestor do fundo.

A administração do Fundo de Terras e da Reforma Agrária deverá ser a mais descentralizada possível, cabendo ao

órgão gestor as tarefas de planejamento, e aos Estados e Municípios as da execução.

Por outro lado, é de se reconhecer que a administração do fundo, composta por representantes da sociedade, em todos os Estados e Municípios do Brasil, é tecnicamente impossível e economicamente inviável, além de ser centralizadora.

A execução de projetos de infra-estrutura, ou seja, de assentamento rural é de todo recomendável, seja levado a efeito pelos Municípios e pelos Estados, com transferência de recursos, sob a forma de contratos e convênios desde que, previamente, aprovados pelos órgão gestor do fundo.

Ante o exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade do Projeto de Lei Complementar nº 25, de 1997. E no mérito, pela sua aprovação, por trazer benefícios ao povo brasileiro, na forma do substitutivo que abaixo segue.

Adotou-se em sua elaboração parte das modificações introduzidas pelo substitutivo apresentado pelo ilustre autor do projeto, Senador Esperidião Amin, bem como parte do substitutivo já oferecido pelo Relator, Senador Osmar Dias.

Consulto a Presidência e ao Plenário se é conveniente ler todo o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Eminente Senador Lúcio Alcântara, cada Senador está de posse da matéria ora em discussão - como bem lembrou o Senador Bello Parga. Caso haja alguma sugestão, seria interessante que S. Ex^{as} a fizessem, pois parece-me que o Senador Lúcio Alcântara está muito bem delineado.

Em discussão a manifestação do eminente Senador Lúcio Alcântara.

Senador Esperidião Amin, V. Ex^a está de acordo com a manifestação do Senador Relator?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, quero me congratular com o Senador Lúcio Alcântara, que conseguiu conciliar questões cuja resolução tanto o autor, quanto o próprio Senador Osmar Dias, procuramos deslindar.

Considero que o Senador Lúcio Alcântara conseguiu oferecer uma contribuição muito importante para que o projeto volte ao Plenário do Senado sem que se suscitem novas dúvidas

sobre a sua constitucionalidade. Como autor do projeto o defendi com veemência, o defendi porque ele representa uma experiência que tivemos a oportunidade de desenvolver, uma experiência que deve ser considerada complementar ao processo de reforma agrária, não como substitutiva da desapropriação de terras improdutivas, executando o estatuto da terra e projetos da reforma agrária do Governo Federal.

Por essa razão, vejo que o Senador Lúcio Alcântara conseguiu conciliar o mérito do projeto, com as cautelas constitucionais que foram suscitadas no Plenário e ensejaram o seu encaminhamento a esta Comissão.

Não tenho nenhum reparo a fazer, a não ser me congratular com o Senador Lúcio Alcântara.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O autor do projeto não tem nenhum reparo a fazer à manifestação do Senador Lúcio Alcântara.

O SR. BELLO PARGA - Sr. Presidente peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Antes de conceder a palavra a V. Ex^a, gostaria de registrar as presenças, nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do Dr. Alfredo Nascimento, Prefeito Municipal de Manaus, cidade onde nasci, que está acompanhado dos Deputados Pauderney Avelino e Euler Ribeiro.

Concedo a palavra ao Senador Bello Parga.

O SR. BELLO PARGA - Creio que todos estamos honrados com as presenças do Prefeito e dos nossos colegas de Parlamento.

Queria apenas me juntar ao louvor expedido pelo Senador Esperidião Amin ao trabalho muito bem feito do Senador Lúcio Alcântara que situou em seus verdadeiros termos a finalidade e a maneira pela qual esse fundo tem que ser operado.

Particularmente, Sr. Presidente, fico satisfeito, porque tinha uma emenda na Comissão de Assuntos Econômicos, que infelizmente não foi aprovada, e que agora está sendo consagrada no espírito do substitutivo do Senador Lúcio Alcântara, porque no **caput** do art. 1º, fica bem claro - e era isso que propunha - que a finalidade do fundo é de financiar programa de ordenação fundiária.

Sendo essa precípua finalidade financeira, fico muito satisfeito pela forma, pela resolução que o Senador Lúcio Alcântara deu a essa proposição.

Era o que tinha a acrescentar.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A matéria continua em discussão. (Pausa)

Concedo a palavra o eminente Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Sr. Presidente, esse é um daqueles relatórios e parecer que considero importantes, lapidares e irretocáveis.

Na verdade, sem dúvida nenhuma, se não é melhor do que o projeto, é tão bom que o viabilizou.

Entendo que a orientação do relator e do parecerista é justamente a de viabilizar os bons projetos. E esse é um bom projeto.

Muitas vezes o simplismo do parecer, diante da menor objeção constitucional, resolve decepar o projeto, cortar-lhe a cabeça ou jogá-lo na lata do lixo.

Nesse caso, havia tantas qualidades no projeto do Senador Esperidião Amin, que seria um erro político, um desperdício social se esse projeto fosse jogado à margem.

Considero que a atitude do Relator é aquela que tem sentido produtivo político e socialmente. É a orientação que sempre procuro adotar: procurar encontrar em qualquer projeto algo que possa ser aproveitado e que o torne viável, mesmo que para isso tenha que se fazer uma pequena transformação.

Há algum tempo alterei um projeto do Senador Eduardo Suplicy, transformando-o de lei ordinária em lei complementar. Essa pequena alteração, exigida pela Constituição, ao mesmo tempo que viabilizava o projeto, também dava-lhe um certo sentido de dificuldade na aprovação, porque aprovar uma lei ordinária ou uma lei complementar são coisas completamente diferentes. O Senador Eduardo Suplicy teve a primeira reação negativa de achar que eu estava objetando o seu projeto. O projeto, uma vez modificado, tornou-se viável e obteve mais de 70 votos em plenário - e fiquei inteiramente satisfeito por ter atingido os meus objetivos.

O Senador Lúcio Alcântara atingiu seus objetivos. Ou seja, o projeto é bom, porque comprar terras, principalmente para o

pequeno proprietário, tem um significado mais do que sociológico e econômico. Tem um significado psicossocial importantíssimo, pois significa um compromisso, uma destinação definida, decidida e assumida pelo proprietário. Essa assunção sobre a terra é algo que só acontecerá através da compra efetiva do lote. Não se vê isso, necessariamente, na reforma agrária. Há muitos casos de abandono da terra porque não há essa relação de assumir, de comprometer-se, de maneira definitiva, com o lote que está sendo recebido pelo destinatário da reforma agrária. Nesse caso - não tenho nenhuma estatística -, não tenho dúvida alguma de que se constatará, no futuro, que quase 100% dos compradores se manterão sobre a terra e nela produzirão. Por isso que o projeto é bom e não poderia ser jogado na lata do lixo. Contudo é preciso viabilizá-lo, e não podemos criar uma instituição que venha a ter papel de gerência administrativa. Não podemos fazer isso. A Constituição não nos permite. Logo, era preciso escoimar essa parte, quer dizer, jogar a água suja pelo ralo, mas salvar a criança, e foi o que foi feito pelo Senador Lúcio Alcântara.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Ouço V. Ex^a com prazer.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Senador José Fogaça, gostaria apenas de me associar à colocação feita por V. Ex^a exatamente no aspecto da viabilidade.

Se o empreendimento, que é a pequena propriedade, não puder, ao longo do tempo e na base do valor do produto, quitar esse compromisso, ele é inviável. E o projeto tem um grande compromisso com a viabilidade, que, muitas vezes, a simples entrega não onerosa da terra não contempla essa preocupação.

Congratulo-me com esse enfoque particularíssimo, feito com muita propriedade por V. Ex^a, que é o compromisso com a viabilidade da empresa, da pequena propriedade rural. Isso é tão importante quanto todas as idéias de democratização da produção, de democratização dos meios da riqueza e dos resultados da produção.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Isso é verdade na economia desde 1927, quando Lenin implantou a nova economia na União Soviética e descobriu que os pequenos proprietários que recebiam

nos campos de produção coletiva não se dedicavam à ação produtiva da forma que os pequenos proprietários se dedicavam. Essa não é uma descoberta do capitalismo. É uma descoberta do capitalismo; é uma descoberta do leninismo, na União Soviética.

É importante ressaltar um outro aspecto, Sr. Presidente, ou seja, o fato de, nesse fundo de terras, estarmos quebrando uma tradição histórica negativa do Brasil. O atraso rural de várias regiões do Brasil está diretamente associado, na nossa história, à inexistência de crédito para a compra de pequenas propriedades.

O Brasil é um País que, ao longo de 500 anos, desconheceu a necessidade de financiar a compra da pequena propriedade. Não há crédito para a compra de terras em nenhuma instituição financeira. Há crédito para tudo, para a compra de qualquer quinquilharia, mas para a compra de terras nunca teve apoio creditício nem das políticas governamentais, nem do sistema financeiro no Brasil. De modo que, a quebra dessa tradição histórica negativa está também aqui associada a esse projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Concedo a palavra ao nobre Senador Josaphat Marinho para relatar o Item nº 19, página 727.

O SR. BELLO PARGA - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. BELLO PARGA - Sr. Presidente, no Item nº 24 da pauta de hoje temos o PLS, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que institui eleições diretas para suplentes de candidatos ao Senado Federal.

Essa proposição já havia merecido um tratamento prioritário de V. Ex^a. No entanto, ainda não chegou a ser discutida.

Pretendo contribuir com o trabalho do Senador Eduardo Suplicy apresentando voto em separado. Por isso, apelo a V. Ex^a que o coloque em discussão para que eu possa pedir vista, atendendo, com isso, ao princípio da economia processual.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Será atendida a solicitação de V. Ex^a.

Em discussão o Item nº 24.

O SR. BELLO PARGA - Sr. Presidente, peço vista para apresentar voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo vista a V. Ex^a, uma vez que o parecer do Relator é conhecido.

O SR. BELLO PARGA - Agradeço a V. Ex^a a deferência e a bondade.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Segundo diz o eminente Senador Roberto Requião, está acoitado o pedido de V. Ex^a.

Eminente Senador Josaphat Marinho, o Item nº 19, às págs. 727, refere-se a uma proposta de emenda constitucional à qual V. Ex^a apresentou voto pela rejeição. Trata-se de atribuição de competência legislativa concorrente à União, Estados e Distrito Federal em matéria de Direito Penal e Processual Penal.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL-BA) - A presente emenda visa alterar os artigos 22 e 24 da Constituição Federal, atribuindo competência legislativa concorrente à União, Estados e Distrito Federal em matéria de Direito Penal e Direito Processual Penal.

Primeiro signatário, Senador Gilvam Borges, preocupado com o pacto federativo, uma vez evidenciado o lento e contínuo esvaziamento do poder local em proveito da esfera central, esclarece quanto à necessidade da alteração e desdobra a sua argumentação.

É o relatório.

A competência de legislação privativa da União, digo no voto, está enunciada nos 29 incisos do art. 22, que esclarece desde logo qual é o conteúdo material da lei, segundo o Direito Constitucional Brasileiro.

De acordo com a regra da Constituição, opinam vários autores.

De conformidade com a tendência unificadora, que se afirmou vitoriosa a partir de 1934, acrescento:

O País se norteou mais vivamente a um sentido de unitariedade e de homogeneização do Direito nacional. Conforme a Carta Magna de 1988, compete privativamente à União legislar sobre Direito Processual, sendo competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal legislar sobre procedimentos em matéria processual.

Em Comentários à Constituição de 1967, esclarecendo quanto à esfera de aplicabilidade da legislação processual, Pontes de Miranda observa:

A legislação processual, a que se refere o art. 8º, é a legislação formal, correspondente aos ramos de direito material, antes referidos Direito Civil, Comercial, Penal, Eleitoral, Aeronáutico e do Trabalho.

Nenhuma atribuição tem o Poder Legislativo central para legislar sobre o processo correspondente ao direito material da competência do próprio Estado-membro, como seja um dos papéis administrativos, o da cobrança puramente fiscal, o da responsabilidade de seus funcionários.

Dessa forma, há também na esfera processual penal espaço para atenção às peculiaridades locais, sem sacrifício da unidade benéfica ao sistema processual penal.

Sr. Presidente, peço a retirada da matéria, porque verifico que há engano no parecer, a ser revisto.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O eminente Senador Josaphat Marinho pede a retirada da matéria, uma vez que nota um equívoco.

Retirada a matéria por solicitação do Relator.

Item 19 da pauta, sobre competência legislativa concorrente à União, Estados e Distrito Federal.

Está deferida a retirada da matéria de pauta.

Dou a palavra ao eminente Senador Esperidião Amin, para relatar o projeto de lei do Senado, de autoria do Senador Pedro Simon.

Item 23 da pauta, avulso e relatório distribuído separadamente. Trata-se de alteração de dispositivo do Código de Processo Penal. O parecer é pela aprovação da matéria, na forma substitutiva.

Peço que chegue o Expediente ao eminente Senador Esperidião Amin, distribuídos avulsos e relatórios.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, estou aguardando, enquanto isso, se V. Ex^a me permitir, a apresentação do que seja alcançado o parecer, para que eu possa ler; quero registrar a minha satisfação pessoal pelo fato de mais uma vez ter dado parecer favorável a um projeto de autoria do Senador Pedro Simon.

Tenho feito esforço, Sr. Presidente, para prestigiar as numerosas e muito bem qualificadas iniciativas legislativas do Senador Pedro Simon, mas nem sempre a minha inteligência consegue acompanhar os seus propósitos.

Cada vez que consigo dar parecer favorável fico feliz, porque já me ensinaram no Rio Grande do Sul que para onde o Simon for eu vá, porque é bom. Antes era um outro político, mas agora é o Simon. Se o Simon for para lá, procura ir atrás, porque é para lá que está bom, bom para o Brasil, bom para o Rio Grande, bom para a Região.

Sr. Presidente, vem a esta Comissão para exame o Projeto de Lei, de autoria do Senador Pedro Simon, nº 31, de 1995, que altera dispositivos do Código de Processo Penal e dá outras providências.

É uma matéria altamente complexa. Foi tratada com grande polêmica, posto que recebeu, se a memória não me falha, dez emendas.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Penso que há um equívoco aqui, porque está preso ao projeto o Banco Meridional. Então, Código de Processo Penal e Banco Meridional, pode dar alguma confusão.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Peço à Dr^a Vera que verifique.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - É que foi incluído, Sr. Presidente, foi anexado. O meu parecer está certo, o que está errado é que anexaram o PL 31/97, em vez do PL 31/95.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - É por que aqui está Banco Meridional.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Viram Meridional, era outro Projeto do Senador Pedro Simon.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Tem o 95 e o 97, 31, de 1995, e 31, de 1997. Foi isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Exatamente. O que o meu parecer diz respeito, os anexos e as emendas também, de forma que o prejuízo é pequeno, tirando-se aí as folhas do PL 31/97, volta-se ao 31, de 1995.

As emendas, V. Ex^{as} podem observar, que mencionei....

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Dizem respeito ao 31, de 1995. V. Ex^a tem razão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Dizem respeito ao 31, de 1995. O que está prejudicado é apenas o próprio avulso.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Que será retirado imediatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Só substituí-lo pelo 31, de 1995.

Então, o projeto do ilustre Senador Pedro Simon objetiva uma radical transformação dos mecanismos de realização, controle e acompanhamento das atividades relacionadas à apuração de fatos criminosos, hoje tipicamente os inquéritos policiais.

A sistemática atual de nossa legislação coloca a realização dos inquéritos policiais sob a coordenação de um juiz de direito, assim é ao juiz que os autos do inquérito são remetidos, é o juiz que assina prazos, é o juiz que decide sobre o sigilo do inquérito.

Note-se, contudo, que essa atividade do juiz não é jurisdicional, mas apenas administrativa, pois o processo penal ainda não começou. O juiz atua aqui como um agente da administração pública, coordenando a realização de um ato administrativo: o inquérito policial.

Ao longo deste século, o Direito Processual pátrio vem aos poucos abandonando a prática anterior, eminentemente

inquisitorial e cada vez mais atribuindo aos juízes um papel estritamente jurisdicional, mais condizente com a garantia constitucional do devido processo legal.

Conforme o projeto de lei em epígrafe, essas atribuições administrativas passam às mãos do Ministério Público. Além disso, o projeto inova ainda em atribuir ao Ministério Público a capacidade de realizar investigações, autorizando-o a valer-se de outros órgãos técnicos e de pesquisa para essas atividades.

Foram apresentadas nove emendas ao projeto, retifico, portanto, não foram dez, foram nove, todas de autoria do Senador Romeu Tuma. Em seu conjunto, essas emendas retiram a competência do acompanhamento da atividade policial do Ministério Público, devolvendo-a às mãos do juiz de direito. Além disso, introduzem pequenas alterações de redação no texto legal vigente, embora não se apresente inovações de folhas.

Nos termos do art. 22, inciso I, da Constituição Federal, cabe privativamente à União legislar sobre o Direito Processual. Além disso, nos termos do art. 101, inciso II, item IV, do Regimento Interno do Senado Federal, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deve emitir parecer de mérito sobre projetos que tratem de matérias de competência da União, especialmente Direito Processual.

Quanto aos aspectos formais, não pesa qualquer óbice de ordem constitucional, jurídica ou regimental ao projeto.

O sistema proposto pelo eminente autor do projeto retira do juiz de direito - este é o voto, Sr. Presidente -, o envolvimento com as fases iniciais do processo penal, reservando-lhe apenas as decisões concretas.

Conforme o texto vigente, o Ministério Público é, de qualquer maneira, o destinatário final do inquérito policial, que apenas transita pelas mãos do juiz. Assim, o projeto elimina esse procedimento intermediário, contribuindo para a tão necessária celeridade dos processos judiciais.

Por outro lado, não é menos verdade que nos termos do projeto todos os atos pré-processuais e administrativos atualmente realizados pelo juiz, passam às mãos do Ministério Público. Isso redundaria não apenas em mudar o endereço da carga de trabalho, transferindo esta de um órgão já sobrecarregado para outro igualmente sobrecarregado, como também poderia redundar

em um indevido controle do Ministério Público sobre os órgãos policiais.

Essas ponderações foram suscitadas por órgãos de classe, de âmbito nacional, tanto de policiais quanto de membros do Ministério Público.

Em duas reuniões realizadas em meu gabinete, os representantes de ambas as partes chegaram a um consenso. As recomendações desses representantes de classes, juntamente com as Emendas nºs 1, 3, 4, 6, 8 e 9, de autoria do Senador Romeu Tuma, serviram como base para o substitutivo que ora apresento. Consideramos prejudicadas as Emendas 2, 5 e 7.

Por essas razões, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 31, de 1995, nos termos do substitutivo oferecido. Segue-se o substitutivo.

Art. 1º - Os dispositivos abaixo mencionados no Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal, passam a vigorar com as seguintes alterações:

.....
Art. 5º

.....
II - mediante requisição do Ministério Público ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.

.....
Art. 10

.....
§ 1º - A autoridade policial, após concluído o inquérito policial, fará minucioso relatório do que tiver apurado sobre a materialidade ou a autoria do delito, bem como sobre a existência de atenuantes, agravantes ou excludentes de ilicitude e enviará os autos ao Ministério Público, notificando deste ato o ofendido ou seus representantes.

.....
§ 3º - Quando o fato for de difícil elucidação e o indiciado estiver solto, a autoridade poderá requerer a devolução dos autos para ulteriores diligências, indicando a sua natureza e o prazo máximo para a sua realização.

.....
II - realizar as diligências requisitadas pelo Ministério Público, após concluído e relatado o inquérito policial.

.....
Art. 16 - O órgão do Ministério Público poderá determinar a devolução do inquérito à autoridade policial para novas diligências imprescindíveis ao oferecimento da denúncia e por ele expressamente discriminadas.

.....
Art. 23 - Ao fazer a remessa dos autos de inquérito ao Ministério Público, a autoridade policial oficiará o instituto de identificação ou repartição congênere, mencionando os dados relativos à infração penal e à pessoa do indiciado.

.....
Art. 2º - A autoridade policial deverá remeter em 24 horas cópia do auto de prisão em flagrante ao juiz competente e ao órgão do Ministério Público.

Art. 3º - É assegurado ao advogado examinar, mesmo sem procuração, autos de procedimentos criminais, findos ou em andamento, ainda que conclusos à autoridade policial ou ao órgão do Ministério Público, podendo copiar peças e tomar apontamentos, salvo quando tramitar em sigilo o inquérito policial.

Esta lei entra em vigor sessenta dias após a sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário."
É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Em discussão o parecer pela aprovação da matéria, na forma substitutiva.

Com a palavra o eminente Senador Josaphat Marinho.

Desejo apenas uma confirmação do nobre relator: o substitutivo foi resultante do entendimento entre autoridades oficiais e membros do Ministério Público?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Exaustivos.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Com a palavra o eminente Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Sr. Presidente, acho que é mais um caso de busca do consenso e da vontade comum. Creio que isso que foi alcançado é o possível, mas evidentemente é bem diferente daquilo que pretendia o Senador Pedro Simon.

A intenção original do projeto já havia sido também intentada no período da Assembléia Nacional Constituinte, que é estabelecer no Brasil o modelo italiano, pelo qual o juiz preside o

inquérito desde a sua primeira instauração - ao longo da investigação policial e depois ao longo do processo judicial. Ou, como em alguns Estados americanos, onde o Ministério Público - e esse é o caso do projeto do Senador Pedro Simon - preside e controla inteiramente a investigação policial.

Evidentemente que tal como naquele período da Assembléia Nacional Constituinte, a proposta provoca uma reação corporativa dos setores policiais, que obedecem a um outro modelo, há muitos anos no Brasil. É uma questão cultural, política, uma questão de poder institucional. Evidentemente essa é uma discussão que, a par de ser uma discussão teórica, é também uma discussão de ordem política.

É compatível, é plausível, é cabível do ponto de vista político que no Brasil se estabeleça esse ordenamento institucional sob o qual o Ministério Público preside, controla, exerce total jurisdição sobre a investigação policial? É verdade que se tem observado experiência positiva em outros países, mas o que se constata é que no Brasil há uma resistência muito grande, principalmente das autoridades policiais, a isso.

Se o autor do projeto concorda com as alterações, se elas resultam de um consenso, de uma longa negociação, da saída ou da solução possível e já com alguns avanços, não há dúvida nenhuma de que a nós todos cabe também aprovar a proposta por um lado e aprovar o relatório por outro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Esperidião Amin, uma dúvida assalta dois Srs. Senadores, o eminente Senador Josaphat Marinho e a mim mesmo. Diz respeito ao último artigo - e estamos dizendo isso, porque somos advogados militantes, falando a advogados militantes -, que assegura aos advogados, mesmo sem procuração, o exame de procedimentos criminais findos. Talvez isso significasse dar poderes demais aos advogados e isso numa matéria, inclusive, que, já tendo o seu curso final sido atingido, quando fosse no início, como diz aqui - "autos de procedimentos criminais em andamento"... É o art. 3º, quando assegura...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Gostaria de ver o projeto original... (inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A redação diz assim: "é assegurado ao advogado examinar, mesmo sem procuração, autos de procedimentos criminais findos, ainda que

conclusos à autoridade policial" Se eles estão conclusos à autoridade policial, eles não atingiram ainda esse objetivo, quer dizer, eles não são findos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - "Findos ou em andamento".

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Talvez fosse de boa técnica redacional, como sugere o Senador Josaphat Marinho, tirarmos o termo "findos" e deixarmos "autos de procedimentos criminais em andamento" Que finalidade teria para o advogado, já estando o procedimento criminal findo, tomar conhecimento, copiar peças e tomar apontamentos? Poderia até, no caso político, amanhã, para um político...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Desde que não tramitasse em sigilo...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Tem a palavra o Senador Pedro Simon para oferecer sugestão ao relator.

Antes porém do Senador falar, gostaríamos de dizer que o "findo com procuração" não teria o menor problema. Estamos apenas dando uma sugestão, porque trata-se de um advogado que não tem poderes nos autos. Sem procuração, ele amanhã pode ser um **ex adverso** de qualquer outro cidadão político e, sem a procuração...

Com a palavra o autor do projeto original, o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON - Em primeiro lugar, quero agradecer o esforço que foi feito pelo Senador Esperidião Amin, inclusive reunindo-se com representantes da promotoria e policiais.

Depois do debate que houve aqui, com a presença inclusive de parlamentares italianos, quando eles deram um **show** de análise, de como funciona lá essa questão, a situação muda de figura. Se o Senador Amin concordasse, entendo que não deveríamos votar essa matéria agora. V. Ex^a já determinou e dentro de poucos dias teremos a publicação de todos os trabalhos, com as análises comparativas feitas com relação àquela matéria. Eu com toda a sinceridade, mesmo com relação ao meu projeto original, acho que modificações podem ser feitas, ele pode ser alterado no seu contexto. Acho que o meu e o do Senador Esperidião Amin mais ainda, já que ele sofreu influências das emendas do nosso querido Senador Tuma, merecem modificações.

O Senador Tuma - e é compreensível que isso tenha acontecido - agiu mais como representante da classe da qual faz parte. A proposta que fazia agora, depois do fato novo, ou seja, do debate amplo feito por esta Comissão em cima desta matéria - se V. Ex^a, o Senador Amin e a Casa concordarem -, é a de irmos mais além. Seria muito bom se pudéssemos, mais adiante, fazer mais uma reunião pública, de posse daquele estudo feito, daquele relatório feito pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania naquela audiência pública, com os procuradores italianos, e se pudéssemos contar também com a presença do ex-Procurador-Geral da República, que foi o autor. Tenho dito isso com muita modéstia, com muita sinceridade, ou seja, que foram os procuradores, naquelas reuniões que fazíamos entre os vários Poderes, que apresentaram essa proposta, e sabíamos desde o início que iria despertar essa polêmica. Mas, parece-me que poderíamos, dando valor ao esforço feito pelo Senador Amin em reunir os dois grupos, aprofundar a discussão e fazer quase que um meio seminário em cima dessa matéria, em cima desse debate, repito, em razão desse fato novo, ou seja, a presença desses procuradores que participaram da operação "Mãos Limpas", quando eles fizeram uma ampla análise sobre por que lá funciona e aqui não.

Creio que este projeto seria apenas o início de uma análise profunda de algumas outras modificações que devem ser feitas até na legislação.

Assim, se o Senador Amin concordar, a proposta que faço é marcarmos uma hora a ser firmada posteriormente, após a publicação e entrega do relatório da operação "Mãos Limpas" ao Senador Amin. Posteriormente à entrega desse estudo, com toda a sinceridade, ao ex-Procurador Aristides Junqueira, porque foi S. Ex^a e sua equipe que montaram o projeto, poder-se-ia inclusive pedir ajuda ao Senador Tuma com a equipe de policiais. Nós faríamos essa reunião, faríamos esse debate, faríamos essa discussão e aí poderíamos votar com mais profundidade esta matéria.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, peço a palavra para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Primeiro, quero concordar integralmente com o Senador Pedro Simon. Tentei, em 1995, quando recebi o projeto e percebi que havia conflito de interesses, não só corporativos, mas também funcionais, digamos assim, sensibilizar a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania no sentido de que fizesse uma reunião pública. Pedi isso, mas não houve pauta e o assunto continuou comigo. Chegamos em 1996 e fiz as reuniões. Finalmente, eu esgotei a minha capacidade, como Relator, de obter informações.

O SR. PEDRO SIMON - Concordo com V. Ex^a.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Reconheço que depois de tudo que nós discutimos, depois do que aprendemos nesta CPI dos Precatórios, depois dessa contribuição que nós recebemos, se não me engano, no dia 19 de setembro, quando eles aqui estiveram, a figura do juiz de instrução, que representa, como bem lembrou a nobre...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a reconhece que há existência de fatos novos?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Creio que há fatos novos. Se pudesse ser pautada uma reunião de trabalho da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para que fossem reunidos esses elementos todos, isso seria o ideal. Só gostaria, como justificativa, de dizer que o art. 3º não foi alterado, artigo que suscitou essa dúvida aos nobres Senadores Josaphat Marinho e Bernardo Cabral. Esse artigo trata exatamente do texto do projeto do Senador Pedro Simon, que tem como justificativa o seguinte: o art. 3º do anteprojeto visa a garantir transparência no andamento do inquérito, de modo a que se assegure aos interessados o acompanhamento da tramitação do inquérito, sem prejuízo, é claro, das hipóteses legais de sigilo. Ou seja, o texto do art. 3º foi o apresentado pelo Senador Pedro Simon. A justificativa pontual do art. 3º está no item 3 da sua justificativa e, como Relator, não o alterei, mas aceito qualquer sugestão.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, fico satisfeito com a decisão do Relator. Acredito, sinceramente, que houve fatos novos. Não lembrava - só agora estou lembrando - que da vez anterior o Senador Amin tentou fazer isso e não fez, por uma série de razões. Mas agora há esse fato novo, ou seja, a vinda dos procuradores italianos. Ele lembrou muito bem a CPI e fez uma série de propostas. A CPI concluiu seus trabalhos - V. Ex^a sabe

disso, Sr. Presidente - com uma série de idéias sobre como movimentar essa questão, sobre como agilizar essa questão.

Repare V. Ex^a no que está acontecendo hoje, por exemplo. É uma piada ver o Sr. Naji Nahas em Paris, condenado a 24 anos de cadeia. Só vi juristas aqui, mas me dá raiva ouvir o cara dizer ao procurador que virá se lhe for permitido responder em liberdade. Penso que o advogado dele não tinha que entrar enquanto ele não fosse preso para, então, discutir. Ele disse que só se apresentará se lhe for concedido **habeas corpus** para poder responder em liberdade. Quer dizer, é o supra-sumo do contrário de qualquer legislação penal em qualquer lugar do mundo, pois o cara já foi condenado a 24 anos de cadeia e quer que lhe seja concedido o **habeas corpus**, e, se isso não for feito, ele não se apresentará.

Assim, há uma série de questões que se aprofundaram, que nós poderíamos discutir com mais serenidade e tranqüilidade, a partir do projeto, mantendo o Senador Amin como Relator. V. Ex^a lembrou muito bem, pois eu não tinha me lembrado disso, a CPI de um lado e a vinda da representação italiana de outro.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra ao eminente Senador Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO - Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero declarar que considero perfeitamente aceitável a proposta do nobre autor. Um assunto dessa natureza, quanto mais se puder apurar, tanto melhor.

A respeito da situação relativa ao advogado, o que me causa estranheza é autorizar-se o advogado a examinar sem procuração autos findos. Matéria em andamento, compreendo. A defesa da parte assim justifica, mas autos findos, processos encerrados, não há urgência. O advogado pode, portanto, apresentar sua procuração. Até para ele isso é conveniente, a fim de se evitar suspeitas. Se num processo dessa natureza desaparece uma página, o advogado sem procuração fica em posição difícil para justificar o fato.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Uma sugestão para o Relator quando do reexame.

A Presidência vai conceder a palavra ao eminente Relator José Fogaça para relatar o item 11 da pauta, página 409, mas pede primeiro a S. Ex^a...

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, então a matéria está aceita?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Está em compasso de espera, acolhida a manifestação de V. Ex^a como autor, para que tão logo sejam publicados os trabalhos realizados pelos Procuradores-Gerais da Itália cheguem às mãos do Relator Esperidião Amin, para que se possa, numa reunião que pode ser até pública, com o ex-Procurador-Geral da República, chegar a uma conclusão do que se quer, um novo projeto, atualizado.

Antes de conceder a palavra ao Senador José Fogaça, concedo a palavra o eminente Senador Lúcio Alcântara, que havia pedido a palavra antes e a Presidência, por um lapso, não lhe havia concedido.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Trata-se de uma intervenção muito rápida, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, o Senador Pedro Simon tem-se dedicado a essa questão com muito empenho e tem conseguido alguns resultados. Por iniciativa de S. Ex^a e com apoio desta Comissão foi realizada aquela reunião com os procuradores italianos. Não pude assistir a toda a reunião, mas houve uma parte dela a que assisti e o segundo expositor, cujo nome não me recordo e que inclusive me pareceu mais preparado e mais consistente que o primeiro, iniciou fazendo uma observação que para mim foi decisiva. Ele disse que toda aquela legislação já existia na Itália, o Ministério Público já tinha todas aquelas prerrogativas, havia uma democracia mais que centenária, há liberdade de imprensa, o Poder Judiciário funciona e todo dia eu via acontecendo impunemente. O que foi que de repente levou ao desencadeamento de todos aqueles fatos? Foi como uma espécie de exaustão da sociedade e de vontade de fazer uma completa revolução naqueles costumes políticos e naquela corrupção que grassava endemicamente - essa palavra foi agora retirada do relatório do Governo americano. De repente toda aquela cadeia de concessões foi rompida. E aqui no Brasil temos tido, vamos dizer assim, episódios em que isso tem acontecido, mas sem uma persistência ao longo do tempo, por exemplo: o episódio da CPI do Orçamento, o episódio do PC, o episódio do afastamento do Collor. Mas, depois, isso não se sustenta como um costume, como uma tradição, como uma atitude institucional e da própria sociedade.

De forma que esta proposta do Senador Pedro Simon tem o mérito de manter acesa essa discussão, esse debate e procurar também soluções legais que permitam a cura do Brasil desse mal.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a tem razão, Senador Lúcio Alcântara. Uma das características, senão a única, de quando eu me lembrar da minha passagem por esta Presidência, é de ter dado a mais alta colaboração, eminente Senador Pedro Simon, para que o seu desejo, o seu desiderato de colocar como emblemático "mãos limpas", tenha eu podido contribuir com S. Ex^a.

A Presidência pediria ao eminente Senador José Fogaça, antes que passasse a relatar a Proposta de Emenda à Constituição nº 6, que não deixasse de formalizar o requerimento para a oitiva da autoridade sobre **Check Train**, a fim de que possamos ouvi-lo referente ao Projeto de Lei do Senado nº 280/95, que S. Ex^a ficou de indicar o nome a fim de que a Presidência faça o convite. Depois S. Ex^a formalizará porque já foi aprovado verbalmente.

Tem V. Ex^a a palavra, Senador José Fogaça.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Relator) - Sr. Presidente, se me permite, na condição de Relator, gostaria de dizer que considero essa audiência muito importante, pois há conflito de interesses e esta matéria também foi alimentada pela CPI dos Precatórios, em que percebemos a participação de **factoring** no mercado financeiro da maneira mais faustosa possível.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - E como diz o Senador José Fogaça: falso **factoring**.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Não fausto **factoring**, mas falso **factoring** participou de atividades financeiras.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Ao Senador Esperidião Amin, a Presidência esclarece, porque participou, faustosa porque com o nome de **factoring** milhões de reais foram escamoteados usando essa palavra **factoring**.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - E o Senador José Fogaça faz o reparo para dizer que eram falsas **factoring**.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Também.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, por ocasião da apresentação do requerimento pelo Senador José Fogaça, fiz um aditivo, que penso ter sido aprovado, para que se

convidasse também uma autoridade do Ministério da Fazenda a fim de esclarecer o fato.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Minha sugestão é Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O autor da matéria, Senador José Fogaça, acolheu a sugestão. Falta apenas a formalização para que possamos tomar as providências.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Inclusive sugeri, Sr. Presidente, que o Senador Esperidião Amin pudesse também indicar um nome.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Acaba de indicar. (falha na gravação).

V. Ex^a depois indicará o nome especialista em factoring.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Vou indicar, Sr. Presidente, o representante da área, que entendo ser aquela área do factoring que representa, digamos assim, a instituição, a Associação Nacional das Empresas de Factoring - Anfacs.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O requerimento de V. Ex^a, Senador Fogaça, está aprovado; apenas preciso dele por escrito para ficar formalizado dentro da nossa Comissão.

Tem V. Ex^a a palavra para relatar o item 11, página 409, Proposta de Emenda à Constituição que torna facultativo o voto.

É evidente que não vamos ter número para votação, mas vamos discutir e encerrar a votação, para que, na próxima reunião, se dê sequência à votação.

Tem V. Ex^a a palavra, Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Sr. Presidente, creio que esta é uma matéria um pouco delicada, eu diria, talvez esteja um tanto quanto deslocada no tempo e no espaço.

Trata-se de uma emenda constitucional do Senador Carlos Patrocínio, datada do início da presente legislatura.

O meu parecer favorável à matéria é anterior à assunção de V. Ex^a na Comissão. V. Ex^a está procurando cumprir, como sempre, o seu papel, que é o de fazer as matérias tramitarem, saírem do estoque de matérias pendentes nesta Comissão. No entanto, a discussão sobre o voto facultativo, às

vésperas das eleições, porque o ano anterior é um ano de influência direta sobre o ano eleitoral, fica um pouco difícil.

O SR.

- Creio que meu posicionamento, o de ser favorável ao voto facultativo, também tem relação com as circunstâncias. Quer dizer, implantar o voto facultativo quando estamos tão próximos das eleições, sem que haja um grande processo de discussão nacional, parece-me uma questão delicada.

Quando emiti parecer há muito mais de um ano, imaginava que ainda era cabível abrir essa discussão. Acho que hoje é muito complicado. Alguém pode ser a favor da vida natural, do nudismo, mas não no Alasca. Acho que sou a favor do voto facultativo, mas não no ano anterior às eleições.

Então, Sr. Presidente, pediria que essa matéria fosse sobrestada para ser analisada num momento mais adequado, até porque há uma comissão política que tem no seu bojo, entre outras propostas, essa do voto facultativo. O plebiscito do parlamentarismo foi o que me fez mudar, já que durante toda a minha vida fui contrário ao voto facultativo, entendendo que o voto obrigatório era da natureza do nosso sistema democrático. No plebiscito de 1993 vi, assisti milhares e até milhões de eleitores brasileiros saírem de casa sem saber do que se tratava a votação. E ao votarem, votaram maciçamente pela permanência do **status quo**. Por quê? Porque a tendência da população é manter o ruim conhecido em desfavor do desconhecido. Ou seja, o ruim conhecido é sempre melhor que o desconhecido, que gera inseguranças, que gera incertezas.

Portanto, plebiscito com voto obrigatório, na minha opinião, é algo absolutamente inviável. Nenhum país pode fazer plebiscito com voto obrigatório. É uma loucura. É um absurdo. É uma incoerência. É uma inadequação total. Plebiscito só casa com voto facultativo. E o fato de ter participativa e não quanto aos resultados. A frustração participativa da população, ao meu ver, naquele plebiscito, foi tão grande que é possível que levemos muitos e muitos anos, quem sabe décadas, para promover um outro plebiscito. Há certeza de que plebiscito não funciona, não tem participação cultural, política, não tem consistência, não tem conteúdo, não tem adesão emocional da população.

Portanto, fazer plebiscito com voto obrigatório significa dizer que não haverá plebiscitos, vai ficar letra morta na

Constituição Federal. Plebiscito com voto obrigatório significa anular a viabilidade, a factibilidade do plebiscito.

Então, Sr. Presidente, tenho a impressão de que poderíamos num estágio seguinte, avançarmos - quem sabe - para o voto facultativo pleno no Brasil, o que seria, no meu entendimento, uma evolução política do País e da nossa sistematização política.

De qualquer maneira, neste momento, o parecer ainda está sob os moldes daquele período em que eu ainda pensava ser válido colocar a questão em discussão. Agora, entendo que ela perde validade, dada a proximidade das eleições, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a sugere que seja sustada a discussão...

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Que seja sustada para reexame do parecer.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra ao nobre Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE.) - Sr. Presidente, não vou entrar no mérito. Nesse ponto, sou favorável ao voto obrigatório. Acho que num País com tal assimetria de condições sociais, econômicas, de informação, faz-se necessária a presença de todos - o voto também como dever, como obrigação, e não apenas como direito. Não é o caso de se travar essa discussão agora, porque o Senador José Fogaça tem toda a razão: até para ficarmos regimentalmente amparados, melhor talvez encaminhar a questão para a comissão especial - acho que V. Ex^a a integra também como membro -, que está estudando todas essas propostas.

O segundo aspecto que eu gostaria lembrar é que esta Comissão aprovou projeto de minha iniciativa, regulando a questão do plebiscito e do referendo, e o Senado o remeteu para a Câmara, onde foi apensado a vários outros projetos que lá havia, relatados pelo Deputado Almino Affonso. Coincidiu que a tramitação desses projetos se desse no momento em que se discutia a reeleição, inclusive com a oportunidade de se convocar um plebiscito para examinar a hipótese da reeleição. Isso terminou prejudicando a aprovação desses projetos, que estão, salvo engano, parados lá, apesar de o Deputado Almino Affonso ter elaborado um substitutivo. Quando o projeto de minha autoria tramitou aqui, essa questão do voto ficou em aberto, não se tornando obrigatória a

- participação do eleitor no plebiscito, como acredito seja a proposta do Senador José Fogaça. Admite que o plebiscito é uma situação na qual o comparecimento se deve quando o eleitor tem determinada posição que ele deseja...

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Tenho uma certa cautela quanto a essa idéia de "preparado", porque podemos deslizar para uma tendência meio iluminista, quer dizer, aquela de achar que o eleitor não está em condições de decidir como votar, até porque a democracia só melhora com a prática. É votando, acertando e errando, que o eleitor vai melhorar o seu poder discriminatório, de escolha.

Nesse caso, contrariamente ao que pensa o Senador José Fogaça, entendo que quanto mais plebiscito e mais referendo melhor. Cito um exemplo clássico: a questão do aborto, que, de vez em quando, surge por aí. Tenho uma convicção a esse propósito, inclusive de ordem moral, mas penso que uma questão como essa deveria ser colocada, se amanhã surgir aqui, em plebiscito. Deve-se deixar que a população decida isso.

V. Ex^a, Senador José Fogaça, foi um dos brilhantes Constituintes, Sub-Relator, da Constituição de 1988, que instituiu esses mecanismos de participação popular. Tais mecanismos não são muito utilizados. Muitos até acham que o monopólio da representação é nosso exclusivamente, dos Congressistas, Deputados e Senadores, e esses mecanismos de consulta popular têm sido pouco utilizados. Acho que precisávamos utilizá-los mais.

Dessa forma, gostaria de concluir, Sr. Presidente, sugerindo que essa proposta fosse remetida à comissão especial, que estará estudando a questão no seu todo. Poderia apresentar uma proposta conjunta, como vem fazendo em relação a vários temas.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O eminente Senador Josaphat Marinho acha que a Comissão já encerrou os seus trabalhos. Talvez seja melhor ficarmos com...

O SR. JOSÉ FOGAÇA - A Comissão já encerrou e já tem uma proposta. Sr. Presidente, eu pediria a palavra.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - E a Comissão tratou do voto facultativo?

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Falou.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra ao nobre Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB-RS.) - Sr. Presidente, tenho aqui uma visão bem definida. Não acho que se deva discutir o voto facultativo nesse período pré-eleitoral, para as eleições gerais. Mas não seria de todo incabível, não seria de todo desajustado que viéssemos aqui analisar, por exemplo, o voto facultativo para um sistema plebiscitário ou para um sistema de referendo. Talvez isso fosse passível de uma boa e alentada discussão. Creio, Sr. Presidente, que podemos fazer isso.

Discordo do Senador Lúcio Alcântara quando S. Ex^a entende que é iluminista a visão de dar ao eleitor um enorme poder, uma enorme sobrecarga de poder. Não se trata de proibi-lo de votar quando não está preparado. É de dar-lhe a total e absoluta autonomia de ele, eleitor, decidir. O voto obrigatório é que tem uma concepção "bismarckiana", em que não importa a vontade do eleitor. Ele deve votar. Ele não tem o poder autônomo de decidir se deseja, ou não, intervir no processo. Então, a obrigação, a meu ver, é uma atitude autoritária diante do eleitor.

Algo que considero anti-social é proibir-se o eleitor de votar por ser, por exemplo, analfabeto, e supor que o seu analfabetismo gera um despreparo intelectual que inviabiliza a sua participação. Não! O pressuposto do despreparo do eleitor não deve ser da autoridade, porque isso é autoritarismo, é ditatorial, é anti-social, antipolítico e, do ponto de vista da humanidade, antiético. Jamais proibir alguém de votar. Agora, quando é o próprio eleitor, ele sim, que decide, na sua autonomia, na sua liberdade individual, no seu livre arbítrio, na sua capacidade íntima e profunda de se autoqualificar, esta não me parece uma visão iluminista, nem excessivamente liberal. Parece reconhecer que, para determinados temas, para determinados assuntos, o eleitor tem o direito de não querer intervir, ou de não querer aprofundar-se, ou de não querer imiscuir-se. Obrigá-lo a isso significa criar maiorias falsas, maiorias artificiais. O eleitor é que deve ter o poder autônomo, íntimo, profundo, arbitral de decidir: "eu quero participar dessa questão". Por exemplo, regime de governo, ou então, quando se tratar, numa cidade, num Município, num Estado, de uma decisão de ordem econômica, privatização de uma grande empresa pública. Caso se pudesse fazer isso por plebiscito, com voto facultativo, tenho certeza de que os plebiscitos se viabilizariam com muito mais intensidade.

Agora, como o voto é obrigatório e uma grande massa de eleitores não deseja, ou tem o direito de não desejar participar, vai tornar-se uma coisa falsa, artificial, com resultados deformados, impróprios, porque não representativos da vontade livremente constituída pelo eleitor. Então, no caso de plebiscitos e de referendos, considero profundamente defensável que o voto seja facultativo, porque há dois planos de liberdade: o primeiro é referente à liberdade de optar por esta ou por aquela posição - é o "sim" ou o "não" por parte do eleitor; a outra opção final do eleitor é a de dizer "o assunto não me interessa, e eu não quero optar por nenhuma das duas, pois não desejo participar dessa questão".

Essa é, de certa forma, uma maneira de tornar muito mais legítimas, mais fiéis e mais claras as definições plebiscitárias e também de permitir que os plebiscitos aconteçam. Não está havendo plebiscitos. Não me lembro de nenhum outro plebiscito no Brasil desde 1988 - já faz dez anos que a Constituição foi promulgada - que não o de 1993, o qual já estava na Constituição.

A idéia é essa. Não se trata de evitar a participação do eleitor, mas sim de dar a este a suprema liberdade de tomar suas decisões.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Eminentes Senadores, antes de conceder a palavra ao eminente Senador Pedro Simon, eu gostaria de dar conhecimento aos membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania de um ofício do Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, Vice-Presidente no exercício da Presidência do Superior Tribunal de Justiça, pedindo que esta Comissão aprove emenda ao Projeto de Lei nº 25/97 do Congresso Nacional, que é lei orçamentária para o ano de 1998 em favor desse Tribunal.

A solicitação do Presidente do Superior Tribunal de Justiça visa a minorar as previsíveis dificuldades orçamentárias dessa Corte para o próximo exercício.

Desde logo, pedi a opinião do eminente Senador Josaphat Marinho e de outros Colegas Senadores, que se puseram de acordo com a emenda, porque esta prevê o programa de trabalho e a manutenção do serviço de administração geral no valor de R\$2 milhões, não tem conotação político-partidária e nem é uma emenda pessoal.

Pergunto aos eminentes Senadores se estão de acordo com essa emenda. (Pausa)

Se estamos de acordo, a Presidência considera que a manifestação do Plenário é pela aprovação.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, sou favorável à emenda, mas gostaria de aproveitar a oportunidade para indagar, uma vez que esta Comissão tem a faculdade de apresentar cinco emendas de abrangência nacional, se V. Ex^a abriu prazo para tal ou se pensa em convocar uma reunião para discutir e colocar em votação a matéria, caso sejam apresentadas as emendas. Quais emendas a Comissão irá patrocinar?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O Senador Josaphat Marinho pede que a assinatura dele seja tomada a seguir.

Eminente Senador Lúcio Alcântara, a Presidência abriu o prazo desde a última reunião, e apenas um Senador membro desta Comissão, o Senador Romero Jucá, apresentou três emendas. Ainda falta uma emenda. O prazo vai até amanhã.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Até hoje à tarde.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a já pode até dizer qual é a sua emenda, porque temos que aprová-la nesta reunião. Em seguida, terei de convocar uma outra reunião.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Tenho que formalizar isso.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a a formalizará, já com a anuência da Comissão.

A Presidência, neste meio tempo, registra a presença do Senador Flávio Brito, velho companheiro de representação do Estado do Amazonas, que se encontra no plenário desta Comissão, acompanhado de seu filho e de um advogado.

Eminentes Senadores, a seguir, teremos que discutir a emenda.

O SR. BELLO PARGA - Deve ser uma emenda só.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^{as} podem fundir suas emendas em uma só emenda de caráter nacional.

Senador Pedro Simon, a sua emenda e a do Senador Lúcio Alcântara poderão ser transformadas em uma emenda só. Não há nenhum problema quanto a isso.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Ontem à noite, a Comissão de Educação agiu dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Pergunto aos eminentes Senadores aqui presentes se estão de acordo com a emenda dos eminentes Senadores Lúcio Alcântara e Pedro Simon, a qual será formalizada a seguir. (Pausa)

Aprovada.

Concedo a palavra ao eminente Senador Romero Jucá para apresentar as suas três emendas.

Devo declarar que, a seguir, encerrarei esta reunião e convocarei outra reunião, para que possamos proceder à votação.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, eu havia pedido a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O eminente Senador Pedro Simon tem a palavra. A Presidência a assegura, voltando ao assunto da matéria do plebiscito. Depois, o Senador Romero Jucá poderá apresentar suas emendas.

O SR. PEDRO SIMON - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Com todo respeito e com a admiração permanente que tenho pelo Senador José Fogaça, quero dizer que, desta vez, divirjo de S. Ex^a. Sou totalmente favorável ao voto obrigatório. Até hoje, ninguém me convenceu do contrário. O que perde o cidadão brasileiro com a obrigatoriedade de votação? Qual é o aspecto negativo dessa questão? Em que isso atinge o brasileiro?

Pode-se dizer que, nas grandes Nações, nos Estados Unidos e nos países da Europa, o voto é facultativo, inclusive na escolha do Presidente da República. Isso é verdade, mas penso que são muitas as diferenças entre o Brasil e as grandes Nações. A presença do povo brasileiro no momento das decisões e dos debates sobre a realidade brasileira é muito diferente da presença do povo dos Estados Unidos e dos países europeus. Com isso, parece-me que aqui deve continuar a existir a obrigatoriedade de votar. Na verdade, o voto obrigatório não implica a obrigatoriedade de o cidadão votar. O cidadão tem que votar, mas pode anular o seu voto ou votar em branco. O cidadão pode tomar a decisão que quiser.

Não falo, como disse o Presidente da República, que a corrupção é endêmica neste País. Mas os métodos de corrupção, principalmente nas eleições, são tão intensos, tão vastos e extraordinários, que, com toda a sinceridade, não sei o que poderia ser feito para afastar o eleitor no dia das eleições se a obrigatoriedade de votação não existisse.

Há tantas coisas para serem feitas no Brasil! Há tantos problemas para serem resolvidos! Sabe-se que 30 milhões de pessoas passam fome neste País. Há uma tremenda corrupção e uma grande injustiça num Parlamento, num Congresso, num Governo despreocupado com as questões sociais. Dessa forma, não considero essa questão prioritária, urgente.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Senador Pedro Simon, V. Exª me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON - Concedo o aparte a V. Exª com o maior prazer.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Penso que V. Exª está abordando essa questão de forma equivocada. Não sou o autor desse projeto. Portanto, ao dizer isso, V. Exª não está divergindo de mim.

O SR. PEDRO SIMON - Que bom!

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Eu nunca disse que, em sendo favorável ao voto facultativo, eu achava que essa era uma questão prioritária no Brasil. Não estou dizendo que essa é uma questão prioritária.

O SR. PEDRO SIMON - Que bom! Fico feliz! V. Exª me deixa satisfeito. Peço perdão a V. Exª. Eu lhe entendi mal.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - V. Exª não precisa e não deve pedir perdão. V. Exª sabe que tem o meu respeito e a minha consideração. V. Exª não me atingiu e, logo, não pode me pedir perdão.

O SR. PEDRO SIMON - Eu não quis atingi-lo.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Essa seria uma forma falsa de se relacionar comigo.

Quero dizer a V. Exª que este projeto já está tramitando há três anos aqui. V. Exª não tem conhecimento de um registro em que eu tenha solicitado que esse projeto fosse levado à votação. Este projeto me foi dado para relatar, e eu não recuso relatoria. Ao relatá-lo, devo divergir de mim mesmo e dar um parecer contrário à minha vontade, ao meu pensamento? Não. Ao relatar o projeto,

sou obrigado a dar o parecer de acordo com o meu entendimento. Mas nunca "empurrei esse projeto goela abaixo de ninguém", nunca disse que era um projeto prioritário, nunca forcei a votação desse projeto.

Três anos depois, o projeto veio à votação por uma decisão, uma iniciativa, do Presidente da Comissão. O que fiz foi pedir para que o projeto fosse sobrestado. E aí V. Ex^a disse que estou fazendo com que o projeto seja apreciado de forma prioritária, que "estou colocando o projeto goela abaixo do povo", que estou querendo forçar a votação do projeto. V. Ex^a está cometendo um equívoco terrível em relação ao seu amigo, ao seu admirador, ao seu discípulo político Senador José Fogaça.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador José Fogaça, o eminente Senador Pedro Simon se desculpou dizendo que estava numa conversa momentânea com o Senador Lúcio Alcântara e não tinha percebido qual tinha sido o condutor filosófico da sua manifestação. No entanto, agora acho que está esclarecido.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Acho que, ao me permitir falar, o Senador Pedro Simon deu-me o direito de esclarecer o que ele não estava acompanhando.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - E foi oportuno.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Mas o que quero dizer, Sr. Presidente, é que uma coisa é uma divergência teórica sobre a matéria - que temos, respeitavelmente, e é válido discutir - e outra coisa é colocar aqui em questão que alguém está querendo priorizar, forçar, empurrar esse projeto. Isto não. Tanto que há três anos o projeto tem o parecer favorável, está guardado na comissão, no estoque das matérias consideradas não importantes, não prioritárias, secundárias, e o próprio relator nunca forçou a sua inclusão em pauta.

Por quê? Porque não acho que essa questão seja prioritária para o Brasil, já que há tanta coisa para resolver.

Porém, se o projeto me vem e tenho que dar um parecer, o que faço? Dou o parecer, porque é uma obrigação até funcional do Senador, uma obrigação de trabalho. Seria desleixo, seria relaxamento com as minhas obrigações não dar o parecer, e seria uma incoerência com os meus princípios dar um parecer divergente do que penso. Mas uma coisa é a discussão teórica

sobre a tese do voto facultativo e uma coisa enormemente diferente é dizer que alguém está colocando isso como prioritário.

Então, peço ao Senador Pedro Simon que considere esse aspecto da questão ao fazer as suas colocações.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, ...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a continua com a palavra, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON - Em primeiro lugar, não me consta - e se falei não devia ter falado - que eu tenha dito que o Senador Fogaça quer considerar esse projeto prioritário. O que eu disse é que eu não considero esse projeto prioritário, é que eu não acho que a discussão sobre o voto facultativo seja importante para este País. Não estou dizendo que S. Ex^a o Senador José Fogaça o considera prioritário. Absolutamente. O que eu digo é que esse projeto não é prioritário. Sr. Presidente, eu gostaria de votar esse projeto agora. Contra. Com toda sinceridade, eu gostaria de fazer isto, até porque não sei por que ele está se arrastando. É um projeto que, para mim, não apresenta problema. Se dependesse de mim, eu gostaria de votá-lo. E eu daria, com a maior tranqüilidade, o meu voto contrário a ele.

De há muito tempo acontece este debate, e, de tempo em tempo, ressurge a tese de se considerar o voto facultativo. É uma tese que considera uma violência o cidadão não querer votar. Eu acho que não é violência, e, na minha opinião, estimulá-lo - como numa escola de formação física - a que vote é altamente positivo.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Mesmo no plebiscito?

O SR. PEDRO SIMON - Sinceramente, Senador José Fogaça, é a primeira vez que ouço a colocação sobre o voto obrigatório ou não no plebiscito. Até hoje eu não tinha ouvido nada assim. V. Ex^a está inovando ao dizer que uma coisa é o voto na eleição normal e outra é o voto no plebiscito.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - V. Ex^a me permite?

O SR. PEDRO SIMON - Sim.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Essa questão também foi suscitada quando se apreciou nesta Comissão o meu projeto.

Acho que se a matéria é plebiscitária, como nunca se deve querer a maior participação, porque justamente queremos a manifestação de todos. Então, também acho difícil fazer a distinção, além do que vejo aí uma brecha para amanhã se querer

também o voto facultativo na eleição. Respeito a opinião dos que pensam contrariamente; acho que é uma matéria, como diz o Senador Fogaça, para especulação teórica sobre direitos, deveres, etc., mas no atual estágio do desenvolvimento do Brasil, sou a favor do voto obrigatório.

O SR. PEDRO SIMON - É o meu caso, Sr. Presidente.

E, a rigor, Senador José Fogaça, confesso que é a primeira vez que vejo colocada a questão de ser obrigatório ou não o voto no plebiscito e no referendo. Em tese, acho que não há por que não ser obrigatório também no referendo e no plebiscito. Eu não saberia dizer se não há mais referendos e plebiscitos porque o voto é obrigatório. Acho que não há mais referendos porque, em parte, nós, Parlamentares, estamos imbuídos de que nós é que decidimos. Não há aqui o que existe nos Parlametos inglês, francês ou europeu, onde é praticamente tradicional a realização do plebiscito e do referendo.

Foi dessa forma que a Inglaterra decidiu se entrava ou não no mercado comum; agora vai decidir se aceita ou não a moeda comum. A coisa mais normal que há nos Estados Unidos, na Europa e até no Uruguai é a realização de plebiscito. Mas o nosso Congresso, não sei se por vaidade, não sei por qual razão, foge do plebiscito como o diabo foge da cruz. Ele aceitou aquele plebiscito na Constituinte porque era a maneira de degolar o Parlamentarismo. Foi liquidado o Parlamentarismo, mas para não ser um negócio tão violento houve uma espécie de entendimento. Disseram: - Vamos fazer isto, mas vamos, daqui a cinco anos, fazer um plebiscito para decidir.

Em primeiro lugar, tenho o maior respeito, o maior carinho, a maior admiração e a maior amizade pelo Senador Fogaça. Até estranho que ele tenha se empolgado - não que ele não se empolgue; ele é brilhante, extraordinário e tem toda competência -, mas eu não tive o objetivo. A minha identidade com o pensamento e as idéias do Senador Fogaça é absoluta. Entretanto, eu acho que essa matéria não é prioritária. Que é muito importante que o povo brasileiro fique liberado do voto, isso eu não acho. Mas acho que é muito importante para o povo brasileiro que ele continue com a obrigação de votar. Se dependesse de mim, com toda sinceridade, eu votaria contra esse projeto amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência vai chamar a discussão à ordem para dizer o seguinte: o eminente

Senador José Fogaça apresentou o seu parecer ainda numa Presidência passada e não na atual. Como a atual está querendo colocar em votação e em dia o nosso trabalho, trouxe a matéria à discussão. O Senador José Fogaça aventa, dentro de uma opinião absolutamente técnica, que não seria conveniente discuti-la neste momento, porque ela não é prioritária. Em sendo assim, não há por que continuar a discussão, que ficará adiada.

Entretanto, a Presidência...

O SR. PEDRO SIMON - Estamos em período eleitoral, e não é hora de votar uma matéria dessas.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência precisa deixar registrado que, primeiro, está aprovada a emenda que trata do assunto do Superior Tribunal de Justiça.

Segundo: está aprovada a emenda conjunta dos eminentes Senadores Lúcio Alcântara, Pedro Simon e José Fogaça. Aliás, foi o Senador Fogaça que lembrou, na Comissão de Educação, que nós levamos isso a efeito.

Terceiro: precisamos discutir as três emendas do Senador...

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, antes dessa discussão, eu pediria a palavra a V. Ex^a para uma observação muito rápida.

Nesta pauta há os itens 5 e 17, que dispõem sobre o mesmo assunto. Trata-se de tratamento tributário para a cesta básica.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - É o do Senador Edison Lobão?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - É. Um deles tem parecer favorável, que é o do Senador Edison Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Mas o de V. Ex^a é pela rejeição.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - É pela rejeição.

Para não prejudicar, eu sugeriria a V. Ex^a que pedisse o exame conjunto, a tramitação conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Se V. Ex^a requerer a tramitação conjunta, a Presidência defere.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Senão o projeto vai ser prejudicado e eu não quero cercear essa oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a está requerendo a tramitação conjunta?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sim, a tramitação conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência defere a tramitação conjunta e pede à Dr^a Vera que tome as providências.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - E o relator pode ser o do que foi apresentado primeiro, que é o...

Aliás, não estou entendendo. O número é o mesmo?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Não.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Proposta de Emenda à Constituição nº 46, no item 17. E no item 5, Proposta de Emenda à Constituição nº...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - É que os anos são diferentes, um é de 46/95 e o outro é de 46/96, a mais antiga tem prioridade.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - É pura coincidência. O relatório iria para o Senador Edison Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Há um requerimento do eminente Senador Lúcio Alcântara deferido, pela apensação e remessa do eminente Senador Edison Lobão.

Com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. PEDRO SIMON Sr. Presidente, seria muito difícil para o Senador Romero Jucá ficar com duas e nós com três também?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - As emendas não são do Senador Romero Jucá, são emendas nacionais, S. Ex^a está apenas sendo o veículo como membro integrante da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. ROMERO JUCÁ - O que acontece é que ontem, por exemplo, na Comissão de Educação haviam 20 emendas, algumas foram por consenso e outras decididas no voto. O Senador José Fogaça estava lá.

Se houver um número maior de emendas poderíamos cercear.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Só há até agora duas emendas, e mais três que se forem de nível nacional e estivermos de acordo iremos apreciar.

O SR. ROMERO JUCÁ - Sr. Presidente, a primeira emenda é do Ministério da Marinha para construção de seis navios que vão atuar no centro-oeste na Amazônia. É um projeto

denominado "Navio do Cidadão", em que a Ministério da Marinha pretende fazer atividades de segurança à navegação, orientação, registro e fiscalização, identificação, registro civil profissional, carteira de identidade, assistência sanitária e assistência médica.

É um projeto com repercussão importante para as fronteiras do País.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Em discussão a emenda. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

O SR. ROMERO JUCÁ - A segunda emenda, do Ministério da Justiça, fortalece a manutenção da Polícia Rodoviária Federal, no centro-oeste e no norte do País. Ela foi encaminhada pelo Departamento Policial da Rodoviária Nacional, dizendo que querem ampliar a sua atuação em áreas onde não existe hoje condições de manutenção. Listaram, aqui, entre outros, a Polícia Federal do Rio Branco, no Acre, Macapá...

O SR. ROMERO JUCÁ - É uma emenda nacional, estou colocando a justificativa do Ministério, com o seguinte texto "Manutenção da Polícia Rodoviária Federal".

A terceira emenda é com referência aos equipamentos para o Tribunal Regional do Trabalho da IIª Região do Sudeste do País. O prédio já está pronto e o Tribunal solicitou essa emenda, visando a colocação dos equipamentos necessários para funcionamento do mesmo.

O SR. - Eminentemente Senador Romero Jucá, essa emenda não é de nível nacional.

O SR. ROMERO JUCÁ - A sede é em São Paulo, mas funciona em outra região.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Essa não é de nível nacional.

Vamos colocar em votação as duas primeiras emendas que são de nível nacional realmente. Acho que não há dúvida alguma quanto às duas primeiras.

O SR. - Quero fazer uma observação: preciso examinar com maior cuidado, por exemplo, a emenda do Ministério da Marinha. Vou votar a favor, mas será que não era mais pertinente ela ir para Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do que aqui na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania?

O que vai acontecer? Essas emendas, além do aspecto regional, vão para ser examinadas pelo relator parcial, depois pelo

relator geral. Se houver alguma incoerência o parecer pode ser contrário e vamos desperdiçar tempo.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - São atividades de cidadania.

O SR. - Sou da Comissão de Orçamento, na verdade apresentei aqui porque o Ministro me pediu, mas caberia, sem dúvida nenhuma, na Comissão de Defesa Nacional e Relações Exteriores, só que como não sou membro desta como também na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. - O Ministério do Exército não pediu nada?

O SR. - V.Ex^a tem alguma coisa contra o Exército?

O SR. Não, ao contrário, porque a Marinha e a Aeronáutica já foram aquinhoadas.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Romero Jucá, V.Ex^a apresenta as três emendas e justifica.

A emenda de São Paulo é regional, poderia ser retirada pelo Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ - Em algumas comissões têm sido aprovadas emendas de caráter regional. Eu a coloquei porque foi uma solicitação do Tribunal, como é equipamento para um prédio que está pronto e tem uma atuação regional não vi problema.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Mas teremos problema com os outros tribunais regionais.

O SR. ROMERO JUCÁ - Retiro a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Está retirada a emenda.

Já está aprovada a emenda de V.Ex^a e a do Senador Lúcio Alcântara, basta apenas a formalização.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a reunião, marcando a próxima para quarta-feira.

(Levanta-se a reunião às 12h31min.)

49^o
Ata da 54^a Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3^a Sessão Legislativa Ordinária, da 50^a Legislatura, realizada em 15 de outubro de 1997, às 11:45 horas. (Reunião extraordinária).

Às onze horas e quarenta e cinco minutos, do dia quinze de outubro, de mil novecentos e noventa e sete, na sala de reuniões n^o três, da Ala Senador

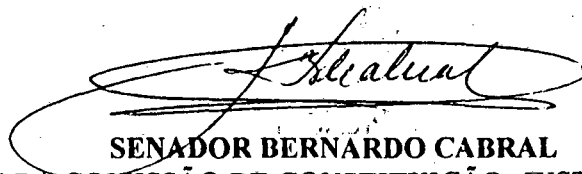
Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Bernardo Cabral, com a presença dos Senhores Senadores Esperidião Amin, Regina Assumpção, Pedro Simon, José Eduardo Dutra, Françelino Pereira, Roberto Requião, Josaphat Marinho, Lúcio Alcântara, Bello Parga, Levy Dias, José Fogaça, Romero Jucá, Gilberto Miranda, Casildo Maldaner, Epitácio Cafeteira e Ney Suassuna, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que a presente reunião destina-se à elaboração de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 1998, nos termos do artigo 20 da Resolução nº 02, de 1995-CN. Após os debates, a Comissão aprova as seguintes emendas: 1) Sistema Penitenciário; 2) Programa de combate às drogas; 3) Projeto Navio do Cidadão Região Norte; 4) Manutenção dos Serviços de Administração Geral da Sede do STJ; 5) Ações de Informática. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declara encerrada a reunião, lavrando eu, Vera Lúcia Lacerda Nunes, Secretária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e levada à publicação.



SENADOR BERNARDO CABRAL
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E
CIDADANIA

50ª
Ata da ~~48ª~~ Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura, realizada em 15 de outubro de 1997, às 13:00 horas. (Reunião extraordinária).

Às treze horas do dia quinze de outubro, de mil novecentos e noventa e sete, na sala de reuniões nº três, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Bernardo Cabral, com a presença dos Senhores Senadores com a presença dos Senhores Senadores Esperidião Amin, Regina Assumpção, Pedro Simon, José Eduardo Dutra, Francelino Pereira, Roberto Requião, Josaphat Marinho, Lúcio Alcântara, Bello Parga, Levy Dias, José Fogaça, Romero Jucá, Gilberto Miranda, Casildo Maldaner, Eptácio Cafeteira e Ney Suassuna, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, comunicando que a presente reunião destina-se à leitura e votação da ata da reunião anterior. Após procedida a leitura, é a mesma discutida e colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declara encerrada a reunião, lavrando eu, Vera Lúcia Lacerda Nunes, Secretária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e levada à publicação.



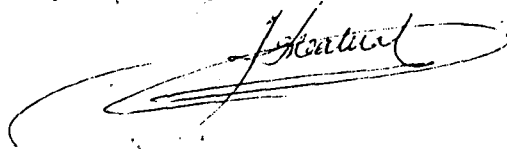
SENADOR BERNARDO CABRAL
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

51ª
Ata da ~~49ª~~ Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura, realizada em 22 de outubro de 1997, às 10:00 horas. (Reunião ordinária).

Às dez horas do dia vinte e dois de outubro, de mil novecentos e noventa e sete, na sala de reuniões nº três, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador

Bernardo Cabral, com a presença dos Senhores Senadores Francelino Pereira, Guilherme Palmeira, Gilberto Miranda, Jefferson Péres, Esperidião Amin, Osmar Dias, Carlos Bezeira, José Eduardo Dutra, Lúcio Alcântara, Ramez Tebet, José Bianco, Pedro Simon, Sérgio Machado, Elcio Álvares, José Ignácio, Roberto Freire, José Fogaça, Romero Jucá, José Serra, Ney Suassuna, Antônio Carlos Valadares, Edison Lobão e Levy Dias, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Deixam de comparecer por motivo justificado os Senhores Senadores Josaphat Marinho, Romeu Tuma, Jader Barbalho, Roberto Requião, Renan Calheiros, Beni Veras, Eptácio Cafeteira e Regina Assumpção. Havendo número regimental o Sr. Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A seguir, passa-se à apreciação da pauta na ordem determinada pelo Sr. Presidente: 1) Projeto de Resolução nº 67, de 1996, “autoriza o CEGRAF a publicar edições histórico-culturais.” Autoria: Senador Casildo Maldaner; Relatora: Senadora Regina Assumpção; parecer: pela aprovação, na forma do substitutivo que apresenta. Resultado: aprovado em turno suplementar. 7) Proposta de Emenda à Constituição nº 25, de 1995 “altera o § 2º do art. 60 da Constituição Federal.” Autoria: Senador Humberto Lucena e Outros; trêmíta em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 1995, “altera o § 2º do art. 60 da Constituição Federal.” Autoria: Senador Sérgio Machado e Outros. Relator: Senador Esperidião Amin; parecer: pela rejeição. Resultado: concedida vista coletiva coletiva da matéria. 28) Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 1995, “altera e revoga dispositivos da Constituição Federal pertinentes à justiça do trabalho.” Autoria: Senador Gilberto Miranda e Outros; Relator: Senador Jefferson Péres; parecer: pela aprovação na forma do substitutivo que oferece. Resultado: aprovado o parecer do Relator e a emenda nº 3 oferecida pelo Senador José E. Dutra. 30) Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1997, “dispõe sobre a admissão de professores, técnicos e

cientistas estrangeiros pelas Universidades e pelas Instituições de Pesquisa Científica e Tecnológica Federais." Autoria: Poder Executivo; Relator: Senador Ramez Tebet; parecer: pela aprovação da matéria. Resultado: aprovado o parecer do Relator. 31) Projeto de Lei da Câmara nº 13 de 1997, "revoga o art. 27 do Decreto-Lei nº 3688, de 3 de outubro de 1941 - Lei das Contravenções Penais." Autoria: Deputado Almino Affonso; Relator: Senador Jefferson Péres; parecer: pela aprovação da matéria; resultado: aprovado o parecer do Relator. Apreciação extra-pauta: 1) Projeto de Resolução nº 86, de 1997, "autoriza o Estado de São Paulo a contratar operação de refinanciamento de dívidas do Estado, consubstanciada nos contratos celebrados em 22 de maio de 1997, com base no protocolo de acordo firmado entre a União e o Governo do Estado de São Paulo, no âmbito do programa de apoio à reestruturação e ao ajuste fiscal dos Estados." Relator: Senador José Bianco; parecer: pela aprovação, com uma emenda que oferece. Resultado: concedida vista coletiva da matéria. 2) Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 1997, "dispõe sobre a criação da Escola Superior do Ministério Público da União e dá outras providências." Autoria: Ministério Público da União; Relator: Senador José Ignácio; parecer: pela aprovação da matéria; Resultado: aprovado o parecer do Relator. Nesta oportunidade, tendo em vista o adiantado da hora, o Senhor Presidente encerra a presente reunião, ficando adiada a apreciação dos demais itens da pauta para a próxima reunião ordinária. Nada mais havendo a tratar, eu, Vera Lúcia Lacerda Nunes, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada será publicada no Diário do Senado Federal.



O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Havendo número regimental, declaro aberta a 50ª reunião da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura.

A pauta foi previamente distribuída aos eminentes Srs. Senadores.

Pergunto ao eminente Senador Jefferson Péres se está em condições de opinar sobre uma emenda apresentada na última reunião, quando a Presidência justificou a ausência de S. Ex^a.

O SR. JEFFERSON PÉRES - V. Ex^a se refere à proposta de emenda à Constituição?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - À proposta de emenda à Constituição cujo autor é o Senador Gilberto Miranda.

Enquanto não há número para votar, vamos discutir.

Tem V. Ex^a a palavra, Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Há duas emendas, Srs. Senadores: uma proposta pelo Senador Edison Lobão; e outra, pelo Senador Roberto Requião. Ambas, na verdade, não são emendas, Sr. Presidente; são votos contrários no sentido de se rejeitarem tanto a proposta do Senador Gilberto Miranda quanto o meu substitutivo.

O Senador Edison Lobão justifica a sua emenda - na verdade, seu voto - dizendo que a representação classista emana de decisões da Organização Internacional do Trabalho. O Senador Roberto Requião usa o mesmo argumento e mais um novo, argüindo a inconstitucionalidade da proposta, porque, segundo S. Ex^a, o art. 10 da Constituição Federal tornaria inconstitucional a proposta, ao rezar o seguinte:

"É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais e previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação."

O Senador Roberto Requião, com aquela certeza que S. Ex^a tem a respeito de tudo, diz que é flagrantemente inconstitucional, que há uma completa inconstitucionalidade. Vou repetir o que disse, quando o Senador Roberto Requião estava presente naquele dia: eu gostaria de ter tantas certezas quanto S. Ex^a; sou uma pessoa cheia de dúvidas a respeito de quase tudo!

Sr. Presidente, o art. 10 se refere, evidentemente, no meu entender, a colegiados de órgãos administrativos, órgãos deliberativos da administração pública direta ou indireta; jamais poderia referir-se a órgãos judicantes, à Justiça do Trabalho. Mas, em caso de se aceitar o argumento do Senador Roberto Requião, teríamos mais uma cláusula pétrea na Constituição; a representação classista seria outra cláusula pétrea. Nessa marcha, a nossa Constituição, a Constituição de V. Ex^a acabará como uma enorme pedreira, Sr. Presidente.

De forma que, evidentemente, aceitar as emendas deles seria rejeitar tanto o projeto como o meu substitutivo, e eu não aceito. Rejeito as duas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Peço à Dr^a. Vera que telefone para o Senador Roberto Requião.

Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Acredito que, do ponto de vista de mérito, os autores dessas emendas, que, na verdade, colidem com o sentido

do projeto, talvez devessem ter, como V. Ex^a aqui está tentando fazer, uma oportunidade de apresentar seus argumentos

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sem dúvida!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Agora, do ponto de vista do trabalho do Relator, penso que o Senador Jefferson Péres, mais uma vez, está cumprindo, da maneira mais transparente e clara, o seu dever. Reconhecendo que o projeto é constitucional e reconhecendo que o projeto, independentemente de posições contraditórias, tem méritos, ou seja, reúne as condições para ser aprovado pela Comissão, S. Ex^a não pode acolher emendas que têm como objetivo, na verdade, derrogar o projeto. Seria uma maneira até - independentemente de fazer mais algum elogio ao Senador Jefferson Péres, que o merece - de aceitar a relatoria de um projeto com o qual o relator, no caso, não concorda e valer-se da condição de relator não para votar em Plenário, mas sim para, na condição privilegiada de Relator, prejudicar a tramitação do projeto. Já vimos isso acontecer. Eu próprio apresentei aqui, e o resultado foi uma diligência para que se abra a possibilidade de um debate mais amplo. Mas o projeto do Senador Pedro Simon, que altera a tramitação e o papel do juiz, a vinculação com o delegado e o inquérito policial, pretendia atribuir ao Ministério Público uma função de supervisão do inquérito.

As emendas que foram apresentadas, meritórias também, tinham, na verdade, o objetivo de revogar o projeto. Então, eu não poderia, sendo Relator, acolher as emendas para revogar o projeto, ou seja, derrogar o projeto e, na prática, eliminar a sua tramitação. Por essa razão, entendo que, independentemente da posição contra ou a favor do mérito, a posição do Relator é absolutamente correta. O projeto é constitucional, tem razões para existir. Se essas razões são predominantes na Casa, ou seja, se o resultado será favorável ao escopo do projeto ou não, a votação o demonstrará; mas, como Relator, o Senador Jefferson Péres não poderia valer-se de uma emenda que pretende fulminar o projeto.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Só me cabe dizer que o mérito será objeto de votação; eventualmente, de discussão que anteceda à votação. Mas, quanto ao relatório do projeto, o voto e o parecer, só me cabe cumprimentar o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Apenas para aduzir ao meu pronunciamento anterior...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O Senador Ramez Tebet quer fazer umas indagações a V. Ex^a.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Pois não.

O SR. RAMEZ TEBET - Senador Jefferson Péres, peço relevar a indagação que vou fazer, pois, quando cheguei, a matéria já estava em discussão, e o Senador Esperidião Amin estava terminando a sua explanação.

Na última reunião, saí preocupado com um aspecto que foi tocado de relance na Comissão, mas que me parece não estar esclarecido.

Se está, eu gostaria de obter de V. Ex^a alguns esclarecimentos. Em seu relatório, V. Ex^a mantém os juizes classistas na primeira instância, nas juntas e extingue-os nos tribunais. E a regra de transição? Foi acatada? Como está esse problema?

O SR. JEFFERSON PÉRES - Senador Ramez Tebet, tive de viajar às pressas na semana passada para Manaus, devido a uma enfermidade grave em pessoa da minha família. Não tive tempo nem cabeça para pensar em nada. Mas já me comprometi e reitero o compromisso de que, em plenário, apresentarei uma emenda estabelecendo como regra de transição que os atuais juizes classistas com mandato nos tribunais lá permaneçam, e os cargos vagariam à medida que terminassem seus mandatos. Isso seria incluído evidentemente no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição. Creio que não há outra maneira; seria até esdrúxulo interrompermos esses mandatos. Isso não teria cabimento. O compromisso está feito, e creio que com grandes chances de ser acolhido por esse Senado.

Agora, eu gostaria de aduzir ao meu argumento anterior. Mesmo que se admita, Sr. Presidente, que a representação classista emane de normas da Organização Internacional do Trabalho, esse argumento só valeria contra a proposta original do Senador Gilberto Miranda, e não contra o meu substitutivo, que mantém a representação classista nas juntas. A menos que alguém me demonstre que a Organização Internacional do Trabalho recomenda a representação classista em todas as instâncias - o que, evidentemente, não ocorre -, vou manter, portanto, o espírito de que, de alguma forma, os trabalhadores e empregadores devem ser representados na Justiça do Trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Srs. Senadores, enquanto não se completa o número para a votação, a Presidência pede ao eminente Senador Jefferson Péres que faça, por gentileza, seu relatório quanto ao projeto de lei oriundo da Câmara, de autoria do Deputado Almino Affonso, que é o item 31 da pauta, com avulso e relatório distribuídos separadamente.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Em que página está, Sr. Presidente? Não tenho o projeto em mãos.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O avulso e o relatório foram distribuídos separadamente. É sobre a Lei das Contravenções Penais. O projeto já chegará em plenário. Adianta-se, assim, a discussão.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Não temos número para votar nada, não é?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Sim, não há **quorum** para votarmos nada, só para discutir. Depois, eu pediria também ao Senador Esperidião Amin que ficasse atento ao item 7 da pauta, ao Senador Jefferson Péres, item 9 da pauta, e ao Senador Lúcio Alcântara, item 14 da pauta. São os projetos que podemos discutir.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sr. Presidente, o projeto já me chegou às mãos.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Tem V. Ex^a a palavra, Senador Jefferson Péres.

Informo também ao eminente Senador José Bianco que, quando estiver em condições de discutir, a palavra ser-lhe-á concedida.

O SR. JEFFERSON PÉRES - O Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1997, de autoria do eminente Deputado Almino Affonso, visa revogar o art. 27 da Lei das Contravenções Penais.

Eu pediria aos senhores que corrigissem o texto, pois faltou a preposição "a" na expressão "visa a revogar".

O art. 27 considera contravenção a exploração da credulidade pública mediante sortilégio, predição do futuro, interpretação de sonhos ou práticas congêneres.

O autor justifica o projeto tendo em vista a dinâmica da realidade social que se expande em outras dimensões, notadamente no campo da parapsicologia.

Na Câmara dos Deputados, a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em decisão terminativa, opinou pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, no mérito, por sua aprovação.

Nesta Comissão do Senado, não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

VOTO

Imperam no Direito Penal vários princípios que norteiam as decisões dos legisladores e intérpretes. Para o processo de descriminalização, destaca-se, notadamente, o princípio de que a lei penal é uma resposta solene a conflitos e problemas sociais graves, gerais e constantes no tempo.

Segundo Raul Servini, em qualquer processo de descriminalização, é preciso avaliarem-se o benefício e o custo sociais de tal medida, incluindo-se no custo o dano causado pelo sistema à pessoa condenada e à sua família, bem como a deterioração que a existência da norma penal pode causar ao conglomerado social em conjunto.

O Direito Penal existe para punir o que realmente ultrapasse o mínimo de tolerabilidade, colocando em perigo ou causando dano a determinados bens jurídicos. A descriminalização de certos fatos que não têm repercussão na consciência social de nosso tempo é o caminho da reforma do Direito Penal legislado, que revalorizará e recolocará o bem jurídico dentro dos limites que reflitam as reais necessidades do mundo em que vivemos. (Francisco de Assis Toledo).

É certo, tendo em vista que nosso sistema penal está sobrecarregado, produzindo uma deterioração na qualidade de seus resultados, que busquemos dar a resposta adequada a problemas de delinquência.

O bem jurídico protegido pelo art. 27 da Lei das Contravenções Penais é a credulidade pública. A sociedade não se sente realmente abalada com a prática dessa conduta proibida, haja vista a notória aceitação popular das crenças que fogem da experiência científica.

Isso posto, somos pela aprovação do presente projeto, que busca revalorizar a credulidade nos parâmetros aceitos pela sociedade moderna.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Em discussão a matéria. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passo à votação e deixo-a em suspenso, aguardando a presença de um Senador apenas.

O SR. - Meu voto é "sim", em benefício dos políticos.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Item 7 da pauta. É Relator o Senador Esperidião Amin. Trata-se de duas emendas que tramitam em conjunto, uma de autoria do Senador Humberto Lucena e outra do Senador Sérgio Machado. O eminente Relator deu parecer pela rejeição.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estão sob análise desta Comissão as proposições que pretendem alterar o § 2º do art. 60 da Constituição Federal, de autoria, respectivamente, do Senador Humberto Lucena e outros 29 membros e do Senador Sérgio Machado e de outros 26 Senadores.

Os aspectos sob exame são de conteúdo absolutamente idênticos e propõem nova redação ao § 2º do art. 60 da Constituição Federal, objetivando estabelecer que a discussão e a votação das propostas de emenda à Constituição sejam feitas em sessão conjunta do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovadas as que obtiverem, em ambos, três quintos dos votos dos membros de cada Casa.

Desse modo, a partir da alteração proposta, as PECs passariam a ser discutidas e votadas em sessão conjunta em vez de isoladamente em cada Casa do Congresso Nacional, como ocorre atualmente.

De cada justificação produzida, extrai-se que o objetivo primordial de ambas as propostas é o de acelerar o processo de reforma do Texto Constitucional, atualmente muito lento, à consideração de que o debate será mais produtivo se as duas Casas, num mesmo momento, discutirem a proposta de emenda, deixando-se em separado apenas a votação, para salvaguarda do princípio federativo.

Cabe a esta Comissão examinar a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria e também o seu mérito, nos termos do art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

Este é o relatório.

Sr. Presidente, a minha consideração fundamental é a de que os nobres Senadores Sérgio Machado e Humberto Lucena pretendem ressuscitar parcialmente as funções do Congresso Revisor. A única diferença seria o **quorum**, que não seria de maioria absoluta, mas de três quintos.

Ora, pretender facilitar a alteração da Constituição é quase criar um poder constituinte no mínimo derivado, mas uma alteração nas condições que a própria Constituição - aí sim, elaborada sob a égide do poder constituinte originário - estabeleceu para sua autocorreção.

A revisão, não cabe aqui discutir o porquê de seu insucesso - preconizava dois turnos. A votação separada só teria como finalidade as tomadas de votos "a" e "b" em cada Casa. Haveria um aparente ganho de tempo, pelo fato de se discutir a emenda numa sessão conjunta.

O SR. ROBERTO FREIRE - Mas, talvez, o aspecto de maior importância seja a participação do Senado de modo mais efetivo. Esse é o grande ponto. Hoje, quando se tem a discussão em separado, já se chega com o célebre argumento de celeridade, de não retornar, enquanto, na votação conjunta, há um parecer e a participação imediata do Senado em igualdade de condições. Não é a opinião que acolhi, não obstante tenha mérito.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Esperidião Amin, V. Ex^a continua com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Apenas para concluir, farei menção à parte final de meu voto.

À pretendida alteração procedimental incide um preceito fundamental da Constituição, o qual, segundo a formulação doutrinária, se insere entre as chamadas limitações materiais implícitas ao poder de reforma. Mesmo se nos abstivéssemos de considerar a apontada inconstitucionalidade, ainda assim, no mérito, as iniciativas em exame teriam pouca condição de prosperar.

Com efeito, tendo presente a tradicional classificação das Constituições em rígidas e flexíveis, parece-nos, sem dúvida, que a colocação da Carta Magna de 1988 está entre aquelas do tipo rígido, que, na lição de Gomes Canotilho, exige, para sua modificação, um processo agravado em relação ao de formação das leis ordinárias. Esse processo - portanto, um rito especial - não é por si só o traço característico e determinante das Constituições rígidas, haja vista a seguinte ressalva do mesmo autor:

"Todavia, ao contrário do que muitas vezes se afirma, não é a existência de um processo de revisão estabelecido de exigências específicas para a modificação da Constituição que caracteriza a rigidez da Constituição. Esse caráter deve procurar-se antes em sede do Poder Constituinte. As normas de revisão não são o fundamento da rigidez da Constituição, mas os meios de revelação da escolha feita pelo Poder Constituinte. Essa escolha de um processo agravado de revisão, impedindo a livre modificação da lei fundamental pelo legislador ordinário - Constituição flexível, considera-se uma garantia na Constituição. O processo agravado de revisão é, por sua vez, um instrumento dessa garantia. A rigidez constitucional é um limite absoluto ao poder de revisão, assegurando, dessa forma, a relativa estabilidade da Constituição."

Acatar, portanto, a pretendida simplificação do processo de reforma constitucional representará em verdade, acima de tudo, restringir a eficácia desse importantíssimo instrumento de garantia da estabilidade da Constituição, do que

ressalta, evidentemente, em suma, a inegável inconveniência da operação proposta.

De outra parte, embora o bom-senso nos imponha o reconhecimento de que a Constituição há necessariamente de adaptar-se aos fatos sociais e históricos, sempre cambiantes e em contínua evolução, forçoso é também admitir que a prudência nos aconselha a não consentir que o texto constitucional seja objeto de alterações apressadas, examinadas de afogadilho, sem refletida e conscienciosa análise de suas verdadeiras implicações sobre o cotidiano da sociedade.

A esse propósito permitimo-nos relembrar as judiciosas considerações do saudoso Carlos Maximiliano, que, embora admitindo que a Constituição não é obra eterna e imutável, fazia sensata advertência aos que preconizam o freqüente reformismo da lei fundamental:

"Haja, entretanto, a maior cautela e garantia contra o exagero ao oposto: a ânsia de modificar tudo, a precipitação das reformas, principalmente entre os povos latinos, nervosos e insofridos. O código supremo é o alicerce das instituições. Comprometeriam a solidez do edifício os que lhe alterassem continuamente as bases, devem ser essas o último objetivo, quase inacessível, da picareta dos demolidores."

Em regra, os espíritos superficiais em vez de estudarem a fundo os problemas, suas causas próximas e remotas e as soluções experimentais e complexas, agravam o mal com excesso de regulamentação, tentam precipitar a golpes de decretos e de emendas constitucionais uma reforma que só o tempo, a prática do regime e o estudo de especialistas, lograriam tornar completa definitiva e eficaz.

Como o processo é falho, a desilusão vem logo. O demolidor triunfante de ontem é sempre o opositor irritado de hoje."

Por essas razões e fazendo um último comentário a respeito das colocações feitas pelo Senador Roberto Freire, também sou favorável à revisão da Constituição. Fui favorável e fui voto vencido quando tínhamos a oportunidade prevista na própria Constituição de, em rito previamente agendado e com formalidades reduzidas, alterá-la organicamente.

Essa oportunidade foi perdida. Quem quiser fazer análise sobre o porquê deve saber que gosto muito de falar sobre ele. A verdade, todavia, é que a Constituição brasileira não pretende, em seu texto, em seu espírito, ver facilitada ordinariamente a sua alteração. Não se pode ignorar que este seja seu espírito, uma Constituição rígida. Foi assim que o poder constituinte no-la outorgou. Foi assim que ela foi promulgada. Ignorar esse espírito demanda um amplo debate do ponto de vista social, político e constitucional. Gostaria de deixar muito claro que em meu voto procuro ser coerente com o espírito da Constituição e com a contrariedade desse espírito com relação a outras fórmulas que não aquelas nela já admitidas para sua alteração.

Por este motivo, manifestei-me pela rejeição de ambas as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Estão inscritos os eminentes Senador Sérgio Machado e Senador José Ignácio Ferreira.

Senador José Ignácio Ferreira, tem a palavra V. Ex^a. Em seguida, o autor da emenda, Senador Sérgio Machado.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Gostaria de ouvir o signatário da primeira proposta de emenda constitucional.

Em condições normais, Sr. Presidente, não somente eu, mas aqueles que convivem com o Direito, têm a tendência de concordar com o que disse o Senador Esperidião Amin. O advogado, o promotor e o juiz tendem a ser um pouco conservadores porque precisam de uma texto sobre o qual se debruçam para realizarem o Direito e outros objetivos de justiça que o Direito tem. Perturba-nos um projeto que, nesse sentido, não facilita, porque simplesmente orienta que o Congresso Nacional votaria a proposta de dois turnos, diante de uma realidade que, afinal, todos entendemos que é mutante e que não era a realidade existente quando se elaborou a Constituição de 88.

Gostaria de refletir um pouco mais sobre esse projeto e seus objetivos. Já se falou até numa nova Constituinte. Sinceramente, vi frustrarem-se os objetivos da Revisão Constitucional, que contava com um **quorum** especialíssimo. Vejo a continuidade...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - **Quorum** especialíssimo e sessão unicameral.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Vejo a continuidade de tentativas de enfrentamento dessa realidade mutante. Há projetos, se não estou enganado, de uma revisão constitucional para o início da primeira legislatura seguinte.

Na verdade, Sr. Presidente, vou refletir um pouco mais. Por isso, gostaria que o eminente Senador Sérgio Machado me antecedesse, colocando as razões mais profundas que respaldam a proposição de S. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a quer que a Presidência garanta a palavra a V. Ex^a após a manifestação do Senador Sérgio Machado?

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Se V. Ex^a entender que sim.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a tem a palavra garantida após a manifestação do Senador Sérgio Machado. Depois, estão inscritos os Senadores Ramez Tebet, José Eduardo Dutra e Pedro Simon.

Tem a palavra o Senador Sérgio Machado.

O SR. SÉRGIO MACHADO - Sr. Presidente, Srs. Senadores, o objetivo dessa emenda é colocar o Senado no cenário de discussão. Quando o Senado discute as emendas constitucionais, a Câmara tem um papel muito limitado e vice-versa. Então, o que se objetivou com essa emenda? Não reduzimos o **quorum**. É o mesmo: em cada Casa teremos dois turnos de votação, mas faremos a discussão conjunta, como emenda constitucional, para que as duas Casas possam participar do processo desde o início, para

que possam influenciar, e, dessa forma, haver consenso entre as duas Casas. E há muitas reclamações em ambas as Casas sobre esse procedimento, sendo que o Senado é mais prejudicado, porque aqui geralmente votamos **a posteriori**.

O objetivo desse projeto não é facilitar a aprovação; é aproveitar melhor a discussão da matéria com a participação das duas Casas desde o início, para que se forme o consenso. A partir daí, cada Casa, votando em dois turnos, separadas, decidirá se aprova ou não. Mas as duas Casas devem participar das discussões desde o seu início. Este é o objetivo maior dessa emenda: evitar que continue a ocorrer ao que temos assistido, todos os dias, no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Tem a palavra o Senador José Ignácio Ferreira.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Sr. Presidente, adianto os esclarecimentos prestados pelo eminente Senador Sérgio Machado. Sinceramente, estou tendente a sintonizar-me com a idéia que se concretiza no projeto, quer dizer, a votar favoravelmente à emenda.

Agora, veja V. Ex^a, tudo isso nos orienta no sentido de que estamos vivendo um momento de perplexidade. Há uma realidade que muda e que não foi visualizada quando da promulgação da Constituição de 88. Não tínhamos ainda a queda do muro de Berlim, não tínhamos o fim da Guerra Fria, não tínhamos toda essa emergência da sociedade pós-industrial, pós-capitalista e da economia de velocidade. Estamos todos convencidos de que há profundas modificações que precisam ser feitas no texto da Constituição Federal. E estamos, agora, enfrentando a rigidez, no entendimento doutrinário, que, afinal de contas, foi formulado em tempos de estabilidade. Estamos vivendo agora um tempo de velocidade de mudança, estamos convencidos de que a Constituição precisa mudar, estamos convencidos de que a legislação precisa mudar. Tenho enviado a meus eleitores mais qualificados correspondência pedindo sugestões sobre o que pode e deve ser mudado. E na verdade tenho me impressionado com as manifestações de juizes, de promotores, de advogados - todos acreditam que muita coisa realmente precisa ser modificada. E só se pode fazê-lo a partir da alteração do Texto Constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Peço atenção às palavras do eminente Senador.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Sr. Presidente, esse projeto realmente não nos facilita a análise; apenas parte do princípio de que é necessário inserir o Senado mais fortemente no cenário dessas discussões. Portanto, não altera nada. Creio que algo de mais profundo precisaria vir, em termos de revisão constitucional futura, a fim de que possamos, ainda que sob **quorum** qualificado, ter condições de enfrentar o problema de inadequação da realidade ao texto legislativo que temos.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a, portanto, acompanha o autor da emenda, contra o Relator?

Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Peço atenção para o Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. RAMEZ TEBET - Sr. Presidente, Srs. Senadores, imagino que realmente têm razão aqueles que eram favoráveis a uma revisão do Texto Constitucional. O processo de revisão da Constituição cada vez se acentua mais. Entendo que se trate até de uma necessidade imperiosa, talvez até urgente. Nesta reunião, conversando com o nosso Presidente, o Senador Bernardo Cabral, Relator da Constituição de 1988, observei que há 18 propostas de alteração da Constituição.

Portanto, é fácil imaginar que, depois de promulgada a Constituição de 1988, que está em vigor com transformações profundas no capítulo da Ordem Econômica e Financeira, da Ordem Social. São alterações que estamos querendo fazer, através da reforma previdenciária mais importante do País e da reforma administrativa. Estamos mexendo no Texto Constitucional, alterando a composição de nossos tribunais, discutindo se a Justiça do Trabalho deve contar com a presença de juizes classistas como representantes dos empregados. Fácil é imaginar que não se precisa fazer nenhum levantamento para se dizer que, no mínimo, de 1988 para cá, foram apresentadas centenas de propostas de alteração do Texto Constitucional.

Socorre-me o Senador Lúcio Alcântara dizendo que, se tramitam 500 propostas, provavelmente esse número já ultrapassa até a quantidade de artigos previstos em uma Constituição Federal. Todos desejamos que a Constituição seja sintética e não analítica, que contenha princípios. Imagino então se isso não vai ferir a ordem sistêmica de uma Constituição duramente debatida e preparada, em um momento importante da vida democrática do País.

Faço tais considerações, porque entendo que a matéria em votação tem argumentos favoráveis e contrários. Daí por que, feitas essas considerações, vou limitar-me a ouvir mais um pouco, estudar mais um pouco, para decidir se a proposta de emenda constitucional, que tem como autores principais os Senadores Humberto Lucena e Sérgio Machado, para depois formar um juízo.

Eram essas as considerações que gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra ao nobre Senador José Eduardo Dutra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, na condição de Relator, V. Ex^a concorda que eu me abstenha de falar agora e, ao final, tenha oportunidade de mostrar todos os registros?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a terá a palavra assegurada.

Senador Lúcio Alcântara, a Presidência pede desculpas a V. Ex^a, já que estava inscrito para falar antes do Senador José Eduardo Dutra.

Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, compreendo perfeitamente o objetivo tanto do Líder de nossa Bancada, Senador Sérgio Machado, quanto o do Senador Humberto Lucena.

Em primeiro lugar, o que se coloca em discussão é se devemos simplificar ou não o processo de alteração da Constituição. É a primeira pergunta, do ponto de vista da tramitação da matéria, é se é conveniente, se é interessante ou não.

Em segundo lugar, devo declarar que tenho uma profunda aversão a tudo que se decide no Congresso Nacional, com as duas Casas reunidas. Isso é uma excrescência. Nenhum país, com um sistema bicameral, tem esse tipo de funcionamento que temos aqui, ou seja, uma espécie de terceira Casa, que em nada ajuda o processo legislativo. Quantas reuniões faz o Congresso Nacional, por ano, além daquelas destinadas a receber chefes de estado que nos visitam? O Congresso Nacional não faz apreciações, e a quantidade de vetos a medidas provisórias acumulados é muito grande. Tudo que se refere a reunião conjunta das duas Casas não funciona. Se não funciona, e o País continua funcionando, é porque é desnecessária. Creio que a celeridade da administração e das decisões é melhor quando as duas Casas se reúnem separadamente.

O Sr. José Ignácio Ferreira - V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Pois não.

O Sr. José Ignácio Ferreira - Queria apenas dizer a V. Ex^a que o que se fez na Constituição de 1988 - e participei dela na condição de Relator Adjunto, muito honrado em ser comandado pelo eminente Senador Bernardo Cabral, que é um homem aberto a inovações -, quando se falou em sessão conjunta, foi com o intuito de separar as duas Casas para efeito de emenda constitucional. A Constituição de 1946 falava em sessão conjunta. Ou seja, as emendas constitucionais eram apreciadas em sessões conjuntas, com **quorum** qualificado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Quantas emendas ocorreram?

O Sr. José Ignácio Ferreira - Pois é. Mas veja V. Ex^a: até a Constituição de 1969 era sessão conjunta. Quer dizer, alterou-se isso na Constituição de 1988.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Peço atenção para o orador.

O Sr. José Ignácio Ferreira - Uma coisa é certa: tudo se inspira no fato de que a realidade é extremamente mutável e não podemos deixar de refletir sobre a conveniência e a forte necessidade de pensarmos em um instrumento para adequar a legislação à realidade, que é mutável.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Lúcio Alcântara, V. Ex^a continua com a palavra.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Pois bem, pergunto a V. Ex^{as} a quantas sessões do Congresso Nacional temos comparecido e deliberado a fim de aprovarmos ou rejeitarmos alguma matéria? Nos Estados Unidos, o chamado Congresso Nacional se reúne uma vez por ano, oportunidade em que o presidente da república, no início da sessão legislativa, lê o discurso que se chama "O Estado da Nação". E só.

Creio que, até para a celeridade e para o bom funcionamento das duas Casas, seria melhor que decidissem separadamente. No meu modo de ver, essa é a melhor solução. Inclusive as chamadas sessões do Congresso Nacional...

O SR. SÉRGIO MACHADO - Senador Lúcio Alcântara, V. Exª me concede um aparte? Sr. Presidente, está havendo uma confusão, pois o objetivo não é aumentar o número de emendas a serem aprovadas e sim que as duas Casas participem do processo de discussão, conjuntamente. O objetivo não é ter aprovadas emendas constitucionais ou facilitar nem reduzir **quorum**. O objetivo é que haja um debate maior com a participação das duas Casas. Era assim na Constituição de 1946.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Lúcio Alcântara, V. Exª está com a palavra.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Senador Sérgio Machado, entendi perfeitamente seu objetivo. Mas, realmente, tenho uma idiossincrasia a essas sessões conjuntas, porque entendo que elas não são produtivas, aliás, não há punição para ausência, nem a punição pecuniária. Então, simplesmente não há **quorum**, não se delibera nada.

Vejam V. Exªs, se fôssemos ser ortodoxos e rigorosos na interpretação da Constituição...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Peço atenção para o eminente Senador Lúcio Alcântara. Há Senadores reclamando que não estão ouvindo.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, esta reunião está se transformando numa pequena demonstração do que são as sessões no Congresso Nacional: ninguém consegue falar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Se me permite um aparte, estamos tendo uma reunião conjunta, Sr. Presidente, porque, além das presenças registradas dos juízes trabalhistas, há ilustres integrantes de outras Comissões Permanentes da Casa, Líderes do Governo, que não freqüentam essas reuniões.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, isso é tão ilustrativo que o Senador Esperidião Amin tomou o microfone do Senador Lúcio Alcântara, que estava em plena fala. É bem ilustrativa mesmo.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Vejam bem, antes de conceder um aparte ao Senador Ramez Tebet, pediria a atenção do Presidente Bernardo Cabral, Relator na Constituinte, pois há um artigo na Constituição que diz que não se poderia deliberar nada antes da apreciação do veto. No entanto, os vetos estão aí, acumulados, sem estarem sendo apreciados. Eles teriam que ser apreciados para que se pudesse apreciar outras matérias. O Congresso não poderia deliberar; a pauta estaria obstruída pelos vetos, mas, estamos deliberando. Os vetos continuam aí, mostrando que há uma inoperância no sistema de sessão conjunta, no meu modo de ver.

Sr. Presidente, agora anuncia-se a formação de comissão ou de grupos entre a Câmara e o Senado para estudarmos a tramitação do processo. Sr. Presidente, digo a V. Exª que terei uma posição muito firme em relação à terceira Casa, porque isso não existe em lugar nenhum.

Concedo o aparte ao Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET - As considerações do Senador Lúcio Alcântara levam-me a avançar um pouco mais, talvez saindo do tema, mas correlatamente, porque o Regimento Comum da Câmara e do Senado,

poderia prever o funcionamento do Congresso de tal ordem que tivéssemos a garantia do funcionamento daquilo que está no texto. Uma vez que há um reconhecimento que ele não funciona, precisamos fazer uma modificação no Regimento a fim de que o Congresso Nacional, que tem papel fundamental, que tem aí os problemas de veto e de medida provisória, possa funcionar. Mas vejam, trabalhamos aqui em conjunto, mais V. Ex^a do que eu, e V. Ex^a, com toda certeza, muito mais competente no preparo do Regimento Interno até mesmo aqui do Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Lúcio Alcântara, V. Ex^a acompanha o Relator?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, reservo-me, para examinar essa questão com mais cuidado. Portanto, aguardarei o debate e as discussões para pronunciar o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Eminente Senador Lúcio Alcântara, estamos discutindo a matéria e, a seguir, passaremos à votação.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - No momento oportuno votarei, Sr. Presidente. Não me sinto obrigado a anunciar previamente o meu voto, ainda que devo a V. Ex^a muitos obséquios.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Muito bem. Pensei que V. Ex^a quisesse pedir vista da matéria.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra ao nobre Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, alguns defendem a emenda alegando que isso vai possibilitar uma agilização na mudança da Constituição, outros alegam que vai dificultar. Só que não votamos a justificativa; votamos o texto. Portanto, alinho-me com a posição do Senador Lúcio Alcântara e também com a do Relator. Sou contra essa terceira Casa Legislativa. Se querem discutir unicameralidade, vamos discutir.

Esta Casa votou, há pouco tempo, uma emenda constitucional que modificava a tramitação das medidas provisórias, introduzindo a votação em separado nas duas Casas, exatamente sob a alegação de que votar medida provisória em sessão conjunta dava no que está dando. E agora estamos modificando a visão que tínhamos anteriormente.

Se é verdade que a mudança da realidade econômica mundial faz com que haja necessidade de modificações legislativas, também é verdade que o Constituinte de 1988 previu as regras que estabeleceriam essa mudança na Constituição - poder constituinte originário. Não me alinho entre aqueles que acham que, em função da mudança rápida da economia, tenha que se mudar tão rapidamente a Constituição. Em nenhum país do mundo a coisa está sendo colocada dessa forma, a não ser no Brasil.

O problema da falta de participação do Senado é de natureza política, não tem a ver com a forma de tramitação. O problema é que, de um modo geral, a maioria eventual que tem nesta Casa hoje...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) (Fazendo soar a campainha) - Peço a atenção para o Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA ...se abstém, voluntariamente, de interferir nas emendas constitucionais, a não ser quando o Governo quer, como foi o caso da Previdência. No caso da Previdência, o Senado participou otimamente.

Então, essa falta de participação do Senado não tem a ver com o texto constitucional; as regras em tramitação tem a ver com uma opção política da maioria da Casa, que optou em não participar.

O SR. - (Interferência fora do microfone)

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Também, como faz quando vota-se veto. Quando não quer votar veto, não há **quorum**. Ainda temos veto do Presidente Itamar Franco, de 1993, para ser votado.

Penso que existem outras formas de possibilitar a participação do Senado como, por exemplo, a tramitação, no Plenário da Casa, de uma PEC do Senador Waldeck Ornelas que estabelece que matérias de natureza relativa à Federação comece a tramitar pelo Senado. A matéria está em discussão.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Concedo um aparte a V. Ex^a.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Há tempos fiz uma consulta sobre que matérias a tramitação deveria iniciar obrigatoriamente pela Câmara ou se poderiam iniciar pelo Senado.

O nobre Senador Bernardo Cabral foi o Relator, e a partir dessa consulta, ofereceu um parecer que esta Comissão e o Plenário do Senado aprovaram, que o então Presidente José Sarney enviou ao Presidente da República, onde fica claro que somente os projetos de lei devem ter sua tramitação obrigatoriamente iniciada pela Câmara. Portanto, nada impede que o Presidente da República possa enviar uma proposta de emenda constitucional que inicie sua tramitação pelo Senado. É uma questão de opção. Não há essa vedação. Quer dizer, hoje, Senador José Eduardo Dutra, já dispomos de um instrumento, de uma decisão que acolhe essa possibilidade. Não há essa rigidez. O Senador Waldeck Ornelas até (fora do microfone, inaudível). O Senador Roberto Freire é Relator de uma outra consulta que fiz sobre projetos de iniciativa do Ministério Público, onde deveriam entrar (fora do microfone).

O SR. JOSÉ SERRA - Senador Lúcio Alcântara, posso fazer-lhe uma pergunta?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Nobre Senador, pergunte ao Senador José Eduardo Dutra, que é o orador.

O SR. JOSÉ SERRA - Pelo que entendi, V. Ex^a tem o mesmo ponto de vista a respeito. O argumento de maior rapidez na apreciação das emendas e da tramitação conjunta não o sensibiliza com relação ao método atual?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Como disse no início da minha intervenção, alguns defendem essa emenda sob a alegação de que dá

maior rapidez, outros sob alegação totalmente contrária. Agora, o que estamos votando não é a justificativa, é a emenda. Entendo, como o Plenário do Senado já o fez quando modificou a tramitação da medida provisória, que essa figura da terceira Casa Legislativa é uma ficção. Ela só vota o Orçamento porque, geralmente, é por acordo, pois se pedirem verificação de **quorum** não votaria.

Temos vetos de 1993, do Presidente Itamar Franco, ainda para serem votados. A forma que encontraram, inclusive para burlar o dispositivo constitucional que estabelece que se o veto não for votado a pauta fica obstruída, foi a de que as sessões do Congresso são extraordinárias. Arrumaram esse artifício. Obstruí-se a pauta das sessões ordinárias. Então, todas as sessões do Congresso, para votar algo, são oficialmente extraordinárias. Há um ficção. Se querem discutir unicameralidade, vamos discutir. Entendo que reforçar essa ficção para discutir emenda constitucional não é o melhor para o País. Creio também que o Constituinte de 88, ao estabelecer as regras para modificação da Constituição, esgotou o assunto, a não ser o caso que já foi citado da revisão, que teve o resultado que todos já conhecem.

Sou contra a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, a imprensa está noticiando uma reunião entre os Presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados, que estão preocupados com a votação da emenda da Previdência, modificada aqui no Senado e de volta à Câmara dos Deputados. A decisão do Presidente da Câmara - e não me parece que poderia ser outra - é mais do que evidente. Se a modificamos profundamente, esta só poderá ser votada a partir do zero, o que for votado na Câmara, ou será idêntico ao que votamos, ou voltará para o Senado. Isso é evidente. Não há a possibilidade de dizer que isso será alterado com emendas regimentais ou algo que o valha. O nobre Senador do Ceará tem razão quando argumenta que a facilidade da sessão do Congresso é debatermos, discutir conjuntamente, para, na hora de votar, votar separadamente. Então, não há esse espaço tão longo. Quem paga a conta, geralmente, é o Senado Federal. O que se está propondo é que tudo continue igual, mas que o debate seja um só. Essa questão, em minha opinião, tem lógica. Não me parece que é o momento de discutir no Congresso Nacional. Creio até que deva ser discutido. É uma forma inédita uma terceira Casa. Mas é preciso que se discuta se merece continuar, se é bom ou não. Essa é uma outra questão que, creio, pode e deve ser debatida. Disse o Senador Esperidião Amin que perdemos a oportunidade de revisão. Não a perdemos, Senador, a jogamos fora ridiculamente. O que o Congresso fez não tem perdão. A Constituinte reconheceu que foi muito atribulada, muito complicada, complexa, difícil, reconheceu que não é à toa termos duzentas, trezentas emendas à Constituição. Na Constituição o que mais há é "remete-se à lei complementar". Cada vez que se chegava a um buraco negro, a maneira de sair dele era remetendo-o a uma lei complementar. Aliás, está aqui o Relator-Geral, e ninguém mais do que S. Ex^a sabe disso. A

Constituinte foi sábia quando sentiu o que estava acontecendo. Quando caiu o parlamentarismo e ficaram as medidas provisórias a Constituinte estabeleceu que daquela data, contados cinco anos, haveria uma revisão. O que fizemos ao final da Legislatura passada foi crime, um ato de incompreensível e dolorosa falta de patriotismo. A Constituição dizia que, passados cinco anos, o Congresso faria a revisão, mas não dizia que seriam cinco anos e um dia, e sim passados cinco anos. O que fizemos? Quisemos fazer a revisão à força, quisemos fazer a revisão com um Congresso que não tinha mais autoridade para isso, que havia cassado o Presidente da República, o Presidente da Câmara e expurgado Parlamentares. Estávamos em pleno ano eleitoral, os candidatos estavam com a campanha nas ruas no final de mandato de uma legislatura. Foi um absurdo. Com todo respeito ao meu querido amigo Rubinho, hoje Ministro do Supremo Tribunal Federal, aquela maneira de encontrar um relator praticamente único e exclusivo que se sentava à mesa, analisava trinta emendas e apresentava a de sua autoria, só podia dar no que deu. Então, jogamos fora e, agora, temos de fazer esse debate, essa discussão, essa correção.

Sr. Presidente, V. Ex^a designou o Senador Jefferson Péres como Relator da matéria. Modéstia à parte, levei ao Presidente Fernando Henrique Cardoso proposta semelhante antes que essa fosse apresentada. Sua Excelência considerou positivo. Esgotam-se este ano as emendas constitucionais. Vamos votar até o final do ano. Não estou querendo atrapalhar, não estou querendo dificultar, não estou querendo fazer com que não se vote pela atual Constituição o que tem de ser votado. A saída é uma só: é fazer uma Assembléia Nacional revisora, mas não como quer meu querido amigo Inocêncio. S.Ex^a quer que este Congresso, Sr. Presidente, determine que o próximo mude a Constituição com três quintos. Isso é ridículo. Isso cai no Supremo. Por três quintos não, por maioria. S.Ex^a quer criar uma Assembléia Nacional revisora para o próximo Congresso, mas quer que este Congresso decida. Nós decidiremos que o próximo Congresso terá um ano para fazer a revisão, por maioria absoluta. Isso cai no Supremo. Isso é ridículo, não tem lógica. Ou como quer meu amigo Deputado Miro, que vai limitar determinados setores onde a revisão será feita: aqui mexe, aqui não mexe. Então, a Oposição, com medo do que possa ser alterado, concorda que em alguns pontos a Constituição pode ser modificada, mas não em outros. Isso é ilógico, Sr. Presidente.

O projeto que o ilustre Relator vai apresentar, já o apresentei de forma complexa. Eu estava querendo-o. Ele é completo. Modéstia à parte, considero-o o projeto mais importante da minha vida, e considero que seja uma questão revolucionária nesta Casa. O meu projeto é um golpe de Estado, é uma revolução feita democraticamente com o povo e sem as Forças Armadas. É um plebiscito que autoriza uma revisão por maioria unicameral. Mas vou ao máximo do máximo: terminada a revisão, defendo um referendo em que o povo concordará ou não com o que foi feito. Passado o referendo, defendo fidelidade partidária, voto distrital e enxugamento da vida partidária. Agora, é claro que isso que coloquei no papel é um sonho. Mas o primeiro item na minha opinião, e isso dizia o Relator, é autorizar o

plebiscito e mais nada. Se for aprovado o plebiscito pelo povo, na Assembléia Nacional revisora será discutido se haverá referendo ou não, se vai haver fidelidade partidária ou não. Essas são outras questões, que coloquei no documento que fiz porque queria definir a filosofia do que defendo.

Acredito, Sr. Presidente, que devemos levar adiante. Vamos tentar, se depender de mim, salvar o que for possível da reforma administrativa e da reforma previdenciária, mas não vamos nos iludir: a saída é fazer o referendo que enxugue a Constituição, que dê seriedade para parar com as quinhentas emendas à Constituição e que reformule, não extinguindo, nem criando, mas que estude uma forma de termos um vida partidária com cinco ou seis partidos e que tenha uma fidelidade determinada como acontece nos outros países.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Roberto Freire e, a seguir, como último orador inscrito, Senador José Serra.

Pediria aos eminentes Senadores que não se ausentassem do Plenário porque temos que fazer votação nominal em Proposta de Emenda Constitucional.

Senador Roberto Freire, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ROBERTO FREIRE - Sr. Presidente, seria talvez interessante que buscássemos saber o porquê dessa mudança na tramitação de emendas constitucionais dentro do Direito Constitucional brasileiro. Sempre tivemos, como procedimento de reforma constitucional, um sistema de discussão conjunta e votação em separado, depois de todo o período da Constituição de 1946. A mudança em 1988 se deveu a toda uma definição parlamentarista. É interessante lembrarmos de que algumas das instituições que hoje ainda há na Constituição brasileira eram perfeitamente adequadas a um sistema parlamentarista, adotado pela Comissão de Sistematização e essa memória V. Ex^a tem melhor talvez do que qualquer outro medida provisória, a diminuição do poder do Senado Federal etc. E uma dessas diminuições era exatamente a perda da discussão conjunta com a Câmara dos Deputados em matéria de emendas constitucionais.

Se temos isso presente, temos a justificativa de tentar retomar esse poder da participação efetiva do Senado como poder constituinte derivado, vez que o que se está hoje observando na tramitação da emenda constitucional é que ao Senado está cabendo um poder revisor. Tanto é verdade que a emenda que trata da Previdência Social volta para a Câmara e, como emenda constitucional, ou é aprovado o que aqui o foi, já havendo sido anteriormente aprovado na Câmara ou não se aprova nada. Daí o risco de termos toda uma outra emenda constitucional, porque, quanto àquela, só o que o Senado aprovou em dois turnos, porque não se trata de uma lei ordinária nem de legislação ordinária; não são as Casas revisoras dependendo da alternância; é o poder constituinte derivado.

A justificativa vale: não é apenas o Texto constitucional, mas, embora ambas as emendas coincidam, não se trata de saber qual é a intenção, se apressa ou não se apressa, até porque não adianta discutir isso aqui, já que temos quinhentas emendas constitucionais. No sistema anterior ao da Constituição de 1988, tínhamos também quinhentas ou mais emendas

tramitando. Isso é um problema do Congresso brasileiro, da tendência dos Parlamentares de serem grandes produtores de projetos de lei - isso é outra coisa. Não se trata do problema do procedimento nem da tramitação. Tínhamos antes, como temos hoje.

Por outro lado, é interessante notar que antes, no sistema anterior, aprovava-se até menos emendas constitucionais, porque as emendas constitucionais de uma das Casas, para tramitar, necessitava de um mínimo de consenso também da outra Casa. Agora não; a Casa forma o seu consenso, aprova e manda para uma outra Casa; daí uma tramitação que agiliza. Não estou aqui discutindo se agiliza ou se não; estou querendo saber como recuperar o poder constituinte derivado do Senado, para que não nós transformemos em Casa revisora, com o argumento de não mexer porque, senão, volta para a Câmara - e não se trata de economia processual.

É exatamente toda essa discussão que se está gerando hoje, qual seja, a de saber o que fazer com a mudança que aqui se operou com a emenda da Previdência Social. O objetivo é de trazer para uma discussão conjunta, portanto, buscando o consenso entre as duas Casas; porém, com a votação continuando em separado. Trata-se de devolver esse poder constituinte derivado, e não sermos Casa revisora. Ser Casa revisora da Câmara dos Deputados em matéria constitucional, evidentemente, é incabível.

Portanto, a minha posição é favorável ao projeto.

O SR. PEDRO SIMON - Permite-me um aparte, Senador Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE - Pois não, Excelência.

O SR. PEDRO SIMON - Apenas uma questão. A meu ver, V. Ex.^a está colocando bem, mas devo estar entendendo mal. No que tange à emenda constitucional, o problema não é ser casa revisora ou não. No que tange à emenda constitucional, a Constituição Federal dispõe que a emenda deve ser aprovada por três quintos da Câmara dos Deputados e por três quintos do Senado Federal. O que aconteceu? Foi aprovado por três quintos.

V. Ex.^a tem toda a razão. O que tem acontecido? Três quintos da Câmara e três quintos do Senado. Por quê? Porque o Governo gosta da emenda da Câmara. Gostando da emenda da Câmara, nós, do Senado, apenas homologamos, sem apresentar emendas. Quando acontece de o Governo não gostar da emenda da Câmara - como aconteceu -, o Senado emenda - como emendou, voltou para a Câmara. "Voltou para a Câmara" é o termo da Constituição. A saída é muito simples: a Câmara votar sem emenda, o que saiu do Senado. Por que não fazem isso agora?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Roberto Freire, solicito que conclua.

O SR. PEDRO SIMON - É a hora de dizermos o seguinte: a Câmara tem de colaborar com a Previdência, colaborar conosco, votando o projeto que saiu do Senado.

O SR. ROBERTO FREIRE - Talvez não estejam entendendo efetivamente o que estou dizendo. Quando há discussão conjunta, o que será votado é um relatório único. Um único parecer. Aprova-se ou não, é claro, como um poder constituinte, mas não se tem a contradição.

O SR. - Qual é a comissão?

O SR. ROBERTO FREIRE - Uma comissão mista, evidente. Como era antes. Não se tem a contradição: vota-se a favor ou não. Evidente! Pressionado ou não pelo Governo, querendo ou não se submeter a determinados **lobbies**. É uma opção do parlamentar. Não há a contradição de termos um relatório em uma das Casas e eu fazer a revisão em outra Casa. O relatório é um, o parecer é um só. Exatamente porque a votação tem de ser em dois momentos e sobre uma única matéria. Neste caso, estamos votando matérias diversas, sem a capacidade de ser Casa Revisora. Ou a Câmara aprova o que nós aprovamos na Previdência Social e o que foi anteriormente lá aprovado, ou a Câmara modifica qualquer coisa, tendo, assim, que voltar ao Senado, porque tem de haver também a votação aqui.

Não há problema quanto a isso na legislação ordinária, porque se encerra, seja qual for a opção da Câmara. Em uma emenda constitucional, é evidente que não! A tramitação conjunta dá lugar a exatamente isto: um único parecer, um substitutivo, a aprovação da emenda no original ou a sua rejeição. As duas Casas votam separadamente, usando-se do bicameralismo. É nesse sentido que estou falando.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a, portanto, acompanha a emenda?

O SR. ROBERTO FREIRE - Acompanho a emenda. Com isso, é restaurado o poder constituinte, evitando-se essa contradição de Casas revisoras em algo que não cabe revisão, cabe a aprovação, como poder constituinte derivado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra ao Senador José Serra, como último orador. A seguir, passaremos à votação.

O SR. JOSÉ SERRA - Sr. Presidente, minha argumentação vai na linha da argumentação apresentada pelo Senador Roberto Freire. Creio que esta sistemática de votação aqui proposta representa indiscutivelmente um avanço. Ela favorece a tramitação conjunta, a discussão conjunta, embora não resolva, pela emenda, o pingue-pongue, que talvez possa ser contornado por dispositivos regimentais. A Câmara dos Deputados aprova uma coisa, o Senado modifica, volta para a Câmara e ficamos nesse pingue-pongue eterno. Essa é a situação atual que efetivamente não está resolvida.

O SR. ROBERTO FREIRE - Não há resolução do pingue-pongue, até porque, para a emenda constitucional ser aprovada, tem de ser votada duas vezes na Câmara e duas vezes no Senado. Não há pingue-pongue!

O SR. JOSÉ SERRA - Neste sentido, ela representa um avanço. Por outro lado, também facilita a tramitação das emendas, do ponto de vista de complexidade e de tempo. Não consigo ver desvantagem. Quanto a isso, minha posição vai mais longe - mas não é o caso, não se está discutindo isso.

Creio que o sistema unicameral seria muito mais efetivo, até para que o Senado tivesse presença. O fato de o Senado examinar isoladamente uma emenda constitucional é um poder ilusório, porque, na prática, termina sendo apenas um poder revisor, que referencia. Todo o processo de discussão passa pela Câmara dos Deputados. Sempre teremos

o fator inibidor de que, quanto mais alterações houver, mais vezes retornará a essa Casa. Nesse sentido, unicameral, estou convencido de que seria melhor. Mas, em todo o caso, essa é uma outra discussão que deverá ficar para outro momento.

Quanto à questão da Constituição Federal, a rapidez na tramitação das propostas de emendas constitucionais é fundamental até pelos problemas que a nossa Constituição tem em todos os capítulos. Sou defensor da emenda apresentada pelo Senador Pedro Simon, desde o seu início, como fui, à época da revisão, o principal defensor de que adiássemos a revisão. Ela não estava prevista para o dia 5 de outubro de 1993 e, sim, para após esse dia. Poderia ser para o ano 2000. O fato é que na época, teimosamente, a Bancada do PSDB na Câmara - o Senador Sérgio Machado lembra - propôs esse adiamento, porque estávamos em pleno ano eleitoral. É impossível num ano eleitoral aprovar emendas que se refiram às questões corporativas, sociais, etc. O fato é que se perdeu aquela oportunidade. Vamos ter que repô-la. Enquanto isso, parece-me que, pelo menos, este método ajuda.

Quanto à figura do Congresso Nacional, que incomoda ao Senador Lúcio Alcântara, lembro-me de que, durante a Constituinte, o então Presidente Ulysses Guimarães lamentava isso. Advertia que efetivamente estávamos criando uma terceira Casa, no Poder Legislativo, que era o Congresso Nacional. O fato é que foi criada inclusive em outros dispositivos da Constituição Federal. Este dispositivo aqui, ao prever a figura do Congresso, não está fazendo nenhuma inovação. É algo que podemos ver num outro momento. Mas não temos condição de corrigi-lo isoladamente, uma vez que a idéia de Congresso Nacional está posta em todo o texto constitucional. Portanto, essa discussão pode ficar de lado não porque não tenha importância, mas merece um tratamento noutro momento.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, efetivamente, esta emenda contribui para um avanço. Dizia-me o Senador Ramez Tebet: temos aqui dezoito propostas de emenda...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Só nesta pauta.

O SR. JOSÉ SERRA - Imaginem na Câmara. Por quê? Porque, na verdade, este é um problema da Constituição. Esta emenda facilita o exame, a tramitação e a votação dessas emendas, além de tirar o Senado dessa posição marginal que está tendo não só na questão das emendas constitucionais, como também nos projetos de lei. Creio que já se falou aqui - não me lembro exatamente qual Senador fez referência a ela - sobre a conveniência de adotarmos um dispositivo - e, a meu ver, isso tem que ser constitucional - de que o ingresso de projetos no Congresso seja feito ora pela Câmara, ora pelo Senado, como é realizado no Uruguai, em que há uma alternância. Essa alternância permite, em certas circunstâncias, que o Senado seja a Casa onde o projeto será mais trabalhado. Mas esta é uma outra questão.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Enfocou V. Ex^a a questão do Congresso Nacional como sendo algo que, no futuro, pudesse ser examinada como retirável, como algo que hoje é tolerado e, futuramente, poderá ser retirada após um maior exame.

Estamos com uma tradição de quase duzentos anos de Congresso Nacional. A Constituição de 1824 previa a presença do Congresso Nacional e a reunião das duas Casas. A Constituição de 1891, logo após a Proclamação da República, previa e, igualmente, a Constituição de 1934. Em 1946 - e isto está muito bem exposto na justificção do projeto - começamos com uma tradição de adensar a presença do Congresso Nacional, conferindo encargos a este. Desde 1824, já na primeira Constituição do Império, tínhamos a presença do Congresso brasileiro na fala do rei, do imperador etc.

Desde a Constituição de 1946 até a de 1969, previu-se a presença do Congresso Nacional, exatamente para votar emendas constitucionais.

O SR. JOSÉ SERRA - Unicameral, que é o que defendo: a unicameral.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Peço a sua conclusão, Senador José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA - Independentemente da avaliação do mérito e da conveniência da figura do Congresso Nacional, V. Ex^a concordará que esta é uma discussão para outro momento, até porque não é através de uma emenda deste tipo que resolveremos a questão. Ela nem agrava nem reforça, apenas consagra aquilo que já existe.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Senador José Serra, permita-me um aparte. Respeitando todos os argumentos de V. Ex^a, com essa emenda, estamos ampliando esta figura Casa do Congresso Nacional.

O SR. JOSÉ SERRA - Mas é uma ampliação benigna nesse caso.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Não estou discutindo isso. Eu tenho uma opinião, V. Ex^a tem outra, mas que está ampliando, está.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador José Serra, peço a V. Ex^a que conclua.

O SR. JOSÉ SERRA - Creio que isso representa um avanço. Se cria uma figura nova, pelo menos caminha no sentido de um maior equilíbrio entre as duas Casas do Congresso, que hoje não existe. Senador Lúcio Alcântara, o Senado não exerce o seu papel no caso da tramitação das emendas constitucionais da sua votação. Com essa emenda, este papel...

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - É por razões políticas.

O SR. JOSÉ SERRA - Não é por razões políticas. É porque começa na Câmara, ela esgota a discussão; vem para esta Casa, o Senado politicamente fica inibido de promover grandes modificações. E se o fizer, volta para a Câmara. Essa é que é a questão.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Considero esse espaço entre a aprovação na Câmara e o exame no Senado altamente saudável, oportuno e importante, porque vamos debater o que aquela Casa fez de bom, de mau, de importante, qual a opinião da sociedade sobre o que ela fez. Esse intervalo chama a população a participar, convoca as pessoas a se manifestar, organizam-se os grupos de pressão, legitimamente, para defender seus interesses. Vamos fazer uma reunião por lá em que se termina uma votação e se faz outra por aqui. Fico até constrangido, porque

essa iniciativa é do meu Líder, companheiro de Estado e querido amigo Sérgio. Sou contra qualquer coisa que amplie e consolide a idéia de terceira Casa no Congresso.

O SR. JOSÉ SERRA - Senador Lúcio Alcântara, em geral temos posições complementares. Hoje estamos tendo posições substitutivas: uma substitui a outra. Efetivamente, são opostas neste caso.

O SR. ROBERTO FREIRE - Permite-me um aparte?

O SR. JOSÉ SERRA - Ouço o aparte do nobre Senador Roberto Freire.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Desta forma, não iremos concluir. Senador Roberto Freire, deixe o Relator, que agora tem a palavra, dar prosseguimento.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Sr. Presidente, V. Ex^a permitirá, posteriormente, o encaminhamento?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Sim.

O SR. ROBERTO FREIRE - Sr. Presidente, gostaria de saber se poderei falar depois.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Logo a seguir ao encaminhamento da votação.

O SR. ROBERTO FREIRE - Somente quando V. Ex^a autorizar.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Muito obrigado. V. Ex^a está sempre autorizado. Como V. Ex^a já havia usado da palavra...

O SR. ROBERTO FREIRE - Todos usaram e todos fizeram apartes. Só quero esclarecer isso. Mas, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Não faço nenhuma objeção a que...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - É que havia pedido ao Senador Roberto Freire que aparteasse V. Ex^a.

O SR. ROBERTO FREIRE - Não, eu queria apartear o Senador José Serra. Eu não sei o que o Senador Esperidião Amin irá dizer... (Risos)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, Srs. Senadores, procurarei ser conciso, mas não posso deixar de ser extenso, porque anotei nove observações. São importantes, mas, destas, nem todas têm a ver com o projeto de emenda.

O projeto de emenda que estamos examinando cria uma figura nova: retoma sessão unicameral para fins de instrução com votação dividida (bicameral), sem que se conheça que comissão vai instruir esse processo. Isso caberá ao Regimento compatibilizar. Lembro que, na Câmara, o procedimento é a criação de uma comissão própria: Comissão da PEC. No Senado, essa tarefa é desta Comissão: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Se esta emenda tivesse começado na Câmara, haveria uma comissão própria, com rito próprio, número mínimo de sessões, para o início da sua tramitação. Isso é o que foi estabelecido pelo Poder Constituinte originário, para tornar rígida a nossa Constituição. Foi isso que a fez rígida.

A segunda grande pergunta é: como se faz para facilitar o papel do Senado? Creio que essa pergunta não será respondida nem por

esta nem por qualquer outra emenda à Constituição, Sr. Presidente. O Senado deliberará quando aqui houver votos suficientes ou para alterar uma emenda que venha da Câmara ou para dar, a uma emenda que aqui inicia a tramitação, os votos necessários para sua aprovação, ou seja, 49 votos.

Quanto ao terceiro tópico levantado pelo Senador Pedro Simon - reativar a função revisora do Congresso -, entendo que só pode acontecer mediante alguma forma de outorga deste Poder pelo povo. Sem plebiscito, não recuperaremos poder constituinte derivado diverso daquele que temos hoje.

Número 4: mudança na economia. Mudança na economia, daqui a pouco, pode ser mudança na Bolsa de Valores. O juro subiu, o juro baixou. Mudança na economia quer dizer o quê? A rédea para o exercício do nosso dever e poder de alterar a Constituição, que, pelo seu próprio nome, pela sua própria designação e finalidade, tem que ter uma estabilidade diferenciada, daqui a pouco pode ser uma oscilação de mercado na Europa ou nos Estados Unidos. As mudanças na economia determinam mudanças no procedimento e condução da nossa política econômica, não necessariamente da nossa Constituição.

E, de outra parte, qual foi a iniciativa que o Governo Federal tomou até agora, ele que preside a administração da nossa política econômica, que não foi apreciada devida e rapidamente pelo Congresso Nacional? Qual foi? A única sobre a qual existe dúvida na sua compleição é a reforma tributária, por questões federativas que não serão removidas nem com Congresso revisor. A outra é a da reforma administrativa, onde, pelo que sei, o Governo obteve uma maioria exígua para temas polêmicos e, por isso, vai ter que enfrentar as dificuldades dessa maioria exígua. Foi apenas um voto a mais do que o **quorum** mínimo necessário.

Quanto à reforma da Previdência, que foi aqui mencionada, esse é um princípio constitucional básico no bicameralismo. Só passa a ser letra aditiva ou modificativa da Constituição aquilo que for aprovado nas duas Casas. E isso vai continuar a existir enquanto houver bicameralismo. Ou seja, ou existe o "sim" nas duas Casas, ou a palavra sob análise não se insere no texto constitucional.

Finalmente, acho que foi muito ilustrativo lembrar aqui que a nossa Constituição teve, evidentemente, o vezo parlamentarista na sua geração. De repente, ela assumiu uma compleição diferente. Daí vêm as medidas provisórias e uma série de outras questões que já foram debatidas, e eu não vou aqui lembrar.

Ouçó o nobre Senador, que vai me arrebatá...

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Eu queria simular aqui uma sessão: então o Senado só poderá dizer "sim" ou "não".

O SR. - Ele já participou da discussão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - E aí qual o papel do Senado? Quer dizer, vai ser uma comissão conjunta e o Senado vai ter o privilégio...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) (Fazendo soar a campainha.) - Senador Esperidião Amin...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - O Senado vai ter o privilégio de participar da discussão. Essa é a vantagem que vai ocorrer. Sim, o Senado

vai ter a possibilidade de participar de uma comissão conjunta. Evidentemente, isso vai aparentemente flexibilizar, mas não vai ajudar a amadurecer o processo.

Receio - para concluir - que estejamos aqui sendo impressionados pela "Era da Simplificação". A "Era da Simplificação" é um dos textos mais inquietantes que o **Realismo Fantástico** produziu. Quem já teve a oportunidade de ler o livro **Realismo Fantástico**, é uma obra ontológica em matéria das coisas que, sendo absolutamente reais e corriqueiras, de repente quando são percebidas na sua inteireza, tornam-se extraordinárias aos nossos olhos.

Estamos tentando simplificar aquilo que vai continuar sendo complexo, porque o processo de alteração de uma Constituição foi, é e será sempre uma tarefa complexa, especialmente quando o Congresso, ou seja, o Parlamento do País, é bicameral. E o nosso é bicameral, porque pretendemos ser uma federação.

O SR. ROBERTO FREIRE - Agora me deu vontade de pedir um aparte.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Pois não.

O SR. ROBERTO FREIRE - Talvez só para não ficarmos e continuarmos com a idéia de que isso facilita a mudança constitucional, a emenda constitucional. Para a gente ter dados bem objetivos.

Afora o regime militar, em que não tínhamos regime constitucional, era ao bel-prazer do sistema dominante, todo o período da Constituição de 1946, que era dessa sistemática, mudou-se menos a Constituição do que o período da Constituição de 1988.

Então, só para que não se tenha a idéia equivocada de que esse sistema que está sendo proposto facilita emenda constitucional. Não é por aí. O que facilita emenda constitucional é saber se o Poder Executivo tem interesse ou não em mudar.

(Discussão fora do microfone.)

Não dei aparte; estou dando um aparte aqui. Só estou querendo dar um dado objetivo. Agora, quanto à questão da mudança, está se discutindo a questão do poder constituinte do Senado. Não é que agilize ou não agilize. Eu só quis dar esse elemento para não se ficar discutindo sobre questões outras que não estão em debate.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - O argumento do Senador Roberto Freire, que me tinha ocorrido muito rapidamente no início, deve ser um elemento dissuasório para aqueles que são a favor dessa modalidade de tramitação na pretensão de com isso facilitar o número de emendas que se aprovem.

Sr. Presidente, a matéria já se estabeleceu, é controvertida, é uma matéria fascinante e, em que pese o imenso apreço que me merecem ambos os proponentes, pelo menos os primeiros signatários, meu querido amigo Senador Sérgio Machado e o Senador Humberto Lucena, um homem de experiência congressual inquestionável, o meu parecer é pela rejeição de ambas as emendas que, neste momento, estão tramitando em conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência passa a lista de votação

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Trata-se de matéria que suscita muito debate. Dada a sua complexidade, usando da atribuição que me confere o Regimento Interno da Casa, no art. 132, citado pelo Senador Esperidião Amin, que me auxilia neste momento de grave decisão da Comissão de Constituição e Justiça, haja vista, Sr. Presidente, que uma mudança constitucional se operando num dispositivo como este que fala justamente da tramitação daquela proposição mais importante, que é uma mudança na nossa Carta Magna, não podemos fazer essa votação assim de forma tão açodada, muito embora a proposta de emenda constitucional seja de 1995.

Mas, como o Governo, naturalmente encontrando resistências até na sua própria base parlamentar, deseja facilitar o andamento das matérias que lhe interessam, esta proposta está sendo tocada, muito embora saibamos que o Presidente desta Casa se trata de um democrata e jamais seria levado pela pressão, jamais seria levado por um interesse do Presidente da República em ver essa matéria tramitando. Esta Comissão é uma Casa legislativa também, uma Subcasa legislativa.

O SR. ELCIO ALVARES - V. Ex^a me permite um aparte, Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Darei um aparte a V. Ex^a, mas eu gostaria de um minuto para terminar meu raciocínio.

Então, Sr. Presidente, esta matéria estava dormindo, posso dizer assim, nos Anais do Senado Federal. E, de repente, mais que de repente, ela aparece para ser votada, ao lado de tantas outras matérias que, quando interessa ao Governo, vêm à baila.

A Constituição não deve ser instrumento de nenhum Governo que eventualmente se encontra no poder. Uma Constituição deve refletir a vontade de todos, da Oposição e do Governo. Mudar a Constituição nesse artigo, a meu ver, sob a capa da celeridade, não me convence.

O SR. SÉRGIO MACHADO - V. Ex^a me dá um aparte, só para esclarecer um ponto que é importante, Senador?

Eu, como autor da emenda, fui surpreendido na colocação da emenda hoje em pauta.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência dirá, ao final da manifestação do eminente Senador Antonio Carlos Valadares, por que esta matéria está sendo discutida.

Conclua, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, parece-me que a minha palavra, apesar de não estar sendo cerceada...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Vamos ouvir o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - ...porque, nesta Casa, minha palavra nunca foi cerceada...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Obrigado a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - ...está sendo motivo de interesse, principalmente do Bloco do Governo, que deseja fazer uma justificativa, e eu, agora, estou tomando conhecimento de algo que eu não sabia. O maior defensor do Governo no Senado Federal - posso falar sem nenhuma ofensa - não é nem o Líder do Governo: é o meu amigo o Senador Sérgio Machado, do Ceará, que acaba de dizer que teve a maior surpresa ao tomar conhecimento de que esta matéria está sendo debatida na Comissão.

O SR. SÉRGIO MACHADO - Não foi isso que eu disse, Senador. Eu disse que fui surpreendido com a colocação em pauta dessa matéria hoje. Se eu sou autor do projeto, eu sabia que ela estava aqui.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência vai colocar um ponto final.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Se V. Exª não sabia, então, o Líder do Governo não teve a atenção de comunicar a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Foi nas hostes do Governo. Não é um problema nosso, da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Se o Líder do Governo teve a atenção de comunicar a V. Exª, realmente, se eu estivesse no lugar de V. Exª estaria queixoso, mas isso não é um problema nosso.

Sr. Presidente, para terminar o meu raciocínio. Esta Emenda Constitucional retira os poderes do Senado Federal, retira os poderes da Câmara dos Deputados, porque as matérias constitucionais praticamente serão discutidas ou receberão tramitação nas duas Casas sem o cuidado que recebem hoje.

A Emenda Constitucional passa na CCJ do Senado; depois, pelo plenário do Senado, em dois turnos; além de passar por cinco discussões, em que todo o País toma conhecimento, debatendo e acompanhando a matéria.

O SR. ELCIO ALVARES - Permite V. Exª um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Se eu conceder um aparte a V. Exª agora estarei cometendo uma desatenção para com o nobre Líder do Governo. Concederei, se o nobre Líder...

O SR. ELCIO ALVARES - Estou inscrito.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Então, Sr. Presidente, na Câmara dos Deputados, passa por uma Comissão Especial, no Senado, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, depois pelo plenário. Tudo isso será substituído por apenas uma Comissão e pelo plenário. Considero que isso significa um desprestígio a ambas as Casas, do qual não vou participar. De modo que, antes de pedir vistas - já pedi -, eu gostaria de conceder um aparte ao nobre Líder...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Excelência, a Presidência precisa utilizar da palavra. A Presidência deve dizer que,

lamentavelmente, quando demos início a esta reunião, havia poucos Senadores presentes. Sendo assim, a Presidência concedeu a palavra - peço a atenção do Senador Esperidião Amin - ao eminente Senador Jefferson Péres para que S. Ex^a relatasse um projeto do eminente Deputado Almino Affonso, enquanto os outros colegas chegavam. Como não estavam chegando, concedi a palavra ao eminente Senador Esperidião Amin, que é Relator desta matéria. Ninguém pediu; por isso, o eminente Senador Sérgio Machado se surpreendeu porque a Presidência concedeu a palavra para discutir. Como foi amplamente discutida a matéria, e o Senador Antonio Carlos Valadares não se encontrava no momento, a Presidência esclarece o porquê da discussão e concede vista V. Ex^a e dá a palavra ao Senador Elcio Alvares.

Já está concedida a vista na forma regimental.
V. Ex^a retira o pedido de vista?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Eu concedi um aparte, se V. Ex^a permitir...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Sim, o aparte está concedido ao Senador Elcio Alvares.

Vista coletiva aos Srs. Senadores.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, eminentes colegas, serei breve. Tenho o maior apreço pelo Senador Antonio Carlos Valadares, mas não há nenhuma procedência... Durante esse debate, que foi muito rico, pois se trata de uma matéria da mais alta importância, a minha tendência pessoal - não voto como Líder do Governo mas, sim, como Senador - é acompanhar a formulação feita pelo Senador Roberto Freire, que acompanha a linha do projeto e lamentando divergir do Senador Esperidião Amin de quem sou amigo fraterno e sempre temos mais ou menos uma identidade de ponto de vista.

Quero deixar claro, neste momento, que não há nenhum empenho do Presidente da República; pelo contrário, a Presidência da Comissão esclareceu que não houve interferência, muito menos do Senador Sérgio Machado. Aliás, quero reconhecer que na fala de V. Ex^a há uma justiça muito grande. Realmente o Senador Sérgio Machado é um dos elementos que tem dado ao Governo uma contribuição valiosa na defesa de seu ponto de vista, mas eu gostaria de deixar claro que este projeto é oriundo de uma Comissão da qual ele foi Relator e Presidente o Senador Humberto Lucena e chega agora por intermédio de uma Emenda à Constituição para o debate.

O SR. SÉRGIO MACHADO - Senador, permita-me: este não é oriundo da Comissão. É um projeto de iniciativa do Senador Humberto Lucena...

O SR. ELCIO ALVARES - E V. Ex^a participou. Então, eu gostaria, para deixar claro: Vou votar como Senador, acompanhando uma das correntes que se formou aqui. Agora, não há de maneira nenhuma interferência. Confesso, conforme o Senador Bernardo Cabral teve oportunidade de falar, que tivemos conhecimento da discussão no momento

em que nos encontrávamos aqui presentes. Então fica claro que não há nenhum tipo de interferência e que o debate é o mais livre possível, porque é de uma consciência jurídica e constitucional que eu respeito.

O SR. - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Eu ainda estou com a palavra, Sr. Presidente, e concedo um aparte ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Nobre Senador, quero fazer duas ponderações. Primeiramente, quero lhe dizer - muito embora não seja necessário - que o Senador Bernardo Cabral colocou em pauta a questão que já estava por essa razão. Segundo, meu parecer estava feito há bastante tempo e nunca ninguém tentou influenciar meu parecer. O meu ponto de vista é técnico, jurídico. E creio que V. Ex^a quase provocou um incidente ao dizer que o Senador Sérgio Machado estava querendo passar o Senador Elcio Alvares para trás. (Risos do Plenário)

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedida vista coletiva.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Quero afirmar mais uma vez a minha confiança no trabalho de V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON - Não que essa tenha sido a intenção.

O SR. JOSÉ SERRA - V. Ex^a me permite um aparte, Senador?

O SR. SÉRGIO MACHADO - É o que estimula nossa vida. Já pensou se não fosse?(Risos do Plenário)

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Encerrada a discussão.

Eminentes Senadores, há dois pedidos de preferência: um, feito pelo eminente Senador José Bianco; e outro, pelo Senador José Ignácio Ferreira.

Antes, em homenagem ao Senador Jefferson Péres, que relatou o projeto do Deputado Almino Affonso, projeto de lei esse absolutamente convergente, a Presidência encerrou a discussão.

Passa-se à votação.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Em votação o parecer do eminente Relator, Senador Jefferson Péres.

Os Srs. Senadores, que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a tem a palavra pela ordem. Peço a atenção dos Srs. Senadores para a palavra do Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sr. Presidente, existe quorum para votar a proposta de emenda à Constituição?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Existe.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Então, a preferência é para a proposta referente aos juizes classistas.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Antes, eminente Senador, há o item 1 da pauta.

Depois reclamam que, por falta de atenção, não sabem o que está sendo votado.

O número 1 da pauta é um Projeto de Resolução já aprovado, em primeiro turno, na forma do substitutivo. O Regimento Interno do Senado Federal, em seu art. 284, diz que "não sendo oferecidas emendas na discussão suplementar, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação".

A matéria trata de publicação de edições histórico-culturais, de autoria do Senador Casildo Maldaner. É Relatora a Senadora Regina Assumpção.

O parecer foi aprovado por unanimidade na forma do substitutivo, no dia 15 de outubro, em primeiro turno. Hoje a votação é em segundo turno.

Considera-se, portanto, aprovado o item 1.

O Senador Jefferson Péres levanta uma questão de ordem. S. Ex^a diz que relatou, na semana passada, a matéria sobre os juizes classistas. O seu parecer é pela extinção dos juizes classistas. O parecer é favorável quanto à manutenção deles nas Juntas.

O eminente Senador José Bianco pediu a preferência para um projeto que está a relatar o eminente Senador José Ignácio Ferreira. Eu afirmo apenas que, em verdade, tem razão o eminente Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES - É só votação?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Sim, só há votação. A discussão já foi encerrada. Vou passar à votação.

O eminente Senador Roberto Freire, na última reunião sobre esta matéria, pediu - e o Plenário atendeu - que fosse votado o projeto na sua originalidade, ou seja, extinção total. Alguém falou que depois se providenciaria, se fosse o caso, a transição. O eminente Senador Jefferson Péres já tem esse compromisso, por ele formalizado perante a Casa. Dependendo desta circunstância, ele a fará no plenário.

Portanto, a votação deve ser conduzida da seguinte forma: o eminente Relator, Senador Jefferson Péres, acolhe a emenda constitucional, de autoria do Senador Gilberto Miranda, apenas quanto aos juizes do Tribunal Regional e do Tribunal Superior do Trabalho, mas mantém o juiz classista na primeira instância. Ou seja, há uma discordância do Relator quanto ao projeto total. O projeto extingue, na sua totalidade, os juizes classistas. De qualquer forma, tem preferência para votação o parecer do eminente Relator. Se o Senador Jefferson Péres tiver o seu parecer rejeitado, fica em vigência a emenda do Senador Gilberto Miranda na sua totalidade, porque assim requereu o Senador Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ROBERTO FREIRE - A votação, de acordo com o Regimento, é do substitutivo, que tem preferência.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Perdão. V. Ex^a apresentou requerimento pedindo preferência, mas apenas agora a Presidência o recebeu. Sendo assim, V. Ex^a terá preferência de votação para a emenda.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra a V. Ex^a. Em seguida, colocarei o requerimento do Senador Roberto Freire em votação.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, solicito à Assessoria da Mesa que distribua a pasta com o material sobre a matéria que juntei para cada um dos Srs. Senadores.

Na última reunião, a matéria foi amplamente debatida, mas não foi votada, a pedido do Senador Pedro Simon, porque o autor da matéria estava ausente. Concorro, como a maioria dos Srs. Senadores, com a posição brilhantemente defendida do Senador Freire e com as observações muito bem feitas pelos Senadores José Eduardo Dutra e José Fogaça.

Sr. Presidente, peço à Mesa que determine a distribuição da pasta a cada um dos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a será atendido.

Há ainda um requerimento do eminente Senador Carlos Bezerra para ser colocado em votação.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, quando o nobre Senador Jefferson Péres apresentou o seu parecer, não poderiam ser recebidas como emenda as proposições dos nobres Senadores Edison Lobão e Roberto Requião. Trata-se, então, de voto em separado e poderiam também ser submetidos à votação?

O SR. ROBERTO FREIRE - Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ROBERTO FREIRE - Não se trata de emenda. Aquelas proposições devem ser rejeitadas *in limine*, por serem ineptas completamente. Solicitar que se mantenha o texto constitucional é o óbvio. Devemos desconsiderá-las apenas.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Está respondido, Senador, com as luzes regimentais do eminente Senador Roberto Freire.

O SR. - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. - Sr. Presidente, considerando o fato de que vamos votar e que há uma divergência entre o que pensou inicialmente o Senador Gilberto Miranda e o que pensou o Relator no que toca aos Tribunais e às Juntas, solicito, para que possamos votar com toda lucidez, que o Senador Jefferson Péres esclareça o motivo de S. Ex^a concordar com a presença dos juízes classistas nas Juntas e discordar com sua presença no Tribunal.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Tão logo o Senador Gilberto Miranda faça a sua exposição sobre o mérito, o eminente Senador Jefferson Péres terá a palavra.

Concedo a palavra ao Senador Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, procede inteiramente a categórica afirmação do Senador Jefferson Péres no sentido de que há consenso sobre a necessidade da extinção da representação classista na Justiça do Trabalho.

Recorda-se, em primeiro lugar, que, na Revisão Constitucional, a extinção da representação classista foi preconizada em 37 propostas - 21 para todas as instâncias, cinco para a primeira instância, seis para o TST, três para o TRT e duas para instâncias superiores. De outro lado, 22 propostas encaminharam-se pela determinação de que os classistas fossem remunerados pelos sindicatos responsáveis pela indicação (Relatoria da Revisão Constitucional, pareceres produzidos no Tomo 2, página 44).

Como o exame da matéria, naquela oportunidade, não foi além do parecer emitido pelo Relator, o então Deputado Nelson Jobim, retomou-se o tema na decantada reforma do Poder Judiciário - um projeto que se arrasta na Câmara dos Deputados.

Mais recentemente, em recomendação de 20/09/96, o Conselho de Reforma do Estado, criado pelo Decreto nº 1.738, de 08/12/95, voltou a indicar, agora à Câmara de Reforma do Estado da Presidência da República, a adoção da:

a) eliminação da figura do juiz classista, considerada um anacronismo no sistema judiciário e um fator não só de congestionamento mas também de corporativismo pernicioso para o País e para as relações do trabalho;

b) enquanto não eliminada a figura do juiz classista, todas as remunerações e demais benefícios indiretos passam a ser custeados exclusivamente com recursos da própria organização sindical;

c) suspensão da aposentadoria especial de juízes classistas - cinco anos de serviço e salário integral - os quais passarão para o regime de aposentadoria comum, como já previsto na medida provisória editada pelo Presidente da República - cópia em anexo para todos os Srs. Senadores.

Ponto Incontroverso.

Embora em divergência parcial, o autor da PEC e seu Relator estão concordes com a extinção da representação classista no âmbito do TST e do TRT. Nesse caso, com efeito, não deve pairar a menor dúvida,

pois, já na Revisão Constitucional, o então Deputado Nelson Jobim externava em seu parecer argumentação rigorosamente irrefutável: "É fácil ver que essa Instituição pouco contribui para o bom funcionamento da Justiça do Trabalho no que tange aos Tribunais Regionais e ao Tribunal Superior do Trabalho, uma vez que se trata, nesses planos, fundamentalmente de dirimir questões jurídicas. Não dispondo os juízes classistas, em sua grande maioria, de conhecimentos jurídicos, estão condenados, inevitavelmente, a ter um desempenho pouco satisfatório nos tribunais em que atuam.

A prestação jurisdicional acaba sendo efetivamente feita pela assessoria especializada, o que não corresponde à vontade do Constituinte nem aos ideais da Justiça. Ademais, como, em grau recursal, eles atuam na condição de relator, não mais agem na qualidade de representantes do capital e do trabalho, sendo-lhes exigida a imparcialidade que se dá aos demais juízes, criando, assim, uma situação paradoxal.

Portanto, nada mais justifica e tudo recomenda a extinção dos casos de juízes classistas nos Tribunais Regionais do Trabalho e no Tribunal Superior do Trabalho" - tomo citado na página 55.

Cumpre observar, contudo, que, no respeito ao texto projetado para o § 1º do art. 111, tanto na PEC como no substitutivo, não se atentou para a impossibilidade da proporcionalização pretendida - três quintos entre juízes de carreira e um quinto entre Advogados e Membros do Ministério Público de um total de 27 Ministros. Evidentemente, seria preferível, por exemplo, nesse particular, a proporcionalidade oferecida no substitutivo do Deputado Nelson Jobim: dois terços entre juízes da magistratura trabalhista, ou seja, 18, e um terço em partes iguais entre Advogados e Membros do Ministério Público.

Margem de divergência. O substitutivo do Senador Jefferson Péres, a título de aperfeiçoamento, mantém a representação classista na junta de conciliação e julgamento, sustentando que, por se tratar de órgão de primeira instância, a permanência ainda se faz necessária, pois é ali que acontece a maioria dos acordos.

O mesmo raciocínio que justifica a extinção da representação classista no TST e nos TRTs se aplica às juntas de conciliação e julgamento. No máximo, e assim mesmo com muito boa vontade, poder-se-ia considerar a sua manutenção, porque ali acontece a maioria dos acordos, no seu âmbito se discutem os fatos.

Vale notar ainda que o próprio voto do Relator da PEC nº 63, de 1995, reconhece o alto custo que representa para o Estado a manutenção de juiz classista restrito apenas aos titulares. Convém precisar que na Junta de Conciliação e Julgamento o número de classistas é 2.130, com salário médio de R\$5.5 mil. Assim, salvo a incidência de flagrante paradoxo, não há de cogitar-se de aperfeiçoamento.

Por conseguinte, como alternativa última, admitida, somente para efeito de argumentação, a representação classista em primeiro grau de jurisdição seria passível de consideração, mas desde que, como aventado

em possibilidades anteriores, transferido para as respectivas organizações sindicais o ônus da remuneração e dos benefícios indiretos.

Conclusão. O ajuste indispensável na proporcionalização da composição do TST, com o acréscimo de previsão da entrada em vigor da emenda constitucional no prazo, por exemplo, de seis meses, a proposta consubstanciada na PEC nº 63, de 1995, é legítima e, sobretudo, moralizadora.

Por isso sou favorável à sua aprovação, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Preparei matéria para todos os Srs. Senadores, que mostra exemplos, que mostra o **lobby**. E já que estamos acabando com privilégios e com a falta de preparo e de formação dos senhores juizes dos Tribunais Superiores que atuam como relatores, que dependem única e exclusivamente de sua assessoria, voto pela extinção.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência vai colocar em votação o requerimento de preferência de autoria do Senador Roberto Freire e, a seguir, concederá a palavra ao Senador Jefferson Péres.

Em votação o requerimento do eminente Senador Roberto Freire que pede preferência para a Emenda nº 63, de 1995. S. Ex^a deseja que o texto original da emenda, pela extinção pura e simples, tenha preferência na votação.

Se nenhum dos Srs. Senadores e Senadoras tem algo a obstar, a Presidência considera aprovado o requerimento.

Tem a palavra o eminente Senador Jefferson Péres para fazer esclarecimentos que lhe foram solicitados.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sr. Presidente, falo sobre o esclarecimento que me foi pedido pelo Senador José Ignácio Ferreira e o texto que acaba de ser apresentado pelo Senador Gilberto Miranda.

Senador José Ignácio Ferreira, entendo que o juiz classista desempenha algum papel na Junta de Conciliação e Julgamento, porque ali ocorrem acordos e nos Tribunais, a meu ver, inexiste função real e efetiva para o juiz classista.

O argumento de que a extinção traz economia para os cofres públicos eu mencionei no meu parecer, mas não me parece o mais relevante. Por isso, não tem razão o Senador Gilberto Miranda quando fala, primeiramente, em paradoxo. Desculpe-me, Ex^a mas a palavra está em inteira impropriedade. Haveria quando muito contradição. Paradoxo é outra coisa. Falar em "aperfeiçoamento" é um recurso redacional muito pobre para se fazer ironia. Quem tem sutileza, quem sabe ser sutil, faz ironia sem aspás.

A economia de gastos não é o aspecto mais importante, Senador José Ignácio Ferreira. Se fosse esse o aspecto mais relevante, seria o inverso: extinguiríamos na primeira instância, porque isso implicaria a redução de gastos. Se extinguírmos nos tribunais e os substituirmos por juizes togados, não haverá redução de gastos. Mas não é esse o aspecto mais importante para mim. É a desnecessidade do juiz classista. A sua

presença não se justifica, no meu entender, nos tribunais, onde se julga principalmente matéria jurídica.

Quanto ao aspecto da ilegitimidade, quanto ao processo de escolha ilegítimo, que hoje prevalece, eu diria até espúrio, deveria ser extinto em todas as instâncias. Mas apesar dessa ilegitimidade, que pode ser aperfeiçoada, ainda entendo, repito, que eles tenham função nas juntas de conciliação e julgamento.

Entretanto, não faço nenhum cavalo de batalha disso, Sr. Presidente. Apreciei, emiti parecer, não tenho nenhum interesse nisso. Ao contrário, se tivesse interesse eleitoreiro, estaria votando pela manutenção.

Mantenho o meu parecer, Sr. Presidente, e não me sentirei nem um pouco melindrado. Fiquem à vontade se recusarem o meu parecer.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, em função do que V. Ex^a anunciou sobre a preferência da votação, faço a seguinte ponderação. Se entendi bem - eu não gostaria de incorrer em erro na votação -, se o texto que vai ser submetido a votação, que propõe a extinção pura e simples, for acolhido, está implícito que a Comissão decidiu pela extinção da figura do juiz classista em todos os níveis. Se for derrubado, não há como votar o outro, que fica prejudicado. Esta é a questão que eu gostaria de suscitar.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Tem a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres) - Sr. Presidente, se for assim, muitos Senadores ficarão prejudicados no seu direito de votar, porque há Senadores que preferem o meu texto.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência deve esclarecer que a idéia era colocar em votação o parecer do Relator. Se ele fosse vencido o Presidente designaria outro Relator, de acordo com o art. 128 do nosso Regimento Interno, que é o Relator do vencido. De qualquer forma, houve um requerimento do eminente Senador Roberto Freire...

O SR. ROBERTO FREIRE - Sr. Presidente, se não for aprovado o original, vota-se o substitutivo.

O SR. ROMERO JUCÁ - Isto é o que foi anunciado antes da votação do requerimento.

O SR. - (Fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O que não é verdade.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores e - especialmente - Senador Jefferson Péres, V. Ex^a sabe o respeito que tenho por sua pessoa, colega de Bancada, brilhante Senador, homem público sério e competente. Só tenho elogios para V. Ex^a. De forma alguma, sabe V. Ex^a, tentaria eu, em três folhas de papel, tentando falar sobre o mérito da matéria, dar uma interpretação ou fazer uma brincadeira ou, de qualquer maneira, tentar diminuir V. Ex^a. Tenho respeito total por V. Ex^a. Se V. Ex^a interpretou assim, lamento, mas não é verdade.

Quero deixar claro para todos os meus Pares que foi um trabalho feito somente para que V. Ex^{as} pudessem apreciar lendo, porque eu poderia simplesmente ter falado e V. Ex^{as} não teriam condição de notar, se

havia ou não aspas. Na minha exposição e na leitura, em nenhum momento fiz questão de abrir nem de fechar aspas. Tenho respeito por V. Ex^a como Senador, como homem público e como um grande defensor da Amazônia, Senador Jefferson Péres.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Com a palavra o Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, salvo leitura do Regimento por parte da Presidência que comprove a minha interpretação errada, entendo que no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania existem a PEC original, o substitutivo e as emendas ao substitutivo - como é o caso de uma emenda que apresentei na reunião anterior. O que há é um pedido de preferência para a votação do projeto original. Caso o projeto original seja rejeitado, no meu entendimento deve ser submetido a votação o substitutivo.

Estou dizendo que se a Presidência ler o artigo do Regimento que explicita o entendimento do Senador Esperidião Amin, curvo-me ao Regimento. E nesse caso vamos retirar o requerimento. Mas o entendimento que temos não é este. Então, eu gostaria que a Mesa lesse o artigo do Regimento que dá sustentação ao Senador Esperidião Amin, se for o caso.

O SR. ROBERTO FREIRE - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Tem a palavra o Senador Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE - Sr. Presidente, é inadmissível que se imagine que estou querendo a extinção...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Pedro Simon, o eminente Senador Roberto Freire pede a sua atenção.

O SR. ROBERTO FREIRE - Sr. Presidente, seria o absurdo dos absurdos, ou então faríamos aqui o jogo da pantomima, e isto não é do meu feitio.

O SR. PEDRO SIMON - Nem do nosso.

O SR. ROBERTO FREIRE - Estou dizendo que o Regimento pode facilitar isso. O que eu quero é extinguir os juizes classistas em todos os níveis. Como o projeto indica essa forma, estou querendo que haja pronunciamento sobre isso. E se não for aprovado, que haja a extinção pelo menos nos tribunais, como fala o substitutivo. Se existe uma forma de votarmos isso, eu gostaria de votar. Se não existe ou se, por qualquer pedido e por interpretação regimental, houver risco para a própria extinção, nos termos do substitutivo, evidentemente retiro o requerimento.

O SR. NEY SUASSUNA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Tem V. Ex^a a palavra para uma questão de ordem.

O SR. NEY SUASSUNA - Sr. Presidente, a matéria está vencida, pois nós já a votamos. Ao que me consta, derrotado o projeto

teríamos que nomear um novo relator, o relator do vencido. Haveria então uma demora e oportunidade de um maior debate, não é verdade?

Estou consultando e ao mesmo tempo levantando uma questão, porque, depois de votada, a proposição deixou de pertencer ao seu autor, passou a pertencer a toda a Comissão.

O SR. ROBERTO FREIRE - Está certo. Se V. Ex^a quer manter, todo mundo vai ter que votar para extinguir todos, porque a maioria não quer essa alternativa de V. Ex^a, nem eu - até em respeito a mim.

O SR. NEY SUASSUNA - Perdoe-me, mas V. Ex^a está lendo o meu pensamento. V. Ex^a diz "essa sua alternativa". Eu ainda não declarei nenhuma. Apenas fiz uma pergunta.

O SR. ROBERTO FREIRE - Mas todo mundo votou por entender dessa forma o requerimento. Senão não votaria.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência vai tentar fazer alguns esclarecimentos. Na linguagem jurídica se diz que o acessório segue a sorte do principal. Estamos diante de uma circunstância. Se a emenda constitucional for derrubada, que é o principal, evidentemente os demais acessórios teriam que seguir a sorte da emenda.

O SR. NEY SUASSUNA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a me permita, Senador Ney Suassuna, pois apesar de ser matéria vencida, é matéria reaberta em função de um dado novo que surgiu e que a Presidência está esclarecendo. O ideal seria votar o parecer do eminente Relator Jefferson Péres. Derrubado o parecer, a Presidência vota pela extinção total e designa quem primeiro se insurgiu, que foi o Senador Roberto Freire, em reuniões passadas. Assim se disciplina com absoluta tranquilidade a votação.

Os Srs. Senadores que eventualmente desejarem extinguir totalmente, se forem maioria, derrubarão o parecer do Relator. Se a maioria entender de manter o parecer do eminente Relator, fica ressalvada a presença dos juízes classistas nas juntas e ficam extintas as figuras desses eminentes juízes. Gostaria de dizer que conheço juízes classistas que foram para o TST e desempenharam o seu papel com muita propriedade. Não é por aí o caminho. O caminho é o outro, que estamos aqui tentando traçar. A idéia é extinguir os tribunais, a Justiça do Trabalho, e, extinta, serão feitas as regras da transição.

Há fatos novos. Os eminentes Senadores Roberto Freire, Jefferson Péres e Gilberto Miranda já trouxeram dados que indicam, na concepção de cada um, que não há razão para sobreviver a Justiça do Trabalho. E esta Comissão tem que respeitar o ponto de vista tanto de um quanto de outro. O ideal seria, e espero que aceitem...

O SR. NEY SUASSUNA - Sr. Presidente, agradeço a explicação e me dou por satisfeito.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, pela ordem, para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Tem V. Ex^a a palavra, pela ordem.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Salvo engano, o nobre Senador Jefferson Péres, alertado por mim em uma das reuniões desta Comissão, deu-se conta de que não estava disciplinada a hipótese do acolhimento da emenda nos termos do substitutivo que apresentou a questão dos atuais ocupantes desses cargos. E hoje S. Ex^a afirmou que, convencido da necessidade de disciplinar a matéria, faria uma emenda em plenário.

Ora, em se tratando de emenda constitucional, a emenda de plenário terá que ser subscrita por 27 Srs. Senadores, e implica o retorno à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O que indago da Mesa e, subsidiariamente, ao Relator, é se o meu entendimento está correto ou não. Ou seja, se V. Ex^a, regimentalmente, respalda o meu entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Antes do eminente Relator responder, Senador Roberto Freire, V. Ex^a quer se manifestar sobre a matéria suscitada pelo eminente Senador Lúcio Alcântara?

O SR. ROBERTO FREIRE - Não é necessário emenda constitucional para definir a transição. Isso pode ser feito por uma lei ordinária.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Há um compromisso do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O eminente Senador Jefferson Péres tem a palavra.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres) - Sr. Presidente, creio que melhor será colocar como regra constitucional, nas disposições transitórias, embora concorde com o Senador Roberto Freire que uma lei resolveria. Mas para acelerar a tramitação e não haver nenhuma dúvida, Senador Roberto Freire, será melhor que já se assegure isso na própria emenda.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Está registrado. E a Ata depois será utilizada...

Passa-se à lista de votação.

Vamos esclarecer: os Srs. Senadores que aprovarem o parecer do eminente Senador Jefferson Péres estarão aprovando a manutenção dos juizes classistas nas juntas de conciliação e extinguindo os juizes nos Tribunais Regionais e no Tribunal Superior do Trabalho. Os Srs. Senadores que desejarem votar pela extinção total, votarão contra o parecer e a Presidência renovará a votação. Aprovado o parecer do eminente Senador Jefferson Péres, **tollitur quaestio**, como dizia o eminente Senador Ramez Tebet, **Roma locuta, causa finita**.

Aproveito esta hora, antes de passar à votação, para registrar a presença de um amigo meu que foi cassado junto comigo. Fomos companheiros de longa data de muito sofrimento e o vejo agora ali no meio do plenário. Para que conste de Ata, o meu querido amigo Sebastião Neri.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres) - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Com a palavra o Senador Jefferson Péres, pela ordem.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres) - Sr. Presidente, na hipótese de o meu substitutivo ser rejeitado, votar-se-á o projeto original.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O projeto original. E designado um novo Relator.

O SR. ROBERTO FREIRE - Para não correr nenhum risco, Sr. Presidente, vamos votar a favor do substitutivo e apresentar destaque para a emenda original em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Está bem.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Com a palavra o Senador José Eduardo Dutra e, a seguir, o Senador Pedro Simon.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Quero pedir destaque para a minha emenda ao substitutivo, que foi apresentada na reunião anterior e que é sobre cargo honorífico.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O eminente Senador Pedro Simon está com a palavra.

O SR. PEDRO SIMON - V. Ex^a sabe o carinho que tenho por sua pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Muito obrigado, Senador. É recíproco.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, não me lembro de há algum tempo votar uma matéria tão sem tranqüilidade e serenidade na decisão como vou votar essa.

Trata-se de matéria complexa, difícil, sobre a qual tenho recebido, não no sentido de pressão, mas no de debate, análises as mais diferentes. É uma matéria que veio lá da legislação do Dr. Getúlio, é verdade, mas que teve a sua importância, o seu significado. O Senador Roberto Freire diz que é uma coisa que foi mas não é mais, que era uma época em que funcionavam de uma forma e que agora não é mais assim. Mas, Sr. Presidente, eu gostaria de poder me aprofundar, gostaria de poder verificar como vai ficar. Quais são os equívocos dos dois juízes hoje? Não funciona mais? Como vai ficar a saída deles? Esse juiz que vai ficar sozinho respondendo pelo geral, como vai ficar? Eu não sei. O que sinto é que há matérias que não conseguimos fazê-las andar nesta Casa; elas ficam, se repetem, vão de legislatura para legislatura. Também importante é o que se diz que nos Estados Unidos não existe justiça eleitoral, não existe justiça trabalhista. Por que não imitar os Estados Unidos e extinguir tudo de vez? Mas essa é uma matéria que merecia esse tipo de debate.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Peço atenção para o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON - Confesso: votar, voto; mas que não tenho convicção, que não tive chance de fazer o estudo que gostaria de poder fazer, com todo respeito, não tive.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Passa-se à lista de votação nominal.

A Presidência se vê impedida de conceder vista ou adiar a votação, porque essa matéria teve concessão de vista coletiva no dia 1º de

outubro. A Presidência não tem como, regimentalmente, atender a qualquer adiamento.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Peço atenção para o Senador José Ignácio.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO - Sr. Presidente, indago de V. Ex^a, na linha do que colocou o eminente Senador Pedro Simon, considerando inclusive que essa é uma instituição de várias décadas, quase uma centúria, na verdade, tenho a mesma perplexidade do eminente Senador Pedro Simon. Digo até que tenho uma tendência a votar favoravelmente à extinção do cargo de juiz classista, mas vivo a minha perplexidade e formulo a V. Ex^a a pergunta: foi feito, no Senado Federal, aqui na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, algum debate a respeito disso? Esse assunto motivou alguma audiência pública em que tivéssemos a oportunidade de ouvir os interesses antagônicos vocalizados pelas partes? Houve isso na CCJ ou estamos apenas nos orientando pela cultura natural que formamos ao longo de debates ocasionais em que esses assuntos vieram à tona, pelas manifestações que tiveram inclusive certos Senadores aqui, que se abstinham de votar quando se votava juiz classista ou se isso se limitou a isso?

É essa a pergunta que formulo aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência responde a V. Ex^a que não foi feita nenhuma oitiva porque nenhum dos Srs. Senadores teve o cuidado de requerer à Presidência. Os senhores juízes classistas enviaram ao Srs. Senadores memoriais, assim como os juízes titulares, presidentes das associações, que são contrários, na Justiça do Trabalho, à presença de juízes vogais, classistas, fizeram a maior campanha contrária. Isso foi o que houve aqui dentro. Mas penso que nenhuma das duas campanhas, seja de que lado for, influenciará na decisão de cada Senador, que aqui votará com independência.

Passa-se à lista de votação.

A Presidência vai colocar em votação o parecer do eminente Senador Jefferson Péres.

Os Srs. Senadores que forem sendo chamados, à medida da indagação dirão "sim", se concordarem com o parecer do eminente Senador Jefferson Péres.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Tem V. Ex^a a palavra, pela ordem. Com a ressalva do destaque?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - É, quero saber se foi aprovado o requerimento de destaque.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Foi aprovado na semana passada.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Porque houve um problema de natureza...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Não, o requerimento de V. Ex^a foi aprovado na reunião anterior. O requerimento de V. Ex^a foi aprovado e será colocado em destaque. A Dr^a Vera já está com ele em mãos.

Senador Guilherme Palmeiras?

(PROCEDE-SE À VOTAÇÃO)

Senador Ramez Tebet?

O SR. RAMEZ TEBET - Sr. Presidente, tendo em vista que há duas propostas, voto com a do Relator e me reservo em Plenário para decidir talvez de outra forma, inclusive porque o próprio Relator, Senador Jefferson Péres, vai apresentar emenda de plenário.

Portanto, voto, agora, com o parecer do Senador Jefferson Péres.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O eminente Senador Ramez Tebet vota com o Relator, ressalvada a iniciativa que tomará em Plenário.

Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON - Voto igualzinho ao Senador Ramez Tebet, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Os Senadores Francelino Pereira, Pedro Simon e Ramez Tebet ressalvam.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, acrescento que ainda tenho dúvidas importantes. Por isso, acho que o Senador Tebet disse bem e voto exatamente igual a S. Ex^a, ressalvando-me o direito de o Plenário apelar...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Jefferson Péres, voto conhecido.

Senador José Ignácio Ferreira?

O SR. JOSÉ IGNÁCIO - Sr. Presidente, exatamente como o eminente Senador Ramez Tebet, voto com o Relator, reservando-me para o reexame da espécie, inclusive de mérito, em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Lúcio Alcântara? (Pausa)

Senador Roberto Freire?

O SR. ROBERTO FREIRE - "Sim", reservando-me o direito de pedir destaque para a extinção total do juiz classista.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador José Eduardo Dutra?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - "Sim", nos mesmos termos do Senador Roberto Freire.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Esperidião Amin? (Pausa)

Senador Gilberto Miranda, como vota V. Ex^a, na qualidade de autor?

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, como autor, eu teria que votar com o autor, é claro. Mas é impossível, por questões

regimentais. Voto com o Relator e me reservo para o Plenário apresentar emendas para a restituição do projeto original.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Ney Suassuna?

O SR. NEY SUASSUNA - "Não".

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Carlos Bezerra?

O SR. CARLOS BEZERRA - O voto do Senador Ramez Tebet é comum com o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Exª vota "Sim", ressaltando, tal qual fez o Senador Ramez Tebet.

Senador Casildo Maldaner?

Está completa a votação. No PSDB votaram quatro Srs. Senadores: Jefferson Péres, José Ignácio Ferreira, Lúcio Alcântara e Sérgio Machado; portanto, o Senador José Serra não votará. Só conheceremos o voto do Senador José Serra no plenário.

Senador Levy Dias, Leomar Quintanilha e Valmir Campelo. Quatorze Srs. Senadores votaram com o Senador Jefferson Péres; quatro votaram "não".

Aprovado o parecer do eminente Senador Jefferson Péres, pela extinção dos juízes classistas nos Tribunais Regionais do Trabalho e no Tribunal Superior do Trabalho.

Pediria a V. Exªs que não saíssem, porque há um pedido de preferência aprovado, do eminente Senador José Bianco e do Eminente Senador José Ignácio Ferreira.

O SR. - Sr. Presidente, há uma emenda do Senador José Eduardo Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Sim, estou apenas fazendo um apelo para que não saiam do plenário.

Pediria ao eminente Senador José Eduardo Dutra para que fizesse a justificativa no sentido de que os demais Srs. Senadores a conheçam. Temos ainda os professores universitários.

Senador José Eduardo Dutra, por gentileza, gostaria que V. Exª justificasse.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, Srs. Senadores, votaria no projeto original. Mas, em aceitando os argumentos do Senador Jefferson Péres sobre a importância de se manterem os juízes classistas nas juntas, existe um problema de representatividade.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Peço a atenção dos eminentes Senadores, porque esse destaque do Senador José Eduardo Dutra tem a mesma importância que o parecer do eminente Relator.

Continua V. Exª com a palavra, com as desculpas da Presidência.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Se considera que é importante manter os classistas nas juntas pelos argumentos levantados pelo Senador Jefferson Péres, existe uma questão de representatividade. Minha

emenda considera que os classistas que irão compor as juntas terão cargos honoríficos, como é na Alemanha. Para evitar, inclusive, o que está exemplificado na matéria da **Veja**, mas existem exemplos em outros Estados do Brasil: "Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, maior grêmio sindical da América Latina, com 100 mil associados, possui 12 representantes classistas; já o Sindicato dos Proprietários e Criadores dos Cavalos de Corrida, que se orgulha de ter 682 sócios, conseguiu fazer oito juízes, foi superado pelo dinâmico Sindicato dos Trabalhadores em Feiras e Eventos, com 2.100 sócios e treze juízes classistas". Mais adiante vem: "O caso mais espetacular de fantasia sindical, porém, é o de Cleusalange Pontes. Advogada contratada da Varig, Cleusa foi indicada pelo Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias. Na documentação apresentada para comprovar sua condição de dona de empresa aérea, Cleusa declarou ser proprietária de uma ação preferencial da Varig, sem direito a voto". Quer dizer, como se trata de um bom emprego, de um bom salário, dá margem exatamente a essas "mutretas sindicais". A partir do momento em que for um cargo honorífico, sem remuneração, com as despesas de transporte pagas pelos sindicatos, teremos juízes classistas nas juntas com um mínimo de representatividade. Então, a emenda é para transformar o cargo de classista em cargo honorífico.

O SR. PEDRO SIMON - Assim só o sindicato que tem força comparecerá.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Estou falando de representatividade.

O SR. PEDRO SIMON - Veja como a discussão é complicada. No meio das duas há um assunto dessa importância. De repente vem um assunto de maior importância que é colocado, e é verdade, quer dizer, um sindicato de maior força, de maior prestígio, com dois representantes. Está errado? Está. Tem que mudar? Sim.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Tem que acabar.

O SR. PEDRO SIMON - Tem que acabar? Sim. Mas se é para fazer diferente, tornar o cargo honorífico... O sindicato que é forte pode bancar; o sindicato que é fraco não pode.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Por isso sou a favor de acabar com a unicidade, porque aí ficarão só os que são representativos.

O SR. PEDRO SIMON - O assunto merece ser estudado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Eminentíssimo Senador Pedro Simon, o eminentíssimo Senador Ramez Tebet quer acompanhar V. Ex^a e pediu a palavra. Tem a palavra o eminentíssimo Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET - Senador Pedro Simon, quero cumprimentar V. Ex^a, porque o assunto é muito sério. Sei que a intenção do Senador José Eduardo Dutra é das melhores possíveis, mas, positivamente, argumentarmos com as aberrações significa uma distância muito longa. Votarmos uma lei obrigando o sujeito a título honorífico é uma distância muito grande.

O SR. PEDRO SIMON - (Intervenção fora do microfone.)

O SR. RAMEZ TEBET - Não, creio que é. Se V. Ex^a prestar bem atenção, é.

O SR. PEDRO SIMON - É título honorífico em tese.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Estamos discutindo a matéria.

O SR. - Senador Ramez Tebet me permite um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET - Vou-me dispensar de continuar a discussão porque já vi que a matéria já está preparada pelos Senadores que a discutem. Dou por encerradas minhas observações. Quanto a essa emenda, já estou preparado para votar.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Com a palavra o Senador José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA - Apenas uma observação, Sr. Presidente. Na verdade, o custo para o sindicato, mesmo para sindicatos menores, não é abusivo, Senador Pedro Simon. Não creio que isso estabeleça uma seletividade entre sindicatos. Os custos não são significativos no caso de indicação de juízes nessa instância. Portanto, o argumento econômico poderia valer, mas, de fato, não se aplica.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Peço atenção. Com a palavra o Senador Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE - É só para argumentar que existem, para não se ter a idéia de trabalho gratuito, alguns conceitos que são, também, do ponto de vista honoríficos. E não há remuneração, nenhuma vinculação, mas apenas uma designação de determinadas categorias.

O SR. - (Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Peço que respeitem o argumento do orador.

O SR. ROBERTO FREIRE - Eu só queria dizer que, para nós, está-se tentando encontrar uma forma de dar representatividade e maior legitimidade à continuidade de algo que considero completamente desnecessário, porque meu voto é para que se extinga. Não extinguindo, que pelo menos se dê um caráter de maior representatividade e seriedade. Pronto.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência vai ler o destaque feito pelo eminente Senador José Eduardo Dutra.

"A Junta de Conciliação e Julgamento será composta de um juiz do trabalho, que a presidirá, e de dois vogais classistas temporários, representantes dos empregados e empregadores, sendo seus cargos considerados honoríficos."

A Presidência vai chamar por votação nominal, para evitar qualquer desencontro. Os senhores que aprovarem o destaque requerido para a emenda do eminente Senador José Eduardo Dutra dirão "sim"; os que votarem contra dirão "não".

(Procede-se à votação)

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sr. Presidente, quero fazer declaração de voto. Sou, em tese, favorável à emenda do Senador Dutra,

mas vou votar contrariamente, porque entendo que, na prática, inviabilizaria a representação.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Continua a votação.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, voto "sim", acompanhando a emenda do Senador José Eduardo Dutra, por entender da necessidade da representação classista, mas evitando, evidentemente, o sentido corporativo.

Acompanho a emenda, votando "sim".

(Prossegue a votação.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Votaram SIM 09 Srs. Senadores; votaram NÃO 08.

Aprovada a emenda do eminente Senador José Eduardo Dutra.

Tem a palavra o eminente Senador José Bianco.

Peço a permanência dos eminentes Senadores Antonio Carlos Valadares, Roberto Freire e José Fogaça para a manifestação dos Senadores José Bianco e José Ignácio Ferreira.

Senador Pedro Simon, a Presidência agradece se V. Exª permanecer um pouco mais.

O SR. JOSÉ BIANCO - Sr. Presidente, como Relator do Projeto de Resolução nº 86, que tem como objetivo a autorização para que a União trate da renegociação da dívida do Estado de São Paulo, requeiro a V. Exª, ouvido o Plenário, a inclusão em pauta, se possível com a preferência já requerida, para que possamos fazer o relato desse projeto.

Todavia, quero informar a V. Exª que o eminente Senador José Ignácio Ferreira, que também tem um requerimento de preferência, me fez um apelo no sentido de que, como o seu projeto seria bastante simples, eu lhe cedesse a vez.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Além do que se trata de matéria convergente.

O SR. JOSÉ BIANCO - Se V. Exª concordar, também concordaremos.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Penso que o Plenário está de acordo.

Tem a palavra o Senador José Ignácio Ferreira.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Sr. Presidente, o meu projeto é muito mais objetivo e menos complexo.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Está sendo distribuído o avulso.

Segundo o Senador José Ignácio Ferreira, houve uma preferência e se trata de matéria convergente. Versa sobre a Escola Superior do Ministério Público.

Peço à Drª Vera que faça a distribuição dos avulsos.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Sr. Presidente, o Procurador-Geral da República está insistindo por uma razão de premência de S. Exª.

O SR. JOSÉ SERRA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. JOSÉ SERRA - Sr. Presidente, vamos votar o parecer do Senador José Ignácio Ferreira?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O Senador José Ignácio Ferreira declarou, quando solicitou a preferência, que se trata de problema da Escola Superior do Ministério Público.

O SR. JOSÉ SERRA - Mas será hoje a votação?

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Sim.

O SR. JOSÉ SERRA - Se V. Ex^a me permite, isso significa praticamente eliminar o exame da questão de São Paulo, que tem um problema de prazos.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Será um relatório sucinto com uma votação imediata.

Também tenho o maior interesse na questão de São Paulo, V. Ex^a sabe disso.

O SR. JOSÉ SERRA - A votação imediata depende de não haver intervenção ou manifestação.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Vai pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Tem a palavra o Senador José Ignácio Ferreira.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Sr. Presidente, trata-se de projeto de lei da Câmara, de iniciativa do Procurador-Geral da República, que cria a Escola Superior do Ministério Público da União, com sede em Brasília, e diretamente vinculada ao Procurador-Geral da República.

O projeto determina, em seu art. 2º, que a referida Escola terá natureza jurídica de órgão autônomo, nos termos do art. 172 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, com a alteração dada pelo Decreto-Lei nº 900, de 29 de setembro de 1969.

O projeto determina a implantação da Escola pelo Procurador-Geral da República mediante dotação orçamentária específica, com a seguinte organização estrutural: um Diretor-Geral, escolhido pelo Procurador-Geral da República; um Conselho Administrativo, presidido pelo Diretor-Geral, composto por quatro membros e seus suplentes nomeados pelo Procurador-Geral da República, representando cada um dos ramos do Ministério Público da União. Para cada um desses quatro ramos do Ministério Público da União, haverá ainda um coordenador de ensino e seus suplentes, todos nomeados pelo Procurador-Geral da República.

Normas mais detalhadas sobre a estrutura e funcionamento da escola serão fixadas em seu estatuto.

VOTO

Conforme informa o autor do projeto, Procurador-Geral da República, o projeto se destina a dar cumprimento ao disposto no art. 283 da Lei Orgânica do Ministério Público da União, que preceitua a criação, por lei, de uma Escola do Ministério Público como órgão auxiliar da instituição.

Examinado pela Comissão de Educação do Senado, o projeto foi aprovado quanto ao mérito, cabendo a esta Comissão de Constituição,

Justiça e Cidadania pronunciar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Quanto a esses requisitos, cabe ressaltar inicialmente que a proposição está adequada às normas contidas na Constituição Federal, em especial aos arts. 22 - matéria de competência da União -, 48 - atribuição do Congresso Nacional - e **caput** do art. 61, que permite ao Procurador-Geral da República a iniciativa das leis complementares e ordinárias, na forma e nos casos previstos na Constituição.

O Projeto de Lei da Câmara nº 33/97 também atende às exigências formais de juridicidade e boa técnica legislativa.

É de se destacar ainda que o projeto propõe, para a referida escola, uma estrutura organizacional bastante reduzida, buscando maximizar a utilização dos recursos disponíveis.

A estrutura administrativa atende também às exigências do art. 37, V, da Constituição Federal, que determina que os cargos em comissão e as funções de confiança sejam exercidos preferencialmente por servidores ocupantes de cargo de carreira técnica ou profissional, nos casos e condições previstos em lei.

Desse modo, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, opino favoravelmente quanto à aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 33/97, nos termos em que está redigido.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O eminente Senador José Ignácio Ferreira opina favoravelmente, na esteira do que foi feito na Comissão de Educação.

Em votação o parecer.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Concedo a palavra ao Senador José Bianco.

O SR. JOSÉ BIANCO - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trata-se de parecer sobre Projeto de Resolução do Senado nº 86, de 1997, que autoriza o Estado de São Paulo a contratar operação de refinanciamento de dívidas do Estado, consubstanciado nos contratos celebrados em 22 de maio de 1997, com base no protocolo de acordo firmado entre a União e o Governo do Estado de São Paulo, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

RELATÓRIO

Vem a esta Comissão o presente projeto em consonância com o que dispõe o art. 101 do Regimento Interno desta Casa, para que opine sobre a sua constitucionalidade, juridicidade e adequação regimental, em razão de o Plenário ter deliberado, mediante aprovação do Requerimento nº 897, de autoria do eminente Senador Esperidião Amin e outros Srs. Senadores, adiar a votação da matéria, a fim de que fosse ouvida esta Comissão.

A dúvida que ensejou a vinda da matéria a esta Comissão refere-se à constitucionalidade da inclusão do valor de R\$1,7 bilhão no

montante da dívida do Estado de São Paulo, que está sendo negociada para ser assumida pelo Governo Federal, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, em virtude de o referido valor estar vinculado ao desvio dos recursos financeiros arrecadados mediante a colocação de títulos mobiliários no mercado para o pagamento de precatórios, segundo constatação da CPI dos Títulos Públicos.

No decorrer dos debates travados em Plenário, durante a votação da matéria, alegou-se que o projeto de resolução, com os valores que apresenta, contraria o disposto no art. 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Carta Política de 88.

(Leitura do relatório e do voto.)

É o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Em discussão.

(Pausa)

O SR. JOSÉ BIANCO - Apenas um esclarecimento, Sr. Presidente. As alterações propostas são: exclusão do valor geral da dívida, de cinquenta bilhões, a retirada de um bilhão e quinhentos e quarenta e nove, valor apurado pela CPI dos Precatórios, que esse bilhão e quinhentos e quarenta e nove, ao invés de ter o mesmo tratamento da renegociação geral proposta ao Estado de São Paulo e também aos demais Estados, ao invés de trinta anos, dez anos; e a amortização, que na renegociação geral, assim como o tratamento que está sendo feito pela União com o Estado de São Paulo e os demais Estados, cujo limite máximo da receita líquida real estabelecido em 13%, neste caso, pela minha proposta, a União não terá que respeitar esse limite, poderá extrapolar os 13%.

Mantenho contudo as mesmas condições de juros de atualização do saldo de garantia e as condições de pagamento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, apenas por uma questão regimental, para não me prejudicar, anuncio desde já que vou pedir vista. Mas tenho conhecimento de que o Senador José Serra tem emenda a oferecer e não quero prejudicar a apresentação da emenda. Seria até uma deselegância de minha parte. Mas, para cumprir o art. 132 do Regimento Interno, tenho que anotar a minha disposição no momento da leitura, na oportunidade da leitura.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a tem razão. Com a palavra Senador José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA - Sr. Presidente, a minha emenda fundamentalmente altera o parágrafo 2º do item "f", chamado Condições de Pagamento, quando...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Desculpe, Senador. É o art. 2º, não é?

O SR. JOSÉ SERRA - O artigo 2º, no sentido de que limita efetivamente a 13% da receita líquida real mensal do Estado os serviços da dívida incluídos nos serviços referentes a essa parcela da dívida mobiliária.

Na verdade, na prática o que aconteceria seria a inclusão dentro da consolidação da dívida do Estado dessa parcela, embora ela exija uma amortização mais rápida do que a média das dívidas renegociadas no total.

Queria justificar essa proposta em dois aspectos, Sr. Presidente: primeiro, quanto ao mérito do assunto e, em seguida, quanto à questão da legalidade.

Não custa lembrar que, no caso de São Paulo, na atual administração, não houve qualquer emissão, a maior de títulos, para pagamentos de precatórios. Inclusive a parcela em relação à qual há dúvida o Governador colocou **sub judice**. Nesse sentido, não cogitou da hipótese de fazer caixa com esses títulos a mais; pelo contrário, passou isso para o Ministério Público.

Segundo lugar, abriu processo junto ao Ministério Público de crime de responsabilidade, com relação ao Governador anterior que fez essa emissão a mais. Portanto, tomou providências nesse aspecto.

E, em terceiro lugar, não custa lembrar que esta gestão de Governo - a do Mário Covas - tem-se caracterizado por uma austeridade extrema. Quando o Governador assumiu, praticamente a receita mensal era absorvida pela folha de salários, e esta hoje equivale a 60%, 65% da receita do Estado. Portanto, um trabalho de austeridade que pode ter sido igualado, mas não superado por nenhum Estado no Brasil.

Com relação à questão da fundamentação técnica e jurídica de minha emenda. A idéia básica que apresento, Sr. Presidente, é que a inclusão na renegociação com a União de títulos emitidos para pagamentos de precatórios cujos recursos foram desviados para outros fins, não constitui inconstitucionalidade, ou seja, a inclusão na renegociação não é inconstitucional, mas ilegal, o que é diferente.

Não vou aqui me alongar em argumentos por efeito de economia de tempo, mas realmente não há qualquer base, em nossa Constituição e nas sucessivas emendas, que impeça que essa dívida decorrente de emissão de títulos a maior seja incluída na renegociação da dívida, uma vez que a dívida, efetivamente, se traduziu em pagamentos e, portanto, já está materializada, digamos, no passivo de cada Estado.

É importante dizer que, a partir de 17 de março de 1993, com uma emenda constitucional, se tornou infração à Constituição a emissão de títulos públicos com vistas a financiar despesas outras que não a liquidação de precatórios, ou seja, a emenda de 1993 estabeleceu que não se pode emitir títulos exceto para liquidar precatório, não para outra despesa.

Não há, contudo, Senador Esperidião Amin, qualquer penalidade financeira instituída pela Constituição àqueles que infringirem o citado dispositivo constitucional. Na verdade, o que se espera é uma punição via judicial, ou seja, apesar de inconstitucional a emissão de títulos para

outras despesas, não há nada que a proíba, uma vez que isso se transforma em dívida a ser incluída em uma consolidação da dívida.

Se a Constituição não obsta a inclusão dos títulos na renegociação, o mesmo não se pode dizer da legislação infraconstitucional. Essa legislação, basicamente a Resolução nº 11, de 1994, do Senado Federal, promulgada em 31 de janeiro deste ano, diz que a utilização de recursos obtidos por meio da colocação dos títulos de que trata o § 2º deste artigo, emitidos para atender precatórios, a utilização em outra finalidade que não a liquidação de precatórios judiciais pendentes de pagamento, implicará na obrigatoriedade de que a entidade emissora promova o imediato resgate de tais títulos, sem prejuízo de outras sanções cabíveis. Ou seja, a utilização de recursos para outras finalidade que não o pagamento de precatórios implica no imediato resgate desses títulos, segundo a Resolução nº 11, de 1994.

Ora, se uma resolução do Senado diz que os títulos emitidos, a maior devem ser resgatados de imediato, conclui-se que o emissor não pode incluí-los em qualquer renegociação. Por quê? Porque deve resgatá-lo de imediato.

A questão específica com relação a São Paulo, no entanto, é que a Resolução nº 11, que instituiu a obrigatoriedade do resgate imediato dos títulos, foi promulgada em 31 de janeiro de 1994. Logo, a regra do resgate imediato vale a partir dessa data, obviamente, porque a lei não pode retroagir.

Nesse caso, o Estado de São Paulo não se inclui em tal ilegalidade, pois não emitiu qualquer título a maior após o ano de 1993.

Este é o meu argumento essencial: é ilegal a inclusão, mas é ilegal a partir da validade do projeto de resolução do Senado. Por que ilegal? Porque obrigava ao resgate.

Esse ponto é importante, porque significa que, no caso, aos Estados que fizeram emissão a maior posteriormente a essa resolução do Senado está vedada a inclusão na consolidação da dívida, claramente, por essa resolução, porque ela obriga o resgate. Se há ou não o resgate, essa é outra questão que deve ser tratada separadamente.

Portanto, não há obstáculo na Constituição e é ilegal, mas essa ilegalidade não abrange o caso de São Paulo, pois essa emissão é anterior à promulgação dessa resolução.

Essa é a base, Sr. Presidente, Sr. Relator, para a emenda que apresento e espero seja acolhida pelo Relator. Quero dar o meu testemunho, apesar de ter tido um ponto de vista não coincidente com S. Ex^a, a respeito da seriedade que marcou a condução do trabalho do Senador e, ao mesmo tempo, o espírito de tolerância de S. Ex^a que ouviu todas as partes, apresentando um parecer ponderado, ao qual me permitiria emendar os termos aqui assinalados.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a concorda com a redução do prazo de pagamento de 30 para 10 anos?

O SR. JOSÉ SERRA -- Mas respeita o limite total de 13%. Na prática, inclui na consolidação, mas obriga a que essa parte seja amortizada em 10 anos.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A vista está concedida a V. Ex^a.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, considere importante que o pedido de vista compreendesse o arrazoadado que nos foi trazido pelo Senador José Serra, até porque trouxe contribuições importantes, que serão apensadas ao projeto de resolução elaborado pelo Senador José Bianco, do qual peço vista, compreendendo, portanto, a sugestão do Senador José Serra.

Dentro dessa salutar tolerância de V. Ex^a, quero fazer apenas uma observação, já que, pedindo vista, vou analisar a matéria no prazo que vier a ser concedido.

O Senador José Bianco fez um trabalho extraordinariamente - me permito dizer - sensato, posto que a dúvida suscitada no plenário do Senado não foi sobre o pacto, não foi sobre o conjunto da dívida, não foi sobre a forma do tratamento da dívida de São Paulo. A dúvida suscitada - e o foi a partir de uma informação trazida pelo Senador Eduardo Suplicy - é a de que estão excluídos os títulos emitidos em 1995, 1996, porque objeto da CPI, mas não estão excluídos títulos que, depois do início da tramitação desse projeto de resolução, a CPI decretou, e decretou no caso do Estado de São Paulo, de maneira incontestada, como aqui foi lembrado no parecer do Senador José Bianco, ao mencionar a afirmação do Secretário de Estado de que não tinha nada a acrescentar à CPI dos Precatórios, ou seja, não a contestava nem admitia coisa alguma ao seu teor.

Então, foi suscitado no plenário o que fazer com o que foi emitido, contrariando o prescrito no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da nossa Constituição Federal, que cingiu o uso desses recursos ao pagamento de precatórios vencidos em 5 de outubro de 1988 e seus complementos.

Então, quero deixar muito claro o registro do meu aplauso à lucidez, à sensatez, que não exerci qualquer espécie de influência. Estou vendo o relatório do Senador José Bianco agora. Conheço as idéias do Senador José Serra há uns quinze dias, porque já tinha lido seu voto em separado, publicado, não sei por que razão, no caderno de esportes do jornal **O Estado de S. Paulo**.

O único comentário que quero fazer é o seguinte: creio que o papel da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador José Bianco, é distinguir ou não R\$1.500 bilhão e alguns milhões que fazem parte do resumo da página 468 do relatório da CPI dos Precatórios, argumento que usei no plenário naquele dia.

Ao dar - aí a questão que desejo suscitar, para reflexão do próprio Relator - uma sugestão, ao propor o que fazer com R\$1.549, ou seja, ir além da distinção, ao dar um trato de rolagem, independente do aspecto

legal, constitucional, estamos tratando de matéria afeta e afeita à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Senador Esperidião Amin, V. Exª me permite um aparte?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Ouço V. Exª.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Fora do microfone, perguntei ao Senador José Bianco se aquela sugestão havia sido acordada ou se era uma proposição de sua autoria. S. Exª me disse que é dele. É uma responsabilidade do Relator que ultrapassa um pouco os limites de sua atribuição. Mas não está impedido, no meu modo de ver, e não tem o caráter terminativo. É recomendativo apenas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Não estou dizendo que V. Exª não está propondo uma coisa boa. Não estou dizendo que o Senador José Serra não tem o direito de pedir para que fique dentro dos 13. Mas essa é matéria afeita ao processo de discussão da Comissão de Assuntos Econômicos. Estamos discutindo pacto entre a União e o Estado de São Paulo em suas condições econômicas.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Desculpem-me interromper.

Como já houve pedido de vistas e há em pauta uma matéria altamente importante, que é admissão de professores técnicos, peço que permaneçam no plenário.

V. Exª tem a palavra.

O SR. JOSÉ BIANCO - Eminente Senador Esperidião Amin, quanto à dívida, com a responsabilidade e incumbência desta Relatoria, evidentemente pela complexidade do projeto, pelo volume de recursos que envolve, compreendemos a preocupação manifestada, com muita competência e com muita ética, pelo eminente Senador José Serra. Quero dizer que, antes de decidirmos pela apresentação de emenda, discutimos com o eminente Senador Vilson Kleinübing, que pertence à Comissão de Assuntos Econômicos e é um **expert**, por todos nós reconhecidos, em dívida pública.

Chegamos ao entendimento de que não há como o projeto retornar à CAE, uma vez que ele esteve no plenário e, por solicitação de V. Exª e de outros Senadores, como o Senador Eduardo Suplicy, retornou a esta Comissão.

Muitos entendem que houve uma intenção de procrastinação do projeto. Quero dizer que eu, particularmente, absolutamente, não tive e não tenho outro interesse que não o de cumprir a obrigação técnica de que me incumbiu o Presidente da Comissão.

Confesso que tive a consciência de estar extrapolando um pouco as minhas funções de Relator desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra ao nobre Senador Gilberto Miranda.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, considero-me satisfeito. Fiz o pedido de vistas num momento tempestivo.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a já está com a vista concedida, aliás, coletiva, pois o eminente Senador Elcio Álvares também a formulou.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, Srs. Senadores, como co-autor da emenda do Senador José Serra, gostaria de esclarecer um fato novo que nem o Relator da matéria nem o Srs. Senadores ainda sabem.

De comum acordo com o Senador José Serra, mantive vários contatos com o Secretário da Fazenda. S. Ex^a esclareceu que centenas, para não dizer milhares, de processos ainda estão nas varas do Estado de São Paulo por causa da correção monetária. S. Ex^a tem certeza que, no mínimo, podem chegar à casa aproximada de R\$100 milhões, valores que ainda o Estado de São Paulo terá de pagar em precatórios, não julgada a correção monetária, antes de 1988.

Se não aprovarmos essa emenda, estaremos apenando duas vezes o Estado de São Paulo, que, - mesmo dentro do espírito dos 13% - ainda terá de pagar aquilo que for julgado pela Justiça com recursos próprios, porque já emitiu até a oitava parcela e não tem mais condições de pedir, nem ao Banco Central nem ao Senado, a emissão de parcelas complementares. A Constituição é bem clara quanto a serem oito parcelas anuais. Então, a emenda vem de encontro, pois resolve parte do problema de São Paulo, que ainda será apenado com as correções monetárias que deverão ser pagas.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Senador Gilberto Miranda, gostaria de fazer um comentário.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Ouço V. Ex^a, Senador Vilson Kleinübing.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Sr. Presidente, Senador Bernardo Cabral, para que os Senadores saibam, essa renegociação da dívida de São Paulo teve seu protocolo assinado em dezembro do ano passado. Já estamos em outubro do ano de 1997. Por termos demorado - corretamente - nessa negociação, aquele Estado está sendo beneficiado, porque não paga os 13% desde dezembro do ano de 1996. Hoje, de dívida, o Estado de São Paulo paga 7,88% da sua receita; quando assinar a renegociação, pagará 13%. Desta forma, teria pago à União R\$90 milhões a mais por mês.

É um dado importante, pois essa unidade federativa criará a condição de pagar o que ainda não paga. A União poderia ter acertado por 12% ou 11% e ter incluído os precatórios. Creio que estamos quase no momento dessa decisão; portanto, o que é mais importante para aqueles que desejam prejudicar esse Estado - se é que alguém o queira - é aprovar isso, pois passará a pagar 13% enquanto paga apenas 7,88%.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra ao Senador José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA - Sr. Presidente, quero registrar a importância da argumentação do Senador Gilberto Miranda, que é co-

signatário da minha emenda. Por outro lado, há a importante citação do Senador Vilson Kleinübing, assunto a que irei me referir em seguida.

Na verdade, São Paulo paga entre 7,5% e 8% da sua receita com o serviço de dívida. Com a renegociação, passará a pagar 13%. Desta forma, do ponto de vista estadual, o desembolso aumenta. Se o Governador Mário Covas fosse seguir o seu interesse de curto prazo - e se fosse oportunista -, preferiria não fazer essa negociação, porque continuaria a pagar 7% e o próximo governador ficaria com esse ônus.

Eu analisei pelo seu mérito e pelo seu lado jurídico essa matéria. Economicamente, seria um castigo adicional insuportável a exclusão desse serviço da dívida do limite imposto, porque já existe um aumento significativo para alguém que não emitiu a mais. Além disso, não está cometendo um ato ilegal à luz da própria legislação estabelecida pelo Senado. Com essas palavras, Sr. Presidente, concluo.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra ao eminente Senador Ramez Tebet, cuja manifestação diz respeito a professores universitários. Logo após, peço a atenção dos Srs. Senadores para o requerimento do Senador Carlos Bezerra.

O SR. RAMEZ TEBET - Sr. Presidente e Srs. Senadores, a matéria é oriunda do Poder Executivo e foi aprovada na Câmara dos Deputados. Ela é de muita importância, porque regulamenta a contratação de técnicos e professores estrangeiros e propicia a participação do País na evolução científica e tecnológica deste final do século. Mais ainda: regulamenta dispositivo constitucional. É, portanto, de transcendental importância e justifica-se, por si só. Daí por que o nosso parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Em discussão.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - É para dizer que o Senador Ramez Tebet relata um projeto que disciplina uma emenda constitucional raríssima, porquanto surgiu do Poder Legislativo. Surgiu na Câmara dos Deputados e foi aprovado naquela Casa e, após, veio a esta. É um fato muito raro, quase que inusitado.

O SR. RAMEZ TEBET - Mas o projeto de lei é oriundo do Poder Executivo.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Eu sei. Mas o projeto de emenda constitucional teve início naquela Casa, capitaneado pelo Deputado Sérgio Arouca. Foi aprovado por lá e veio a ser aprovado, posteriormente, por este Senado. É um fato raro essa emenda originária do próprio Poder Legislativo ter tido sua tramitação concluída e ter sido promulgada.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o parecer do eminente Senador Ramez Tebet queiram permanecer sentados. (Pausa)

Peço ao eminente Senador Lúcio Alcântara que tome conhecimento do requerimento a ser proposto pelo eminente Senador Carlos Bezerra.

Tem V. Ex^a a palavra, Senador Carlos Bezerra.

O SR. CARLOS BEZERRA - Rapidamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) (Fazendo soar a campanha.) - Pediria aos eminentes Senadores que não se retirassem.

O SR. CARLOS BEZERRA - Por ocasião da privatização da Companhia Vale do Rio Doce, Sr. Presidente, decidi ingressar na Justiça contra a venda da Mineração Urucum, situada em Mato Grosso, por conta de uma ação que tramita na Justiça e do valor irrisório da venda.

Recebi um apelo do Presidente do BNDES - não somente eu, mas o Governador do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul - no sentido de que se obstasse a ação, porque, tão logo efetuada a venda, far-se-ia um entendimento e os Estados seriam ressarcidos do prejuízo que tiveram pela má negociação dos governos anteriores.

No entanto, até hoje não fomos mais procurados, nem eu, nem o Governador do Mato Grosso do Sul, nem o do Mato Grosso, para tratar do assunto. Daí por que estamos pedindo essa reunião das duas Comissões, a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para debaterem, arrolando aqui uma série de pessoas que deverão ser ouvidas a respeito desse assunto.

A matéria não terminou, e essa é a razão do requerimento, com um agravante, Sr. Presidente: depois da privatização da Companhia Vale do Rio Doce, não sei se os Srs. Senadores sabem, o aço teve um aumento considerável em todo o País. Então, é fácil ser competente com um preço absurdo, um preço elevado. E, além disso, fez-se o monopólio do aço no Brasil, violando inclusive a lei antitruste, a Lei nº 8.884, que regulamenta essa questão.

E a questão da Mineração Urucum, que, na parte do Mato Grosso, é dirigida pela Companhia Matogrossense de Mineração, a Metamato, não foi equacionada; ficou apenas a palavra do Presidente do BNDES em nome do Governo Federal. Daí a razão do pedido dessa audiência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a pede a audiência conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Tem a palavra o eminente Senador Ramez Tebet, para discutir o requerimento.

O SR. RAMEZ TEBET - Sr. Presidente, juntamente com o Senador Carlos Bezerra, estivemos desde o início preocupados com esse assunto; a matéria inclusive foi objeto de votação aqui no Senado da República; V. Ex^a foi relator de um Decreto Legislativo em obediência a um relatório apresentado pelo Tribunal de Contas da União. Isso afeta Mato Grosso do Sul, afeta Mato Grosso, a matéria é de interesse nacional e, portanto, solicito e faço coro ao oportuno requerimento apresentado pelo

Senador Carlos Bezerra. Rogo aos meus Pares que dêem essa oportunidade para que um assunto dessa importância seja debatido.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A Presidência entrará em contato com a Comissão de Assuntos Econômicos por intermédio do Senador Carlos Bezerra.

Delego ao eminente Senador Carlos Bezerra e ao eminente Senador Ramez Tebet a competência para tomar as medidas necessárias à realização da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a oitiva das pessoas aqui relacionadas.

Dado o adiantado da hora, a Presidência encerra a reunião e convoca outra para a próxima quarta-feira, às 10h.

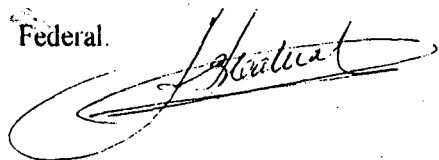
(Levanta-se a reunião às 13h53min.)

52^a
Ata da 52ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura, realizada em 29 de outubro de 1997, às 10:00 horas. (Reunião ordinária).

Às dez horas do dia vinte e nove de outubro, de mil novecentos e noventa e sete, na sala de reuniões nº três, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Bernardo Cabral, com a presença dos Senhores Senadores Francelino Pereira, Jefferson Péres, Edison Lobão, Romeu Tuma, Elcio Álvares, Ramez Tebet, Romero Jucá, Marina Silva, Pedro Simon, Antônio Carlos Valadares, Levy Dias, Lúcio Alcântara, Casildo Maldaner, Eptácio Cafeteira, Roberto Freire, Esperidião Amin e José Bianco, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Deixam de comparecer por motivo justificado os Senhores Senadores Guilherme Palmeira, Josaphat Marinho, Jader Barbalho, José Fogaça, Roberto Requião, Renan Calheiros, José Ignácio, Beni Veras, José Eduardo Dutra e Regina Assunção. Havendo número regimental o Sr. Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A seguir, passa-se à apreciação da pauta na ordem determinada pelo Sr. Presidente: 11) projeto de lei do Senado nº 198, de 1996, terminativo, "acrescenta parágrafo ao art. 14 da Lei nº 8.112, de 11 de

dezembro de 1990, para submeter o servidor público à avaliação médica periódica.” Relator: Senador Antônio Carlos Valadares; parecer: pela aprovação da matéria; resultado: aprovado o parecer do Relator. 18) Projeto de Lei do Senado nº 199, de 1996, terminativo, “altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal - introduzindo artigo que define crime de omissão no exercício do pátrio poder.” Autoria: Senador Ney Suassuna; Relator: Senador Lúcio Alcântara; parecer: pela rejeição da matéria. Resultado: aprovado o parecer do Relator. 20) Projeto de Lei do Senado nº 236, de 1996, não terminativo, “dispõe sobre a educação profissional em nível nacional e dá outras providências.” Autoria: Senador José Eduardo Dutra; Relator: Senador Lúcio Alcântara; parecer: pela rejeição da matéria. Resultado: aprovado o parecer do Relator. 27) Projeto de Lei da Câmara nº 29 de 1997, (nº 1.402, de 1995, na origem), “transforma cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS na Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral.” Autoria: Tribunal Superior Eleitoral; Relator: Senador Edison Lobão; parecer: pela aprovação da matéria. Resultado: aprovado o parecer do Relator. 28) Projeto de Lei da Câmara nº 30 de 1997, (nº 1.403, de 1995, na origem), “transforma cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS na Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral.” Autoria: Tribunal Superior Eleitoral; Relator: Senador Edison Lobão; parecer: pela aprovação da matéria. Resultado: aprovado o parecer do Relator. Apreciação extra-pauta: Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 1997, “dispõe sobre a reestruturação dos corpos e quadros de oficiais e de praças da marinha.” Autoria: Poder Executivo; Relator: Senador Romeu Tuma; parecer: pela aprovação, com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: aprovado o parecer do Relator. Tendo em vista a queda do quorum, o Sr. Presidente encerra a presente reunião, ficando adiada a apreciação dos demais itens da pauta para a próxima reunião ordinária. Nada mais havendo a tratar, eu, Vera Lúcia Lacerda Nunes, Secretária, lavrei a presente ata que,

após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.



O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Está aberta a 52ª reunião da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura, com a pauta devidamente distribuída entre os eminentes Srs. Senadores.

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres, pela ordem.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sr. Presidente, o projeto em tramitação nesta Comissão que legaliza o jogo nos cassinos e o jogo do bicho, cujo Relator é o Senador Edison Lobão, foi sustado porque um requerimento de minha autoria, aprovado pela Comissão, aprovou a realização de audiências públicas com representantes de alguns Ministérios.

Por gentileza, gostaria que V. Exª me informasse se os contatos foram feitos, se as audiências estão marcadas.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Os contatos efetuados por esta Presidência não lograram êxito porque não vi confirmada qualquer manifestação por parte dos interessados para aqui virem. Uma declaração era de que havia um volume enorme de trabalho e talvez o comparecimento seria interessante no ano vindouro.

Com essa crise nas Bolsas, creio que a manifestação dos interessados passou a ser secundária. O fato é que ou a Comissão designaria de ir numa convocação ou o convite ficou realmente sem a manifestação que gostaríamos.

Assim que V. Exª apresentou requerimento, a Mesa teve o cuidado, por via oral, de ver qual a circunstância, mas até agora devo confirmar a V. Exª que não vi qualquer interesse por parte das pessoas indicadas.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sr. Presidente, estamos a 47 dias do recesso e, nessa marcha, ainda vamos votar este e muitos outros projetos. Da minha parte, portanto, desistiria das audiências públicas para que o projeto fosse apreciado por esta Comissão.

Enfim, deixo a critério de V. Exª e dos demais membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Exª tem uma atitude sensata, a fim de que amanhã não digam que a culpa ou a omissão é desta Comissão.

Pergunto aos eminentes Senadores se têm algo a manifestar sobre a desistência do Senador Jefferson Péres, autor do requerimento.

Se não houver manifestação por parte dos Srs. Senadores, colocaremos em pauta para que o Relator possa se manifestar, tão logo haja número suficiente para a matéria.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA - Sr. Presidente, solicitaria a V. Exª, se pudesse, extrapauta, que atendesse a um pedido da Marinha, que é projeto

que dispõe sobre a reestruturação dos corpos e quadros de oficiais da Marinha.

V. Ex^a poderia nos ajudar a fim de que esse projeto fosse apreciado de imediato?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência acredita que nenhum dos Srs. Senadores se manifestará em contrário; talvez possamos adiantar a discussão e, tão logo haja número, levaremos a efeito a votação.

V. Ex^a quer discutir a matéria agora, Senador Romeu Tuma?

O SR. ROMEU TUMA - Gostaria.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra a

V. Ex^a.

A seguir, concederei a palavra ao Senador Ramez Tebet, sobre outro assunto. V. Ex^a tem a prioridade já garantida.

O SR. ROMEU TUMA - Trata-se do Projeto de Lei da Câmara nº 41, que dispõe sobre a reestruturação dos corpos e quadros de oficiais e de praças da Marinha.

A proposta que veio do Governo a esta Casa impõe a constituição de corpos distintos em função do emprego previsto para seus integrantes por agrupamentos de quadros especializados de uma mesma área de especialidade, a ampliação da presença da mulher na Marinha.

Chamaria a atenção para isso porque era um quadro especial, não se incorporava carreira de oficial da Marinha até na progressão natural das promoções. A Marinha quer constituir praticamente um quadro em que a mulher possa ter o acesso normal nas promoções.

A unificação de processos seletivos ao ingresso e à permanência de pessoal no serviço naval, atendendo aos interesses da instituição. Então, a emenda que se faz necessária do § 4º e do artigo 8º do PLC nº 41, realmente, institui que antes de completar cinco anos de nomeação a oficialato, os oficiais convocados e integrantes do corpo de engenheiro, do quadro do corpo de saúde, dos quadros complementares, do quadro técnico e do quadro de capelães navais, serão avaliados pela Comissão de Promoção de Oficiais visando a sua permanência em caráter definitivo na Marinha.

Era uma lacuna que agora a Marinha procura corrigir, para, assim, poder aplicar o novo Regimento a partir do próximo ano.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O eminente Senador Líder do Governo no Senado pede a palavra e a Presidência concede.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, eminentes colegas, o Senador Romeu Tuma relata um projeto de lei que dá ensejo a fazermos uma colocação que julgo do nosso dever fazer.

Dentro da visão das Forças Armadas brasileiras, a Marinha realmente tem realizado um trabalho notável. A integração da Marinha com o Senado, principalmente com os Senadores, é, até certo ponto, muito louvável e merece o meu registro neste instante.

Quando há um projeto, a Marinha sempre tem a iniciativa, pelo seu Ministro e todos os oficiais que compõem o seu quadro maior, de debater o assunto com inteira identidade, dando ensejo um diálogo que

considero fundamental. Aqui temos um projeto que me parece, sob todos os pontos de vista, da mais alta importância, porque a Marinha é uma Força modelo. O Ministro da Marinha, eu o considero um intelectual dos mais brilhantes, uma figura de invulgar presença e patriotismo.

Este projeto visa a melhorar os quadros da Marinha. Portanto, merece nosso apoio, não só na condição de Líder do Governo, o que seria curial, mas dentro dessa visão pessoal que tenho. Como Líder convivo com vários Ministros e destaco o Ministro da Marinha, pelo trato afável, lhano, e, acima de tudo, patriótico. Todas as vezes em que participei de debate com o Ministro da Marinha, ficou-me a imagem muito positiva pelo seu alto descortino intelectual. Ele tem todo o equipamento necessário para ser o chefe de uma das áreas pela qual temos o maior apreço, que é a Marinha.

Acompanho prazerosamente. O projeto colabora para que tenhamos uma reestruturação dos corpos e quadros de oficiais e praças da Marinha.

Dessa maneira, aproveitei o ensejo para fazer esse registro. Tenho certeza de que a maioria dos Senadores aqui presentes participa desse ponto de vista.

Toda vez que há um projeto da Marinha, o próprio Ministro toma a iniciativa de conversar com os Senadores e prestar o maior esclarecimento possível. Isso é bom, porque estabelece uma ponte de diálogo que considero fundamental. Principalmente quando temos a oportunidade, muitas vezes, de examinar assuntos que são pertinentes às nossas três Forças Armadas, ressalto, neste instante, com a devida homenagem ao seu titular, o Ministério da Marinha.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA - Sr. Presidente, o Senador, Elcio Alvares tem razão. O Ministro da Marinha está sempre em contato. Ele nos procura para discutir alguns temas importantes sobre as Forças Armadas - e não só sobre a Marinha - e sobre defesa, que é um tema que concerne esta Comissão e a Comissão de Relações Exteriores. Há a idéia de convidar os ministros militares para discutir o novo projeto de defesa e o ministério que se pretende criar. O Ministro da Marinha já nos mandou documentação referente a vários assuntos. Isso é para a modernização, para a atualização das Forças Armadas do Brasil no futuro.

O SR. ELCIO ALVARES - Senador Romeu Tuma, permita-me um aparte apenas para complementar. V. Ex^a foi muito feliz. Independentemente desse contato pessoal, quero, como Líder do Governo, registrar que permanentemente, quando recebo qualquer notícia ou projeto que seja do interesse da Marinha, imediatamente, temos toda documentação, sempre esclarecedora. Considero isso fundamental para o exercício das minhas funções como Líder do Governo mas principalmente da dos Senadores que, como o Senador Romeu Tuma, estão sempre muito presentes, sempre pertinentes nas observações que fazem aqui. O nobre Senador tem a oportunidade de sentir isso de perto.

Aproveito a sua fala para fazer esse reparo que me passou despercebido. Realmente, é um dos Ministérios mais presentes quanto à documentação que nos fornece sempre. Quando há qualquer nota envolvendo o Ministério, não há dúvida nenhuma, logo em seguida chegará um pronunciamento do Ministério da Marinha prestando os esclarecimentos necessários.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Continua em discussão.

A Presidência esclarece aos eminentes Senadores que a Senadora Marina Silva, o Senador Levy Dias e o Senador Romero Jucá estão chegando - portanto, há número suficiente - e declaram que acompanham a votação.

Em votação o parecer do eminente Senador Romeu Tuma.

Se nenhum dos Srs. Senadores quiser se manifestar, a Presidência também confirma o trabalho que a Marinha faz perante o Senado Federal, não só junto a esta Comissão mas também junto à Comissão de Relações Exteriores, trabalho esse tão bem destacado pelos eminentes Senadores Elcio Alvares, Líder, e Romeu Tuma, Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores.

Os Srs. Senadores que aprovam o parecer queiram permanecer sentados (Pausa)

Aprovado.

Concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet e a seguir ao Senador Edison Lobão.

O SR. RAMEZ TEBET - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não sei se é pertinente o assunto que vou provocar aqui. Peço vênia. Não sei se é pertinente regimentalmente invocar uma matéria que já está em plenário em regime de urgência. A Comissão não teve condições de debater, porque as Lideranças formularam um pedido de urgência, uma matéria muito importante porque diz respeito ao exercício da própria cidadania.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, refiro-me a um projeto que não causa polêmica no seu conteúdo, na sua finalidade, que é altamente meritória, ou seja, a de permitir o livre acesso de todos os brasileiros, independente das suas condições econômicas, ao seu registro de nascimento e de óbito inteiramente de forma gratuita.

Esse assunto não foi debatido na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. E V. Ex^a fez muito bem ontem em plenário quando, interpretando como Presidente os sentimentos e os interesses da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e explicou porque a matéria não estava sendo debatida na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Não havia número legal. Pedi para falar porque entendo que essa matéria é importante. É bom que formemos opinião desde agora, se houver tempo para isso, porque a matéria deve entrar em debate hoje. Felizmente ela está relatada por um companheiro nosso, um Senador da

envergadura do Senador José Fogaça. Pela conversa que mantive com S. Ex^a, percebi que tem pleno conhecimento da realidade nacional.

O projeto é meritório. O projeto já foi aprovado na Câmara dos Deputados. Estabelece que todos os brasileiros, quando nascem e quando morrem, obtenham sua certidão inteiramente gratuita. Positivamente, há uma inquietude no meio de muitos tabeliães pelo Brasil afora. Há muitos cartórios no Brasil, há muitos tabeliães que cuidam exclusivamente disso. Há cartórios que lavram escrituras, que promovem até registros. Em outras Unidades da Federação, há cartórios que, além do registro civil, fazem reconhecimento de firma e, portanto, têm outras atribuições. Mas alguns cartórios só cuidam de registro civil. Não fazem outra coisa a não ser cuidar do registro civil.

Quero deixar aqui proclamado porque é muito importante que se dê da forma mais desburocratizada possível o acesso daqueles que não têm condições econômicas ao primeiro documento da sua vida, que é o registro civil, e ao último, o atestado de óbito, que é uma tristeza, é aquele que leva o cidadão deste mundo para outro.

Por outro lado, parece-me profundamente injusto que aquele cidadão que, podendo pagar, tenha o mesmo direito daquele cidadão que não pode pagar. Fico imaginando o que sentirá alguém sem condições econômicas que, ao obter seu registro de nascimento de graça, se depara, no mesmo balcão, com o magnata recebendo o mesmo benefício. Considero isso uma profunda desigualdade.

Existem algumas emendas que, formulo votos, vão merecer a nossa consideração. São emendas que criam um fundo que parte de pressupostos. O primeiro pressuposto é que essa decisão não deve onerar os serviços dos cartórios; não se pode cobrar mais caro de uns para favorecer a outros. O fundo não tem essa finalidade em uma das emendas que vi. Os tabeliães que realizam outros serviços vão organizar-se e vão formar um fundo para atender aos seus colegas, àqueles que só cuidam do registro civil, que vivem da emissão do registro civil. Então, eles mesmos vão cobrir os prejuízos sofridos por aqueles tabeliães que só cuidam do registro civil, mediante um relatório a ser apresentado mensalmente.

Portanto, não haverá, numa das emendas que vi - e soube, por conversa que mantive com S. Ex^a, que o Relator, Senador José Fogaça, está aprimorando essas emendas -, prejuízo para os consumidores, ou seja, para aqueles que podem pagar. Não haverá prejuízo para ninguém. Estar-se-á fazendo justiça para aqueles cartorários que, positivamente, se ficarem com a obrigação de conceder gratuitamente certidões para aqueles que podem pagar, vão sofrer sérios prejuízos. Sabemos disso por intermédio das cartas e telefonemas que todos nós temos recebido. Sabemos disso porque conhecemos a realidade. Falo aqui porque conheço a realidade do Estado de Mato Grosso do Sul e conheço bem essa situação porque venho da advocacia, área em que militei durante mais de 20 anos. Tendo passado antes pelo Ministério Público, sei que há cartórios de distritos, há cartórios

de pequenos municípios que só fazem registro civil - e não podem realizar outros serviços - de casamento e de óbito.

Portanto, sei que, se a lei permanecer como veio da Câmara, eles terão imensos prejuízos.

Mas é preciso deixar clara aqui a importância desse projeto para o exercício da cidadania. É duro ver que, mesmo existindo uma lei estabelecendo que o economicamente mais fraco tem direito ao serviço gratuito, por uma burocracia excessiva, ele leva muito tempo para ser atendido pelos cartórios ou pelos tabeliães.

O projeto que vi desburocratiza esse serviço. Basta que duas pessoas assinem atestando que determinada pessoa não tem condições de obter a certidão gratuitamente. Mas conceder isso ao milionário, ao rico, àquele que pode pagar, é profunda injustiça não só contra o cartorário mas também contra aquele mais necessitado, aquele que realmente tem direito a essa gratuidade, que é o economicamente necessitado.

O SR. EDISON LOBÃO - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET - Concedo o aparte ao Senador Edison Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Estão inscritos para falar os Senadores Elcio Alvares, Pedro Simon, Francelino Pereira e Antonio Carlos Valadares.

O SR. EDISON LOBÃO - Senador Ramez Tebet, apenas para concordar com V. Ex^a, quero dizer que, de fato, há neste País cartórios muito ricos e cartórios pobres, que são os do interior. Mas, pelo que entendi do projeto, a certidão só será gratuita para o pobre. Tanto é assim que ele tem que declarar que é pobre, se for alfabetizado, ou pedir que alguém o faça em seu lugar. Na verdade, concordo com V. Ex^a em que só o pobre deve ter direito a esta gratuidade.

Por outro lado, quanto àqueles cartórios que fazem apenas registros civis, nada impede que o Poder Judiciário redistribua as funções dos cartórios, fazendo com que todos passem a emitir também tais certidões.

A terceira solução é a que o Relator está apresentando, a saber, a criação de um fundo por meio do qual tais certidões seriam financiadas. O fato é que é uma questão importante.

O SR. ELCIO ALVARES - Pelos próprios cartórios.

O SR. EDISON LOBÃO - Pelos próprios cartórios.

A questão é importante, e vem sendo debatida ao longo das décadas. Mas nunca se chegou a uma conclusão. Parece-me que, agora, vamos chegar a uma conclusão razoável. Mas é preciso ter cuidado para não liquidar os cartórios do interior. Tem toda razão V. Ex^a.

O SR. RAMEZ TEBET - Senador Edison Lobão, a hipótese de o Poder Judiciário redistribuir é complicada - e não podemos negar isso. Significa tirar e ampliar atribuições. E o projeto que veio da Câmara tem aspectos que precisam ser considerados. Deixa a cargo dos municípios, por exemplo, a cobertura dessa despesa. Então, se não houver a modificação - mas tenho certeza de que o Senador Fogaça vai apresentar um relatório à

altura - o município pode não fazer a lei. É inconstitucional obrigarmos as prefeituras municipais a cobrirem as despesas dos cartórios. Além de ser inconstitucional, isso vai onerar ainda mais os cofres municipais. E os prefeitos de cidades pequenas já fazem isso; aliás, fazem mais: cuidam até do funeral por completo quando há um falecimento.

Penso que o projeto que veio da Câmara, apesar de altamente meritório - e quero deixar isto bem claro - é um passo importante para o avanço da cidadania no Brasil. É preciso realmente educar o povo para o exercício da democracia. E isso se faz pela cidadania. Como vamos permitir que milhares e milhares de brasileiros não tenham seu documento básico, que é a certidão de nascimento. Por outro lado, não podemos fazer lei para complicar nem votar matéria na Casa de maneira açodada sob o argumento - e percebi ontem que isso ocorre - de que não podemos fazer alteração para que o projeto não volte para a Câmara. Pelo contrário, penso que está na hora de fazermos um entendimento com a Câmara. Vamos fazer um entendimento com a Câmara; vamos aprimorar o projeto; vamos retirar-lhes a inconstitucionalidade; vamos defender os mais humildes; vamos defender aqueles cartórios mais sacrificados, mais necessitados.

Quem conhece o interior do Brasil sabe o que representa ser cartório num distrito, numa pequenina cidade, onde não há outro cartório a não ser o cartório do registro civil. As pessoas que moram nesses lugarejos, lá no meu Estado, por exemplo, para lavrar a escritura, têm que ir para outro município, porque lá só há o cartório de registro civil.

Então, creio que essa situação de iniquidade existente no projeto que veio da Câmara será sanada aqui. E pedi, embora o assunto não esteja na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para tecer essas considerações, a fim de que, quando chegar o projeto ao plenário, já tenhamos raciocinado sobre uma matéria que é muito importante sob o aspecto da democracia e muito importante sob o aspecto da justiça para com alguns cartórios. Sabemos que talvez uma das funções mais rendosas do Brasil seja a de tabelião. Mas ao lado daqueles que ganham muito dinheiro com seus cartórios, devido às atribuições, há aqueles cartórios pequeninos que sofrem bastante. Não podemos, de sã consciência, prejudicá-los.

Sr. Presidente, peço escusas, mas vi que a matéria despertou interesse pela explicação dada por V. Ex^a ontem no plenário, com toda a ponderação, esclarecendo até mesmo o motivo pelo qual o Senador Josaphat Marinho abdicou da Relatoria. V. Ex^a ontem foi muito feliz, assim como o Senador Geraldo Melo, que presidia os trabalhos. Percebi que a Relatoria caiu nas mãos de um homem sensato. Quero deixar claro que, apesar de ter sido um pouco enfático, não tenho cartório, não estou fazendo a defesa de cartório, mas, acima de tudo, faço a defesa da cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra ao Senador Elcio Alvares.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, eminentes colegas, creio que foi muito oportuna a intervenção do Senador Ramez Tebet porque esse projeto precisa ser trazido à luz em toda a sua plenitude.

Hoje, tive a oportunidade de verificar algumas notícias distorcidas na mídia; ontem, quando cheguei em casa, vi uma edição de jornal na principal emissora do Distrito Federal, que nos leva à reflexão. Quero trazê-la a debate, porque entendo que está havendo um processo cada vez mais ousado de mostrar os fatos do Senado sob um aspecto inteiramente negativo perante a opinião pública.

Quero historiar a respeito para que não haja dúvidas. Estou vendo várias versões em torno desse projeto. Eu, como Líder do Governo, devidamente orientado pelo mesmo, tenho o maior empenho na aprovação desse projeto, mesmo porque a Mensagem original é do atual Ministro do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, que o encaminhou ao Presidente da República; Sua Excelência mandou à Câmara dos Deputados pedindo a gratuidade dos registros de nascimentos e óbitos.

Pois bem, na Câmara dos Deputados, depois de um debate, fizeram a inclusão de alguns pontos, inclusive um deles muito questionado, que é o da gratuidade do registro de imóvel. Isso levou algumas pessoas a perguntarem se um cidadão que tem um imóvel pode ou não ser classificado na faixa de pobreza reconhecida.

Na verdade, esse projeto inicialmente tinha o objetivo de sustentar a Mensagem do Governo, ou seja, um apelo ao respeito à cidadania, dando ao cidadão o direito legítimo do registro no nascimento e na morte.

Esse projeto foi mais além. Há um grupo que entende que todos serão alcançados pelo projeto. Acredito que o registro o cidadão recebe na hora, mas as certidões decorrentes desses registros às pessoas reconhecidamente pobres seriam gratuitas *ad aeternum*. O cidadão, que é reconhecidamente pobre e precisa de duas, três, quatro cópias, terá certidões e emolumentos gratuitos. O cidadão que tem condições faz o registro, mas, na hora de pedir a certidão, terá de pagar. Esse é o enfoque que gostaria de apresentar.

Agora, o Senador Bernardo Cabral, com muita proficiência e visão do projeto, entregou-o ao Senador Josaphat Marinho. À primeira vista, parece um projeto muito simples aquele que dá direito à gratuidade no registro de nascimento e morte, mas não é assim. Senti ontem, no contato que tive com a mídia, por meio de perguntas e indagações, que esse projeto é complexo.

Sem demérito dos demais, todos sabem o apreço que temos pelo Senador Josaphat Marinho. S. Ex^a conversou comigo porque eu tinha interesse como Líder do Governo, e mencionei a vontade do Governo em ver aprovada a matéria. Houve um detalhe, de que essa urgência poderia ter saído antes do Dia da Criança, porque era idéia do Governo assinar o projeto nesse dia. Mas isso não foi possível. Por quê? Vou esclarecer como Líder, para que não haja dúvidas. Aqui estão dois, três ou quatro Vice-Líderes com atuação imediata: o Senador Levy é Vice-Líder do PPB e o Senador Antonio Carlos Valadares é Líder também. Ficou estabelecido, no Colégio de Líderes, que nenhuma matéria iria a plenário em regime de

urgência se não tivesse uma passagem obrigatória por qualquer uma das comissões. Se fossem três comissões, uma delas teria de opinar. Se fosse matéria pertinente à CCJC, infalivelmente esta teria que oferecer parecer. E vejamos: muitas vezes, o Presidente Bernardo Cabral é instado a incluir uma matéria em regime de urgência, porque não queremos quebrar o procedimento de ouvir a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Nesse projeto, o Senador Josaphat Marinho, que estava empenhado, realizando um trabalho sério, realmente foi atropelado.

Quero tecer as considerações para que ...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Devo mencionar que V. Ex^a não assinou o requerimento.

O SR. ELCIO ALVARES - Não assinei o requerimento. Por quê? Quero render uma homenagem ao Senador Pedro Simon, autor da iniciativa de recolher as assinaturas. Todos temos empenho nesse projeto. Ninguém em sã consciência vai negar o direito de cidadania. Estabelece-se uma premissa básica e todos estão empenhados na aprovação do projeto.

Agora, a questão do Senador Josaphat Marinho transcendeu. O referido Senador julgou-se, por justa razão, atropelado pelo requerimento dos Líderes. Quero dizer que aí louvo a atitude do Senador Pedro Simon, preocupado com os aspectos da cidadania. Mas os vice-Líderes e Líderes que assinaram criaram um problema até de mecânica, porque, na verdade, seria um absurdo - quero alertar para isso - não adotarmos o comportamento estabelecido pelas Lideranças, qual seja, de a matéria entrar somente no plenário após a audiência das comissões. Ficou estabelecido que, em casos excepcionálíssimos que podem ocorrer, teríamos uma reunião dos Líderes.

Vou mais além, Sr. Presidente. Para concluir, citarei um ponto que me chamou a atenção. Hoje, vende-se a idéia de **lobby** de cartório. Quero dizer que, de minha parte, jamais qualquer cartório vai fazer **lobby** para que eu dê um voto a favor ou contra. E esse é o pensamento dominante de todos os Senadores que conheço bem. Agora, nós, como Senadores, principalmente membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, não podemos colocar antolhos e não verificar o que acontece com determinados projetos, com conseqüências no campo prático muito sérias, conforme esse projeto.

Digo que votarei hoje de maneira inteiramente consciente. Felicito-me até, porque o Senador José Fogaça, nomeado Relator, assumiu a Relatoria com muita dignidade e hombridade. Ninguém tem dúvida de estar a altura de um parecer do Senador Josaphat Marinho, porque tem conhecimento de causa e sabe, por certo, abordar os problemas desse projeto com a maior dignidade possível.

Hoje vamos ter um projeto que não será inspirado em **lobby** de quem quer que seja. Vamos ter um projeto para votarmos conscientemente, não tenho dúvida nenhuma disso, mas, lamentavelmente, não podemos admitir que se dêem versões de que há **lobby** nisso, principalmente numa edição de matéria que quero registrar.

Vi a edição do jornal local da TV **Globo** noticiando esse fato. Lamentavelmente instrumentalizaram o menor, dizendo que o Senado não havia apreciado a matéria, dando a entender que houve **lobby**. Em seguida, pegaram um daqueles meninos, que merecem toda a nossa consideração, com quem jamais qualquer Senador teria um gesto de desprezo, para falar a respeito da atuação do Senado. Imaginem o que foi dito por um menino, transmitindo para o grande público que os Senadores não querem nada com o trabalho. Então, obtivemos o resultado ontem de que havia sido um ato de negligência nosso.

Faço um apelo sincero aos editores, no sentido de que, quando houver motivo de crítica, que a façam, mas, nesse caso, com toda a sinceridade, o Senado agiu com a maior tranquilidade, com a maior prudência.

Faço o comentário porque hoje se debate muito, em virtude desses programas de domingo, até onde pode a ética, dentro da programação, utilizar a criança para vender uma falsa imagem do Senado. Ontem usaram de uma maneira brutal dois meninos, e hoje, se os senhores verificarem no registro da matéria, a imprensa escrita também avocou duas opiniões de menores para falar sobre o projeto que merece toda a nossa consideração. Se esses meninos que aqui estiveram ontem e todos os meninos do Brasil dependessem do patriotismo do Senador, eles poderiam voltar para casa tranquilos, porque temos consciência da nossa responsabilidade.

Vamos votar esse projeto com a maior dignidade possível. Mas fazer da maneira como está sendo feita, Sr. Presidente, merece meu registro veementemente, no sentido de que não continuem essa prática. Estão querendo transmitir uma imagem do Congresso que não aceito, como Senador, uma imagem que, às vezes, como ontem, utiliza menores para que, na inocência, passem uma falsa imagem de que o Senado da República não trabalha, de que os Senadores são desatenciosos e que ninguém entende nada quando os Senadores falam, conforme os noticiários a respeito desse assunto. Quero dizer como Líder do Governo que hoje vamos votar esse projeto do Governo com todo o empenho.

Entendemos o alcance da cidadania, mas vamos votar com a consciência tranquila. Não nos move nenhuma pressão de **lobby** cartorário, não nos move nenhum outro sentido senão colocar dentro da justeza, da juridicidade, da constitucionalidade aquilo que foi explicitado pelo eminente Senador Ramez Tebet.

O SR. LEVY DIAS - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ELCIO ALVARES - Pois não, Senador Levy Dias.

O SR. LEVY DIAS - Senador Elcio Alvares, percebemos que temos realizado um trabalho no Senado que nos dispensa de dar qualquer satisfação a quem quer que seja, porque a própria **TV Senado** tem mostrado a eficiência, a seriedade e o patriotismo com que o Senado tem analisado todas as matérias.

Esta matéria, sobre a qual muitos já se pronunciaram - preciso que fique claro para a opinião pública - não inova muito, em termos de gratuidade quanto à certidão de nascimento, porque isso já ocorre hoje. Tive a preocupação de pesquisar nos cartórios de registro civil de Campo Grande - esta capital tem dois cartórios de registro civil - o que ocorreu em um mês. Nasceram em Campo Grande aproximadamente duas mil crianças por mês. Dessas duas mil crianças, 44% tiveram seu registro de nascimento gratuito. Já é feito assim. Naturalmente, é preciso que se entenda que quem pode pagar tem de pagar.

Outro aspecto que considero muito importante de ser considerado, Senador Elcio Alvares, é o seguinte: os milhares de cartórios de pequenas comunidades do Brasil inteiro poderão fechar. Caso isso aconteça, teremos outro problema. Não estou falando dos cartórios das grandes cidades: refiro-me às pequenas comunidades. O que vai acontecer com as pequenas comunidades? Fechando esses cartórios, o pessoal pobre, que não tem como se locomover, como pegar um ônibus, vai registrar seus filhos onde?

Quero dar um exemplo a V. Ex^a, ao Presidente da Casa e aos demais Senadores: nasci no interior do Brasil, dentro de uma comunidade rural, meus pais eram semi-analfabetos. Se V. Ex^{as} pegarem meus documentos aqui do Senado, verão que consta do meu registro de nascimento o dia 30 de maio como data de meu nascimento, mas, na verdade, ele ocorreu no dia 10 de maio. Por que o meu nascimento foi em 10 de maio e, no meu registro, consta 30 de maio? Recebo aqui no Senado uma batelada de telegramas e de cartões dos companheiros senadores cumprimentando-me no dia 30 de maio, embora meu aniversário seja no dia 10. Isso ocorreu porque meu pai, morando na roça, sendo homem de poucas letras, registrou-me no dia em que pôde ir numa localidade onde existia um cartório de registro civil - esse dia foi 30 de maio. Ele não explicou no cartório que o nascimento havia ocorrido no dia 10, e por isso fui registrado no dia 30.

Então, estou aqui com uma prova concreta de como funciona no interior do Brasil o problema do registro civil. Hoje já é feito de graça. Vejam os dados: 44% dos registros efetuados na capital do Estado de Mato Grosso do Sul, no mês de setembro ou no mês de agosto, já foram de graça: Sou o exemplo vivo de como era feito anteriormente.

Temos de ter cuidado, Senador Elcio Alvares, não podemos ficar nessa de fazer tudo de graça. Há muita gente extremamente boazinha quando são outras pessoas que pagam. Quando é outra pessoa que paga a conta, somos pródigos em votar para se fazer de graça. Nesse caso, porém, temos de ter cuidado para não fechar, no interior do Brasil, nas pequenas comunidades, milhares de cartórios, o que vai causar mais problemas para as pessoas humildes do que solução.

O SR. ELCIO ALVARES - Agradeço a V. Ex^a e encerro o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Tem a palavra, pela ordem, o eminente Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO - Sr. Presidente, o que estamos debatendo, sem dúvida, é um tema de grande importância. Todavia, agora me apercebo de que não consta da pauta nenhum projeto nesse sentido. Consta, sim, da pauta do plenário do Senado Federal. Perguntaria a V. Ex^a se não poderíamos, então, votar as matérias e deixarmos para o final o prosseguimento desse debate.

O SR. PEDRO SIMON - Depois que me for concedida a palavra, não é, Sr. Presidente?

O SR. EDISON LOBÃO - Eu pediria a V. Ex^a que, então, incluísse aquele projeto ao qual a Comissão já decidiu, nesta manhã, dar preferência.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Pediria aos eminentes Colegas que compreendessem a situação. Darei a palavra ao Senador Pedro Simon e depois aos três finais.

Apesar de ter sido dito que hoje não teríamos número para votar, contamos com a presença de dezesseis Srs. Senadores, de forma que poderíamos aproveitar para votar emendas constitucionais que estão aqui com os Relatores presentes, Senadores Jefferson Péres, Antonio Carlos Valadares, Edison Lobão, Lúcio Alcântara. De modo que, após o eminente Senador Pedro Simon, autor do requerimento no plenário, usar da palavra, voltaremos a discutir esse assunto e darei a palavra a V. Ex^a para relatar dois projetos de lei, que creio não ser divergentes, sobre o Tribunal Superior Eleitoral. A seguir, analisaremos o projeto de lei sobre a legalização do jogo do bicho, para o qual houve pedido de vista coletiva.

Tem V. Ex^a a palavra para suas considerações, eminente Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, Srs. Senadores, também estranhei que se tocasse no assunto hoje, já que havia outras matérias, mas, a meu ver, era justo e muito importante o pronunciamento do nobre vice-presidente. E é sobre ele e sobre os demais pronunciamentos que eu gostaria de falar.

Em primeiro lugar, gostaria de manifestar a minha emoção, Sr. Presidente. É a primeira vez, desde que estou aqui, que entro com um pedido de urgência urgentíssima. Procurei os líderes e considero-me o responsável. Realmente, o culpado sou eu. É a primeira vez que faço isso, nunca o havia feito. Quando vejo o Senador Elcio Alvares e o ilustre Senador Ramez Tebet dizerem que temos de defender o aperfeiçoamento do projeto, que ele tem de ser emendado; quando ouvi o pronunciamento de V. Ex^a ontem dizendo que ele tem de ser estudado e que temos de ter a nossa autonomia... Sempre defendi isso e, por essa razão, fiquei numa posição constrangedora comigo mesmo. Senti-me mal, pensando: o que será que fiz? Será que, de repente, estou voltando atrás naquilo que sempre defendi? Vejo os Senadores Bernardo Cabral, Elcio Alvares e agora o Senador Ramez Tebet questionarem a autonomia do Senado. Temos que aperfeiçoar, temos

que melhorar o projeto. Se tiver que voltar para a Câmara, que volte, mas temos de cumprir a nossa obrigação. Eu sempre disse isso e, de repente, estou do outro lado. Fiquei pensando: o que está havendo comigo? O que está havendo comigo, que sou o culpado disso tudo?

Ainda agora, Sr. Presidente, estou pedindo a convocação do Ministro do Planejamento. O Presidente Fernando Henrique Cardoso, na hora de acabarmos com o monopólio do petróleo, escreveu uma carta na qual dizia em que termos isso deveria ser feito. Ele escreveu a carta porque o Líder Elcio Alvares entendia que era muito importante e urgente votar aquela matéria e não podíamos emendá-la, porque, se o fizessemos, ela voltaria à Câmara.

Eu dizia: mas é uma matéria tão importante, tão urgente, é tão significativa, essa do petróleo. Será que não podemos cumprir a nossa palavra, cumprir o nosso dever e depois deixar que volte para a Câmara? Não! O Presidente mandou uma carta. Realmente, o Presidente disse que não se mexeria na Petrobrás, que as áreas da Petrobrás são dela, no futuro ela terá preferência. O **Estadão** publicou um artigo no domingo, no qual o Presidente do BNDES disse numa entrevista estar a caminho a privatização da Petrobrás. Essa empresa só ficaria com 51% e teria de vender pouco mais de trinta por cento das suas ações. Parte de sua diretoria teria de ser composta por particulares, caminhando para a privatização.

Estou provocando-o para ele vir aqui, porque esperei e disse que esperaria até terça-feira uma resposta do Presidente, ou demitindo o Presidente do BNDES, ou desautorizando-o, ou explicando que mudou de idéia, dizendo: "eu, Presidente, mudei de idéia". Como nada disso aconteceu, eu o convoquei.

A um assunto daquela natureza, que queríamos colocar no papel, queríamos apresentar a posição do Senado, respondeu-se... O Presidente diria e isso seria suficiente, acreditei que seria suficiente!

O SR. ELCIO ALVARES - Senador Pedro Simon, V. Exª votou a favor ou contra naquela ocasião?

O SR. PEDRO SIMON - Votei a favor. Confiei na palavra do governo. Eu era a favor!

O SR. ELCIO ALVARES - Perdoe-me a intervenção, mas entendo que V. Exª está fazendo uma colocação inteiramente abstrata em relação ao tema que estamos debatendo.

O SR. PEDRO SIMON - É abstrata, é abstrata!

O SR. ELCIO ALVARES - O único questionamento que foi feito... Explique V. Exª, que quero ouvir. Não assinei o requerimento de urgência... Quero dizer aqui alto, publicamente, e bom som... V. Exª está dando uma volta para me cobrar um comportamento que não tive!

(Tumulto na reunião)

O SR. PEDRO SIMON - Dou a volta que quiser!
Naquela ocasião...

O SR. ELCIO ALVARES - V. Exª explique sua participação.

O SR. PEDRO SIMON - Naquela ocasião, o Senado não emendou.

O SR. ELCIO ALVARES - Não estou discutindo isso com V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON - O Senado não emendou.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, estou discutindo um projeto (...).

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral. Fazendo soar a campainha.) - Senador Elcio Alvares, depois V. Ex^a terá a palavra.

O SR. ELCIO ALVARES - Perdoe-me, Sr. Presidente, mas não aceito esse tipo de voto. Eu assumo a responsabilidade como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Pedro Simon, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, naquele momento, eu era um dos que defendiam. Sobre uma matéria dessa natureza temos de manifestar-nos. Nós temos de emendá-la; que volte para a Câmara. Já se esperou tanto tempo para se debater; desde 1954 se criou o monopólio. Que volte para a Câmara. Foi dito que a matéria era urgente, muito importante, e o Relator aceitou. S. Ex^a aceitou a carta do Presidente, e, baseado nela, a matéria foi votada.

Hoje, o Presidente do BNDES está desautorizando o Presidente, dizendo que o Governo privatizará. E temos aqui com a palavra do Presidente da República e do Presidente do BNDES.

Eu, Sr. Presidente, que sempre defendi, dizia que o Senado não pode transformar-se num cartório de registro, precisamos ter a nossa posição. Desta vez, fui procurado por uma senhora do Comunidade Solidária. Trata-se de um projeto da maior importância, de interesse do Governo e da Primeira-Dama, no qual o Unicef está envolvido. Queremos nos manifestar com urgência, porque desejamos fazer uma campanha em torno desse projeto.

Eu fiquei boquiaberto, Sr. Presidente; vi até que ponto sou ignorante. Eu pensava que conhecia as coisas. Quando fiquei sabendo, Sr. Presidente, que, a cada três pessoas que nascem, uma não tem registro. São dados apresentados pelo Comunidade Solidária - não sei se são verdadeiros -, segundo os quais cerca de 30 milhões não teriam registro neste País, ou seja, não existem. Fiquei boquiaberto.

O apelo que recebi é o de que o projeto fosse votado. E como fica a situação dos cartórios? Sr. Presidente, o projeto seria votado como veio da Câmara em regime de urgência, mas com a garantia - já há dois projetos em tramitação - de que seria sancionado pelo Presidente. Isso é o que, de certa forma, o Senador José Fogaça está fazendo agora. No entanto, este tem de voltar para a Câmara; não dá para fazer um acordo de Líderes, a fim de votar este projeto e o do Senador José Fogaça separadamente para que ambos tenham sua tramitação finalizada no Senado. Isso não é possível; este tem de voltar para a Câmara.

Até aceito, Sr. Presidente, que isso valha daqui para frente. A proposta do Comunidade Solidária não é no sentido de atrapalhar os cartórios. Embora veja o meu querido Vice-Presidente com a preocupação correta de que o rico terá a certidão gratuita, o que é um absurdo, lembro que há muitas coisas que o rico tem gratuitamente; basta olhar as universidades federais, em que 80% dos alunos são ricos e estudam de graça.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Pedro Simon, peço que V. Ex^a conclua.

O SR. PEDRO SIMON - Se erre, tenho um motivo para isso. A verdade é que fiquei estarecido com os números que me foram apresentados.

"Ah! Mas foi desvirtuado o projeto." Foi. "Votaram moradia e imóveis juntos." É verdade. O que as pessoas do Comunidade Solidária me disseram é muito singelo: o Presidente veta a parte referente aos imóveis, porque não tem nada que ver com o projeto.

Então, no que se refere aos imóveis, o Presidente veta. O que disserem em cartório eu assino embaixo. Longe de mim prejudicar os pequenos cartórios. A proposta do Senador José Fogaça é correta: entra-se com uma emenda, cria-se o fundo, e está resolvido.

A única diferença é que eu penso que poderia ser feito isto - até atendendo a um apelo do Comunidade Solidária: votar o projeto, ele é sancionado, e todo o resto que o Senador José Fogaça sugeriu seria feito. Votamos o outro projeto separadamente aqui. Como disse a imprensa hoje de manhã, o Senador José Fogaça já tem a garantia de que o projeto será aprovado em regime de urgência, na Câmara e no Senado. É isso que estou propondo.

Se os Líderes se reuniram, se tomaram a decisão de que nenhum projeto passará pelo Senado sem ser estudado e emendado quando necessário, mesmo que tenha de voltar à Câmara. Até retiro a urgência, Sr. Presidente, mas é verdade que há milhões de crianças sem registro. A Dona Ruth disse isso num pronunciamento que fez em reunião da ONU. Ela afirmou que, no Brasil, gasta-se mal na área social. O dinheiro de Dona Ruth chega, no máximo, à classe média; é muito difícil chegar ao pobre, ao miserável. Ela tem razão. Essas pessoas não existem, não têm certidão de nascimento, não têm nada; não sabemos onde elas estão.

Repare que atendemos com justiça. Não recebi **lobby** de nenhum representante de cartório; considero normal a preocupação deles. Penso que a imprensa está divulgando que os **lobbies** estão atuando, mas isso não é verdade. Não tenho recebido absolutamente nada nesse sentido. Julgo completamente normal que os membros de cartório recebam cartas, como eu as recebi, mostrando a situação atual e como ela deve ficar. Trata-se de uma obrigação deles. Não houve **lobby**; não tomei conhecimento disso. Não se pode dizer que o Congresso está deixando de votar por causa de **lobby**. Ofereço minha solidariedade ao Senador Elcio Alvares; se a **TV Globo** divulgou isso, agiu com enorme crueldade e injustiça.

O que se está discutindo aqui é como ficam os cartórios, que acho correto. Longe de mim criar uma situação para fechar cartório, para quebrar cartório. Só que a solução já foi encontrada. Seria um gesto bonito votar o projeto, mandá-lo ao Presidente da República para sanção e votar o do Senador José Fogaça separadamente. Se não quiserem fazer isso, votarei o projeto do Senador José Fogaça, que irá à Câmara. Essa é a posição do Líder do Governo, com quem concordei em relação a esta matéria. E direi ao Comunidade Solidária que encontramos uma forma correta: o projeto sairá do Senado, e há o compromisso de que, em dois ou três dias, será apreciado na Câmara dos Deputados.

De tudo isso, ficam dois lados positivos: primeiro, é que devemos ter muito cuidado. Apesar de todo o carinho e afeto que tenho pelo meu querido Vice-Presidente, que é uma das figuras mais puras, dignas e corretas que conheço, V. Ex^a e eu nem sempre conseguimos chegar lá no fundo do poço, lá no miserável, lá no que não existe, lá no que não tem vida real e não tem. Este projeto visa isso, Senador. Sou obrigado a reconhecer: talvez seja o projeto mais importante do Comunidade Solidária e do atual Governo; o mais belo, o que tem maior credibilidade.

O SR. - Estou de acordo com V. Ex^a, Senador Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Peço a V. Ex^a que conclua. A nossa pauta está cheia, Senador.

O SR. PEDRO SIMON - Destina-se àqueles que não possuem registro, que não têm nome.

Com relação ao Senador Josaphat Marinho, ninguém tem por S. Ex^a mais carinho, apreço, admiração e respeito do que eu. Tenho certeza de que, se S. Ex^a ouvir a análise que estou fazendo, verá que ela é muito diferente da que haviam feito. Na verdade, o projeto já tinha saído das mãos dele. S. Ex^a estava magoado; tinham retirado o projeto do qual era Relator, porque um Senador havia apresentado outro; haviam anexado os dois projetos, e durante doze dias se aguardou a votação do pedido de anexação.

Pedi a urgência, quando vi que a tramitação levaria bastante tempo e que o pedido de anexação baseava-se no projeto do Senador Odacir Soares. S. Ex^a - justiça seja feita -, depois do meu pedido de urgência, retirou o seu pedido de anexação do projeto. Quando vi que, só na semana seguinte, a anexação do projeto seria votada no plenário, entrei com o pedido de urgência.

Quero dizer ao Senador Elcio Álvares, em primeiro lugar, que entendo seu desabafo. A minha amizade e respeito por V. Ex^a continuam. V. Ex^a é um grande nome, um grande líder, muito competente; jamais passou pela minha cabeça atingi-lo. V. Ex^a sabe disso.

O que quis dizer é que, quando se quer, a coisa sai; quando não se quer, não sai. O Governo diz que é urgente, que é urgente, que é urgente, tem que votar, tem que votar - V. Ex^a é um herói nesse sentido -, e nós votamos. Quando eu digo: "Mas, Senador, vamos votar para a Câmara..." "Não dá, Pedro, não dá, tem que ser urgente, o Governo quer."

Tudo bem. Eu tentei fazer isso, primeiro, porque não havia alteração nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Pedro Simon, a Presidência vai interrompê-lo. Esse projeto não está na pauta; peço a V. Ex^a que conclua.

O SR. PEDRO SIMON - Está encerrado.

O SR. ELCIO ALVARES - Senador Bernardo Cabral, desejo fazer uma pequena intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ELCIO ALVARES - Quero dizer ao Senador Pedro Simon - S. Ex^a sabe que não é do meu feitio esse tipo de debate - que a minha admiração, amizade e gratidão são permanentes.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Quero deixar registrado que o Agripino Grieco dizia que uma das coisas da vida que se pode considerar boa é o exercício da maçonaria dos elogios cruzados.

Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão.

Senador Edison Lobão, os avulsos que foram distribuídos, com o relatório, dos itens 27 e 28 da pauta dizem respeito ao Tribunal Superior Eleitoral, que me parece que são assuntos convergentes. Como nós temos número, pediria que V. Ex^a relatasse primeiro o item 27 e a seguir o item 28; depois, passaríamos ao item 30.

O SR. EDISON LOBÃO - Sr. Presidente, o item 27 diz respeito a uma mensagem do Tribunal Superior Eleitoral, que propõe a transformação do cargo em comissão de Assessor IV, do grupo Direção de Assessoramento Superior - DAS/102, no cargo de Secretário do mesmo grupo, código DAS/101, do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Superior e da Corregedoria da Justiça Eleitoral.

Se V. Ex^a me permite, eu relataria também o item 28, que é no mesmo sentido, são conexos. O 28 diz respeito à transformação do cargo em comissão de Assessor-Chefe do grupo Direção e Assessoramento Superior - DAS/101 - em um cargo de Assessor-Chefe do mesmo grupo, código DAS/101-5, do Quadro de Pessoal do Tribunal Superior Eleitoral, destinado à assessoria e à articulação parlamentar.

Não há nada a opor. Ambos os projetos são perfeitamente constitucionais.

Em face disso, manifesto-me favoravelmente à aprovação tanto de um quanto do outro projeto.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Em discussão o Projeto de Lei da Câmara nº 29, relativo ao item 27. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item 28: Projeto de Lei da Câmara nº 30, conexo com o de nº

27.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Peço ao eminente Senador Edison Lobão que continue com a palavra, a fim de relatar o Projeto de Lei da Câmara nº 91, do qual foi concedida vista coletiva no dia 24 de outubro. Não foi oferecido voto em separado durante o prazo regimental em que foi concedida a vista.

Uma vez que já houve a discussão da matéria, V. Exª tem a palavra para proferir o voto sobre o item 30 da pauta, que diz respeito à legalização dos jogos de azar

O SR. EDISON LOBÃO - Sr. Presidente, quanto a essa questão, já emiti parecer favorável ao projeto oriundo da Câmara.

Havia sido solicitada audiência pública, da qual a Comissão desistiu. Creio que agora cabe a V. Exª apenas colocar em votação o projeto, com parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Em votação.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Pediria a V. Exª que alertasse os Senadores presentes para a importância do projeto, que é polêmico.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Eminentíssimos Senadores Pedro Simon, Roberto Freire, Esperidião Amin, Eptácio Cafeteira, está em votação o projeto que legaliza a prática dos jogos de azar.

Como a matéria é de alta importância, o eminente Senador Jefferson Péres chama a atenção dos Srs. Senadores.

Ainda pela ordem, tem a palavra o eminente Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, não entendi bem quando o Senador Edison Lobão falou sobre aquela audiência pública que teria sido aprovada aqui, referente ao Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo e ao Ministério da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência esclarece a V. Exª que, no início desta sessão, o eminente Senador Jefferson Péres, que tinha sido autor do requerimento, indagou da Mesa se as autoridades que tinham sido aqui nominadas e contactadas nos respectivos Ministérios tinham manifestado o seu desejo de vir à Comissão.

A Presidência afirmou que não recebeu nenhuma manifestação, de conformidade com o pedido, a não ser para o ano que vem. Em função disso, o eminente Senador Jefferson Péres retirou o seu requerimento.

Tendo em vista essa circunstância, a Presidência declarou que essas autoridades só seriam convocadas com data assinada, o que não

tinha sido decidido por esta Comissão. Se algum dos Srs. Senadores quiser formalizar requerimento de convocação, com marcação de data, a Presidência o colocará em votação.

Tendo feito esse esclarecimento, a Presidência devolve a palavra ao eminente Senador Lúcio Alcântara. Depois falará o Senador Esperidião Amin.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, a minha sugestão é no sentido de que se transforme numa convocação, com data marcada, porque não considero conveniente que se vote uma matéria dessa importância, sem que se ouça a posição dessas autoridades que representam esses Ministérios.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Não se trata de discutir esse projeto propriamente dito, mas as questões que ele suscita. Recapitulando, não desejo convocar apenas o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, que está diretamente ligado ao assunto, mas também o Ministério da Fazenda.

Quais são os outros?

O SR. JEFFERSON PÉRES - Ministério da Fazenda, Ministério do Trabalho, Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo e mais quatro Ministérios.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Desejo incluir a Polícia Federal, que é vinculada ao Ministério da Justiça, e a Receita Federal, que está ligada ao Ministério da Fazenda.

O SR. - E a Caixa Econômica, que tem a Loteria Federal?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, gostaria que a convocação se estendesse ao Ministério da Justiça e à Polícia Federal. Tratando-se do Ministério da Justiça, poderá vir o Ministro ou alguém do seu gabinete.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Não, eminente Senador, um momento. Convocação é de Ministro de Estado. Não posso convocar alguém do gabinete, porque a Constituição não me dá essa prerrogativa. É para convocar o Ministro da Justiça.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - O Ministro da Justiça e o Diretor-Geral da Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Que o Sr. Ministro traga aqui para assessorá-lo quem entender.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - O Ministro da Fazenda e o Secretário da Receita Federal.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O requerimento é no sentido de que venha acompanhado e, além disso, que seja convocado o Ministro da Indústria e do Comércio.

O SR. PEDRO SIMON - Ainda há mais.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - O do Trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral. Fazendo soar a campainha.) - Srs. Senadores, um momento, a Constituição só permite a convocação de Ministro de Estado.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Que o Sr. Ministro traga tantos assessores quantos julgar conveniente. É preciso deixar isso bem claro.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - O Ministro da Fazenda pode trazer quem entender para assessorá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - De pleno acordo. V. Ex^a definiu só Ministro de Estado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Ministro de Estado e o Diretor da Polícia Federal...

O SR. PEDRO SIMON - Como acompanhante?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - ... e o Ministro da Fazenda e...

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Mas não podemos convocá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania não pode convocar o Superintendente da Polícia Federal.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, pelo amor de Deus! V. Ex^a sabe - e nós sabemos - que...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, acho que a Comissão pode; quem não pode é o Plenário.

O SR. PEDRO SIMON - ... podemos convocar o Ministro da Fazenda e, na convocação de S. Ex^a, podemos explicitar: "gostaríamos que V. Ex^a viesse acompanhado do Superintendente tal e..." Acrescento: "do Presidente da Caixa Econômica Federal." Isso é o que devemos fazer. Convocamos o Sr. Ministro e solicitamos que, se possível, S. Ex^a venha acompanhado de Fulano de Tal.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Pronto.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Conforme falou o Senador Pedro Simon, gostaria que incluísse, como sugestão ao Ministro da área, que trouxesse o Presidente da Caixa Econômica. Aliás, sou favorável a esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Constituição diz que pode convocar, sim.

O SR. EDISON LOBÃO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Ainda sobre a matéria, pela ordem, tem V. Ex^a a palavra, Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO - Sr. Presidente, vejo que o assunto está sendo reaberto.

O SR. PEDRO SIMON - Não.

O SR. EDISON LOBÃO - Sim. Numa reunião anterior, eu havia proposto que se convocasse aqui o Sr. Ciro Batelli, que, no meu entendimento, é a pessoa que mais conhece o assunto. Mas, o que é que ocorreu? A Comissão rejeitou essa proposta.

Em seguida, já com a minha ausência - a ausência do Relator -, a Comissão reabriu o problema e fez convites a diversas autoridades do

Governo Federal. No começo da reunião, o autor retirou a proposta pelo fato de não haver interesse dessas autoridades em se manifestar.

Vejo que, agora, a Comissão, pela terceira vez, reabre o problema, já fazendo - ou propondo - convocações de Ministros de Estado, até de meu Estado. Nada tenho a opor, mas acho uma demasia. O projeto é importante, mas, a meu ver, não suscita a convocação de quatro ou cinco Ministros de Estado para depor nesta Comissão.

De qualquer maneira, se quiserem convocar essas autoridades, proponho que seja também convidado - ou convocado - o Sr. Ciro Batelli...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral. Fazendo soar a campainha.) - Srs. Senadores, um momento. Continua V. Ex^a com a palavra.

O SR. EDISON LOBÃO - ... para que também emita a sua opinião, a pedido do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência quer esclarecer aos eminentes membros da Comissão o seguinte:

"Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias (...)

§ 2º. Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

(...)

III - convocar Ministros de Estado para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições."

Ainda que o Regimento não desse essa prerrogativa, a Constituição está acima do Regimento Interno do Senado. A competência desta Comissão é de convocar Ministro. Quanto ao Sr. Ciro Batelli, pode convidá-lo, se assim entender.

Na última reunião, os eminentes integrantes da Comissão entenderam que não deveria haver convite. Agora, mudou o assunto: pretende-se convocar o Ministro. Em razão dessa convocação, que é obrigatória, cogente, o eminente Senador Edison Lobão, na qualidade de Relator, sugere que seja convidado o Sr. Ciro Batelli para prestar esclarecimentos a esta Comissão. S. Ex^a é seguido nesta matéria pelo eminente Senador Pedro Simon.

O SR. EDISON LOBÃO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral. Fazendo soar a campainha.) - Nobre Senador, um momento, que eu vou responder, eminente Senador Esperidião Amin. Eu não posso convidar ninguém para depor aqui; posso convidar para prestar esclarecimento. Espero que a matéria seja levada na sua devida seriedade.

Para um esclarecimento, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. LEVY DIAS - Sr. Presidente, no dia em que foi votada essa matéria aqui, a Comissão rejeitou a convocação. Naquele momento, usei da palavra e disse que achava extremamente importante convidar o Sr. Ciro Batelli. Eu não o conheço, ...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Eu também não.

O SR. LEVY DIAS - ...mas sei que é um brasileiro que trabalha na indústria de cassinos no exterior. Assisti a um debate dele na televisão que me prendeu muito a atenção pelos números que levantou e pelos dados que forneceu.

No dia em que a Comissão rejeitou a proposta de convidá-lo, achei que houve um preconceito. Defendi a idéia de convocá-lo, porque acho que todas as pessoas que podem ajudar a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a decidir essa matéria são importantes.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra ao eminente Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sr. Presidente, no início da reunião, indaguei de V. Ex^a se haviam sido feitos os convites aos Ministérios mencionados no meu requerimento. V. Ex^a me informou que não tinha sentido interesse da parte dos Ministérios contactados. Eu disse, então, a V. Ex^a que, como estava se aproximando o fim da sessão legislativa, dada a importância do projeto, eu, de minha parte, abria mão do requerimento. Mas disse também, na ocasião, há uma hora, que esta Comissão fosse ouvida a respeito dessa minha desistência, que era pessoal. A decisão, contudo, era da Comissão.

Pelo que vejo agora, está-se decidindo pela conversão do requerimento de convite em convocação dessas autoridades.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a continua como autor, agora, do requerimento de convocação.

Antes de colocar em votação a matéria, gostaria de dizer que o primeiro convite deve ser feito ao Ministro da Justiça, que pode trazer aqui os auxiliares que achar conveniente; em segundo lugar, ao Ministro da Fazenda; em terceiro, ao Ministro da Indústria e do Comércio; e o último, que tinha sido solicitado pelo eminente Senador Antonio Carlos Valadares, será o Ministro do Trabalho.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam essa convocação queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

A Presidência convocará as autoridades mencionadas, indicando as datas.

Em votação o requerimento de convite ao Sr. Ciro Batelli, de autoria de vários Srs. Senadores.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

S. S^a será convidado para vir aqui prestar esclarecimentos.

Passa-se à proposta de emenda constitucional de que é Relator o eminente Senador Jefferson Péres.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Qual é o item?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Item 24 da pauta.

A Presidência está dando preferência às matérias, cujos Relatores estejam presentes.

Pergunto se V. Ex^a, Senador Jefferson Péres, tem condições de se pronunciar.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Onde está o avulso?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Avulso e relatório distribuídos separadamente. Autor: Senador José Serra. V. Ex^a é pela aprovação, mas na forma do substitutivo.

Na última sessão, o eminente...

O SR. JEFFERSON PÉRES - Eu não o tenho em mãos.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Está sendo distribuído.

Na última sessão, o eminente Senador José Serra havia dito que gostaria de estar presente quando da apreciação dessa matéria.

A Presidência quer esclarecer aos eminentes Srs. Senadores que o Item 31 da pauta, de que é Relator o Senador José Bianco, e que autoriza o Estado de São Paulo a contratar operações de refinanciamento de dívidas do Estado, não está sendo colocado em votação porque não foram trazidos, segundo informa a Dr^a Vera Nunes, nossa Secretária, os autos para essa circunstância, assim como também não se encontra presente o Sr. Relator.

Por essa razão, concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

Peço a atenção dos eminentes Srs. Senadores, pois o Senador Jefferson Péres está com a palavra.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sr. Presidente, a matéria é de grande relevância...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Chamo a atenção, porque a matéria é de grande relevância.

O SR. JEFFERSON PÉRES - ...e se refere-se ao art. 192 da Constituição, ...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Prestem a atenção, porque é matéria do sistema financeiro nacional.

O SR. JEFFERSON PÉRES - ... que trata sobre o sistema financeiro nacional. O Senador José Serra propõe a revogação, e eu apresento um substitutivo.

Entretanto, como V. Ex^a...

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Como disse V. Ex^a no início, ... Estou com a palavra, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a está com a palavra, Senador.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, é sobre um assunto que precede e interfere nessa...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Não, Senador Lúcio Alcântara, perdoe-me, mas V. Ex^a estava ali trocando idéias...

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Mas é sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência lhe dará a palavra, mas não agora, porque o relatório não pode ser interrompido.

Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sr. Presidente, foi mencionado que o Senador José Serra teria manifestado a V. Ex^a, como autor do projeto, o desejo de participar da reunião. Da minha parte, não tenho nenhuma objeção a que, em atenção a um Colega, autor do projeto, esperemos o seu regresso. No entanto, é a Comissão que vai decidir.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência acolhe a sugestão de V. Ex^a e levará a matéria para a próxima reunião.

Tem ainda V. Ex^a a palavra, Senador Jefferson Péres, para relatar.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Não posso pedir a palavra pela ordem, Senador Jefferson Péres?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Ex^a poderia ter pedido um aparte.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, era só para dizer que o Senador José Serra havia pedido que o aguardássemos.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A Presidência já havia dito isso ao Plenário enquanto V. Ex^a estava trocando idéias.

Senador Jefferson Péres, pág. 44, volume II, Item 17 da pauta: Projeto de Lei do Senado, terminativo, com vista concedida ao Senador Bello Parga, de autoria do Senador Eduardo Suplicy. V. Ex^a deu parecer pela aprovação.

O SR. JEFFERSON PÉRES - É referente aos suplentes de Senadores?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Exatamente. É relativo aos suplentes de candidatos ao Senado Federal.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sr. Presidente, esse projeto esteve na Comissão Especial de Reforma Política e retornou a esta Casa.

O projeto em epígrafe retorna a esta Comissão para reexame, em virtude da aprovação do Requerimento nº 1.001, de autoria do ilustre Senador José Eduardo Dutra, solicitado, com fundamento no art. 315, combinado com o art. 279, "b", do Regimento Interno desta Casa.

O autor justifica o seu requerimento afirmando **verbis**:

Considerando a discussão da reforma política que se encontra em curso nesta Casa e considerando esse projeto dispor sobre matéria pertinente a esse tema, torna-se fundamental seu reexame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

VOTO

Esse projeto já foi anteriormente examinado por esta Comissão que, acatando voto em separado do Senador Lúcio Alcântara, decidiu pela rejeição, contrariamente ao meu voto pela sua aprovação, com uma emenda.

No entanto, com a interposição do recurso prevista no § 3º do art. 91 do Regimento Interno, a matéria foi encaminhada à apreciação do Plenário, onde, por três vezes, teve sua votação adiada. Antes, porém, por ocasião da tramitação do PLS nº 29/95, na CCJ, foi aprovado requerimento de minha autoria, solicitando o encaminhamento da matéria para exame da comissão temporária, destinada a estudar a reforma político-partidária, ficando sobrestada, por 30 dias, sua discussão nesta Comissão.

O projeto retornou, no entanto, à CCJ, sem ter sido apreciado por aquela comissão temporária, acompanhado de minuta de parecer do Relator, Senador Sérgio Machado. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou o Parecer nº 344, de 1996, de lavra do Senador Lúcio Alcântara, folhas 10, 11, 12 e 13, que concluiu pela inconstitucionalidade do PLS nº 29/95.

O requerimento, de folha 28, foi aprovado em 22 de outubro de 1996. Este Relator mantém seu ponto de vista de constitucionalidade, declarado à folha 17 do processado, conforme voto em separado vencido deste Relator, em reunião realizada em 19 de junho de 1996.

Pelo reexame pela CCJ.

É o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Em discussão o voto do eminente Senador Jefferson Péres.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

V. Exª quer discutir a matéria, Senador Lúcio Alcântara?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, V. Exª vai submeter à votação o parecer do Senador Jefferson Péres com o voto em separado?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Sim, com o voto em separado.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, na ocasião, houve um voto em separado, como o Senador Jefferson Péres já mencionou no seu bem circunstanciado parecer, aceito por esta Comissão. Depois, a matéria foi ao Plenário, que não deliberou...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - E voltou para reexame.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Então, Sr. Presidente, agora trata-se de pedido de reexame. Há dois votos: o do Senador Jefferson Péres, pela constitucionalidade e pela aprovação do projeto; e o meu, vencedor naquela reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pela inconstitucionalidade. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Exato. V. Exª entendeu que a matéria era inconstitucional.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - E passou a ser o parecer da Comissão. Então, o que será submetido à votação, em primeiro lugar, é o parecer anterior da Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Lúcio Alcântara, o eminente Senador Jefferson Péres manteve o seu ponto de vista pela constitucionalidade, contrário ao voto em separado de V. Ex^a, que teve acolhida nesta Comissão. Ou seja, a Comissão aprovou a inconstitucionalidade da matéria.

Houve um voto vencido e, no caso de V. Ex^a, que apresentou o voto vencedor, teria de ser designado Relator. O Plenário entendeu de mandar a matéria para reexame.

O eminente Senador Jefferson Péres declara que mantém a sua manifestação anterior, realizada em junho de 1996. Evidentemente que, em primeiro lugar, teremos de levar a manifestação de V. Ex^a à votação, já que foi uma manifestação contrária. Se ela tiver acolhida, V. Ex^a será designado Relator, pela inconstitucionalidade da matéria, e o processado irá ao Plenário.

A matéria foi colocada em discussão, mas nenhum dos Srs. Senadores se manifestou.

Passa-se à votação.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o voto do eminente Senador Lúcio Alcântara, pela inconstitucionalidade, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

V. Ex^a é designado Relator do vencido para que a matéria possa ir ao Plenário.

Passa-se ao Item 18 da pauta; Relator: eminente Senador Lúcio Alcântara. É o volume II, página 138, Item 18, que define crime de omissão no exercício do pátrio poder. O Relator é pela rejeição do projeto de autoria do Senador Ney Suassuna.

Tem V. Ex^a a palavra, Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, vou ler o voto.

O nosso Direito Penal adota a teoria finalista da ação, segundo a qual o homem é consciente dos efeitos causais da sua conduta, podendo prever o resultado e as consequências do seu comportamento.

A concepção finalista parte da noção ontológica, pré-jurídica da conduta, no plano da metodologia, e enfatiza o vínculo que impõe ao legislador as estruturas preexistentes.

O art. 13 do nosso Código Penal considera causa não só a ação, mas também a omissão, sem a qual não teria ocorrido o resultado. Assim, a figura típica deve apresentar duas partes: uma subjetiva, de cunho final; e outra objetiva, de natureza causal, dirigida por aquela.

Na proposta em tela, é preciso que, com a ausência da omissão ou abandono dos pais ou responsáveis, o resultado não ocorra, ou seja, o menor não cometa atos infracionais. Para melhor entendimento, mesmo não

hávendo omissão ou abandono dos pais ou responsáveis, notamos que os menores podem cometer atos infracionais.

O Senador Ney Suassuna queria responsabilizar os pais pela omissão no exercício do pátrio poder. Entendi, no entanto, que era muito difícil estabelecer esses parâmetros; por isso, emiti parecer contrário, percebendo que a omissão ou abandono é relevante penalmente em relação à obrigação de cuidado, proteção ou vigilância, advindas da relação de pátrio poder, casamento, família, tutela, curatela ou adoção - o que já se encontra abrigado nos arts. 244, 246 e 247 do Código Penal.

Em face do exposto, somos pela rejeição do presente projeto por contrariar a teoria jurídica da equivalência dos antecedentes causais acolhida no art. 13 do Código Penal.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Em discussão, o parecer do eminente Senador Lúcio Alcântara. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, passo à votação.

Aprovado.

Dou a palavra ao eminente Senador Antonio Carlos Valadares, Relator do item 11, página 532, volume I, que trata de submeter o servidor público a avaliação médica periódica. É matéria consentânea.

Tem V. Ex^a a palavra, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, este Projeto é da autoria do nobre Senador Júlio Campos e, na página 532, em diante do volume I, tem como objetivo a submissão do servidor público civil federal a exames de saúde bienais, a cargo da União, por junta médica oficial.

O parecer, Sr. Presidente, em resumo, uma vez que o assunto é convergente e claro, é: "o servidor será submetido a cada dois anos a avaliação médica, por junta médica oficial. A realização dos exames, sua especificação e resultado deverão ser anotados em ficha funcional. Se, no servidor for detectada enfermidade curável, ele será submetido a tratamento médico próprio; se a enfermidade foi incurável, mas não totalmente incapacitante, será o servidor readaptado nos termos da lei; se a enfermidade for conducente à invalidez permanente, será o servidor aposentado sob esse fundamento."

Tramitando regimentalmente por esta Casa, a proposição na Comissão foi distribuída a este Relator para análise e parecer.

Sr. Presidente, não foi apresentada qualquer emenda a este Projeto.

Somos pela aprovação do mesmo, naturalmente submetendo a nossa apreciação aos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Em discussão o parecer do eminente Relator.

O SR. ROBERTO FREIRE - Peço a palavra para fazer uma colocação.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Para uma colocação, com a palavra o eminente Senador Roberto Freire.

os arts. 61 e 84 da Constituição Federal, é de competência exclusiva do Presidente da República, com: definição de competência para órgãos da Administração Federal; alteração na estrutura administrativa federal, incluída a criação de uma rede nacional de educação profissional; destinação de recursos públicos do Poder Executivo; inclusão obrigatória de representantes da ENAP* em colegiados da Administração Federal; criação de centros públicos de educação profissional etc..

Destarte, a proposição, além de não se enquadrar dentro da boa técnica legislativa, está eivada de inconstitucionalidades e injuridicidades, que nos levam a opinar pela sua rejeição, não obstante o mérito da iniciativa e o apreço que tenho pelo autor.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Em discussão a matéria. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, voto com o meu líder.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado o parecer do eminente Senador, com exceção do voto do eminente Senador Antonio Carlos Valadares.

O nobre Senador Esperidião Amin poderia esclarecer aos eminentes colegas a situação das operações do fomento mercantil, **factoring**, de que é autor o Senador José Fogaça e V. Ex^a o Relator, sobre os nomes a serem convocados?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Não, Sr. Presidente. Apresentei o meu parecer, o meu voto. Em relação à sugestão para que sejam convocadas pessoas, já conversei com todos com quem queria conversar. Não tenho qualquer nome a sugerir.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Nenhum?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Nenhum. Fiz o que melhor pude, Sr. Presidente, para inclusive acrescentar ao bom Projeto do Senador José Fogaça o conjunto de cautelas que aprendemos na CPI dos Precatórios.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - V. Ex^a, que presidiu magistralmente a CPI dos Precatórios, sabe que as **factoring** na prática assumiram um caminho de entidade financeira virtual, às vezes laranjas, às vezes fantasmas, às vezes acerola, mas isso foi constatado na CPI dos Precatórios e procurei trazer o aprendizado haurido naquela CPI para o Projeto.

Não tenho qualquer sugestão de audiência de pessoa, mas sei que as emendas que acolhi e o substitutivo que desenhei naturalmente devem ter suscitado algumas contrariedades. Aliás, é para isso mesmo que foi elaborado. Não tenho ninguém portanto, Sr. Presidente, a acrescentar à eventual lista disponível de pessoas que devem ser ouvidas a respeito do assunto.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Com a palavra o eminente Senador Lúcio Alcântara. A seguir o Senador Jefferson Péres.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Só para indagar se foi já marcada essa data da audiência pública. Salvo engano, foi o Presidente da Associação de **Factoring** que propôs pelo Senador José Fogaça e aditei uma representação do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - A data designada é o próximo dia 11 de novembro. Já foram, inclusive, expedidos os devidos ofícios.

Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sr. Presidente, relatei este Projeto favoravelmente na Comissão de Assuntos Econômicos, mas, depois disso, aconteceu a CPI dos Precatórios. Sem dúvida, com a experiência adquirida pelo Senador Esperidião Amin, com mais essas pessoas que serão ouvidas, o Projeto será certamente enriquecido nesta Comissão.

Era o que tinha a registrar.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Eminentíssimos Senadores, só temos agora a pauta que precisava ser votada - foi toda ela votada com a presença dos eminentíssimos Senadores. Temos agora a Proposta de Emenda Constitucional, mas não há número para votar. Por essa razão, a Presidência declara encerrada a presente reunião e convoca para a próxima quarta-feira da semana vindoura outra reunião extraordinária, com os agradecimentos ao comparecimento maciço dos Srs. Senadores.

(Levanta-se a reunião às 12h04min.)



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apoio III, Praça dos Três Poderes. CEP 70165-900. Brasília, DF.

CD-ROM Legislação Brasileira

1997

Quarta edição

Co-edição SDINF/SSANL/PRODASEN

- Todas as normas de hierarquia superior a decreto-executivo editadas entre o ano de 1946 e 31 de janeiro de 1997.
- Para cada norma apresentada, é fornecida a lista de normas editadas posteriormente a ela e que a alteraram.
- Os textos integrais das normas editadas a partir de 1987 passaram a estar disponíveis nesta edição.
- As demais normas são apresentadas em documentos-resumo, acompanhadas de informações suficientes para que seja localizado o documento em uma coleção de leis.
- Esta quarta edição do CD-ROM Legislação Brasileira ainda inclui o banco de dados BBD (Biblioteca Brasileira de Direito), composto do acervo de informações jurídicas descritivas (doutrina) originadas das coleções de 17 bibliotecas que participam da Rede SABI de Bibliotecas.

Valor Unitário: R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais).

Despesas Postais: R\$ 5,00 (cinco reais) para cada CD.

O pedido deverá ser acompanhado de original do recibo de depósito a crédito do FUNDASEN, Caixa Econômica Federal, Agência 0005, conta nº 950.056-8, operação 006.

**Preencha o cupom abaixo e envie-nos hoje mesmo,
juntamente com o original do recibo de depósito.**

DESTINATÁRIO			
Nome:			
Endereço:			
CEP:	Cidade:	UF:	País:
Fones:		Fax:	
Quantidade solicitada:			

Solicite nosso catálogo pelos telefones: (061) 311-3575, 311-3576 e 311-3579.

Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA
SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	RS 31,00
Porte de Correio	RS 96,60
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	RS 127,60
Valor do número avulso	RS 0,30
Porte avulso	RS 0,80

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA
ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	RS 62,00
Porte de Correio	RS 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	RS 255,20
Valor do número avulso	RS 0,30
Porte avulso	RS 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho, Ordem de Pagamento** pela **Caixa Econômica Federal - Agência 1386-2 PAB CEGRAF**, conta nº 920001-2, Banco do Brasil, Agência 0452-9 Central, conta nº 55560204-4 ou recibo de depósito via FAX (061) 2245450, a favor do FUNCEGRAF.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRACA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA DF - CEP 70165-900
CGC. 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 Seção de Remessas Postais ou (061) 311-3803 Seção de Cobrança.

Tabela em vigor a partir de 3-3-97.



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70.165-900. Brasília, DF.
Fones: (061) 311-3575/3576/3579. Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

Publicações

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (R\$ 5,00). Texto Constitucional de 5/out/1988 com as alterações introduzidas pelas ECs nº 1 a 15 e ECRs nº 1 a 6.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – Quadro Comparativo (R\$15,00). Constituição de 1988, atualizada em 1995, comparada às Constituições de 1946 e 1967 e à EC nº 1 de 1969. Contém quadro comparativo, tabela de correspondência dos artigos comparados e índice.

Direitos Humanos – Declarações de Direitos e Garantias (R\$ 10,00) – José Vicente dos Santos (pesq. e índice). Dispositivos constitucionais que abordam os direitos e garantias fundamentais do homem, na Constituição de vários países, inclusive na Carta Magna do Brasil.

Estatuto da Criança e do Adolescente (R\$ 4,00). Lei nº 8.069/90, de acordo com as alterações dadas pela Lei nº 8.241/91; legislação correlata e índice.

Guia das Eleições de 1996 e Suplemento (R\$ 10,00). Guia: Leis nº 9.096/95 e 9.100/95, Resoluções do TSE nº 19.380/95, 19.382/95 e 19.406/95. Suplemento: Resoluções do TSE nº 19.509 e 19.516/96.

Levantamento e Reedições de Medidas Provisórias (R\$ 5,00) – Subsecretaria de Análise do Senado Federal. Registro das MPs editadas durante os 8 anos que se sucederam à criação deste dispositivo legal, tabela sequencial de edições das MPs, assinalando critérios de edições anteriores, reedições com alteração de texto e de transformação em lei, catálogo temático das MPs e referências bibliográficas.

Licitações, Concessões e Permissões na Administração Pública (R\$ 4,00). Leis nº 8.666/93; 8.883/94; 8.987/95, dispositivos da Constituição Federal sobre a matéria e legislação correlata. Índices temáticos das Leis nº 8.666/93 e 8.987/95.

Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis e Legislação Complementar (R\$ 4,00). Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e legislação complementar

Solicite hoje mesmo nosso catálogo!

SENADO
FEDERAL



SECRETARIA
ESPECIAL
DE EDITORAÇÃO
E PUBLICAÇÕES

EDIÇÃO DE HOJE: 688 PÁGINAS